A URDIDURA do MAGISTÉRIO PRIMÁRIO na CORTE IMPERIAL

um professor na trama de relações e agências

ANGÉLICA BORGES

A urdidura do magistério primário na Corte Imperial: um professor na trama de relações e agências

Angélica Borges

A urdidura do magistério primário na Corte Imperial: um professor na trama de relações e agências

Rio de Janeiro
2021

Agradecimentos

Este estudo é fruto da pesquisa de doutorado em educação, cursado na Universidade de São Paulo, uma instituição pública. Por isso, eu não poderia deixar de começar agradecendo à população deste Estado que, com seus impostos, mantêm esta Universidade. Nela tive a oportunidade de aprender, ampliar horizontes e a minha rede de contato com diferentes pesquisadores do Brasil e do exterior, resultando em um percurso formativo de alta qualidade e em uma experiência acadêmica e de vida muito enriquecedora. Agradeço ao CNPq pela bolsa de estudos no Brasil, à Capes pela bolsa de doutorado-sanduíche no exterior, realizado na França, e à população brasileira que mantém estas duas importantes instituições de fomento à pesquisa em âmbito nacional.

Agradeço ao professor José Gonçalves Gondra, meu grande incentivador a fazer o doutorado fora do Rio de Janeiro. Gondra foi meu orientador na graduação e no mestrado e, com sua fala eloquente, me convenceu da importância da experiência que, com certeza, foi um diferencial na minha formação.

À professora Diana Vidal, orientadora do meu doutorado, que acolheu a carioca do subúrbio com generosidade. Agradeço a seriedade e a sensibilidade da orientação, bem como a ousadia da difícil tarefa de me convencer a fazer uma parte do doutorado fora do Brasil, algo que eu temia por considerar ousado demais. Não tenho como expressar a gratidão diante do que representou a experiência para a minha formação acadêmica e para a minha vida.

Às professoras Mônica Dantas e Thaís Nívia Fonseca pela leitura atenciosa do texto de qualificação e pelas preciosas contribuições naquela etapa da pesquisa. À Thaís Nívia Fonseca, novamente, além de Alessandra Schueler, André Luiz Paulilo e Ana Luiza Costa pela importante participação no exame final do trabalho, em 2014.

Aos membros do NIEPHE-USP que me receberam de forma tão amistosa ao longo dessa jornada acadêmica de quatro anos em São Paulo, pela gentileza e pelas valiosas contribuições ao meu trabalho.

À Fernanda Resende, Fabiana Munhoz e Fernanda Moraes pela amizade e por representarem muito bem a frase de Vinícius de Moraes: “a vida é arte do encontro, embora haja tantos desencontros nessa vida”.

Aos amigos do Rio de Janeiro que também fizeram parte dessa minha trajetória: à Giselle Teixeira e à Marina Uekane, queridas amigas de longa data, companheiras de muitas histórias acadêmicas e de vida; à Amália Dias, com quem pude compartilhar momentos do meu percurso acadêmico aqui e até no exterior; à professora Alessandra Schueler pela generosidade e contribuições acadêmicas; à Marta Favaro – a quem tive a feliz oportunidade de conhecer durante seu doutorado na UERJ – e à Elizabeth Monteiro, que teve a gentileza de localizar importantes documentos no NUDOM do Colégio Pedro II para minha pesquisa.

Ao professor Max Butlen, que teve um papel fundamental na viabilização do estágio de doutorado-sanduíche. Aos professores que me acompanharam e contribuíram para minha pesquisa na França: Catherine Dorison, Pierre Kahn, Frédéric Mole, Alexandre Fontaine e, em especial, à Anne-Marie Chartier pelas valiosas orientações e comentários. À Solenn Huitric pelo auxílio e acolhida na pesquisa em Lyon. À minha professora de francês, Beatriz Guédon de Oliveira, que, pedagogicamente, investiu pesado para que eu pudesse dominar a língua antes de partir para o estágio.

Às minhas amigas e colegas de trabalho da Escola Municipal Professora Carmem Corrêa de Carvalho Reis Braz, em Duque de Caxias, que, apesar de todos os problemas e dificuldades, bravamente representam a luta dos educadores na educação pública e que me incentivaram para a realização do doutorado. Também agradeço à população do município de Duque de Caxias pela oportunidade de ter sido professora pública das séries iniciais do Ensino Fundamental e por obter licença para estudos para cursar o doutorado. O direito de licença para estudos constava no Plano de Carreira do Magistério do município, conquistado depois de muita luta dos professores da rede, e representava uma importante política de formação continuada. Infelizmente, esse direito não existe mais, pois foi retirado do plano em 2019.

À Valéria, Alexandre e Francesco que me abrigaram tão carinhosamente em São Paulo, tornando muito mais fácil minha trajetória acadêmica, e com os quais aprendi valiosas lições sobre a vida.

À minha família, na qual nasci e na qual me agreguei, por todo apoio, torcida, preocupação e compreensão pelas minhas ausências por conta de atividades acadêmicas. Em especial, minha mãe Angela que, diante dos momentos difíceis pelos quais passamos na nossa história familiar, não fazia ideia de que eu fosse chegar aqui, mas que em toda sua vida fez por onde isso acontecer.

Ao Diego pelo companheirismo, carinho, atenção, paciência, por estar ao meu lado nas minhas crises de angústia e tentar facilitar o máximo possível o meu trabalho.

Lista de abreviaturas e siglas

AGCRJ	Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
AIBA	Academia Imperial de Belas Artes
AL	Almanak Laemmert
BHVP	Bibliothèque Historique de la Ville de Paris
BN	Biblioteca Nacional
BNF	Bibliothèque Nationale de France
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIHELA	Congresso Iberoamericano de História da Educação Latinoamericana
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EBA-UFRJ	Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro
IGIPSC	Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte
FEUSP	Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
NIEPHE	Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História Educação
NUDOM	Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II

Lista de quadros

Sumário

Prefácio

Faz algumas semanas, Angélica Borges pediu-me para escrever o prefácio à publicação de sua tese de doutorado, intitulada *Na urdidura do magistério primário na Corte Imperial: um professor na trama de relações e agências*, realizada na Faculdade de Educação-USP, sob minha orientação. Ao dar início à escrita, percebi que a tese tinha sido defendida há exatos dois anos. Apesar de ter ainda viva na mente o período de trabalho e convivência com Angélica e de lembrar-me com clareza da satisfação com que vi o produto tomando forma e fui me surpreendendo com a capacidade investigativa e argumentativa da então doutoranda, achei prudente abrir novamente o arquivo e voltar ao texto.

Reli os agradecimentos, revi o resumo e o sumário, passeei pelos capítulos. Uma sucessão de imagens e sentimentos foi me acometendo: nosso primeiro encontro, ainda na UERJ; a frequência de Angélica às aulas e atividades do NIEPHE; as sessões de orientação; o semestre em que, como monitora, esteve ao meu lado nas aulas da Licenciatura na FEUSP; as conversas sobre a possibilidade de um estágio-sanduíche no exterior; a viagem à França, quando pudemos visitar juntas os acervos de bibliotecas e as instituições em Paris e Lyon, onde depois ela retornaria sozinha com o apoio da bolsa CAPES; o cordeiro partilhado no almoço oferecido generosamente por Max Butlen em sua residência na banlieue pariense a nós e Anne-Marie Chartier; a primeira visão da Torre Eiffel; a apresentação de trabalho conjunto no CIHELA, em Toluca, no México; a escrita solidária de artigo para a *Revista Brasileira de História da Educação*; e tantos outros momentos com que fomos, nós também, tal como o professor Pardal, personagem central da Tese, urdindo o mister da docência.

Nesses caminhos percorridos pela memória, vi a nós duas como "professoras na trama de relações e agências". Os eventos que nos uniam constituíam a experiência do magistério em pós-graduação e, se se distanciavam em grau das trajetórias traçadas no ensino primário, se aproximavam no exercício da docência

como ofício. O professor Pardal, mestre de primeiras letras da Corte, fio condutor dos nexos evidenciados por Angélica na Tese ao analisar as várias dimensões do magistério – saberes, fazeres, relações sociais, apropriações, protagonismos, carreira –, como excepcional normal, no dizer de Carlo Ginzburg, indiciava sujeitos do seu tempo. Simultaneamente, oferecia elementos de um repertório docente constituído como arte "imemorial", como nos faz supor Michel de Certeau, impregnado no ofício do magistério. Passado investigado e presente vivido entrelaçados em experiências docentes que se espraiam por gerações, sendo constantemente reinventadas.

Angélica condensa esse múltiplo agenciamento em sua prática. Continua como professora do ensino fundamental na Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, enquanto exerce a função de professora-adjunta da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da UERJ. Atua na educação formal de crianças e perscruta as sendas da história dessa mesma educação elementar. Une pontas desse largo tecido do magistério, sem a pretensão de concluir o tramado, mas movida pela beleza do ato de tecer. É essa seriedade e compromisso com a docência, temperada com grande sensibilidade que encontramos nas páginas de sua tese.

Para capturar aspectos do magistério Oitocentista na Corte Imperial, Angélica, com maestria, faz uso de uma metodologia inovadora. Se o professor Pardal é seu ponto de partida e de chegada, não esgota a narrativa. Ao contrário, ele é pretexto para que a autora possa incursionar pelas estratégias para constituir-se mestre em um momento em que as escolas normais são escassas; acompanhar os passos de conformação do magistério como carreira; compreender a abrangência territorial das escolas de primeiras letras; perceber a composição social e etária dos alunos no século XIX; perscrutar as agências de famílias e professores nas disputas com o Estado e no encaminhamento de demandas; e investigar a circulação internacional de saberes pedagógicos e sua apropriação no Brasil.

O período de estudo é amplo. Estende-se de 1830 a última década do Império. O conjunto documental utilizado é vastíssimo: relatórios, ofícios, correspondências de professores, mapas de frequência de alunos, jornais, almanaques, mapas do centro da cidade do Rio de Janeiro. O método leva ao limite a proposta de seguir o "fio do nome" de Carlo Ginzburg. São dezenas de alunos e professores cujas trajetórias acadêmicas foram acompanhadas por Angélica nas diversas fontes mobilizadas, exigindo um exercício de memória impressionante.

Tramas, agências, relações são concebidas de forma plural no desafio de perspectivar o passado na sua diferença, tencionando os limites da interpretação

histórica, por meio de uma escrita que mesmo tendo os sujeitos por objeto, não os objetiva, mas procura apreender os vestígios dessa humanidade pretérita.

Impecável talvez seja o adjetivo que melhor define esta tese que ora vira livro, como impecável é o caminho traçado por Angélica e impecável sua atuação acadêmica. Esta é uma leitura inesquecível de um trabalho que pode ser considerado como modelar a outras investigações. É também uma narrativa extremamente sedutora pela destreza da pena e pela sensibilidade do olhar que se projeta sobre a história da profissão docente e tenta captá-la na sua dimensão humana e experiencial. O professor Pardal é um dos vários mestres apreendidos nessa tessitura que, de modos distintos, une outros tantos professores de vários níveis, em dimensões sincrônicas e diacrônicas, e nos permite conceber essa antiga experiência docente como uma arte sempre (re)novada.

São Paulo, novembro de 2016.
Diana Vidal

Introdução

> La historia de la escuela es una historia de estas recepciones, acomodaciones, traducciones, apropriaciones, rechazos, resistências, fusiones, metamorfoses... Y la historia de la profesión docente es también la historia de cómo los actores reales de la enseñanza, excluidos como senãlamos al principio de los juegos de verdade que impuso el positivismo – en lo académico – y el liberalismo – en lo político -, han ido construyendo empiricamente un arte con el que legitimar, desde la propia practica, su protagonismo social y cultural.
>
> Agustín Escolano (2011)

Em que pese os efeitos das ações institucionais na configuração histórica da escola e da profissão docente, ambas são significativamente marcadas por uma variedade de ações "criativas", como assinala Escolano, e de experiências individuais e coletivas produzidas no jogo das tensões sociais, como se pode refletir a partir de uma apropriação conceitual de Thompson (1981). Neste estudo, os sujeitos escolares emergem como protagonistas na constituição da história da escola e da história da profissão docente, entendidos como agentes comprometidos nas tramas da escolarização: professores, alunos, suas famílias, inspetores da instrução e outros.

A análise dos diferentes graus de aproximação da escola com a sociedade, mobilizados por seus sujeitos, considerando o professor como um dos mediadores primordiais nessa relação, pode ajudar a compreender os modos de se constituir a docência e a escola. Como o professor participa das interações entre a escola e os diferentes espaços geográficos que se tornam, de diversas maneiras, espaços sociais, culturais e políticos: a rua, a freguesia, a cidade, o país e partes do mundo? Como a presença da escola passa a modificar as interações existentes entre os habitantes de uma determinada localidade e o modo como os sujeitos se relacionam com espaços de amplitudes e alcances distintos?

As formas transitórias, negociadas, contraditórias e criativas como professores e demais sujeitos escolares se inscrevem nos diversificados espaços da cidade, seus pertencimentos sociais, a maneira como tais inserções são traduzidas na escola e como os efeitos da escola se desdobram nos meios sociais conduzem às indagações de Elsie Rockwell: "Onde começa e onde termina a escola? Como permeiam o espaço escolar conteúdos do entorno social e cultural, e ao mesmo tempo, como influi nesse entorno a experiência escolar?" (2007, p.17, tradução nossa).[1]

Examinar o alcance dos efeitos da escola Oitocentista e do exercício da docência e como ideias e sujeitos em circulação, alguns oriundos de regiões internacionais, alcançavam a escola e o ofício de ensinar; analisar os efeitos da experiência escolar no cotidiano dos indivíduos, bem como as relações e conexões estabelecidas no interior de grupos de sociabilidade nos quais estavam inseridos e entre instituições permitem evidenciar mais intensamente as agências que emergem a partir dos processos de escolarização. Ao investigar os sujeitos de maneira articulada, colocando em evidência suas relações, atividades e deslocamentos, parto da reflexão de que "compreender as redes que se formam para unir de diversas maneiras estes atores, e as tramas complexas que se tecem entre eles, permite desenterrar novas histórias" (Rockwell, 2007, p. 29, tradução nossa).[2]

Com o intuito de compreender as "tramas complexas" urdidas pelos atores escolares em torno das escolas, selecionei e persegui um "fio" para alinhavar a análise: um professor público primário da Corte com uma longa trajetória docente, Candido Matheus de Faria Pardal. Seu nome, em um trabalho de rastreamento que recorreu a um conjunto diversificado de fontes e de tamanho considerável, constituiu uma bússola, aos moldes de Ginzburg (1991), que não engessa os rumos da reflexão, mas contribui para delinear caminhos e estratégias de pesquisa, análise e escrita. A seleção de um sujeito docente funcionou como uma estratégia para, ao mesmo tempo, suscitar questões para reflexão, delimitar a pesquisa e servir de parâmetro para periodização do estudo. Assim, o recorte temporal foi delineado considerando a trajetória de vida e profissional de um "decano dos professores públicos", Pardal, partindo da década de 1830 e se estendendo até a

[1] No original: "¿Dónde inicia y donde termina la escuela? ¿Cómo permean el espacio escolar contenidos del entorno social y cultural, y a la vez, cómo influye en esse entorno la experiência escolar?"

[2] No original: "[…] comprender las redes que se formam para unir de diversas maneras a estos actores, y las tramas complejas que se tejen entre ellos, permite desenterrar nuevas historias".

última década do Império. Cabe alertar, entretanto, que apesar das experiências de um indivíduo ter sido usada como fio condutor da pesquisa e da análise, este estudo não pretendeu constituir uma biografia do professor Pardal, mas uma história dos sujeitos escolares.

As escalas das escolas e da docência: conexões entre o local e o global

A reflexão acerca da trajetória destacada do professor Pardal implica considerar a articulação com outras trajetórias individuais, pois como alerta Elias "a ideia de indivíduos decidindo, agindo, e "existindo" com absoluta independência um do outro é um produto artificial do homem, característico de um dado estágio do desenvolvimento de sua autopercepção" (2011, p. 239). Portanto, a emergência de uma figura de notoriedade se apoia intimamente no estabelecimento de múltiplas relações. Elias adverte que na interação global de processos cada movimento individual "reage sobre os outros, quer obstruindo-os, quer reforçando-os" (1993, p. 50-51). Quais fatores sociais poderiam desencadear novos movimentos individuais e coletivos, novos relacionamentos humanos ou novas formas de integração e interdependência? A emergência da escola e dos sujeitos escolares certamente produziu novos arranjos nas sociedades. Nesse sentido, a escola também não poderia ser compreendida por si, mas, pensando a partir das contribuições de Elias, "apenas do ponto de vista da estrutura de relacionamentos humanos" (1993, p. 51). Assim, no entrelaçamento de tais questões, produz-se a indagação: o aparecimento de uma escola em determinada localidade poderia desencadear que tipos de relações e redes de interdependência?

Vincent et al. (2001) trabalham com a hipótese da pedagogização das relações sociais, como um modo de socialização escolar se impôs a outros modos de socialização. Sublinham que "os grupos não existem independentemente das formas de relações sociais no âmago das quais eles se constituem" (p. 36) e que, assim como Foucault observou a existência de dispositivos transversais em instituições, as formas sociais também perpassam as instituições. Nessa perspectiva, os autores operam com a ideia de que a forma escolar das relações sociais não fica restrita ao interior da escola e que, no sentido inverso, a instituição escolar também é afetada por formas de relações sociais diferentes.

Os autores igualmente assinalam que a escola, por transmitir saberes e conhecimentos ao mesmo tempo em que funciona como espaço de estabelecimento de formas específicas de relações sociais, está ligada a formas de exercício

do poder. A apropriação de saberes faz parte da aprendizagem das relações sociais e de poder, aspecto que coloca os espaços educativos, sendo a escola apenas um entre tantos lugares de aprendizagem, no cerne da problemática.

Henrique Espada Lima (2006) apresenta algumas contribuições para pensar o problema a partir da micro-história. Ao abordar os estudos de Grendi, assinala a defesa de

> [...] colocar no centro da pesquisa os nexos que se estabelecem entre indivíduos e sociedade a partir das relações que os indivíduos estabeleciam entre si. O campo de interesse da microanálise se definia assim a partir da compreensão da organização social como um "universo relacional" definido como o "campo das relações interpessoais" (Lima, 2006, p. 121, grifos do autor).

As contribuições da micro-história favorecem a reflexão em torno de um certo ponto de encontro entre indivíduos e sociedade, balizado por em um grupo social mais específico, o dos sujeitos escolares, cujas agências (Bhabha, 1998) ajudariam a moldar formas sociais e, possivelmente, a própria profissão docente. Parafraseando Lima, no centro dessa pesquisa situam-se os nexos que se estabeleceram entre os indivíduos de uma região na qual a escolarização se fez presente e seus sujeitos escolares, mediados pela figura do professor. Para examinar tais nexos produzidos pela trama escolar, tornam-se férteis as contribuições da "microanálise das redes de relações sociais como processo definidor da história social, e a redução da escala de análise como operação passível de ser realizada sobre problemas historiográficos de qualquer dimensão" (Lima, 2006, p. 147).

Uma questão bastante discutida emerge quando se fala do tratamento dado pela micro-história às relações sociais que é o "risco de se perder o contexto geral em que essas relações se inseriam", bem como o fato de que dar atenção aos micropoderes e aos conflitos locais, "poderia igualmente levar a descuidar dos horizontes mais amplos de escala" (Lima, 2006, p. 128). Operando com um conceito de jogos de escala, Revel (1998) problematiza que na experiência da microanálise, no entanto, "cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos – e portanto se insere em contextos – de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global" (p. 28). Desse modo, para o autor, não existe hiato, nem oposição entre história local e história global.

A "referência a uma ou a outra depende do que o historiador deseja ver", pondera Chartier (2009, p. 54-55) que, apoiando-se em Ricœur, também enfatiza

que em cada escala podemos ver coisas que não são vistas em outra. Uma história global pode reconhecer nas "situações mais locais as interdependências que as ligam ao longe, sem que necessariamente os atores tenham clara percepção disso" (p. 57). Insere-se na reflexão a apresentação, por Chartier, do conceito de "glocal" concernente aos "processos pelos quais são apropriadas as referências partilhadas, os modelos impostos, os textos e os bens que circulam mundialmente, para fazer sentido em um tempo e em um lugar concretos" (p. 57).

A discussão das relações entre os sujeitos escolares e seus efeitos no processo de escolarização, na profissão docente e na sociedade se deu, portanto, a partir de jogos de escalas (Revel, 1998), em que o local e o global se encontram entrelaçados, considerando que "variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama" (p. 20).

Inspirada nos procedimentos de Giovanni Levi, de Simona Cerutti e de Cerutti em seus respectivos trabalhos, elencados por Revel, a intenção do estudo foi, diante das tendências mais visíveis, fazer aparecerem "as estratégias sociais desenvolvidas pelos diferentes atores em função de sua posição e de seus recursos respectivos, individuais, familiares, de grupo etc." (Revel, 1998, p. 22); bem como revogar certezas e mostrar, partindo do "jogo das estratégias individuais e familiares, e de suas interações, que as identidades profissionais e suas traduções institucionais, longe de serem estabelecidas de forma definitiva, são objeto de um constante trabalho de elaboração e de redefinição" (Revel, 1998, p. 25).

Para Cerutti, ao contrário da estabilidade, tudo configura objeto de conflitos, negociações e transações provisórias. Assim, as estratégias pessoais ou familiares são socializadas "na medida em que são inseparáveis de representações do espaço relacional urbano, dos recursos que ele oferece e das limitações que impõe, a partir das quais os atores sociais se orientam e fazem suas escolhas" (Revel, 1998, p. 25).

Para Revel trata-se, portanto, de desnaturalizar os mecanismos de agregação ou de associação, por meio das modalidades relacionais que os tornam possíveis. As diversas maneiras das famílias dos alunos e da corporação docente se inscreverem e atuarem na dinâmica de uma sociedade podem nos apresentar um jogo de estratégias sociais que evidenciem suas posições, recursos e experiências, mas que também atuem na sua constituição por meio de um permanente processo de interações, negociações, mediações e redefinições das próprias posições no espaço social. Cabe ressaltar, também, que as relações produzidas a partir das

escolas foram apreendidas, não tomando um indivíduo ou grupo em relação de dominação um sobre outro, mas percebendo como o poder circula ou não nas relações de diferentes contornos e arranjos (Foucault, 2005).

O conceito de experiência usado ao longo do estudo se apoia nas reflexões de Thompson (1981). O uso da categoria para pensar questões da história da educação tem sido lançado mão por diversos pesquisadores brasileiros da área nos últimos anos. Schueler (2008), ao analisar culturas escolares e experiências docentes, no caso do município da Corte, na segunda metade do século XIX, opera com o conceito, destacando que a experiência não se expressa somente a partir da posição de cada um em relação ao modo de produção, mas envolve também valores morais, sentimentos, normas sociais e obrigações familiares, por exemplo. A noção de experiência

> [...] redimensiona a atuação de cada um que está inserido em situações, realidades culturais múltiplas e que experimenta diversas redes de sociabilidade e partilha diferentes representações sobre si mesmos e o mundo em que vivem e que efetivamente fazem – na tradução, não muito feliz do *making of* proposto por ele. A despeito do que afirmam os críticos, considerar a experiência é trabalhar com a perspectiva das diferenças, a partir de diversificados referenciais caros ao campo (2008, p. 14).

Nesse sentido, vale elencar as contribuições de Vidal acerca da ideia de docência como experiência coletiva, apreendida pela autora a partir de quatro elementos:

> 1) trajetória escolar dos professores; 2) relação intersubjetiva estabelecida com diferentes atores sociais (e escolares) nos vários níveis; 3) confrontação dos sujeitos com as condições materiais da existência e do trabalho docente; e 4) o magistério como uma tradição inventada (2010, p. 711).

Para operar com essa dinâmica, Vidal destaca três aspectos das reflexões de Thompson: a de que a experiência se produz no plano das ideias como na dos sentimentos; está situada no interior da cultura sendo, portanto, individual e coletiva, o que torna possível afirmar a relativa autonomia dos sujeitos diante dos chamados determinismos de classe; e a de que é produzida no jogo das tensões sociais. Apreender o magistério como experiência significa

> [...] entendê-lo como resultante das escolhas, nem sempre conscientes, que os sujeitos realizam no interior da cultura, na maneira relativamente autônoma com que transitam na sociedade e se inserem nas lutas sociais, em ações orquestradas coletiva ou individualmente (p. 713).

Considerando tais reflexões, a autora assinala que denomina trajetória escolar o “conjunto da experiência acumulada pelo sujeito professor ao longo de sua vida” (p. 713), compreendendo a produção das práticas docentes no “amplo ciclo da escolarização”, incluindo sua constituição enquanto aluno: “Ser aluno, assim, ajuda a produzir a identidade de ser professor” (p. 713).

Também torna-se fértil o uso do conceito de “agências” para compreender o conjunto heterogêneo de relações estabelecidas entre os sujeitos escolares. Homi Bhabha (1998) apresenta uma definição de agência que se refere às práticas interessadas dos sujeitos diante das contingências emergentes em seu espaço de atuação. Segundo Ortner (2007), Giddens (2003) é considerado um dos autores dos “textos fundacionais” a trabalhar com “agências”. Para ele, a agência consiste na capacidade de intervir no mundo, no fluxo da vida cotidiana, mesmo sob situações adversas, e de “criar uma diferença”. A ação envolve poder e pressupõe, com isso, relações de autonomia e dependência entre atores ou coletividades em interação social.

No caso de Bhabha (1998, p. 240), o autor pensa a agência a partir de uma discussão sobre a cultura, entendendo-a como uma produção irregular e incompleta “composta por demandas e práticas incomensuráveis, produzidas no ato da sobrevivência”. A reflexão de cultura como estratégia de sobrevivência pode ser remetida às práticas de sobrevivência no ofício docente, na escola e na sociedade, operadas por diferentes sujeitos/agentes.

Bhabha assinala a potencialidade da agência como um processo de atuações/intervenções com intencionalidade e propósito que emerge no “entre-tempo” e é constituída por meio do uso estratégico da contingência histórica. O “entre-tempo” – ou intervalo temporal – consiste em um momento de deslocamento e de reinscrição, bem como de uma individuação dos sujeitos contígua com o social e contingente em relação a ele. No dispositivo da contingência, o agente ocupa a posição dialógica do cálculo, da negociação e da interrogação discursiva. Assim, a noção de agência como produtora de narrativa do discurso histórico pode adquirir diferentes matizes como, por exemplo: agência rebelde, agência subalterna, agência coletiva e agência negociada, exploradas ao longo dos

capítulos. Nesse sentido, no âmbito das contingências atreladas à escola, insere--se a "agência docente", termo já usado em alguns estudos da área de educação.

De tal modo, o estudo pretendeu compreender essas relações, dando relevo aos arranjos decorrentes que foram construídos e que contribuíram para a configuração da profissão docente e da escolarização na Corte. Para tanto, levo em consideração pesquisas já realizadas em torno de seus aspectos constitutivos como: formação (Villela, 2002a; Uekane, 2008 e 2016), recrutamento (Garcia, 2005), inspeção do ofício (Borges, 2008), associativismo (Lemos, 2006), produção intelectual e experiências docentes (Schueler, 2002, 2005 e 2008 e Chamon, 2008); feminização do magistério (Guimarães, 2011); relação entre o público e o privado na instrução primária (Limeira, 2011); escolas noturnas e formação de trabalhadores (Costa, 2007 e 2013); bem como o diálogo com pesquisas de outras regiões do Brasil no Oitocentos como, por exemplo: São Paulo e Paraná (Alcântara, 2014; Munhoz, 2012; Gallego, 2008; Vidal, 2008a e Barros, 2005) e Minas Gerais (Gouvêa, 2001; Faria Filho, 2000 e Fonseca, 2011), entre outras.

O crescimento do número de escolas públicas primárias na Corte ao longo do século XIX, bem como em outras regiões do país, poderia permitir o crescimento do número de um grupo específico de mediadores culturais que eram acessíveis à população em geral – os professores públicos. Acompanhar a trajetória de alunos pode nos mostrar os efeitos dessa possível mediação.

Nesse processo de crescimento, recuar a um período de poucas escolas pode nos ajudar a entender os caminhos da escolarização, assim como a trajetória dos professores, principalmente daqueles que atravessaram o século e puderam testemunhar o aumento do número de escolas. Entre as 25 escolas em funcionamento na época da Reforma de 1854, sete existiam há pelo menos 20 anos. Haveria diferenças na forma como as escolas mais antigas e as mais novas lidavam com a reforma em razão do tempo de existência de cada uma delas? O tempo também seria um fator de distinção no modo como os professores experienciam a vida e a profissão? Uma escola mais antiga, com existência consolidada, proporcionaria à localidade experiências distintas das de uma escola recém-criada ou com poucos anos? Voltamos à questão do quanto a criação e/ou a permanência de uma escola em determinada região pode afetar a dinâmica local e qual a relação disso com o tempo social e escolar (Borges e Vidal, 2014).

O tempo como fator preponderante da experiência e da emergência de questões na sociedade é abordado por Chapoulie e Briand (1994, p. 38, grifos do autor) que afirmam ser necessário

> [...] um certo prazo para que uma transformação institucional incorpore-se nos fatos, em especial, no caso da criação de um novo tipo de estabelecimento ou de ensino, e para que as alterações correlativas das relações entre as diferentes partes da instituição sejam concluídas. Também é necessário um certo tempo para que as categorias de pessoal, recém-criadas, atinjam uma comunidade de perspectiva e de interesse, contribuindo para a definição do conteúdo da forma de escolarização correspondente. É necessário um período relativamente longo para que os 'problemas' que qualquer transformação institucional produz sejam definidos e reconhecidos como tais, dentro e fora da instituição. E um prazo mais longo ainda para que os efeitos dessas transformações sobre os 'produtos', que são os alunos, possam aparecer (por exemplo, a superprodução ou produção insuficiente de determinado tipo de diplomados, sua 'adaptação' ou 'inadaptação' a esta ou àquela profissão).

Embora apresentem a discussão sobre tempo por meio de uma perspectiva da "evolução", suas afirmações nos trazem elementos para pensar como a temporalidade pode afetar, a curto ou longo prazo, a experiência escolar a partir do sujeito, da localidade e da sociedade de uma forma geral, permitindo a emergência de problemas, mudanças, culturas e relações – como veremos no decorrer dos capítulos – e até mesmo de instituições, como no caso da indústria voltada para produção de materiais e mobiliários escolares (Vidal, 2005, 2009).

Analisar a escola no interior de um escalonamento de aspectos sociais e culturais pode permitir a percepção de um modo de inserção na sociedade que tem a ver com suas relações e agências desdobradas em torno dos agrupamentos sociais mais populares e assim como dos mais elitizados. Qual a relação da escola pública primária e de seus atores com espaços reivindicatórios, profissionais, comerciais, políticos, religiosos, beneficentes? Ou, exemplificando mais diretamente com casos tratados neste livro, qual a relação possível entre uma escola pública e a Associação de Saneamento da Capital do Império, ou com a Associação Paroquiana de Santana e a Comissão de Arrolamento da Corte? Qual seria a relação entre a sociedade recreativa Club Mozart e o movimento associativista docente?

A escolarização poderia afetar tanto o indivíduo como o seu agrupamento em institutos, sociedades, associações, comissões e outras formas de agregações. Diante disso, à medida que essa instituição vai se fazendo mais presente, para perceber a escola na vida dos sujeitos torna-se imprescindível perceber igualmente a escola na vida dos círculos culturais e sociais. De uma forma mais localizada,

ainda podemos pensar na relação da escola com os sujeitos pertencentes a esses agrupamentos, como, por exemplo, os comerciantes, prestadores de serviços, os artesãos, os escravizados, os libertos, os pobres, os mais abastados, como os membros das elites que poderiam matricular seus subalternos ou protegidos.

Vincent et al. (2001) assinalam que a "predominância do modo escolar de socialização se manifesta pelo fato da forma escolar ter transbordado largamente as fronteiras da escola e atravessado numerosas instituições e grupos sociais" (p. 39). Em razão da escolarização constituir um processo que começou a se expandir no século XIX – o que portanto significa que o modo escolar de socialização também estava em processo de emergência –, podemos pensar a escola como uma instituição que foi se tornando cada vez mais familiar ao longo do século XIX no Brasil. Contudo, nesse desdobramento, desprovido de consensos, suas unidades isoladas geograficamente podem ter funcionado com outros referenciais ou servido para fins variados até que o chamado "modo escolar de socialização" se tornasse proeminente.

Compreendidos como sujeitos constituídos na trama histórica, recebem destaque, neste estudo, indivíduos mobilizados pela escolarização: professores, alunos, famílias, ex-alunos, agentes do governo e demais sujeitos ligados à escola de alguma maneira. Como eles se tornam sujeitos escolares, como aderem à escolarização, em que condições e com quais relações? Ao se relacionar com os sujeitos em trânsito em sua vida, estabelecer relações ou manter as já existentes, o professor adquire uma determinada posição em seu meio social, que pode ser de prestígio, relativo destaque, indiferença ou ostracismo. Ao compor as lentes de observação usadas para tratar da instrução, podemos tentar perceber em que medida as experiências dessas relações constituem o funcionamento da escola e são por ela constituídas, o modo como produzem o professor e a maneira como os mestres se (re)posicionam nos lugares sociais e políticos.

As fontes

A reflexão demandou a realização de uma série de levantamentos e a sistematização de dados que se referem à localização das escolas públicas, aos professores que nelas lecionaram, aos adjuntos que se tornaram professores nessas escolas – e após definir a trajetória de Pardal como fio condutor de análise –, aos alunos, às famílias e aos habitantes do entorno da Escola de meninos da freguesia de Santa Rita.

Para tanto, recorri a um repertório variado de fontes, a saber: Relatórios da Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte (IGIPSC); Relatórios dos Ministros do Império; Coleção de Leis do Império; edições do *Almanak Laemmert*; documentos manuscritos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), do Arquivo do Museu D. João VI – UFRJ e do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM); livros raros sob a guarda da Biblioteca do Livro Didático – USP, do Real Gabinete Português de Leitura, da Bibliothèque Nationale de France (BNF), da Bibliothèque Historique de la Ville de Paris (BHVP) e da Bibliothèque da École Normale de Lyon; mapas da sessão de cartografia da Biblioteca Nacional (BN); e uma grande coleção de jornais da época estudada, disponibilizado pela Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Parte das informações levantadas em tais fontes foi sistematizada em quadros, que se encontram como apêndices ao final do livro, para facilitar a organização e a operação de análise. A partir deles foram construídos quadros menores situados no interior dos capítulos. Os quadros que compõem os apêndices são:

1. Quadro das Professoras públicas primárias
2. Quadro dos Professores públicos primários
3. Quadro das Professoras adjuntas
4. Quadro dos Professores adjuntos
5. Lista de endereços das escolas
6. Alunos da Escola de Santa Rita e seus encarregados (entre 10/01/1855 e 25/01/1856)
7. Notas de jornais referentes às ocupações dos alunos e encarregados e outras observações.
8. Quadro de vizinhança dos alunos
9. Notas de jornais referentes ao professor Pardal
10. Notas de jornais referentes aos professores

Os dois primeiros quadros resultam de um investimento de pesquisa iniciado ainda na graduação. Por isso, versões deles são encontradas tanto na minha monografia de graduação (Borges, 2005a) quanto na dissertação de mestrado (Borges, 2008) e foram elaborados, principalmente, com dados dos relatórios da Inspetoria. Posteriormente, durante a pesquisa de doutorado, foram acrescidas

informações obtidas em documentos manuscritos do AGCRJ, no *Correio Oficial* – folha do governo, referente ao período anterior a 1854, ano em que começaram a serem produzidos os relatórios da Inspetoria – e no *Almanak Laemmert*. Os quadros (apêndices 1 e 2) apresentam os nomes dos professores, a data de nomeação, as freguesias em que atuavam e as movimentações no cargo e nos permitem observar um panorama dos sujeitos do ofício que atuaram nas escolas da Corte. Também elaborei, com base nos relatórios da Inspetoria – recorrendo algumas vezes ao *Almanak Laemmert* –, o quadro dos professores e professoras adjuntos (apêndices 3 e 4). Apesar de possíveis falhas, como imprecisões de data, os quadros nos fornecem uma gama de elementos que ajudam a compreender a "trajetória" da profissão docente ao longo do período estudado.

Os quadros 7, 9 e 10 foram elaborados lançando mão do recurso de pesquisa de busca por palavras disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. No entanto, os nomes dos professores foram extraídos de relatórios e os nomes dos alunos e encarregados, de mapas de matrícula do ano de 1855 da escola onde lecionava Pardal. Determinadas informações encontradas não foram inseridas nos quadros em razão de se privilegiar aquelas que se relacionavam a questões discutidas na tese.

Apesar da riqueza de possibilidades de pesquisa proporcionadas pelo recurso da Biblioteca Nacional, o procedimento precisa ser problematizado. A ferramenta de pesquisa de palavras facilita o processo de busca por informações, no entanto, a qualidade do estado de conservação dos jornais poderia interferir na nitidez do documento digitalizado, prejudicando a identificação da palavra pelo sistema. Em determinados casos em que o problema foi detectado, a relevância da informação obrigou a procura da sequência dos fatos narrados utilizando outras estratégias não tão "sofisticadas" eletronicamente, como percorrer cada página digitalizada das edições posteriores, mediante indícios extraídos dos próprios jornais. O problema sinaliza a existência de limitações do recurso, como deixar de localizar dados relevantes, por exemplo, fato a ser considerado nas reflexões.

A grande quantidade de registros de variadas espécies, como notas, artigos e propagandas, publicados nos jornais em torno dos sujeitos investigados demonstra uma intensa atividade de escrituração sobre o outro no século XIX, bem como sobre os lugares e modos de inscrição dos sujeitos e sobre os sujeitos. Segundo Foucault (2003), o registro intenso capta e fixa os indivíduos, submetendo-os a um princípio de visibilidade. No caso da imprensa, visibilidade social, política e policial, em consonância com os tipos de indivíduos noticiados. Nesse sen-

tido, a condição dos sujeitos, com diferentes pertencimentos, posses e poderes, constitui aspecto importante na definição do lugar de aparecimento do nome nas seções constitutivas do gênero jornalístico: crônicas policiais ou judiciárias, fatos diversos, decisões oficiais do governo, funcionalismo público, obituário, atividades sociais, culturais, políticas, religiosas ou profissionais.

O repertório variado de informações em torno dos sujeitos investigados também assinala a variedade e a qualidade de sua inserção na sociedade e da vida urbana carioca Oitocentista. No âmbito dos estudos da história e biografia urbana, Barbuy (2006, p.21) alerta para o cuidado com as "visões panorâmicas" sob o risco de perder a "riqueza das histórias locais, das formas como indivíduos e grupos sociais circunscritos a pequenos universos urbanos ou rurais ter-se-iam movimentado, imprimindo caráter original a processos aparentemente homogêneos". Barbuy elenca a relevância da micro-história para "trazer à luz dinâmicas que podem ter sido intensamente vividas por indivíduos ou grupos e que ficaram obnubiladas sob o véu das explicações mais gerais" (p. 21).

Nesse sentido, em que pese os condicionamentos inerentes ao gênero, utilizar os jornais como fonte permite localizar "histórias inesperadas", a riqueza de histórias locais e narrativas de experiências individuais e coletivas de estar na cidade. No levantamento realizado, o *Diário do Rio de Janeiro* e o *Correio Mercantil* foram os jornais com maior quantidade de referências encontradas. Fundado em 1821, o *Diário do Rio de Janeiro*, segundo dados da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, teria sido o primeiro jornal do país com caráter informativo e publicação de anúncios. Possuía grande popularidade e se manteria distanciado de questões políticas. Sua publicação foi interrompida algumas vezes. Teve como redator-chefe José de Alencar, em 1859, e contou com Machado de Assis em suas fileiras, após o ressurgimento do jornal, em 1860 (Sodré, 1999).

O *Correio Mercantil,* publicado entre 1848 e 1868, foi um dos jornais em que também trabalhou Machado de Assis, na função de revisor, em 1859. Pertencia a Francisco Alves Branco Muniz Barreto, que posteriormente passou a direção para o genro, o advogado Francisco Otaviano de Almeida Rosa (Sodré, 1999). Segundo Sodré, o jornal adotou explicitamente uma posição político-partidária e se tornou a folha mais difundida na época. Francisco Otaviano era ligado ao Partido Liberal e foi membro do Conselho Diretor da Instrução, durante a gestão do inspetor Eusébio de Queiroz. O diretor do *Correio Mercantil*, portanto, era membro de uma instância que deliberava medidas para instrução de alunos com

algum tipo de relação com os vários sujeitos que Francisco Otaviano noticiava nas páginas do seu jornal.

Um professor da Corte em pauta nos periódicos oitocentistas

> Lá vai a historieta que me reporta ao ano de 1854. Quando eu me preparava para os exames de 4º ano do Colégio de Pedro II, disseram ao meu pai que era de necessidade mostrar-me habilitado em música, aula suplementar aos estudos e dirigidas por um tal Luz, muito adiantado em anos e rabugento, contraste perfeito com o outro professor da matéria também suplementar, desenho, o Pardal, que sempre se mostrava disposto à galhofa e tinha verdadeira cara de Páscoa.
>
> Visconde de Taunay (Memórias)

É interessante observar a representação em torno do professor de desenho nos anos imperiais do Colégio de D. Pedro II, descrito como galhofeiro, de cara sorridente e prazenteira nas memórias de Visconde de Taunay. Seu pai, a quem foi dirigido o conselho, Félix-Émile Taunay, foi professor e diretor da Academia Imperial de Belas Artes. Seu avô, Nicolas-Antoine Taunay, chegou ao Brasil em 1816 como parte da "Missão Artística Francesa" que integrou o grupo de fundadores da referida Academia. Torna-se importante ressaltar tais fatos, diante da relação do personagem investigado com o aprendizado das belas artes, como veremos a seguir.

O ex-aluno Visconde de Taunay (2004, p. 144, grifos do autor) nos oferece mais uma curiosidade, por meio de uma nota de rodapé em suas *Memórias*, que sugere a existência de certa popularidade do professor Pardal:

> Esse Pardal foi, numa cançoneta muito em voga, incluído, ao lado de Chica Polka, uma *lorette* de todos os tempos, e o teatro Provisório, no número das coisas imortais: 'Tudo passa, tudo morre/ Neste mundo transitório/ Só não morre a Chica Polka/ O Pardal e o *Provisório*'.[3]

Natural do Rio de Janeiro, Pardal nasceu em 10 de janeiro de 1818 (Blake, 1899). Sua filiação foi localizada durante a pesquisa nos jornais. Conforme informação obtida na lista de qualificação dos votantes da freguesia do Engenho Novo

[3] Informação obtida por meio de um texto de Paulo José Pardal, seu bisneto, na revista do IHGB (1990).

(*Diário do Rio de Janeiro*, 22 jan. 1877) era filho de Matheus Henriques de Faria. Sua mãe foi identificada durante o levantamento dos familiares dos alunos da escola pública de Santa Rita de 1855. Coincidentemente, a mulher responsável por um dos alunos era mãe de Pardal. Chamava-se Elisa Vieira da Silva (*Gazeta de Notícias*, 12 mar. 1881).

A publicação de nota acerca de seu 70.° aniversário na primeira página do jornal *O Paiz*, cuja tiragem era de 25 mil exemplares corrobora a ideia de que Pardal era uma figura que tinha certo destaque na sociedade.

Figura 1 – Nota acerca do aniversário de Pardal

O PAIZ

Completa hoje 70 annos o decano dos professores publicos da côrte, o commendador Candido Matheus Faria Pardal, a quem dirigimos cordiaes votos por mais longa e mais prospera existencia.

Fonte: O Paiz, 10 jan. 1888, Biblioteca Nacional.

Pardal fez carreira na docência, assim como a docência parece ter feito carreira na família por gerações. Avô, neto, bisneto, tataraneta. Todos professores. Pardal era casado com Maria Elysa Willenghby da Silveira Pardal. Provavelmente, seria seu segundo casamento, pois em 1860 aparece como viúvo (*O Correio da Tarde*, 25/02/1860). Teve dois filhos, um deles de mesmo nome, Candido Matheus de Faria Pardal Junior, que se esquivou do magistério, tornou-se militar e foi combatente na Guerra do Paraguai. Pardal Junior se casou com Josephina Belmira de Araújo Netto. Com ela teve alguns filhos, um dos quais se tornou professor da Faculdade de Medicina da UFRJ (Pardal, 1990). Este último também teve um filho, chamado Paulo José Pardal, que foi professor universitário. Lecionou na UFRJ e na UERJ e veio a falecer em 2004. Paulo Pardal tinha coleções de carrancas e de outros objetos de valor histórico que estavam sendo organizadas por sua filha, Maria Vittoria Pardal, também professora universitária, tataraneta do professor Oitocentista.[4]

O professor Candido Matheus de Faria Pardal ainda não havia sido objeto de estudo aprofundado. No entanto, era citado nas pesquisas como um dos signatários do Manifesto dos Professores da Corte de 1871 (Schueler, 2002; Lemos, 2006 e Borges, 2008), como diretor das escolas municipais (Schueler e Gondra, 2008) e como autor, juntamente com José Ortiz, de uma gramática (Teixeira, 2008 e Schueler; 2008). Escarafunchando arquivos e diversas fontes, foi possível reunir uma série de dados a respeito da sua trajetória na vida profissional e pessoal que dão visibilidade à situação de destaque do professor no cenário escolar Oitocentista. Considerando isso, a análise se organizou em torno de conjuntos de relações constituídas a partir da e na escola, que consideram as conexões entre professores, governantes, famílias dos alunos, vizinhança, a cidade e o mundo estrangeiro, em um momento de intensificação do processo de escolarização na sociedade da Corte.

Em razão da longa permanência e experiência na docência que, com base nos documentos, estima-se ser de pelo menos 42 anos, dividindo-se entre escolas públicas e particulares, de meninos e de meninas, de primeiras letras, de desenho, caligrafia, gramática, de ensino primário, secundário e profissional, como diretor das escolas municipais, examinador e escritor de compêndios, membro de bancas de concurso público e de diversos exames, o professor testemunhou uma série de mudanças e permanências no processo de escolarização e na profissão ocorridas

[4] Cf. "Arte popular à espera de um museu", reportagem de *O Estado de São Paulo* de 16 jun. 2009. Disponível em http://cultura.estadao.com.br/noticias/artes,arte-popular-a-espera-de-um-museu,387904. Acesso em 14/01/2012.

na Corte, no âmbito jurídico, político e pedagógico. Também pôde acompanhar e participar de outro tipo de mudança: a dos sujeitos – da profissão, do governo ou da escolarização. Nesse sentido, enquanto regente, testemunhou e atuou em mudanças pedagógicas, mudanças na burocracia escolar e no público atendido; enquanto colega de profissão, acompanhou o movimento de nomeações – em muitas das quais teve participação direta ao ser membro de bancas –, remoções, jubilações, exonerações, assim como de casamento e morte de colegas professores; enquanto empregado subordinado do Estado testemunhou o estabelecimento ou mudanças de leis, normas, políticas e formas de gestão por parte do governo; e enquanto um sujeito da cidade, mudanças no espaço urbano e na sociedade carioca. Testemunhou, mas também atuou ativamente e, ao mesmo tempo, foi mudando junto com a profissão, a escola e a cidade.

Nesta pesquisa, busquei investigar por quais lugares transitou, as relações estabelecidas ao longo da vida, as atuações políticas e sociais que deram destaque a esse professor, cujo nome circulou significativamente pela imprensa pedagógica e, principalmente, nas notícias em geral. A reflexão também esteve atrelada à realização de estágio de pesquisa na França no período de agosto a dezembro de 2013, por meio do Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior da CAPES, que possibilitou investigar e analisar a interlocução do professor Pardal com as obras do inspetor da instrução francês Jean-Jacques Rapet.

Para Hilsdorf (2006), uma das maneiras de observar a propagação e recepção de ideias e práticas pedagógicas no Oitocentos é partindo "da circulação para a circularidade", envolvendo as maneiras como elas transitavam na sociedade e os círculos de recepção. Circulação e circularidade que podem ser observadas em diferentes escalas. E é nesse jogo de escalas que, segundo Vidal, se podem compreender os múltiplos móveis "de deslocamentos constantes operados no interior das tramas de sentido e de ação" (2007, p. 261) na circulação dos sujeitos pelos mundos, sejam eles lugares geográficos, culturais ou sociais. No caso da pesquisa em torno do professor Pardal, privilegio suas ações nos lugares sociais, nos "círculos", procurando evidenciar as tramas constituídas por seus deslocamentos na sociedade carioca da época e sua habilidade de transitar por espaços de diferentes matizes sociais. Deslocamentos e trânsitos esses que podem ser identificados ao seguirmos seu nome na imprensa Oitocentista, permitindo-nos compor um cenário de "circulações" e de "circularidades".

O resultado do rastreamento do nome de Pardal nos mais diversos tipos de periódicos do século XIX permitiu elaborar quadros e puxar os fios para compor

uma teia de análise, em articulação com os outros capítulos. Para tanto, recorri majoritariamente a um recurso eletrônico de pesquisa por palavra em cerca de 400 periódicos Oitocentistas digitalizados pela Biblioteca Nacional e disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira. No conjunto, 58 apresentam o nome de Pardal ao menos uma vez. Nome que atravessa o século, começando em 1837 e percorrendo até 1893, quatro anos após sua morte. Não foram consultados os periódicos lançados após a Proclamação da República. As informações existentes após esse período, que constam no quadro da pesquisa, são de jornais publicados durante o Império e que continuaram sendo veiculados após o fim do regime monárquico.

No material pesquisado também aparecem notícias referentes à sua esposa e a um dos filhos que, quando consideradas relevantes para a problemática da pesquisa, também fizeram parte da listagem. Os registros estão organizados em um quadro que pode ser encontrado no apêndice 9 e que sintetiza as informações, contendo data, nome do periódico, página e assunto. Uma quantidade expressiva de notícias, notas, comunicados oficiais e outros tipos de informações foi localizada, somando um total de 480 registros (o apêndice 9 inclui mais uma nota do *Diário Oficial* que não está disponível na Hemeroteca da BN). O quadro I apresenta a lista dos 58 periódicos pesquisados organizados por ordem decrescente de acordo com o número de vezes que apresentaram o nome do professor.

Quadro 1 – Lista de periódicos com o nome do professor Pardal

N.	Nome do periódico	Período de publicação disponibilizado pela BN	N° de notas
1	Correio Mercantil	1848 a 1868	132
2	Diário do Rio de Janeiro	1821 a 1878	128
3	Diário de Notícias	1870 a 1872/1885 a 1895	20
4	Revista Ilustrada	1876 a 1898	17
5	Correio do Brazil	1871 a 1872	16
6	O Globo	1874 a 1883	16
7	O Apóstolo	1866 a 1901	11
8	O Cruzeiro	1878	10
9	O Paiz	1884 a 1889	10
10	Gazeta da Tarde	1880 a 1901	8
11	O Correio da Tarde	1855 a 1862	8
12	Correio Oficial (RJ)	1833 a 1841	7

13	A Reforma – Órgão Democrático	1869 a 1879	7
14	Brazil – Órgão do Partido Conservador	1883 a 1885	7
15	A Nação – Jornal Político, Comercial e Literário	1872 a 1876	6
16	O Repórter	1879	6
17	A Folha Nova	1882 a 1885	5
18	A Província – Órgão do Partido Liberal (Recife)	1872 a 1919	5
19	O Fígaro: Folha Ilustrada	1876 a 1877	4
20	O Monitor (Bahia)	1876 a 1881	3
21	O Espírito-Santense: Jornal Político, Científico, Literário e Noticioso (ES)	1870 a 1889	3
22	O auxiliador da Indústria Nacional	1833 a 1896	3
23	Cidade do Rio	1887 a1902	2
24	Constitucional	1862 a 1864	2
25	Diário de Belém (Pará)	1868 a 1889	2
26	Diário do Povo	1867 a 1869	2
27	Gazeta da Noite	1879 a 1880	2
28	Jornal da Tarde	1869 a 1872	2
29	O Auxiliador da Administração do Correio da Tarde	1856 a 1857	2
30	O Grito Nacional	1848 a 1858	2
31	O Leopoldinense – Folha Comercial, Agrícola e Noticiosa (MG)	1881 a 1896	2
32	O Mercantil	1872 a 1892	2
33	O Mosquito	1872 a 1877	2
34	Gazeta de Notícias	-	2
35	A Actualidade	1859 a 1864	1
36	A Constituição (Ceará)	1863 a 1889	1
37	A Província de Matto-Grosso	1879 a 1886	1
38	A República – Propriedade do Club Republicano	1870 a 1874	1
39	A Vida Fluminense – Folha Ilustrada	1868 a 1874	1
40	Almanak Popular do Rio de Janeiro	1878 a 1879	1
41	Boletim do Grande Oriente do Brasil	1871 a 1891	1

42	Correio Oficial de Goiaz	1837 a 1921	1
43	Correio Paulistano	1854 a 1929	1
44	Diário de Minas	1888 a 1889	1
45	Diário de S. Paulo	1865 a 1878	1
46	Diário do Comercio	1888 a 1892	1
47	Gazetinha	1880 a 1883	1
48	Indicador Comercial do Almanak Popular	1878	1
49	Jornal da Tarde (São Paulo)	1878 a 1881	1
50	Jornal do Aracaju (SE)	1872 a 1878	1
51	Jornal do Pará	1867 a 1878	1
52	O Brasil Histórico: Jornal histórico, político, literário, cientifico e de propaganda homeopática.	1864 a 1882	1
53	O Mercantil (Petrópolis)	1844 a 1847	1
54	O Observador	1847 a 1861	1
55	O Publicador	1864 a 1869	1
56	Opinião Liberal	1866 a 1870	1
57	Pequeno Almanak	1842 a 1843	1
58	Tribuna Liberal	1888 a 1889	1
TOTAL			480

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no quantitativo de notas localizadas nos jornais da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Os dois periódicos que encabeçam a lista, *Correio Mercantil* e *Diário do Rio de Janeiro*, ambos cariocas, concentram a maior parte das notícias, seguidos pelo *Diário de Notícias* e também, curiosamente, pela satírica *Revista Ilustrada*. Por meio desse vasto material, foi possível acompanhar a vida pública de Pardal por um pouco mais de 50 anos. Nesse conjunto de periódicos, alguns tiveram vida longa, como o *Diário do Rio de Janeiro*. Outros parecem ter tido curta duração, mas cabe alertar, acerca das datas de publicação mencionadas no quadro, que a Biblioteca Nacional digitalizou os exemplares existentes sob sua guarda, e não todos os exemplares que foram publicados.

Gráfico 1 – Quantidade de notas de jornais por ano

Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base no quantitativo de notas localizadas nos jornais da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O gráfico 1 contém a quantidade de notícias veiculadas pelos jornais em cada ano. Observamos que a maior parte das notícias está distribuída irregularmente ao longo dos 57 anos representados, havendo uma concentração um pouco maior no período de 1856 a 1878, sendo este último o ano em que Pardal foi exonerado da direção das escolas municipais. Nesse período, Pardal apresentou intensa atuação pública, privilegiada pelos cargos que ocupou e atividades que exerceu, ganhando prestígio e notoriedade. O ano de 1868, para elucidar o motivo da discrepância numérica de notas (48), foi o período em que Pardal, enquanto secretário, mais publicou avisos sobre atividades do Club Fluminense.

"Menos ilustrado que o professor Pardal pode ser qualquer outro professor, mais… está se ninando"[5]

Figura 2 – Poema "A esmo"

558 A VIDA FLUMINENSE

concerto de inauguração, da maneira porque estava combinado, fez muito. Póde, porém, fazer ainda mais: não lhe faltão elementos para isso.

Tem, na presidencia, um homem de reconhecida boa vontade, influente, cultor sincero da arte musical, affavel e delicado quanto póde sel-o, um cavalheiro distincto, e disposto a não recuar diante de qualquer estorvo; juntem a isto uma pleiade de socios habilitados a dar conta de qualquer [illegible], e acharáõ motivos de sobra para não duvidar um momento do crescente progresso da nova sociedade.

O que vou contar não tem relação alguma com a presente chronica. (Digo isto para que o leitor não me accuse de confundir alhos com bogalhos.)

E' notorio o enthusiasmo que tem acolhido os trabalhos da companhia Japoneza: mas o que poucos sabem é que mais de um inglez tem ficado maníaco pelas diabruras do pequeno « All-Right. »

Deu-se a dias na praça o seguinte facto, que comprova isto.

O caixeiro de uma casa ingleza, sabendo do resultado infeliz de certa especulação, em que o patrão se involvera, correu a dar-lhe parte de que lhe chegara aos ouvidos.

O negocio arruinava completamente a casa e reduzia á miseria o opulento filho da Gran-Bretanha: [illegible]

Sabem o que o inglez respondeu placidamente ao caixeiro portador de tão más novas?

« All-Right. »

O infeliz não ouvira se quer uma palavra, por isso que o equilibrio da escada, pairando-lhe na mente, lhe absorvia n'aquelle momento toda a attenção.

A. DE A.

A ESMO

PELO AUTOR

(Continuação.)

Proseguindo, á esmo cito
Do progresso alguns productos.
Quem tiver a parcimonia
De ler do meu estro os fructos,
Se achar para si barrete
No meio dos que ao escripto
Dão caracter de armarinho,
Póde, sem mais cerimonia,
Proseguir no seu caminho,
Levando occulto o topete.

Abandono a humanidade
Para fallar de alguns bixos,
E provar que de progresso
E de seus gentis caprichos
O mundo vive replecto:
Com toda a serenidade
As [illegible] nas ruas passam,
E com sorriso travesso
Até dos casados caçam
Signaes de excessivo affecto!

Os [illegible] andam aos centos
Do commercio pela praça:
Desta bem perto conheço
Um [illegible] (não é graça),
Que faz charuto e cigarro.
De gloria tambem sedentos,
Gastão luvas e sapatos
Alguns [illegible], têm ingresso
No gremio dos litteratos,
E ás vezes andão de carro.

Atraz não ficam os [illegible]
Que tambem deixando os matos
Pela delicia da côrte,
Nella passeiam pacatos
Vestindo fina casaca.
Ao estado bons conselhos
Um *leão* já deu outr'ora,
E uma provincia do norte
Já teve por defensora
No parlamento uma [illegible]!

Uma *coruja* ha na côrte
Que sabe instruir meninos,
E á luz da publicidade
Tem dado trabalhos dignos
De louvores merecidos;
Um *pardal* por lei da sorte
Tornou-se illustre entre os lentes,
E no centro da cidade
Negocios ha differentes
Por *carneiros* dirigidos.

Depois de ser deputado
Que perdeu cedo o diploma,
A' porta da senatoria
Um *lobo* contente assoma,
E entrou sem causar abalo.
Os [illegible] figurado
Tem nesta terra não pouco...
Mas tambem, segundo a historia,
Em Roma, não sei que louco
Fez coronel o seu *cavallo*!

Muitos [illegible] ha formados
Em direito, em medicina;
Ha *bezerras* entendidas,
E os [illegible] fugindo á sina
Humanas roupas vestiram.
A amenidade dos prados
As *borboletas* deixando,
A's janellas sempre unidas,
Ou nos salões imperando,
Amor aos homens inspiram

(Continúa)

FOLHETIM DA VIDA FLUMINENSE

O SEGREDO DE MISS AURORA

POR

M. E. BRADDON.

(Continuação.)

CAPITULO II

QUE FIM LEVOU O BRACELETE DE BRILHANT...

As tias, tios, primas e primos de Aurora soltaram grandes exclamações vendo quanto um anno de residencia em Paris tinha

Uma *coruja* ha na côrte
Que sabe instruir meninos,
E á luz da publicidade
Tem dado trabalhos dignos
De louvores merecidos;
Um *pardal* por lei da sorte
Tornou-se illustre entre os lentes,
E no centro da cidade
Negocios ha differentes
Por *carneiros* dirigidos.

Fonte: Jornal *A vida Fluminense*, 28 nov. 1868, Biblioteca Nacional.

[5] *Revista Ilustrada*, 28/10/1876, p. 7.

Como a trajetória do professor o permitiu construir uma imagem de "ilustre" na classe? Acompanhar notícias dos jornais pode nos fornecer elementos para compreender o processo de constituição de uma "carreira" docente supostamente bem-sucedida. No conjunto de notícias elogiosas veiculadas pelos jornais, destaca-se uma do *Correio Mercantil*, de 23 de dezembro de 1859, astutamente assinada pelo codinome "Imparcialidade":

> Assistimos no dia 20 do corrente o encerramento das aulas da escola pública da freguesia de Santa Rita, dirigida pelo Illm. Sr. Candido Matheus de Faria Pardal; e nessa ocasião ficamos surpreendidos por vermos o adiantamento e a aplicação de seus discípulos, pois argumentaram sobre gramática, doutrina cristã, aritmética, etc., de uma maneira prodigiosa.
> Há muito que tínhamos o Sr. Faria Pardal em consideração pelo seu talento e ilustração e bem assim pelas suas belas qualidades, porém deste dia em diante este conceito elevou-se por ver a amizade, o esforço e dedicação que ele emprega com seus discípulos, a fim que eles para o futuro se coloquem em altas posições.
> Parabéns, pois aos pais dos alunos por terem entregue o cuidado da educação de seus filhos a uma pessoa tão distinta; parabéns ao Sr, Pardal por ver que o seu trabalho não tem sido infrutífero.
> Desculpará o Sr. Pardal, se com essas palavras ofendi a sua modéstia, porém elas são filhas da
>
> *Imparcialidade.*

A exibição pública de exames dos alunos e de encerramento das atividades escolares foi uma prática frequentemente usada por Pardal, tanto na escola pública de Santa Rita, quanto nas escolas municipais. Foi possível localizar vários anúncios em que Pardal noticia ou convida os interessados a assistirem ao "espetáculo", que poderia funcionar como uma espécie de "vitrine" da escola – numa época em que exposições estavam em voga (Vidal, 2007 e Barbuy, 2006) –, onde seriam exibidos os bons resultados de um investimento pedagógico efetuado por Pardal. Era uma forma de divulgar as vantagens dos métodos trabalhados e selecionados pelo professor, assim como os programas, livros e, talvez, materiais usados. A estratégia parece profícua, visto que os jornais publicavam notas de elogio sobre esse momento de exposição. A parabenização dos pais e a pretensão de que os alunos se colocassem em "altas posições" explicitadas no jornal, igualmente, chamam a atenção dos leitores para a escola, à qual se pretende atribuir prestígio.

Cunhar a ideia de "escola-exposição", inspirada na de "cidade-exposição" de Heloisa Barbuy, pode ter muitos limites no caso da escola da freguesia de Santa Rita, a começar pelo fato de não funcionar em prédio próprio, e sim na mesma casa em que residia o professor Pardal. Mas o conceito talvez possa ser melhor explorado nas escolas municipais de São Sebastião e de São José, construídas especificamente para esse fim. As escolas municipais, segundo as fontes analisadas, ganharam um prêmio na Exposição da Filadélfia de 1876, recebiam visitas constantemente e até possuíam um livro especial para registrá-las.

A primeira aparição no conjunto de jornais investigados se insere no âmbito profissional. O *Correio Oficial* de 1836 publica o pedido de Pardal para ser admitido como professor na Escola do Arsenal. Mas no âmbito de cidadão comum, data de 1837, no *Diário do Rio de Janeiro* (17 jan. 1837). Pardal está na lista dos passageiros de uma viagem na embarcação que fazia o trajeto "São Sebastião por Angra". Os passageiros aparecem agrupados e separados por ponto e vírgula. O grupo de Pardal é formado por João de Santa Anna Lopes e um escravo. Pertenceria esse escravizado a Pardal? Não foi possível saber, na limitada nota, se esse escravizado que o acompanhou na viagem lhe pertencia, mas certamente ele teve um. Na virada de 1848 para 1849, dois jornais (*Correio Mercantil* de 31 dez. 1848 e *Diário do Rio de Janeiro* de 2 jan. 1849) noticiam a prisão de João Congo, "escravo de Candido Matheus de Faria Pardal, por tentar contra a vida de seu senhor, fazendo-lhe diversos ferimentos" (*Correio Mercantil*, 31 dez. 1848). Essa informação pode nos ajudar a entender a participação de Pardal na comissão de estatutos da Companhia Mútua de Seguro de Vida de Escravos (*Correio Mercantil*, 18 ago. 1859), eleita em uma assembleia em 1859. Onze anos depois, em outra assembleia, Pardal foi eleito para a "primeira administração" (*Diário de Notícias*, 11 set. 1870). Pardal teria sido um escravocrata? Pergunta difícil de responder, pois, em 1883, treze anos depois, ele tornou-se presidente da Associação Libertadora Visconde do Rio Branco, que por sua sugestão mudou o nome para Sociedade Abolicionista Visconde do Rio Branco "para que se tivesse por fins a prática abolicionista". Operar de forma dinâmica com questões da época poderia ser um modo de fazer política e isso parece ter sido importante na trajetória de Pardal. Essas duas entidades fazem parte de um conjunto maior de instituições, comissões, associações e demais organizações às quais o professor aparece vinculado nos jornais, abordadas no capítulo III.

Pardal era um sujeito da Corte, mas esse destaque parece ter permitido que a circulação de seu nome extrapolasse os limites do Município Neutro e percorresse as demais províncias. A partir da década de 1870, quando sua carreira

docente torna-se ainda mais intensa e quando é condecorado com o oficialato da Ordem da Rosa, periódicos de São Paulo, Sergipe, Pernambuco, Ceará, Bahia, Espírito Santo, Goiás e Minas Gerais também passariam a trazer em suas folhas o nome de Pardal. Às vezes, a partir da veiculação de uma notícia oficial do governo, outras como autor de livro e como um especialista em língua ou gramática. A direção das escolas municipais e o oficialato em 1872 parecem ter concorrido para que o professor primário se tornasse digno de maior relevo, assim como seu livro. Mas também a participação nas Conferências Pedagógicas da Corte e na movimentação de professores públicos primários, sendo um dos signatários do Manifesto de 1871, ajudaram a projetar seu nome em um cenário mais amplo.

A condecoração, em 28 de dezembro 1872, foi noticiada pelo *Diário de São Paulo* (4 jan. 1873). Quase um mês antes, Pardal fora eleito nas eleições de eleitores; organizara a exibição de provas das alunas da escola São Sebastião, assim como conferências de professores para estudarem os pontos das Conferências Pedagógicas da Corte; convocara reunião no Club Mozart; e tivera sua Gramática Analítica, escrita junto com José Ortiz, aprovada para uso nas escolas públicas em substituição à do falecido Cyrillo Dilermando da Silveira.

Pardal parece ter se afamado nos periódicos como um "especialista" da língua. A fama pode ter sido construída ao longo de sua carreira, corroborada pela divulgação e circulação da obra escrita com Ortiz e pelo exaltado debate que travou durante semanas, em conjunto com mais três professores em artigos publicados no *Diário do Rio de Janeiro* e no *Correio Mercantil* (1862), contra os "ilustres" autores de um livro de gramática reprovado para uso nas escolas públicas pela comissão da qual Pardal e seus colegas faziam parte (Borges e Teixeira, 2013). *O Espírito-santense*: *jornal político, científico, literário e noticioso* (ES) possui dois artigos que mencionam o professor nesse sentido. Um era assinado por B.C. Damon, que destacava que poucos se dedicavam à instrução pública, com exceção de alguns sujeitos, entre eles Pardal (22 mar. 1879). Outro, assinado por Rodrigues Junior, criticava um professor que tentou defender os erros de seus alunos diante da banca examinadora. Rodrigues Junior concluía que, para ser aprovado em português, seria preciso saber mais do que a gramática de Abílio e, para ensinar esta matéria, seria "preciso alguma coisa mais do que conhecer-se Coruja e Pardal" (20 nov. 1886).

A atuação na área recebeu destaque dos jornais quando foi professor no Colégio da Baronesa de Geslin, onde também ensinou história pátria. Em 1878, o jornal *O Cruzeiro* traz um relato dos exames ocorridos nessa escola de meninas

e assinala a posição de prestígio social do Colégio que tinha 41 anos. Fundado pela Baronesa de Geslin, já havia sido dirigido por sua irmã Madame Leuzinger (AL, 1868) e, no ano do artigo, o era por sua nora, Madame de Geslin. Madame de Geslin é descrita pelo autor do texto como uma diretora que se distingue pela "espinhoso cargo". Era "dotada de uma vasta inteligência e de superiores conhecimentos, é digna, por certo, da confiança com que a honram os pais de família, que lhe entregam suas filhas para educá-las" (*O Cruzeiro*, 2 dez. 1878).

A exaltação da nova diretora não desmerecia o trabalho realizado anteriormente na escola: "daquele estabelecimento, em outros tempos, como agora, pode-se dizer que nunca saiu uma discípula que não fosse convenientemente instruída, que desconhecesse a menor prenda que a uma mulher compete." Para comprovar o fato, o autor usa como argumento o que havia observado nos exames intercalados com recitais e música. Em meio aos elogios, um se destinava ao exame de língua portuguesa "cujo ensino está confiado ao provecto professor Sr. Comendador Candido Matheus de Faria Pardal". A análise lógica e gramatical de diversos trechos de clássico da língua foi feita pelas alunas, de modo que: "O acerto e a precisão com que a todas as perguntas responderam as alunas, não só confirmam os justos créditos de que goza o antigo professor, mas também o crédito do estabelecimento, que há dez anos o tem no número de seus professores".

Em outro artigo elogioso, assinado por J. J. Teixeira, afirma que não poderia deixar de tratar dos exames de língua e história pátria aos quais atribui particular importância: "Sim devo dizer em louvor do digno e instruído professor Pardal, que, longe de se mostrarem papagaios brasileiros, suas discípulas provaram ciência e consciência da nossa linguagem" (*O Cruzeiro*, 10 dez. 1878).

Chama atenção o fato do artigo de 2 de dezembro indicar que Pardal trabalhava no colégio desde 1868, em um período em que também atuava na escola primária e no Colégio de D. Pedro II. Ou seja, ensinava, na mesma época, primeiras letras, desenho e gramática, bem como história pátria, exibindo uma versatilidade que demonstra erudição e competência em diferentes áreas do conhecimento, contribuindo para sua circulação em diferentes categorias da docência.

Vale ressaltar que os dois artigos surgiram logo após a demissão de Pardal do cargo de diretor das escolas municipais. Talvez seja uma maneira dos correligionários que o apoiavam demonstrarem a insatisfação com sua exoneração e assinalarem que haviam demitido um profissional considerado muito competente e em plena atividade, ao contrário do que estava sendo sugerido.

Pardal se torna referência, tanto para elogio quanto para crítica, em gramática e "ilustração" até no círculo dos humoristas. Não é à toa que quatro periódicos satíricos fazem parte do conjunto das 480 notas: *O Fígaro*, *Revista Ilustrada*, *O Mosquito* e *A Vida Fluminense*. O que pode demonstrar que o nome do professor era suficientemente conhecido para fazer parte de uma piada que os leitores pudessem compreender o sentido. Entre os exemplos, *O Fígaro* traz uma nota sobre um adestrador de cavalos, Chiarini, que parece ser tão bom no que faz que só se compara a Pardal: "Um quadrúpede nas suas mãos é como uma criatura humana nas mãos do Sr. Pardal – em 30 dias sabe gramática" (30 dez. 1876, p. 423). Em um diálogo fictício na Câmara, para caracterizar a postura do Presidente, é usada a imagem de Pardal: "O Sr. Presidente (com ares do professor Pardal quando rege escola de gramática)" (4 fev. 1877, p. 486). Outro exemplo é de um personagem feliz que estava mais "inchado do que o Sr. Pardal quando aperta a mão do Sr. Ferreira Viana" (24 jun. 1876). A relação de Pardal com Ferreira Vianna era mencionada com frequência em várias situações.

Os próprios autores dos periódicos se colocavam na condição de vítimas do professor por terem que se preocupar com a correção da escrita dos textos humorísticos, como no caso em que explicam o motivo de acentuarem uma palavra: "pomos um acento sobre o *a* por conta e risco do professor Pardal" (*O Fígaro*, 18 ago. 1877). Em outro caso, o autor explica sua hesitação na forma correta de escrever a derivação de uma palavra: "eu ainda não perguntei ao Sr. Professor Pardal como se adjetiva cabala" (*Revista Ilustrada*, 7 out. 1876). A *Revista Ilustrada* apresenta um texto fictício (26 fev. 1876) que retrata um debate da época, envolvendo o republicano Octavianno Hudson que havia inventado um método de ensino rápido de primeiras letras, ensaiado em várias escolas públicas e particulares, e que alegava ter conseguido ensinar em alguns minutos crianças acanhadas e rebeldes:

> Há, todavia, entre todas uma criança a quem o Sr. Hudson nem pelas tripas do diabo consegue ensinar a ler, é ao Sr. Pardal, inspetor das escolas municipais, por obra e graça do Sr. Ferreira Vianna.
>
> O inventor afirma que tanto há de trabalhar com ele que lhe meterá nos cascos o mecanismo da leitura. Assegurando que a inteligência mais refratária não resiste à facilidade do seu método.
>
> Eu se fosse o Sr. Hudson desistia da empresa: desconfio muito que com aquele discípulo perde ele seu tempo e desacredita o seu método.
>
> Verá.

O jornal *O Mosquito* (11 mar. 1876) aproveitou o "gancho" da piada e apresentou a ideia de que Hudson, que almejava ensinar as crianças para evitar a existência de analfabetos e comendadores (título de Pardal), havia tentado ensinar Bob, um amigo do escritório, a ler:

Figura 3 – Trecho do jornal satírico *O Mosquito*

— Pois sim, has de ganhar muito com isso! Então faze favor de nos dizer o que queres?

— Quero levar a instrucção aos desherdados do espirito! Quero ensinar as crianças para que um dia não haja tantos analphabetos e tantos commendadores! Quero nivelar, pelo cultivo do espirito, o humilde carroceiro e o apavonado conselheiro; quero iniciar nas inextrincaveis veredas do abecedario, todos os filhos d'esta terra; quero finalmente que todos saibam ler — os pobres, os ricos, os titulares, os ministros d'estado, mesmo os senadores, os professores das aulas regias, o Leonardo, o José Bento...

— Cessa Saraiva! Lá com esses o caso fia mais fino!

— Sim senhor! O José Bento e o Leonardo — da Silva!

— Hom'essa!

O caso é que não lhe pômos duvida; porque isto de republicanos, quando lhes dá para fazerem coisa acertada, (o que é raro) ninguem lhes leva a palma.

O peior é o Pardal!

Não conhecem o Pardal? Ora, o Pardal, que tambem ensina pequenos? Ora adeus, o Pardal que fez um compendio muito engenhoso, não só para os progressos da instrucção, mas até para o das finanças das suas algibeiras?

E' esse mesmo!

Pois o Hudson tem-se visto quente com elle!

Não ha coisa que mais faça escamar um homem de que um pardal!

Mas o Hudson não é homem que se atarante, e ahi anda elle por toda a parte a aprégoar as vantagens da sua invenção.

Um dia d'estes, no nosso escriptorio, agarrou-se elle ao nosso amigo Bob, e começou a tental-o para lhe ensinar a ler.

Fonte: Jornal *O Mosquito*, 11 mar. 1876, Biblioteca Nacional.

Em 1876, segundo Hilsdorf (2006), Octavianno Hudson realizou demonstrações em escolas de seu "Método de leitura Repentina" e, por ser republicano, recebeu acentuado destaque no jornal *A Província de São Paulo*. Era um período em que o debate sobre métodos estava aquecido e vários exemplares do método de Hudson haviam sido impressos e distribuídos em algumas províncias do país. Ressalta Hilsdorf que algumas "fontes insistiam em certas excentricidades" de Hudson, no que parece corroborar as sátiras da *Revista Ilustrada* e de *O Mosquito*.

A *Revista Ilustrada* usa o nome de Pardal para fazer comentários com tom crítico ou mesmo elogioso, como no que jocosamente se sugere fechar todas as academias e mandar embora seu pessoal docente, mas que se "conserva [*sse*] o professor Pardal para uma relíquia, ao menos" (20 jan. 1877), o que pode ser referência à antiguidade do professor, motivo da cançoneta supracitada.

Será que Pardal conhecia os textos satíricos que faziam alusão à sua pessoa? Não sabemos se era leitor recorrente da *Revista Ilustrada*, mas com certeza conhecia sua existência, pois havia enviado para sua redação uma cópia do *Novo Silabário*, escrito com o Sr. Vasconcellos. Obviamente, a revista não perdeu a oportunidade de fazer uma pequena provocação, como pode ser visto na figura 4. Hilsdorf assinala que muitos "construíam a circulação e o emprego das suas propostas promovendo a venda das suas obras" (2006, p. 82). Uma forma de promover a venda é a divulgação, prática confirmada por um periódico, *O Monitor* (30 nov. 1879): "natural o fato, que tantas vezes se repete, de procurarem os autores das obras, que se vão publicando, a opinião das diversas redações por intermédio daqueles dentre os seus membros com quem mais relações nutrem". Com quem e quais relações Pardal teria com a *Revista Ilustrada*?

Figura 4 – Trecho da *Revista Ilustrada* que faz a divulgação do Novo Silabário

Fomos obzequiados com as seguintes publicações:

— *Novo syllabario*, organizado segundo o programma de estudos das escolas municipaes da Côrte, pelos Srs. professores Pardal e L. de Vasconcellos.

O traquejo constante que tem tido o primeiro dos dois autores — professores, da instrucção publica tem-no habilitado para conhecer as lacunas que existem neste ramo de serviço, e a maneira de preenchel-as ou obovial-as. S. S. não querendo sozinho colher os applausos a que lhe dão direito seu espirito de observação e illustração incontestaveis, faz sempre co-participante do seus trabalhos algum collega a quem quer elevar e tornar distincto. Não nos consta que tivesse ainda publicado trabalho que não seja de meias!

Excesso de modestia....

Fonte: *Revista Ilustrada,* 27 jan. 1877, Biblioteca Nacional.

O "traquejo" de Pardal é o que pode tê-lo levado a entregar cópias do silabário a vários jornais (*A Reforma* – Órgão Democrático, *O Globo* e *O Apóstolo*), até aos que não tinham a "seriedade" como princípio (*Revista Ilustrada*). O traquejo também pode ter favorecido o estabelecimento de relações com pessoas importantes no cenário da época, cruciais para a consolidação de uma imagem de professor e de homem público, bem como ter ajudado a "elevar e tornar distinto" algum conhecido, como sugerido na nota da *Revista*. Tais aspectos talvez tenham contribuído para sua nomeação para a direção das escolas municipais em 1872, cujo trabalho foi elogiado várias vezes em jornais da época.

As notas, artigos, sátiras, propagandas, entre outros tipos de textos que compõem o gênero do jornal impresso que foram localizados durante a pesquisa forneceram um conjunto considerável de informações a respeito da circulação e circularidade de um sujeito que atuava na escola, a partir da escola e sobre a escola. Os deslocamentos realizados por Pardal, sobretudo de funções, de pro-

fessor a juiz de paz, passando por subdelegado de polícia, eleitor e presidente de uma instituição recreativa, mostra por quais espaços e círculos sociais transitou durante sua trajetória. Carvalho (2007) assinala a estratégia de políticos circularem pelo país ocupando diferentes postos para ganharem experiência política e desenvolverem uma perspectiva menos provinciana. Ao ajustar a escala a um enfoque micro-histórico, Pardal pode ser visto, na perspectiva local, como um professor que não se limitou ao espaço escolar, circulando por diferentes postos e convivências sociais que, intencionalmente ou não, proporcionaram a aquisição de uma experiência e traquejo políticos que lhe permitiram ganhar notoriedade e, talvez, votos nos processos eleitorais dos quais participou.

A organização dos capítulos

Decidi operar com um conjunto de escalas articuladas que dizem respeito ao espaço geográfico, social e político e à profissão docente, procurando considerar problemas e evidenciar preocupações, precauções e observações. Embora cada nível tenha características peculiares, elas são intercambiáveis, tendo em vista uma interconexão dinâmica com seus sujeitos.

Por meio das divisões do texto em partes articuladas e dependentes, busco realizar quatro movimentos de análise. No primeiro capítulo, concentro-me na tentativa de pensar os professores públicos primários da Corte em um esquema de gerações, priorizando suas agências e relações com o governo. Analiso aspectos que envolvem o conjunto de professores que atuaram no mesmo período que Pardal e os movimentos inerentes à profissão na época, de teor jurídico, político e social, bem como as posturas e tensões, compartilhadas ou não, na heterogênea corporação de professores públicos da Corte.

No segundo, detenho-me às "vizinhanças" da escola, com o intuito de pensar as múltiplas redes constituídas a partir dos sujeitos escolares que transitavam em um determinado espaço do Município Neutro. O capítulo se concentrou em compreender a dinâmica local na qual a escola pública em que Pardal lecionava estava inscrita e os seus efeitos na escolarização, por meio das relações e agências constituídas entre professores, alunos e habitantes, seus pertencimentos e o modo como se inseriam na cidade.

No terceiro, pretendi apreender a inserção dos professores na dinâmica da cidade por meio de instituições sociais, culturais e políticas. O intuito deste movimento de reflexão consistiu em discutir a circulação de professores por espaços de

sociabilidade, de entretenimento e de reivindicação não relacionados diretamente à escola, mas possivelmente conectados a ela, que permitiram o exercício de um protagonismo docente e constituir maneiras de inscrever na sociedade.

No quarto capítulo, almejei refletir sob a perspectiva de experiências conectadas/ "histórias conectadas", buscando apreender a interlocução dos professores com saberes, sujeitos ou experiências advindos de outros lugares, mais especificamente, em conexão com a França, por meio do professor Candido Matheus de Faria Pardal.

Em síntese, procuro inicialmente focalizar questões em torno do território do ofício de professor na Corte. Em seguida, concentro-me em uma escala local, para então me deslocar para um cenário mais ampliado, percebendo conexões com outros lugares, e, assim, alinhavar os fios, elencados no estudo, que compõem a urdidura do magistério primário, a trama de um professor da Corte e os lugares da docência na cidade.

Capítulo I

Gerações docentes em trânsito e o governo da instrução: trama de relações oficiais e oficiosas

Em 1836, aos 18 anos de idade, Pardal fazia uma de suas tentativas de iniciar o magistério em uma instituição do Estado. Solicitou sua admissão como mestre da Escola de Aprendizes do Arsenal. A resposta: "Por ora não tem lugar" (*Correio Oficial*, 22 out. 1836). No ano seguinte, pediu para ser admitido ao concurso da cadeira de primeiras letras de Inhaúma (*Correio Oficial*, 25 ago. 1837), acerca do qual não foi possível localizar mais informações. Em dezembro foi aprovado no concurso para a cadeira da freguesia de Santa Rita, dando início a uma longa carreira no magistério público. Embora tenha se aposentado em 1874, aos 56 anos de idade, ele continuou atuando no ofício, pelo menos até 1879, e na cidade, por mais alguns anos. Notas de jornais registram sua atuação como mesário das eleições na freguesia de Engenho Novo em 1886 (*Diário de Notícias* e *O Paiz*, 15 jan. 1886).

Como já assinalado, no âmbito da atividade docente, a longa trajetória de Pardal o permitiu acompanhar muitas mudanças relacionadas ao processo de escolarização engendrado pelo governo e por outras instâncias que atuavam no ramo da instrução na sociedade, que abarcavam políticas, questões pedagógicas e profissionalização do ofício. Em razão disso, Pardal consiste em uma figura com experiências e agências diversas, que pode alinhavar uma forma de contar a trajetória da profissão nas escolas públicas no Município da Corte. Ao longo do período em que Pardal exerceu o magistério público, fosse na escola primária, no Colégio de D. Pedro II, no Instituto Comercial ou na direção das escolas municipais, também o fizeram outros mais de 170 professores públicos de primeiras letras na Corte, conforme podemos observar nos apêndices 1 e 2.

Por meio das fontes pesquisadas, foi possível saber que, em 1837, entraram com Pardal mais oito professores e professoras nas escolas públicas da Corte. Uma delas, Francisca de Paula e Lima, assumiu a cadeira na mesma freguesia que ele, a de Santa Rita, e por vezes chegaram a trabalhar muito perto um do outro. A proximidade com Francisca era geográfica e também temporal. Ela foi jubilada na mesma década que Pardal, apenas três anos antes, em 1871, contra sua vontade. Por isso, tornou-se caso citado no Manifesto dos Professores de 1871, que teve como um dos signatários seu colega de freguesia e de tempo de experiência. Em encontros e desencontros no decorrer de suas trajetórias individuais e coletivas, Pardal, Francisca e outros nos dão a ver um conjunto de relações estabelecidas, entre eles, o governo e a cidade.

Neste capítulo, analiso aspectos que envolvem o conjunto e o trânsito de professores que atuaram no mesmo período que o professor Pardal, acompanhando os movimentos inerentes à profissão na época, de teor jurídico, político e social, bem como as posturas e tensões compartilhadas ou não, na heterogênea corporação de professores públicos da Corte. Para tanto, procuro pensar, ao longo do tempo de atuação de Pardal e de sua trajetória, quais foram as mudanças do âmbito do governo da instrução, como ordens, orientações, decretos e reformas que afetaram o exercício docência, e as relações entre o professor público, imbuído de civilizar a nação via escola, e o governo que o seleciona, nomeia, fiscaliza, exonera e jubila. Ambos exerciam poderes distintos, porém conectados e mutuamente comprometidos numa relação que pode ser desigual, mas cujos efeitos e agências não podem ser desprezados na configuração do ofício.

Nesse processo, em cerca de quatro décadas de atuação na instrução pública, Pardal pôde acompanhar muitas transformações e resistências quanto ao aspecto jurídico do "governo da instrução". Entre leis e decretos de abrangências distintas, que atingiram direta ou indiretamente a instrução, quando Pardal entrou em exercício no magistério primário estavam em vigor a Lei Geral de Ensino de 1827, a Lei das Câmaras Municipais de 1828, o Ato Adicional de 1834 e as "Providências e determinações sobre as Escolas de Primeiras Letras desta Corte e Município" de 1836 que criou o cargo de diretor das escolas. No âmbito provincial, havia também o decreto de criação da Escola Normal de Niterói, em 1835.

Nos anos que se seguiram, o Decreto n. 346 de 1844 regulou os trabalhos da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, o Decreto n. 440 de 1845 organizou os concursos públicos de professores de primeiras letras e o Decreto de

1.º de agosto de 1846 instituiu juridicamente o "professor-substituto". Na década de 1850, situa-se o Regulamento de 1854, assim como o Regimento Interno das Escolas de 1855. Em 1872, foi estabelecido o Regulamento das Conferências Pedagógicas; em 1877, outro Regimento Interno para as escolas; e em 1879, ano em que Pardal pede demissão do cargo de diretor das escolas municipais dias após ser reintegrado à função, ocorre a Reforma Leôncio de Carvalho. Em 1880, começaria a funcionar a Escola Normal da Corte, criada anos antes por decreto de 1876.

O ordenamento jurídico ao qual a instrução na Corte foi submetida no decorrer do Império tratou de tomar práticas existentes ou tradicionais nas escolas (Schueler, 2002 e Villela, 2002a) e inseri-las em um regime disciplinar por meio de normas que buscavam regulamentar tempos, espaços, materialidades, métodos e sujeitos – aqueles a quem se destinava, os que deviam executar e os que deviam fiscalizar a execução.

Diante da emergência de várias questões concernentes à ideia de tradição, também optei por trabalhar com os conceitos de tradição discutidos por Hobsbawm (2002) e por Burke (2007), sem, no entanto, deixar de compreender as ações do Estado como parte dos mecanismos de "governamentalidade" (Foucault, 2006). Dessa maneira, pretendo dar destaque ao modo como os docentes operaram com a tradição e com a inovação, transitando pela "transmissão", "negociação", "tradução", "bricolagem", "recepção" (Burke, 2007) ou mesmo resistência, mostrando os saberes, práticas e experiências que estavam em jogo nas relações que se estabeleciam – entre professores, demais membros da sociedade e governo – durante a definição e funcionamento de políticas voltadas para a instrução.

Hobsbawm opera com um conceito de "tradição inventada" que inclui as tradições "realmente inventadas" e formalmente institucionalizadas, bem como "as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez" (2002, p. 9). A tradição inventada tem a ver com "um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas" (2002, p. 9) e que pretende desenvolver certos valores e normas por meio da repetição e continuidade em relação ao passado, utilizando "a história como legitimadora de ações e como cimento de coesão grupal" (p. 21). Dessa forma, a invenção de tradições consiste em um processo de formalização e ritualização que, ao se referir ao passado, pode se dar pela imposição de repetição. Segundo Vidal

(2005), tais tipos de práticas "asseguram um certo corporativismo e conferem ao magistério um *locus* identitário" (p. 131).

Desse modo, colocam-se duas questões. A primeira, o ordenamento jurídico não impediu que práticas – algumas das quais impregnadas de tradições – fossem toleradas ao arrepio da lei, enquanto fosse possível: escravizados e crianças não vacinadas frequentando a escola; ensino misto no lugar do simultâneo instituído em 1854; escolas de meninas onde estudavam meninos; aulas em um turno quando deveriam ocorrer em dois. Essa tensão entre as normas e as práticas ajuda a apreender o cenário de discussões, questionamentos e o posicionamento daqueles que atuavam diretamente no funcionamento escolar, os professores. No entanto, debates e divergências em torno da escolarização de escravizados, método de ensino e políticas sanitárias mostram a inexistência de um consenso, mas também a agência de professores que se expressava na escola.

A segunda – que tem relação com a primeira –, as leis e normas, em certa medida, também foram instituídas ao "arrepio de práticas pedagógicas" que circulavam entre os professores, que se traduziam nas discordâncias, resistências, negociações ou interpretações intencionalmente enviesadas que os sujeitos apresentavam em relação às normas que deviam seguir. Tal aspecto se articula com as problematizações em torno do conceito de tradição trazidas por Burke (2007) e que tem a ver com "o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social" (Hobsbawm, 2002, p. 10).

Portanto, procuro articular, no âmbito das tradições (Hobsbawm, 2002 e Burke, 2007), tanto as ações do governo quanto as dos sujeitos escolares por meio de um jogo de análise que visa compreender as estratégias de normalização por parte dos agentes do governo (Foucault, 2006) e pelos próprios professores, mas também as modalidades de resistência, ou agência de resistência, mobilizadas por estes mesmos indivíduos (Bhabha, 1998).

Porém, isso não significa que nas relações entre governo – via normas jurídicas, autoridades, agentes de fiscalização e políticas –, e professores houvesse necessariamente uma situação permanente de tensão e de resistência, por estarem em posições diferentes. Governos e professores, tanto no que diz respeito às tradições quanto às inovações, também poderiam compartilhar ideias e agir em cooperação, de forma contínua ou provisória, parcial ou totalmente, de acordo com suas posições no cenário político e com os governantes.

Em vista disso, para examinar o aparato jurídico que incidiu sobre o exercício da profissão na Corte ao longo do século XIX, optei por levantar um conjunto de aspectos referentes à normatização em consonância com a trajetória de Pardal. Considerando, portanto, os limites da abordagem, a análise se organiza em três movimentos temporais, ou três ciclos. Porém, estão assim dispostos mais para organizar a reflexão do que para estabelecer marcos, não sendo este último o intuito do estudo.

O primeiro momento compreende os anos que precedem a nomeação de Pardal em 1837, passando pela sua formação na Academia Imperial de Belas Artes até o período que antecede a Reforma Couto Ferraz. Esse momento de regulamentação dispersa, por meio de decretos e portarias baixados de acordo com as demandas, é intensamente marcado pela existência de relações institucionais que poderíamos chamar de "artesanais", na esteira da ideia da "prática artesanal" do ofício colocada por Schueler (2002), ou pouco profissionais. Nesse ínterim, abordo três questões que intervêm na configuração da instrução pública naquele momento e que estavam mutuamente comprometidas: os embates entre o governo e a Câmara Municipal, o provimento das cadeiras de primeiras letras e a instituição do ensino mútuo.

O segundo tem a ver com os processos de implementação da Reforma de 1854, muito debatida pelos historiadores, que conferem um reordenamento jurídico à instrução. Tais processos também permitem estabelecer, segundo Schueler (2002) e Villela (2002a), um movimento de "funcionarização" dos professores da Corte, que não ocorreu sem a participação dos próprios docentes, posto que estava em andamento antes da reforma. Isso não quer dizer que o Regulamento inaugurou uma nova forma de relação, mas contribuiu significativamente para um processo de estabelecimento de relações institucionais mais burocratizadas/profissionais – vinculado também à "funcionarização" mencionada. Tal burocracia foi centralizada na Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte (IGIPSC) e colaborou para produção de um "habitus" profissional. Nesse sentido, levanto questões em torno das etapas burocráticas que compõem o ofício de professor público primário na Corte, começando pela do adjunto e passando pelas nomeações, remoções, exonerações e jubilações, bem como a morte em serviço. As entradas, saídas e mudanças demonstram a dinâmica de procedimentos burocráticos, mas também mobilizam sujeitos, tradições, ideias pedagógicas, jogos políticos e interesses pessoais, assim como agências docentes.

O terceiro momento abarca o período de uma contrapartida mais incisiva dos professores na relação com o governo. Conforme estudos de Villela (2002a), Schueler (2002) e Lemos (2006) foi um momento em que os professores se reconheceram enquanto categoria, mudando a forma de se relacionarem como governo, assumindo um corpo coletivo, uma agência coletiva. Dessa forma, procuro enfocar as Conferências Pedagógicas e os debates em torno do horário escolar.

As mudanças no modo como os professores se relacionavam com o governo, analisadas em três momentos, não constituem períodos estanques, nem evolutivos, mas interações propiciadas pelas diferentes maneiras dos sujeitos se apropriarem ou não das ordens legais.

"Pede para ser admitido"

O pedido de Pardal para ser admitido como professor na Escola do Arsenal, em 1836, sugere a hipótese de que o professor tinha a "necessária instrução" do ensino mútuo, uma vez que, segundo Bastos (1999), em tal escola era empregado o método. Segundo as fontes, na Escola de Primeiras Letras de Meninos de Santa Rita, Pardal aplicava o ensino mútuo. No Imperial Colégio de D. Pedro II, instituição em que começou a lecionar em 1839, dois anos após a fundação, ocupava a cadeira de desenho, a mesma que assumiu no Instituto Comercial da Corte, em 1857. No Colégio da Baronesa de Geslin, Pardal ensinava gramática da língua portuguesa e história pátria para as meninas desde 1868.

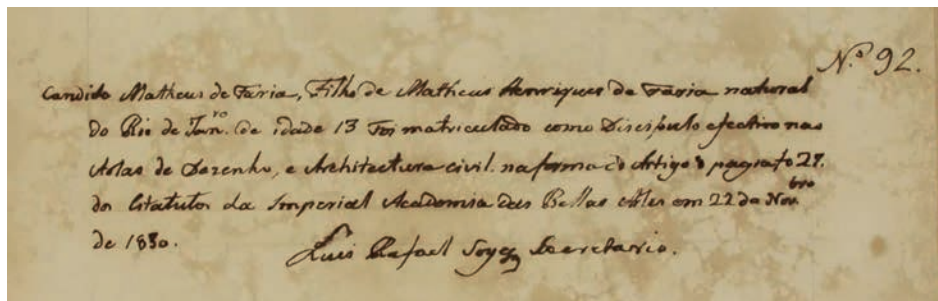
Como Pardal se tornou professor de primeiras letras – pelo método mútuo, depois pelo misto –, de gramática, caligrafia e desenho, aparecendo às vezes com a especificação desenho linear, figurado ou caligráfico? Não foi possível saber como o professor aprendeu o método mútuo. O ensino pelo método misto provavelmente foi se constituindo no fazer docente e com as mudanças nas normas oficiais. O mesmo pode ter ocorrido com o domínio do saber da gramática. Em nota de 1848, consta que Pardal havia sido nomeado examinador de gramática dos estudantes que iam se matricular na Aula de Comércio (*Diário do Rio de Janeiro*, 01 mar. 1848), o que denota que a imersão de Pardal na área já estava posta nos seus primeiros dez anos de carreira. Quanto ao ensino de desenho, durante boa parte da pesquisa não havia encontrado informações a respeito, até o momento da localização de um documento de matrícula dos empregados do

Colégio de D. Pedro II que assinalava que ele era "premiado pela Academia de Belas Artes com medalha de ouro em pintura histórica".[6]

Formação premiada na Academia Imperial de Belas Artes

O documento, portanto, indicava que Pardal tinha passagem pela Academia e que possuía alguma formação institucional que lhe conferia autoridade para o ensino de desenho. De posse de tal informação, busquei dados acerca da história da Academia para compreender que tipo de formação o professor poderia ter adquirido na instituição, bem como investigar a existência de documentos relativos ao "aluno Pardal". Para tanto, fiz uma procura por acervos onde estariam documentos referentes à Academia Imperial de Belas Artes. De tal modo, foi possível chegar ao Museu D. João IV da Escola de Belas Artes da UFRJ que conta com um importante acervo documental, desde os primeiros anos de funcionamento da Academia. Entre os materiais, encontram-se os livros de matrículas dos alunos, nos quais foi localizada a matrícula de Pardal, conforme podemos ver na imagem a seguir.

Figura 5 – Recorte de imagem extraída do Livro de Matrícula da AIBA de 1827-1831

N.º 92.
Candido Matheus de Faria, Filho de Matheus Henriques da Faria natural
do Rio de Jan.ro de idade 13 foi matriculado como Discipulo efectivo nas
Aulas de Desenho, e Architectura civil. na forma do Artigo 8 paragrafo 27.
dos Estatutos da Imperial Academia das Bellas Artes em 22 de Nov.bro
de 1830.
Luis Rafael Soyer Secretario.

Fonte: Acervo do Museu D. João VI – EBA-UFRJ.

O pequeno texto traz várias informações interessantes a respeito do professor e da escola, como o fato dele não usar o sobrenome Pardal. Sobrenome

[6] Agradeço a Elizabeth Monteiro da Silva, bibliotecária do Colégio Pedro II, a gentileza de ter localizado e fotografado para mim a documentação de Pardal nos arquivos do NUDOM na Unidade Centro do Colégio.

que no interior da discussão a respeito das práticas de nomeação presente no capítulo II poderia não ser da família, mas de um apadrinhamento ou de uma pessoa de referência. Pardal foi matriculado em 22 de novembro de 1830 aos treze anos de idade – provavelmente incompletos – como discípulo efetivo nas aulas de Desenho e Arquitetura Civil. O período é marcado por tensões, disputas e várias mudanças de caráter político, pedagógico e institucional da Academia, conforme assinala Dias (2009).

Com uma emergência que remonta à vinda da "Missão Artística Francesa" ao Brasil, em 1816, à criação da Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, em 1820, e às disputas entre franceses e portugueses, a Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) foi criada em 1824 e efetivamente estabelecida em 1826. Os estatutos mencionados no texto da matrícula de Pardal, de acordo com aviso n. 135 de 30 de setembro de 1826, teriam sido estabelecidos em 23 de novembro de 1820 (Dias, 2009). Dias relata que o português Henrique José da Silva, diretor da Academia, redigiu os estatutos a partir daqueles de 1820, mas, contrariando as expectativas de alguns, estabeleceu que o curso de desenho, com base nas leis de Aula Régia de Desenho e Arquitetura Civil de Lisboa, deveriam durar três anos, somente após o qual o aluno poderia frequentar as aulas de pintura, arquitetura e escultura, fato que desagradou aos franceses. No entanto, a regra também foi burlada pelos alunos e pelos professores franceses para igual desagrado do diretor. Segundo o Estatuto, a duração dos cursos na AIBA seria de cinco anos para os discípulos efetivos.

O 8.º artigo a que se refere a matrícula de Pardal dizia respeito aos alunos, suas obrigações e diplomas. Pardal foi matriculado como "efetivo", em uma das duas classes de discípulos existentes:

> Haverá duas Classes de Discípulos, uma das Classes será de Efetivos, por terem estes a obrigação de frequentarem todo o curso dos estudos a que se quiserem aplicar, a segunda Classe será de Discípulos Extraordinários; os primeiros serão matriculados, porem os segundos serão isentos desta cláusula por não terem obrigação de frequentar; estes lugares são destinados às pessoas adultas, e deleitantes que desejarem instruírem-se, e só para recreio cultivam as Belas Artes; mas devem igualmente requerer para serem admitidos.[7]

[7] Extraído da transcrição feita pelo professor Alberto Cipiniuk, a partir de um documento localizado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Caixa 6283. Disponível em http://www.dezenovevinte.net/documentos/estatutos_1820.htm. Acesso em jul. 2014.

Já o parágrafo 27 do mesmo artigo referia-se ao modo de efetuar a matrícula e à faixa etária "não se admitindo para Discípulos Efetivos senão os de idade de doze até quinze anos, o que se verificará pela certidão da idade que devem apresentar no ato da matrícula".

Pardal se matriculou no final do ano de 1830 e no ano seguinte começou o movimento de reforma na Academia. Em 1831, Debret, professor de pintura histórica, voltou para França. No Brasil permaneceram os dois últimos remanescentes da "Missão Francesa", Grandjean de Montigny e Félix-Émile Taunay, que, segundo Dias, foram fundamentais na reorganização dos estatutos da Academia. Félix-Émile Taunay assumiu o posto de secretário da AIBA e, posteriormente, em 1834 foi nomeado diretor da instituição, permanecendo no cargo por dezessete anos. Seu filho, Visconde de Taunay, é que viria a ser aluno de Pardal no Colégio de D. Pedro II, conforme já mencionado.

Ocorre, então, a redução da duração do curso de desenho de três para um ano, que incorpora também o estudo do modelo vivo, aulas de anatomia e tradução de obras didáticas. Os novos estatutos também passaram a exigir que alunos matriculados soubessem ler e escrever e que nos anos de formação demonstrassem domínio das línguas italiana e francesa, "indispensáveis à leitura dos tratados propostos na metodologia de ensino" (Dias, 2009, p. 60). O contato com línguas estrangeiras, mais especificamente a francesa, torna-se um dado relevante na medida em que se pretende entender as maneiras pelas quais Pardal obteve a aprendizagem da língua, que seria necessária muitos anos depois para a leitura do *Cours d´études* e o uso do sistema Rapet, de autoria de um francês cujas obras não estavam traduzidas.

O livro de matrícula de 1827 a 1831 apenas registra a entrada dos alunos. Mas, outro livro que compreende os anos de 1833 a 1844 traz também a listagem das turmas. Na primeira turma de desenho desse livro, Pardal não consta como aluno, mas iria aparecer numa anotação à parte na classe de Pintura Histórica em 1833, como tendo solicitado a matrícula.

Na turma de Pintura Histórica de 1834, ele aparece na listagem normal com o aviso de que foi admitido imediatamente de acordo com Ata da sessão de 18 de abril de 1833. A ata registrava a admissão de outro aluno na aula de Paisagem em atenção à decisão governo e em consideração aos talentos do requerente, concedendo-lhe a dispensa do primeiro ano de desenho e imediata matrícula na aula solicitada: "Mesma sorte teve a pretensão de Candido Matheus de Faria, o qual apresentou desenhos, a cuja vista, depois de leve discussão, o secretário teve autorização de compreendê-lo, desde já, na matrícula especial da aula de pintura

histórica" (Ata de 18 abr. 1833). Pardal passou a constar então na turma de Pintura Histórica até 1835, disciplina na qual, segundo o livro de assentamento de professores do Colégio de D. Pedro II, ganhou a medalha de ouro. As datas sugerem, dessa forma, que o aluno Pardal completou os cinco anos inicialmente previstos para conclusão do curso.

Dias assinala que a ampliação dos cursos foi uma das alterações que ocorreram com a reforma. Os alunos de Pintura Histórica, por exemplo, do 1.º e 2.º anos, passaram a ter aula de osteologia, miologia e fisiologia das paixões e, com aprovação do governo em 21 de agosto de 1833, também passaram a ter aula de modelo vivo, o que segundo Dias tornava patente a incorporação dos modelos acadêmicos franceses na AIBA.

As normas de 1826 estabeleciam, "para promover a emulação tão louvável e necessária ao progresso, e adiantamento das Belas Artes", dois prêmios ao fim de cada ano para cada uma das aulas, que corresponderiam à grande e à pequena medalha de ouro:

> 32º - Os concorrentes da primeira aula farão um desenho copiado, ficando à sua eleição a escolha do original que quiserem copiar. Os da aula de Pintura farão a cópia de um quadro do gênero a que se tiverem aplicado. Os da aula de Escultura farão o modelo de uma estátua, ou um grupo de três figuras, ou um baixo-relevo. E os de Arquitetura farão um desenho de qualquer edifício, cujo desenho deverá constar de Planta, Corte e Alçada.
> 33° - Os discípulos que nestas artes se distinguirem completando o curso acadêmico com aprovação de seus Professores *terão além dos mencionados prêmios uma pensão para viajar por cinco anos* [...]. Esta formalidade se seguirá nas Classes de Pintura, Escultura e Arquitetura das Belas Artes e *terão a preferência nas Cadeiras das Aulas de Desenho que se estabelecerem nas Províncias do Império* (grifos nossos).

Apesar dessas normas terem sido alteradas e do fato de tais premiações não terem sido postas em prática antes da reforma de 1831 (Dias, 2009), chama atenção o destaque que o livro de assentamentos do Colégio de D. Pedro II confere ao prêmio dado a Pardal, como se fosse um dos critérios usados para legitimar sua admissão na cadeira de desenho do Colégio,[8] o que estaria de acordo

[8] Presente na grade curricular que se alterou diversas vezes ao longo do Império, a cadeira de desenho foi assumida por Pardal em 1839, inicialmente na condição de interino, conforme registro do próprio colégio (Livro de Assentamentos), embora a pesquisa

com a preferência prevista pelo antigo estatuto da AIBA. Dias afirma que, com a reforma de 1831, foram propostos prêmios trimensais, anuais e honoríficos que correspondiam, também, à grande e à pequena medalha de ouro, período em que Pardal teria recebido a medalha de ouro em Pintura Histórica.

A formação obtida na AIBA, o contato com outras línguas no interior da instituição e com a cultura artística de diversos países (vide o acervo de livros e obras de artes trazido para ser usado nas aulas) pode ter fornecido a Pardal uma rica experiência que se traduziu na inserção de aulas de desenho nas escolas por onde passou, apesar do ensino de desenho não estar previsto na Lei Geral de Ensino de 1827 e ser opcional no Regulamento da Corte de 1854. Assim como um investimento no domínio da língua francesa, que se fez necessária quando o professor se apropriou das ideias de Jean-Jacques Rapet na construção do programa de ensino das escolas municipais. Nesse sentido, cabe destacar que Pardal não foi o único professor público primário localizado nas listagens de alunos da AIBA. Foi possível observar o nome de Marcos Bernardino da Costa Passos na classe de desenho de 1834 e 1835 e o de João Pedro dos Santos Cruz que ganhou pequena medalha de ouro em desenho de ornato e figura em 1861 (*O Correio da Tarde*, 20 dez. 1861). Tal fato aponta para a possibilidade de outros professores também terem passado pela instituição, o que valeria uma maior investigação.

"Faz ciente que..."

Na década de 1830, Pardal se formou na AIBA, testemunhou a sua reforma, ingressou na regência da Escola Pública de Santa Rita e no Imperial Colégio de D. Pedro II. Também foi a década em que o Ato Adicional foi instituído (1834), bem como a Escola Normal da Província (1835) e as "Providências" para as escolas da Corte (1836). O processo de instauração de dispositivos legais, visando a normatização e regulamentação das atividades escolares, é constituído por brechas, itens não regulados e situações inesperadas. Dessa forma, forneceu margens para as agências docentes e atuações criativas, por meio das quais pro-

de Andrade (1999) inclua a aula de desenho a partir da reforma curricular de 1841. Nas várias reformas levantadas por Andrade, ora a cadeira estava dentro da grade obrigatória, ora como disciplina opcional – como, por exemplo, na reforma de 1862 em que se tornou opcional, juntamente com música, dança e ginástica. Em alguns anos, o tipo de ensino de desenho foi especificado no Almanak Laemmert, como em 1844: "desenho caligráfico, linear e figurado".

fessores fundamentavam sua discordância dos códigos jurídicos ou elaboravam as suas próprias normas, que poderiam soar até mesmo como procedimento previsto em lei. Esse é o caso da professora pública que colocou um anúncio no *Correio Oficial* de 21 de outubro de 1834 para comunicar que:

Figura 6 – Anúncio de provimento de cadeira de meninas

ANNUNCIOS.

Achando-se provida a Cadeira Nacional, e Publica de primeiras letras para Meninas, da Freguezia do Sacramento desta Corte: a Professora faz sciente que, dá principio ao ensino, que se lhes destinou em huma das Salas do Collegio de S. Sebastião na rua detraz do Carmo N. 35, em quanto não obtem casa em sua Freguezia. He sufficiente prova para serem admittidas as educandas, a Certidão do Parocho em como pertencem á referida Freguezia, certificada pelo Chefe do seu Quarteirão, e reconhecida.

Tambem se previne que serão demittidas logo que mudem de Freguezia.

Rio de Janeiro 17 de Outubro de 1834. — A Professora, Joaquina Maria da Conceição.

Fonte: *Correio Oficial* de 21 out. 1834, BN.

A professora da freguesia de Sacramento, Joaquina Maria da Conceição, "decretou" que só poderiam estudar na escola as meninas de sua freguesia, divulgando tal informação em um jornal como se fosse uma "portaria de matrícula". O ato da professora Joaquina coincide com o ano do Ato Adicional que facultou às províncias elaborarem suas próprias normas. Ironicamente, do mesmo modo, a professora apresentou uma postura de estabelecer suas próprias regras em seu "território" ou "inventar uma tradição".

Embora tenha sido considerada "abusiva" na época, a atitude da professora talvez não a caracterizasse como uma pessoa audaciosa e fizesse parte da rotina docente. No que concerne às leis e às normas, por viverem em um momento de processo de regulação legal em constituição no Império; pela ausência de regras oficiais para determinado quesitos; por questões que iam se impondo no cotidiano e da urgência que iam adquirindo; além da autonomia proporcionada em

tais circunstâncias, a atitude de Joaquina poderia sugerir ser comum que normas fossem criadas pelos próprios professores.

O chamado "abuso" não durou muito tempo. Logo em seguida, uma nota, em nome da Regência, informava que a exigência da dita professora não era procedente (*Correio Oficial*, 30 jan. 1835). Apresento o caso como exemplo para explicitar a delicada relação entre o processo de instituir leis e a mudança de práticas ordinárias.

Nesse sentido, a ideia de agências subalternas – manejadas por sujeitos ou grupos em situação de subordinação a outros – operada por Bhabha (1998) pode ajudar a redimensionar a atuação dos professores analisada ao longo do capítulo, diante de um processo de estatização da profissão. A agência subalterna negocia sua própria autoridade em um processo que Bhabha chama "de 'descosedura' iterativa e religação insurgente, incomensurável" (p. 269). Para Bhabha, trata-se de uma estratégia subversiva, nos espaços intersticiais e fronteiriços, que requer movimento e manobra, mas não continuidade e acumulação em termos de temporalidade, podendo tentar interrogar e rearticular "o 'inter-esse' da sociedade" em um processo de contestação dos símbolos de autoridade e de relocação e reinscrição dos sujeitos.

A tradição do uso de dispositivos jurídicos na instrução, no caso brasileiro, segundo Gondra (2001), pode remontar ao século XVI, com as normas da Companhia de Jesus. Contudo, para o autor,

> [...] é no século XIX que se evidencia de modo mais vigoroso a explosão dos códigos jurídicos relativos à educação escolar, evidenciável já mesmo no processo de elaboração da primeira Constituição, iniciado em 1823, tendo continuidade até a vertiginosa quantidade de reformas educacionais produzidas no Brasil presentemente (2001, p. 2).

Por outro lado, Fonseca (2011) também dá destaque a um ciclo de intervenções a partir de 1759, quando Portugal iniciou um processo de atuação direta do Estado na educação por meio das "reformas pombalinas da educação", complementadas com outras normas ao longo das décadas seguintes. Assim, a segunda metade do século XVIII, segundo Fonseca, ficou marcada "como um momento particular de ações que visavam reorganizar diferentes dimensões de sua estrutura e administração" (p. 100), como parte de um esforço de modernização portuguesa para o Reino quanto para outras partes do Império.

No âmbito dos processos de aplicação das leis no Império Brasileiro, o serviço responsável por garantir o cumprimento das normas, a fiscalização, promoveu tensões também entre instâncias de governo. A lei de 1827, embora não tenha esmiuçado o procedimento de fiscalização, definiu quem deveria executar o serviço: "Presidentes em Conselho, a quem pertence a fiscalização das escolas". Outra lei, datada de 1º de outubro de 1828, regulou o funcionamento das câmaras municipais e, por meio do artigo 70, atribuiu a elas a função de "inspeção sobre as escolas de primeiras letras".

Porém, a existência de leis e a atribuição de responsabilidade à Câmara Municipal relativas à inspeção das escolas parecem não ter surtido o efeito esperado na Corte. Diante disso, segundo Cardoso (1999), para impedir que fiscais e professores transgredissem ou contornassem a lei, o governo da Regência decidiu, em 5 de agosto de 1831, recomendar "à Sociedade Promotora da Instrução Elementar, no Rio de Janeiro, a colaborar com a inspeção das aulas de primeiras letras da Corte, 'um serviço de tanto interesse público, e tão análogo à sua patriótica instituição'."(p. 126-127, grifo nosso). Cabe destacar que professores públicos primários, em exercício, também faziam parte da referida sociedade.

O governo continuou pressionando a Câmara no Rio de Janeiro e, dois anos depois, publicou uma portaria (*Correio Oficial*, 1836, n. 79) cobrando informações a respeito da sua atuação no assunto e indagando se seus fiscais estavam a inspecionar as escolas (Portaria de 4 de março de 1836). Aos fiscais da Câmara era atribuída a responsabilidade de fiscalizar diversos espaços e as escolas seriam mais uma entre tantas. Porém, nesse caso havia uma diferença, pois a escola pública em situação irregular não poderia ser "multada" – tal como ocorria no comércio, por exemplo, ramo bastante vigiado (Souza, 2007). O fato talvez causasse certo desinteresse dos fiscais em cumprir o papel de fiscalizar com o rigor que o governo esperava.

Apesar das constantes pressões que as fontes sugerem ter existido, o *Correio Oficial* denunciava que,

> Tendo mostrado a experiência que, não obstante o haver-se confiado às Câmaras Municipais [...] a fiscalização das Escolas Primárias, não se tem conseguido o desejado progresso em favor da educação da Juventude; antes pelo contrário se há observado, no que respeita às Escolas de Primeiras Letras desta Corte e Município, *um total desleixo e abandono sobre um tão interessante objeto*, que aliás deve necessariamente produzir uma péssima influência sobre a cultura moral e intelectual

> da mocidade em seus destinos futuros; e sendo por isso da maior urgência ocorrer quanto antes ao remédio de tais males, estabelecendo uma eficaz e permanente fiscalização sobre a conduta, assiduidade, e mais obrigações dos Mestres das ditas escolas, dando-se-lhes uma norma fixa para regime do seu magistério, em harmonia com os princípios liberais e legislação em vigor, a fim de se preencherem os saudáveis fins da Carta de Lei de quinze de outubro de mil oitocentos e vinte e sete (28 mar. 1836, n. 69, grifo nosso).

A acusação dirigida à Câmara de tratar a instrução com "total desleixo e abandono" igualmente poderia indicar, mais do que um desinteresse da mesma, certa rivalidade ou revanche, diante das tentativas do governo de esvaziar os poderes municipais. O mesmo número do *Correio Oficial* que traz a denúncia pública as "Providências e determinações sobre as Escolas de Primeiras Letras desta Corte e Município, mandadas observar pelo Decreto desta data" (15 mar. 1836), que criou a função de diretor das escolas. Nomeado pelo Ministro do Império, o diretor tinha como função:

> [...] a fiscalização e inspeção das Escolas de Primeiras Letras desta Corte e Município, que lhe ficam subordinadas, e a respeito das quais fará observar, não só as presentes Providências e Determinações, mas também todas e quaisquer Instruções ou Ordens, que de futuro lhe forem pelo Governo transmitidas (*Correio Oficial*, 28 mar. 1836, n. 69).

Foi nomeado para o cargo Joaquim José da Silveira que havia sido, segundo a portaria de nomeação, ex-oficial maior da extinta mesa do Desembargo do Paço. Eram responsabilidades do diretor visitar escolas, averiguar o cumprimento das normas pelos professores, nomear substitutos, assistir aos exames e concursos de provimento de cadeiras. O Decreto também atribuía ao diretor o papel de "obrigar" os mestres a terem um livro de matrícula, rubricado por ele, constando os nomes dos alunos, datas de entrada e saída, pátria, idade, nome dos pais, com observações a respeito de comportamento, aplicação e progressos. Os professores também deveriam informar o método usado e o ensino das matérias previstas, bem como encaminhar os casos mais graves de insubordinação dos alunos ao diretor. Silveira ocupou o posto de diretor até 1854, ano da Reforma Couto Ferraz que criou o cargo de inspetor-geral na Corte, substituindo a figura do diretor.

No entanto, apesar da lei que criava a autoridade do diretor, a celeuma acerca do papel da Câmara continuava, uma vez que a norma de 1836 não revogava a função fiscalizadora da Câmara na Corte. Um texto da sessão chamada "Artigos não oficiais" do *Correio Oficial* (1836, n. 74, p. 296, grifos nossos), assinada apenas por "G.", comenta o Decreto:

> Que o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, tenha a Inspeção suprema não só sobre os Estabelecimentos Gerais de instrução, nós perfeitamente entendemos isso, e com isso concordamos; mas que desça às miudezas de assistir a exames, de vigiar individualmente na maneira porque os professores cumprem com suas obrigações, no adiantamento dos alunos, e na avultada despesa que se faz neste ramo da Administração pública, é o que não nos parece compatível com os muitos, variados, e importantes objetos de que ele tem de ocupar-se em um país nascente como o nosso, onde pouco se tem feito, ou, para melhor dizer, tudo se acha ainda por fazer, do muito que é necessário para dar-se algum impulso a coisas de vital interesse, que tem estado esquecidas, ou inteiramente ignoradas. *Mas, a câmara municipal, o que faz, perguntará alguém? Em verdade ela pouco ou nada pode fazer nesta matéria.* Em primeiro lugar as Câmaras não são Corporações científicas, que possam exercer com vantagem a fiscalização que mais se deseja; em segundo lugar essa mesma fiscalização que exercem, elas a cometem a seus Fiscais, que menos ainda sabem, ou podem desempenhá-la. Para prova desta verdade basta refletir que no longo espaço de anos, decorrido desde a data da Lei que organizou as Escolas primárias, até hoje, ainda uma só reflexão útil não veio sobre este assunto ao Governo.

A crítica à incapacidade da Câmara de exercer a fiscalização por meio de seus "fiscais medíocres" e a alegação da existência de um ministro competente para executá-la, mas demasiado ocupado com os negócios do país para "descer às miudezas", demonstra as tensões existentes entre as duas instâncias de poder e a discutível importância atribuída à instrução. Questões em torno do papel da Câmara na instrução pública iriam aparecer também na época da inauguração das escolas municipais dirigidas por Pardal na década de 1870, como veremos no capítulo IV.

A atuação da Câmara, embora fosse vista como ineficiente e realizada por fiscais que não "saberiam" desempenhá-la, como acusa o artigo, não se dava sem tensões e atritos com os professores, o que sugere que, se não fiscalizavam

da forma esperada pelo governo, exerciam algum tipo de inspeção a ponto de incomodarem os mestres.[9]

A representação que o professor Estevão José Pires da freguesia de Guaratiba apresentou à Câmara (*Correio Oficial*, 25 ago. 1843), em que se queixa do fiscal por ele se negar a lhe dar o atestado de frequência, documento primordial para o recebimento do salário, demonstra a complicada relação imposta aos professores que ficavam submetidos às ingerências políticas de um indivíduo que ocupava um cargo considerado, pelas autoridades, inferior na escala do funcionalismo público, mas imbuído de poderes não subestimáveis.

As ingerências políticas poderiam deixar os professores em situações delicadas, como a denunciada por João José Pereira Sarmento, professor da freguesia de Santana (*Diário do Rio de Janeiro*, 14 jun. 1832). Sarmento acusou o fiscal de ser seu "gratuito inimigo" e de divulgar falsas informações ao seu respeito, pelas as quais o professor não queria sofrer "quebra de crédito e honra". Sarmento também aproveita a oportunidade para declarar não reconhecer o poder de fiscalização do dito fiscal e questiona sua autoridade lançando mão da própria legislação em vigor. Alega o fato da Lei de 1827 não atribuir ao cargo dele a inspeção das escolas e do artigo 70 da lei das câmaras municipais não "derrogar explicitamente" tal condição. A publicação da nota de defesa em jornal de grande circulação sugere que a repercussão das intrigas do "fiscal inimigo" poderia ter arranhado a imagem pública do professor na sociedade. Considerando que a moralidade era condição para exercer o ofício de ensinar, torna-se compreensível a preocupação do professor em tornar pública sua defesa por meio da imprensa.

Os debates em torno da estrutura administrativo-burocrática voltada para instrução também podem ser vistos no estudo de Alcântara (2014) para o caso de São Paulo. A autora assinala que a crença na racionalidade manifesta na burocracia dá sustentação à autoridade burocrática, que se estrutura a partir da hierarquia das atribuições e dos deveres oficiais. Nesse sentido, também se tornava necessário levar os professores a acreditarem na burocracia produzida em torno de sua atividade, como uma forma de conferir autoridade aos agentes que deveriam zelar pela própria burocracia.

Nesse processo de legislação e burocratização, até 1854, outras normas foram instituídas por meio de decretos e portarias. Algumas não tratavam dire-

[9] Por um Aviso de 1844, a Câmara Municipal confiou a fiscalização, igualmente sem sucesso, aos párocos e juízes de paz, buscando "passar adiante" a função (Relatório do Ministro do Império de 1850, p. 13).

tamente da instrução, mas se estendiam a ela, como o regulamento da Secretaria dos Negócios do Império, com uma versão de 1843 e outra de 1844. A versão estabelecida pelo Decreto n. 346 de 30 de março de 1844 organizava o expediente em seis sessões. A segunda era responsável pelas áreas da polícia, saúde, obras e pela instrução pública. Uma das atribuições dizia respeito a um dispositivo chave de governo: a estatística. O expediente da 2ª Sessão, definido pelo artigo 15 compreendia, entre outros incisos:

> 2º A formação da Estatística de todas as Aulas, e Escolas, tanto públicas, como particulares, existentes no Império, à exceção das que se acharem a cargo de outro Ministério; demonstrando a respeito das primeiras o lugar, em que cada uma delas está colocada; a natureza, método, e livros do ensino; nome, estado, vencimento, assiduidade, e comportamento moral, e político do Professor; finalmente o número, e aproveitamento dos alunos em cada ano; e a respeito das particulares as mesmas circunstancias, com exclusão porém do vencimento dos Professores.

A "formação da estatística" tão cobrada à Câmara seria composta por números, mas também por informações sobre a escola e seu território, o ensino e materiais, e o professor, acerca do qual se deveria conhecer o comportamento moral e político. Apesar das complicadas condições de produção dos dados, provavelmente seriam utilizados pelo Ministro do Império em seus relatórios com discursos políticos cuidadosamente elaborados (Resende e Faria Filho, 2001 e Caldeira, 2008).

A observação prevista no artigo 15 para "formação da estatística", em torno do comportamento político do professor, alerta para a existência de seu envolvimento com a política na primeira metade do século XIX e de uma preocupação por parte do governo. Munhoz (2012), no caso da 5ª Comarca de São Paulo (Paraná), investigou um professor de primeiras letras, Baptista Brandão, e sua posição afinada com as elites locais no momento da emancipação do Paraná. A trajetória de Brandão permitia, segundo a autora, analisar a presença dos professores primários em outros espaços, entre eles, o político, mas também "como a circulação por estes diferentes espaços e a acumulação de um repertório político-administrativo, legal e a destreza nas diferentes instituições imperiais foram significativas em sua experiência docente" (p. 140).

"A fim de ser provida na forma da lei"

Tanto quanto a legislação, a fiscalização e a estatística, outra questão que demandava atenção era o próprio provimento da cadeira, para o qual era preciso prestar concurso, o que, para Garcia (2006), também estava ligado à profissionalização e à estatização do magistério. Cabe assinalar que, segundo Cardoso (1999), os termos "escola" e "cadeira" eram usados no mesmo sentido, "ou seja, uma aula pública de primeiras letras, ou uma aula de gramática latina, correspondia, cada uma, a uma cadeira específica, o que representava uma unidade escolar, uma escola" (p. 124). As aulas recorrentemente se davam na casa do próprio professor, portanto, as "escolas eram uma unidade de ensino com um professor" (Cardoso, 1999, p. 124).

A Lei Geral de 1827 definiu que os candidatos, com boa conduta e em gozo de seus direitos civis e políticos, seriam examinados publicamente perante os "Presidentes, em Conselho", sendo os "mais dignos" indicados ao governo para sua legal nomeação. O processo de normatização do concurso público passava pelo controle dos candidatos, mas também pela definição da banca examinadora. Problemas na sua composição renderam uma intervenção por parte da Regência, como indica a notificação publicada no *Correio Oficial* de 1835, n.123:

> Illm. E Exm. Sr. – Tendo subido ao conhecimento da Regência a Representação do Diretor do Curso Jurídico dessa Cidade sobre a exigência, que V. Ex. lhe fez, não só de Professores de Preparatórios, mas até de Lentes Substitutos, para servirem de Examinadores de Primeiras Letras no Concurso que tivera lugar no dia 6 do mês passado: manda a Mesma regência, em Nome do Imperador, declarar-lhe que, não sendo da profissão de tais pessoas o ensino de Primeiras Letras, nem são próprias, e nem podem ser obrigadas, quando voluntariamente não queiram prestar-se. Deus guarde V. Ex. Palácio do Rio de Janeiro em 20 de maio de 1835. – Joaquim Vieira da Silva e Souza. – Rafael Tobias de Aguiar.

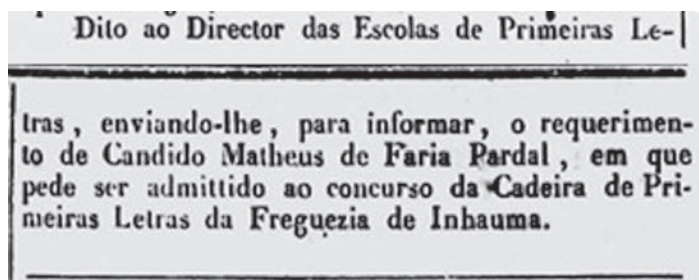
Interessante observar que Rafael Tobias de Aguiar era paulista e, enquanto membro do Conselho da Presidência da Província de São Paulo na década de 1820, propôs a adoção do ensino mútuo nas escolas elementares (Hilsdorf, 1999). Considerado por Hilsdorf (1999) como parte das fileiras de liberais e ilustrados paulistas dos anos 1820 e 1830, sua presença na Corte pode ter ocorrido no intervalo entre seus dois mandatos na presidência da Província de São Paulo.

A notificação do governo da Regência, nesse sentido, funcionaria como uma orientação normativa na organização das bancas, ao alertar que não eram "próprias" pessoas cuja profissão não fosse o ensino de primeiras letras. No entanto, por outro lado, a notificação concluía com a frase "quando voluntariamente não queiram prestar-se", o que também era uma forma de permitir a participação dos interessados sem atuação no ensino primário.

Do mesmo modo que o *Correio Oficial* anunciava a realização de concursos públicos, os requerimentos de inscrição dos professores também eram publicados e assim podemos acompanhar o primeiro registro de requerimento de Pardal no periódico, em 1837,[10] para a cadeira de Inhaúma.

Figura 7 – Nota sobre requerimento de Pardal

Dito ao Director das Escolas de Primeiras Le-

tras, enviando-lhe, para informar, o requerimento de Candido Matheus de Faria Pardal, em que pede ser admittido ao concurso da Cadeira de Primeiras Letras da Freguezia de Inhauma.

Fonte: *Correio Oficial*, 25 ago. 1837, n. 46, Biblioteca Nacional.

A checagem dos documentos parecia ocorrer com certo rigor, conforme sugere o encaminhamento feito ao diretor das escolas para que respondesse sobre a dúvida em torno da folha corrida apresentada pelo professor Pardal (*Correio Oficial*, 5 set. 1837). A "folha" consistia em um importante documento que visava assegurar a entrada de pessoas dentro dos preceitos de boa moralidade e conduta requeridos à função civilizadora que se esperava do magistério.

No período em que vigorava esse procedimento, entraram, no mesmo ano que Pardal, os professores José Maria Mafra, Joaquim Sabino Pinto Ribeiro, Francisco Antonio Augusto de Sá, Bernardino José de Sena, Estevão José Pires, e as professoras Francisca de Paula Moraes e Lima, Delfina Joaquina de Gouvea e Thereza Fortunata da Silva. Nos anos seguintes, o Reverendo João Soares de

[10] Correio Oficial, 25 ago. 1837, n. 46, Biblioteca Nacional. Este recorte é formado de duas partes que foram unidas no processo de edição da imagem, sendo a primeira frase da coluna direita da folha e a segunda, sua continuação na coluna esquerda.

Lima e Mota, Manoel Joaquim da Silveira, João Antunes da Costa e Silva, e as professoras Clara Maria da Gloria Ribeiro e Catharina Lopes Coruja.

Alguns anos depois, em 1845, foi aprovado um decreto específico para regular os concursos públicos para professores. Composto por dezesseis artigos, o Decreto n. 440 de 10 de dezembro de 1845 definia o ritual a ser seguido durante as provas:

> Começará o exame pela leitura; e o primeiro examinando, que o Diretor designar, indicando ao mesmo tempo o Professor, que o deve interrogar, aberto o respectivo escrutínio, extrairá uma cédula, e recitará em voz inteligível e pausadamente, o parágrafo do livro, que ela indicar, tendo o examinador na mão o outro exemplar. Acabada esta leitura, o examinador fará ao examinando as necessárias perguntas sobre a análise gramatical, sintaxe, regência, e concordância em um ou mais períodos. Este exame, assim como o das demais matérias, durará o tempo que o Ministro determinar.

Procedimento parecido era prescrito para as provas de aritmética, geometria (com uso de tábua preta), moral cristã e doutrina católica, escrita (também incluía o uso de papel) e, por fim, prática de ensino mútuo. Durante a vigência dessa norma, entraram no magistério público Joaquim José Cardoso de Siqueira Amazonas, Francisco Alves da Silva Castilho, João José Moreira, João Rodrigues da Fonseca Jordão, Antonio Gonçalves Teixeira e Souza, Ermelindo José Exposto, e as professoras Marianna Joaquina da Fonseca e Anna Euqueria Lopes Alvares. Vários desses professores se destacaram em suas atividades nas décadas seguintes, tornando-se conhecidos no ofício.

"... pede para instruir-se no sistema do Ensino Mútuo"

No que diz respeito ao ensino mútuo, algumas questões como a formação, os concursos, o exercício em sala de aula no período em que esteve oficialmente em vigor na Corte e os seus resquícios, mesmo quando revogado, merecem ser destacados, na medida em que Pardal estava listado entre os que aplicavam o método e manteve, em parte, seu ensino após a Reforma de 1854.

O ensino mútuo foi estabelecido pela Lei de 1827. Baseava-se segundo Bastos (1999) no ensino dos alunos por eles mesmos, divididos em várias classes, sob a direção de um só mestre. Cada classe possuía um ritmo e um programa,

dirigida por um monitor que recebia previamente instruções do professor. O método envolvia uma nova relação com materiais pedagógicos, mobília, tempo, espaço e agentes educativos. A sua exigência nos concursos públicos se deu antes mesmo do Decreto de 1845, anteriormente referido, que definia que: "Far-se-á por último o exame da prática do ensino-mútuo, do qual o examinando explicará um só processo, fazendo-o executar pelos meninos".

A cobrança de saber o sistema mútuo poderia ser inferida a partir de detalhes como do anúncio da imagem a seguir, embora não esteja explicitada no texto (*Correio Oficial*, 17 ago. 1836).

Figura 8 – Anúncio de abertura de concurso público em 1836

ANNUNCIOS.

Pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, se faz publico que no dia 13 do futuro mez de Setembro, se hão de pôr a concurso as Cadeiras Publicas de Primeiras Letras para meninos, pertencentes ás Freguezias de Guaratiba e Inhahuma, tendo cada huma dellas 150$ rs. de ordenado. As pessoas que pretenderem os referidas Cadeiras, apresentar-se-hão na Escola Publica de Primeiras Letras da Freguezia do Sacramento desta Cidade, no dia indicado, pelas 10 horas da manhã, a fim de serem examinadas; tendo primeiramente apresentado na dita Secretaria de Estado, os documentos que devem habilita-las para o indicado Magisterio.

Rio de Janeiro em 13 de Agosto de 1836. — Luiz Joaquim dos Santos Marrocos.

Fonte*: Correio Oficial*, 17 ago.1836, n. 39, BN.

O aviso informa que o concurso para as cadeiras das freguesias de Guaratiba e Inhaúma seria realizado na Escola Pública de Primeiras Letras de Sacramento. O endereço de uma escola para realizar um exame de aprovação para o magistério público em pleno horário escolar chama atenção. Qual seria o motivo? Trata-se

da escola regida pelo professor Francisco Joaquim Nogueira Neves, onde era oficialmente aplicado o ensino mútuo e também ensinado a outros professores.

Criada em 13 de abril de 1823, funcionava como escola normal pelo menos desde 1828, ano em que foi expedido um decreto, de 26 de novembro de 1828, sobre aumento salarial do professor Francisco, o que corrobora a afirmação:

> Decreto de 26 de Novembro de 1828
> Eleva a 500$000 o ordenado do Professor Publico da Escola Normal de ensino mútuo desta Corte.
> Atendendo ao que Me representou Francisco Joaquim Nogueira Neves: Hei por bem que o ordenado anual de 400$000, que percebe como Professor Público da Escola Normal de ensino mútuo da Corte, seja elevado á quantia de 500$000 anuais, que lhe serão pagos pela respectiva folha do Tesouro Público.[11]

Notícias posteriores indicam seu funcionamento como Escola Normal até pelo menos 1839, como as da autorização da reforma do prédio e conserto da mobília (*Correio Oficial*, 14 abr. 1835, n. 83), do pedido de gratificação feito pelo mesmo professor em 1836 (*Correio Oficial*, 1836, n. 111) e do pedido de admissão de um aspirante a professor público, no ano de 1839 (*Correio Oficial*, 9 set. 1939, n. 58).

Pelos documentos levantados, não foi possível apreender como se dava o funcionamento da Escola Normal de Ensino Mútuo. Contudo, considerando que ela estava instalada em uma escola de ensino primário, cujo professor era regente de uma cadeira de primeiras letras, parece que a instituição não funcionava nos moldes previstos para uma escola de formação docente. Porém, o fato de a ela ser atribuído o nome de "Escola Normal" não pode ser desconsiderado, pois indica a intencionalidade de formação, mais especificamente nesse caso, na aquisição dos conhecimentos necessários à aplicação do ensino mútuo. Nesse sentido, cabe destacar que a Lei de 1835, que criou a Escola Normal da Província, em Niterói, definia em seu segundo artigo que

> A mesma Escola será regida por um Diretor, que ensinará. Primo: a ler e escrever pelo método Lancasteriano, cujos princípios teóricos e práticos explicará.

---

[11] Extraído da página da Câmara dos Deputados, disponível em http://www2.camara.leg.br. Acesso em março de 2014.

> Segundo: as quatro operações de Aritmética, quebrados, decimais e proporções. Tertio: noções gerais de Geometria teórica e prática. Quarto: Gramática de Língua Nacional. Quinto: elementos de Geografia. Sexto: os princípios de Moral Cristã, e da Religião do Estado.

Na Escola Normal de Niterói também haveria apenas um regente, com um currículo igualmente restrito – praticamente o mesmo preconizado pelo sexto artigo da Lei Geral de Ensino para ser ensinado nas escolas de primeiras letras –, sendo que o único ensino voltado para formação didática era o mesmo que ocorria na Escola Normal de Ensino Mútuo da freguesia de Sacramento, ou seja, o ensino mútuo. Cabe lembrar que Villela, ao tratar da fase inicial da instituição niteroiense, a ela se refere como uma "escola normal artesanal" (2002a).

Cardoso (1999), em estudo situado entre 1823 – ano em que o ensino mútuo foi implantado no Brasil –, e 1840, menciona uma Escola Normal de Ensino Mútuo criada por decreto de 1823, para instrução das corporações militares e extensiva a todas as classes, e extinta por decreto de junho de 1829. A autora assinala que

> Como na Coleção de Leis do Império Brasileiro não encontramos nenhum outro decreto com a mesma data de 1° de março de 1823, *que criou a Escola Normal do ensino mútuo nesta Corte*, podemos supor que a primeira escola organizada pelo novo método, para instrução principalmente do Exército, também formou novos professores, não no sentido formal que damos hoje à escola normal, mas funcionando como um centro difusor do conhecimento do método a ser repassado a outras pessoas interessadas em o aprender. E pelo texto do decreto de 20 de junho de 1829, tal iniciativa foi bem-sucedida, resultando na criação de novas escolas do mesmo tipo (1999, p. 122, grifo nosso).

O decreto que criou a Escola Normal da freguesia de Sacramento é outro, portanto tratar-se-iam de escolas distintas. E o próprio Decreto de 20 de junho de 1829 justifica a decisão de extinguir a escola criada em 01 de março de 1823, alegando ser desnecessária "por se acharem cinco em exercício". Tal fato aponta a existência de outras unidades. Parece que uma das soluções encontradas para cumprir a Lei de 1827, que determinava que o professor que não tivesse instrução nesse ensino deveria fazê-lo em curto prazo e à custa dos seus ordenados, seria aprender com os "colegas professores" que o soubessem.

A autora também menciona a escola de Sacramento onde lecionava Francisco Joaquim Nogueira Neves, criada para admitir até 270 meninos, mas como uma escola de primeiras letras que usava o ensino mútuo. Dirigida por uma junta diretora, tinha como professor "Francisco Joaquim Nogueira Neves, como endereço na Rua da Cadeia, que continuou ainda lecionando muitos anos, pois o encontramos atuante em 1835. Quanto à junta, foi extinta pelo decreto de 4 de março de 1829" (Cardoso, 1999, p. 123).

Apesar da extinção da referida junta, a escola continuou a funcionar como escola normal sob a regência desse professor, conforme indicam as fontes, até 1837, ano em que Francisco Neves pediu remoção para a cadeira da freguesia da Glória, onde lecionou até 1861, quando foi jubilado. Em 1837, foi substituído por Joaquim Sabino Pinto Ribeiro, que também não encerrou a atividade da Escola Normal, pois foi possível localizar um anúncio de que o Ministro do Império havia visitado a Escola Normal de Ensino Mútuo da freguesia de Sacramento, sob sua regência, em 10 de outubro de 1837 (*Correio Oficial*, 16 out. 1837).

Outras escolas de primeiras letras em que o sistema de ensino mútuo era usado foram apresentadas por Cardoso em um quadro composto por quinze professores que atuaram com o método entre 1823 e 1840. O próprio professor Pardal se encontra em uma listagem de professores públicos de 1839 que usavam o método mútuo (AGCRJ, códice 10.4.4, 26 abr. 1839, f.3).

Anos depois, em 1849, Pardal recebeu uma quantia para as despesas com a montagem da escola pública de Santa Rita "pelo sistema de ensino mútuo", informação que poderia ter relação com o fato de que a escola havia mudado para outro endereço. Nesse caso, talvez fosse preciso trocar, reparar ou aumentar a mobília, ou significasse que, no prédio anterior, a escola funcionava sem a mobília preconizada para o sistema. No entanto, era comum que escolas que afirmavam empregar o ensino mútuo, na prática, apenas se ativessem ao uso de termos e expressões relativos ao método, bem como de mobília e materiais, mas não a aplicação do método em si.[12]

Cabe destacar que, mesmo após a instituição na Corte do ensino simultâneo pelo Regulamento de 1854, o sistema mútuo ou alguns de seus elementos persistiam nas práticas escolares, sinal de que a apropriação do método ou de parte de seus dispositivos – provavelmente uma apropriação criativa, diante das

[12] Reflexão sugerida por Anne-Marie Chartier em reunião de pesquisa durante o doutorado-sanduíche.

circunstâncias da realidade brasileira –, poderia ter adquirido um caráter de tradição difícil de extirpar. Um dos mapas de matrícula do ano de 1855 do professor Pardal, usado nesta pesquisa para fazer uma análise dos pais e encarregados dos alunos, registra que o professor usava o método "misto, de mútuo e simultâneo", aspecto que poderia se refletir na mobília da escola de forma muito peculiar.

Quase vinte anos depois, em relatório da Comissão Visitadora das Escolas da Corte de 1873, na parte a respeito do assunto, a comissão aconselha que a mobília da escola de Santa Rita fosse completamente "reformada". A comissão descreve a escola como tendo duas salas, sendo a da frente do sistema número 2 e a do interior, de número 1 e que ainda assim eram insuficientes para a frequência ordinária. As carteiras chamadas do "sistema 1" eram descritas deste modo:

> Mesa de pinho pintado de preto, com pequena inclinação, tendo 3,20m de comprimento, 0,4m de largura e 0,76m de altura. O respectivo banco, sem encosto, mede 0,43m de altura, e 0,20 de largura, e é fixo à mesa. Esta tem por baixo do tampo pequenos repartimentos para os alunos guardarem livros, cadernos, etc. Uma travessa de madeira, presa à mesa em todo o comprimento desta, serve para apoio dos pés; perpendicular à mesa existem 6 ou 7 hastes de ferro donde pendem os quadros de escrita (p. 24).

A mobília sugere o ensino ao qual se prestava e o relatório fornece uma observação histórica a respeito delas: "Esta mobília foi introduzida em 1828 ou 1829 e serviu para as primeiras escolas de ensino mútuo. Ainda existem alguns raros e venerandos espécimes desse gênero nas escolas de meninos do curato de Santa Cruz, de Inhaúma e 1ª de Santa Rita" (p. 25).

A mistura entre carteiras antigas e mais modernas em uma mesma escola consiste numa realidade que vai se propagar ao longo do tempo a despeito da presença mais incisiva dos discursos higienistas, das propagandas em torno da modernidade pedagógica, da constituição de uma "indústria escolar", bem como de questões econômicas que iriam emergir no final do século XIX no Brasil, como assinala Alcântara (2014). Cabe destacar que a renovação de mobília e de materiais pedagógicos tanto era bem recebida como requisitada pelos docentes.

Em 1873, portanto, uma das possibilidades de ocorrer o "método misto" seria de aplicar separadamente o método mútuo e o simultâneo, cada um numa sala, em uma mesma escola, como parecia funcionar na Escola de Santa Rita, beneficiada pela divisão de salas, ou prejudicada por ela. No entanto, o endereço

da escola informado pelo relatório, Rua do Príncipe, n.º 80, era recente. Era do mesmo ano da visita, conforme registra o *Almanak Laemmert*. Desse modo, não sabemos se o mesmo procedimento teria sido adotado por Pardal nos outros prédios ocupados.

Esse exemplo serve de ilustração ao comentário da comissão sobre os métodos seguidos nas escolas públicas da Corte. Ao defender que ensino misto era o que melhor que se prestava às condições existentes, afirma que "não pareceu à comissão que ele fosse executado sempre com toda perfeição, nem tão pouco o simultâneo, o que não é aliás de estranhar da parte do nosso pessoal docente, que, não possuindo, em geral, estudos regulares, aplica esses métodos como cada qual entende" (p. 53). A afirmação um tanto jocosa a respeito do uso dos métodos, atribuído à falta de estudos regulares, provavelmente não se direcionava ao professor Pardal que tinha reconhecimento dos colegas em termos de saber pedagógico. No entanto, não foi possível saber se Pardal teve uma formação institucional para aprendizagem do sistema mútuo, mas havia essa possibilidade, como, por exemplo, nas escolas normais de ensino mútuo.

Em meio às discussões sobre o ensino mútuo, a abertura de escolas normais no país, ao ordenamento jurídico que se impunha à instrução, um outro acontecimento iria afetar o modo pelo qual a autoridade máxima do país era registrada nos documentos oficiais, entre os quais aqueles produzidos pelo funcionamento da instrução: a maioridade de D. Pedro II em 1840. Os professores não ficaram indiferentes ao fato. O diretor das escolas, Joaquim Silveira, enviou uma carta de felicitação ao Imperador, acompanhada das assinaturas de mais quatro professores públicos de primeiras letras, sendo um dos signatários o professor Pardal.

A carta felicitava D. Pedro II pelo acontecimento. A missiva laudatória, como preconizavam as regras de bom-tom, ao mesmo tempo em que pedia proteção às escolas, procurava passar uma mensagem do papel que o Imperador não deveria esquecer no alto de "sua ilustração" no que dizia respeito à importância do ensino primário (*Correio oficial,* 24 out. 1840). A resposta de D. Pedro II às felicitações foi bastante formal e padronizada assim como a dos outros felicitantes: "S.M.I. Respondeu que agradecia muito os sentimentos que Lhe manifestavam os Srs. Diretor, e Professores públicos de Primeiras Letras do Município da Corte".

O diretor das escolas havia estado em presença do Imperador para entregar a carta e "estar em presença" e cumprimentar o governante da nação foi uma prática comum entre os professores públicos primários (ver apêndice 10). Vários deles tiveram a "honra", como diziam os jornais, de fazê-lo, como o próprio pro-

fessor Pardal que, em 1853, participava de uma comissão da Imperial Sociedade Amante da Instrução que apresentou ao Imperador o pedido de aquisição de um terreno para construção de um colégio para meninas órfãs e meninos indigentes (*Correio Mercantil*, 06 abr. 1853). Talvez a visita fosse um procedimento bem visto e poderia corroborar para construir uma "boa imagem", aspecto que parecia também fazer parte da docência, quando o sujeito que se revestia da função procurava exercer atividades que extrapolassem o espaço escolar, embora conectadas, como, por exemplo, a política.

"... ficam revogadas as disposições em contrário"

Mesmo com as dificuldades encontradas pelo governo para ajustar a fiscalização das escolas e outros aspectos da instrução pública, o movimento jurídico das primeiras décadas após a independência ajuda a compreender a constituição das legislações que se seguiram e que são bastante conhecidas da historiografia, como o Regulamento de 1854 e o de 1879.

Como é sabido, após o Regulamento das Escolas de Primeiras Letras da Província do Espírito Santo, de 1848, e o Regulamento da Instrução Primária na Província do Rio de Janeiro, de 1849, o Ministro do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz deu prosseguimento à sua ação reformadora estabelecendo o Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Corte, em 1854. Ele reuniu em um único código jurídico a normatização de aspectos da instrução que tinham regras dispersas, bem como regulou "normas" instituídas pela tradição que não possuíam algo "em contrário" com as disposições "novas" da reforma. Dessa forma, o Regulamento tratou, em cinco títulos, da inspeção, do magistério (formação, recrutamento, deveres e direitos), funcionamento das escolas e dos processos disciplinares. Segundo Schueler (2002, p. 250):

> A lei, então, estabeleceu uma série de obrigações e deveres aos professores, e, em contrapartida, como toda relação jurídica, conferia-lhes direitos e privilégios. O que, em certa medida, para os historiadores da profissão docente, explicaria a vitória, ainda que contestada e turbulenta, do processo de estatização e a conseqüente incorporação dos mestres ao corpo de funcionários públicos – portanto, sua adesão, em maior ou menor nível, ao controle estatal.

Entretanto, Schueler igualmente defende que, apesar do Regulamento pretender controlar a atividade docente, havia espaço para autonomia dos mestres, pois, apesar submetidos à ingerência estatal, os professores "dispunham de mecanismos institucionais através dos quais poderiam viabilizar o diálogo e a comunicação com o poder público" (2002, p. 181). O interesse em estabelecer diálogo com a administração poderia ter motivado a reunião entre professores primários e secundários no Imperial Colégio de D. Pedro II noticiada em *O Correio da Tarde* (5 jun. 1857). Pardal, professor primário e do Colégio, fez parte da comissão criada na reunião para apresentar as bases para o estatuto de uma associação de professores, com o fim de melhorar o ensino primário e secundário. Nesse sentido, de acordo com Lemos (2006), diante de um Estado que se organizava, os professores também começaram a se organizar.

A Reforma de 1854, segundo Gondra (2001), estabelecida no Gabinete da Conciliação (1853-1856) emergiu em meio de conflitos em torno de posições e projetos observados no próprio núcleo do poder responsável pela sua execução. Com o fim da "Conciliação", os nervos poderiam estar mais exaltados, refletindo-se nos discursos de Eusébio na inspetoria e nas reuniões de professores para organizar uma associação.

Discussões sobre a Reforma de 1854 podem ser vistas em Villela (2002), Schueler (2002), Gondra (2001), Neves (2006), Borges (2008), entre outros vários autores. De uma forma geral, a reforma regulou práticas já existentes como a "forma artesanal de reprodução da docência" (Villela, 2002a e Schueler, 2002) – que podem ser analisadas a partir do conceito de "tradição inventada" – e também instituiu mudanças. O antigo esquema de fiscalização exercido por diretor e fiscais da Câmara foi substituído por um mais sofisticado, ao menos na letra da lei, centralizado na Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária. O ensino mútuo foi substituído pelo ensino simultâneo. Regulou-se a formação pela prática, por meio da criação dos professores adjuntos que acabaram por assumir o papel do professor substituto. Para o recrutamento de professores mantiveram-se os concursos públicos, cujos procedimentos funcionavam como formação docente (Garcia, 2005). Criou-se a escola primária graduada em 1.º e 2.º graus.

Desde a entrada de Pardal em 1837 até o ano de 1853, passaram pelas cadeiras de primeiras letras cerca de 32 professores. Entre eles, seis professoras e quinze professores iriam ter a experiência de trabalhar sob o Regulamento de Couto Ferraz.

Quadro 2 – Professores e professoras em exercício em 1854 nomeados antes da Reforma

N.	Professor	Ano de nomeação	Final do exercício
1	José de Moraes	1834	Falecido em 28/10/1859
2	Francisco Joaquim Nogueira Neves	1834 1837 (relatório)	Jubilado em 5/10/1861
3	Anna Joaquina de Oliveira e Silva	1835	Falecida em 20/08/1861
4	Venancio José da Costa	1835 1837	Jubilado em 05/12/1856
5	Luis José de Mello	1835?	Morte em 1855 (*Correio Mercantil*, 9/02/1855)
6	Francisca de Paula Moraes e Lima	1837	Jubilada em 15/04/1871
7	Thereza Fortunata da Silva	1837	Jubilada em 28/12/1863
8	Joaquim Sabino Pinto Ribeiro	1837	Jubilado em 28/03/1863
9	Francisco Antonio Augusto de Sá	1837	Falecido em 28/11/1866
10	Candido Matheus de Faria Pardal	1837	Jubilado em 8/7/1874
11	Estevão José Pires	1837	Falecido em 1/07/1863
12	Clara Maria da Gloria Ribeiro	1841	Jubilada em 1868
13	Manoel Joaquim da Silveira	1842	Jubilado em 8/10/1864
14	João Antunes da Costa e Silva	1842	Falecido em 06/03/1863
15	Catharina Lopes Coruja	1843	Jubilada em 17/01/1874
16	Joaquim José Cardoso de Siqueira Amazonas	1848	Falecido em 26/04/1866
17	Francisco Alves da Silva Castilho	1849	Jubilado em 12/02/1887
18	João José Moreira	1849	Falecido em 16/08/1873
19	João Rodrigues da Fonseca Jordão	1849	Jubilado em 14/02/1879
20	Ermelindo José Exposto	1852	Falecido em 1855
21	Anna Euqueria Lopes Alvares	1853	Última notícia em Relatório da IGIPSC de 30/11/1876 (gratificação)

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos relatórios da IGIPSC, documentos manuscritos do AGCRJ, no Correio Oficial – folha do governo, referente ao período anterior a 1854, e no Almanak Laemmert.

Como a maior parte deles estava em exercício desde a década de 1830, alguns saíram nos primeiros anos da Reforma por morte ou jubilação. Aqueles

que continuaram atuando puderam acompanhar um processo de mudanças, mas também de permanências que persistiram anos após a Reforma. Para esses professores que já estavam em exercício, o Regulamento de 1854 havia determinado que

> Art. 25. Os atuais professores continuarão a vencer os mesmos ordenados que ora percebem.
> Os que forem providos de novo, e os que se habilitarem na forma deste Regulamento, no prazo que lhes será marcado, terão os seguintes vencimentos, a saber:
> Os professores das escolas de segundo grau, 1.000$000 de ordenado e 400$000 de gratificação.
> Os das escolas de primeiro grau, 800$000 de ordenado e 200$000 de gratificação.

Ou seja, precisavam se habilitar "na forma do regulamento" para receberem os novos vencimentos. Em 1855, um ano após a Reforma, o professor Pardal solicitou se submeter aos procedimentos de habilitação, acionando sua rede de relações (AGCRJ, códice 10.4.31, 20/03/1855, f. 20). No AGCRJ, encontram-se cinco atestados de moralidade do professor, documento exigido para o pleito (AGCRJ, códice 10.4.31, f. 25-26, 28, 30 e 32.). Os atestados permitem ver os tipos de sujeitos que Pardal acionou para comprovar sua moralidade. Ele mobilizou um vigário, dois militares, um médico e um engenheiro. Interessante é perceber em cada atestado as evidências das relações e o seu caráter.

O Vigário Manoel da Silva Lopes da Igreja Matriz de Santa Rita assevera no atestado que Pardal cumpria bem seus deveres havia mais de quatro anos: "sua conduta tanto civil quanto religiosa tem sido exemplar e se faz digno de todos os respeitos". O envolvimento de Pardal com instituições de caráter religioso se deu de maneira ativa, por meio da ocupação de cargos de direção, como veremos no capítulo III. Um dos militares, Luis Antonio da Silva Beltrão, registrou todas as suas comendas para legitimar suas declarações acerca de Pardal, a quem conhecia há mais de 20 anos, ou seja, antes mesmo de ser professor público. Essa convivência poderia se dar na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, da qual ambos eram sócios. No ano seguinte, em 1856 seria possível encontrar um filho de Beltrão no mapa de matrícula de Pardal. O outro militar, Feliciano José Neves Gonzaga, também enumerou suas comendas e declarou conhecer o professor há 16 anos. Como prova testemunhal, relatou que "sob sua direção foi doutrinado um filho meu, que atualmente faz o seu curso de medicina". O médico que também fez um atestado de moralidade foi Antonio Félix Martins, presidente da

Junta Central de Higiene Pública, que viria ser membro do Conselho Diretor da Instrução (1861-1864), inspetor geral da instrução (interino, 1860, 1861 e 1864, e efetivo em 1873), vereador e membro do conselho da majestade.

No caso dos professores que entraram por meio dos concursos públicos realizados a partir da vigência do Regulamento de 1854 até o ano de 1870, estão:

Quadro 3 – Professores nomeados entre 1854 e 1870. Os nomes em itálico indicam os que haviam sido adjuntos.

N.	Professor	Ano de nomeação	Final do exercício
1	Joaquim Fernandes da Silva	1855	Jubilado em 14/01/1888
2	Luiz Thomaz de Oliveira	1855	Falecido em 03/08/1864
3	João Ferreira Moscoso	1855	Jubilado em 15/04/1871
4	Polycarpo José Dias da Cruz	1855	Exonerado em 18/03/1858
5	José Theodoro Burlamaque	1856	-
6	*Marcos Bernardino da Costa Passos*	1856	Falecido em 31/08/1865
7	Antonio Joaquim de Miranda	1857/1865	Falecido em 29/10/1866
8	Joaquim José de Souza Ribeiro	1857	Jubilado em 30/09/1884
9	Antonio Pinto da Costa de Souza Brandão	1858	Falecido em 1868
10	*Antonio Ignácio de Mesquita*	1858	Falecido em 18/07/1873
11	José Bernardes Moreira	1858	Jubilado em 14/01/1888
12	João Marciano de Carvalho	1858	Jubilado em 10/02/1884
13	João da Matta Araujo	1858/1863	Jubilado em 19/06/1886
14	*Antonio Cypriano de Figueiredo Carvalho*	1859/1863	Jubilado em 13/03/1886
15	Joaquim Antonio da Silva Bastos	1860	Jubilado em 1897
16	José Joaquim Xavier	1861	Jubilado em 19/07/1884
17	*Manoel José Pereira Frazão*	1863	-
18	*Gustavo José Alberto*	1863	-
19	*João Pedro de Medina Coeli Mariz Sarmento*	1865	Falecido em 17/10/1866
20	*Olympio Catão Viriato Montez*	1865	-
21	*Antonio Candido Rodrigues Carneiro*	1865	Jubilado em 30/09/1890

22	João Gonçalves Paim	1865	-
23	*João Pedro dos Santos Cruz*	1866	-
24	*Antonio Estevão da Costa e Cunha*	1867	Jubilado em 30/09/1890
25	José Antonio de Campos Lima	1867	Jubilado em 18/05/1886
26	João Correa dos Santos	1867	Falecido em 30/06/1883
27	José Joaquim Pereira de Azurara	1867	Demitido em 02/07/1872
28	Armando de Araújo Cintra Vidal	1867	-
29	Francisco Fernandes Machado	1868	-

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos relatórios da IGIPSC, documentos manuscritos do AGCRJ e no Almanak Laemmert.

Quadro 4 – Professoras nomeadas entre 1854 e 1870. Os nomes em itálico indicam as que haviam sido adjuntas

N.	Professora	Ano de nomeação	Final do exercício
1	Umbelina Maria da Cruz e Almeida	1854 (AL)	-
2	Francisca Albina Ferreira	1855	Jubilada em 27/07/1866
3	Elisa Tanner	1855	Jubilada em 14/01/1888
4	Eulália Emilia Nervi	1855	Pediu demissão em 1856 ou 1857
5	Maria Thomazia de Oliveira e Silva	1855	-
6	Amália Justa dos Passos Coelho Amália Justa dos Passos Coelho e Silva (1890)	1855	Jubilada em 15/12/1890
7	Anna Joaquina da Costa Passos	1856	Falecida em 12/01/1869
8	*Joanna Amalia de Andrade*	1857	-
9	Luiza Candida de Mendonça Cardoso	1858	-
10	*Delphina Rosa da Silva Vasconcellos*	1858	Jubilada em 23/03/1884
11	Maria Antonia da Luz Franco ou, em 1859, Maria Antonia Martins Franco (1859)	1858	Demitida em 1860
12	Theresa de Jesus Araujo Sampaio	1858	Pediu demissão em 1858
13	Luiza Ferreira Sampaio	1858	-
14	*Angelica de Athayde Jordão*	1859/1862	-
15	Deolinda Maria da Cruz e Almeida Araujo	1861	Jubilada em 14/01/1888

16	Maria da Gloria de Almeida Feijó Maria da Gloria Lacé de Alvarenga (1871)	1862	Jubilada em 26/10/1878
17	*Alcida Brandelina da Costa Seixas*	1863	Exonerada em 20/09/1870
18	*Maria José dos Santos Lara*	1864	Jubilada em 23/09/1890
19	*Mathilde Carolina da Silveira* *Mathilde Carolina Ferreira (1866)*	1865	Exonerada em 1875
20	*Flavia Domitilla de Carvalho*	1866	-
21	*Thereza Leopoldina de Araújo* *Thereza Leopoldina de Araújo Jacobina (1881)*	1869	Falecida em 31/03/1884
22	Maria Leopoldina Ferreira	1870	-
23	*Anna Alexandrina de Vasconcellos Medina*	1870	-
24	*Maria Nazareth dos Santos Garrocho*	1870	Falecida em 06/08/1873

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos relatórios da IGIPSC, documentos manuscritos do AGCRJ e no Almanak Laemmert.

Os dois quadros apresentam, com destaque em itálico, a indicação daqueles que compuseram a chamada "classe dos professores adjuntos", política de formação docente adotada pelo governo. Um total de vinte professores e professoras "formados pela prática" estão sinalizados nos quadros, número que iria aumentar na década seguinte, sinal de que a adesão à regulamentação da função foi bastante significativa. Marcos Bernardino da Costa Passos foi enquadrado na função de adjunto como uma solução burocrática para o posto que ocupava e que não era mais previsto explicitamente no Regulamento de 1854, o de professor substituto: "Art. 44. Os atuais substitutos das escolas serão conservados e empregados como adjuntos, enquanto se lhes não der outro destino".

No entanto, o fato de terem sido adjuntos dentro das normas do Regulamento de 1854, registrados nos relatórios da Inspetoria, não significa que os outros não pudessem ter aprendido a profissão da mesma forma, em razão de possuírem relações de parentesco ou de amizade com o professor-regente. No entanto, não constavam oficialmente nos quadros da Inspetoria.

Diante de um paradigma que preconiza a formação docente no interior de um modelo institucional específico, afirma-se que o estabelecimento da chamada "formação pela prática" se deu em detrimento da formação pela escola normal. E diante de um paradigma das "corporações de ofício", afirma-se que a classe dos adjuntos consolidava práticas tradicionais de aprendizagem do ofício e de

transmissão familiar, pois filhos e parentes de professores poderiam tornar-se adjuntos e perpetuar a "tradição", agora de forma oficial e submetida ao controle estatal (Schueler, 2002). Schueler, desse modo, assinala que se pode afirmar que a escola primária oitocentista "ensina por si mesma".

Embora a medida representasse a institucionalização de uma prática recorrente, não significa que problemas não tivessem ocorrido no seu funcionamento, como aqueles inerentes às peculiaridades do ensino, das tradições e práticas sociais e culturais da época. Sobretudo da ordem do privado, que havia corroborado para a própria recorrência da formação artesanal. A casa, que na maioria das vezes também era a escola, foi palco de muitas relações conflituosas entre os próprios professores, suas respectivas famílias e o governo, apresentando um emaranhado de relações em que o público e o privado se confundiam, frequentemente de maneira tensa e heterogênea. A casa, desse modo, servia como importante lugar da constituição da profissão e de suas relações, principalmente no aspecto da transmissão tradicional do ofício (Schueler, 2002).

O artigo 35 do Regulamento de 1854 concedia privilégio aos filhos de professores, mas não havia restrições àqueles que não eram parentes para assumirem o cargo. Assim, estranhos poderiam tornar-se adjuntos da escola em que um professor lecionava e na qual, com sua família, morava, gerando alguns conflitos. Sobretudo no caso das escolas de meninas, onde também se produzia o fardo moral que cercava as mulheres. A entrada de uma estranha no ambiente dominado e organizado por uma família desestabilizava a instituição e ameaçava a tradição. Um membro da família poderia perder o lugar "socialmente cativo" para uma "forasteira". Schueler (2002, p. 183, grifo nosso) assinala que

> Em outros casos, as autoridades argumentavam que algumas delas, julgando-se *proprietárias* das cadeiras de ensino, recusavam-se a receber meninas que não estivessem inscritas em suas relações pessoais de parentesco ou amizade, para servir como auxiliares. Estes relatos, sem dúvida, indicam e evidenciam a complexidade e as tensões entre o público e o privado, que imprimiam novas direções e marcavam especificidades ao processo de construção do sistema público de ensino primário na Corte.

Nesse sentido, podemos compreender o pedido de José Vicente Jorge, delegado da instrução, para que o inspetor geral tomasse providências diante

da reação turbulenta da professora da freguesia de Santo Antônio, Amália Justa dos Passos Coelho:

> Estornada (?) pela exoneração de sua irmã Francisca Augusta dos Passos Coelho, que exercia interinamente o lugar de adjunta de 1° ano na mesma escola havia seis anos, sem nunca apresentar-se nos exames anuais, para as quais era sempre intimada, não só recusou com desabrimento receber a snr D. Josepha Thomazia Gomes [...] como tomou por si a resolução de despedir com maus modos a adjunta D. Flávia Domitilla de Carvalho que já lá servia [...] (AGCRJ, códice 11.2.9, 11jul. 1864, f. 192).

O inverso também deve ser considerado. A família de uma adjunta também não queria que ela fosse coadjuvar uma estranha. O inspetor Eusébio de Queiroz atribuía o conflito à própria educação feminina: "devo declarar a V. Ex., que os hábitos, a educação e os costumes que infelizmente dominam ainda entre nós, tem suscitado embaraços e dificuldades no devido desenvolvimento da classe das professoras adjuntas" (Relatório da IGIPSC, 1856, p. 5). Um determinado ideário de educação feminina voltado para a vida doméstica, preconizada também pelas próprias autoridades, "mesmo não correspondendo a experiência de vida de grande parte das mulheres" (Gouvea, 2003, p. 7) estava interferindo nos planos e políticas voltados para a instrução pública.

O problema continuou sendo registrado nos relatórios posteriores, evidenciando que a força da tradição parecia não se abalar. Segundo o inspetor, eles continuavam lutando contra os costumes e hábitos, "apesar da diligência empregada" – provavelmente referindo-se ao aumento dos vencimentos:

> Assim persistem em não deixar o domicílio de suas famílias para substituírem ou auxiliarem as professoras das escolas que exigem seus serviços, ao mesmo tempo que estas se recusam a recebê-las em suas casas, quando não existem de parte a parte relações de íntima amizade ou parentesco (Relatório da IGIPSC, 1860, p. 6).

Embora as professoras públicas e as adjuntas fossem burocraticamente "subalternas", podemos observar a agência de tais mulheres que, a despeito de uma suposta inferioridade em termos de poder, detinham uma autoridade tal, corroborada pelas tradições, que obrigava o governo a negociar o modo como se dava o exercício do cargo de adjunto nas escolas do sexo feminino.

Apesar dos diversos problemas, torna-se importante não negligenciar certos aspectos da formação pela prática que podem ficar obliterados pelos debates em prol da Escola Normal e que se tornam mais evidentes quando comparamos os professores dos quadros de nomeação a partir de 1854 (3 e 4) com os do quadro 2, de professores nomeados antes da Reforma de 1854.

Quadro 5 – Ex-adjuntos X professores-regentes

Professor ex-adjunto e ano de sua nomeação		Nome do professor-regente
Marcos Bernardino da Costa Passos	1855	Candido Matheus de Faria Pardal
José Antonio de Campos Lima	1860	
Antonio Joaquim de Miranda	1855	João José Moreira
Antonio Ignácio de Mesquita	1856	Francisco Antonio Augusto de Sá
José Joaquim Xavier	1856	
Olympio Catão Viriato Montez	1863	?
João Gonçalves Paim	1859	Joaquim José Cardoso de Siqueira Amazonas
João Correa dos Santos	1860 1861	João José Moreira Polycarpo José Dias da Cruz
Armando de Araújo Cintra Vidal	1861	João Antunes da Costa e Silva José Joaquim Xavier
Francisco Fernandes Machado	1867	João Rodrigues da Fonseca Jordão

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos relatórios da IGIPSC, documentos manuscritos do AGCRJ e no Almanak Laemmert.

Um mesmo professor poderia ser coadjuvado por mais de um adjunto, o que permitiria estabelecer mais relações, indicar mais alunos ou inserir mais parentes.[13] No caso do quadro 5, o grupo de professores das escolas em que os adjuntos listados atuaram eram aqueles que, em sua maior parte, estiveram envolvidos em atividades associativistas e em sociedades – como, por exemplo, na organização da *Academia Pedagógica*, em 1860 –, em debates pedagógicos, participando como examinador de bancas de concursos públicos, de habilitação, de conclusão de primeiras letras, entre outros, configurando uma "agência docente".

[13] O Decreto n.º 1.681, de 28 de novembro de 1855, determinou a presença de um adjunto para cada escola com frequência "efetiva e real por mais de um ano" de mais de 50 alunos; dois as que contarem mais de cem; três as que tiverem mais de 150; "havendo mais três além dos que forem necessários nesta proporção".

Fonseca Jordão, por exemplo, foi membro da comissão nomeada para melhorar o plano e o programa do exame dos adjuntos do 3.º ano (Relatório da IGIPSC, 1872), mostrando uma agência formativa por parte dos professores regentes que participavam de mais de uma etapa na formação dos adjuntos, fosse na sala de aula, na definição de saberes que dariam a habilitação final aos candidatos à docência e no próprio exame, de cuja banca examinadora faziam parte professores de primeiras letras. Também funcionava com um modo de selecionar aqueles que seriam os seus futuros colegas de trabalho, principalmente nos casos em que não havia ligação de parentesco. Ligação essa em que o controle sobre a formação tende a ser maior pela proximidade e pelos constrangimentos que a relação familiar poderia impor.

Pardal esteve em diversas bancas de exame de adjuntos, muitos dos quais se encontram quadros 3 e 4: João Gonçalves Paim, José Antonio de Campos Lima, João Correa dos Santos, Armando de Araújo Cintra Vidal, Mathilde Carolina da Silveira, Mathilde Carolina Ferreira, Flavia Domitilla de Carvalho, Thereza Leopoldina de Araújo e Maria Nazareth dos Santos Garrocho (AGCRJ, códice 11.2.10, fs. 71-212). Nem todos receberam boa avaliação de Pardal e de João José Moreira, outro membro da banca, como no caso do adjunto João Correa dos Santos, que "esteve sofrível em português e história sagrada, e fraco em aritmética e pesos e medidas" (f.148).

Nesse sentido, chama atenção o fato de que no grupo de professores regentes vários eram conhecidos por terem um destacado conhecimento de questões pedagógicas – alguns analisados por Schueler como parte de um grupo de intelectuais (2008a e 2008c). Tal fato, de certo modo, poderia conferir à chamada "formação pela prática" um pouco mais de saberes pedagógicos do que se costuma supor. Desse modo, a teoria tão preconizada na formação científica dos professores e que era atribuída ao ensino pela Escola Normal como único espaço possível de aprendizagem desse saber, também poderia, de certo modo, fazer parte da formação do adjunto, dependendo do professor regente que o acolhesse. Tal hipótese não desconsidera a importância dos debates em favor das escolas normais, dos quais tais professores também estiveram envolvidos, mas visa redimensionar a formação dos adjuntos frente a uma perspectiva fortemente pragmática conferida a ela.

Conhecimentos que poderiam ser aprimorados numa sociedade como a *Academia Pedagógica.* Instalada em 1860 com a participação do professor Pardal, tinha "o fim de estudar a pedagogia e todas as matérias relativas ao ensino

primário" (*Correio Mercantil* e *O Correio da Tarde*, 26 jul. 1860). A Academia constituiu um espaço de formação pedagógica, tanto teórica quanto prática, agenciada pelos próprios professores. A iniciativa autônoma denota um investimento em saberes pedagógicos que, embora não fossem aprendidos dentro das formalidades de uma escola normal, também constitui uma aprendizagem autêntica, uma espécie de "formação mútua". Há registros do funcionamento da Academia no *Almanak Laemmert* até o ano de 1865.

Os agentes docentes responsáveis pela sociedade, nomeados em reunião de 21 de julho por meio de eleição dos "funcionários", podem ser vistos no quadro 6.

Quadro 6 – Membros da Academia Pedagógica

Cargo	Nome	Docência
Presidente	João Antunes da Costa e Silva (1860)	Nomeado em 1842 para cadeira de primeiras letras de Santa Cruz; removido em 1858 para Sant'Anna; removido em 1861 para Glória; falecido em 06/03/1863.
Vice-Presidente	José Alves Carneiro (1860)	Professor público em Niterói.
	Francisco Antonio Augusto de Sá (1862)	Nomeado para cadeira de Inhaúma em19/12/1837 (Correio Oficial, 19/01/1838); removido em 1855 de S. José para S. Antonio; falecido em 28/11/1866.
1° secretário	João José Moreira (1860)	Nomeado em 1849 para cadeira de Inhaúma; removido em 1855 para Sant'Anna; falecido em 16/08/1873.
1° secretário	José Bernardes Moreira (1860)	Nomeado para 2ª cadeira de Santa Rita em 1858; jubilado em 14/01/1888.
Tesoureiro	Candido Matheus de Faria Pardal (1860)	Nomeado para 1ª cadeira de Santa Rita em 1837; jubilado em 1874.
Procurador	Bacharel Joaquim Fernandes da Silva (1860)	Nomeado em 1855 para cadeira da Lagoa; removido em 1856 para S. José; removido em 1867 para S. Antônio; jubilado em 14/01/1888.
	José Joaquim Xavier (AL, 1864)	Nomeado em 1861 para freguesia de Santana (2ªcad.) e jubilado em 19/07/1884.
Membro adjunto da Comissão de Estatuto	Francisco Alves da Silva Castilho (1860)	Nomeado em 1849 para cadeira do Campo Grande; jubilado em 12/02/1887.
Membro adjunto da Comissão Econômica	Joaquim Sabino Pinto Ribeiro (1860)	Nomeado em 1837 para cadeira de Sacramento; removido em 1855 para Inhaúma; removido em 1857 de Inhaúma para Ponta do Caju (também chamada de 2ª cadeira de S. Cristóvão); jubilado em 28/03/1863.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos jornais da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Nessa reunião, os professores se organizaram em duas comissões de estudos. Uma para estudar teoria do ensino, formada por Candido Matheus de Faria Pardal, Joaquim Sabino Pinto Ribeiro e Francisco Alves da Silva Castilho. Outra, para estudar prática de ensino, formada por João Rodrigues da Fonseca Jordão, Joaquim José Cardoso de Siqueira Amazonas e Joaquim Fernandes da Silva. Nesse grupo, havia professores que estavam há bastante tempo no exercício do magistério público primário da Corte e que se conheciam de outros espaços, como no caso de João José Moreira e Pardal que atuaram juntos em bancas examinadoras, foram signatários em 1871 do Manifesto dos Professores da Corte e que também formaram a comissão responsável pela folha *A verdadeira Instrução Pública* (15 ago. 1872).

De um modo geral, a mesa diretora era formada por professores que tinham um significativo tempo de experiência e agência na arte de ensinar e trabalhar nas contingências das escolas públicas e dos espaços da Corte, e por alguns novatos, cujo convívio poderia propiciar a transmissão de saberes entre gerações, mas também de "culturas de sobrevivência" (Bhabha, 1998). Cabe destacar que uma das reuniões teve como endereço, divulgado no *Correio Mercantil* (10 ago. 1860), a Rua dos Ciganos, n.º 32. Segundo o *Almanak Laemmert* de 1862 seria o endereço da 2ª Escola Pública da freguesia de Sacramento, onde lecionava Antonio Ignácio de Mesquita Júnior, ex-adjunto de Pardal. A reunião havia sido marcada para o sábado, às 6 horas da tarde, meia hora após término das aulas previsto pelo regimento, que neste dia da semana deveria ser de "recordação" das lições.

Esse mesmo grupo de professores também organizará um movimento de doação de parte do salário para o governo diante de uma "conjuntura crítica". Provavelmente, tinha a ver com um episódio que marcou o início da década de 1860 e que teve o seu ápice no início do ano de 1863, a Questão Christie. A oferta de 5% dos seus ordenados por um ano foi conclamada aos "professores e professoras da Corte" em nota de jornal (*Correio Mercantil*, 6 fev. 1863). A agência de professores em questões de política internacional também se deu no caso da Guerra do Paraguai, para a qual também contribuíram com 5% dos ordenados.

Abordadas a seguir, a nomeação, exoneração e jubilação constituem etapas burocráticas da carreira docente que também foram atingidas de forma mais minuciosa pelo reordenamento jurídico de 1854. A reforma igualmente propiciou, mesmo sem estar na letra da lei, a emergência corriqueira de outros procedimentos burocráticos, a remoção e a permuta.

Nomeação: "Prestaram juramento e tomaram posse de seus cargos"

> Dom Pedro por graça de Deus e Unânime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, faço saber ao que esta minha Carta virem, que de conformidade com o disposto no artigo 41 do Regulamento que baixou com o decreto N. 1331 A de 17 de fevereiro de 1854, Hei por bem nomear o professor...

A "Imperial Carta" que, nessa epígrafe, dizia respeito à nomeação do professor José Joaquim Xavier (AGCRJ, códice 10.4.35, 1862, f.34), com base no privilégio obtido por ter sido habilitado no 3º ano da classe dos adjuntos, era o documento que efetivava o provimento das cadeiras. Aprovados em concurso público, habilitados no 3º ano de adjuntos ou inseridos por meios não previstos em lei, a nomeação de um professor era cercada de regras e uma delas dizia respeito à sua conduta. Segundo o Regulamento de 1854, não poderia "ser nomeado professor público o indivíduo que tiver sofrido pena de galés ou acusação judicial de furto, roubo, estelionato, bancarrota, rapto, incesto e adultério, ou de outro qualquer crime que ofenda a moral pública ou a Religião do Estado." Em caso de igualdade de circunstâncias entre os candidatos aprovados, seriam preferidos para provimento das escolas (Art. 23), nesta ordem:

> 1º Os professores do primeiro grau para as do segundo, tendo leccionado com distinção por três anos.
> 2º Os professores adjuntos que ainda não estiverem nas circunstâncias do Art. 39, mas houverem praticado satisfatoriamente por 3 anos.
> 3º Os professores particulares que por mais de 15 anos tenham exercido o magistério com reconhecida vantagem do ensino.
> 4º Os Bacharéis em letras, e os graduados em qualquer ramo da instrução superior do Império.

O artigo estipulava uma hierarquia entre os candidatos aprovados e que estivessem "em igualdade de circunstâncias". Não obstante, é possível ver na documentação que candidatos com nota maior poderiam ser preteridos em favor de outro por justificativas diversas, pautadas na livre interpretação da lei, levando ao questionamento por parte dos candidatos. Nesse sentido, a composição da banca examinadora poderia ser determinante para aprovação, mas também nomeação. Entre as bancas de concurso público das quais Pardal participou, se encontra a

do concurso para a escola do sexo feminino da freguesia da Ilha do Governador. Entre as candidatas, estava Anna Joaquina da Costa Passos, esposa do substituto Marcos Bernardino da Costa Passos, que, equiparado a adjunto, atuou na escola de Pardal. Anna Joaquina disputava a cadeira com Joanna Amália de Andrade e a banca, formada também pelo professor João José Moreira, concluiu que

> A comparação destas e da prova oral em que também melhor se desenvolveu a opositora D. Anna Joaquina da Costa Passos, induz a Comissão a colocá-la em primeiro lugar, sem, contudo desconhecer, que a outra opositora não faltam habilitações que constituem a capacidade profissional para o ensino de primeiras letras. Sala de exames na Secretaria do Estado dos negócios do Império, em 11 de dezembro de 1856.

Anna Joaquina foi nomeada nesse mesmo ano para Ilha do Governador, onde lecionava seu marido, nomeado um mês antes para a cadeira de meninos. Joanna continuou atuando como adjunta, tendo "servido interinamente" na cadeira de Paquetá que veio a ser posta a concurso, do qual também participou, sendo aprovada, nomeada e tendo, logo em seguida, permutado a cadeira com outra professora, ilustrando uma movimentação dinâmica pelas escolas da Corte.

Porém, antes de "tomar posse", havia outro procedimento. Era preciso prestar "juramento aos santos evangelhos"

> Pelo que mando ao Conselheiro de Estado [Eusébio de Queiroz] Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte lhe dê posse da mencionada Cadeira, prestando o juramento aos Santos Evangelhos de bem cumprir seus deveres, do que se fará assentamento nas costas desta Carta que para firmeza, e que se cumprirá como nela contém (AGCRJ, códice 10.4.35, 1862, f. 34).

O juramento também era registrado na própria carta de nomeação. Uma forma de manter a memória do compromisso assumido com o Estado e com Deus no documento que lhe deu a investidura do cargo. O procedimento só foi alterado com a Reforma Leôncio de Carvalho, em 1879, que determinou pelo artigo 25 que o juramento seria "prestado conforme a religião de cada um, e substituído pela promessa de bem cumprir os deveres inerentes aos mesmos graus e funções, no caso de pertencer o indivíduo a alguma seita que o proíba".

Apesar da abertura para praticantes de outras religiões, ser nomeado poderia não ser uma tarefa fácil, como no caso da professora judia Stella Nahon que foi preterida, mesmo tirando o primeiro lugar no concurso para cadeira de São Cristóvão em 1884 (Lobo, 2000). Stella prestou novo concurso no ano seguinte e conseguiu ser nomeada para a 3ª cadeira do Engenho Novo, mas o fato assinala que, apesar da lei, a banca era composta por sujeitos que detinham poderes suficientes para sujeitar o resultado do concurso a outros critérios que não fossem apenas as notas.

O momento de nomeação também poderia ser considerado uma honra, manifestada por discurso como fez o professor Joaquim Sabino Pinto Ribeiro "ao dar posse ao novo professor" Antonio Pinto da Costa Souza Brandão, na escola da freguesia de Inhaúma. A "cerimônia", registrada em jornal de grande circulação, contou com a presença do professor sucessor e do sucedido, mais o delegado, os alunos e um senhor, Pedro Medella, "que se dignou com sua presença aumentar a solenidade do ato", no qual um aluno também recitou um soneto (*Correio Mercantil*, 7 fev. 1858). Não encontrei outros registros em jornais de realização de "cerimônias" como essa, mas o evento poderia configurar uma tentativa de instaurar um rito formal de iniciação.

Por outro lado, observam-se candidatos aprovados e indicados para nomeação desistindo da vaga. A professora Maria Thomazia de Oliveira e Silva, tendo prestado concurso para a cadeira de Paquetá, foi nomeada em 1855, mas declarou que não poderia ficar por razões de família. O decreto seguinte a nomeou então para a 2ª cadeira do Engenho Velho (Relatório da IGIPSC, 1856). Seria uma estratégia da candidata para ser nomeada para uma região de sua conveniência, sabendo da existência de uma possível vaga na localidade? Ou seria um sintoma da preocupação do governo em não perder uma professora aprovada diante da crítica falta de candidatos habilitados nos concursos?

Outro caso ocorreu quando a já mencionada professora Francisca de Paula Moraes e Lima, da freguesia de Santa Rita, foi jubilada. Sua sobrinha, Maria Arabella de Castro Tostes, que era adjunta na mesma escola, foi nomeada para assumir a vaga. Quando sua tia saiu da escola, Maria Arabella a encontrou sem as cadeiras:

> [...] a casa da Escola hoje inabitada pela mudança da referida Professora e minha tia, não tem os bancos necessários para receber meninas, porque estas retirarão suas cadeirinhas de que (por antigo uso e ser propriedade delas) se serviam, logo que tiveram notícia da mudança da professora (códice 11.3.27, 20/05/1871, f. 163).

Maria Arabella também tinha outro argumento para não assumir a regência: o fato de não ter quem pudesse acompanhá-la até à escola. Assim, dois problemas a levaram a rejeitar o posto, a indisponibilidade da família e a falta de mobília na escola. O segundo também fazia parte da experiência de vários professores nomeados que relatavam a falta de objetos e mobília para entrar em exercício. Outros precisavam procurar um prédio para instalar a escola. Tais dificuldades se apresentavam em outras províncias, como na de São Paulo, em que professores também encontravam as escolas desequipadas, e onde, no início do século XX, ainda era possível observar professores responsáveis por procurar um prédio para a escola (Alcântara, 2014).

Outra situação complicada era a do substituto se recusar a "entregar" a escola ao professor recém-concursado, como no caso de José Theodoro Burlamaque. O professor deveria, primeiro, se apresentar ao delegado da instrução para assumir a cadeira da freguesia de Irajá, mas este havia sido demitido. Burlamaque então se dirigiu à escola para interpelar o professor substituto, que não quis entregar a regência porque a portaria de nomeação de Burlamarque era destinada ao delegado e não a ele (AGCRJ, códice 10.4.38, 19/05/1856, f. 4).

Portanto, procurar prédios, montar uma escola e reclamar para entrar na sala da aula poderiam fazer parte dos protocolos culturais e ritos de iniciação oficiosos que configuravam o momento em torno da nomeação para cadeira. Porém, também era uma oportunidade de agência docente, tendo em vista certa margem de poder decisão que, por exemplo, a escolha do prédio da escola, ainda que restrita, daria ao professor. O aparecimento de uma escola em uma determinada localidade, sua instalação e seu equipamento podem ter relação estreita com as intermediações engendradas pelo professor em nível local.

Remoção e permuta: o rodízio como "cultura de sobrevivência"

Cardoso (1999) ressalta que a transferência de lugar era caso excepcional nas primeiras décadas do século XIX e, de fato, na primeira metade do século foram poucos os casos de remoção identificados na pesquisa, como o de Venancio José da Costa, que em 1837 conseguiu transferência da freguesia de Santa Rita para a de Paquetá, e o de Francisco Joaquim Nogueira Neves, também em 1837, de Sacramento para a Glória. Contudo, havia outro caso que aparentemente seria mais complicado, o de transferência entre cidades: a remoção de José Maria Mafra, professor de ensino mútuo na Vila de Parati que conseguiu ser removido para a

freguesia de São José na Corte (*Correio Oficial*, 06 mar. 1837, p. 206). Talvez seja também a situação de José de Moraes, professor da freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Iguassu antes de assumir a cadeira da Ilha do Governador na capital.

No entanto, após a Reforma de 1854, observa-se o oposto. Um grande volume de remoções ocorre como se existisse uma insatisfação geral dos professores com seu local de trabalho. A maior parte do conjunto dos professores e professoras, após 1854, pediu remoção pelo menos uma vez até o final do Império (ver apêndices 1 e 2). Dos docentes que não pediram a remoção (ou que não consta oficialmente o pedido), vários foram exonerados ou morreram com pouco tempo de atuação. Poucos foram aqueles que permaneceram na sua cadeira de origem por toda trajetória, como Pardal e Francisca, na freguesia de Santa Rita. É bem verdade que, se por um lado, Pardal não mudou de escola, a escola mudou de lugar inúmeras vezes (apêndice 5).

Nem sempre a remoção era aceita rapidamente, como no caso de João Rodrigues da Fonseca Jordão, que foi removido da cadeira da freguesia suburbana de Irajá para a urbana de São José, por Decreto de 14 de dezembro de 1855. Um jornal classificou a remoção como "um ato de justiça feito a este hábil professor, que já tinha sofrido duas preterições" (*Diário do Rio de Janeiro*, 18 dez. 1855).

Em alguns casos, fica mais evidente a relação entre remoção e dificuldade de acesso, como nos das escolas das freguesias da Ilha do Governador e da Ilha de Paquetá, onde a maior parte dos professores nomeados não permanecia nem dois anos, pedindo remoção logo em seguida. As duas freguesias pareciam servir como porta de entrada no ofício de professor público, não fazendo parte dos planos de estabelecimento de carreira. Como havia sempre uma cadeira vaga no continente, a remoção não tardava a ocorrer. Os professores que mais tempo ficaram nesses lugares, José de Moraes (1834-1859) e Venâncio José da Costa (1837-1856), respectivamente da Ilha do Governador e de Paquetá, foram nomeados e atuaram, na maior parte do tempo, na época em que remoção não era algo comum.

Outro procedimento corriqueiro para mudar de escola era a permuta, que requeria conhecer outro interessado. A permuta, ao contrário da remoção que dependia da vacância das cadeiras, demandava apenas um acordo entre os professores interessados e a autorização do governo. Elisa Tanner, da freguesia de Santana, e Amália Justa dos Passos Coelho, da freguesia de Santo Antonio, permutaram as cadeiras em 1872. Elas estiveram juntas no concurso que prestaram em 1855, onde possivelmente se conheceram, caso isso não tenha se dado anteriormente. Amália Justa requereu a permuta mais

de uma vez. Ela consta nos relatórios como membro de bancas examinadoras nos concursos públicos, na parte concernente ao magistério feminino, e teve várias alunas que se tornaram adjuntas (ex. Relatório da IGIPSC, 1869, p. 6). Ela também participou de comissões para avaliar livros, discutir o regimento interno e foi responsável pela comissão que forneceu argumentação para alteração do horário de funcionamento nas escolas de meninas, conforme assinala o Relatório de 1859.

Embora não tivesse nenhum item que regulasse a remoção ou permuta, o Regulamento de 1854 parece ter provocado o efeito, ou ao menos, favorecido o "rodízio das cadeiras". Talvez, mesmo sem tratar do assunto, a criação de um regulamento para a instrução, procurando centralizar e profissionalizar o serviço burocrático por meio da Inspetoria, tenha propiciado a emergência de estratégias oficiais, bem como de outras oficiosas, favorecendo também a agência de professores no intuito de defender seus interesses. O trânsito por diversas regiões da cidade permitia ao professor ter mais conhecimento do terreno no qual operava e, de algum modo, fortalecer as agências docentes e os laços de solidariedade entre os colegas, pois as questões reclamadas por um poderiam ser melhor compreendidas por outros que já teriam passado pela mesma região. O conhecimento adquirido pelo "rodízio das cadeiras" também poderia conferir ao professor uma experiência importante para atuação na vida social e política da cidade.

Exoneração: "Fatos que motivaram a minha demissão..."

A exoneração era uma forma de deixar o magistério público que se dava a pedido do professor ou por ordem do governo. Porém, ela não implicava o abandono da docência. Uma busca em outras fontes aponta que alguns exonerados continuaram no ofício em outros espaços, como nas escolas privadas. A exoneração também era o quinto instrumento de punição nos processos disciplinares previsto no Regulamento de 1854. A lista de penas era formada por admoestação, repreensão, multa, suspensão de exercício e vencimentos por até três meses e perda da cadeira. As três primeiras podiam ser impostas pelo Inspetor Geral e as duas últimas apenas por deliberação do Conselho Diretor.

Um caso de exoneração que gerou certa repercussão foi o de Polycarpo José Dias da Cruz, professor da escola da freguesia de Sacramento. Ocorreu por ordem do governo por Decreto de 18/03/1858, apesar de constar no relatório

da Inspetoria que teria sido exonerado a pedido do professor. O procedimento causou polêmica, rendendo inúmeras notas de jornais ao longo de vários meses no *Correio Mercantil* do ano de 1858. A localização das notas nos apontou que as motivações da demissão têm a ver com as relações estabelecidas pelo professor, entre as quais as dos desafetos. Polycarpo recorreu aos jornais para denunciar que a exoneração teve motivos políticos e foi pautada nas desavenças com um antigo amigo, com o qual realizou estudos de latim. O sujeito teria se tornado seu opositor e, para agravar a situação, ocupava o cargo de delegado da instrução da freguesia onde lecionava. O professor alegava que processo havia sido instaurado sem que ele tivesse sido notificado e convocado para prestar esclarecimentos, conforme previsto nos artigos 126 e 127 do Regulamento. Portanto, nem ele sabia dos motivos da demissão, o que o levava a questionar a validade jurídica do procedimento (*Correio Mercantil*, 28 mar. 1858).

O professor Polycarpo afirmava que sua "consciência" não o acusava de ter cometido falta e que a única exceção "era ter incorrido no desagrado do Sr. Dr. Francisco Lopes de Oliveira Araujo, delegado da instrução do 4.º distrito, não por fatos meus, porém por desavenças que na última eleição tive com um dos meus irmãos" (*Correio Mercantil*, 28 mar. 1858). O professor também ironizava o delegado por pensar que o motivo de sua demissão nunca chegaria ao seu conhecimento: "julgou que eu seria ferido como o viajante descuidado que cai na estrada assassinado sem ver o sicário que oculto no bosque lhe assestou o tiro!" Mas, para se defender, Polycarpo conseguiu informações sobre a representação, feita pelo delegado, que motivou o processo disciplinar (*Correio Mercantil*, 5 jun. 1858):

Figura 9 – Trecho de texto publicado pelo professor Polycarpo sobre as acusações que recebera

1º. Que na aula a meu cargo eu fomentava zizanias de côres, e que isso deu logar á despedida do filho do Sr. major Antonio Maria Cabral de Mello.

2º. Que tambem havia a zizania de nacionalidades.

3º. Que a casa se achava em tal estado de immundicia que até o Sr. fiscal Rocha já tinha tomado disto conhecimento, etc.

4.º Que a insubordinação dos alumnos era tal que no encerramento da aula em o anno de 1856 elles derão vaias de morras e fóras ao professor adjunto, na presença mesmo do delegado denunciante.

5º Que o facto de haver *continuamente* jogo na casa da aula foi confirmado por uma informação do respectivo subdelegado (que era então o Sr. Dr. Antonio Moreira Tavares).

6.º Que o professor Polycarpo não offerecia garantias á instrucção publica.

7.º Finalmente, para confirmar os factos, de que não tem provas o Sr. Dr. Araujo, appella para *a sua honra e a sua dignidade* !!! (*Risum teneatis?*)

Fonte: *Correio Mercantil*, 05 jun. 1858, Biblioteca Nacional.

O professor se defende de cada uma das acusações do Dr. Araújo "esse médico sem clínica", recorrendo à declaração de testemunhas e aos próprios sujeitos citados pelo delegado, como o major Cabral de Mello que informou não ter sido este o motivo da retirada de seu filho. Por outro lado, as acusações e as defesas mostram detalhes ricos da rotina de uma escola pública no século XIX. A "zizânia" – desarmonia – de cores e de nacionalidades da qual Polycarpo era acusado de promover aponta a diversidade étnica da sua escola, detalhada no texto da sua defesa (*Correio Mercantil*, 5 jun. 1858). Contra a acusação de constante ausência que ocasionava a desordem no estabelecimento, relatou seu empenho na manutenção da ordem escolar. Afirmou ter contratado um "guarda-porão" usando parte do seu "exíguo ordenado" para vigiar a entrada e saída dos alunos e contou que, em meados de 1856, descobriu

> [...] que havia uma malta de trinta e tantos capoeiras na aula, tendo o seu quartel-general em uma casa da rua da Imperatriz; sabe que castigando tais alunos, extingui

> os capoeiras, indo até pessoalmente a casa censurar o dono pelo seu procedimento, que aliás se desculpou castigando severamente seu filho que era um dos da malta, e dizendo que ignorava que se guardavam em suas casas varas, juncos, insígnias e etc. (*Correio Mercantil*, 18 abr. 1858).

O número de trinta maltas na aula impressiona, bem como a reação do professor. Polycarpo havia sido fiscal suplente da freguesia de São José até maio de 1856, o que poderia lhe dar experiência e certa autoridade para fazer abordagens, como esta que relata ter feito na casa acusada de sediar maltas. Apesar de todo investimento na discussão que resultou numa série de artigos, Polycarpo havia declarado, talvez por estar com seus brios feridos, que não pretendia ser reintegrado à cadeira. Queria apenas apresentar sua defesa, conforme lhe dava o direito o Regulamento.

Após sua saída do magistério público, Polycarpo continuou atuando na docência, em escolas particulares, atividade que exercia antes de ser nomeado professor público, e passou também a dar lições de gramática portuguesa aos "aspirantes a emprego público" (*Correio Mercantil*, 22 ago. 1862), o que denota a existência de uma atividade de ensino voltada para concursos no século XIX. A presença de Polycarpo nas salas de aula das escolas públicas não se encerrou com sua demissão, pois anos depois uma gramática de sua autoria foi aprovada para uso nas escolas. Ao ter sido escolhida no lugar de outra gramática, escrita por ilustres conhecidos da sociedade, gerou uma reação dos jornais em defesa dos autores da gramática preterida e de ataque aos pareceristas. A gramática rejeitada havia sido escrita pelos senhores Vergueiro e Pertence e reprovada por uma comissão de quatro professores públicos primários – Candido Matheus de Faria Pardal, João José Moreira, José Bernardes Moreira e Luiz Thomaz de Oliveira – encarregada, pela Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte, de avaliar diversos compêndios para adoção nas escolas. O *Diário do Rio de Janeiro* franqueou as colunas do jornal aos quatro professores a fim de publicarem artigos que justificassem o parecer dado. Assim, tinha início um debate eivado de provocações que persistiu por várias semanas no referido jornal de publicação diária. Envolvendo jornais, "ilustres" conhecidos e anônimos da sociedade carioca, o embate colocou em discussão a competência de professores, as relações de poder e o papel da imprensa em questões pedagógicas (Borges e Teixeira, 2013 e Teixeira, 2015).

"Seu espírito luzirá eternamente"

> Os vivos devem esperar pela justiça que mais cedo ou mais tarde será feita, como dizia o próprio finado, cujo espírito não se retirou inteiramente deste mundo, pois que nele ficou "o fruto de seus pensamentos, trabalhos e cogitações" (*A instrucção pública*, 1.º set. 1873, por ocasião da morte de João José Moreira).

A morte também pode dizer muito sobre as atividades dos vivos. Os efeitos da vida esvaecida podem se perpetuar, mas em consonância com a experiência de outros sujeitos e de suas apropriações. Alguns professores tinham ideias e obras publicadas que continuaram a ser adotadas nas escolas após a morte.

Durante a pesquisa foi possível observar que a morte em serviço mobilizava professores em vários sentidos. Era motivo de lamento, solidariedade, agência e reivindicação. Alguns haviam trabalhado no dia da morte conforme assinala, por exemplo, o Relatório da Inspetoria referente ao ano de 1865: "Falleceu também, na noite de 26 do presente Abril, tendo lecionado no mesmo dia, o professor da primeira cadeira da mesma Freguezia de S. Christovão, Joaquim José Cardoso de Siqueira Amazonas" (Relatório da IGIPSC, 1865, p. 2).

No caso daqueles que já haviam se aposentado e que não exerciam uma atividade de destaque na sociedade ou que haviam sido relegados ao ostracismo, a morte talvez causasse menor comoção. O professor João Marciano de Carvalho, jubilado em 1884, por exemplo, segundo nota de jornal, morreu aos 92 anos, solteiro, sem parentes e sem assistência médica, de marasmo senil (*O Paiz*, 26 abr. 1894).

A morte em serviço causava maior comoção. Lamentava-se a perda de um bom professor, de um professor jovem – como Luiz Thomaz de Oliveira "falecido subitamente na flor da idade" (Relatório da IGIPSC, 1864) –, um professor sábio, pai de família. Eram muitas as razões para lamentar e, ao lamentar, retratava-se aspectos da trajetória do professor narrada a partir do fatídico acontecimento. A morte de João José Moreira trouxe vários destes aspectos: "Foi bom pai, bom esposo, bom amigo, bom cidadão e um dos melhores educadores da infância e estes documentos é que valem para o céu, onde, segundo o dizer do Apóstolo, 'seu espírito luzirá eternamente'" (*A Instrução Pública*, 01 set. 1873).

E os professores, dentro dos ritos católicos, também se organizavam para garantir "luz" para as almas de seus falecidos colegas.

> A realização dos ritos funerários tem, pois, como função administrar a passagem que, por não ser instantânea, é um trajeto, um percurso em direção a um destino definido – e, muitas vezes, como no caso do cristianismo, permeado de provas e incertezas – que só termina ao fim da celebração dos rituais mortuários, que objetivam facilitar a viagem do morto (Rodrigues, 1997, p. 174).

Para tanto, era preciso arcar com os custos do chamado "sufrágio" da alma que, no caso das famílias dos professores, poderia ser demasiado oneroso para os salários que recebiam. Razão pela qual foi possível encontrar notícias da organização de subscrições pelos professores e da atuação, por exemplo, da Academia Pedagógica para angariar fundos para o sufrágio. Um último gesto de solidariedade da rede formada ao longo do exercício do magistério pelo professor falecido.

Figura 10 – Nota sobre missa fúnebre promovida pela Academia Pedagógica

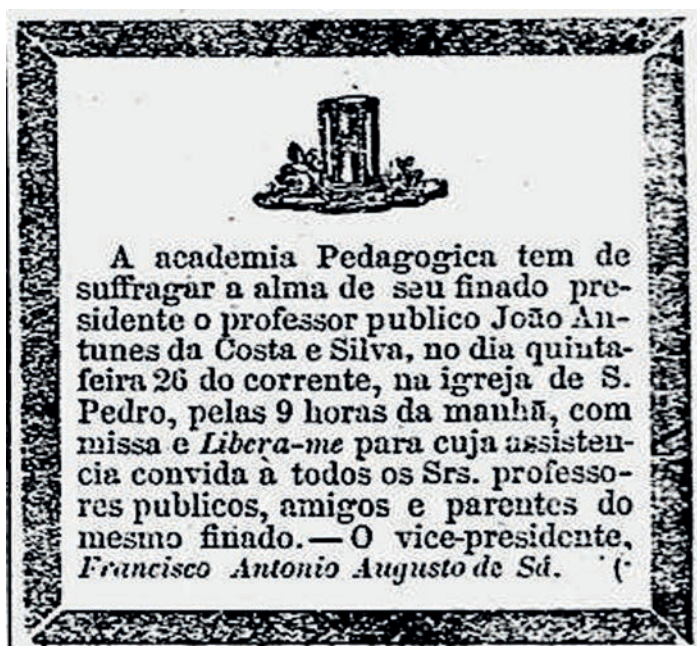
A academia Pedagogica tem de suffragar a alma de seu finado presidente o professor publico João Antunes da Costa e Silva, no dia quinta-feira 26 do corrente, na igreja de S. Pedro, pelas 9 horas da manhã, com missa e *Libera-me* para cuja assistencia convida à todos os Srs. professores publicos, amigos e parentes do mesmo finado. — O vice-presidente, *Francisco Antonio Augusto de Sá.*

Fonte: *Diário do Rio de Janeiro*, 24 mar. 1863, Biblioteca Nacional.

Figura 11 – Nota sobre subscrição para missa

Os professores do municipio da côrte pretendem fazer celebrar uma missa pela alma do professor publico da Lagôa Luiz José de Mello no dia 5 de março, trigesimo do seu fallecimento, ás 8 e meia horas em S. Francisco de Paula. A subscripção para tão santo e nobre fim acha-se em poder do encarregado.

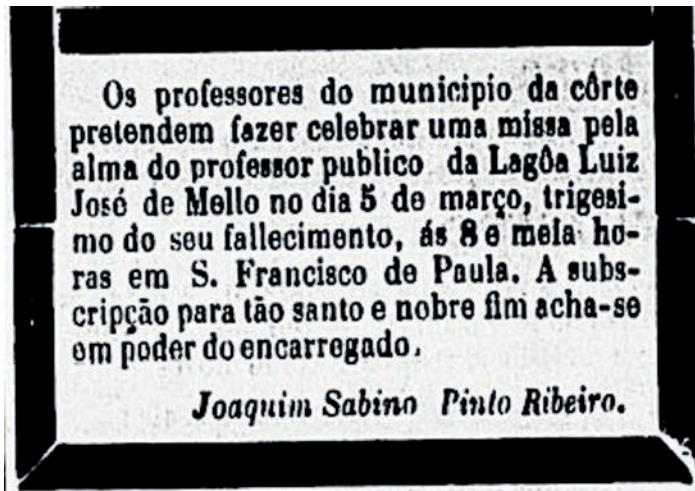
Joaquim Sabino Pinto Ribeiro.

Fonte: *Correio Mercantil*, 23 fev. 1855, Biblioteca Nacional.

Figura 12 – Nota sobre subscrição para "sufrágio de alma" de professora

ANNUNCIOS.

Subscreverão espontanea e voluntariamente para suffragar a alma da fallecida professora publica de primeiras letras da freguezia de Sant'Anna, os seus collegas a baixo declarados:

Joaquim Sabino Pinto Ribeiro
D. Clara Maria da Gloria Ribeiro
João Rodrigues da Fonsêca Jordão
D. Catharina Lopes Curuja
A professora da Lagôa
Francisco Antonio Augusto de Sá
D. Anna Joaquina de Oliveira e Silva.
Marcos Bernardino da Costa Passos
João José Moreira.

Esta subscrição produzião a somma de doze mil réis, que toda foi offertada ao reverendo vigario da freguezia de Sant' Anna pelo acto religioso.

Fonte: *Diário do Rio de Janeiro*, 25 jan. 1855, Biblioteca Nacional.

Figura 13 – Nota sobre missa fúnebre para os professores Francisco Sá e Antonio Miranda

Os professores publicos desta côrte mandão celebrar amanhã, 28 do corrente, duas missas na igreja de S. Francisco de Paula, uma ás 8 1/2 horas por alma de seu collega Francisco Antonio Augusto de Sá, 30º dia do seu fallecimento, e em seguida pela do professor Antonio Joaquim de Miranda, 60º dia de seu fallecimento; e para esse acto de caridade convidão aos collegas, e aos parentes e amigos dos mesmos finados.

Fonte: *Correio Mercantil*, 27 dez. 1866, Biblioteca Nacional.

Professores também poderiam ser acionados para se responsabilizar pelo espólio do falecido. Felizardo Joaquim da Silva Moraes foi designado para cuidar da herança inusitada do professor primário particular Antônio da Silva Barker. Barker foi autor de obras e materiais usados nas escolas públicas da Corte, como os quadros caligráficos. Em seu testamento, Barker deixou os "utensílios de sua escola a um moço pobre e de boa conduta" que apresentasse um atestado de habilitações necessárias para exercer a função, assinado pelo respectivo professor responsável pelo espólio e mais dois de sua indicação (*Diário do Rio de Janeiro*, 08 out. 1852). Nesse caso, a herança do professor eram as suas ferramentas de ensino.

O legado era razão de preocupação dos professores. A morte ocasionava uma situação muito temida: a condição a que ficavam submetidas as famílias que perdiam o pai ou esposo professor. Os textos e notas em homenagem aos falecidos dizem muito da condição de penúria, que sensibilizavam os colegas receosos do mesmo futuro: "Morreu pobre, legando à esposa e aos filhos, digamos, a miséria e a caridade pública! Educador dos filhos do povo, entrega aos seus colegas os cuidados dos seus três filhos" (*A Instrução Pública*, 27 jul. 1873). O texto assinala a grande comoção causada pela morte de Mesquita e pelo estado de sua família: "mesmo egoístas a sentem por verem mais tarde em si o cumprimento de uma ordem eterna, a que não podem fugir". Razão pela qual foi considerada um "ato de justiça" a licença para lecionar e dirigir escola concedida pelo Conselho Diretor da instrução à viúva, Deolinda Rosa Maria de Mesquita (*A nação*, 27 ago, 1873). Uma habilitação concedida a título de pensão.

A morte poderia servir como metáfora para ilustrar vários sacrifícios aos quais eram submetidos na profissão docente e mostrar o descontentamento dos professores. O falecido João José Moreira foi retratado no texto escrito pelo professor Antonio Estevão da Costa e Cunha como uma pessoa modesta, de espírito reto e coração bondoso (*A Instrução Pública*, 01 set. 1873). Relata que ele era o professor "mais benquisto e respeitado dos seus colegas de um e outro sexo", a quem os professores recorriam para pedir conselhos atraídos por suas virtudes e experiência. Por gozar de confiança dos inspetores gerais, "viveu muito tempo sobrecarregado de comissões e serviços extraordinários desempenhando-os sempre com satisfação e louvor dos superiores", em muitos dos quais trabalhou ao lado do professor Pardal. Desempenho esse que exigia demais do professor, cuja descrição retrata as condições de trabalho da docência fora da sala de aula:

> Muitos dos pareceres que tinha de dar foram redigidos a horas mortas (?) da noite, após dias de insano trabalho, que mal produzia o necessário para sua família; e para o bom desempenho de outros lhe foi preciso muitas vezes sacrificar algumas horas desse mesmo trabalho, furtando assim um pouco de bem estar a si e aos seus (*A Instrucção Pública*, 01 set. 1873).

Costa e Cunha acusa o governo de ter esquecido o professor, apesar dos serviços prestados. Esquecimento não somente em torno de Moreira em particular, mas de toda categoria: "Todos os governos com que serviu esqueceram-no ou antes, nenhum governo se lembrou jamais do professorado primário senão para o massacrar".

Ao longo do texto fúnebre, Costa e Cunha aproveita para refletir, a partir da morte na pobreza, o futuro ao qual estava destinada a categoria. E lembra que Moreira tinha "espírito de classe": "Dotado de singular brio, possuindo este nobre atributo que se chama *espírito de classe* em um grau inexcedível doeu-lhe sempre e muito o depreciamento a que fora votado o magistério primário" (grifos do autor). O momento de luto, agravado pelas lamentáveis condições do magistério, leva ao professor a apelar para o colega que, em melhores condições, poderia zelar pelos companheiros na terra:

> Pobres colegas! Infelizes companheiros de viagem tão escabrosa, vós aí ficais ainda, e ele se vai; ah! Mas quem tanto viveu na terra por vós não vos esquecerá no céu, de onde parece estar pedindo que não olvidemos os seus bons conselhos. Não os olvidemos pois...

Jubilação em uma "carreira honrosa e utilíssima"

A saída do professor após cumprir um ciclo de atuação era um procedimento que tinha cinco artigos no Regulamento de 1854. Para ser jubilado com o "ordenado por inteiro" o professor precisava somar 25 anos de magistério, mas ele poderia ser jubilado a partir de dez anos de serviço, com vencimentos proporcionais. Essa parte do regulamento, que trata das condições e vantagens do magistério público, estabelece algumas questões importantes para se compreender a "carreira docente".

A palavra "carreira" para se referir à profissão era usada no período pelos professores e por políticos, como fica assinalada na imprensa:

> E V.Ex. mesmo, abundando nessas ideias dizia há dias na câmara dos Srs. Deputados: 'As vantagens que dermos aos professores redundam em proveito do ensino' e logo depois: 'A vida do professorado é árdua, modesta e de verdadeira dedicação. É uma carreira honrosa e utilíssima: devemos torná-la, quanto pudermos, independente' (*A Verdadeira Instrucção Pública*, 30 jul. 1872, grifos no original).

A palavra também é usada pelo professor Luiz Augusto do Reis, em outro momento no jornal, com o mesmo sentido: "a infelicidade de seguir essa carreira" (*A Verdadeira Instrucção Pública*, 30 nov. 1872). Vantagens, independência e utilidade, palavras associadas à profissão que, juntamente, com a definição de etapas burocráticas, normas e benefícios atrelados ao tempo de serviço podem sinalizar o tom atribuído a uma concepção de carreira à época.

A primeira questão que merece ser destacada no aspecto da jubilação é que apenas seriam considerados vitalícios os professores que tivessem cinco anos efetivos de serviço. A vitaliciedade dava direito "ao adiantamento das quantias necessárias para entrarem para o Monte Pio, descontando-se-lhes mensalmente no Tesouro Nacional a quinta parte do ordenado até o pagamento integral dos cofres públicos" (Regulamento de 1854).

Depois, quando completassem dez anos de atividade, seus filhos teriam preferência para serem admitidos gratuitamente no Colégio de D. Pedro II ou no quadro de professores adjuntos. Aos quinze anos de serviço, uma "gratificação extraordinária" seria dada aos professores que houvessem se distinguido no ensino e aos 25 anos de trabalho o professor poderia ser "conservado" na função com aumento da quarta parte do ordenado.

O termo "jubilado" em alguns momentos parecia consistir em uma honra pública, a coroação de uma vida profissional, pelo que pode ser visto em notas de jornais que destacavam a condição de jubilado para conferir maior prestígio ao professor. No entanto, a jubilação poderia também gerar frustação, como no caso da professora Francisca de Paula Moraes e Lima, citado no Manifesto dos Professores de 1871. Sem sua solicitação, foi jubilada pelo governo onze meses antes de completar 35 anos de magistério, perdendo assim o direito de ter uma gratificação destinada aos que, após completarem 25 de exercício, trabalhassem por mais dez anos.

A jubilação também se dava por requisição do professor ou por decisão do governo. Nos relatórios apenas há o registro de 35 jubilações até 1890, sendo alguns com menos de 25 anos de serviço. Essa é quantidade de sujeitos que levaram a "docência pública" nas escolas da Corte até o "final da carreira" durante o Império.

Pardal foi jubilado duas vezes. Primeiro na escola primária e depois no Imperial Colégio de D. Pedro II. A acumulação de jubilação foi motivo de consulta à Princesa Isabel, regente naquele momento por ausência do Imperador. O documento em que "Sua Alteza Imperial, a regente", autorizou a acumulação data de 20 de setembro de 1876.[14]

Após a jubilação, alguns professores também continuaram atuando, mesmo aqueles com mais de trinta anos de magistério, como o professor Pardal, nomeado diretor das escolas municipais e professor no colégio de meninas da Baronesa de Geslin, e Francisco Castilho, que se tornou inspetor do ensino na República. Os exemplos sinalizam o desenvolvimento de uma intensa atividade docente que extrapolava as salas de aula e que não se encerrava com a jubilação.

Modus docendi: articulações e agências discursivas

Preocupado com os problemas da instrução primária, o inspetor Eusébio de Queiroz, que atuou de 1855 a 1863, tinha a prática de convocar os professores para Conferências Pedagógicas previstas pelo Regulamento de 1854, mesmo com a falta de um regimento para sua realização. Em tais conferências também eram organizadas comissões para os professores estudarem e darem parecer a respeito de diversos assuntos, como regimento interno, mobília e compêndios (Borges, 2008).

[14] Documento "Decisões sobre assuntos relativos à Instrução" anexo ao Relatório do Ministro do Império do ano de 1876.

Tal fato se torna significativo, menos pela solução dos problemas, uma vez que vários deles persistiram ao longo do tempo, e mais pela possibilidade de estabelecer relações interpessoais. É possível que tais conferências e reuniões de comissões tenham favorecido também a aproximação, a articulação e a agência de professores de diferentes freguesias, constituindo uma empatia e uma solidariedade no interior dos grupos, pois compartilhavam o mesmo papel de resolver questões. Nesse sentido, cabe destacar que quando *O Correio da Tarde* noticiou a realização da reunião, no Colégio de D. Pedro II, para formação de uma associação, em junho de 1857, conforme assinalado anteriormente, já haviam ocorrido conferências de professores e delegados (Relatório da IGIPSC de 1856, assinado em 21 de abril de 1857).

Uma das discussões que se desenrolou na gestão de Eusébio de Queiroz era quanto ao horário de funcionamento da escola em duas sessões diárias, que estava a cargo dos delegados fiscalizarem. A questão provocou tensões eivadas de traços de tradição entre delegados, professores e famílias.

O Regimento Interno de 1855 determinava que os trabalhos escolares seriam divididos em aulas da manhã e da tarde. Na parte da manhã, no verão, de 8h às 11h, e no inverno, de 8h30min às 11h30min. As aulas de tarde seriam sempre das 3h às 5h30min. A determinação gerou uma série de documentos produzidos pelos que eram responsáveis por zelar pelo cumprimento da norma, por aqueles que deviam cumpri-la e por quem, de alguma forma, estava ligado à escola. Como o horário escolar afetava a organização da vida dos sujeitos, vários documentos, cujo assunto era o horário, acabavam por trazer aspectos da vida familiar e local.

Segundo Pintassilgo (2011, p. 19), "o trabalho dos professores está impregnado de tradição, o mesmo acontecendo em relação à vida das escolas" e os documentos sugerem que havia uma tradição das aulas com apenas uma sessão diária. Tradição enraizada tanto nos hábitos docentes quanto nos das famílias. A mudança trazia transtornos nas rotinas escolares e familiares, mexendo no âmbito privado[15] e mobilizando agências subalternas e de negociação. Houve embates de forças entre governo, professores, famílias e demais sujeitos envolvidos, que atravessaram pelo menos três décadas. Esses embates não significam a existência de duas forças opostas, estando o governo de um lado e famílias e professores de

[15] Gallego (2008) fez um aprofundado estudo sobre essa questão no caso paulista, também no século XIX, e Faria Filho (2000) sobre o caso mineiro.

outro. A tensão articulou muitos sujeitos, de formas difusas, cada qual lidando e manejando de maneira diversa suas relações no tecido social.

O caso dos professores da freguesia da Lagoa, que não cumpriam o horário estabelecido, veio à tona somente 17 anos depois, em 1872, o que mostra a possível conivência do delegado da instrução. Diante de uma intimação feita pelo inspetor geral para que o delegado José Theodoro da Silva Azambuja explicasse a razão pela qual as escolas de sua jurisdição não funcionavam em duas sessões, ele responde: "tenho a expor a V. Ex.ia que quando entrei em exercício do cargo de Delegado deste distrito, em 1858, já encontrei essa praxe, que me custa ter sido autorizada em época anterior" (AGCRJ, códice 10.4.19, 06 jul. 1872, f.70). O delegado ocupava o cargo havia quatorze anos, tinha conhecimento da prática dos professores desde que entrou em exercício, e como autoridade competente e responsável pelo cumprimento das normas, não tinha tomado nenhuma medida contra essa tradição legalmente revogada.

Outra coisa que chama atenção é que os professores da freguesia da Lagoa naquele momento, Antonio Cypriano de Figueiredo Carvalho e José Antonio de Campos Lima, haviam sido nomeados após o Regulamento de 1854 e o Regimento de 1855, ou seja iniciaram o magistério público quando a mudança já tinha sido instituída por lei. Desse modo, ao assumirem as duas cadeiras na freguesia da Lagoa, em 1865 e 1866, respectivamente, eles mantiveram a tradição existente do funcionamento das escolas em apenas um turno.

A segunda cadeira havia sido criada por Decreto de 11 de maio de 1866, por "perseverança do delegado" e montada "sem dispêndio do tesouro nacional", com recursos oferecidos pela Irmandade da Capela de Nossa Senhora da Conceição por meio do dito delegado (Relatório da IGIPSC do ano de 1866). Portanto, a unidade escolar não viria de uma "tradição" daquelas que se constrói ao longo de vários anos de imersão na localidade, mas que poderia ser produzida, após sua abertura, por meio da transmissão do modo como os habitantes viviam na freguesia e lidavam com a escolarização, juntamente com a experiência do professor trazida de outros lugares.

Campos Lima havia sido adjunto do professor Pardal em 1860, conforme indicado no quadro 5, e Antonio Cypriano havia entrado no magistério em 1860 na cadeira da Guaratiba. Ambos professores, portanto, tiveram vários anos de contato com as práticas culturais da população em relação às escolas quanto em outros espaços, a ponto, por exemplo, de adotarem hábitos existentes antes da Reforma de 1854. No caso da professora da cadeira de meninas da Lagoa, Anna

Euqueria Lopes Álvares, tendo sido nomeada um ano antes da reforma, em 1853, estava, portanto, há quase vinte anos na mesma escola, tempo que também permitira consolidar práticas tradicionais.

O "contato com o povo" permitiria ao professor o uso da retórica da compreensão para tratar da dificuldade dos alunos de voltarem para aula da tarde, pela "precária sorte da maior parte dos pais dos alunos que a frequentam, pois são geralmente pouco favorecidos da fortuna, muitos dos quais mandam com sacrifício seus filhos a aula de manhã e precisam que a tarde estejam em casa para os ajudar em seus serviços domésticos" (Professor Carlos Augusto Soares Brazil, AGCRJ, códice 10.4.19, f. 85); e pelo fato do horário interferir, por exemplo, no hábito da janta:

> [...] também não é menos notável o fato de jantarem a horas diversas, do que resulta o grande inconveniente de virem uns depois da hora marcada para recomeçarem os trabalhos escolares, e outros deixarem de vir, muitas vezes por alguma circunstância os haver obrigado a jantar mais tarde (AGCRJ, códice 10.4.19, f. 85).

Entretanto, a dificuldade para ajustar a rotina escolar com o hábito da janta também era dos professores. O delegado da freguesia do Espírito Santo, vigário José Alves Pereira, ao comentar quatro explicações dadas pelo professor Gustavo José Alberto para lecionar somente pela manhã, ressalta esse aspecto: "A 1ª fundamenta no hábito de ter dado sempre aula em uma só sessão, e figura um perigo, imaginário, de dar-se aula depois do jantar. Este motivo não merece nenhuma ponderação" (AGCRJ, códice 10.4.19, 1872, f. 87-88). O motivo dado pelo professor se insere na perspectiva das tradições inventadas como "reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória" (Hobsbawm, 2002, p. 10). Dar aula em uma só sessão e não trabalhar após a refeição constituem práticas que o professor vincula a uma continuidade com o passado.

Dessa forma, a relação compreensiva e de solidariedade dos professores com as famílias no caso dos horários pode levantar várias questões. Uma corresponde ao argumento da categoria docente de que o professor sabe o que é melhor em relação ao "povo"; outra, o fato de que os professores poderiam estar usando a tradição do "povo" para justificar seus interesses, a manutenção da tradição de aula em uma só sessão, conforme defendiam.

A pressão das tradições, juntamente com as agências docentes e das famílias, que durante muito tempo organizavam a vida dos sujeitos escolares, fizeram com que o governo cedesse parcialmente ainda na década de 1850. No relatório de 1856, o inspetor geral Eusébio de Queiroz narra a organização de comissões de professores e professoras, presididas por delegados, para discutir o regimento e, especialmente, modificações nas escolas do sexo feminino. E em relatório do ano de 1859, Eusébio anuncia a substituição do que determinava o artigo 22 do Regimento, a partir das "reflexões" nas conferências e das comissões. Com a aprovação do governo, por meio de um Aviso de 13 de julho de 1859, as aulas públicas para meninas passaram a funcionar em uma sessão diária, no verão de 8h às 14h e no inverno de 8h30min às 14h30min. A questão também se aproxima das discussões trazidas por Thompson em torno da noção de costume que "constituía a retórica de legitimação de quase todo uso, prática ou direito reclamado" (2005, p. 16).

Em 1872, em um documento coletivo, assinado por vários professores, podemos encontrar os possíveis argumentos que foram usados para justificar a mudança do horário das escolas femininas, que teria ocorrido:

> [...] em virtude da dificuldade de que se queixam as Sras. professoras, no acompanhar as meninas, visto não ser prudente, no estado atual do país, deixar andar desacompanhadas meninas de certa idade, por ficarem expostas a muitos desacatos, de que nem sempre as livram as companhias empregadas pelos pais (Relatório da Inspetoria, 1872-2A, A-B20-4).

Percebemos que outro tipo de tradição, a de gênero – que impunha a condição de fragilidade e o recato à figura da mulher –, parece ter sido determinante na manutenção da prática escolar de uma única sessão de aula e, consequentemente, na negativa da inovação que colocava em risco o zelo necessário ao sexo feminino, o que, certamente, constituía uma tradição cara à sociedade da época. Por outro lado, também constituem argumentos usados pelas mulheres professoras nas negociações de seus interesses, fazendo parte de mais um exemplo de agência subalterna e igualmente de agência coletiva, na medida em que envolveu um conjunto significativo de professores. Interessado na estratégia cultural e nos confrontos políticos, Bhabha (1998) assinala que sujeitos insurgentes "criam" agências coletivas, sendo a solidariedade social forjada por meio de crises e contingências de sobrevivência histórica.

Assim, a tensão continuou no caso das escolas de meninos. Mais de vinte anos depois do regimento, o assunto tornou-se um dos temas das Conferências Pedagógicas de 1876:[16] "Convém que as escolas públicas de meninos funcionem diariamente em uma só sessão?"; e também entre os nove pontos da Conferência de 1878 (Códice 15.3.8, fs. 6-18.). A permanência do debate por tanto tempo corrobora o que nos chama atenção Agustín Escolano (2011, p. 22, tradução nossa):

> Gabriel sublinhou, ainda, que não são apenas os professores, os pedagogos ou os políticos que constroem e ditam normas; também a sociedade e as famílias das crianças escolarizadas criam pautas e métodos que se transmitem no interior dos coletivos de sociabilidade não formal e na escola mesma. Esta cultura formativa popular se materializa em práticas que se socializam através da comunicação da tradição e que não se extinguem sob a pressão da cultura oficial ou acadêmica dominantes.[17]

Cabe destacar que as escolas municipais dirigidas por Pardal funcionavam em uma só sessão de 10h às 14h30min, sinal de que era adepto do sistema de um turno de aula. Após a conferência de 1876, em relatório, o inspetor geral José Bento da Cunha Figueiredo se mostrou mais favorável à realização de apenas uma sessão nas escolas de meninos. Em ofício ao Ministro do Império, retifica sua ponderação sobre a questão: "Não só os professores, como alguns delegados, entendem que é muito inconveniente dar aula à tarde [...]. Não estou longe de pender para a opinião dos professores, mas a V.Ex. compete deliberar o que melhor entender sobre tal assunto" (Relatório da IGIPSC, 1877, p. 6-7).

A permanência do tema em pauta nos relatórios do governo, passados 22 anos, demonstra que a inovação se deparou com uma acentuada resistência, o que levou à proposta de que talvez fosse melhor ceder à tradição, reivindicada por pais e professores. Nesse momento, alguns delegados estavam mais sensíveis ao problema

[16] Fonte: A Escola- Revista... 1877. Cf. Borges, 2005.

[17] No original: "De Gabriel ha destacado, además, que non son solo los ensenãntes, los pedagogos o los políticos quienes construyen y dictan normas; tambiém la sociedade y las famílias de los niños escolarizados crean pautas y métodos que se transmiten en el interior de los colectivos de sociabilidade no formal y en na misma escuela. Esta cultura formativa popular se materializa en practicas que se socializan a través de la comunicación de la tradición y que no se extinguén bajo la presión de la cultura oficial o académica dominantes".

e o inspetor geral praticamente concorda com os professores. Efeito dos debates dos primeiros anos da década de 1870? Enquanto as conferências convocadas pelo inspetor Eusebio (1855-1863) tinham um caráter menos formal, as conferências organizadas a partir de um regulamento específico (1872), em um período de grande efervescência política, eram constituídas de maior formalidade e contavam com a presença de pessoas consideradas ilustres na sociedade, como o Imperador D. Pedro II (Borges e Gondra, 2005). Essa reunião dos professores, frente a frente com a inspetoria e com sujeitos destacados da sociedade, poderia fazer com que os docentes procurassem ter uma articulação maior, proferissem discursos elaborados com uma retórica que visava favorecer seus interesses e, igualmente, operar certos jogos de poder que colocavam em cena suas relações, como veremos a seguir.

"A erudição que neles transluz"

Os anos das décadas de 1870 e 1880 constituem-se em um período que vários autores da historiografia da educação apontam como fértil de discussões em torno de temas educacionais e organização docente (Hilsdorf, 1977; Schueler, 2002 e Lemos, 2006). Na política, em 1870 foi fundado o Partido Republicano. Na profissão docente, na Capital, foi redigido o Manifesto dos Professores Públicos Primários da Corte de 1871, documento analisado por Schueler e por Lemos. A imprensa pedagógica emergiu com disputas (Villela, 2002b e Teixeira, 2015). Em 1872, foi estabelecido o Regulamento das Conferências Pedagógicas que, depois de um cancelamento, teve sua primeira ocorrência em janeiro de 1873. No meio da agitação desses primeiros anos, nove professores e quatorze professoras foram nomeados para assumirem cadeiras de diversas localidades. Nos quadros 7 e 8, observa-se a continuidade de uma quantidade expressiva de adjuntos nomeados professores públicos somente na década de 1870, antes do funcionamento da Escola Normal da Corte.

Quadro 7 – Professores nomeados na década de 1870. Os nomes em itálico indicam os que haviam sido adjuntos

N.	Professor	Ano de nomeação	Final da docência
1	*José João de Povoas Pinheiro*	1871	-
2	*Carlos Antonio Coimbra de Gouvea*	1871	-
3	*Antonio José Marques*	1871	Jubilado em 14/01/1888

4	*David José Lopes*	1871	Jubilado em 25/05/1886
5	Carlos Augusto Soares Brazil	1872	-
6	Augusto Candido Xavier Cony	1872	-
7	Philippe de Barros Vasconcellos	1872	-
8	*Januário dos Santos Sabino*	1872	-
9	*Candido Baptista Antunes*	1873	-
10	*José Alves da Vizitação*	1874	-
11	Antonio Pinheiro do Aguiar	1875 AL	-
12	*Luiz Augusto dos Reis*	1875	-
13	*Augusto José Ribeiro*	1875	-
14	*Jorge Roberto da Costa*	1875	Jubilado em 15/12/1890
15	Francisco José Gomes da Silva	1875	Jubilado em 15/12/1890
16	Agostinho José Soares Brazil	1875	-
17	Antonio Joaquim Teixeira de Azevedo	1875	-
18	José Joaquim de Amorim Carvalho	1877 AL	Exonerado em 27/01/1883
19	*José da Silva Santos*	1878 AL	-
20	*Domingos José Lisboa*	1878 AL	-

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos relatórios da IGIPSC, documentos manuscritos do AGCRJ e no *Almanak Laemmert*.

Quadro 8 – Professoras nomeadas na década de 1870. Os nomes em itálico indicam os que haviam sido adjuntos

N.	Professor	Ano de nomeação	Final da docência
1	*Josepha Thomazia da Costa Passos*	1871	-
2	*Amália Emilia da Silva Santos*	1871	-
3	*Zulmira Elizabeth da Costa Cirne*	1871	Jubilada em 15/12/1890
4	*Gertrudes Mathilde da Silveira* Em 1879 consta como *Gertrudes da Silveira Cardoso*	1871	Falecida em 1879
5	Maria Benedita Lacé Brandão	1871	-
6	Maria Gomes Santarém	1871	-
7	Luiza Joaquina de Queiroz Paiva Mendes	1871	-

8	*Luiza Celestina Velloso*	1871	Jubilada em 25/09/1886
9	Francisca da Gloria Dias Francisca da Gloria Dias Major (1873) Francisca Dias de Alvarenga Cunha (1880)	1871	-
10	Adelina Amelia Lopes Vieira	1872	-
11	Claudina de Paula Menezes	1872	-
12	Eudoxia Brasília da Costa	1872	Falecida em 06/05/1884
13	Thereza Maria de Jesus Bastos	1872	-
14	Polycena de Menezes Dias da Cruz Araujo	1872	Falecida em 1882
15	*Guilhermina Emilia da Rocha* Guilhermina Azambuja Neves	1874	Falecida em 18/06/1883
16	*Maria Fortunata Siqueira Amazonas Gomes da Silva*	1874	-
17	*Augusta Castellões* Augusta Castellões Fernandes da Costa	1874	-
18	*Thereza de Alcântara da Costa Pereira*	1874	-
19	*Eudoxia dos Santos Marques Dias*	1874	-
20	Theresa Carolina Mirandella	AL, 1875	-
21	Mathilde Carolina da Rocha	1875	Exonerada em 12/10/1878
22	*Maria Arabella Fortes Guimarães*	1876	-
23	Anna Camilla Alves Nogueira	1877	Falecida antes de tomar posse
24	*Adelaide Augusta da Costa* Adelaide Augusta da Costa e Silva (1884)	1877	Faleceu entre 1884/1885
25	Maria Magdalena da Silveira Faria Depois, Maria Magdalena da Silveira Carmo	1877	Exonerada em 29/09/1886
26	*Anna Jacintha da Conceição Dias*	AL, 1878	-
27	Elvira Cesar Elvira Cesar Piragiba (AL, 1879)	AL, 1878	-
28	*Anna América da Rocha e Souza*	Entre 1877 e 1879	-
29	Marianna Angélica Loureiro Fernandes	Entre 1877 e 1879	-

30	*Eduviges Carolina da Silva*	1879	-
31	*Leobina Cardoso Rodrigues Lima*	1879	Falecida em 08/06/1883

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos relatórios da IGIPSC, documentos manuscritos do AGCRJ e no Almanak Laemmert.

Podemos notar nos quadros mais uma geração de professores que iniciava a carreira no magistério público formada pela anterior, constituindo uma "cadeia" formativa. O aspecto pode ter corroborado com a "coesão" assinalada por Lemos (2006) quanto à emergência do movimento docente na corporação dos professores públicos da Corte. Cuidar da formação uns dos outros pode ter colaborado para gerar um espírito de cumplicidade, solidariedade e de coletividade que iria se refletir nas Conferências Pedagógicas e outros espaços. Nas duas listas também se encontram mais um grupo de professores que, quando adjuntos, foram examinados por Pardal, como: José João de Povoas Pinheiro, Antonio José Marques, Josepha Thomazia da Costa Passos (cujo nome de solteira era Gomes) e Zulmira Elizabeth da Costa Cirne (AGCRJ, códice 11.2.10, fs. 130-133, 72-73, 123-126, 209-212).

A agência coletiva fez parte significativa da trajetória de Pardal. Ele participou de sociedades docentes e organizou reuniões para discussão entre professores. O "estar-junto" pode favorecer a solidariedade e rearticulação de discursos e interesses dos professores, mas também da própria sociedade (Bhabha, 1998). Os professores já vinham se organizando e rearticulando discursos e ações em um processo constante de reinscrição e negociação com diferentes instâncias que permitiu a emergência de um "processo da agência tanto como desenvolvimento histórico quanto como agência narrativa do discurso histórico" (Bhabha, 1998, p. 266). Dessa forma, a produção de documentos resultantes das agências docentes pode configurar um processo de tradução e de ressignificação dos anseios, das representações, bem como das contradições inerentes a um grupo – com uma "vontade coletiva" e uma identidade em comum, a docência –, mas que não constitui um bloco homogêneo.

Na década de 1870, Pardal, juntamente com João José Moreira, foi signatário do Manifesto dos Professores Públicos de Instrução Primária da Corte, que teve como relator o professor Manoel Frazão. O Manifesto, um documento reivindicatório, foi endereçado à Assembleia Legislativa, ao Ministro do Império e ao Imperador, e posteriormente, em razão de não obterem respostas, encaminharam ao que chamaram de "poder real da nação", ou seja, a sociedade civil

(Lemos, 2006). No manifesto, os professores apresentam uma narrativa de problemas do ofício de professor público nas últimas décadas, "classe talvez a mais importante dos servidores do Estado". Para discutir os baixos salários comparam com os de outras funções do serviço público, remetendo a leis de diferentes décadas, sendo a primeira de 1844. Exigiam respeito do poder público diante do diagnóstico de que "não há ministro novo que não diga no seu primeiro relatório que somos ignorantes". Apesar de admitirem que depois os ministros "modificavam o seu juízo", tais fatos mostram a realização de uma abordagem com tom histórico a respeito dos problemas dos quais se queixavam e que desde sempre fizeram parte da vida dos professores que atuavam naquele momento. No texto, também estavam incluídas críticas ao dinheiro gasto com os novos, grandiosos e modernos prédios escolares que estavam sendo construídos, dos quais Pardal se tornaria diretor.

Segundo Lemos (2006), as autoridades chegaram a discutir os procedimentos punitivos que poderiam ser tomados contra os professores, mas pelo fato do Imperador ter defendido o direito à liberdade de expressão, foi sugerido que o Ministro do Império fizesse apenas uma repreensão por escrito.

No ano seguinte, o jornal pedagógico *A Verdadeira Instrução Pública*, que tinha como redator o professor Manoel Frazão, em edição de 15 de agosto 1872, registra que, em reunião de 17 de julho de 1872, ficou decidido que os negócios da folha seriam dirigidos por uma comissão de cinco membros, entre os quais se encontravam o redator Frazão, Pardal, João José Moreira, Antônio José Marques e Carlos Antonio Coimbra de Gouvêa. Cabe observar alguns aspectos das relações entre tais sujeitos. João José Moreira e Pardal atuavam juntos pelo menos desde a década de 1850, conforme já assinalado. Em artigo do *Constitucional* (09 ago. 1864), Frazão sinaliza uma relação de amizade com Pardal: "Tendo-me comunicado o meu digno colega e amigo o Sr. Candido Matheus de Faria Pardal". Antônio Marques havia sido adjunto na escola de Pardal e Carlos Coimbra havia sido adjunto na escola de Frazão, ambos na década de 1860. Nesse sentido, ter sido adjunto poderia favorecer sua inserção nas agências docentes. Portanto, o grupo de professores se conhecia muito bem, com vários anos de convivência.

A Verdadeira Instrução Pública emergia em um momento de intensos debates educacionais em torno da instrução pública, envolvendo professores e representantes do governo conforme assinala Villela (2002b). A primeira edição do jornal foi lançada em 15 de junho de 1872 e pretendia combater as posições consideradas elitistas da folha *A Instrução Pública*, lançada dois meses antes,

chefiada por Alambary Luz, diretor da Escola Normal da Província, bem como se legitimar como representante da classe de professores primários (Villela, 2002b). Segundo Villela, *A Verdadeira Instrução Pública* criticava a visão dos grupos que desmereciam a capacidade e experiência dos professores públicos primários. Ressalta a alegação do professor Frazão de não poder se tomar a exceção pela regra e que, se havia alguns professores despreparados, a culpa seria da Inspetoria que os aprovou e admitiu nas escolas.

Pardal também fez parte da comissão que tentou organizar o Instituto dos Professores Públicos da Corte, segundo ofício publicado em *A Instrução Pública* (14 jul. 1872). A instituição seria uma sociedade literária e beneficente, mas naquele momento, segundo o documento, quando os estatutos estavam quase concluídos, uma "mão invisível espalhou a cizânia entre os obreiros da nossa regeneração", sendo preciso adiar o projeto.

Em meio a este debate na imprensa, Pardal também teve a iniciativa de convocar professores para reuniões semanais, sob sua presidência, para discutir os temas das Conferências Pedagógicas (*A Reforma*, 01 dez. 1872; *A Instrucção Pública*, 08 dez. 1872). A ocorrência das reuniões fica evidente na fala dos professores que nelas compareceram, como o de Antonio Candido Rodrigues Carneiro, que menciona o fato durante a apresentação de seu trabalho nas Conferências de 1873. Tal agência permitia os professores a transmissão de cultura como estratégia de sobrevivência no exercício docente, realizar traduções e deslocamentos culturais para elaboração de discursos a serem apresentados estrategicamente nas conferências.

O Regulamento das Conferências Pedagógicas de 1872 definiu que todos os professores públicos das escolas primárias da Corte seriam reunidos para discutir temas da instrução, "expondo as observações que hajam colhido de sua prática e da leitura das obras que hajam consultado", demonstrando que no evento haveria espaço para falar de suas experiências em sala de aula. Previsto para acontecer duas vezes por ano, com três dias consecutivos, o que nem sempre se dava, ocorreu até o final da década de 1880.

As Conferências Pedagógicas foram objeto de análise em outro momento no qual procurei examinar suas condições de aparecimento e funcionamento a partir do Regulamento de 1872 (Borges, 2005 e Borges e Gondra, 2005). O enfoque foi, por um lado, pensar a ação do governo imperial ao impor um dispositivo que pretendia homogeneizar a classe docente, tendo em vista a busca de um modelo ideal de professor e os problemas decorrentes de uma profissionalização

que se dava de diferentes formas; por outro, refletir como os professores reagiram à imposição de participar do evento.

Nesse momento, pretendo realizar uma análise centrada nas Conferências de 1873 a fim de entender um outro aspecto relacionado ao evento: como os professores usaram esse espaço, como fizeram suas exposições e quais foram as ideias apresentadas – algumas das quais não condiziam, intencionalmente, com a pauta do evento.

Os pontos do programa das conferências eram divulgados previamente, sob a forma de perguntas.[18] A presença nas conferências era obrigatória para todos os professores públicos primários da Corte, mas não a exposição de trabalhos. Tal fato singulariza aqueles sujeitos que desejavam divulgar suas ideias pedagógicas, muitas das quais apareciam em outros espaços de exposição. O professor Costa e Cunha, por exemplo, ao querer se concentrar mais em uma discussão, afirma que não vai tratar a respeito dos métodos, pois alegava que:

> [...] tendo além disso escrito diversas vezes sobre essa matéria, quer em exposições à inspetoria geral, pela imprensa pedagógica, fundando as minhas opiniões nos princípios que acabo de expender, reporto-me, para o mais que eu aqui poderia dizer, àqueles escritos e passo a outra matéria (Relatório da IGIPSC, anexo 8, p. 12).

Entre os professores que apresentaram trabalhos em 1873, se encontram, resumidamente: Augusto Candido Xavier Cony, que abordou, entre outros assuntos, o sistema Rapet aplicado na França e apresentou um catálogo de livros, de autoria de diversos professores públicos da Corte, para o ensino nas escolas; Manuel José Pereira Frazão, que leu um documento assinado por 35 professores

[18] Pontos do programa das Conferências de 1873: 1) Qual a melhor distribuição das matérias relativas à instrução moral e religiosa, leitura e escrita, noções de gramática portuguesa, princípios elementares de aritmética e sistema métrico decimal segundo as necessidades atuais da escola, de modo que saiba o professor pelo programa dessa distribuição qual a tarefa de cada dia útil de antemão preparada?; 2) Em quantos anos poderá o curso das ditas matérias ser percorrido, de maneira que o aluno seja dado por pronto na forma do regimento das escolas?; 3) Se convém ou não a instituição das escolas mistas de instrução primaria?; 4) Qual o método mais racional, simples e eficaz dentre os atualmente conhecidos, para o ensino das primeiras letras e da caligrafia nas escolas primárias? Dado o caso de haver efetivamente um que tenha alguma superioridade sobre os outros, convirá que seja adotado exclusivamente nas aulas públicas?; 5) Qual o meio mais simples para fazer compreender aos meninos o mecanismo do sistema métrico, sem recorrer aos cálculos aritméticos?

e citou artigo publicado no periódico *A verdadeira instrução pública*, de 30 de julho de 1872; Antonio Estevão da Costa e Cunha, que trouxe experiências dos Estados Unidos, autores nacionais e estrangeiros e relatórios das províncias para legitimar sua argumentação; Gustavo José Alberto, que citou as experiências das escolas normais da Bahia, onde se formou, e de Paris, enfatizando o uso do "Método Sarrazin"; Antonio José Marques, que apresentou reflexões contidas em compêndio de sua autoria; Antonio Candido Rodrigues Carneiro, que citou prática pedagógica na França e se apoiou na sua experiência para fazer a exposição do quinto ponto de acordo com o combinado em uma reunião prévia entre seus colegas; Francisco Alves da Silva Castilho, que apresentou seu método de ensino; Antonio Ignácio de Mesquita, que apresentou um texto extenso, tomando como partida a antropologia, para fazer um estudo sobre o homem intelectual, moral e físico, usando para isso vários pensadores; Olympio Catão Viriato Montez, que citou países estrangeiros e também usou dados estatísticos; Philippe de Barros e Vasconcellos, que falou sobre o aparelho inventado por Mr. Level, professor francês, e sobre o sistema Lhomond; Antonio Cypriano de Figueiredo Carvalho, que, para tratar de métodos de ensino de primeiras letras, referiu-se a experiências de países como França, Estados Unidos e Suíça; Candido Matheus de Faria Pardal, um dos signatários do texto lido por Frazão, que apresentou um plano de ensino baseado no "sistema Rapet".

Fica evidente nos trabalhos apresentados que os professores reivindicaram autonomia no exercício do ofício. O professor Costa e Cunha enfatiza que, "quanto ao *modus docendi*", "é prejudicial ao ensino a imposição de qualquer método" (Relatório da IGIPSC, anexo 7, p. 4). Outro aspecto é a ênfase na necessidade de realizar "pesquisas". Esse termo não é usado pelos professores, mas as ações e procedimentos sugeridos por eles inferem a intenção de realizar uma espécie de "investigação científica", a fim de construírem um conhecimento em torno de diversos aspectos da instrução. Costa e Cunha, por exemplo, solicita o prazo de um ano para organizar e ensaiar um programa para a escola. Para tornar legítimo seu pleito, recorre ao Sr. Rapet, que foi inspetor da instrução de Paris e levou oito anos para produzir um trabalho sobre o assunto (Relatório da IGIPSC, anexo 8, p. 8).

Costa e Cunha também chama atenção para a necessidade de estabelecer "um *limite de significação*, como já tive ocasião de dizer alhures, aos vocábulos *sistema, método, processo, meio, modo, forma*, etc. de ensino, que se confundem frequentemente, acarretando com essa confusão dificuldades práticas" (Relatório

da IGIPSC, anexo 8, p. 11, grifos do autor). Embora os professores reivindicassem autonomia, não significava que também não tivessem necessidade de problematizar e definir conceitos com os quais pudessem operar. O rigor no uso dos termos era uma premissa para a boa execução da tarefa pedagógica, posto que a confusão entre eles poderia gerar mais um esvaziamento da prática do que ações pedagógicas eficazes.

Outra estratégia usada pelos professores era expor uma ideia mesmo que ela não estivesse na pauta do programa, com intuito de marcarem uma posição política, proferirem uma crítica ou reivindicação, explicitarem algo que desejavam tornar público a fim de denunciar ou de conferir prestígio a si mesmo. Nesse sentido, Costa e Cunha, na parte em que trata da organização das escolas, aproveita para criticar e apontar como o número de alunos interfere na resposta das duas primeiras questões da conferência: "nada é mais funesto do que essas escolas com elevadíssimo número de alunos, essas espécies de manufaturas da educação" (Relatório da IGIPSC, anexo 8, p. 14).

O professor Brazil também inclui uma reflexão sobre a educação moral para, no interior dela, reivindicar melhor remuneração para os professores:

> Porém, para o bom desempenho de sua missão, falta ao professor público da capital do império uma das condições essenciais à sua classe: não lhe falta boa vontade, instrução, sistema de ensino nem método; mas falta-lhe o sossego do espírito e a independência devida a sua posição social. [...] remunerai convenientemente o magistério primário, para que os professores se possam dedicar exclusivamente a sua missão, e teremos alcançado tudo (Relatório da IGIPSC, anexo 10, p. 8).

Olympio Catão Viriato Montez atrela uma crítica na abertura da apresentação – que se inicia com a regra de etiqueta da época de demonstração de humildade –, ao destacar sua dificuldade em realizar a reflexão solicitada, pedindo benevolência aos "conspícuos e ilustrados varões":

> [...] porque as frases por mim enunciadas são frutos de uma mesquinha inteligência pois que distante doze léguas da corte não tenho podido cultivá-la, além disto a escola sob meu magistério não possui uma biblioteca onde pudesse consultar, não podendo, ainda por essa razão, apresentar senão um imperfeito trabalho, filho da prática de nove anos do magistério (Relatório da IGIPSC, anexo 12, p. 3).

É possível ver, nesse caso, um recurso à estratégia discursiva, pois qual seria o motivo de um professor insistir em apresentar um trabalho que julga ruim se havia a opção de apenas assistir ao evento? A falta de biblioteca emerge como uma provocação, cuja gravidade se refletiria na impossibilidade de realizar um trabalho com a qualidade esperada, mas, não obstante os entraves, professor não deixa de fazê-lo e de registrar que foi elaborado a partir de sua experiência de nove anos. A eloquência do professor ao longo da apresentação foi bem-sucedida visto que lhe rendeu destaque nos relatórios da Inspetoria.

A estratégia usada remete a uma situação ocorrida com Pardal. Tendo sido notificado em 1871 a dar informações sobre cinco quesitos – sendo o último "quais as exigências do ensino público na escola sob meu magistério" –, o professor respondeu com nove itens (AGCRJ, códice 11.3.28, 27/01/1871, f.7-8). Ao responder os quesitos, Pardal também tratava de informar o que deveria ser feito. Para Bhabha (1998, p. 48, grifo do autor), "a pergunta 'O que deve ser feito?' tem de reconhecer a força da escrita, sua metaforicidade e seu discurso retórico, como matriz produtiva que define o 'social' e o torna disponível como objetivo da e para ação". Ao escrever um documento que havia sido cobrado a fazer enquanto subalterno do governo, o professor marca sua posição e opera um deslocamento, do lugar de subordinado para a posição de autoridade no ensino. Bhabha (1998, p. 53) sugere que a "posição é sempre um processo de tradução e transferência de sentido" . E o lugar de onde Pardal e Montez discursavam havia sido construído por uma série de agências que conferiam a eles a possibilidade de encarnar diferentes papéis e se deslocar conforme o jogo político.

Tais procedimentos caracterizam uma espécie de agência discursiva e colocam as conferências no lugar de enunciação, estrategicamente ocupado pelos professores. Bhabha (1998) assinala que o "enunciativo" é um processo que tenta rastrear deslocamentos e realinhamentos resultantes de antagonismos e articulações culturais "subvertendo a razão do momento hegemônico e recolocando lugares híbridos, alternativos, de negociação cultural". Dessa maneira, as conferências, nas quais foram possíveis observar posições antagônicas quanto de articulação, também poderiam funcionar como lugar de negociação cultural e de tradução, com a vantagem de que o lugar de sujeito enunciativo poderia ser ocupado pelo professor. Elas resultariam, segundo Bhabha, na inserção da agência no discurso.

Outro recurso usado pelos professores era o de se reunirem antes do evento para discutirem os pontos, assim como respondê-los coletivamente. O professor

Pardal presidiu reuniões semanais para estudar o programa, conforme assinalado. No ano de 1873, um trabalho coletivo foi lido pelo professor Frazão,[19] relator do texto assinado por dezessete professores e por dezoito professoras. O texto, ao mesmo tempo em que responde às questões das conferências, apresenta críticas e reivindicações. Nele, enfatizam a situação dos professores da Corte; criticam o fato de não terem um mês de férias como os "professores da província do Rio de Janeiro"; reclamam da carga de trabalho que não permite descansar e estudar; do salário; e da forma como os são tratados, com desconfiança, sendo acusados de falta de zelo: "Permita V. Ex. que lhe digam os abaixo-assinados com a franqueza de quem se acha profundamente magoado em seus brios: esse modo de tratar aos professores é desanimador, e importa uma verdadeira desconsideração, com que o país nada tem a ganhar" (Relatório da IGIPSC, anexo 20, p. 5).

Interessante observar que, frequentemente, os professores asseveraram nos trabalhos a necessidade de se realizarem estudos e a importância de não se impor ao professor o uso de um método, sinalizando, dessa forma, o valor que atribuíam à autonomia do professor em sala de aula. Algo que parece caro aos docentes, a autonomia para definir práticas, expor ideias e configurar um campo, remete ao exercício de uma intelectualidade que pretendem preservar, diante das intervenções decorrentes das políticas do Estado Imperial. Usufruir de certa autonomia e, ao mesmo tempo, não ter independência na realização do seu trabalho fazem parte das ambiguidades levantadas por Nóvoa (1991) em torno do estatuto dos professores na segunda metade do século XIX. A ideia de autonomia do professor também pode ser vista como uma tradição. O estatuto de autonomia que os docentes defendem como inerente ao exercício da profissão remete às três categorias de tradições inventadas, pois simbolizam a "coesão" de um grupo, pretendem legitimar um status e uma autoridade, bem como socializar ideias e sistema de valores (Hobsbawm, 2002).

Também cabe destacar Sirinelli (2003) ao abordar o caráter polissêmico da noção de intelectual, o aspecto polimorfo do meio dos intelectuais e a imprecisão recorrente destes. O autor defende uma definição de geometria variável da qual decorrem duas acepções de intelectuais não autônomas entre si: uma ampla, englobando criadores e mediadores culturais, e outra estreita, baseada na

[19] O professor Cony em artigo do jornal A Instrução Pública, de 15 de abril 1873, questiona a validade do documento, alegando que Frazão, ao elaborar o texto, teria colocado questões com as quais alguns professores e professoras não concordariam se o tivessem lido.

noção de engajamento, que segundo modalidade específica inclui, por exemplo, a assinatura de manifestos.

Schueler (2008a), no caso da Corte, e Boto (2003), no caso de Portugal, partilham da compreensão do professor primário como parte de um grupo específico de intelectuais, apesar da diversidade de suas trajetórias pessoais e profissionais, cujo processo de formação consta da própria constituição da cultura escolar, abarcando saberes, práticas de ensino, mas também os gestos e as feições, as formas de agir e de se comportar no cotidiano escolar. Schueler (2008a, p. 135) defende que os professores da Corte na segunda metade do século XIX "atuaram como intelectuais urbanos, como intelectuais do ensino, envolvidos com as questões da instrução primária, do ofício docente e da cidade". Para a autora, eles se destacaram tanto pela produção escrita como obras didáticas, poesias, poemas, livros, artigos para a imprensa e memórias, quanto pela participação nos grupos de sociabilidade intelectual e política da cidade.

Nesse sentido, a fim de legitimarem sua competência intelectual, os professores, durante as conferências, lançaram mão de diversas estratégias discursivas, como citação de autores estrangeiros, relato de experiências de outros países e a referência aos seus próprios colegas, mencionando livros, compêndios, métodos, materiais elaborados por eles. Um modo de conferir legitimidade ao que é produzido no interior da própria classe, um reconhecimento endógeno em busca do reconhecimento exógeno (Sirinelli, 1998).

Igualmente, procuravam mostrar que eram aqueles que, por meio da instrução do povo, poderiam ser responsáveis pelo progresso do país, colocando-o rumo à civilização. Tal discurso, emanado por diversos setores da sociedade, ajudava a constituir a própria profissão docente. Tal postura parece similar a uma análise de Bobbio (1997) em relação aos intelectuais, convencidos de serem um grupo autônomo acima das classes, a eles é atribuída uma tarefa única e extraordinária, o que, no caso dos professores, poderia ser formar o povo civilizado.

Tais agências discursivas não constituem ações de caráter meramente individual, mas sim refletem o espírito de uma corporação que procurava se organizar e se estabelecer como tal, apesar da existência de diferentes grupos, das disputas internas pela representação da classe, das divergências de teor educacional ou político (Villela, 2002a e 2002b; Lemos, 2006 e Vicentini e Lugli, 2011). Constituíam, assim, uma agência coletiva. Para isso, articulavam alianças com diferentes setores da sociedade, debates por meio da imprensa, escrita e publicação de obras didáticas ou literárias, muitas vezes com seus próprios

recursos, inserção em outros espaços de sociabilidades como grêmios, clubes e associações de diversos tipos, o que parece constituir condição para exercício de uma atividade intelectual, como assinala Schueler (2008a).

Após o término das Conferências de 1873, o inspetor geral Homem de Mello assinalou que os "trabalhos exibidos revelam muito estudo, prática esclarecida e conhecimento dos métodos de ensino nas nações mais adiantadas, tornando-se alguns notáveis pela erudição que neles transluz e faz muita honra aos seus autores" (Relatório da IGIPSC do ano de 1872, assinado em 24 mar. 1873, p. 12). E o Conselho Diretor declarou "dignos de distinção, revelando estudo, zelo e dedicação no desempenho de suas funções no magistério primário" os professores: Costa e Cunha, Mesquita, Marques, Cony, Pardal, Castilho, Gustavo Alberto, Viriato Montez e Phillipe de Barros. Cabe destacar que no ano seguinte ao da Primeira Conferência, dentre esses professores, Costa e Cunha, Cony, Marques e Montez iriam aparecer na lista de professores da Escola Normal Particular da Corte criada em 1874.

"Sob pena de perder a cadeira..."

Em 1879, ano em que Pardal foi exonerado do cargo de diretor das escolas municipais, um novo ordenamento jurídico seria instituído pelo liberal Leôncio de Carvalho, produzido no calor dos debates políticos e sociais da época. Em 1880, a Escola Normal da Corte começou a funcionar, em meio a um "processo de mudança na concepção sobre a preparação de professores primários, juntamente com as teorias científicas que circulavam na época" (Uekane, 2016, p. 31). Com o Regulamento de 1881, segundo Uekane (2016, p. 33), "os alunos aprovados com distinção em todas as matérias poderiam ser nomeados para cadeiras públicas, sem prestar novas provas de capacidade". Em 11 de agosto de 1883, o governo baixou o Decreto n.º 8985, estabelecendo para o professor nomeado um prazo de quatro anos para apresentar diploma pela Escola Normal, sob pena de perder a cadeira. Em 1883, outro regimento interno foi elaborado para as escolas primárias. Também ocorreu nesse período uma série de eventos pedagógicos, como conferências e exposições. Outros professores foram nomeados para as cadeiras, muitos quais não eram nascidos quando Pardal foi nomeado em 1837.

Quadro 9 – Professores nomeados na década de 1880. Os nomes em itálico indicam os que haviam sido adjuntos

N.	Professor	Ano de nomeação	Observações
1	*Lino dos Santos Rangel*	1880	-
2	*Guilherme Joaquim da Rocha*	1880	-
3	*Adolpho Pereira dos Santos*	1880	-
4	*Januário Santos Sabino Junior*	1881	Falecido em 22/12/1887
5	Francisco Antonio Castorino de Faria	1881	-
6	Joaquim Dantas de Paiva Barbosa	1881	-
7	*José Antonio Gonçalves Junior*	1881	-
8	Adalberto Octaviano Arthur de Siqueira Amazonas	1881	-
9	*Antonio Hilário da Rocha*	1881	-
10	Felizardo Ildefonso Pereira Alves	1881	Falecido em 1885

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos relatórios da IGIPSC, documentos manuscritos do AGCRJ e no *Almanak Laemmert*.

Quadro 10 – Professoras nomeadas na década de 1880. Os nomes em itálico indicam os que haviam sido adjuntos

N.	Professora	Ano de nomeação	Observações
1	*Felisdora America da Rocha e Souza*	1881	-
2	*Carolina Gabriela de Paula Dias* Carolina Dias da Silva Braga	1881	-
3	Josephina de Medina Coeli Barboza	1881	Nomeada para escola de meninos de Santa Cruz.
4	*Florisbella Moratório de Azambuja Neves*	1881	Nomeada para escola de meninos da Lagoa; Nomeada para escola de meninos de Santana.
5	Rozalina Frazão Rosalina Cardoso da Silva Campos	Entre 1877 e 1881	-
6	*Thereza de Jesus Pimentel* Thereza Pimentel do Amaral	1883	Recebeu diploma da escola normal; Nomeada para escola de meninos da Ilha do Governador.

7	*Amélia Augusta Fernandes* Amélia Fernandes da Costa	1883	Nomeada para escola de meninos de Guaratiba (1ªcad.) ; Exonerada do cargo de professora da escola da Candelária por não se enquadrar no Decreto n. 8985, sendo no dia seguinte nomeada adjunta efetiva. Obteve a habilitação na Escola normal e foi reintegrada a cadeira em 2/05/1889.
8	*Adelina Doyle Silva*	1883	Apresentou habilitação pela Escola Normal e por isso foi considerada professora efetiva (Relatório do Ministro do Império de 1888).
9	*Maria Elvira de Figueiredo Teixeira da Fonseca*	1883	Recebeu diploma da escola normal.
10	Ana Dias Vieira	AL, 1884	-
11	Josephina Carlota Paulina Castagnier Josephina Castagnier Ferreira	1884	Faleceu em 1884/1885 (relatório de 1884).
12	Amélia Frazão de Araújo Cabrita	1885	Exonerada em 25/01/1889.
13	Maria Dias França	1885	Apresentou habilitação pela Escola Normal e por isso foi considerada professora efetiva (Relatório do Ministro do Império de 1888).
14	Stella Nahon Stella Lindheimer (1888)	1885	Recebeu diploma da escola normal .
15	Maria Amélia Fernandes	1885	Recebeu diploma da escola normal; Falecida em 1884.
16	Angelina Sandoval Castrioto Pereira	1885	Recebeu diploma da escola normal.
17	Maria José de Medina Coeli Ribeiro	1885	Guaratiba (1ªcadeira de meninos); Recebeu diploma da escola normal.
18	Catharina Mattoso Forte da Silva	1885	Paquetá (meninos); Recebeu diploma da escola normal.
19	Olympia Francisca Proença	1885	Exonerada em 17/07/1886.
20	Virginia Pinto Cidade	AL, 1886	-

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos relatórios da IGIPSC, documentos manuscritos do AGCRJ e no *Almanak Laemmert*.

Chama atenção nos quadros a diminuição do número de professores homens que entraram e a nomeação de várias professoras para escolas do sexo masculino. Algumas professoras nomeadas na década anterior para escolas de meninas, ao serem removidas, também foram atuar em escolas de meninos. No

entanto o ingresso das mulheres em tais cadeiras não se deu sem a resistência dos professores homens que, conforme estudo de Guimarães (2011), "não abandonaram passivamente o magistério primário", criticando a postura do governo em favorecer a regência das mulheres nas escolas do sexo masculino. Nesse sentido, a autora assinala que o processo de feminização do magistério não se deu sem disputas no interior do próprio campo da educação.

A maior parte dos professores nomeados, homens e mulheres, que constam nos quadros continuaram pertencendo ao grupo dos que haviam sido adjuntos. Vários deles eram parentes de professores regentes como Sabino, Amazonas, Frazão, Coeli. Entretanto, por causa das exigências do decreto de 1883, várias professoras que tinham sido adjuntas adquiriram o diploma da Escola Normal e a ameaça de perder a cadeira se concretizou em pelo menos um caso, o de Amélia Augusta Fernandes, "reclassificada" como adjunta até que obtivesse o diploma, o que ocorreu em 1889.

Nessa listagem de professores que entraram no magistério público após a exoneração de Pardal, ainda podemos observar resquícios de sua atuação no ensino de primeiras letras. Ao menos um dos professores, Lino dos Santos Rangel, havia sido seu aluno na Escola Pública da freguesia de Santa Rita. De uma forma geral, nota-se que uma significativa quantidade de professores públicos haviam passado pelo exame de Pardal, seja na condição de adjuntos ou nos concursos públicos, o que mostra que o professor tinha uma parcela de responsabilidade na configuração docente das escolas públicas da Corte. Responsabilidade e agência que obviamente compartilhava com outros colegas.

Poucos professores passaram pela experiência de acompanhar, em serviço, tantas mudanças como o professor Pardal. Da instituição do ensino mútuo, passando por reformas e normatizações, ensino simultâneo, formação pela prática, conferências pedagógicas, criação das escolas municipais, a criação de escolas normais, juntamente com as questões políticas e sociais de cada época e acompanhando e agenciando a construção de relações com governo ao longo do tempo.

Neste capítulo, foi possível acompanhar um conjunto de relações de características distintas que afetaram a docência de forma variada. Relações construídas e fortalecidas no interior da própria escola, relações enfraquecidas pelas desavenças e intrigas políticas, relações resistentes mantidas pela força da tradição, relações coletivas construídas pela identidade em comum, que conferiam aos professores tanto admiração quanto desonra, insatisfação, e que por sua vez resultavam em elogios, gratificações, acusações e exonerações por parte do

governo. Relações que provocavam debates, mudavam decisões, interferiam no funcionamento da profissão docente e das escolas e que permitiram acompanhar agências docentes.

No meio da trama de relações, observamos que as etapas burocráticas, advindas dos anos de atividade, constituem momentos singulares na constituição do ofício e na inserção dos professores na cidade, como veremos no capítulo III, assim como proporcionam a elaboração de uma experiência na administração de suas trajetórias. Trajetórias com tempos e espaços distintos, numa cidade, como diz Chalhoub (2006), "febril" em vários sentidos, encerradas de diversas formas, por mudanças de vida, permutas, exonerações, jubilações e morte em serviço.

Capítulo II
Vizinhança escolarizada: a geografia das relações entre professor, famílias, habitantes e a cidade

> ...só ao professor, por estar mais contacto com o povo, é dado apreciar devidamente.
>
> Professor Soares Brazil (1872)

Diante da polêmica do regime do tempo escolar em uma ou duas sessões de aula nas escolas públicas da Corte, o professor primário Carlos Augusto Soares Brasil fez um discurso em tom categórico: "a bem desse inconveniente apresentam-se outros ainda não menos dignos de atenção, que só ao Professor, por mais estar mais conctato com o povo, é dado apreciar devidamente" (AGCRJ, códice 10.4.19, 28 ago. 1872, f. 85-86). A proximidade dos professores com a população assinalava dois lados da mesma moeda. Por um lado, na perspectiva de Ilmar de Mattos (2004), ela colocava tais profissionais na condição de peças estratégicas na construção do Estado Imperial, como agentes da administração pública. Por outro, os professores sabiam que dispunham da possibilidade de exercer um poder, uma agência – propiciados pela autonomia da qual se faziam imbuir no exercício na profissão, mas também conferidos por sua condição e experiência de estarem em maior contato com o povo –, em favor de seus próprios interesses, fossem eles profissionais, econômicos, sociais ou políticos. Observa-se uma singular fronteira entre a subserviência e a autonomia, que tem a ver com o exercício da intelectualidade.

Uma análise da segunda condição torna possível observar múltiplas redes de relações constituídas em torno dos sujeitos escolares que transitavam no espaço do Município Neutro. Nesse sentido, torna-se importante compreender a dinâ-

mica local em que as escolas e seus sujeitos estavam inscritos, as relações constituídas entre professores, alunos e habitantes, bem como seus efeitos no processo de escolarização e na configuração da profissão docente.

Durante a pesquisa, procurei mapear escolas, professores e adjuntos, e seus respectivos endereços. Porém, para dar prosseguimento à investigação até a escala dos sujeitos aos quais era destinada a ação escolar, foi necessário focalizar a pesquisa em torno de uma escola. No caso, a Escola Pública do sexo masculino da freguesia de Santa Rita, onde Pardal lecionava. A partir daí, a pesquisa se concentrou na identificação de alunos, pais ou encarregados, moradores, comerciantes e demais prestadores de serviços, a fim de analisar a distribuição dos referidos grupos no espaço atingido pela escolarização e, dessa maneira, apreender a geografia relacional que é constituída e sustentada por determinadas relações que se tornaram possíveis ou se fortaleceram por meio da existência da escola.

Para analisar quem eram esses sujeitos, que relações forjaram, como a escolarização afetou suas vidas e como essas relações afetavam a escolarização e o ofício docente, apresento uma reflexão que se divide, para organizar o enfoque de análise, mas que também se mescla, permitindo, portanto, que personagens transitem entre as divisões estabelecidas. Dessa forma, a reflexão se organiza em quatro momentos que visam pensar a freguesia de Santa Rita e sua escolarização; situar a escola pública regida por Pardal e seus sujeitos na localidade; discutir as atividades de pais, encarregados e parentes na dinâmica da cidade; e analisar os rumos e percursos tomados por seus ex-alunos.

A "popular e comercial" freguesia de Santa Rita e sua escolarização

> A escola era na Rua do Costa, um sobradinho de grade de pau. O ano era de 1840. Naquele dia – uma segunda-feira, do mês de maio – deixei-me estar alguns instantes na Rua da Princesa a ver onde iria brincar amanhã. Hesitava entre o morro de S. Diogo e o Campo de Sant'Ana [...]. Morro ou campo? Tal era o problema. De repente disse comigo que o melhor era a escola. E guiei para a escola. Aqui vai a razão.
> Conto de escola – Machado de Assis

O que a escola pública regida pelo professor Pardal, a infância de Machado de Assis e o *Conto de Escola* tinham em comum? Todos possuíam o mesmo cenário, a freguesia de Santa Rita, mais especificamente os arredores do Morro do Livramento. O Morro do Livramento fica situado entre os morros da Con-

ceição e da Providência. Lá nasceu Machado de Assis, autor de *Conto de Escola*, história que se passa nos arredores do morro. No Largo ou na Rua da Imperatriz, onde começa a Ladeira do Livramento e também a Rua da Princesa, estava a escola pública onde lecionava o professor Pardal. A Rua do Costa, mencionada por Machado como endereço da escola do *Conto*, era paralela à rua da escola da freguesia de Santa Rita que, talvez, também tivesse a mesma vista do Morro do Livramento descrito por Machado, onde papagaios cortavam o céu azul, empinados pelos meninos. A curiosa coincidência não para por aí. Também há a proximidade temporal. Pardal tornou-se professor público em 1837, Machado nasceu em 1839 e o conto se passa em 1840. O escritor, o professor e a escola, cujas experiências se sucediam no mesmo lugar, nos conduzem a um ambiente da zona urbana carioca, marcado pelo comércio, pela movimentação do porto, pelos jogos dos capoeiras e pela circulação de pessoas de diferentes extratos sociais.

Figura 14 – Recorte da planta da parte central da cidade do Rio de Janeiro (1852). Freguesias assinaladas conforme descrições de Santos (1965)

Fonte: Planta da muito leal e heroica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, 1852, Biblioteca Nacional.

Figura 15 – Região ampliada da freguesia de Santa Rita a partir da planta da figura 14

Fonte: Biblioteca Nacional.

Legenda:

➔Escola pública de meninos (Largo da Imperatriz)

➔Rua da Escola do Conto

➔Imperial Colégio de Pedro II

➔Cais da Imperatriz

Criada em 1721, a freguesia de Santa Rita tem esse nome em função de uma irmandade fundada por Manuel Nascentes Pinto e sua mulher Antonia Maria, que posteriormente teve sua igreja matriz inaugurada no Largo de Santa Rita. Compreende uma área que abrange o início da Rua Direita (atual Rua Primeiro de Março) e sua orla próxima à propriedade do Arsenal da Marinha, estendendo-se até a Gamboa, tendo como limites o Campo de Santana (pertencente à freguesia de igual nome). Esta área inclui os morros de São Bento, da Conceição, Livramento, Saúde, Gamboa e as ilhas de Cobras e de Santa Bárbara (Noronha Santos, 1965).

Juliana Souza (2007), em estudo acerca da ação da Câmara Municipal durante o Segundo Reinado e da regulação do comércio varejista de alimentos, investigou "as estratégias de negociação e a dinâmica dos conflitos instaurados entre a vereança, o governo central e a população" (p. 10). Ao enfocar algumas freguesias, a autora afirma que a de Santa Rita juntamente com a de Santana se tornaram na segunda metade do século XIX

> [...] áreas de grande concentração de trabalhadores pobres, aparecendo no censo de 1872, respectivamente, como as duas freguesias mais populosas da cidade. No processo de expansão geográfica e demográfica do centro urbano, sucessivas reformas afastaram gradativamente a população para essas freguesias, por conta do baixo preço de suas desvalorizadas moradias e pela conveniente distância do centro de atuação dos agentes do poder, do núcleo político-administrativo e comercial da cidade. Configuraram-se, desta forma, como um importante espaço de convívio entre trabalhadores pobres, muitos dos quais vivendo do comércio de alimentos (2007, p. 13).

Segundo a autora, o setor varejista abastecia todo mercado consumidor e "empregava um grande contingente de trabalhadores, como caixeiros, vendedores ambulantes, locatários de quiosques, ou proprietários de padarias, quitandas, tavernas, botequins, frege-moscas[1] e casas de secos e molhados" (2007, p. 11). Mobilizava um conjunto de indivíduos que poderiam ter algum tipo de passagem pelas escolas locais, os alunos ou seus responsáveis, como, por exemplo, os proprietários de armazém de secos e molhados, de materiais para obra, sapateiro e relojoeiro que matricularam seus filhos na Escola Pública de Santa Rita.

Juliana Souza também chama atenção para os conflitos entre diversas instâncias de poder por motivos entre os quais se encontram a normatização das práticas dos trabalhadores do comércio, bem como outras atividades definidas por códigos de posturas, o que igualmente incluía as punições por infrações às normas estabelecidas. Nesse sentido, cabe destacar o nome de Manoel Machado Fagundes, pai de aluno da escola investigada, proprietário de armazém de secos e molhados na Rua da Imperatriz, n.º 30 – endereço informado no mapa de matrícula como também sendo de sua residência –, entre os multados da freguesia de Santa Rita pela "polícia fiscal" (*Correio Mercantil*, 06 jun. 1850) e de José Joaquim Ferreira Leal, proprietário de pedreira, na lista de multados por infração às posturas municipais da freguesia de Sacramento (*Correio Mercantil,* 14 dez. 1852). As notas não informam quais os motivos das multas, mas mostram a atuação dos poderes públicos na regulação da cidade que miravam os vários sujeitos que exerciam algum tipo de atividade passível de normatização, como os pais e encarregados de alunos da escola de Santa Rita. Podemos incluir nesse

[1] Frege-moscas: Bras. Pop. Restaurante popular de má qualidade, ger. sujo; frege; tasca. Disponível em http://www.aulete.com.br/Frege-moscas. Acesso em 14 jan. 2020.

conjunto de multas tomadas pelos sujeitos investigados aquelas por falta nas sessões do júri da Corte e por não acender os lampiões da localidade, entre outras.

A freguesia de Santa Rita era uma área formada pelo exercício de diversas atividades e onde estavam sediadas diferentes instituições. Nela funcionavam o Trapiche Mauá, a Praça do Mercado da Harmonia, a Cadeia do Aljube na Rua da Prainha, junto à ladeira do Morro da Conceição, a Escola e o Arsenal da Marinha, o Imperial Colégio de D. Pedro II, o Mosteiro dos frades beneditinos, o Liceu Literário Português, várias igrejas e escolas. Os nomes atribuídos aos logradouros da região onde esteve instalada a escola tem uma história relacionada à chegada de D. Teresa Cristina. Em 1843, ela desembarcou e caminhou, em cortejo real, pelos locais que receberam os nomes de Largo da Imperatriz e Rua da Imperatriz. O cais, também chamado da Imperatriz, construído especialmente para a chegada da nova monarca no lugar onde antes ficava o Cais do Valongo, foi recentemente localizado nas obras de recuperação da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, em 2011. Alvo das reformas de Pereira Passos no início do século XX, ele havia desaparecido da paisagem urbana carioca.

Nas proximidades da "região da Imperatriz" – cais, largo e rua –, estavam situados importantes lugares, como o conjunto de ruas e de acessos ao Morro do Livramento e ao Morro da Conceição, as ruas Larga e Estreita de São Joaquim, a Rua do Príncipe e a Rua da Princesa. O *Almanak Laemmert* registra a existência de um comércio intenso na área, formado por diversos armazéns, fábricas, lojas, escritórios e oficinas de prestadores de serviços como médicos, alfaiates, carpinteiros, mestres de obra, ferreiros, ourives, pintores, entre outros.

A freguesia tinha sido o local onde também desembarcavam escravizados, no antigo Cais do Valongo. Cemitérios de africanos e sítios arqueológicos relacionados à escravidão vêm sendo localizados ultimamente na região, compondo o Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana criado pela Prefeitura do Rio de Janeiro. O próprio Morro do Livramento era parte da "Quinta do Livramento", uma fazenda onde existiam vários escravizados. Segundo relato de Maria Graham, viajante que esteve no Rio entre 1821 e 1823: "Hoje eu vi o Val Longo [Valongo]. É o mercado de escravos do Rio. Quase todas as casas desta longuíssima rua são depósitos de escravos" (Graham apud Honorato, 2008, p. 77).

Figura 16 – Lugar onde ficava o Cais da Imperatriz, antigo Cais do Valongo (Praça Municipal, fotografia de Augusto Malta, 1904, AGCRJ)

Fonte: Lima et al. (2016).

Conhecer a dinâmica da região também nos permite compreender o modo de funcionamento da escola que tem o cotidiano perpassado pelas culturas locais, hábitos e costumes da população. A própria rua onde ficava a Escola de Santa Rita possuía diversos estabelecimentos, principalmente os voltados para venda de alimentos, além de oficinas de serralheiros, marceneiros e sapateiros, entre os quais dois armazéns de secos e molhados de propriedade de pais de alunos da escola (João Baptista Coelho e Manuel Machado Fagundes). Nos logradouros próximos à 1ª Escola Pública de Santa Rita também existiam várias outras escolas, entre públicas e particulares, como pode ser observado no quadro 11, montado com base nos dados do *Almanak Laemmert*:

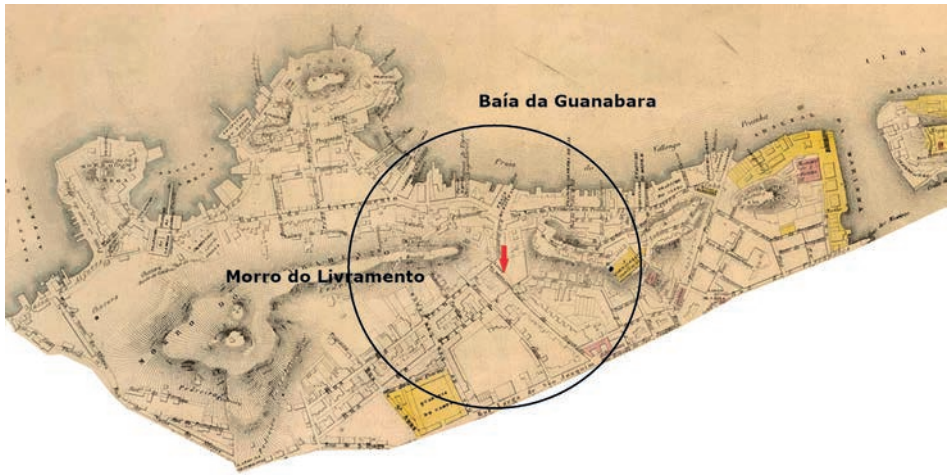
Quadro 11 – Estabelecimentos de ensino nas proximidades da Escola Pública de Santa Rita

Ruas	1850	1854	1860	1864	1874
Largo da Imperatriz			Nº 121 – 1ª Escola pública de meninos da freguesia de Santa Rita (Candido Pardal)	Nº 121 – 1ª Escola pública de meninos da freguesia de Santa Rita (Candido Pardal)	
Rua da Imperatriz	Nº 42 – 1ª Escola pública de meninos da freguesia de Santa Rita (Candido Pardal) Nº 12 – 1ª Escola pública de meninos da freguesia de Sacramento (Joaquim Sabino Pinto Ribeiro) Nº 133 – Colégio de Santa Prisciliana	Nº 121 - 1ª Escola pública de meninos da freguesia de Santa Rita (Candido Pardal) Nº 133 – Colégio de Santa Prisciliana de D. Florinda de Athayde Pestana de Simas Nº 126 – Colégio de meninas de D. Cypriana Augusta Mendes Nº 173 – Colégio de D. Felisberta Augusta Soares Gonzaga	Nº 32 – Colégio das Duas Coroas de D. Felisberta Augusta Soares Gonzaga	Nº 107 – Colégio de São João Evangelista, de Alexandre Baptista Gomes Nº 133 – Colégio de Santa Prisciliana de Maria Angélica Pestana de Simas Eneas	Nº 39 – Externato para meninas de D. Maria Castagnier Ferrez Nº 42 – Colégio de Santa Margarida, dirigido por Margarida Fortunata de Almeida. Nº 82 – Colégio de São Luiz de Pedro Adolpho L'Abbé Nº 101 – Colégio de Santa Maria Nº 107 – Colégio de São João Evangelista, de G Kemp Larbeck
Rua do Príncipe (dos Cajueiros)	S/N - Colégio de D. Rita de Cássia Alcebíades (internas e externas) Nº 128 – Colégio Mercantil de H. G. Cussen Nº 188 – Colégio Escolha da Mocidade de Francisco J.Borges	S/N - Colégio de D. Rita de Cássia Alcebíades (internas e externas) Nº 118 - Aula de Santa Ana, D. Umbelina Maria da Conceição Cruz (meninas)	Nº 102 – Colégio de D. Rosa Joaquina da Silva Braga	Nº 114 – Colégio de Santa Margarida, de D. Margarida Fortunata de Almeida	

Rua da Princesa (dos Cajueiros)	S/N - Colégio de Português e Francês		Nº 79 – 2ª Escola pública de meninos da freguesia de Santana (prof. João José Moreira)	Nº 79 – 2ª Escola pública de meninos da freguesia de Santana (prof. João José Moreira)	Nº 138 – 1ª Escola pública de meninos da freguesia de Santana (prof. Augusto Candido Xavier Cony) Nº 123 A – 2ª Escola pública de meninas da freguesia de Santana (profa. Zulmira Elizabeth da Costa Cirne)
Rua Nova do Príncipe				1ª Escola pública de meninas da freguesia de Santa Rita (Prof.ª Francisca de Paula de Moraes e Lima)	Nº 80 – 1ª Escola pública de meninos da freguesia de Santa Rita (Candido Pardal)
Rua da Saúde			Nº 101 – Colégio de Instrução Primária, dirigido por João Victorino de Miranda Nº 170 – 2ª Escola pública de meninos da freguesia de Santa Rita (prof. José Bernardes Moreira)	Nº 99 – Colégio de Instrução elementar (sistema Valdetaro), dirigido por Manoel Ferreira das Neves Nº 170 - 2ª Escola pública de meninos da freguesia de Santa Rita (prof. José Bernardes Moreira) Nº 211 – Colégio de Santa Sophia, de D. Firma Maria Joaquina da Silva Ramos	Nº 186 – Colégio de Nossa Senhora da Graça de Dona Florisbela da Fonseca Nº 91 – Colégio de D. Rosalina Preciosa de Sampaio

Rua do Livramento	Nº 18 – Colégio de Meninas Nº 122 – Colégio São Pedro de Alcântara, dirigido pelo padre José Mendes de Paiva Nº 17 – Colégio de Santa Cruz	S/N – Colégio de Santa Teresa, dirigido pela Sra. viúva Peixoto Nº 122 – Colégio São Pedro de Alcântara, dirigido pelo padre José Mendes de Paiva	Nº 64 – Colégio da Nossa Senhora da Conceição, de Maria de Jesus da Cruz Santos, filha da falecida professora pública Polucena Maria da Conceição Cruz Nº 39 (na Travessa) - Colégio da Congregação das irmãs alemãs do Sacro Coração de Maria	Nº 21 – 2ª Escola pública de meninas da freguesia de Santa Rita – (prof.ª Delfina Rosa da Silva Vasconcellos)	Nº 122 – 2ª Escola pública de meninas da freguesia de Santa Rita – (prof.ª Theresa Leopoldina de Araújo)
Morro do Livramento			Entrada pela rua de S. Lourenço, Imperial Instituto dos Surdos-mudos, dirigido pelo Rev. padre-mestre Frei João de Nossa Senhora do Carmo	Entrada pela rua de S. Lourenço, Imperial Instituto dos Surdos-mudos, dirigido pelo Rev. padre-mestre Frei João de Nossa Senhora do Carmo	
Rua de São Francisco da Prainha	Nº 4 – Colégio de D. Cypriana Jacintha Mendes				
Travessa das Partilhas		Nº 1 – Colégio de D. Ana Rangel de Bulhões			
Rua da Conceição		Nº 16 – Aula de Comercio da Corte			
Rua Larga de São Joaquim	Nº 203 – Colégio de Português e inglês de Mathilde Constança Keating	Imperial Colégio de Pedro II	Imperial Colégio de Pedro II Instituto Comercial da Corte	Imperial Colégio de Pedro II Nº 94 - Colégio de D. Anna de Castro	Imperial Colégio de Pedro II
Rua Estreita de S. Joaquim				Nº 66 – Instituto Comercial da Corte	
Total	12 escolas	11 escolas	11 escolas	14 escolas	12 escolas

Fonte: Quadro produzido pela autora a partir das informações do *Almanak Laemmert*.

Figura 17 – Perímetro de abrangência do Quadro XI. Recorte da Planta da muito leal e heroica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro

Fonte: Biblioteca Nacional.

A média de escolas existentes ao redor da Escola Pública da freguesia de Santa Rita, divulgadas pelo *Almanak Laemmert*, nesse período, era de doze estabelecimentos. O fato de algumas dessas escolas aparecerem em um determinado ano, mas não no outro, não significa que tenham encerrado suas atividades. Algumas mudaram de endereço, conforme registros do *Almanak*, saindo do perímetro da vizinhança da escola onde lecionava Pardal.

O quadro dá relevo à variedade de instituições, públicas e particulares, para meninos e meninas, de aulas avulsas, de ensino primário, secundário e profissionalizante. O Imperial Colégio de D. Pedro II ficava muito próximo da escola de meninos de Santa Rita, o que facilitava, para o professor Pardal, conciliar a docência entre as duas instituições, juntamente com a cadeira de desenho linear e caligrafia do Instituto Comercial da Corte, que durante um período funcionou no prédio do Externato do Colégio de D. Pedro II. Outro aspecto que se destaca é a alocação das escolas públicas, denominadas de outra freguesia, nas ruas de Santa Rita. Entre os possíveis motivos, estavam as dificuldades de se encontrar prédios mais adequados para instalação das escolas e também a especulação imobiliária na freguesia de origem, o que acontecia, principalmente, quando os proprietários tinham conhecimento de que o prédio seria usado para a instalação de uma escola pública.

O aspecto que se ressalta nas fontes, porém, é o fato de haver uma significativa quantidade de escolas concentradas em uma mesma região no período. Haveria uma demanda da localidade por escolarização? O número de alunos da escola de Pardal também era consideravelmente grande, o que indica que, se não a frequentavam efetivamente, ao menos tinham um interesse pela escola.

A Primeira Escola Pública de meninos da freguesia de Santa Rita

A Escola Pública de meninos da freguesia de Santa Rita – que em 1858 passa a ser chamada de 1ª escola em razão da criação de uma 2ª cadeira na freguesia – mudou de endereço várias vezes, sempre nas imediações do Largo da Imperatriz, até o ano de 1877, quando ganhou um prédio próprio, que hoje é ocupado pelo Centro Cultural José Bonifácio. Não foi possível precisar a data de sua criação, mas, segundo informações de Cardoso (1999), parece que funcionava antes mesmo de 1818, ano em que tomou posse o professor Venâncio José da Costa por causa da morte do professor João Esteves de Araújo. Venâncio pediu remoção para freguesia de Paquetá em 1837, o que possibilitou a entrada de Pardal em seu lugar. Diante disso, emerge a hipótese de que a escola tivesse funcionado como aula régia.

Em 1839, Pardal constava numa lista dos professores que usavam o método mútuo (AGCRJ, códice 10.4.4, f. 3). Alguns anos depois, no entanto, em relatório sucinto ao final da folha de um mapa de alunos de 1855, o delegado da instrução de Santa Rita, José Agostinho Moreira Guimarães, asseverava que o professor, "um dos mais habilitados do Município", seguia o método "misto, de mútuo e simultâneo", com 153 alunos. Segundo o delegado, na escola a

> [...] disciplina é rigorosamente observada, e de tal modo está estabelecida nos hábitos dos escolares que não se achando presente o Professor (como observei em uma das minhas visitas) os meninos guardam toda a regularidade nos movimentos escolares, a decência e aplicação necessárias debaixo das vistas de seus monitores (AGCRJ, Série instrução pública, Códice 14.3.8, 5 abr. 1855).

Entre os motivos de ausência estava a participação em bancas examinadoras, em sessão do júri e aula no Imperial Colégio de D. Pedro II. Nesse sentido, cabe destacar um documento de 1856 em que o professor pede autorização para deixar a escola a cargo de seu adjunto nas tardes de quinta-feira para dar aula de desenho no Colégio (AGCRJ, códice 10.4.37, f. 10). A solicitação foi atendida

e assim nos indica que a escola primária de Santa Rita atendia ao regime de duas sessões diárias, como previsto pelo Regulamento de 1854, e funcionava efetivamente no horário da tarde.

Um quadro chamado "Chave do sistema de ensino" registrado no verso do mapa de matrícula de 10 de janeiro de 1855 apresenta como o professor distribuía os saberes de três áreas pelas dez classes em que organizava os alunos (AGCRJ, códice 14.3.15). Documentos posteriores sugerem que a divisão adotada pela inspetoria era de oito classes (Relatório da IGIPSC de 1872, anexo 4, p.12). No entanto, não foi possível saber se em 1855 estaria em vigor oficialmente uma divisão de dez classes, ou se tal organização tinha a ver com as concepções do professor.

Quadro 12 – Chave do sistema de ensino da escola de Santa Rita

Classes de leitura		**Classes de escrita**		**Classes de contabilidade**	
1ª	Alfabeto	1ª	Linhas retas oblíquas	1ª	Números dígitos
2ª	Monossílabas	2ª	Das curvas	2ª	Dos comp. tos (?) a (dezenas)
3ª	Dissílabas	3ª	Letras de corpos primitivos	3ª	Dos dos (?) (centenas em diante)
4ª	Polissílabas	4ª	Das de dos (?) e asteas superiores	4ª	Adição pequena
5ª	Soletrado	5ª	Das de dos (?) e das inferiores	5ª	Da grande
6ª	Expositor português	6ª	a b c	6ª	Subtração pequena
7ª	Simão de Mântua	7ª	A B C	7ª	Da grande
8ª	Historia do Brasil	8ª	Bastardo	8ª	Multiplicação
9ª	Gramática	9ª	Bastardinho	9ª	Divisão
10ª	Regência	10ª	Cursivo	10ª	Frações em diante

Fonte: Quadro feita pela autora com base em manuscrito do AGCRJ, códice 14.3.15.

O sistema permitia que o aluno fosse classificado em diferentes classes em qualquer época do ano, conforme demonstra os mapas de matrícula. A divisão também fazia parte do esquema do ensino mútuo e tinha a ver com os ritmos de aprendizagem: "O termo classe é totalmente exclusivo da noção da arquitetura ou de espaço. Só é entendido em relação à aquisição e ao conhecimento; a primeira classe é a dos iniciantes, e a oitava é a dos que concluem o curso escolar" (Lesage, 1999, p. 13). Cabe

destacar que Cardoso (2002) levantou documentos a respeito de materiais didáticos do ensino mútuo e localizou uma Decisão de 16 de agosto de 1833 que mandou distribuir nas escolas tabelas de conteúdo para as classes de leitura e de aritmética. As tabelas dividiam os saberes por 16 classes e alguns dos conteúdos são similares aos listados por Pardal, bem como alguns compêndios, como o Expositor Português e Simão de Mântua. Apesar das diferenças, a semelhança existente entre as duas tabelas poderia sugerir uma reelaboração da prática docente, produzida com o passar dos anos e com as mudanças legais, que levasse em consideração experiências de ensino anteriores, como a do sistema mútuo.

Tal procedimento, que não era exclusivo da escola onde lecionava Pardal, favorecia um trânsito fluido de alunos, atrelado à permissão de entrada e saída em qualquer época do ano, não sendo preciso esperar o começo de um novo período letivo para serem matriculados, questão que era uma queixa recorrente dos professores. Quando Pardal se tornou diretor das escolas municipais, implementou um programa de ensino mais elaborado e minucioso, baseado no sistema Rapet, como veremos no capítulo IV, que supostamente atenuaria o problema.

O documento também assinala que: "Além das classes acima mencionadas há ainda as de declamação, doutrina cristã e desenho linear todas formadas pelos alunos da 8ª, 9ª e 10ª classes de leitura e diretamente dirigidas pelo professor". O desenho linear e a declamação não estavam no conjunto de disciplinas obrigatórias do Regulamento de 1854, nem do Regimento de 1855, e podem assinalar uma agência formativa e a importância que o professor dava a esses saberes na escola elementar. Tais saberes eram ministrados nas classes em que os alunos já deveriam ler correntemente, estudar gramática e regência, multiplicação, divisão e frações. No caso da escrita, era o período da transição do uso da letra bastarda para letra cursiva, que era destinada à última classe, como se fosse o fechamento da aprendizagem da escrita.

Figura 18 – Recorte de foto do mapa de matrícula de 02 de abril de 1855 (AGCRJ)

Anno.	Grão de instrucção na epoca da Matricula.			Grão de instrucção na actualidade.			Intelligencia.	Applicação.	Moralidade.	Faltas no trimestre.
	Leitura	Escripta	Contas	Leitura	Escripta	Contas				
1850	1	1	1	10	10	10	M.ta	Bôa	Bôa	0
"	1	1	1	9	8	8	Reg.lar	Pouca	"	0
"	1	1	1	10	10	10	Muito	Bôa	"	16
"	1	1	1	9	7	9	Reg.lar	Pouca	"	0
	1	1	1	7	6	8	Pouca	Nulla	"	0
1851	1	1	1	10	10	10	M.ta	Bôa	"	31
	5	6	1	10	10	10	Soffriv.l	Bôa	"	0
	2	1	1	9	10	9	Pouca	Pouca	"	0
	6	4	1	10	10	10	M.ta	M.ta	"	14
	1	1	1	8	7	8	M.ta	Pouca	"	30
	6	9	4	10	10	10	Reg.lar	"	"	0
	1	1	1	6	6	8	Pouca	"	"	0
	6	4	6	10	10	10	M.ta	Reg.lar	"	0
	1	1	1	9	6	7	"	"	"	11
	1	1	1	6	6	7	"	"	"	23
	1	1	1	5	6	6	Pouca	Nulla	"	6
	1	1	1	10	8	9	M.ta	Bôa	"	0

Fonte: Foto da autora.

Tal aspecto poderia sugerir que os vários alunos que saíam da escola antes da 10ª classe não teriam aprendido as letras bastarda e cursiva. Não obstante, vale considerar as estratégias dos sujeitos para aprendizagem de saberes e técnicas ainda mais em um espaço compartilhado por alunos que estavam em diferentes

fases. Entre eles, vários alunos que estavam na última classe, como podemos observar na figura 18 (esta parte do mapa corresponde aos alunos mais antigos da escola). No entanto, documentos registram que o professor reclamava do fato de muitos pais retirarem os filhos da escola antes de chegarem à última classe.

A mobília e os objetos de uso das escolas eram definidos pelo Regimento Interno de 1855. De acordo com o artigo 7, as escolas deveriam ter: a imagem do "Senhor Crucificado", o retrato do Imperador, um relógio, um armário, mesa com estrado e uma cadeira de braços para o professor, cadeiras para visitantes, bancos e mesas inclinadas com tinteiros fixos, uma ampulheta, mapa do Brasil e da Província do Rio de Janeiro, "um quadro de madeira pintado de preto", esponja e giz para os exercícios de aritmética e ortografia, um quadro ou mapa com o sistema legal de pesos e medidas e dos valores das moedas do Império, quadros para leitura e com modelos de escrita, ardósias, papel, compêndios para os meninos pobres, ponteiros, cabides para chapéus, réguas com guarnição de metal, talha para água e vasilhas.

Entre os livros usados na escola naquele período estavam o Expositor Português, Simão de Mântua e História do Brasil, todos incluídos no âmbito do ensino da leitura. Em outros documentos podemos ver outros livros que passaram a ser usados. O ofício do professor pedindo livros em 10 de dezembro de 1861 (AGCRJ, códice 11.2.3, f. 48) serve como exemplo: 50 volumes de gramática, 30 da História Universal, 30 do Epítome da História do Brasil, 40 dos episódios da História Pátria, 50 da coleção de Fábulas, 50 do Catecismo da Doutrina Cristã e 40 de aritmética. São sete tipos de compêndios usados. Mesmo que nem todos os alunos os usassem, por estarem em diferentes etapas de aprendizagem, consiste em uma quantidade considerável para o ensino de primeiras letras, com destaque para o ensino de história. A quantidade requisitada pelo professor também sugere que não eram poucos os alunos que deles faziam uso.

Os livros eram escolhidos pela Inspetoria Geral; portanto, as outras escolas, a princípio, também poderiam dispor das mesmas obras. Uma reivindicação dos professores era que a Inspetoria, em vez de designar quais livros seriam adotados, aprovasse uma lista geral de livros autorizados para cada saber, deixando a cargo de cada professor escolher quais desses livros seriam usados na sua escola. A medida foi adotada em 1877, por decisão do Ministro do Império, quando foi aprovada a gramática do professor Augusto Cony "sem exclusão de quaisquer livros adotados anteriormente, ficando lícito a cada professor escolher entre as obras aprovadas, a que julgar mais conveniente ao ensino dos alunos" (*O Globo,* 03 abr. 1877).

Para acompanharmos o posicionamento geográfico da 1ª Escola Pública em relação às demais (públicas) da mesma freguesia, apresento o quadro 13, com os endereços das escolas que puderam ser rastreadas por meio do *Almanak Laemmert* e os professores que nelas atuaram por ordem cronológica, com a data de suas nomeações. Cabe alertar que as datas apresentadas possuem uma discrepância de mais ou menos um ano em relação à data real, em decorrência da peculiaridade desse tipo de publicação. Não foram usados os dados dos relatórios da Inspetoria em todos os casos pelo fato de que só passaram a ser feitos a partir de 1855 e por não informarem o endereço das escolas com regularidade. As datas que foram retiradas do *Almanak* estão sinalizadas pela sigla AL.

Quadro 13 – Endereço das escolas públicas primárias da freguesia de Santa Rita

Escola do sexo masculino	Professores com data de nomeação	Escola do sexo feminino	Professoras com data de nomeação
1ª cadeira Rua da Imperatriz, 42 (AL, 1844) Rua da Imperatriz, 121 (AL, 1852) Largo da Imperatriz, 121 (AL, 1856) Largo da Imperatriz, 125 (AL, 1866) Rua Nova do Príncipe, esquina com a da Imperatriz (AL, 1868) Rua Nova do Príncipe, 125 (AL, 1871) Rua Nova do Príncipe, 80 (AL, 1873) Rua Nova do Príncipe, 80 e Rua da Imperatriz, 125 (AL, 1874) Rua do Príncipe, 80 (AL, 1875) Rua da Imperatriz, 70 (AL 1876) Edifício da Rua da Harmonia, (AL, 1878) Edifício da Rua da Harmonia, 62 (AL, 1879) – Onde hoje funciona o Centro Cultural José Bonifácio.	1ª cadeira 1837 - Candido Matheus de Faria Pardal 1874 - Januário dos Santos Sabino 1880 - Antonio José Marques 1889 - Vaga (AL)	1ª cadeira Rua dos Pescadores, 59 (AL, 1844) Rua das Violas, 121 (AL, 1847) Rua das Violas 141 (AL, 1850) Rua d'Alfandega, 133 (AL, 1853) Rua do Fogo, 32 (AL, 1856) Rua das Violas, 95(AL, 1858) Rua da Conceição, 7 (AL, 1861) Rua da Imperatriz, 88 (AL, 1862) Rua Nova do Príncipe, 80 (AL, 1863) Rua da Imperatriz, 103 (AL, 1868) Praça Municipal, 1 (AL, 1874) Rua da Imperatriz, 65 (AL, 1880)	1ª cadeira 1837 - Francisca de Paula de Moraes e Lima 1871 - Maria José dos Santos Lara

2ª cadeira Rua da Saúde, 170 (1858) Largo de Santa Rita, 12 (AL, 1874) Rua dos Andradas, 87 (AL, 1879) Rua da Prainha, 138 (AL, 1882) Rua S. Joaquim, 132 (AL, 1889) vaga	2ª cadeira 1858 - José Bernardes Moreira 1889 - Vaga (AL)	2ª cadeira Rua do Propósito, 19 (1858) Rua do Livramento, 21 (AL, 1861) Rua do Livramento, 64 (AL, 1868) Preenchida (s/e), (AL, 1872) Rua do Livramento, 122 (AL, 1873) Rua do Livramento, 130 (AL, 1875) Edifício da Rua da Harmonia, 62(AL, 1878) – Mesmo prédio da 1ª escola de meninos.	2ª cadeira 1858 - Delphina Rosa da Silva Vasconcellos 1866 - Alcida Brandelina da Costa Seixas 1871 - Vaga (AL) 1871 - Thereza Leopoldina de Araujo (Depois passa a se chamar Thereza Leopoldina de Araujo Jacobina) 1881 - Amélia Emilia da Silva Santos
3ª cadeira – 1871 AL -- Rua Senador Pompeu, 23 (AL, 1882) Rua Imperatriz, 1 (AL, 1889)	3ª cadeira 1871 - Vaga (AL) 1877 - Não mencionada (AL) 1878 - Agostinho José Soares Brazil (AL)	3ª cadeira – Praça Municipal 1D (1872) Largo de Santa Rita, 14 (AL, 1874) Rua da Saúde, 109 (AL, 1878) Rua dos Ourives, 185 (AL, 1789)	3ª cadeira 1871 - Josepha Thomazia da Costa Passos 1872 - Luiza Joaquina de Queiroz Paiva Mendes

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos relatórios da IGIPSC, documentos manuscritos do AGCRJ e no *Almanak Laemmert*.

Os diversos endereços que cada escola ocupou mostram que a mudança frequente devida à falta de prédios escolares fazia com que professores, alunos e pais/encarregados ficassem sujeitos às especulações imobiliárias da época. Escolas e seus atores se viam obrigados a mudar de prédio por motivos variados como inadequação ao espaço (quando não era possível nenhuma forma de ajuste), insalubridade, barulho, má localização, aumento do aluguel, muito dos quais vinham conjugados.

Mas ao mesmo tempo em que a escola mudava de endereço várias vezes, o uso do prédio ocupado pela escola também poderia ter concomitantemente várias finalidades. Uma busca no *Almanak Laemmert* pelo endereço Largo ou Rua da Imperatriz, n.º 121, no período em que a escola estava instalada nele, mostra que o local era utilizado como moradia, comércio, oficina e escola. O uso do prédio como escola pode ser visto antes mesmo da instalação da escola

pública no endereço. Cabe observar que a pesquisa no *Almanak* indica que os endereços Rua da Imperatriz, n.º 121, e Largo da Imperatriz, n.º 121, tratam-se do mesmo lugar. Com exceção da escola, que informava o endereço de forma padronizada, Gregório Corelli que também fazia uso do espaço, ora informava o Largo, ora a Rua, mantendo sempre o mesmo número 121, bem como o endereço do professor Pardal, quando mencionado em outras ocupações.

Quadro 14 – Endereço Largo/Rua da Imperatriz, n. 121 no *Almanak Laemmert* (1852 a 1860)

ANO	Usos do endereço Largo/Rua da Imperatriz, 121
1852	---
1853	Gregório Corelli – preparador de objetos de História Natural
1854	Gregório Corelli – preparador de objetos de História Natural, "com uma riquíssima coleção dos três reinos da natureza". Gregório Corelli – pintor de paisagem e retratista
1855	---
1856	---
1857	---
1858	Residência de David Petra de Barros – capitão-tenente do Corpo da Armada Nacional e Imperial
1859	Francisco José Loureiro aparece na lista de farmácias e boticas com este endereço, sendo que sua residência era na Rua do Costa.
1860	Residência de David Petra de Barros – capitão de fragata
1861	Escritório do médico Antônio José Moreira Guimarães Escritório do médico Emílio Gonzaga Farmácia de Antonio Maurício de Carvalho
1862	Farmácia de Antonio Maurício de Carvalho Oficina do carpinteiro de José Fernandes do Couto
1863	2º andar – endereço do secretário da Companhia de Estrada de Ferro de D. Pedro II José Ignácio de Mesquita Armazém de mantimentos secos de Joaquim José Monteiro de Faria Oficina do carpinteiro de José Fernandes do Couto Nº 121 A – João José Gonçalves (Oficina de funileiros, latoeiros, fundidores e picheleiros)
1864	Armazém de mantimentos secos de Joaquim José Monteiro de Faria Oficina do carpinteiro de José Fernandes do Couto Oficina do carpinteiro de Joaquim Alves da Silva
1865	Armazém de mantimentos secos de Joaquim José Monteiro de Faria Oficina do carpinteiro de Joaquim Alves da Silva

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no Almanak Laemmert.

Contrastando os quadros, observa-se que a posição geográfica da escola, os usos do prédio e os indivíduos que o ocuparam colocam em evidência o espaço que pode ser apreendido a partir de diferentes perspectivas, como a dos sujeitos da cidade, a dos profissionais da escola e a do público atendido. No âmbito dos indivíduos que não eram professores, alunos ou seus encarregados, mas que tinham relação com o endereço, se destaca o artista italiano Gregório Corelli, que parecia estar com condições difíceis de vida, a considerar pela realização de um espetáculo beneficente, organizado por João Caetano, em prol do artista. Teria o professor Pardal cedido uma parte do prédio para abrigar as atividades de Corelli? Pardal havia se formado pela Academia de Belas Artes e, por isso, existia a probabilidade do professor ter contato com pessoas do meio. Corelli também mudou de endereços várias vezes, conforme registros do *Almanak* e a nota de jornal acerca do espetáculo beneficente informa que Corelli estava residindo no endereço da "loja da moradia de Mme Dejean" (*Diário do Rio de Janeiro*, 03 ago. 1857).

No caso dos profissionais da escola, nas fontes pesquisadas, observa-se uma série de conexões entre o professor Pardal e seus colegas da mesma freguesia, algumas sinalizadas no capítulo I. José Bernardes Moreira, que passou a ocupar a segunda cadeira de Santa Rita criada em 1858, atuou com Pardal em bancas examinadoras e comissões de avaliação. Francisca Paula de Moraes e Lima, professora da escola de meninas da mesma freguesia. Josepha Thomazia da Costa Passos era casada com o filho de um ex-adjunto da escola de Pardal. João José Moreira, professor da freguesia de Santana, mas cuja escola, entre 1857 a 1877, ocupou prédio na Rua da Princesa, na freguesia de Santa Rita, foi signatário do Manifesto dos professores de 1871. Ele participava de comissões com Pardal, como a que causou polêmica por reprovar um compêndio para uso nas escolas, e ambos compunham mesa diretiva da Academia Pedagógica. O adjunto José Antônio Campos Lima teve o exame para ingresso no 3º ano avaliado por Pardal e José Bernardes Moreira. O mesmo ocorre em relação às freguesias próximas. Luiz Thomaz de Oliveira, professor da freguesia da Candelária, também estava na mencionada comissão de avaliação de livro. Marcos Bernardino da Costa Passos professor da freguesia de Sacramento tinha sido adjunto de Pardal. Tais professores não apenas se conheciam, mas tinham conexões que se materializaram no movimento docente, na aprendizagem do ofício, na cultura material escolar por meio da aprovação ou rejeição de obras pedagógicas para adoção das escolas públicas.

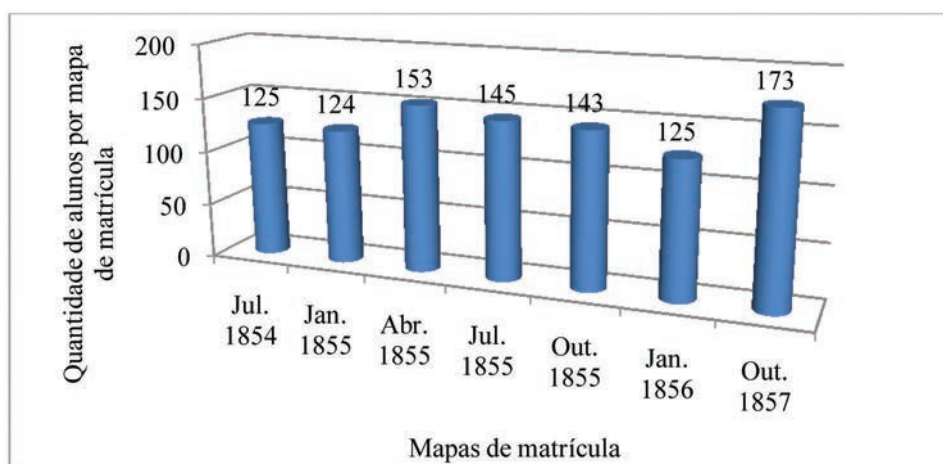
No universo de famílias que buscaram ou tiveram que submeter seus filhos e tutelados à escolarização no prédio da Rua da Imperatriz, n.º 121, cabe indagar: quantos meninos eram e de onde vinham para aprenderem as primeiras letras na Escola de Santa Rita? O primeiro mapa de matrícula, constando uma listagem de alunos da 1ª Escola de Santa Rita, foi localizado durante a pesquisa no AGCRJ data de julho de 1854. Não obstante as "Providências" de 1836 terem instituído anteriormente a organização de mapas como parte da burocracia escolar, a data do documento coincide com o ano da reforma da instrução na Corte em 1854 que determinou a obrigatoriedade da confecção de mapas de matrículas, sendo alguns com periodicidade trimestral e outro anual, a serem remetidos aos delegados da instrução de suas respectivas freguesias. No fim de cada trimestre os professores deveriam remeter "um mapa nominal dos alunos matriculados, com declaração de sua frequência e aproveitamento; e no fim do ano um mapa geral, compreendendo o resultado dos exames, e notando d'entre os alunos os que se fizeram recomendáveis por seu talento, aplicação e moralidade" (Art.66).

Importante peça para compreender o funcionamento escolar, os mapas de frequência, segundo Vidal (2008 , p. 43), eram um expediente similar aos mapas estatísticos que "despontaram, no início do século XIX, como dispositivo de governo, fundando-se em uma prática escriturística que, ao mesmo tempo, nomeava, classificava e hierarquizava os sujeitos e a realidade social". Para Vidal, ao preencherem os mapas, os professores renovavam táticas de sobrevivência profissional, por meio das estratégias de escrita, garantindo a manutenção das escolas e o recebimento de salários. Também construíam "identidades ao trabalho docente e à infância escolarizada", normatizando o exercício profissional e o aluno. Vidal também elenca um conjunto de reflexões possíveis a partir dos mapas:

> [...] a análise dos mapas de frequência permite desenhar aspectos da experiência coletiva de ser professor na primeira metade do século XIX, ela, também, oferece-nos pistas sobre a experiência individual e coletiva de ser aluno – as burlas realizadas; as sociabilidades; as dificuldades de aprendizagem, entre outros –, e das intricadas relações entre escola e sociedade no período (Vidal, 2008, p. 65).

Com intuito de apreender tais questões, bem como de acompanhar a movimentação de matrículas e dos sujeitos escolares da 1ª escola de meninos da freguesia, selecionei um conjunto de cinco mapas trimensais que datam de 10/01/1855 até 25/01/1856 – percorrendo aproximadamente o transcurso de

um ano. Os mapas contêm os campos: nomes dos alunos, idade, nome dos pais ou encarregados, naturalidade, endereço, data da matrícula, grau de instrução na entrada, grau de instrução na atualidade, inteligência, aplicação, moralidade, faltas no trimestre e observações. A partir das informações organizei uma listagem geral como o nome de todos os alunos matriculados (apêndice 6). Foi possível observar que, no decorrer de um ano, houve um total de 202 matrículas. No gráfico a seguir, podemos visualizar o total de alunos de cada mapa. Para efeito de comparação, os dados de 1854 e de 1857 também foram incluídos no gráfico.

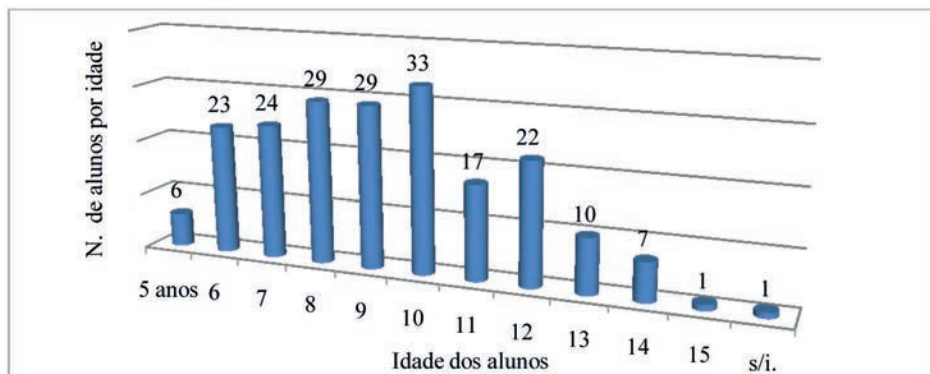
Gráfico 2 – Total de alunos em cada mapa de matrícula

Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos mapas de matrícula de 1854 a 1857 localizados no AGCRJ.

Observa-se que ocorreu uma oscilação no número de matrícula, mas o total se manteve acima dos 120 alunos em cada ano ou trimestre. Um número significativamente alto para uma escola que não funcionava em prédio próprio e que mesclava o ensino mútuo e o simultâneo.

Figura 19 – Mapa trimensal de matrícula da Escola Pública de Santa Rita de 12 de julho de 1855 (AGCRJ)

Fonte: Foto da autora.

A faixa etária dos alunos listados se estendia dos 5 aos 15 anos de idade, distribuídos conforme indicado no gráfico 3. Corresponde ao intervalo de idade permitido pelo Regulamento de 1854: "Art. 70. Às lições ordinárias das escolas não poderão ser admitidos alunos menores de 5 anos, e maiores de 15."

Gráfico 3 – Idade dos alunos no ato da matrícula entre janeiro de 1855 e janeiro de 1856

Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos mapas de matrícula de 1854 a 1857 localizados no AGCRJ.

Havia uma concentração maior de alunos entre seis e doze anos de idade, sendo a mais alta a faixa etária dos dez anos, e uma queda entre os mais novos e os mais velhos. Pode-se cogitar um retardamento na iniciação da escolarização, bem como sua interrupção, em razão da iniciação ou participação das crianças no mundo do trabalho ou das famílias não verem necessidade na continuidade dos estudos, após a aquisição dos rudimentos da leitura e da escrita, conforme sugerido pelos relatos dos professores.

Faria Filho e Bertucci (2009), em uma análise das contribuições de Thompson para uma história social da escolarização, assinalam que "as idades escolares, inventadas e reinventadas sucessivamente pela escola, remetem continuamente para os novos modos de produção de identidades sociais e emergência de novas tecnologias de controle das diversas gerações e das relações entre gerações." (p. 20). Alertam que a recusa da frequência, o encurtamento ou o alargamento da permanência na instituição escolar "não podem ser vistos apenas como o resultado da ação dos imperativos escolares, mas também como uma forma como os alunos e suas famílias interpretam a importância da escola no conjunto de suas vidas" (p. 19). Igualmente ressaltam que a "experiência de ir para a escola nunca foi a mesma para meninos e meninas, alunos/as e professores/as" (p. 19). Segundo os autores, para os meninos, o tempo escolar "compete com o tempo livre das brincadeiras ou o trabalho fora de casa", e, no caso das meninas, "concorre com o aprisionamento no trabalho da casa sob supervisão direta ou indireta da mãe" (p. 19).

A maior parte dos alunos iniciou os estudos em 1854 e em 1855. Nesse grupo havia meninos de idade entre 5 e 15 anos, sendo cinco com 14 anos e um com 15 anos de idade. Mas, alguns meninos faziam o trajeto em direção à escola da freguesia havia vários anos. Três alunos tinham matrícula desde 1849, ou seja, estavam na listagem havia pelo menos seis anos. Eram os dois irmãos de sobrenome Gomes da Costa e o menino Alfredo Candido Pereira de Souza.

O que seis anos de matrícula em uma escola poderia indicar? Todos os três alunos haviam iniciado os estudos na 1ª classe de leitura, de escrita e de contas. Amâncio Lourenço Gomes da Costa estava na 10ª e última classe quando saiu da escola, em 1855, e o motivo registrado no mapa era de que iria seguir estudos superiores. Era classificado como aluno de muita inteligência, boa aplicação e moralidade. Seu irmão, Vicente Lauro, com a mesma avaliação escolar, em 1858, aos prováveis 15 anos, tornou-se aspirante do Quartel da Companhia de Aspirantes a Guardas-Marinhas e depois soldado do Corpo de Artilharia de Mato-Grosso, quando sua mãe pediu sua baixa ao Ministério da Guerra, em 1860, como veremos adiante.

Alfredo de Souza, no mapa de 1856, era classificado como 9ª classe de leitura, 8ª de escrita e de contas, com regular inteligência e aplicação, e boa moralidade. Ele perdeu o pai (que era solteiro segundo jornais) em 1858 e tornou-se guarda do Corpo de Artilharia da Guarda Nacional. Os irmãos Gomes da Costa concluíram os estudos da escola primária e Alfredo, apesar de adiantado, não sabemos se fez o mesmo.

Os seis anos de escolaridade permitiram a Amâncio vislumbrar estudos superiores e a Vicente a carreira militar, aparentemente interrompida a pedido da mãe. Quanto a Alfredo, não foi possível localizar mais detalhes sobre suas ocupações, mas os anúncios de 1858, acerca de arremate do espólio de seu falecido pai, mostram que a família tinha vários escravizados, animais e móveis de valor, bem como as "taxas" das barreiras do comércio, barca de Ubá e Fonte do Desengano (apêndice 7).

Os Gomes da Costa apresentavam como endereço o Morro do Livramento e Alfredo Candido Pereira de Souza, a Rua da Pedreira da Conceição (depois se mudando para Rua Nova do Príncipe, ainda em 1855), áreas próximas à escola. No entanto, o perímetro da área de residência de alunos que buscavam a escola pública do professor Pardal era mais alargado, extrapolando os limites da própria freguesia de Santa Rita.

A maior parte dos alunos morava nas imediações da escola e do Livramento, seja no próprio morro, na rua ou na ladeira que levam o mesmo nome. O Livramento aparece como endereço de 24 meninos e 17 residências – o endereço não corresponde ao número de residências, pois alguns eram irmãos ou parentes. Entre as ruas do entorno da escola, a Rua da Princesa agregava mais meninos (16), com dez residências. A partir da listagem, também organizei um quadro com os logradouros registrados, indicando quantas residências estavam situadas em cada um deles, permitindo entender a distribuição geográfica desse grupo de alunos, pais e encarregados.

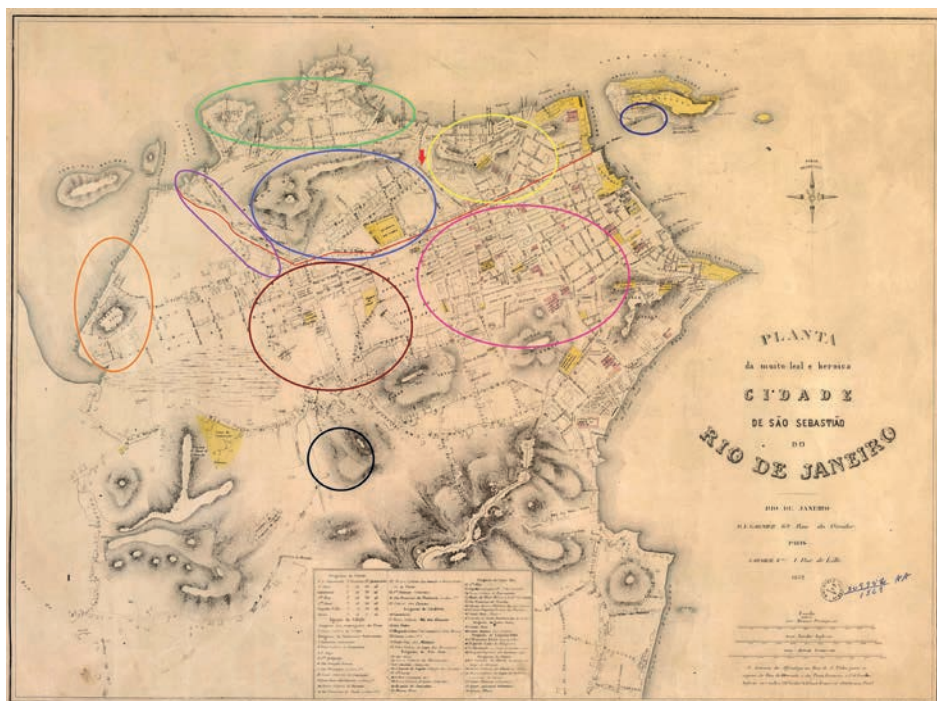
Quadro 15 – Ruas das residências organizadas por ordem de quantidade de alunos

	Logradouro	**Nº de alunos**	**Nº de residências**		**Logradouro**	**Nº de alunos**	**Nº de residências**
1	Rua da Princesa	16	10	14	Rua da Vala	2	2
2	Rua do Livramento	9	5	15	Rua de S. Pedro	2	2
3	Morro do Livramento	8	6	16	Rua de S. Pedro (C.N.)	2	2
4	Rua da Imperatriz	7	6	17	Rua do Aljube	2	2
5	Rua da Saúde	7	4	18	Rua do Conde	2	1
6	Rua do Jogo da Bola	7	4	19	Rua do Fogo	2	2
7	Rua da Alfandega	6	5	20	Rua do Nuncio	2	1
8	Rua da Harmonia	6	3	21	Rua do Pedregulho	2	1
9	Rua das Violas	6	5	22	Rua do Regente	2	2
10	Rua da Pedreira	5	5	23	Rua do S. dos Passos	2	2
11	Rua da Prainha	5	4	24	Rua do Saco d'Alferes	2	1
12	Ladeira do Livramento	4	4	25	Rua do Saco	2	2
13	Praia da Saúde	4	3	26	Travessa das Mangueiras	2	1

27	Rua de S. Diogo	4	4	48	Campo de S. Cristóvão	1	1
28	Rua do Príncipe	4	4	49	Escadinha do Tijolo, Saúde	1	1
29	Beco das Partilhas	3	2	50	Ladeira de João Homem	1	1
30	Catumby Grande	3	2	51	Largo de S. Rita	1	1
31	Largo da Imperatriz	3	2	52	Livramento	1	1
32	Rua da Candelária	3	1	53	Morro de Paula Mattos	1	1
33	Rua do Coito (Rua do Costa?)	3	3	54	Pedra do Sal	1	1
34	Rua Estreita de S. Joaquim	3	2	55	Praia do Saco	1	1
35	Rua Formosa	3	2	56	Rua da Lampadosa	1	1
36	Rua Larga de S. Joaquim	3	3	57	Rua da Pedreira Conceição (?)	1	1
37	São Cristóvão	3	1	58	Rua da Providencia	1	1
38	Beco de João Ignacio	2	1	59	Rua de S. Lourenço	1	1
39	Gamboa	2	2	60	Rua de Sant'Ana	1	1
40	Ilha das Cobras	2	2	61	Rua do Bom-Jardim	1	1
41	Largo da Prainha	2	2	62	Rua do Sabão (C.N.)	1	1
42	Lazareto	2	1	63	Rua do Sabão	1	1
43	Mato Grosso	2	2	64	Rua do SS Sacramento	1	1
44	Morro da Saúde	2	1	65	Rua dos Ourives	1	1
45	Morro do Valongo	2	1	66	Rua do Aterrado	1	1
46	Praia da Gamboa	2	2	67	Travessa do Mato Grosso	1	1
47	Praia Formosa	2	2	68	Sem endereço	12	-

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos mapas de matrícula de 1854 a 1857 localizados no AGCRJ.

Para compreender melhor a distribuição das residências fiz um agrupamento por proximidade de logradouros, no qual registro o nome dos alunos, pais e encarregados, bem como a numeração dos endereços, com o intuito de observar possíveis relações de vizinhança (apêndice 7). A seguir apresento no mapa um esquema de agrupamento de residências que permite visualizar melhor essa distribuição geográfica dos alunos.

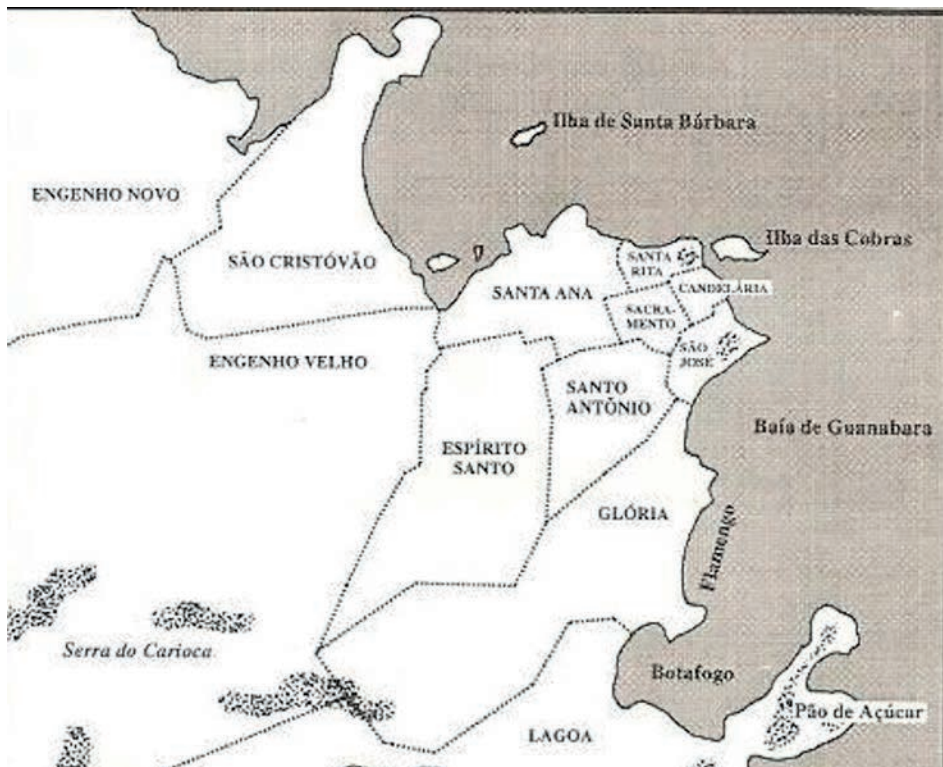
Figura 20 – Esquema de agrupamento dos endereços dos alunos a partir da Planta da Muito leal e heroica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro de 1852

Fonte: Biblioteca Nacional.

Legenda – Número de alunos por localidade

- Imediações do largo da Imperatriz e Morro do Livramento: 59 alunos
- Região situada entre as ruas de São Joaquim e Morro de Santo Antônio: 38
- Região em torno do Morro da Conceição: 29
- Região Portuária em frente ao Morro do Livramento: 26
- Região da Cidade Nova: 15
- Região do Saco do Alferes: 6
- Praia Formosa: 2
- Ilha de Cobras: 2
- Morro de Paula Mattos: 1

Obs.: Um total de 24 alunos não entrou nesse esquema. Nove alunos por residirem fora da área mapeada; três por residirem em rua não localizada; e outros doze alunos não tiveram seus endereços registrados.

O que mais se sobressai na distribuição das residências, e que pode ser visualizado pelo esquema apresentado, é o fato da escola de Santa Rita receber vários alunos da sua freguesia, mas também de toda a região central da cidade e até mesmo de áreas mais afastadas, que não estão contempladas nesse mapa. Importa ressaltar que havia mais cinco escolas públicas para meninos nessa parte da cidade – as das freguesias de Santana, Sacramento, Candelária, São José e Santo Antonio (criada em 1855) no período retratado. Poderia esta situação sinalizar uma preferência dos pais pela escola do professor Pardal em relação às outras?

Figura 21 – Distritos administrativos em 1870

Fonte: Holloway (1998).

A suposição de que as famílias procediam a uma escolha da instituição que iria ensinar aos seus filhos as primeiras letras é uma variável a ser considerada e nos aponta importantes questões sobre o papel das famílias na escolarização dos filhos. A existência desse tipo de prática na Corte está assinalada no relatório

da "Comissão visitadora das escolas públicas e estabelecimentos particulares" que alegava, entre as razões apresentadas para justificar a realização das aulas em uma só sessão, que:

> Nem sempre são os meninos de cada freguesia os que frequentam as escolas das mesmas; os pais conforme as simpatias, as relações, ou a confiança que têm num ou n'outro professor, para ele é que mandam seus filhos, às vezes de muito longe, e para estes é penoso percorrer 4 vezes por dia essa grande distância debaixo de sol ou de chuva, acontecendo, por conseguinte, que deixarão de ir, as mais das vezes, à aula da tarde (Relatório da IGIPSC, anexo 7, 1873, p. 54).

Munhoz (2012) observou fenômeno similar em Paranaguá, onde famílias optaram por transferir seus filhos quando houve a criação de uma segunda cadeira. A autora trabalhou com a hipótese de que a preferência das famílias pelo novo professor se deu pelo fato dele ser um padre, uma vez que a religião se associava a uma expectativa de qualidade de ensino. Nesse sentido, a postura das famílias também contribui para compreendermos a posição da escola na sociedade. Seria a condição da escola dirigida por Pardal atraente para os responsáveis pelos alunos que, por exemplo, residiam na freguesia de São Cristóvão, Santo Antônio e da região chamada de Saco do Alferes, que eram áreas distantes da escola?

Por outro lado, observam-se muitos endereços próximos e a proximidade dos números de certas casas em um mesmo logradouro indica que vários alunos eram vizinhos. João Miguel Salgueiro (7 anos), Simeão Joaquim do Nascimento (10), Alfredo da Sª Serra (6) e o lisboeta Antonio M. da Silveira (10) tinham como endereço a Ladeira do Livramento, nos números 2, 11, 13 e 15. Percebe-se que três deles moravam praticamente um ao lado do outro. Infelizmente, não foi possível localizar mais informações acerca dos responsáveis por meio da pesquisa nos periódicos, apenas o rumo tomado por alguns alunos.

Na rua da escola, da Imperatriz, moravam o baiano Agostinho Borges da Cunha (7 anos), Jesuíno José Pires (11), Manoel Machado Fagundes (8), Euclides da Fonseca Saldanha (14), os meninos Leopoldo Augusto da Câmara Lima (9) e Leopoldo Thimoteo de Carvalho (8), nos números 2, 17, 30, 113 e 114, e também João Baptista d'A. Coelho (6 anos) cujo endereço aparece sem indicação de número, mas que provavelmente deveria ser o número 107, onde funcionava o armazém de secos e molhados de seu responsável, João Baptista Coelho. O já mencionado pai de Manoel Machado Fagundes também possuía

armazém de secos e molhados no mesmo endereço da residência. O responsável por Leopoldo Lima e Leopoldo de Carvalho era "fiel" de obras da Câmara Municipal e depois se tornou escriturário da Diretoria das obras municipais, e o pai de Agostinho Borges da Cunha era ferreiro, trabalhava no Arsenal de Guerra, mas veio a falecer no final de 1855. Comerciante, funcionário público e ferreiro. Três atividades distintas de sujeitos que moravam na mesma rua, cujos filhos frequentavam a mesma escola.

O logradouro com mais alunos em situação de vizinhança é a Rua da Princesa (dos Cajueiros), onde residiam dezesseis alunos (ver apêndice 8). Ela começava na Rua da Imperatriz e terminava na Rua Nova do Príncipe. Os alunos Antônio Cosme Monteiro (5 anos); Joaquim José Alves (9), Firmino de Aquino Brandão (11) e Manoel Theodoro de Lima Ferreira (8) moravam nos números 5, 19, 22 e 24; João José Barbosa (7) e Antonio Bernardes de Monteaury (11) nos números 38 e 40; José Bernarbé do Espírito Santo no número 105; os irmãos Francisco José Ferreira Villaça (7) e João Ferreira Villaça (6), no número 150; os irmãos Francisco da Rocha Paranhos (10) e João Silvestre da Rocha Paranhos (9) no 154, e os cinco irmãos Ferreira Leal no número 156. A ocupação das quatro famílias identificadas também era bem diversificada. Havia procurador, despachante de casa comercial, contínuo (administração pública) e proprietário de pedreira, por exemplo.

Outros exemplos de residência na mesma rua que chamam atenção são aqueles em que o próprio número da casa era igual. Como era o caso dos alunos Zacharia José de Carvalho, Francisco Alves da Silva e André Avelino de Carvalho, cujo logradouro era a Rua do Jogo de Bola – que segundo Rios Filho (2000) possuía esse nome em razão dos jogos praticados por "capoeiras e vagabundos". A residência dos três ficava no número 8, mas tinham responsáveis diferentes. Seria possível cogitar que o endereço fosse um cortiço? Embora tivessem responsáveis diferentes (Leonarda Mariana da Silva, Delfino José da Silva, João José de Carvalho), Zacharia e André possuíam o mesmo sobrenome que o terceiro responsável, e Francisco o mesmo que os dois primeiros, sugerindo que fossem da mesma família. Apesar do estigma trazido por Rios Filhos acerca dos seus frequentadores, os mapas de matrícula de Pardal, que registram mais quatro alunos residentes nessa rua, informam que os meninos tinham boa moralidade, com exceção de José dos Santos, considerado "irregular" pelo professor.

A rua da escola desembocava na Rua Estreita de São Joaquim onde, no número 28, residiam os alunos Francisco Lopes Barbosa (5 anos) e João Francisco Coelho Pereira (12) e o que chama atenção aqui é que o responsável por Francisco

era um padre de mesmo nome, Francisco Lopes Barbosa, e a responsável por João era uma mulher, Deolinda Rosa. O endereço era de propriedade do próprio padre. Ele comprou metade do sobrado de Thomaz Alves de Souza Bastos e de sua mulher em um processo de venda iniciado em 1842 (*Diário do Rio de Janeiro*, 19 dez. 1842). O padre, que era vigário da Vila de Iguassu, onde também era vereador da Câmara Municipal, faleceu em 1855, conforme indica nota de arremate de três escravizados do seu espólio divulgado no *Correio Mercantil* (25 out. 1855). O arremate do sobrado na Rua Estreita da São Joaquim foi anunciado no ano seguinte no mesmo periódico (06 jun. 1856). O aluno Francisco saiu da escola, alegando ir para outra da freguesia, e João faleceu em setembro de 1855.

Em outro caso, dois alunos, Sergio Neves Gonçalves (8 anos) e Carlos Rodrigues de Faria (6), tinham responsáveis diferentes e residiam no número 125 do Largo da Imperatriz, mesmo endereço em que anos mais tarde seria instalada a escola, transferida do Largo da Imperatriz, n.º 121. Uma busca no *Almanak Laemmert* pelo número 125 mostra que várias pessoas já haviam apresentado o lugar como sua residência. Por outro lado, o acompanhamento da trajetória de vida de Luiz Rodrigues de Faria, responsável por Carlos Rodrigues de Faria, mostra que ele mudava de endereço com muita frequência, apesar de trabalhar em ocupações que lhe davam certa estabilidade: amanuense do Consulado da Corte e depois, escrivão do depósito da Marinha.

Casos como o do aluno Perciliano das Chagas Oliveira (7 anos), cujo responsável era o carpinteiro Leopoldino das Chagas Oliveira, que residia na Rua do SS. Sacramento, n.º 4, mesmo endereço de Eusébio de Queiroz, inspetor da Instrução, e de outros endereços que coincidem com os de estabelecimentos divulgados no *Almanak Laemmert* – como o do aluno Luis Giraud, cujo responsável era Giraud Henrique, que residia no mesmo número que o médico Soares Ribeiro e seu filho, tesoureiro das alfaias, na Rua dos Ourives, n.º 225 –, também chamam a atenção e podem indicar o tipo de relações, posições sociais e agências que tais sujeitos possuíam na cidade.

O campo "residência" dos mapas nos permite observar questões que mostram a complexidade da sociedade da época. O processo de escolarização e a necessidade de aprendizagem das primeiras letras faziam conviver sob o mesmo teto, diariamente, durante algumas horas, os moradores de uma rua conhecida pela capoeira e vadiagem, os tutelados de um padre que possuía escravizados, os filhos de comerciantes, de artesãos e de funcionários públicos de baixo escalão. A variedade de ocupações desse conjunto de responsáveis, tratada brevemente

nessa parte que visa compreender a distribuição geográfica dos alunos, sinaliza algumas hipóteses a serem exploradas no próximo item.

Encarregados da matrícula, sujeitos da cidade

Uma análise das famílias dos alunos torna-se indispensável para observar a dinâmica do local e da escola. A investigação em torno das ocupações, atividades e de outros dados diversos acerca dos pais ou encarregados dos alunos permite examinar a maneira como as famílias se inseriam na sociedade e como essa inserção levou-os a buscarem escolarização para os filhos ou tutelados. Ao abordar novos sujeitos e problemas da micro-história italiana, Espada Lima discute como a família se tornou eixo central de análise na compreensão da sociedade camponesa. Em que pese a diferença da realidade no caso brasileiro, as discussões trazem contribuições para este estudo. Questionar os modelos e superar os estudos das famílias como eram realizados pela chamada demografia histórica, segundo Lima, consiste numa dessas reflexões para as quais seria preciso compreender como os ciclos familiares ligavam-se ao ciclo de desenvolvimento e reprodução da sociedade. Assim, não era a família como instituição, "núcleo biológico", que interessava para a análise histórica, mas como um "núcleo de um sistema de relações" (Lima, 2009).

Com intuito de compreender uma parte das histórias de vida dos alunos, familiares e encarregados e seus "sistemas de relações", igualmente procurei rastrear o "fio do nome" (Ginzburg, 1991), utilizando, inicialmente, o *Almanak Laemmert*. Posteriormente, com o acesso aos periódicos do século XIX de modo digitalizado pela Biblioteca Nacional, foi possível ampliar as fontes e obter maior número de dados. Para identificar os indivíduos foi imprescindível realizar o cruzamento das informações obtidas nos jornais com aquelas fornecidas pelos mapas de matrículas, como idade, endereço e naturalidade. Em contrapartida, o enorme quantitativo de dados referentes a um mesmo nome – mas não necessariamente a mesma pessoa – prejudicou a identificação de alguns sujeitos. Assim, apesar do rastreamento do nome de um universo de quase 100 famílias, várias não foram incluídas no quadro de ocupações e atividades pela dificuldade de confirmação da identidade (apêndice 7).

O procedimento de rastrear nomes impôs a reflexão de outra problemática: as práticas de nomeação no Brasil do século XIX. Segundo Rowland, em ensaio do caso português, as práticas de nomeação possibilitavam que os nomes adquirissem um significado, contribuindo para o estabelecimento de uma iden-

tidade social diante de outras pessoas ou grupos. O autor afirma, apoiado nos estudos de Vasconcellos (*Antroponímia Portuguesa,* 1928), que "o nome passa a ter simultaneamente uma dimensão social e uma dimensão moral, articulando as identidades pessoal e social dos indivíduos e contribuindo, assim, para a constituição social e moral da pessoa" (2008, p. 18).

Rowland destaca que a Contra-Reforma Católica e o Concílio de Trento tiveram participação acentuada nos processos de nomeação na Europa. Ao tentar regulamentar o sacramento do matrimônio, foi estipulado que cada pároco deveria manter um livro de registro de batismo e um de matrimônio. Segundo ao autor, quando a igreja instituiu "um registo nominativo de todos os seus paroquianos, tendo em vista a sua fiscalização e identificação genealógica, acabou por dar a todos os nomes um carácter público e contribuiu para a padronização das práticas de nomeação" (2008, p. 32).

No entanto, apesar da tentativa de padronização dos registros de batismo e casamento, Monteiro (2008), em estudo sobre os sistemas de transmissões de nomes nas elites em Portugal, aponta que os sobrenomes usados em Portugal eram aqueles considerados mais importantes. O autor menciona a que a única disposição legal existente era as Ordenações do Reino de Portugal (compilação de 1603, Filipinas), que vigorou até o século XIX tanto em Portugal quanto no Brasil:

> [...] o assunto era aflorado, concretamente no título 92 do livro 5, intitulado "Dos que tomam insígnias de armas, e dom, ou apelidos, que lhes não pertencem". Aí se estipulava, de permeio com muitas outras disposições, que se podiam tomar as armas do pai ou da mãe "e se quiserem tomar somente [estremes] as armas da parte de suas mães, podê-lo-ão fazer", admitindo-se também que alguém fosse chefe de mais do que uma linhagem, o que pressupunha que, pelo menos de uma delas, o fosse por via feminina (2008, p. 50, aspas do autor).

Monteiro relata que tal prática chocava famílias que vinham de países em que os nomes se transmitiam apenas por via masculina e cita um relatório diplomático francês de 1864, no qual consta a surpresa com o fato de que fidalgos portugueses usavam o nome de suas mães quando eram melhores.

> E, poucos anos volvidos (1701), registra-se num escrito inglês que se reporta à população portuguesa em geral: "quando casa, a mulher não toma o nome do marido, antes neste particular existe uma grande liberdade para que as pessoas

> tomem os nomes que lhes agradarem e, por vezes, dois irmãos do mesmo pai e mãe têm apelidos diferentes" (2008, p. 50, aspas do autor).[2]

O autor também ressalta que as mulheres nunca "tomavam o apelido do marido", pois não era prática na elite aristocrática portuguesa. Prática que parece também se dar no grupo investigado neste estudo. A maior parte do conjunto de responsáveis pelos alunos da escola de Santa Rita era formada por homens, mas havia uma significativa presença de mulheres (55), todavia os mapas de matrículas não registraram os sobrenomes de muitas delas.

Monteiro também remete ao caso brasileiro, uma vez que o mesmo padrão poderia ser encontrado nas famílias paulistas dos séculos XVI, XVII, XVIII, com base na genealogia reunida por Pedro Tasques de Almeida Leme (1714[?]-1777):

> Num total de 645 casamentos com dois ou mais filhos dos quais se conhecem os sobrenomes, os que produziram para cima de 3800 descendentes legítimos, observamos que apenas em 8,2% dos casos todos os filhos partilhavam o mesmo sobrenome ou conjugação de sobrenomes. Ou seja, em quase 92% tinham conjugações de apelidos diferentes e em mais de três quartos do total não tinham sequer um apelido em comum. As elites paulistas partilhavam, assim, de forma notória, o modelo de comportamento das elites reinóis. Pode sustentar-se, assim, que, nessa matéria, os modelos portugueses foram transpostos e retomados pelas elites do Brasil colonial (p. 52).

Apesar de o estudo ser, sobretudo, acerca das famílias das elites, o autor traz algumas questões para os casos populares. Uma das discussões era como nomes de famílias das "mais seletas fidalguias" se tornaram comum na população.

> O sobrenome podia ser tomado de uma alcunha (em gerações ulteriores eventualmente transformado em apelido), ter uma origem toponímica (o que parece ser frequente até muito tarde), ser constituído por um segundo nome próprio, ter uma base patronímica ou, por fim, retomar apelidos, tomados dos progenitores, dos padrinhos ou até (no caso de criados ou de escravos) do senhor (p. 54).

[2] A citação entre aspas feita por Monteiro foi extraída de Cox, Tomas e Macro, Cox. Relação do Reino de Portugal, 1701 (coord. de Maria Leonor Machado de Sousa). Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007, p. 280.

A mudança nas práticas de nomeação em Portugal começou no século XIX, protagonizada pelos grupos familiares em processo de mobilidade social ascendente, mais abertos aos valores e comportamentos associados à cultura francesa. A emergência de um novo modelo reforçou a autoridade paternal, sem que as referências maternas desaparecessem (Monteiro, 2008).

O caso dos escravos e libertos também deve ser considerado como parte da lista de nomes da população matriculada nas escolas da Corte. Em estudo sobre práticas sociais e parentesco entre os escravos na fazenda de Santa Cruz no Rio de Janeiro, Carlos Engemann (2002, p. 96) destaca que "se os homens organizam seu espaço por meio de suas relações socioculturais, a expressão social dessa relação pode ter se dado pela troca de sobrenomes". Alerta, ao discutir a adoção do sobrenome dos senhores pelos escravos, que "antes que se pense apenas na adesão ou devoção desses aos seus senhores, é possível postular que essa foi uma 'herança' tomada ao antigo senhor. Um nome, uma identidade no mundo luso-colonial" (p. 94, aspas do autor).

Tais reflexões trazidas por Rowland, Monteiro e Engemann tornam-se importantes para entender a dinâmica de nomeação das famílias, cujos filhos ou tutelados acham-se registrados nos mapas de matrículas, como o fato de que o último nome do filho não ser sempre o mesmo do pai, apesar da comprovação da paternidade – ou ao menos sua assunção - obtida por outras fontes. O próprio caso do professor Pardal se enquadra nesta questão, pois seu pai se chamava Matheus Henriques de Faria e sua mãe Elisa Vieira da Silva, podendo assinalar a adoção do sobrenome pertencente a alguém de importância para a família.

Outras vezes, a questão era o uso do mesmo nome completo por duas pessoas no interior da mesma família. O caso da família Ferreira era emblemático. O pai se chamava José Joaquim Ferreira Leal e os meninos registrados em seu nome eram: José Antonio Ferreira Leal, Antonio Joaquim Ferreira Leal, Joaquim José Ferreira Leal, João Antonio Ferreira Leal e Candido Antonio Ferreira Leal. Não bastasse a similaridade dos prenomes, durante a pesquisa sobre os rumos tomados pelo ex-aluno Antonio Joaquim Ferreira Leal, uma série de dados levantados pareceriam não fazer sentido. O problema apenas foi compreendido com o aprofundamento da investigação e com auxílio da nota no *Diário do Rio de Janeiro* da missa fúnebre do patriarca da família, José Joaquim Ferreira Leal (no qual constava o nome de pessoas da família e seu grau de parentesco) e das listas de qualificação de votantes de 1876 e 1877. Na nota, consta que o patriarca tinha um irmão chamado Antonio Joaquim Ferreira Leal e ambos eram filhos

de José Ferreira Leal. Portanto, havia o ex-aluno chamado Antonio Joaquim, que se tornou professor, e o seu tio homônimo, que era proprietário, e ambos constavam nas listas de votantes.

Nesse caso, as relações de parentesco puderam ser identificadas, mas o emprego do termo "encarregado" – no mesmo campo dos "pais" – nos mapas de matrícula torna ainda mais complexa a análise, pois sugere uma relação sem parentesco com o aluno matriculado. Pode-se cogitar que esse indivíduo fosse uma espécie de protetor, tutor ou mesmo alguém com posição privilegiada na sociedade, a quem os pais poderiam recorrer no intento de garantir uma vaga na escola desejada. Parece ser o caso do Visconde de Baependy – à época, deputado na Assembleia Geral Legislativa –, que consta no campo de pais ou encarregados duas vezes em referência a dois alunos estrangeiros, um da Alemanha, Carlos Prigs, e outro da Ilha de São Miguel (Açores), Manoel Correa da Silva. Por que um visconde se encarregaria da matrícula de dois meninos estrangeiros? Poderia ser ele um agenciador de menores nos moldes discutidos por Martinho (1992) em seu estudo sobre os caixeiros no Rio de Janeiro? A autora aponta que os agenciadores traziam meninos de fora, geralmente de Portugal, pagando suas passagens e mantendo-os em casa até que encontrassem trabalho em algum estabelecimento comercial. As passagens deveriam ser ressarcidas e havia uma cobrança de taxa. Os dois meninos foram matriculados na primeira classe, sendo possível que o alemão não soubesse português. Por outro lado, ter na lista de matrícula um encarregado com título de nobreza poderia representar, para um professor, alguma distinção, troca de favores e também evidenciar as conexões por ele estabelecidas.

No entanto, Carlos e Manoel não eram os únicos alunos estrangeiros. Embora, a grande maioria dos alunos fosse registrada no campo "naturalidade" como sendo do Rio de Janeiro e outros de São Paulo (3), Porto Alegre (1), Bahia (1) e Ceará (1), havia alunos de Lisboa (1), Porto (1), Ilha da Madeira (3), além da Ilha de São Miguel (1) e Alemanha (1), já mencionados. Martinho (1992) também assinala que alguns meninos vinham de Portugal já destinados a estabelecimentos de parentes. Na mesma esteira de reflexão, Vidal (2008b) afirma que, na segunda metade do século XIX, uma onda migratória de galegos e portugueses do Norte de Portugal se deu em direção à América Latina, tendo como um dos destinos, o Brasil. Apoiada em Alves (1994), Vidal igualmente assinala que até 1870 a idade de maior frequência dos emigrantes portugueses era de 13 e 14 anos e que boa parte se destinava às casas de comércio.

Desse modo, chama atenção o fato do aluno de Lisboa, Francisco Ferraz de Macedo (10 anos), ter como responsável Antonio Ferraz de Macedo, proprietário

de armarinho; de Antonio Marques Junior (Ilha da Madeira), cujo responsável era Anna Joaquina Marques, residir em um endereço, Rua da Prainha, n.º 8, registrado no *Almanak Laemmert* como lugar onde também funcionavam três estabelecimentos – uma loja de fazenda e de roupas de João Ferreira da Cruz & C., um armazém de fazendas de Manoel Joaquim dos Reis e um armazém de materiais para obra de Antonio Teixeira de Barros (Al, 1854); de Francisco Antonio Pereira (8 anos) e Manoel Francisco Pereira (10), ambos da Ilha da Madeira. Francisco teve como primeiro responsável Belmiro Borges Pereira e, posteriormente, Antonio Francisco Pereira, o mesmo encarregado de Manoel. O encarregado Belmiro apresenta como endereço nos mapas de matrícula a Rua da Alfândega, n.º 38 que, conforme consta no *Almanak Laemmert*, em 1854, era a residência de E. Volckmar, negociante estrangeiro de importação e exportação e vice-presidente da Sociedade Alemã de Beneficência.

Entre os nomes registrados nos mapas de matrícula, cabem algumas observações acerca do caso de dois alunos. Um deles, de oito anos, estava sem o nome completo e, em cinco mapas, foi registrado apenas como “Amador”, tendo como responsável Francisco José da Silva Santos. O outro, Isidoro Gomes de Faria, nos dois mapas de matrícula em que esteve presente, teve como único dado registrado seu nome completo, sem constar idade, pai, encarregado ou endereço. A ausência desses dados poderia apontar uma situação “irregular” na escola ou na sociedade, como, por exemplo, no caso de escravizados ou filhos de relações ilícitas. O nome Isidoro Gomes de Faria foi localizado na lista de alunos externos que concluíram os estudos primários na escola do Arsenal da Marinha (*Diário do Rio de Janeiro*, 23 dez. 1864), mas não há nenhuma outra informação que permita confirmar tratar-se da mesma pessoa, embora, seja sugestivo pelo fato desse nome não ser muito comum.

O trabalho de rastreamento e de garimpagem dos nomes registrados nos mapas de matrícula podem ser vistos na sistematização feita no apêndice 7. Nele apresento o conjunto de informações obtidas dos sujeitos pesquisados – alunos, pais e encarregados – como ofício, ocupação, participação em associações, cargos ocupados, atividades realizadas e um conjunto diversificado de dados a respeito da vida destes sujeitos.

No entanto, é importante problematizar o quadro de ocupações dos pais organizado a partir de fontes como o *Almanak Laemmert* e a imprensa periódica. Tomando de empréstimo uma reflexão de Espada Lima (2006) acerca da pesquisa de Giordano Levi, podemos observar que é um quadro incompleto e limitado

na medida em que o *Almanak*, por exemplo, privilegiava os comerciantes, proprietários, funcionários da máquina administrativa do governo, associações e indivíduos com peso suficiente para ter seu nome publicado nas páginas desse veículo de propaganda. Mas, por outro lado, também permite "lançar luz sobre o universo de estratégias locais de poder e de relações clientelares" (2006, p. 253) que se pretende colocar em evidência neste estudo.

Ambos os veículos, conforme já assinalado, fazem parte de um processo de escrituração sobre o outro no século XIX e apontam os modos de inscrição dos sujeitos e sobre os sujeitos. Dessa forma é possível observar que os mais pobres ou membros das classes populares aparecem em relatos de crimes e processos, como o carpinteiro Leopoldino das Chagas Oliveira, como veremos ainda neste capítulo. Em torno dos mais abastados prolifera uma escriturística não só nos veículos, mas nas instâncias, como no caso do atuante funcionário público Domingos Thimoteo de Carvalho. Por outro lado, essa escriturística marca também os pertencimentos sociais, como no caso do ex-aluno Manuel Nunes Pinheiro, intensamente envolvido com atividades associativistas. Personagens que possuíam relações com a Escola Pública de Santa Rita e que permitem operar com três tipos sociais para compreensão da organização social da cidade e do poder no período, como veremos adiante.

O recurso da pesquisa na imprensa periódica permite ampliar as possibilidades de investigação, mas ainda assim apresenta certas restrições no que concerne à presença de nomes das classes populares. Uma delas sendo a dificuldade de confirmar a identificação dos sujeitos em alguns casos, como em autos de prisão em que as notas não traziam mais do que o nome completo como informação pessoal. Por causa da possibilidade de homônimos, notas restritas como essas foram descartadas da pesquisa.

Em razão disso, é preciso cautela na análise do resultado do levantamento, bem como evitar generalizações a respeito da configuração do grupo atendido pela escola. Os sujeitos identificados pela imprensa periódica constituem parte autêntica do corpo discente, porém não podem ser usados para determinar o caráter social, econômico e cultural do alunado como um todo, mas apenas em parte. Dessa maneira, devem ser considerados os relatos dos professores, delegados da instrução e demais agentes do governo, registrados na documentação encontrada em arquivos e relatórios a respeito da população atendida, como as famílias pobres que, por sua condição social, não se tornam objeto de registro na imprensa ou aparecem com poucas informações, por vezes imprecisas, o que

impossibilita a confirmação da identidade. A frequência de alunos de origem pobre pode ser confirmada por meio de relatos e documentos, como, por exemplo, os vários ofícios enviados por professores contendo listas de crianças pobres para receberem vestuário e o relatório da "Comissão visitadora das escolas públicas" de 1873, no qual os relatores afirmam que:

> Entre nós, em regra geral, os ricos pagam a um mestre que vem dar em casa o primeiro ensino a seu filho; o remediado manda os filhos para um colégio particular onde recebem a instrução primária e secundária; o pobre esse é que se utiliza da escola pública, e são justamente esses os meninos que não primam pela educação, e que poucas vezes encontram na família os elementos necessários para formação de um bom caráter moral e religioso (Relatório da Comissão, anexo 3 do Relatório da IGIPSC, p. 39).

No mesmo relatório, ao tratar do problema da divisão das aulas em duas sessões que faz com que os alunos não retornem para assistir a aula da tarde, alega-se que:

> Para as famílias pobres, onde a mais restrita a economia é assunto de suprema necessidade, torna-se penoso dividir o jantar comum antecipando o dos meninos que tem de ir para a escola, acontecendo, pois, que ou estes deixam de frequentar a aula de tarde, ou irão para ela sem ter tomado a necessária refeição, o que lhes deve causar sérias perturbações de saúde (Relatório da Comissão, anexo 3 do Relatório da IGIPSC, p. 54).

O professor Costa e Cunha, em 1872, ano em que estava regendo interinamente a cadeira de Santana, embora fosse favorável à coeducação dos sexos, questiona se a escola brasileira e o próprio povo tinham condições de lidar com ela. Ao alertar para os riscos que considerava existir, acabou por nos fornecer alguns aspectos do público atendido nas escolas públicas, confessando até mesmo a presença de escravizados, apesar de proibida por lei:

> Nossa escola pública, como se sabe, está aberta para todos, graças às instituições sábias e livres que nos regem, e tanto tem ali entrada o menino das famílias livres como o das libertas e até das cativas; ora, seja qual for o estado ou a classe do homem livre,

> este não vê jamais com bons olhos seu filho em comum com o escravo de ontem, e, se assim é para o filho, que diremos da filha?
> De sobejo sabemos que o menino, filho do próprio escravo, de bons costumes, é mais digno e estimável do que outra criança de melhor ou mais elevada condição, mas viciosa e perversa; assim pensamos nós outros, assim pensam os filósofos, os filantropos, mas o povo não é filósofo, nem filantropo, – eis aí tudo (Cunha. *Coeducação dos sexos - Discurso relativo ao terceiro ponto, Conferências Pedagógicas*, p. 3, Relatório da IGIPSC, 1872-2A).

Caso similar de alunos filhos de libertos e de escravizados foi localizado por Barros (2005) na Província de São Paulo no relatório de um professor que se queixava de "certos negrinhos que por ahi andão, filhos de Africanos Livres que matriculão-se mas não frequentam a escola com assiduidade, que não sendo interessados em instruir-se, só frequentariam a escola para deixar nella os vicios de que se achão contaminados" (p. 49). Segundo Barros, o professor não discordava que essas crianças fossem educadas. O problema estava em frequentarem a mesma escola onde estavam os "bons alunos". A diferença entre os dois casos residia na forma de abordar a questão por meio do critério de moralidade. Enquanto o professor de São Paulo era avesso à situação, o professor da Corte, apesar de concordar que era algo mal visto, asseverava que o filho do escravo de bons costumes poderia ser mais digno e estimável que a criança de condição mais elevada viciosa e perversa.

Tais relatos, juntamente com o fato da Escola Pública da freguesia de Santa Rita receber filhos ou tutelados de comerciantes, empregados públicos, militares, artistas, denotam a complexidade do público atendido pelo professor Pardal. O resultado da pesquisa nos periódicos também permite observar essa complexidade e os dados organizados em torno de pais e encarregados (apêndice 7) demonstram que exerciam um conjunto diverso de ocupações como sapateiro, cabeleireiro, caixeiro, militares, empregados públicos (amanuenses, contínuos, arruadores, praticantes), negociantes, artesãos, entre outros, e que participavam uma série de atividades que mostravam o envolvimento de tais sujeitos na vida econômica, social, cultural e política da cidade.

Luiz Rodrigues de Faria, pai de Carlos Rodrigues de Faria, de seis anos de idade em 1855, era amanuense da Mesa do Consulado da Corte, cujo primeiro registro localizado data de 1845 no *Almanak Laemmert*. Em 1857, passou a constar como escrivão do almoxarifado da Marinha. Nomeado capitão da segunda

companhia da Guarda Nacional em 1841, foi dispensado do cargo em 1848. Fez parte do conselho de jurados da Corte em vários julgamentos. Em 1844, estava na lista de eleitores da freguesia de Santana. Em 1854, constava como secretário adjunto da Sociedade de Baile Sylphide e, em 1857, numa lista de irmãos e devotos que contribuíram com donativos para o traslado da imagem do Senhor do Bonfim para Irmandade Nosso Senhor do Bonfim (*Correio Mercantil*, 11 dez. 1857). Mudou de endereço muitas vezes, conforme mostram os registros do *Almanak*, e morreu em 1899 (*Jornal do Brasil*, 24 nov. 1899).

O percurso da vida do empregado público Luiz forneceu elementos para organizar a análise das atividades das famílias dos alunos. Luiz passou pelo funcionalismo público de baixo escalão, Guarda Nacional, júri da Corte, atuou no processo eleitoral e em sociedades. Com exceção da profissão, que não era compartilhada por todos, a vida desse pai ou encarregado consegue resumir os processos pelos quais estiveram envolvidos, em maior ou menor grau, vários dos sujeitos identificados em diferentes momentos de suas trajetórias de sobrevivência, ao mesmo tempo em que se cruzam com a trajetória do professor da escola de seus filhos e tutelados. Nesse sentido, apresento a seguir uma reflexão que começa por abordar diferentes ocupações dos pais e que depois que se agrupa em torno dos processos eleitorais, do aparato de repressão (Guarda Nacional, instituições militares, sistema policial, júri) e do envolvimento em sociedades, irmandades e demais instituições de sociabilidade.

Entre negócios, artes e agências

> Em fragrante – Às 11 horas da noite de anteontem o preto Francisco, escravo de F. Batista, foi preso na ocasião em que galgava o telhado da casa n.181 da Rua da Gamboa, onde reside Theodoro Jansen Muller.
> Diário do Rio de Janeiro (8/12/1875)

Theodoro Muller era pai de um aluno de mesmo nome. Não foi localizado nenhum registro de que tivesse escravos, mas, por viver em uma sociedade escravista, Theodoro, mesmo que fosse abolicionista, não poderia evitar passar por situações ligadas ao modo como funcionava a escravidão, da qual faziam parte a própria fuga e a prisão de escravizados que tiveram como cenário o telhado de sua residência.

Não foi possível, por meio das notas de jornais, identificar a cor das personagens investigadas, embora seja conhecida a presença de libertos e até mesmo de cativos frequentando as escolas da Corte. Por outro lado, o comprometimento de pais e encarregados (e de ex-alunos) com o regime escravista é algo notável. Pelo menos onze tiveram escravos. O arremate de espólio foi um recurso que permitiu identificar vários casos.

Outras maneiras de identificação se deram por meio da venda de escravos (Matheus de Oliveira Borges, *Diário do Rio de Janeiro*, 11 jan. 1853); de anúncios de escravos fugidos (João Luis Pereira de Souza, *Correio Mercantil*, 03 mar. 1856); noticiário sobre acidentes, como o escravo remador que quase morreu afogado em um acidente com bote (escravo do mestre de embarcação Pedro José d'Azevedo, *Diário do Rio de Janeiro*, 04 out. 1864) e outro atropelado por um *Tilbury* (escravo do comendador Bernardo Gomes Braga, *Correio Mercantil*, 08 abr. 1860); anúncio de libertação de escravos (Manoel Ferreira dos Santos Lima, *Mercantil*, 19 abr. 1884); convocação de indivíduos intimados a entregarem seus escravos para serem alforriados pelo fundo de emancipação (Adriano José da Silva Braga, *Gazeta da tarde*, 11 fev. 1885); bem como lista de passageiros de embarcações.

O caso do mestre de embarcação Pedro José d'Azevedo chama atenção pelo fato dele ter sido responsável por uma viagem para Angola em 4/12/1839 (*Diário do Rio de Janeiro*, 05 dez. 1838). Pedro era encarregado do aluno Jacob José Lopes, filho de outro mestre de embarcação de mesmo nome. O pai Jacob consta, por exemplo, como mestre da embarcação vinda do Zaire em 05 de dezembro de 1839, um dia após a partida de Pedro para Angola (*O Despertador*, 06 dez. 1839). Tais informações sugerem que ambos poderiam estar envolvidos com o tráfico negreiro.

A centralização das análises no regime escravocrata, conforme apontam alguns pesquisadores, obliterou por muito tempo a investigação em torno dos trabalhadores pobres e livres no Império e suas estratégias de se inserir no mundo do trabalho (Dias, 1998; Badaró Mattos, 2004 e 2007; Carvalho Costa, 2012). No entanto, conforme assinala Badaró Mattos, "trabalhadores escravizados e livres conviviam lado a lado, nas ruas, moradias e locais de trabalho das maiores cidades brasileiras" (2007, p. 4). E ao compartilhar uma série de espaços, em tais circunstâncias, Badaró Mattos defende que não poderia ser considerado estranho que esses trabalhadores, fossem eles escravizados ou livres, "também compartilhassem valores, hábitos, vocabulário, experiências enfim, inclusive de

organização e de luta, ainda que as diferenças entre sua condição jurídica criassem distâncias significativas" (2007, p. 4).

O pesquisador aponta, apoiado em dados de Eulália Lobo, que "em 1822 eram 30 os ramos artesanais e 233 os artesãos localizados na cidade, enquanto em 1852, contavam-se 46 ramos e 991 oficiais e artesãos" (p. 235). No final de 1850, houve uma diminuição dos artesãos decorrente do declínio da corporação, mas provavelmente em razão da absorção desses trabalhadores autônomos pelas fábricas, oficinas e pelo processo manufatureiro. Nas fábricas, era possível encontrar escravizados e livres, estrangeiros e nacionais, homens e mulheres, adultos e crianças, dividindo as tarefas de produção.

No caso dos pais e encarregados investigados, vários tiveram registros no *Almanak Laemmert* constando em ocupações como sapateiro, cabeleireiro, costureira, relojoeiro, carpinteiro, ferreiro, boticário, caixeiro, mestres de embarcação, negociantes e donos de armarinhos de fazenda/roupa, de armazéns de secos e molhados, armazém de materiais para obra, proprietário de pedreira. Ocupações que mais tarde também foram assumidas por filhos ou tutelados.

Em outros casos, com a morte dos responsáveis e o arremate do espólio para pagamento de dívidas ou com a falência dos negócios, os filhos tiveram que buscar alternativas para seu sustento. Também houve situações em que a busca por outra ocupação não teve relação com a falência do negócio. Foi o caso do arremate do espólio do português Antonio Ferraz de Macedo, dono de armarinho e de loja de fazenda e roupa, atividade geralmente associada aos imigrantes portugueses, da mesma forma que os armazéns de secos e molhados (Martinho, 1992). Antonio faleceu em 1871 e a massa falida foi arrematada no mesmo ano. No entanto, seu filho Francisco já estava cursando a Faculdade de Medicina, formando-se farmacêutico em 1867 e médico em 1873. Foi bem sucedido na carreira, tornando-se especialista em antropologia criminal (ver apêndice 7).

Nas famílias dos que se mantiveram na ocupação, podemos citar o pai de Manoel Nunes Pinheiro, José Nunes Pinheiro, que era sapateiro listado no *Almanak Laemmert*. Exercia sua atividade no mesmo endereço fornecido nos mapas de matrícula da escola de Santa Rita e sua produção era voltada para o público masculino. Não foram localizadas muitas informações sobre José, assim como de outros pais artesãos, mas, por outro lado, seu filho que também seguirá a carreira de "artista" aparece em várias notas de jornais em razão de sua intensa atuação nas associações de cunho operário, como será abordado mais adiante. Parece que ambos tiveram experiências distintas com suas ocupações, talvez

motivadas pelas mudanças na dinâmica econômica, social e política do país que se desenrolou nas décadas seguintes e que propiciaram ao ex-aluno ter um outro tipo de engajamento na sociedade.

A única mulher cujo ofício pôde ser identificado foi Fortunata Maria de Mendonça. Ela aparece no *Almanak Laemmert* de 1856, na lista de modistas e costureiras. A identificação das mulheres nas notas de jornais é mais difícil em razão dos nomes que eram muito comuns, tornando complicado distinguir quem seria quem, mas isso não significa que as mulheres não exercessem atividades remuneradas, nem que as mulheres de famílias mais abastadas vivessem na passividade (Dias, 1995). Os nomes que compunham a lista de modistas e costureiras do *Almanak Laemmert* nos dão noção da quantidade expressiva de mulheres nessa ocupação somente na região central da cidade. A presença feminina também pode ser observada na administração de irmandades, da qual a costureira Fortunata também fez parte.

Dias (1995) chama a atenção para o conjunto de mulheres que assumiam negócios e respondiam por dívidas dos maridos após ficarem viúvas, bem como faziam requerimentos nos processos de herança, alegando possuírem capacidade financeira e administrativa de gerir bens e cuidar de empréstimos. Situação similar pode ser vista na Província de Minas Gerais, bem como mulheres chefiando domicílios e responsáveis pelo sustento da família (Gouvea, 2003). Desse modo, Gouvea (2003, p. 4), alerta que

> [...] ao se analisar a posição da mulher na sociedade mineira oitocentista cabe dar destaque às complexas relações entre os domínios público e privado, não entendendo a inserção feminina no espaço doméstico como expressão de uma vivência restrita aos cuidados com a casa e a educação dos filhos, mas a uma indiferenciação entre os serviços domésticos e as atividades remuneradas tidas como femininas, atividades que engendram uma relação com o domínio público da vida social.

No caso dos pais e encarregados homens que faleceram, foi possível identificar algumas esposas cuidando dos seus inventários como Anna Rosa de Jesus Leal, viúva de José Joaquim Ferreira Leal, proprietário de uma pedreira (*Diário do Rio de Janeiro*, 04 abr. 1864, 11 jun. 1864), e Maria Rita dos Santos Ferraz de Macedo, viúva do já mencionado português Antonio Ferraz de Macedo, que, mesmo sem saber escrever, dirigiu uma petição ao juiz de direito requerendo declarar falência dos negócios do falecido e convocando os credores para nome-

ação. O documento foi redigido pelo filho, ex-aluno de Pardal, que assina "Por minha mãe, por não saber escrever" (*Diário do Rio de Janeiro*, 19 set. 1871). Se a viúva não estivesse à frente dos procedimentos necessários para cuidar da "massa falida" do falecido esposo, o filho não precisaria informar que escrevia por ela, pois ele mesmo poderia ter assumido a tarefa.

Votantes, eleitores e partidários: a participação em processos eleitorais e atividades correlatas

Contínuo da alfândega, fundidor da Casa da Moeda, ajudante do Correio da Corte, amanuense da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, empregado do Quartel General da Marinha, guarda da Alfândega. Estas são algumas das ocupações exercidas no "serviço público" pelos pais e encarregados dos alunos da Escola Pública de Santa Rita.

A existência de vários empregados públicos traz à tona a necessidade de discutir a categoria e um aspecto do funcionalismo público no século XIX que tem a ver a configuração do sistema eleitoral que ajuda a compor. Carvalho (2007) em sua conhecida obra *A construção da ordem*, ao tratar da estratificação do funcionalismo público, alerta

> O que não se mencionava no Império era o serviço público como fonte de emprego para a população pobre urbana, em parte talvez por não se considerarem empregados públicos os operários do Estado (os próprios serventes eram pagos com verba de material), em parte pela pequena agressividade desses grupos na época (p. 165).

Apesar de Carvalho mencionar a existência significativa deles, o autor parece não atribuir importância política aos cargos de baixo escalão na "construção da ordem". No entanto, em pesquisa sobre votantes pobres no Império, Dias (1998), ao chamar a atenção para o fato de que a visão que consolidava a hegemonia política das elites no Império na historiografia impossibilitava "documentar a pluralidade, as diferenças, os regionalismos, as conjunturas que envolviam modos de sobrevivência de grupos sociais oprimidos" (p. 57), faz a crítica de que tal concepção

> [...] ocultou por completo a possibilidade do desvendar da experiência de grupos não determinantes nem hegemônicos e das vicissitudes pelas quais passaram no processo de sua nova inserção nas sociedades locais, regionais, para não nos remetermos de novo à própria hegemonia do poder que constituía o país, a nação, o governo (p. 59).

Em tais circunstâncias se inscreve a questão da inserção dos homens livres no eleitorado pobre, abrindo "espaços para estudo das tensões sociais ocasionadas pela sua resistência à política de dominação" (p. 61), perante a qual Dias defende a necessidade de relativizar certos conceitos como o de "clientela paternalista". Para ela, "a condição subalterna e subordinada dos homens livres na sociedade escravista é indiscutível, porém as relações de dependência no conjunto da população dos marginalizados era certamente mais fluida do que deixam entrever alguns autores" (p. 62).

Dessa forma, a mobilidade da população livre dentro no perímetro urbano – costume antes típico das zonas rurais, as chamadas "roças volantes" – é um sintoma desta questão que se transformava "em recursos de resistência à fixação, à dependência pessoal, ao trabalho permanente" (p. 62), ou seja, homens livres sem propriedade viviam em trânsito. O empregado público Luiz Rodrigues de Faria, por outro lado, tinha trabalho permanente, mas seu endereço se alterava com muita frequência. Não tinha residência fixa por muito tempo. Entre as muitas explicações possíveis, a falta de imóveis acessíveis financeiramente poderia ser considerada, mas talvez dependesse de favores pessoais ou investisse em um jogo de favores, mudando conforme fosse mais conveniente.

Visto como problema, essa prática conduz à questão da consolidação do sistema de controle social tornando-se "preocupação das autoridades locais, das juntas de qualificação [de votantes], dos juízes de fora e chefes de polícia em registrar mudanças de domicílio" (Dias, 1998, p. 63), o que funcionava também como um modo de estender as malhas do poder central. Nesse sentido,

> É de particular interesse estudar o fenômeno de arregimentação dessa população pelas elites dominantes e a construção paulatina de recursos administrativos e de leis para cooptá-los à população do Império como cidadãos pobres, porém efetivamente integrados no sistema político, na medida em que formalmente podiam votar (Dias, 1998, p. 67-68).

Para a autora, o patronato interferiu na arregimentação da população pobre por distribuir empregos públicos e criar laços de clientela pessoal, mas ele era contido pelo número menor de cargos públicos nas localidades e províncias, "assim meeiros, escrivães, pequenos funcionários, porteiros e guardas de registro não chegavam a ter a importância decisiva que tinham na Corte" (p. 70).

A ideia de que tais empregados tinham maior importância na Capital do Império nos atenta para a quantidade de sujeitos cooptados na população pobre para ocuparem cargos considerados menores da administração na Corte:

> Em 1864, comentava Alexandre Ferreira Soares o número elevado de pequenos funcionários públicos empregados pelo governo no arsenal da marinha, no Ministério da Guerra, na alfândega, no consulado, na tipografia imperial. Eram o núcleo dos cooptados dentre a massa de desfavorecidos e, com o tempo, definiriam-se como uma classe urbana de intermediários entre os escravos, os libertos trabalhadores de construção, os carregadores, os artesãos mais ou menos qualificados e os operários das manufaturas locais que contratavam trabalhadores nacionais. O poder público arregimentava a população local, os libertos, os mestiços, em vez de recorrer, como fazia a maioria das indústrias, ao trabalho dos imigrantes estrangeiros (Dias, 1998, p. 70).

A inserção de tais sujeitos no processo eleitoral remete à Constituição de 1824 que instituiu as eleições primárias, indiretas, em que votantes, qualificados, escolhiam eleitores. Estes, por sua vez, nas eleições de segundo grau, votavam para o Senado, Câmara dos deputados e Assembleias Provinciais. No âmbito local, também eram eleitos os vereadores e os juízes de paz.

A Constituição de 1824 estabeleceu a idade mínima de 25 anos (21 para casados, militares, clérigos e bacharéis) e instituiu o critério de renda mínima anual de 100 mil réis por ano para ser votante e 200 mil para ser eleitor. A partir da reforma de 1846, o cálculo passou a ser em prata, o que equivalia ao dobro desses valores. Não havia exigência de alfabetização, mas era necessário realizar a qualificação dos votantes que se dava previamente ao dia das eleições, por meio de uma junta formada em cada paróquia, presidida pelo juiz de paz.

> [...] na eleição primária, da qual participavam votantes pobres, as juntas de qualificação sempre representaram o modo como os proprietários e chefes políticos eleitorais manipulavam o poder local, de modo que os costumes de violência eleitoral e de

> recrutamentos arbitrários, que já tinham raízes na sociedade colonial, persistiriam até que a crise da escravidão impôs a necessidade de novos recursos para atrair o trabalhador livre (Dias, 1998, p. 71).

Alguns sujeitos investigados neste estudo compuseram as juntas, participando ativamente da qualificação dos votantes, ou seja, avaliando o direito de votar dos que poderiam ser considerados cidadãos. No mesmo conjunto de pessoas ligadas à escola havia, portanto, aquelas que podiam ser votantes, aquelas que avaliavam quem podia votar, os que não votavam e os que podiam ser eleitores, cujos filhos e tutelados compartilhavam a mesma sala de aula de primeiras letras.

Entretanto, Dias lembra que, em 1881, a lei Saraiva extinguiu as eleições primárias de votantes pobres e proibiu o voto do analfabeto. Carvalho (2007) destaca que o índice de participação nas eleições caiu drasticamente, somente sendo recuperado em 1945. Mas, até 1881, quando houve uma série de mudanças, muitos pais e encarregados do ano de 1855 estiveram envolvidos com o processo eleitoral na Corte, assim como o professor Pardal que era eleitor, constava nas chapas para voto dos votantes, votava nas eleições de segundo grau, participava das mesas de qualificação e esteve envolvido em episódio de violência na disputa entre partidos durante as eleições em 1868, como veremos adiante.

Entre aqueles que foram localizados apenas nas listas de qualificação de votantes estão o já mencionado Luiz Rodrigues de Faria; José Florencio de Lemos, 58 anos, empregado público (*Diário do Rio de Janeiro*, 25 jul. 1876); Theodoro Jansen Muller, 57 anos, empregado público, (*Diário do Rio de Janeiro*, 15 jul. 1876); Manoel José da Rocha Paranhos, 66 anos, empregado público (*Diário do Rio de Janeiro*, 05 fev. 1877); e Diogo Manoel Gaspar, 63 anos, proprietário (*Diário do Rio de Janeiro*, 05 fev. 1877). No caso de ex-alunos, o número é bem maior, 21 votantes, dentre os quais apenas cinco eram empregados públicos.

No entanto, também havia pais que pareciam estar no mesmo patamar político que Pardal, compondo chapa de eleitores, ainda que por partidos diferentes, e fazendo parte das mesas de qualificação, como Domingos Thimoteo de Carvalho, Francisco Joaquim de Nazareth, Joaquim José Pereira de Almeida e Francisco Xavier da Silva Moura. Outros estavam bem acima, eram políticos estabelecidos, como o conselheiro Manoel de Campos Melo e o Visconde de Baependy que haviam exercido, entre outros postos, a presidência de províncias.

Domingos Thimoteo de Carvalho ocupou mais de um cargo público na Câmara Municipal: foi nomeado "fiel das obras" em 1853 (*Correio Mercantil*,

03 nov. 1853), depois escriturário da Diretoria das obras municipais (*Boletim da Câmara*, 1863, p. 15), oficial (*Almanak Popular do Rio de Janeiro*, 1878) e escriturário da repartição de aferição (*O Cruzeiro*, 02 nov. 1878). Também fazia parte dos quadros de repressão. Foi tenente da Guarda Nacional, inspetor de quarteirão da freguesia de Santa Rita (AL, 1854), juiz de paz da mesma freguesia (*Gazeta de Notícias*, 03 mar. 1878) e membro do júri da corte (*O Cruzeiro*, 02 ago. 1878). No âmbito social, foi secretário da mesa de fundação da Irmandade Santa Rita de Cássia (*Gazeta de Notícias*, 24 maio 1878).

Domingos aparece ao lado do professor Pardal em 1852, como suplente dos eleitores da freguesia de Santa Rita, convocados para instalação da mesa eleitoral para escolha de vereadores da Câmara Municipal e de juízes de paz (*Correio Mercantil*, 11 ago. 1852). Em 1855, foi secretário da junta de qualificação da freguesia de Santa Rita (*Diário do Rio de Janeiro*, 25 jan. 1855; *A Actualidade*, 23 jan. 1872). Em 1871, esteve como suplente de secretário, cujo titular era Francisco Xavier da Silva Moura, pai de outro aluno da turma de 1855. Francisco nas eleições de 1872 se tornou presidente da mesa paroquial – da qual Domingos foi secretário –, mas foi denunciado por ser morador da Rua de Todos os Santos que ficava na freguesia de Inhaúma, o que, portanto, o impediria de estar na presidência da mesa de Santa Rita (*A Reforma*, 12 set. 1872).

Domingos ainda exerceu outras atividades eleitorais como a de "escrutador" da mesa qualificação (*Diário do Rio de Janeiro*, 09 set. 1856; *A Actualidade*, 18 jan. 1864) e presidente da mesa qualificação de votantes da freguesia de Santa Rita (*A Actualidade*, 19 jan. 1874). Em 1863, tentou impedir uma infração à lei durante a contagem das cédulas da eleição (*Constitucional*, 12 ago. 1863). Cabe ressaltar que tais cargos foram ocupados por ele mais de uma vez, o que evidencia que o envolvimento de Domingos nos processos eleitorais teve uma significativa duração.

Domingos e Pardal estiveram juntos quando disputavam as eleições pela freguesia de Santa Rita, mas a partir de 1856, Pardal passa a aparecer como candidato pela freguesia de Santana, onde também encontraria, como adversários políticos sujeitos com os quais teve conexão a partir da escola. Depois passou a disputar pela freguesia do Engenho Novo, para onde se mudou após se aposentar.

No entanto, a primeira nota de jornal localizada durante a pesquisa com o nome de Pardal nos processos eleitorais data de 24 de dezembro de 1850 (*Correio Mercantil*) em que ele já aparece nas listas de eleitores, como suplente, o que demonstra que sua atuação nos processos eleitorais é mais antiga. Nos anos que

se seguiram, o professor ora aparecia como eleitor, ora como suplente, ou como membro das mesas eleitorais (escrutador e mesário). Algumas notas referem-se a ele como eleitor pelo Partido Conservador, mas nas suas primeiras aparições localizadas nos jogos eleitorais, como a do ano de 1856, Pardal constava na lista de Zacharias de Góes e Vasconcellos, político liberal, o que demonstra o complexo jogo partidário da época. O resultado da votação elegeu Pardal juntamente com Zacharias, Francisco Joaquim de Nazareth, Visconde de Itaboraí (que tinha sido inspetor da instrução da Corte até o ano anterior, 1855, quando assumiu o cargo Eusébio de Queiroz), e Porfírio José da Rocha, médico e juiz de paz, com o qual se indispôs Francisco Nazareth no ano seguinte. Indisposições e misturas que podem ser compreendidas no âmbito da política de conciliação iniciada em 1853, abarcando os partidos Liberal e Conservador. Pardal aparecia novamente na chapa de Zacharias em 1860, em uma lista publicada – supostamente como provocação – pelo jornal *Correio Mercantil* e intitulada "Chapa Policial de Santana" (22 dez. 1860), talvez pela quantidade de pessoas que ocupavam cargos do aparato de repressão do Estado.

No âmbito partidário, cabe destacar que, até 1864, havia dois partidos, o Conservador e o Liberal, quando então surgiu o Partido Progressista, que se dissolveu em 1868. Parte dos progressistas formou o Partido Republicano, em 1870. Segundo Carvalho (2007), resumidamente, o Partido Conservador era composto pela "aliança da burocracia com o grande comércio e a lavoura de exportação; o Partido Liberal era a aliança dos profissionais liberais urbanos com a agricultura de mercado interno e de áreas mais recentes de colonização" (p. 408). O Partido Liberal tinha como principal demanda maior descentralização do Estado. Na década de 1860, novas reivindicações concernentes às liberdades civis, participação política e reforma social passaram a fazer parte da sua pauta. O Partido Conservador primava pela centralização política, fortalecimento do poder moderador, controle da magistratura e da polícia. Em sua curta vida, o Partido Progressista foi influenciado pelo conservador dissidente Nabuco de Araújo que almejava reformar os processos judiciários, separar as funções judiciais e policiais, além da demanda de maior descentralização. Em 1868, seu programa continha a abolição do Conselho de Estado, da Guarda Nacional, da vitaliciedade do senado, da escravidão e pedia a eleição direta e universal. O Partido Republicano reivindicava o federalismo, "verdade democrática", representação, direitos e liberdades individuais (Carvalho, 2007).

Essa breve descrição dos partidos se faz necessária para compreender a dinâmica da participação dos sujeitos investigados nas eleições na Corte e as

tensões, conflitos e violências que faziam parte do processo eleitoral, bem como dá a ver as intricadas relações existentes entre sujeitos que tinham conexões com a Escola Pública de Santa Rita e seu professor. No final da década de 1860 e início da de 1870, quando Pardal estava vinculado ao Partido Conservador, o tio homônimo de Antonio Joaquim Ferreira Leal foi eleito juiz de paz pelo Partido Liberal na freguesia de Santana (*Correio Mercantil*, 20 set. 1868) e, como "proprietário", constava na lista do Partido Liberal que garantia ser de "liberais distintos" (*A Reforma*, 18 ago. 1872). Pardal parecia ter uma relação mais íntima com a família Ferreira Leal, mas isto não impediu que nessa relação alguns pudessem estar em lados opostos nas eleições, nem que estivessem juntos na mesma nota de jornal para convidarem amigos e parentes para missa de sétimo dia de José Joaquim Ferreira Leal, pai do aluno Antonio Joaquim e irmão de um adversário político de Pardal.

Entre pais e encarregados eleitores, havia os que constavam na lista de eleitores governistas (Francisco Xavier da Silva Moura na freguesia de Santa Rita, D*iário do Rio de Janeiro*, 15 dez. 1860); na lista de eleitores do Partido Liberal (Manoel de Campos Mello, *Correio Mercantil* de 04 ago. 1849, Joaquim José Pereira d'Almeida, *Diário do Rio de Janeiro* de 01 nov. 1856 e Francisco Joaquim de Nazareth, os três na freguesia de Santana, *Correio Mercantil* de 02 ago. 1849); e na chapa do Partido Progressista (Joaquim José Pereira d'Almeida, *Diário do Rio de Janeiro*, 05 ago. 1863).

A polêmica na qual esteve envolvido Francisco Joaquim de Nazareth o motivou a publicar uma nota no *Correio Mercantil* (11 fev. 1855). Francisco questionava a postura do presidente da junta eleitoral, Porfírio José da Rocha, por não ter aceitado a lista do 2° distrito de Santana, enviada por seu respectivo juiz de paz. O presidente considerava que tal procedimento não era da competência desse juiz, pois julgava que isto deveria ter sido feito pelo juiz anterior. No final, Porfírio decidiu aceitar a lista, mas a confusão parece ter custado o emprego de Francisco. Coincidentemente, em 1857, Francisco foi suspenso do cargo de escrivão do juizado da freguesia de Santana pelo juiz de paz Porfírio José da Rocha (*Correio Mercantil*, 09 jan. 1857).

Anos depois, em outra situação que sugere que havia sido reintegrado ao cargo, uma nota denuncia que a demissão do escrivão do juizado de paz da freguesia de Santana, Francisco Nazareth, seria uma "injusta e acintosa vingança" (*Diário do Rio de Janeiro*, 19 fev. 1861). Apesar de nesse momento o juiz de paz ser outro, a nota anônima alega que questões políticas estavam envolvidas

na demissão, em especial membros do Partido Conservador: "Continuem os homens da *ordem* em seu caminho desonesto; satisfaçam seus rancores; tudo lhes é *lícito* fazer, contanto que seus caprichos triunfem, já que perderam a eleição". Entretanto, a carreira profissional e política de Francisco não pôde continuar por muito tempo em razão da sua morte, ocorrida pouco mais de um ano após a demissão (*Diário do Rio de Janeiro*, 11 maio 1862).

Segundo Graham (1995) as eleições mobilizavam o interesse da maioria da população masculina e o resultado "era que as eleições podiam ser eventos populares onde os líderes locais reafirmavam sua preeminência ante uma ampla audiência" (p. 359, tradução nossa).[3] Pardal poderia ser considerado um líder local? Graham também assinala que, apesar dos candidatos a deputados receberem votos apenas dos eleitores, faziam isso por meio de cartas dirigidas aos mesmos e também aos "membros notáveis do povo, cada patrão local demonstrava sua importância induzindo aos votantes, seus clientes, a participar em tumultuosas manifestações" (p. 359, tradução nossa).[4] O resultado disso poderia terminar em alegria generalizada ou em confrontos armados.

Um artigo veiculado pelo *Diário do Povo* (24 set. 1868) nos relata um pouco dessa situação ao criticar o modo violento como os "eleitores conservadores", tendo como exemplo os da freguesia de Santana – a maioria empregados públicos, entre os quais constava Pardal –, agiram no dia da eleição, coagindo em favor de seus candidatos para eleição de deputado. A vertente política do jornal pode explicar o tom áspero do artigo de acusação aos eleitores que

> [...] coadjuvados pelo inspetor geral de obras públicas bacharel Bulhões e seu caudatário Molina de Távora, que ostensivamente faziam pressão na porta da igreja sobre os empregados de sua repartição; sendo aliás todos eles empregados públicos, mais ou menos dependentes do governo.

Não foram somente sobre os empregados públicos, a coação também caiu sobre "votantes operários e guardas nacionais". O relato vai ao encontro da reflexão de Dias sobre a participação de votantes pobres e empregados públicos de baixo escalão que tinham um papel importante nas disputas eleitorais, o que

---

[3] No original: "era que las elecciones podían ser eventos populares donde los líderes locales reafirmaban su preeminência ante uma amplia audiência".

[4] No original: "miembros notables del pueblo, cada patrón local demostraba su importancia induciendo a los votantes, sus clientes, a participar en tumultuosas manifestaciones".

pode ser confirmado pela quantidade de sujeitos mobilizados e pelo tamanho da violência empregada para obrigar os indivíduos a votarem nas suas chapas.

> Os chefes do partido conservador João e Antonio Mello, Castellões e Figanière, montados nesses notáveis caudatários, e auxiliados pelos majores Campos, comandante de urbanos, e Veiga, comandante do batalhão de Santana, postaram-se ao lado da urna e forçavam os votantes operários e guardas nacionais a lançarem nela as listas que por eles ali mesmo lhes eram dadas.

"Montados nos caudatários", referindo-se aos dois subdelegados de polícia e dez inspetores de quarteirão listados nominalmente, entre outros não citados, nomeados pela "política decaída", juntamente com outros seis inspetores que "andavam publicamente dentro da igreja com os chapéus cheios de chapas, impondo e ameaçando por ordem e nome do governo", o artigo recrimina o que chamou de "bacanal eleitoral" promovido pelos eleitores e seus auxiliares que desceram até a mais "abjeta corrupção".

> Se partido fosse forte como se diz e se julga, para obter um triunfo legítimo, não precisaria descer até onde chegou; não se auxiliaria de facínoras, capoeiras, réus de polícia, urbanos e guardas disfarçados; não daria o triste espetáculo que horrorizou a todos os habitantes da Corte [...].

O *Diário do Povo* termina afirmando que o triunfo não foi do Partido Conservador, mas da "fraude de aventureiros ignóbeis que queriam aparentar prestígio e influencia". Apesar da violência ocorrida, os liberais comemoraram a vitória nas eleições, o que demonstra que, mesmo com agressões, havia resistência por parte dos eleitores coagidos. O que chama bastante atenção ao longo do artigo consiste no levantamento nominal dos sujeitos do aparato de repressão mobilizados para a força-tarefa empreendida pelo Partido Conservador, procedimento possível em razão de suas posições na máquina do governo:

> Dispondo de todos os recursos que suas posições oficiais lhes traziam; auxiliados pela polícia de então, que por uma das maravilhas comuns do atual reinado era quase a sua totalidade a mesma de hoje, tentaram derrotar os liberais que resistiram e triunfaram [...].

Tal acontecimento ilustra o fato de que os processos eleitorais tinham íntima relação com o aparato policial e repressor, bem como com a Igreja, local onde eram realizados os escrutínios. Era no seu interior, portanto, que aconteciam os atos de intimidações, violência e conflitos, durante a eleição que, ironicamente, tinha o trabalho iniciado após uma missa rezada pelo pároco responsável.

Pais e encarregados no aparato de repressão: Guarda Nacional, instituições militares, polícia e o júri da Corte

"Portando duas pistolas e um sabre, um apito para chamar reforço preso à jaqueta azul do uniforme firmemente abotoada e chapéu azul alto, sobressaindo à distância, os soldados militares patrulhavam as ruas em pequenas unidades" (Holloway, 1997, p. 165). A descrição da indumentária ajuda apreender as maneiras de se tentar homogeneizar a postura dos sujeitos da polícia militar em serviço, mas quanto à situação social, segundo Holloway, o que se observa é que se tratava de homens de diversas origens. Nesse sentido, insere-se o alistamento de escravizados que se passavam por libertos e que

> [...] sugere a existência de considerável diversidade étnica e racial nas fileiras da Polícia Militar, que aceitava indiscriminadamente negros e mulatos, juntamente com os de origem europeia, inclusive muitos portugueses de nascimento. [...] O que os soldados de polícia tinham em comum, além de saúde razoavelmente boa e condição livre, era a origem na extremidade inferior da pirâmide social – a mesma categoria social que era o alvo principal da ação policial (p. 163).

Alguns sujeitos pesquisados tinham ligações tanto com os processos eleitorais quanto com o aparato de repressão. Ligações que também se davam no âmbito da governança. Segundo Dias (1998), a partir de 1846, as juntas de qualificação de votantes passaram a controlar também o recrutamento: "os vadios, os pobres, os desocupados, os que não tinham sequer condições de ser votantes, eram recrutados para o exército de linha" (p. 68). Recrutamento que fazia parte do protocolo de uma série de instituições.

Os anos situados entre 1833 e 1841 foram considerados por Holloway (1997) um período de transição no aparato de repressão no Rio de Janeiro. Para o autor, em 1833, as três vertentes formadas com a instalação da Secretaria de Polícia – a Guarda Nacional, a Polícia Militar e as primeiras instâncias judiciais

(juízes de paz, seus inspetores de quarteirão e chefes de polícia) – partilhavam funções e tinham limites imprecisos de autoridade, gerando tensões e disputas entre os grupos de repressão.

A Polícia, criada em 1831 para substituir a Guarda Real de Polícia, tinha muitos problemas para preencher suas fileiras, mas sua força tinha grande valor para o governo. No ano de 1833, sua "principal tarefa política, pelo menos na capital do Império, era garantir que as eleições para vereadores da cidade, juízes de paz e membros do Colégio Eleitoral correspondessem de maneira favorável aos interesses da facção no poder" (Holloway, 1997, p. 152). Apesar do uso "partidário",

> As rivalidades políticas atingiam um ponto crítico nas eleições para a Câmara Municipal da cidade e os cargos de juízes de paz, quando então patrulhas da Polícia Militar montavam guarda para impedir que grupos de partidários, muitas vezes armados de porretes, ferissem os eleitores que se opunham a "seus sentimentos" (p. 154, aspas do autor).

Segundo o autor, a reforma de 1841 alterou a estrutura institucional do sistema de policiamento da cidade e despojou de autoridade política os juízes de paz, que não poderiam mais acusar nem sentenciar. Seu sucessor funcional em termos de autoridade e território foi o subdelegado de distrito. Cada província teria um chefe de polícia. No Rio de Janeiro, ele era nomeado pelo Imperador e prestava contas ao Ministro da Justiça, indicando os delegados e subdelegados, a serem nomeados também pelo Imperador, e estes últimos indicavam os inspetores de quarteirão para serem submetidos à aprovação do chefe de polícia.

> Pela reforma de 1841, os chefes de polícia, delegados e subdelegados tinham plena autoridade, no âmbito das violações das posturas municipais e de todas as contravenções, para expedir mandados de busca e apreensão, efetuar prisões, incriminar formalmente, determinar fiança, conduzir audiências judiciais sumárias, pronunciar sentença e supervisionar a punição – tudo isso sem a intervenção de qualquer outra autoridade (Holloway, 1997, p. 158).

Os subdelegados eram distribuídos pelos distritos e podiam nomear "oficiais de justiças" para assisti-los ou para agradar amigos com um cargo que não era remunerado, mas que dispensava do serviço na Guarda Nacional. Entretanto, a

menor divisão administrativa era o quarteirão, do qual um morador era nomeado "inspetor de quarteirão", também não remunerado e subordinado aos subdelegados, cujo papel era "ficar alerta às atividades suspeitas, maléficas ou ilegais em sua jurisdição local, efetuar prisões em flagrante e atender ao pedido de ajuda de outras autoridades, quando necessário" (p. 161).

Francisco Xavier da Silva Moura, várias vezes mencionado neste estudo, foi suplente do subdelegado da freguesia de Santa Rita (1874), assim como o professor Pardal, suplente do subdelegado do 2º distrito da freguesia de Santana (*Diário do Rio de Janeiro*, 24 set. 1861). No ano seguinte, Pardal assumiu a condição de subdelegado e publicou nota sobre dia e horário de atendimento do posto, e o local, sua residência na Rua da Imperatriz, n.º 125, ou seja, o mesmo endereço da escola (*Correio Mercantil*, 16 set. 1862).

À condição singular do professor Pardal nesse momento se atribui grande poder simbólico. A combinação entre escola, subdelegacia de polícia e residência aproxima ainda mais os vínculos existentes na convenção estipulada entre os sujeitos que educam e os que devem ser educados, os que vigiam e os que devem ser vigiados, os que punem e os que devem ser punidos. Cabe lembrar que os sujeitos do aparato da instrução pública podiam recorrer àqueles do aparato policial para fiscalizar e obrigar aos pais e tutores a enviarem seus filhos para a escola. Mas, e se os aparatos coexistissem no mesmo espaço? Nesse caso, o professor Pardal encarnava na mesma pessoa, sem sair de casa, as funções de ensinar, vigiar e punir, constituindo de tal forma uma primorosa tríade de ações que iam perfeitamente ao encontro dos esquemas da governabilidade engendrados pelo Estado Imperial.

Para realizar tal tarefa, o professor contava com o auxílio dos inspetores de quarteirão. Das listas dos mapas de matrículas de 1855, nenhum pai ou encarregado esteve sob a chefia de Pardal na função de subdelegado de Santana, mas cabe destacar a presença de um colega, também professor público primário ocupando, a função de inspetor de quarteirão na freguesia nesse período, Antônio Estevão da Costa e Cunha. Colegas de profissão, mas com outra condição hierárquica no aparato policial da cidade.

No entanto, foi possível encontrar pais e encarregados nomeados para a função de inspetor de quarteirão na freguesia de Santa Rita: Francisco Xavier da Silva Moura (1850), Domingos Thimoteo de Carvalho (1854) – ambos, como pode ser visto no levantamento da pesquisa, exerceram juntos mais de uma atividade – e Manoel Antonio Mafra (1862).

Entre outras forças de apoio à polícia estavam "vigias de parques, fiscais do comércio e guardas de edifícios públicos e outras instalações, cuja autoridade era muito restrita. Os guardas municipais não estavam integrados na hierarquia da polícia, embora pudessem ser considerados auxiliares" (Holloway, p. 165). Fizeram parte de tais cargos Domingos Monteiro da Silva, primeiro como guarda da Alfândega (*Diário do Rio de Janeiro*, 18 abr. 1846) e depois guarda vigia da freguesia de Santana (*Boletim da Ilustríssima Câmara Municipal*, 1862, p. 15; *Correio Mercantil*, 14 maio 1863); João José Rebello, guarda de segunda classe da Alfândega da Corte (*Correio Mercantil*, 05 fev. 1858); João Luis da Costa Oliveira consta como guarda da Alfândega de primeira classe em 1858 (*Correio Mercantil*, 05 fev. 1858), mas há uma nota de jornal de 1851 sobre uma apreensão de dez carneiros na Praia do Peixe feita por ele, enquanto guarda da Alfândega (*Diário do Rio de Janeiro*, 05 set. 1851).

O responsável pelo aluno Luís Antunes Ferreira, João José Alves Ferreira, foi fiscal de várias freguesias. A primeira identificada foi a de São José, na qual tinha como suplente o professor público primário da escola da freguesia de Sacramento Polycarpo José Dias da Cruz (*Diário do Rio de Janeiro*, 08 mar. 1855). Depois aparece como fiscal da freguesia de Santana (*O Correio da Tarde*, 16 fev. 1857), assinando vários anúncios nos jornais a respeito das normas estabelecidas pela Câmara em vários quesitos, bem como anúncios de arremates, como o do "cavalo russo pombo pintado" apreendido no Campo do Senado (*O Correio da Tarde*, 19 nov. 1857) e a norma de proibição do entrudo em fevereiro de 1857. Nessa última nota, informa as multas aos infratores, a punição de prisão para os escravos e a ameaça de inutilização das "laranjas de entrudo" que eram feitas de cera com perfume, nem sempre agradável, lançadas em "guerras" e comumente atiradas nos transeuntes (*O Correio da Tarde*, 17 fev. 1857). No caso desse festejo, João José estava do lado de quem deveria proibir o evento, mas, como veremos no próximo item, ele também esteve do lado de quem organizava e anunciava festas populares.

Em 1858, João José foi nomeado fiscal de Sacramento, cuja posse foi anunciada em nota assinada por "Os justos do Sacramento", direcionada ao vereador da freguesia. A nota o agradecia por nomear um fiscal que "tantos serviços prestou na freguesia de Santana" e assim não consentir que o antigo fiscal, "barra de chumbo revestida de autoridade", "percorresse as ruas armado de bengalão insultando, provocando, desrespeitando tudo como um possesso, sem rédeas, sem governo, sem temor!" (*Correio Mercantil*, 27 maio 1858). João José parece ter construído uma boa fama ou reunido bons contatos, a contar pela

nota e pela apresentação concedida por João Caetano dos Santos, no Teatro de S. Pedro de Alcântara, em benefício da viúva e dos filhos, após sua morte (*Correio Mercantil*, 22 fev. 1859). Uma ação de caridade que certamente fracassaria caso houvesse antipatia da parte do público, como no caso do antigo fiscal execrado pelos moradores de Sacramento.

Outra força auxiliar da polícia era a Guarda Nacional, criada em 1831 para substituir as milícias paramilitares, com o dever de defender a Constituição, a integridade da Nação e ajudar o Exército na defesa das fronteiras do país (Holloway, 1997). O serviço não era remunerado e as dispensas eram decididas por juntas presididas pelos juízes de paz, o que dava aos ricos e poderosos, seus filhos e protegidos grandes chances de serem dispensados. Dessa forma, emergia uma incongruência, pois o "serviço na guarda visava a estender a responsabilidade pela defesa da propriedade e da ordem social aos membros da sociedade que tinham interesse em manter o *status quo*" (p. 89), mas, na prática, essas pessoas evitavam o serviço e com isso

> No Rio, esse ônus recaiu de forma desproporcional sobre pequenos comerciantes, artesãos, empregados de escritório e demais membros da pequena burguesia, que eram economicamente privilegiados no contexto relativo da sociedade, mas não tinham influência, diretamente ou por meio de algum pistolão, para obter a dispensa (p. 89).

A nomeação também atingiu os sujeitos da escola de Santa Rita. No conjunto estudado, havia capitão, tenente, sargento e alferes. Entre os pais e encarregados, Luiz Rodrigues da Silva foi capitão da segunda companhia da Guarda Nacional da Corte (*Diário do Rio de Janeiro*, 06 out. 1841); Alexandre Soares Pinheiro, relojoeiro, tenente da Guarda Nacional (*Diário do Rio de Janeiro*, 14 jun. 1839); Domingos Thimoteo de Carvalho, tenente secretário do conselho de qualificação da Guarda Nacional da Ilha do Governador (*Diário do Rio de Janeiro*, 20 mar. 1851); Francisco José Ferreira Villaça, 1.º sargento do 4.º batalhão da Guarda Nacional (*Diário do Rio de Janeiro*, 16 nov. 1844) e pede para ser nomeado alferes da Guarda Nacional da Corte (*Diário do Rio de Janeiro*, 15 nov. 1847); Joaquim José Pereira d'Almeida, alferes do corpo de cavalaria da Guarda Nacional (*Diário do Rio de Janeiro*, 05 dez. 1839); Visconde de Baependy,

tenente-coronel da Guarda Nacional (1832);[5] Comendador Bernardo Gomes Braga, capitão da Guarda Nacional (AL, 1857).

Importa considerar, também, a instância responsável por julgar aqueles que eram acusados ou presos pelos agentes de repressão e que poderiam ser levados ao Júri da Corte. O conselho de jurados fazia parte da organização judiciária instituída pelo Código do Processo Criminal de 29 de Novembro de 1832 e reformada em 1841 (Flory, 1986).

Eram julgados aptos para serem jurados os que pudessem ser eleitores, soubessem ler e escrever, tivessem rendimento anual de quatrocentos mil reis, ou emprego público, ou o dobro do valor quando o rendimento proviesse do comércio ou indústria. As listas de jurados eram organizadas pelos delegados de polícia e enviadas ao juiz de direito que com o promotor público e o presidente da Câmara Municipal formavam uma junta de revisão para compor uma lista geral dos jurados, excluindo os indivíduos conceituados por não terem bom senso, integridade e bons costumes, e os condenados por determinados crimes (Flory, 1986).

Flory (1986) aponta que, no Código de 1832, o sistema de jurado, marca do liberalismo, foi considerado um princípio de participação popular aplicado ao judiciário e visto como um ataque à elite judicial. Com a reforma de 1841, os reformadores conservadores procuraram assegurar que a maioria dos jurados estivessem dominados por proprietários de terra e por servidores públicos, em razão dos laços de dependência com o governo, o que se refletia na seleção dos jurados, que se dava em todos os níveis por pessoas nomeadas pelo governo.

Alguns pais e encarregados responsáveis por vigiar e com atribuição de efetuar prisões, como juiz de paz, inspetores de quarteirão, vigias e membros da Guarda Nacional, também fizeram parte do júri da Corte – como o já mencionado Domingos Thimoteo de Carvalho, que ao longo de anos foi eleitor, membro de juntas de qualificação, escrutador de mesa eleitoral, tenente da Guarda Nacional, juiz de paz, inspetor de quarteirão, fiscal e oficial da Câmara Municipal. Domingos estava comprometido com vários níveis do governo da população, das eleições ao aparato policial, passando pelo julgamento no sistema judiciário. Reflexão similar pode ser atribuída ao professor Pardal que também participava dos conselhos de jurados. Desse modo, pode-se acrescentar mais um verbo às atuações de Pardal na sociedade: ensinar, vigiar, punir e julgar.

[5] Site da Câmara dos Deputados, Presidentes da Câmara dos Deputados, disponível em http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/braz_gama1.html. Acesso em 14 fev. 2020.

Entre os pais, foi possível identificar um que passou pelo júri não como jurado, mas como réu. O caso do carpinteiro Leopoldino das Chagas Oliveira, pai de Perciliano das Chagas Oliveira, que na época tinha nove anos, recebeu um longo relato no jornal *Correio Mercantil* (24 set. 1857), na sessão chamada "Crônica Judiciária". O relato começa em tom jocoso:

> Acabei de tratar do processo de um carpinteiro, e vou ocupar-me do de outro carpinteiro, e, coincidência notável, ambos acusados do mesmo crime!
> A história que vou contar agora é muito curiosa, e se deu água pela barba ao acusado Leopoldino das Chagas e Oliveira, vai pôr meia dúzia por aí às carreiras. Aqui realiza-se a verdade do adágio – *vira-se o feitiço contra o feiticeiro* (grifos no original).

O autor do texto relata que Joaquim Proença contratou Leopoldino para fazer uma obra por 600$000 e solicitou também algumas madeiras no valor de 250$000. Proença conseguiu de Leopoldino um recibo para apresentar ao seu padrinho e obter a quantia, já que não a possuía naquele momento. Leopoldino encomendou as madeiras a uma terceira pessoa, Manoel Joaquim Nogueira. Uma vez que não havia recebido o dinheiro de Proença, avisou a Manoel para não entregar a encomenda mesmo que apresentasse o tal recibo que ele havia passado de boa fé. Proença foi buscar as madeiras, mas Manoel já prevenido não as entregou. No mesmo dia, Proença foi à delegacia dar queixa contra Leopoldino por crime de estelionato. Feito o processo, foi emitido o mandado de prisão de Leopoldino que, ao ser abordado por "filantes" de Proença, implorou para não ser mandado para "correção" e acordou o pagamento de 1:000$ para ser "deixado em paz". Ele se dirigiu, então, à botica do irmão no Engenho Velho, com o qual não conseguiu a quantia, e depois encontrou um amigo que o forneceu 900$. De posse do valor, Proença se reuniu na casa de José Thomaz de Aquino, onde fez um "contrato" em que registra que "conchavado, contratado e convencionado" com Leopoldino, desistia da queixa contra o carpinteiro por este ter vendido a ele madeira que não tinha sido paga, "salvando deste modo de uma prisão na casa de detenção a um brasileiro pai de família".

Pelo relato, podemos ver o sufoco pelo qual passou o carpinteiro diante de um empregador que agia de má fé, contra o qual parecia estar impotente ou em desigualdade de condições para requerer justiça. Nesse caso, a solução encontrada foi pagar para não ser denunciado por um crime que não cometeu, contando

com a ajuda de laços de solidariedade e, com isso, evitar um prejuízo maior, ser condenado, preso e impossibilitado de ganhar o sustento de sua família.

O relator descreve que Leopoldino "supôs-se escapo; mas a justiça que não faz contratos, fez-lh'o passar pelo desgosto que ele com razão procurou evitar. Levou-o a correção, e dali ao júri". Ele então transcreve resumidamente o que ocorreu na sessão. O promotor destruiu a alegação de Leopoldino de que teria passado o recibo de boa fé, "para o que convinha considerá-lo muito simplório, senão estúpido". Mas, Dr. Russell –provavelmente um advogado – examinou peça por peça dos autos e "deixou a toda luz a inocência de Leopoldino e a imoralidade que ressumbra do processo, que pasmou a todos". O juiz de direito, de acordo com o voto unânime do conselho de jurados, absolveu o carpinteiro.

Apesar dos prejuízos que teve por ter sido preso, o final terminou a favor de Leopoldino, graças à astúcia do Dr. Russell e a decisão do júri. Chama atenção o empenho em inocentar um trabalhador que não tinha recursos nem para pagar o "suborno". A crônica traz a lista dos jurados que compunham o conselho que absolveu Leopoldino. Na lista não havia nenhum dos personagens investigados na pesquisa, embora também pudesse ser composto por outros trabalhadores, ou empregados públicos de baixo escalão, possivelmente mais sensibilizados com o problema, como os vários outros pais que fizeram parte do conselho de jurados: o fiscal de freguesia João José Alves Ferreira, o guarda da alfândega Domingos Monteiro da Silva, o escrivão Francisco Joaquim de Nazareth, o reposteiro Francisco José Ribeiro de Oliveira, o arruador Manoel José de Serpa, o mestre de embarcação Jacob José Lopes, o cabelereiro José Pinto Ramos, o escrivão Jacintho de Souza Ribeiro Guimarães e o empregado público (cargo específico não localizado) José Florencio de Lemos.

A presença repetitiva dos nomes de alguns pais ou encarregados nos leva a refletir, a partir de Carvalho (2007), que ocupar vários postos em diferentes locais traria experiência política. A mesma prática poderia se dar em escala reduzida, pois é possível observar sujeitos transitando por diferentes funções não apenas no âmbito da freguesia que residiam, mas também em outras. A circulação geográfica e a alternância de cargos em pequena escala trariam uma *expertise* administrativa e política em nível local e poderiam ser encaradas, por tais sujeitos, como importantes conquistas ou satisfazer as ambições daqueles que eram impedidos de almejar altos postos, em razão de sua condição social e econômica. Embora não tivesse poder suficiente para uma grande mobilidade social, poderiam adquirir importância, liderança ou distinção locais.

Por outro lado, como Ilmar Mattos (1994) assinala, importava integrar segmentos sociais subalternos nas instituições que o Império forjava, como a Guarda Nacional ou "faze-lo participar das associações políticas que procuravam estender os braços do partido representado pela Coroa" (p. 268), ou seja, difundir a "civilização" consistia em garantir a adesão a uma ordem

> [...] de um determinado conjunto de homens livres que não derivavam diferentemente dela, embora dela não deixassem de depender: notários e subdelegados de polícia; pequenos comerciantes e empregados públicos; clérigos e professores; e até mesmo um Cândido Neves – personagem do conto 'Pai contra Mãe' de Machado de Assis – que, premido pela pobreza, tornara-se 'pegador de escravos fugidos', passando a sentir-se 'bastante rijo para por ordem à desordem' (p. 269, aspas do autor).

O levantamento em torno dos pais e encarregados dos alunos da escola de Santa Rita mostra que vários estavam comprometidos com a política de governo da cidade, em menor ou maior grau de atuação, como no caso daqueles que ocuparam diferentes funções do aparato político e repressivo da Corte. Muito possivelmente, nesse conjunto de famílias, estavam aqueles a quem se destinava o controle e a vigilância e aqueles que eram responsáveis por mantê-los, cujos filhos dividiam, durante algum tempo, o mesmo espaço de experiência escolar.

"Para maior brilhantismo": espaços de sociabilidade, festejos e organização coletiva

Figura 22 – Anúncio da Irmandade do Divino Espírito-Santo

Irmandade do Divino Espirito-Santo da freguezia de Sant'Anna.

Domingo, 30 do corrente, ás 7 horas da tarde, ha de haver *Te-Deum* e posse do novo imperador, prégando por obsequio o Rev. Sr. vigario Antonio Luiz Maria Gonçalves; o imperio estará armado e illuminado, havendo leilão das offertas; roga-se o comparecimento dos irmãos e devotos, para maior brilhantismo. Secretaria da irmandade, 28 de maio de 1858. — *João José Alves Ferreira*, secretario.

Fonte: Correio Mercantil, 28/05/1858, BN.

O anúncio convite de que o "império estará armado e iluminado" (*Correio Mercantil*, 28 maio 1858) foi assinado pelo secretário da Irmandade do Divino Espírito-Santo da freguesia de Santana, João José Alves Ferreira, já mencionado como o fiscal que anunciou a proibição do entrudo em 1857. Da mesma irmandade fazia parte a costureira Fortunata Maria de Mendonça, responsável pelo aluno Pedro Fortunato Lamin, e que nela ocupara os cargos de "juíza da sagrada família" e de zeladora.

Confrarias, irmandades, ordens terceiras, devoções entre outras organizações de caráter religioso faziam parte do cotidiano de alguns pais e encarregados. Podiam reunir sujeitos de diferentes grupos sociais podendo nelas se estabelecer "solidariedade verticais" e também servir como associações de classe, profissão, nacionalidade e etnia (Abreu, 1999). A Irmandade do Divino Espírito-Santo era formada por pessoas de variadas situações sociais como médicos, comerciantes, carpinteiros e funcionários públicos, assinala Abreu.

Em geral, tais instituições possuíam o intuito de incentivar a devoção a um santo e procuravam atuar com fins beneficentes. As irmandades, organizadas por leigos, e as ordens terceiras, subordinadas às ordens religiosas, com maior poder e dinheiro tinham hospitais e atividades voltadas para o atendimento à população pobre.

A Confraria dos Mártires São Gonçalo Garcia e São Jorge, da qual era cobrador o cabeleireiro José Pinto Ramos, era uma irmandade de negros (Mattos, 2004), o que poderia a nos levar pensar que José também o fosse. No entanto, no caso de outra irmandade negra, a Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, Reis (1996) assinala que os africanos oriundos da Costa da Mina, Cabo Verde, Ilha de São Tomé ou de Moçambique serviam como juízes, enquanto o cargo de tesoureiro seria sempre ocupado por um branco. Diante disso, torna-se complicado arriscar uma afirmação.

Embora tivessem finalidades diferentes, tanto a Irmandade do Divino Espírito-Santo da freguesia de Santana quanto a Confraria dos Mártires São Gonçalo Garcia e São Jorge estiveram ligadas por um tempo. Quando a Igreja Matriz da Irmandade foi demolida, ela se instalou provisoriamente na Igreja da confraria (AL, 1858).

As festas, no entanto, eram o momento máximo dessas instituições, fossem elas grandes ou pequenas, e João e Fortunata participavam de um grande evento que, segundo Abreu (1999), era considerado como o mais concorrido na cidade até meados do século XIX. A Festa do Divino Espírito-Santo da Irmandade de

Santana ocupava uma imensa área no campo de mesmo nome, com barracas, atrações, como leilões de prendas e fogos, danças, música e público. Durante a festa, o imperador do Divino era escolhido, um menino menor de doze anos, e construído um império para abrigar o patrocinador das festividades.

As festas eram frequentadas por variados tipos. Ancorada em Moraes Filho, Abreu (1999) relata a presença da plebe, burguesia, escravos, aristocratas, homens de letras e fortes indícios de que a festa criava a oportunidade de encontro dos habitantes da cidade, inclusive mulheres,

> Mais do que o encontro, favorecia a mistura dos escravos com os livres pobres, confundindo e difundindo entre si, independentemente da situação jurídica, gostos estéticos e práticas culturais diferentes, abrindo a possibilidade para se criar sempre algo diferente e novo (p. 102).

Foi nesse sentido que Abreu, em sua pesquisa sobre festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro ao longo do século XIX, escolheu a festa do Divino Espírito Santo como eixo, para compreender "o exercício da religiosidade popular e sua relação dinâmica, criativa e política com os diferentes segmentos da sociedade, seus próprios pares, representantes do poder, autoridades locais, setores eruditos e reformadores católicos e protestantes" (p. 37-38), em um período atravessado pelos impasses entre um projeto político imperial de civilização europeizante e a prática de manifestações culturais vistas como perigosas e atrasadas.

Dessa forma, chama atenção o fato de João José ser também fiscal da freguesia de Santana, visto que os fiscais eram os auxiliares da Câmara Municipal no controle das condutas desordeiras e que a Câmara era responsável por autorizar a realização de festas na cidade (Abreu, 1999). Os fiscais recebiam parcos vencimentos, mas deviam saber ler e escrever para dar conta do regime de escrituração do serviço. Será que o fato de haver um fiscal na organização da festa conferia maior confiabilidade ao evento? Seria essa uma estratégia das irmandades para manutenção das festas ou mera coincidência? O fato é que no grupo pesquisado havia mais dois membros de outras irmandades que também ocupavam cargos de vigilância e repressão, como Domingos Thimoteo de Carvalho, fiscal suplente da freguesia de Santa Rita e oficial da Câmara Municipal; e Manoel Antonio Mafra, inspetor de quarteirão freguesia de Santa Rita (quadro 16).

Quadro 16 – Irmandades e Confrarias

N.	Nomes	Instituições e cargos
1	Adriano José da Silva Braga	Mesário da Irmandade do Santíssimo Coração de Jesus na igreja matriz de S. José (AL, 1869).
2	Belmiro Borges Pereira	"Andador" da Venerável Confraria da Imaculada Conceição (AL, 1853).
3	Domingos Thimoteo de Carvalho	Irmão vigário (AL, 1864) e irmão de Capela da Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres (Diário de Notícias, 21 jun. 1871); Secretário da mesa de fundação da Irmandade Santa Rita de Cassia (Gazeta de Notícias, 24 maio 1878).
4	Florenciana Candida Gomes da Costa	Secretária da Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres, da freguesia de Santa Rita (várias edições do Correio Mercantil de 1858).
5	Fortunata Maria de Mendonça	Juíza da Sagrada família da Irmandade do Divino Espírito Santo da freguesia de Santana (AL, 1857, p. 193); Zeladora da Irmandade do Divino Espírito Santo da freguesia de Santana (AL, 1858).
6	Francisco Joaquim de Nazareth	Secretário da irmandade que organizou a festa da Virgem Santíssima Senhora da Conceição (Diário do Rio de Janeiro, 13 dez. 1851); Secretário da Irmandade do Santíssimo Sacramento (Diário do Rio de Janeiro, 14 dez. 1860).
7	Jacintho de Souza Ribeiro Guimarães	Irmão de capela da Irmandade de Santo Antonio dos Pobres e Nossa Senhora dos Prazeres (AL, 1860).
8	João José Alves Ferreira	Consultor da Irmandade de Nosso Senhor do Bonfim (AL, 1857); Escrivão (AL, 1857) e secretário da Irmandade do Divino Espírito Santo da freguesia de Santana (Diário do Rio de Janeiro, 19 abr. 1858); Anúncio de missa fúnebre de João promovida pela Ordem Terceira da Imaculada Conceição (Diário do Rio de Janeiro, 26 nov. 1858).
9	José Pinto Ramos	Mesário da administração da Devoção de Nossa Senhora da Piedade (Diário de Notícias, 14 out. 1886); Cobrador da Confraria dos Mártires São Gonçalo Garcia e São Jorge (Diário de Notícias, 30 ago. 1886).
10	Luiz Rodrigues de Faria	Na lista de irmãos e devotos que contribuíram com donativos para o traslado da imagem do Senhor do Bonfim para Irmandade Nosso Senhor do Bonfim (Correio Mercantil, 11 dez. 1857).
11	Manoel Antonio Mafra	Tesoureiro da Devoção Nossa Senhora da Conceição em São Francisco na Prainha (Correio Mercantil, 24 set. 1857).
12	Manoel Ferreira dos Santos Lima	Definidor da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência (AL, 1873); Mesário da Confraria Nossa Senhora das Dores da Candelária (AL, 1874).

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas informações levantadas nos jornais da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Podemos observar pelo quadro que tais sujeitos ocupavam posições distintas dentro das irmandades e que alguns eram membros de mais de uma entidade. Segundo Reis (1996), o corpo dirigente das irmandades era chamado de mesa, da qual faziam parte juízes e provedores, que eram considerados os dirigentes máximos, e escrivães e tesoureiros que também tinham grande poder. Os outros cuidavam "da organização de festas e funerais, coleta de esmolas, assistência aos doentes, administração da capela e do culto divino" (p. 4). É bastante provável que vários outros pais e encarregados também tivessem sido membros de irmandades, mas não aparecem nesse conjunto de fontes de pesquisadas por não fazerem parte dos quadros administrativos.

A inserção nas irmandades consistia numa oportunidade de frequentar um espaço de estabelecimento de laços de solidariedade, numa forma de garantir assistência em momentos difíceis e por vezes um lugar de reconhecimento social numa sociedade hierarquizada e excludente (Oliveira, 1998). Para a Igreja, as irmandades representavam um conjunto de fiéis importantes para sua afirmação perante o Estado e, segundo Oliveira (1998, p. 3), para o Estado, "representavam uma perspectiva na manutenção da ordem social na medida em que dirigiam a vida dos fiéis dentro dos preceitos da religião oficial". No entanto, o autor assinala que a autonomia das irmandades preocupava as autoridades eclesiásticas e do governo, pois sustentavam uma perspectiva leiga e tradicional da religião que os eclesiásticos procuravam "depurar" e que o Estado procurava modernizar, alterando espaços e costumes que desestruturavam práticas costumeiras. Nesse jogo entre poder temporal e poder espiritual, as irmandades procuravam viver nos espaços intersticiais entre Estado e Igreja aproveitando-os para afirmar sua autonomia (Oliveira, 1998).

Alguns desses sujeitos também estavam envolvidos com outros espaços de sociabilidade, como sociedades de caráter cultural ou mutualista. Era outra maneira de assegurar alguma proteção e auxílio ou um caminho para participar mais ativamente na vida política, econômica e social da cidade. O professor Pardal também era membro de algumas dessas instituições listadas no quadro a seguir, como a Imperial Sociedade Amante da Instrução, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e a Imperial Companhia de Seguro Mútuo contra fogo.

Quadro 17 – Sociedades e associações

N.	Nome	Instituição
1	Francisco Joaquim de Nazareth	Escriturário da Imperial Sociedade Amante da Instrução (Diário do Rio de Janeiro, 05 ago. 1855).
2	Francisco Pereira da Silva Vidal	Membro da diretoria da Companhia Resgate Militar (Gazeta de Notícias, 11 jul. 1876).
3	João José Rebello	Sócio da Sociedade Alpha-literária (O Globo, 17/02/1875).
4	Joaquim Cosme Monteiro	Conselheiro da Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes mecânicas e Liberais e Beneficente (Diário do Rio de Janeiro, 13 mar. 1877).
5	Joaquim José Pereira d'Almeida	Membro de loja maçônica (Boletim do Grande Oriente do Brasil, 1878, p. 418).
6	Luiz Rodrigues de Faria	Secretário adjunto da Sociedade de Baile Sylphide (AL, 1854).
7	Manoel Antonio Mafra	Secretário (04 abr. 1863) e tesoureiro da Sociedade Patriótica Sete de Setembro com reunião na Rua de Mato-Grosso (Diário do Rio de Janeiro, 11 out. 1863).
8	Manoel Ferreira dos Santos Lima	Mordomo da Sociedade Portuguesa de beneficência (Diário do Rio de Janeiro, 03 set. 1874); Sócio da Comissão Central Portuguesa de Socorros (Diário do Rio de Janeiro, 28 abr. 1874); Membro de loja maçônica (Boletim do Grande Oriente do Brasil, 1875); Sócio da Associação Promotora da Instrução de Meninos (Diário do Rio de Janeiro, 09 jun. 1875); Conselheiro da Imperial Companhia de Seguro Mútuo contra fogo (AL, 1885).
9	Theodoro Jansen Muller	Sócio efetivo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Diário do Rio de Janeiro, 04 ago. 1864); Vice-presidente do Club Guarany (Diário de Notícias, 22 jun. 1871).

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas informações levantadas nos jornais da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Instituições que também promoviam eventos, como a de Manoel Antonio Mafra. Enquanto secretário da Sociedade Patriótica Sete de Setembro, cujas reuniões se davam na rua onde residia (como não há o número, não é possível ter certeza se acontecia em sua própria residência), convocou as pessoas para o toque da alvorada do dia 7 de setembro, na "varanda iluminada" instalada no Morro do Jogo da Bola (*Correio Mercantil*, 06 jul. 1863). O evento seria seguido de missa na

capela de São Francisco da Prainha, onde funcionava a Devoção Nossa Senhora da Conceição, da qual também fazia parte. Na nota, Mafra também convocou as sociedades de música a estarem presentes no evento. Podemos igualmente observar que o trânsito dos sujeitos por diferentes instituições favorecia o intercâmbio de atividades realizadas por elas. Tal evento, por exemplo, mobilizou os membros da Sociedade Patriótica, da Sociedade Musical Monarquista e da Capela São Francisco da Prainha e ainda procurava mobilizar outras por meio da nota de jornal.

Para Viscardi (2004), as associações cumpriram um papel fundamental na sociedade civil, pois proporcionavam amparo aos desvalidos, garantiam aposentadoria aos trabalhadores, ainda que parcial: "se constituíam como espaços de lazer e solidariedade, contribuíam como reforço de identidades coletivas e chegavam até a funcionar como instrumentos facilitadores do processo de construção de cidadania" (p. 100).

Cabe lembrar que José Pinto Ramos, que consta no quadro das irmandades, mas não neste último, era cabeleireiro dos Teatros de São Pedro e de Santa Theresa, o que de certa forma o inseria na convivência desse espaço artístico. O teatro também poderia ser utilizado com fins beneficentes, como a já mencionada apresentação beneficente no Teatro São Pedro de Alcântara em favor da viúva de João José Alves Ferreira e filhos, e a apresentação em benefício da Associação de Socorros Mútuos Liga Operária (*Gazeta de Notícias,* 24 set. 1882). Coincidentemente ou não, os filhos ou tutelados que foram identificados teriam participação maior nas sociedades e associações do que nas irmandades.

A subscrição de listas e abaixo-assinados era outra prática recorrente da época e da qual tomaram parte alguns sujeitos (quadro 18). As listas localizadas tinham intuitos diversos, como fazer arrecadação para a festa de chegada das majestades, encanamento do Rio Maracanã e estátua equestre de D. Pedro I, para a qual o professor Pardal constituiu sua própria lista, contando inclusive com o nome de vários alunos. Pardal tinha interesses na organização da lista, mas ao fazer seus alunos participarem também propiciou uma oportunidade de iniciá-los nas agências sociais, na prática de organização coletiva em prol de um objetivo comum, bem como dos usos da leitura e escrita na sociedade.

Quadro 18 – Listas e abaixo-assinados

N.	Nome dos pais/ encarregados	Lista e abaixo-assinados
1	José Joaquim Ferreira Leal	Lista para estátua equestre de D. Pedro I, lista do professor Pardal (Diário do Rio de Janeiro, 22 dez. 1855); Lista para festejar a chegada de suas majestades imperiais (Correio Mercantil, 30 abr. 1860).
2	Manoel Machado Fagundes	Abaixo-assinado contra fechamento do cemitério de São Francisco de Paula no Catumby (Correio Mercantil, 22 ago. 1851).
3	Alexandre Soares Pinheiro	Lista em favor das vilas de Diamantina e do Príncipe (Diário do Rio de Janeiro, 20 mar. 1834).
4	Theodoro Jansen Muller	subscritor da lista de donativos para festa de chegada de suas majestades imperiais (Correio Mercantil, 30 abr. 1860); Solenizar a chegada de suas majestades imperiais (Gazeta de noticias, 29 ago. 1877).
5	Manoel José da Rocha Paranhos	subscritor da lista de donativos para festa de coroação de Pedro II (Diário do Rio de Janeiro, 19 jul. 1841).
6	Jacintho de Souza Ribeiro Guimarães	Abaixo-assinado de moradores contra a calha de despejos construída em frente às suas residências na Rua de Santa Luzia (Correio Mercantil, 11 nov. 1863).
7	Joaquim José Pereira d'Almeida	Subscrição de lista de oficiais da guarda nacional para a construção de um arco luminoso para chegada do imperador (Diário do Rio de Janeiro, 17 abr. 1846); Subscritor da lista para estatua equestre de D. Pedro I (Diário do Rio de Janeiro, 15 mar. 1856).
8	Manoel José de Serpa	Morador de São Cristóvão que subscreveu lista para "encanamento do Maracanã" (Diário do Rio de Janeiro, 23 set. 1830); Doação de 5% do salário para defesa dos portos (Diário do Rio de Janeiro, 20 jan. 1863).
9	Leopoldino das Chagas Oliveira	subscrição de lista promovida pela Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes mecânicas e Liberais e Beneficente para Estátua Equestre de D. Pedro I (Correio Mercantil, 14 mar. 1855).
10	Luiz Antonio da Sª Beltrão	Para estátua equestre de D. Pedro I, lista do professor Pardal (Diário do Rio de Janeiro, 22 dez. 1855).

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas informações levantadas nos jornais da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A organização de uma lista, por Pardal, em favor da estátua equestre do ex-Imperador Dom Pedro I sugere algumas questões, como os interesses políticos que poderiam estar envolvidos em uma demonstração pública de apoio à figura de um representante do regime monárquico e a capacidade de recrutar pessoas para apoiar algo. Mas a aceitação dos pais a subscreverem uma lista

também sugere outros interesses. Ter seus nomes numa lista como essa ou para os festejos da chegada da família imperial pode representar a adesão ao regime monárquico e, portanto, à ordem instituída, corroborando para a construção de uma imagem de boa conduta e moralidade, necessária para exercer certas atividades e, inclusive, entrar em determinadas irmandades e associações, ou mesmo receber benefícios ou a "caridade" de instituições. Oliveira (1998) ressalta que, na segunda metade do Oitocentos, o discurso filantrópico incorporou a noção de benemerência, ou seja, o pobre deveria ser merecedor do benefício. Tal perspectiva foi assumida por irmandades como a Ordem Terceira da Imaculada Conceição, da qual fazia parte o fiscal João José Alves Ferreira, que passou a exigir das "desvalidas", desejosas de serem admitidas no asilo, um atestado de boa conduta emitido pelo inspetor de quarteirão (Oliveira, 1998).

Por outro lado, ter seu nome em listas reivindicatórias, como a realizada contra o fechamento do cemitério de São Francisco de Paula, contra a calha de despejos construída em frente às suas residências ou a favor do encanamento do Rio Maracanã, mostra que tais sujeitos buscavam intervir nos "problemas da ordem" existente, contra as quais estavam insatisfeitos. A intervenção requeria organizar o procedimento reivindicatório; mobilizar sujeitos; escrever seu próprio nome em um documento ou, no caso dos que não soubessem, recorrer a quem pudesse fazê-lo; entregar o documento à autoridade competente; e até mesmo publicá-lo nos jornais, instrumento que serviu de fonte para o quadro em questão. Várias etapas a cumprir que mobilizaram moradores, ajudaram a constituir um sentimento de coletividade e de atuação na localidade em que viviam, uma agência e experiência coletiva, enfim "para maior brilhantismo" na cidade.

***

Observa-se que os pais e encarregados analisados estavam intensamente comprometidos com as redes existentes na sociedade da Corte. Envolvidos social e politicamente no governo, na economia, na cultura, nos espaços de sociabilidade e de solidariedade, tinham sua parcela de participação na ordem, ou desordem, da cidade, subvertendo-a, contornando-as, adquirindo experiências diversas, criando agências nas contingências, na emergência de um campo para mudança, disputa e resistência.

O mapeamento das atividades mostra também a rede de relações estabelecida pelo professor Pardal com vários desses sujeitos na cidade, evidenciando conexões sociais, culturais, políticas. O fato do nome dele constar na nota de missa fúnebre de José Joaquim Ferreira Leal demonstra que algumas relações eram muito próximas e que mesmo com a morte dos pais iriam continuar com os filhos, como veremos a seguir.

As informações analisadas apontam para os modos de participação que sujeitos da escola engendravam na cidade, suas maneiras de se inserir em diferentes lugares, o trabalho que executavam, espaços sociais frequentados e atividades realizadas para se sustentar e se divertir. Mostram, assim, um panorama das experiências de uma vida dinâmica, cujo cotidiano era permeado de estratégias de sobrevivência, tensões, contradições e festividades na Capital do Império, e da qual faziam parte o professor, seus alunos e seus responsáveis. A dinâmica também nos dá a ver os outros espaços de aprendizado no entorno da Escola Pública de Santa Rita.

"Sabe ler": os rumos e percursos de ex-alunos

Figura 23 – Jorge Augusto Corrêa, ex-aluno de Pardal

Fonte: *Revista da Semana*, 19 maio 1907, Biblioteca Nacional.

A figura 23 mostra Jorge Augusto Corrêa, chefe do corpo de máquinas da Marinha de Guerra (*Revista da Semana*, 19 maio 1907). Ele foi nomeado maquinista de 3ª Classe da Marinha em 10 de abril de 1869. Fez carreira dentro da Marinha, tornando-se tenente, capitão-tenente, capitão de fragata graduado

e capitão de mar e guerra. Havia ganho uma medalha de ouro por ter mais de 20 anos de serviço militar e no ano de sua morte, 1907, contava com 42 anos de atuação. Jorge estudou na escola da freguesia de Santa Rita juntamente com seu irmão Augusto José Correa que também se tornou maquinista do Arsenal da Marinha, mas morreu aos 27 anos, em 1873. O endereço que constava no mapa de matrícula, Rua do Livramento n.º 104, pertencia, segundo o *Almanak Laemmert*, a José Antonio Pereira Leal, adido da Contadoria Geral do Ministério da Marinha (AL, 1855). José Antonio era padrinho de Emília Correa, irmã de Jorge e Augusto (*Diário do Rio de Janeiro*, 11 set. 1871), e pode ter agenciado a inserção de ambos os irmãos na Marinha.

Jorge, assim como outros ex-alunos, seguiu carreira militar e esteve na Guerra do Paraguai. O Exército e a Marinha emergiam como opções para as classes populares para aprendizagem de um ofício e obter benefícios, além da remuneração (Cunha, 2006). O ingresso nas companhias de Aprendizes Menores dos Arsenais de Guerra poderia ser encarado como uma oportunidade de mobilidade social, mesmo que restrita. Para Carvalho (2007), nas burocracias profissionalizadas, como a militar, que definiam com mais rigidez suas fronteiras, a subida até os cargos mais altos era sempre possível para quem conseguisse adentrar no setor.

Quadro 19 – Ex-alunos em ocupações militares

N.	Nomes	Atividades
1	Vicente Lauro Gomes da Costa	Consta na lista de aspirantes do ano de 1858 no Quartel da Companhia de Aspirantes a Guardas-Marinhas (AL, 1858, p. 228); listado como soldado do corpo de artilharia de Mato-Grosso (Ministério da Guerra, julho de 1860, p.14); Florenciana Gomes da Costa pede baixa de seu filho soldado do corpo de artilharia de Mato-Grosso (Ministério da Guerra, jul. 1860, p. 22).
2	Candido Coelho da Costa	Reformado em 1884 do cargo de soldado do batalhão de engenheiros por ter mais de 30 anos de serviço (Gazeta de Notícias, 18 nov. 1884).
3	Simeão Joaquim do Nascimento	Guardião extranumerário do corpo de oficiais marinheiros (A Nação, 13 mar. 1874).
4	Antonio Quintiliano de Castro e Silva (Ceará)	Aprovado simplesmente em aritmética na escola da marinha (Correio Mercantil, 17 fev. 1862); nomeado aspirante na escola da marinha (Correio Mercantil, 01 mar. 1862); promovido a guarda marinha (Correio Mercantil, 02 dez. 1865); enquanto segundo tenente foi nomeado pelos serviços prestados na Guerra do Paraguai cavaleiro da Ordem de Cristo (Correio Mercantil, 13 e 14 abr. 1865); enquanto 1° tenente da armada nacional foi nomeado cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz (Gazeta de Notícias, 27 jun. 1878); nota de elogio a sua coragem durante o naufrágio do navio que pilotava (Gazeta da Tarde, 28 abr. 1883).

5	José Maria Feliciano	Registro em oficio do presidente da província do Rio Grande do Sul de que a mãe de José Maria Feliciano, praça do 1.° regimento de cavalaria ligeira, pede que ele seja considerado voluntário (Boletim do expediente do governo, Ministério da Guerra, 1860, p. 7).
6	Luis Adolpho da Silva Monteiro	Consta que sua mãe Rosa Isabel Monteiro recebeu pensão pelos falecidos filhos voluntários da pátria Antonio Claudino da Silva Monteiro e Luis Adolpho da Silva Monteiro (Gazeta de Notícias, 13 mar. 1890).
7	Antonio Claudino da Silva Monteiro	Consta na lista oficiais feridos do 24.° Corpo de Voluntários da guerra do Paraguai (Correio Mercantil, 27 mar. 1865); consta que sua mãe Rosa Isabel Monteiro recebeu pensão pelos falecidos filhos voluntários da pátria Antonio Claudino da Silva Monteiro e Luis Adolpho da Silva Monteiro (Gazeta de Notícias, 13 mar. 1890).
8	Manoel Carneiro de Mattos	Aparece na lista de alunos do depósito de aprendizes artilheiros como anspeçada de 1ª classe (Diário do Rio de Janeiro, 28 dez, 1873).
9	Luiz Cavalcante de Campos Mello	Aprovado no exame feito na Escola Central (Correio Mercantil, 30 out. 1862); Secretário do escritório do engenheiro chefe da estrada de ferro D. Pedro II (O Globo, 13 set. 1876); o engenheiro pediu exoneração do cargo de ajudante do 1ª classe da estrada de ferro (O Repórter, 12 jan. 1879)
10	Oscar Ferreira dos Santos Lima	Praça reformado em 1869, era sargento ajudante do 51.° Corpo de voluntários da Pátria (Opinião liberal, 25 jun. 1869); recebeu pensão enquanto sargento ajudante do 51° Corpo de voluntários da Pátria por ter ficado inutilizado por ferimentos (AL, 1870, suplemento).
11	Jorge Augusto Correa	Maquinista do Arsenal da Marinha (ver introdução do item).
12	Augusto José Correa	Augusto, 24 anos, maquinista do Arsenal da Marinha, foi submetido a procedimento médico para tratar de sequelas da sífilis relatado no Anais Brasilienses de Medicina de 1868 (p. 320-326); morreu aos 27 anos de "accesso pernicioso" (A Nação, 09 jan. 1873).
13	Bernardo Francisco de Mendonça	Cabo voluntário da pátria adido ao 14° batalhão de infantaria (Diário do Rio de Janeiro, 05 fev. 1867).
14	Antonio Galdino de Jesus Mafra	Aluno Alferes de Infantaria da Escola Geral de Tiro de Campo Grande (AL, 1876); Lista de qualificação de votantes da freguesia de Campo Grande, 29 anos, casado, sabe ler, militar, escola de tiro, filho de Manuel Antonio Mafra, elegível (Diário do Rio de Janeiro, 24 jul. 1876); aprovado plenamente no exame de tiros da Escola de Tiro de Campo Grande (O Globo, 14 nov. 1876).
15	Francisco Lopes Barbosa	Aluno do Depósito de Aprendizes artilheiros, anúncios de exames da escola realizados na Fortaleza de São João listam o nome dele como cabo (Diário do Rio de Janeiro, 20 nov. 1867, 02 dez. 1867; Correio Mercantil, 26 nov. 1867).

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas informações levantadas nos jornais da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Deste grupo de alunos que exerceram atividades militares, alguns estudaram no Depósito de Aprendizes Artilheiros, na Escola Central, na Escola Geral de Tiro de Campo Grande e na Escola da Marinha. Espaços que refletem a ênfase na educação e as iniciativas no campo tomadas pelos militares ao longo do Império, principalmente após 1850 (Alves, 2002 e Carvalho, 2007).

O Depósito de Aprendizes Artilheiros surgiu durante a Guerra do Paraguai por decreto de 1866 e marcou o início da formação militar destinada aos menores de idade (Alves, 2002). Seu formato tinha a ver com o modo de recrutamento, por meio de captura. Segundo Alves, os jovens serviam por seis anos e geralmente eram encaminhados para corpos distantes de suas casas com intuito de evitar deserções:

> Para o *depósito* eram levados os voluntários, mas também os recrutas menores de dezenove anos; os órfãos e abandonados, assim como os jovens apresentados pelos pais, com prioridade para os filhos de praças, e, ainda, os artesãos dos arsenais de guerra que não tivessem demonstrado *aptidão necessária para as artes* (Alves, 2002, p. 269, grifos da autora).

Embora a faixa etária para o depósito devesse ser entre 12 e 19 anos, a pesquisa de Alves aponta que não era um esquema rígido, na medida em que era possível observar no ano de 1866 alunos com idades abaixo e acima dos limites estabelecidos, havendo alunos com 10 e 24 anos de idade.

Segundo relatório trazido por Alves, o objetivo da instituição era formar artilheiros com a necessária instrução e moralidade e oferecer abrigo aos meninos de famílias pobres, por meio de conteúdos escolares e instrução militar. Aqueles que se destacassem em seu desempenho teriam oportunidade de ascensão. Para o Depósito foram pelo menos dois ex-alunos de Pardal: Manoel Carneiro de Mattos e Francisco Lopes Barbosa. Manoel tinha como responsável Francisca Carneiro de Mattos e Francisco, o padre de mesmo nome que faleceu em 1856.

A Escola Central fazia parte da formação militar para habilitação de oficiais em engenharia e artilharia, bem como de geógrafos e topógrafos, que exigia um compromisso com os conhecimentos científicos (Alves, 2002). Na Escola estudou Luiz Cavalcante de Campos Mello, cujo responsável era o conselheiro Campos Mello, que se tornou engenheiro e, em 1876, constava como secretário do escritório do engenheiro chefe da Estrada de Ferro D. Pedro II (*O Globo*, 13 set. 1876).

A Escola Geral de Tiro de Campo Grande foi criada em 1859 para aprimorar a organização da Escola de Instrução de Tiro, fundada em 1858, com objetivo de formar instrutores para os corpos de infantaria e artilharia do exército que faziam uso de armamentos pesados e de portáteis. Durante a Guerra ela foi fechada, sendo reaberta após o fim do conflito. Ao ganhar novo regulamento em 1873, foi revalorizada e passou a ser campo de realização de experimentos. Possuía acomodações para 84 alunos. Aqueles que faziam o curso anual recebiam aulas de ciências físicas e matemáticas, confecção de pólvora e munições, apreciação e manejo de armas. Ao final do ano letivo, os alunos faziam exames para instrutor de tiro, em presença de uma comissão julgadora.

Alves (2002) ressalta que não era fácil obter aprovação em razão de uma formação impregnada de forte exigência intelectual, mas não isso foi problema no caso de Antonio Galdino de Jesus Mafra que foi aprovado "plenamente". Antonio Galdino aparece no *Almanak Laemmert* de 1876 como alferes de infantaria que comandava o serviço da Escola, feito por um destacamento de praças de diversos corpos da Corte.

Alguns dos alunos listados participaram da Guerra do Paraguai por serem militares, outros como parte do "Corpo de Voluntários da Pátria", criado em 1865 e que assegurava soldo aos cidadãos entre 18 e 50 anos que se alistassem. Nesse grupo, havia muitos libertos e escravizados motivados pela promessa de alforria. O maquinista Jorge Augusto Correa também fez "campanha do Paraguai" pela qual ganhou outra medalha, a de Aviz. Parece ter sido muito prestigiado como sugere a nota de jornal de 1907 que afirma que superiores e subordinados sentiram muito a morte de Jorge.

Mas nem todos voltaram da Guerra. A nota sobre a pensão recebida pela mãe Rosa Isabel Monteiro confirma a morte de Antonio Claudino da Silva Monteiro (*Gazeta de Notícias*, 13 mar. 1890), que constava na lista de oficiais feridos do 24.° Corpo de Voluntários da Guerra do Paraguai (*Correio Mercantil*, 27 mar. 1865), e de seu irmão Luis Adolpho da Silva Monteiro.

O filho do professor Pardal, Candido Matheus de Faria Pardal Júnior, também lutou na Guerra e esteve na lista dos feridos da Batalha de Curupaity (*O Publicador*, 31 dez. 1866). Mas ele sobreviveu e, na condição de sargento ajudante do Asilo dos Inválidos da Corte, foi reformado por achar-se impossibilitado de exercer suas funções por ferimento em combate (*Correio Mercantil*, 07 jan. 1867). No mesmo ano, o Imperador lhe concedeu a "honra" do posto de Alferes do 12.° Corpo de Voluntários da Pátria, pelos serviços prestados na Guerra (*O Correio Mercantil*,

22 fev, 1867). A imprensa também anunciou homenagens a Pardal Júnior, um dos "heróis em Curupaity", ao enaltecer os bravos da Guerra do Paraguai (*Correio Mercantil*, 17 out. 1867) pelo ato de patriotismo (*Opinião Liberal*, 19 out. 1867). Em 1870, foi concedida a "honra de capitão" ao filho de Pardal, ainda pelos serviços prestados no conflito (*Diário do Rio de Janeiro*, 10 maio 1870), mesmo ano em que ele solicita ser agregado à 1ª Companhia de Infantaria do Corpo Policial (*Diário do Rio de Janeiro*, 08 jun. 1870).

A Guerra e seus posteriores desdobramentos também mobilizaram sujeitos da escola por outras vias como a doação de parcela dos salários para o combate, como fizeram professores públicos primários da Corte. Em 1868, Pardal fez parte de uma comissão para organizar os festejos da "vitória" na Guerra, assim como Domingos Thimoteo de Carvalho e seu filho, ex-aluno de Pardal, Leopoldo Thimoteo de Carvalho. Anos depois, o ex-aluno Antonio Galdino de Jesus Mafra também assinou subscrição para monumento aos bravos falecidos na Batalha de Riachuelo (*O Globo*, 11 jun. 1875).

Entretanto, na luta cotidiana para se estabelecer, outra guerra era travada. Seguindo a carreira do comércio, em permanente tensão com os códigos de posturas e normatizações da Câmara Municipal, exercendo ofícios variados, como de carpinteiro, ferreiro, pedreiro também regulados pelo governo, ou submetidos às pressões existentes na carreira do funcionalismo público de baixo escalão, sujeitos valiam-se de estratégias de sobrevivência, de inserção em um mundo de trabalho marcado pelo regime escravista ou de estabelecimento nos círculos sociais e políticos da cidade.

A experiência de escolarização igualmente faz parte desse processo de inserção na cidade. A saída da escola, seja por conclusão dos estudos ou por iniciação em outras atividades, representa uma etapa em suas trajetórias de vida – etapa que recebeu registros nos mapas de matrícula da Escola Pública de Santa Rita. Ao anotar a saída do aluno, o professor fazia uma observação, explicando a razão ou informando "não participou o motivo". Os casos em que foram informadas as razões encontram-se no quadro a seguir.

Quadro 20 – Motivos da evasão de alunos durante o ano de 1855

N.	Nome	Idade na saída	Motivo registrado no mapa
1	Manoel da Costa Bastos	12	Por ter chegado a 10ª classes de leitura, escrita e contabilidade.
2	Luiz de Souza Ribeiro Guimarães	15	Os três irmãos saíram por terem que se mudar para fora da cidade.
3	Jacintho de Souza Ribeiro Guimarães	11	
4	João de Souza Ribeiro Guimarães	9	
5	Amâncio Lourenço Gomes da Costa	14	Participou ir seguir estudos superiores.
6	Candido Coelho da Costa	14	Participou ir seguir um ofício.
7	Simeão Joaquim do nascimento	11	Participou ir seguir um ofício.
8	José Manoel Gonçalves Bastos	10	Participou ir aprender um oficio.
9	Joaquim José Alves	10	Participou ir seguir estudos superiores.
10	Francisco Gomes Rangel	13	Participou ir seguir o comércio.
11	Sisemando (ou Dilermando) Felisberto da Silva	13	Participou ir aprender um oficio.
12	Sabino Gomes Braga	11	Participou ir seguir estudos superiores.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos mapas de matrícula de 1855 localizados no AGCRJ.

Dessa listagem, observamos que quatro alunos alegavam ter saído para aprender ou seguir um ofício, o mais novo com 10 anos, e um para seguir o comércio. Outros três saíram para seguir estudos superiores, entre eles, Amâncio Lourenço Gomes da Costa, o aluno mais antigo da escola, com matrícula de 1849. Seu irmão Vicente Lauro Gomes da Costa, que nesse período ainda estava matriculado, aparece na lista de aspirantes do ano de 1858 do Quartel da Companhia de Aspirantes a Guardas-Marinhas.

Sabino Gomes Braga que informou que iria seguir estudos superiores tinha como responsável o Comendador Bernardo Gomes Braga, um fazendeiro de café. De acordo com as listas de qualificação de votantes de 1877, Sabino havia se tornado comerciante. Henrique Gomes Braga – que também tinha como responsável o comendador, mas cujas listas de votantes acusam ser filho de José Gonçalves Braga – estudou na Academia de Belas Artes, onde ganhou medalhas, e também em Paris. Tornou-se organista da Capela Imperial e pianista conhecido nos noticiários. Interessante destacar que, em 1853, ambos os meninos podem

ser vistos na relação de alunos do Colégio de São Pedro de Alcântara (*Correio Mercantil*, 18 dez. 1853), localizado na Rua do Livramento, o que levanta a indagação do motivo que teria levado a trocarem o colégio pela escola pública.

Os irmãos Luiz de Souza Ribeiro Guimarães e Jacintho de Souza Ribeiro Guimarães se tornaram guardas da Alfândega da Corte. Sobre o terceiro irmão, João, não foram localizadas informações. Pelo levantamento nos jornais, mais dez ex-alunos fizeram parte do funcionalismo público de baixo escalão: Alfredo Candido Pereira de Souza, guarda do corpo de cavalaria da Guarda Nacional (*Correio Mercantil*, 23 ago. 1865); Júlio Ribeiro de Oliveira Leão, segundo lista de qualificação de votantes, empregado público (*Diário do Rio de Janeiro*, 22 jul. 1876); Alexandre Luis da Costa Prates, empregado no Foro (*Diário do Rio de Janeiro*, 25 jul. 1876 e 06 fev. 1877); os irmãos Manoel Antonio de Oliveira Borges, contínuo da Fortaleza da Conceição (AL, 1878), Domingos de Oliveira Borges, empregado da Alfândega (*Gazeta de Notícias*, 26 jan. 1889); Matheus de Oliveira Borges foi professor adjunto, comerciante proprietário de um armazém de materiais de obras, praticante da Diretoria Geral da Tomada de Contas (AL, 1880) e, dois anos depois, foi nomeado escriturário da mesma repartição; João Baptista Pereira de Almeida, empregado (escriturário do pessoal de tráfego) da administração da Estrada de Ferro D. Pedro II (AL, 1867); Francisco Xavier da Silva Moura, empregado público (*Diário do Rio de Janeiro*, 20 jul. 1876); Francisco Pereira da Silva Vidal, escriturário do Tesouro Nacional (*Gazeta da Tarde*, 19 nov. 1883); e João Luis da Costa Oliveira Junior, guarda da Alfândega (AL, 1870) e depois praticante da Recebedoria do Rio de Janeiro (*Gazeta de Notícias*, 11 set. 1880), trajetória que não se encerrou com esta ocupação, como veremos adiante.

Um grupo – apesar dos pais ou encarregados terem sido empregados públicos – seguiu carreira diversa, como Henrique de Oliveira Lemos, Eugênio José de Serpa e Carlos Rodrigues de Faria, que se tornaram negociantes, conforme consta nas listas de qualificação de votantes. As listas, contudo, não especificam o tipo de negócio, categoria bastante ampla que poderia abarcar diferentes atividades. Outros seguiram o ofício de negociante ou herdaram os negócios da família, como Ezequiel Borges Pereira, Clarindo Gomes Rangel, Manoel Machado Fagundes e o já mencionado Matheus de Oliveira Borges.

Ofícios como ferreiro, correeiro, maquinista, marmorista, tipógrafo, mestre de embarcação, pedreiro e "artista", termo genérico que engloba muitas atividades, também foram seguidos por vários ex-alunos, como Francisco Roberto

Pimenta que parece ter conseguido se estabelecer como marmorista, podendo inclusive colocar anúncios nos jornais para divulgar seus serviços.

Figura 24 – Anúncio da oficina de Francisco Pimenta

OFFICINA DE MARMORES
157
PRAIA DE S. CHRISTOVÃO
Junto ao cemiterio do Cajú
Francisco Roberto Pimenta
encarrega-se de qualquer obra concernente á sua arte, como sejam: gravuras, relevos de lettras em qualquer typo, ornatos, cruzes, grades de ferro ou de marmore, monumentos, pinturas e douramentos; assim como tem sempre grande sortimento de lapides novas ou usadas; tambem torneia balauestres, columnas, vasos, etc.
N. B.—Preços modicos e não se exig carretos.

Fonte: *Gazeta de Notícias*, 08 set. 1881, Biblioteca Nacional.

Francisco era votante, sua renda segundo a lista de qualificação em 1877 era de 1$200. No entanto, quando a Lei Saraiva foi instituída em 1881, precisou entrar com recurso eleitoral, por ter sido excluído da lista de votantes, mas a mesa de qualificação o indeferiu por falta de prova legal de renda. Talvez os artesãos tivessem dificuldade de comprovar renda que, juntamente com a exigência de alfabetização, podem ter complicado a manutenção do direito de votar conquistado anteriormente. A próxima nota encontrada sobre o assunto foi na República, quando foi mesário das eleições no Caju (*Jornal do Brasil*, 30 dez. 1896).

Sua participação na localidade ia de subscrição de lista para testemunhar a realização dos serviços de limpeza da Praia de São Cristóvão prestados pela Empresa Gary (que deu origem ao nome dos atuais profissionais de limpeza de rua), subscrição de lista em prol das asiladas da misericórdia (*Gazeta de Notícias*, 09 mar. 1890), passando pela diretoria do Club de Regatas Cajuense, como segundo procurador, e da comissão de sindicância do Sport-Club que, segundo

o jornal *O Sportman,* de 16 de julho de 1887, era uma sociedade com intuito de promover exposições e corridas de cavalos, com distribuição de prêmios. O noticiário do *Gazeta de Notícias,* de 29 de julho de 1888, informa que o Clube de Regatas do Caju estava se preparando para colaborar com a Câmara Municipal na organização dos festejos da chegada do Imperador, que incluía a participação de alunos das escolas públicas nas equipes que disputariam o páreo.

A imersão de Francisco em associações desportivas se destaca em razão de ser algo pouco comum entre os investigados. Mas, vários alunos atuaram na direção de sociedades e associações de diversas finalidades, sendo possível observá-los em quase todas as modalidades do esquema construído por Pereira de Jesus (2013) em que a tipologia de associações no século XIX se organizam em oito grupos: sociedades beneficentes; irmandades; sociedades religiosas; sociedades literárias e de instrução; sociedades científicas; sociedades dramáticas, recreativas e desportivas; caixas previdenciárias e montepios; e seguradoras e cooperativas.

Um deles se destaca por ter uma atuação associativista mais intensa. Manoel Nunes Pinheiro, matriculado em janeiro de 1855, aos nove anos de idade: "inteligência regular", "aplicação regular", "moralidade boa". O grau de instrução na entrada: 7ª classe de leitura, 8ª de escrita e 6ª de contas. Em abril de 1855, estava na 7ª de leitura, 9ª de escrita e 8ª de contas. Em três meses, o aluno passou da 8ª classe de escrita para a 9ª, da 6ª classe de contas para a 8ª e permaneceu na mesma de leitura. Considerando que as classes do professor Pardal iam até a 10ª, o aluno parecia bastante adiantado comparativamente com os outros da idade.

Seu pai, já mencionado neste capítulo, exercia no mesmo endereço fornecido como residência a atividade de sapateiro, que foi alterado, em 1857, para Rua da Saúde n.º 231, conforme a lista de "Fábrica de calçados e lojas de sapateiros" do *Almanak Laemmert*. O filho parece não ter adentrado no ramo dos sapatos, mas manteve-se no ofício de artista. Na lista de qualificação votantes de 1876, Manoel foi apresentado como carpinteiro, que sabe ler, com renda de 1$000, casado, elegível.

O carpinteiro, ex-aluno regular e "adiantado" da escola de Santa Rita, onde se deu uma parte de sua escolarização, teve significativa participação durante o período considerado por alguns pesquisadores como de emergência da organização operária. Sua inserção nos quadros administrativos dos movimentos associativistas chama atenção e saber ler, escrever e contar pode ter contribuído para que Manoel exercesse tais cargos da diretoria que igualmente consistiam

em privilegiado espaço para aprendizagem de outras formas da cultura letrada (Costa, 2012).

Quadro 21 – Manoel Nunes Pinheiro e as associações

N.	Cargos/Instituição	Fonte/Ordem cronológica
1	Tesoureiro interino da Associação de Socorros Mútuos Liga Operária	Gazeta de Notícias, 16 jun. 1878
2	Tesoureiro da Associação de S.M. Liga Operária	Gazeta de Notícias, 14 jan. 1880
3	Conselheiro da Sociedade Beneficente dos Marceneiros, carpinteiros e artes correlativas	Gazeta de Notícias, 17 jan. 1882
4	2º Secretário da Associação de S.M. Liga Operária (na reunião foi conferido a Manoel o diploma de sócio benemérito)	Gazeta de Notícias, 15 maio 1882
5	Membro da comissão de sindicância da Sociedade de Beneficência Perfeita Amizade	Gazeta de Notícias, 01 ago. 1882
6	Membro do conselho da Associação de Socorros Mútuos Memória à Restauração de Portugal	Gazeta de Notícias, 16 ago. 1882
7	Secretário da Associação Real de Socorros Mutuo D. Luiz I	AL, 1883, p. 1172
8	Conselheiro membro fundador da Associação da Providência Doméstica	A folha nova, 15 jul. 1883

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas informações levantadas nos jornais da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e no Almanak Laemmert.

Ao todo foram sete cargos ocupados em seis associações de caráter beneficente ou de auxílio mútuo. Instituições que alcançaram, de acordo com Pereira de Jesus (2013), diversidade social e institucional expressivas na segunda metade do século XIX e que exerceram "um papel específico na segurança social, material e moral de artesãos, operários, ex-escravos, industriais, comerciantes, engenheiros, advogados e médicos, entre outros setores" (p. 1).

Entre as associações das quais participou Manoel encontra-se a conhecida Associação de Socorros Mútuos Liga Operária, fundada em 1870 (Batalha, 2009). A Liga Operária reuniu sócios de diversas categorias de operários e artistas, nacionais e estrangeiros. Alguns dias após a primeira sessão contava com 856 inscritos (Batalha, 2009). Os objetivos definidos no estatuto eram de prestar aos associados necessitados auxilio moral; "melhorar a sorte das classes operárias, introduzindo melhoramentos em todos os ramos do trabalho artístico e industrial"; e propagar a instrução, como meio de elucidar o operário e o artista "tanto na invenção, como na prática do trabalho manual". A diretoria era

composta por uma quantidade de membros equivalente ao número de profissões representadas na Liga. Para Costa (2012 , p. 130),

> A experiência na direção de uma Sociedade poderia ter forte resultado educativo para um trabalhador, em função do próprio esforço para elaborar e comunicar o pensamento, os cálculos para tomada de decisões envolvendo variáveis complexas presentes nos assuntos de interesse coletivo, até a própria necessidade de lidar com as técnicas veiculadas pela escola, principalmente a leitura e escrita.

Tal experiência foi vivida por Manoel na Liga Operária, na condição de tesoureiro interino, tesoureiro e secretário, tendo repetido esses cargos mais de uma vez. Segundo o estatuto, os secretários tinham como deveres presidir as sessões na falta do presidente e do vice-presidente, organizar as atas das sessões e os livros das matrículas dos sócios, "dar desenvolvimento" ao expediente da secretaria e servir de bibliotecário. O tesoureiro deveria arrecadar o dinheiro da associação, cumprir as ordens da Diretoria Central referentes aos socorros pecuniários, organizar o balanço geral da associação, ter a seu cargo "os livros de receita e despesa e os auxiliares que julgar convenientes" e "cadernos de talões com recibos impressos".

Pelo estatuto, nota-se que a função de tesoureiro exigia operar com diversos tipos de documentos, bem como o exercício da contabilidade. Atividade possível para Manoel por ter um domínio da leitura e escrita, cujos documentos produzidos também poderiam permitir aos outros sujeitos o acesso à cultura letrada. Leis, atas, livros de receita e despesa e de matrícula, talões e relatórios, ao fazerem parte da vida associativa, demonstram a "estreita ligação dos sujeitos aqui caracterizados com o mundo da escrita e da leitura. Mesmo os que possivelmente não soubessem ler e escrever presenciavam e escutavam a leitura de relatórios e balanços de gestão em assembleia" (Costa, p.127).

Manoel enquanto 2.º secretário também exerceu outra atividade, a de bibliotecário, que demonstra a preocupação da associação em favorecer o acesso de seus sócios ao mundo letrado. Preocupação assinalada no estatuto em "melhorar a sorte das classes operárias, introduzindo melhoramentos em todos os ramos do trabalho artístico e industrial" e que se traduziu, por exemplo, por meio de conferências e de cursos realizados em 1877 sobre temas diversos voltados para educação do operariado (Batalha, 2009).

Outro aspecto que pode ser observado é a rede de solidariedade estabelecida entre tais associações, que se dava, por exemplo, por meio da cessão do uso

de espaço, como no caso da reunião de instalação da Associação de Socorros Mútuos Memória à Restauração de Portugal, da qual participou Manoel, que ocorreu na sala da Sociedade Auxiliadora dos Artistas Alfaiates. Tal aspecto pode favorecer a circulação dos sujeitos por diferentes associações, como o próprio caso de Manoel que esteve engajado em várias, ou mesmo favorecer a emergência de uma noção de coletividade mais ampla, ainda que envolvendo pessoas de diferentes instituições.

Outros ex-alunos também estiveram envolvidos com sociedades e associações de categorias profissionais, como o tipógrafo Luiz Antunes de Ferreira, membro da comissão artística e secretário da Imperial Associação Tipográfica Fluminense e presidente da Sociedade Beneficente dos Empregados da Gazeta de Notícias (*Gazeta de Notícias*, 20 jul. 1884); Theodoro Jansen Muller membro da Imperial Sociedade de Beneficência Protetora dos Guardas Nacionais da Corte e da Província do Rio de Janeiro (*Correio Mercantil*, 11 jul. 1868); e o professor Manoel Ribeiro de Oliveira Leão inscrito no Instituto Pedagógico (*A Instrucção Pública*, 01 set. 1873).

Alguns tiveram inserção na direção de outros tipos de sociedades, como Theodoro Jansen Muller que foi membro da Sociedade Sete de Setembro, secretário do Congresso Juvenil (criado para promover o desenvolvimento das artes), vice-presidente do Congresso Juvenil Artístico e secretário da Sociedade Festival de São Pedro do Saco do Alferes; o artista Alexandre Aristides Pinheiro, conselheiro da Sociedade União Funerária Primeiro de Julho; o músico Henrique Gomes Braga que fazia apresentações musicais no Club Mozart; José Antonio Ferreira Leal, sócio efetivo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; o guarda da Alfândega João Luis da Costa Oliveira Junior, secretário da Sociedade Teatral Obreiros do Porvir; o negociante Henrique de Oliveira Lemos, mesário da Irmandade do Santíssimo Sacramento; e o médico e farmacêutico Francisco Ferraz de Macedo, sócio fundador do Liceu Literário Português e diretor geral do Montepio Agrícola. A diversidade mostra que tais sujeitos tiveram inserção em diferentes campos, envolvendo instituições beneficentes nas quais se buscava alguma segurança e auxílio, mas também aquelas de caráter recreativo, voltadas para o lazer e ligadas à arte, como a música, a literatura e o teatro.

A variedade de instituições associativas também remete à variedade de ocupações seguidas pelos ex-alunos, sendo que alguns casos chamam atenção por destoarem do restante do conjunto identificado na pesquisa, como o do noviço,

do artista de teatro, do farmacêutico/ médico que se tornou antropologista criminal e o do músico já mencionado.

Francisco José Ferreira Villaça, cujo pai caixeiro despachante de mesmo nome faleceu em 1855, entrou como noviço na ordem beneditina e viajou para Roma com o frei João de Santa Gertrudes, custeados pelo mosteiro. No entanto, havia uma complicação de ordem legal. O Ministro do Império declarou que, por causa da circular de 19 de maio de 1855, que cassou as licenças para admissão de noviços nas ordens religiosas do Brasil, aqueles que haviam viajado com o frei de Santa Gertrudes não poderiam voltar ao Brasil como parte da ordem beneditina (*O Apóstolo*, 06 nov. 1870). Ou seja, se Francisco quisesse ser monge não poderia voltar ao Brasil. O comunicado causou polêmica na Igreja e o jornal católico *O Apóstolo*, em 12 de fevereiro de 1871, transcreveu artigo publicado no jornal *Catholico* de Pernambuco, criticando o que chamou de "violação da liberdade católica" e acusando o governo de querer extinguir as ordens brasileiras "como meio iniquo de chegar à posse dos bens dessas mesmas ordens, como afinal chegou-se de um modo indireto". Coincidentemente, após essa data não foi possível encontrar mais nenhuma nota de Francisco José Ferreira Villaça nos jornais.

O ex-aluno Peregrino Lemos de Menezes tornou-se tanto artista tipógrafo quanto artista de teatro. Possui um verbete no livro "Carteira do artista", publicado 1898 por Souza Bastos, o qual afirma que Peregrino "filho de pais pobres apenas recebeu rudimentos de instrução primária". Na data de matrícula seu grau de entrada, foi classificado 5ª classe de leitura, 6ª de escrita e 4ª de contas. Na avaliação inicial, foi considerado pelo professor com "muita inteligência", "regular aplicação" e "boa moralidade". No mapa de 1856, constava que ele estava na 10ª classe de leitura, 8ª de escrita e de contas. Mas foi avaliado como tendo "pouca inteligência", "regular aplicação e moralidade". O verbete diz que, impossibilitado de seguir a carreira da Marinha, foi aprender a arte tipográfica. Depois foi empregado na capatazia da Alfândega e em seguida tornou-se empregado da Tipografia Nacional.

A inserção na carreira de ator se deu na companhia de teatro de Manuel Di-Giovani. Em 1874, Peregrino casou-se com a viúva do diretor, Jesuína Montani Di-Giovani. Existem algumas divergências a respeito de datas e informações sobre a vida do artista que aparecem em alguns jornais, mas ele ainda é citado no jornal *A Manhã* de 12 de agosto de 1945, numa reportagem intitulada "O ator Peregrino – considerado antigamente – Pau para toda obra" que elogiava a habilidade, em

falta naquele momento, do ator em interpretar diferentes papéis, o que lhe rendeu um repertório eclético de atuações.

Peregrino morreu moço, como declararam os jornais, aos 42 anos. A *Gazeta da Tarde* ao tratar da morte do ator encerra a notícia com tom dramático característico do ramo: "Como quase todos os atores depois de ter acordado sua alma ao estrepitar das palmas, o distinto brasileiro, ferido da morte, tropeçou no túmulo, deixando apenas à família que a tinha e numerosa, como triste legado a perspectiva da pobreza" (21 jan. 1885). A perspectiva parecia ser um problema comum no ofício. Os atores tinham suas redes de solidariedade, que também foram acionadas no caso da morte de Peregrino. No Teatro São Luiz ocorreu uma apresentação da peça "A cabana do Pai Thomaz" em benefício da viúva e dos filhos do ator (*Brazil*, 08 fev. 1885).

O caso do português Francisco Ferraz de Macedo, nascido no Porto, conforme registra o mapa de matrícula também se sobressai. Francisco foi aprovado nos exames para matrícula nos cursos superiores em 1864 (*Correio Mercantil*, 08 jan. 1864). Consta que ele cursou filosofia racional e moral no Colégio do Mosteiro de São Bento (*Correio Mercantil*, 14 jan. 1865). Fez o curso de farmácia (concluído em 1867) e de medicina (em 1873) na Faculdade de Medicina da Corte e, em 1879, já estava atestando a eficiência de xarope em propaganda de jornal (*Gazeta de Notícias*, 04 fev. 1879). Indício de que a técnica publicitária de usar o nome de profissionais e de pessoas de reconhecimento para dar credibilidade a um produto constitui prática antiga.

Francisco foi sócio-fundador do Liceu Literário Português, uma demonstração de sua forte relação com seu país de origem e que ajuda a entender a sua mudança, na década de 1890, para Portugal, onde investiu na carreira de antropologia criminal e arqueologia. No entanto, continuou mantendo contato com seus colegas brasileiros, como se pode observar pela nota em que oferece livros à Sociedade de Jurisprudência Médica e Antropologia (*O Paiz*, 02 fev. 1898). Jornais do Brasil noticiam sua atuação no exterior, como a de que o "um dos mais distintos antropologistas europeus" iria representar Portugal no Congresso de Antropologia Criminal em Genebra (*Jornal do Brasil*, 25 jun. 1896). Outro jornal ao dar a mesma notícia faz um pequeno resumo da vida de Francisco destacando que era membro da Sociedade de Antropologia de Paris e da equivalente em Florença (*Gazeta da Tarde,* 29 jun. 1896).

Também havia entre os alunos de 1855 aqueles que iriam seguir a carreira do professor Pardal. A docência se apresentava como um dos ofícios possíveis

pela proximidade e pelo cargo do professor adjunto. Matheus de Oliveira Borges, embora o pai fosse negociante, proprietário de bens e de escravos, tornou-se adjunto na própria freguesia de Santa Rita e exerceu a função de 1859 até 1862, quando foi exonerado. Apesar da iniciativa, a imersão na carreira docente parece não ter sido promissora, pois anos depois vemos o nome de Matheus nas folhas do *Almanak Laemmert* na sessão de negociantes de materiais para obra, mesmo negócio do seu falecido pai, com endereços na Rua da Saúde e no Largo da Imperatriz, logradouros próximos à escola.

Manoel Ribeiro de Oliveira Leão, quinze anos, matrícula de junho de 1854, "inteligência pouca", "aplicação pouca", "moralidade boa". Grau de instrução na entrada: 8ª classe de leitura, 10ª de escrita e 10ª de contas. Grau de instrução em abril de 1855: 9ª de leitura e de escrita e 10ª de contas. Em 1862, aos 22 anos de idade, fez exame de habilitação e "aprovado pela inspetoria geral da instrução publica" passou a oferecer seu préstimo, dando início a sua inserção no "comércio da instrução" (Limeira, 2010). Uma propaganda no jornal *Correio Mercantil* de 08 de junho de 1862 anunciava seu endereço e horário para os interessados. A informação do horário se destaca: a partir das seis horas da tarde.

Figura 25 – Propaganda de aula particular de Manoel Leão em 1862

INSTRUCÇÃO PRIMARIA.

O abaixo assignado, examinado nas materias da instrucção primaria, e approvado pela inspectoria geral da instrucção publica, offerece o seu prestimo para leccionar por collegios ou casas particulares. Tambem dá lições em sua propria casa (á praia de S. Christovão n. 5) das 6 horas da tarde em diante. As pessoas que quizerem utilisar-se de seu prestimo podem dirigir-se por carta ao *Correio Mercantil*, ou á rua do Sabão n. 114. — *Manoel Ribeiro de Oliveira Leão.*

Fonte: *Correio Mercantil,* 08 jun. 1862, Biblioteca Nacional.

Como talvez a procura pelo serviço não tivesse sido satisfatória para Manoel, no anúncio do ano seguinte, o professor apresentou uma "promoção": o valor da aula, 3$ mensais, para quem matricular-se "desde já". O valor muito baixo da mensalidade pode ajudar a pensar a razão das aulas ocorrerem a partir das seis horas da tarde. Talvez fosse um complemento de renda, tendo o professor outro emprego durante o dia. Mas a docência noturna na Corte dará lugar ao magistério público em outras cidades. Em 1870, Manoel foi nomeado professor no município de Campos e, a partir de então, começou um ciclo de remoções, cuja última notícia é de 1886. Primeiramente, no interior do próprio município de Campos (1870-1875), depois para Nova Friburgo (1875), Vila da Estrela (1877), Petrópolis (1879) e Guapimirim (1886). Nesse tempo o professor foi convocado duas vezes para fazer exame de sanidade, em 1877 e em 1885.

Figura 26 – Propaganda de aula particular de Manoel Leão em 1863

Instrucção primaria.

Manoel Ribeiro de Oliveira Leão, approvado pela inspectoria geral da instrucção publica da côrte, ensina em sua propria residencia, á rua de S. Luiz Gonzaga n. 11 A (S. Christovão), as materias da instrucção primaria a 3$ mensaes por cada alumno que se matricular desde já; elevando para mais tarde as mensalidades dos que entrarem depois.

Fonte: *Correio Mercantil,* 25/05/1863, Biblioteca Nacional.

Membro do Instituto Pedagógico e com certo envolvimento cultural – sua casa constava nos jornais como ponto de venda do livro *Voz da Amizade* –, o aluno "pouco inteligente e aplicado", com suspeita de insanidade recebeu um agradecimento público pelos donativos às vítimas da seca do Norte, em 1878 (*O Cruzeiro*, 24 fev. 1878). Pelo noticiário não foi possível saber a razão do exame de sanidade, mas sua submissão ao procedimento, embora o médico o tivesse considerado apto a exercer o ofício, não deve ser ignorada, podendo indicar a existência de tensões com determinados sujeitos ou a realização de práticas consideradas, naquele momento, inadequadas para um professor.

João Luis da Costa Oliveira Junior, já mencionado como guarda da Alfândega e praticante da Recebedoria do Rio de Janeiro, também se inseriu na docência muitos anos depois. Recebeu diploma de professor de aritmética pelo Liceu de Artes e Ofícios, em 1889, numa lista que inclui várias pessoas de idade mais avançada, e tornou-se professor do próprio Liceu (*Diário do Comércio*, 21 dez. 1889).

João Miguel Salgueiro foi o único da lista de 1855 identificado como aluno do Externato do Colégio Pedro II, em 1861, aprovado plenamente em geografia, doutrina cristã e aritmética e simplesmente nas demais (*Correio Mercantil*, 16 nov. 1861). Salgueiro seguiu o ofício docente. Em 1871, constava numa lista de professores de português do Relatório da Inspetoria (11 abr. 1872) e foi um pouco mais longe, no sentido geográfico, que o professor Manoel Ribeiro de Oliveira Leão. Em vez de circular apenas pela província, João Miguel lecionou em Petrópolis, Juiz de Fora e São Paulo. Em 1887 aparece na lista de professores da Escola Normal da Corte que estava funcionando no Externato Andrade, localizado na Rua do Sacramento (*Gazeta de Notícias*, 18 maio 1887).

Os ex-alunos Manoel, João Luís e João Miguel tiveram experiências bastante diferenciadas na docência: professor de primeiras letras, de aritmética e da escola normal que envolveu a circulação geográfica e profissional, ao contrário de Pardal que sempre atuou como professor e que, durante quase toda sua vida profissional, lecionou na freguesia de Santa Rita, mesmo trabalhando em mais de uma instituição.

Por outro lado, a fixação geográfica de Pardal permitiu que ele pudesse construir relações mais duradouras, o que não significa que fossem necessariamente amistosas. Os caminhos de ex-alunos, pais, encarregados e o professor se cruzaram várias vezes após a saída dos meninos da escola (prematura ou mediante conclusão dos estudos), pois, como personagens dinâmicas, frequentavam e atuavam em outros espaços. Esses espaços, embora não fossem mais a escola, também eram lugares de aprendizagem, como assinala Costa (2012) que, operando com uma concepção mais ampla de educação, faz uma análise sobre "educar-se como a experiência vivida, o ensinar e o aprender entre os próprios sujeitos populares, mesmo fora da escola, fosse em associações de trabalhadores, ou de forma mais difusa no seu cotidiano" (p. 20).

O encontro com pais e encarregados em momento em que seus filhos não mais frequentavam a escola de Santa Rita foi assinalado no item anterior. Quanto aos ex-alunos, podemos citar espaços como o Colégio Pedro II, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o Club Mozart e também as eleições e o júri

da Corte. Isso para mencionar os espaços que puderam ser identificados pelos jornais, mas que, muito provavelmente, poderiam englobar uma série de outras instituições, diante do movimento da vida que tais sujeitos levavam.

Saber ler, escrever e contar certamente fez diferença nas maneiras como os indivíduos se posicionavam perante os outros e as instituições com as quais deveriam lidar no cotidiano, bem como no exercício de suas atividades profissionais, políticas, religiosas, sociais e culturais. Embora nem todos tivessem iniciado a escolarização na Escola Pública de Santa Rita, a aprendizagem das primeiras letras nessa escola fez parte da trajetória de artesãos, artistas, negociantes, empregados públicos, militares, professores, entre outros.

Nesse sentido, o exercício da leitura e da escrita em suas vidas cotidianas passa pela experiência de aprender com o professor Pardal e suas agências, com o qual os alunos também podem ter aprendido mais do que os conteúdos escolares. Ao vivenciarem um espaço em que seus pais, encarregados e o professor, no exercício de outras atividades, travavam relações fora do ambiente escolar, mas estavam, ao mesmo tempo, em conexão com ele. Poderiam aprender jogos políticos, estratégias de resistências, de reinvindicação, formas de inserção na cidade, modos de ser e estar na Capital do Império, muitos dos quais registrados nas várias notas de jornais do século XIX.

Capítulo III
A cidade como espaço de intercâmbio cultural, social e político e de protagonismo docente

Pesquisas vêm refletindo acerca da participação de professores públicos primários oitocentistas na imprensa pedagógica e nas associações voltadas para o ofício docente, como a *Casa Beneficente da Corporação Docente*, a *Associação Beneficente de Professores Públicos* e o *Grêmio dos Professores Públicos da Corte*, conforme podemos acompanhar pelos estudos de Villela (2000), Schueler (2002), Lemos (2006) e Vicentini e Lugli (2012), entre outros. Não obstante, os professores também estiveram inseridos em outros estabelecimentos, de fins variados, que proporcionaram intercâmbios culturais, sociais e políticos. O intuito desse movimento de reflexão consiste em discutir a circulação de professores por espaços de sociabilidade, de entretenimento e de reivindicação não relacionados diretamente à escola, mas possivelmente conectados a ela, que permitiram exercer um protagonismo docente e constituir agências e maneiras de se inserir na sociedade.

Nesse sentido, também cabe destacar os estudos de Fonseca (2011 e 2010) para um período mais recuado no tempo. Investigando os professores régios na Capitania de Minas Gerais, Fonseca assinala suas relações com a administração e com as comunidades em que estavam inseridos, suas atividades na docência e em outras instâncias sociais, demonstrando que

> [...] também eles foram sujeitos ativos na construção de estratégias de inserção social por meio do letramento e que o exercício dessa profissão foi tanto o seu meio de sobrevivência material quanto ponto de partida para alcance de outras

> posições na sociedade. O magistério régio foi a marca que distinguiu muitos deles e nos oferece mais um caminho de aproximação às vidas desses indivíduos na sua relação com os outros e com a sociedade na qual viviam (2010, p. 18).

De tal forma, da casa para a rua, podemos observar professores públicos e adjuntos participando de variados círculos sociais. Faziam parte de sociedades, institutos, agremiações e congregações. Agustín Escolano (2011) aborda a importância de analisar a gênese e o funcionamento dos círculos e redes de sociabilidade dos professores a fim de compreender "a configuração societária da profissão dos docentes, um aspecto essencial para analisar o desenvolvimento do ofício de ensinar" (p. 23, tradução nossa).[1] E cita as irmandades, corporações, associações, conferências, centros de colaboração, espaços de prática e imprensa profissional como os lugares em que se formalizou a sociabilidade docente e se difundiu a arte de ensinar. Podemos observar, pelo quadro de instituições e atuações das quais fez parte o professor Pardal, diferentes dimensões das atividades do professor público na Corte em consonância com as questões em debate na época.

Quadro 22 – Instituições e comissões com participação de Pardal

N°	Instituições e comissões	Cargos ocupados
1	Irmandade do Apóstolo Evangelista São Matheus	Escrivão, secretário (1845 a 1850)
2	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional	Sócio efetivo (1847)
3	Imperial Sociedade Amante da Instrução	Conselheiro, consultor (1847 a 1852)
4	Sociedade de Baile Guanabara	Diretoria (1852)
5	Estrada de Ferro Pedro II	Acionista (1855)
6	Associação Paroquiana de Santana	Conselheiro (1857)
7	Companhia mútua de seguro de vida de escravos	Comissão (1859)
8	Sociedade campestre	Secretário (1860)
9	Academia Pedagógica	Secretário (1860)
10	Devoção da Nossa Senhora da Madre de Deus	Protetor (1860)
11	Comissão de professores para "acudir o governo imperial"	Membro (1863)
12	Caixa Municipal de Beneficência	Encarregado (1863)

[1] No original: "La configuración societaria de la profesionalidad de los docentes, un aspecto esencial para analizar el desarollo del ofício de enseñar".

13	Club Fluminense	Diretoria (1867, 1868)
14	Comissão de arrolamento da Corte	Membro (1870)
15	Instituto dos Professores Públicos da Corte	Organizador (1872)
16	Conferências semanais de professores	Organizador (1872)
17	Club Mozart	Secretário (1872)
18	Associação Econômica Auxiliar	Membro (1875)
19	Sociedade Recreio Dramático Riachuelense	Conselho, secretário, vice-presidente e presidente (1876-1885)
20	Associação de Saneamento da Capital do Império	? (1876)
21	Comissão para promover donativos para organização da Escola Normal ou uma escola primária de 2° grau	Membro (1878)
22	Imperial Companhia de Seguro Mútuo Contra Fogo	Secretário (1878)/ Conselheiro (1885)
23	Comissão contra supressão dos trens do subúrbio	Membro (1882)
24	Associação Libertadora Visconde do Rio Branco	Presidente (1883)
25	Irmandade Nossa Senhora da Luz	Definidor (AL, 1882)
26	Comissão para agenciar donativos na região de São Francisco Xavier para as vítimas do terremoto na Espanha	Membro (1885)
27	Comissão para organização de "Bando Precatório"	Membro (1885)

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas informações levantadas nos jornais da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e no *Almanak Laemmert*.

O número de instituições e atuações sociais, econômicas, culturais e religiosas com os quais o professor esteve envolvido é consideravelmente grande. Cabe ressaltar que no quadro constam apenas aquelas que foram noticiadas pelos jornais, pois no procedimento de pesquisa adotado não foi possível avaliar sua participação em outras instituições que não tiveram o privilégio de receber uma nota na imprensa, bem como aquelas nas quais Pardal não ocupava um cargo diretivo. Tal constatação demonstra que o professor era uma pessoa muito ativa socialmente. Circulava por várias esferas sociais, desde a "boa sociedade" do Club Fluminense (*Diário do Rio de Janeiro*, 23 jan. 1867), até a comissão nomeada por moradores do subúrbio. Opero com a hipótese de que, ao participar desses espaços e ocupar diferentes cargos, Pardal investia em uma carreira pública – possivelmente, na política local –, e exercia um protagonismo docente na sociedade.

Nesta parte do estudo, pretendo analisar a participação de Pardal em tais instituições e mobilizações conjugada à atuação de outros professores, com intuito de mostrar as dinâmicas e agências desses sujeitos na sociedade, em espaços não escolares, mas inevitavelmente ligados à imagem da escola por meio da pessoa do professor. O levantamento da atuação dos outros professores não foi feito de forma exaustiva e se ateve às participações que se deram, em sua maior parte, por meio da ocupação de cargos diretivos e de mobilizações com publicidade na imprensa, assim como no caso de Pardal.

Em razão do volume de informações e da quantidade de professores que lecionaram nas escolas públicas da Corte no mesmo período que Pardal, foi preciso fazer um recorte. Optou-se por se concentrar o levantamento em torno dos professores públicos homens (apêndice 10), pelo fato dos círculos frequentados por Pardal, assinalados nas fontes pesquisadas, darem maior (ou unicamente) destaque à presença masculina, possibilitando alinhavar a circulação dos mestres, mas dificultando a observação da participação de mulheres, para a qual seria preciso um investimento de pesquisa de maior envergadura. Mas apesar da delimitação, foi possível observar professoras em espaços em que os homens também se faziam presentes, como em cargos diretivos de irmandades – Venerável Congregação das Irmãs de Santa Teresa; Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Gloria do Outeiro; Ordem Terceira de São Francisco da Penitência – e em abaixo-assinado, como o feito em testemunha dos trabalhos de limpeza urbana realizado pelo senhor Antônio Nunes de Souza e Comp., cuja única mulher era a professora primária da escola pública da freguesia de Santo Antonio, Amalia Justa dos Passos Coelho (*Correio Mercantil*, 21 abr. 1859).

Conforme já mencionado, Pereira de Jesus (2013) apresenta uma tipografia de associações que se divide em oito grupos. Como nem todas as atividades exercidas pelos docentes eram de caráter associativista, organizo a análise de forma a articular a classificação de Pereira de Jesus com as agências dos professores na cidade. Assim, para abordar a participação em tais instituições, divido a análise em seis agrupamentos em torno de: vida comunitária; política; associações beneficentes; de socorros mútuos, previdência e seguro; irmandades; e atividades recreativas. Tal organização engloba as associações e sociedades, mas também atividades sem vínculos institucionais.

Vida comunitária

> Recebemos ontem em nosso escritório a distinta comissão nomeada pelos moradores dos subúrbios, reunidos em meeting solene no dia 17 corrente, e que fora encarregada de agradecer à imprensa que protestou mais energicamente contra a ideia aventuada pelo Sr. Affonso Celso, no senado, sobre a supressão dos trens de subúrbios.
> *Gazeta da tarde* (20 set. 1882)

O professor Pardal era o relator da referida comissão que receava ver os subúrbios despovoados e casas desabitadas que representavam "o capital acumulado à custa de imensos sacrifícios de operários e cidadãos". Com "eloquentes palavras", o professor, ex-proprietário de escravo, agradeceu ao redator do jornal, o abolicionista José do Patrocínio, pela atitude enérgica de se pronunciar contra a supressão dos trens. Patrocínio agradeceu e respondeu que a *Gazeta da Tarde* era a "folha do povo" e que não cumpria mais do que seu dever.

Iniciativas populares para reivindicar melhorias para as regiões em que moravam ou em favor de determinados sujeitos pareciam ser bastante comuns e podiam ser frequentemente vistas na imprensa. Os professores, como parte da população, não ficavam alheios às mobilizações. Em alguns casos, o envolvimento da escola e do professor com as mobilizações parecia ser significativo e com bastante proximidade, lançando mão do uso do próprio espaço escolar. O caso da reunião para organização da Associação de Saneamento da Capital do Império ilustra bem a situação (*O Globo*, 20 out. 1876). O evento ocorreu em 15 de outubro de 1876, na Escola Municipal São José, e contou com a presença de inúmeras pessoas, dentre as quais alguns professores como Pardal (diretor da escola) e Carlos Augusto Soares Brazil.

A organização dessa associação emergia a partir de um ponto de vista higienista que, diante das condições da cidade naquele momento, conclamava reação urgente da população, pois considerava "impossível permanecer por mais tempo indiferente ao espetáculo contristador que cada ano vai progressivamente apresentando a capital do Império debaixo do ponto de vista sanitário" (*O Globo*, 20 out. 1876). O discurso de abertura da sessão, proferido pelo médico Franklin do Amaral, remetia aos dados produzidos por um dispositivo que igualmente contou com a participação de professores: o recenseamento da população. Tal recenseamento não consistia em uma iniciativa da população, mas estava rela-

cionado a ela. O procedimento também fez uso do espaço escolar, pelo menos no caso da comissão de arrolamento responsável pelo recenseamento do 2.° distrito da freguesia de Santana da qual Pardal foi presidente. Sua primeira reunião ocorreu no Largo da Imperatriz, n.º 125, endereço da escola da freguesia de Santa Rita (*Diário do Rio de Janeiro,* 10 abr. 1870).

Outros professores também estiveram envolvidos com as atividades de recenseamento, como Amando de Araújo Cintra Vidal, membro da comissão de recenseamento da Corte da freguesia de Inhaúma (*Diário de Notícias*, 12 jun. 1872); Francisco Alves da Silva Castilho, na freguesia de Campo Grande (*Diário de Notícias*, 12 jun. 1872); João Correa dos Santos, na freguesia da Ilha do Governador (*Diário de Notícias*, 12 jun. 1872) e João Marciano de Carvalho, responsável pela freguesia de Santa Cruz (AGCRJ, códice 10.4.19, f. 82).

Não obstante Franklin Amaral apontar a existência de acusações de inexatidão e falsidade acerca dos resultados do censo defende que o trabalho foi, em boa parte das freguesias, "tão completo" quanto deveria ser e ressalta que estavam em sua direção "pessoas bem intencionadas, que rodearam-se de bons auxiliares" (*O Globo*, 20 out. 1876).

A nomeação de professores públicos entre os convocados para trabalhar no censo se insere bem na perspectiva levantada por Mattos (2004), já assinalada, dos professores como peças estratégicas na administração pública e construção do Estado; e também em uma ideia inspirada na análise de Carvalho (2007) de que a circulação por diferentes postos da administração pública conferia experiência política aos sujeitos. Embora se trate de proporções distintas, a atuação de professores em atividades locais dava a eles uma experiência local e publicidade de sua imagem que poderiam ser usadas em situações políticas.

A condição dos professores que os permitia estar em maior "contato com o povo", como disse o professor Brazil, colocava a figura do professor como agente em potencial para realizar este tipo de tarefa, considerando que ele já conhecia uma parte da população via escola. Cabe destacar que Franklin do Amaral relatou que alguns habitantes se recusaram a fornecer a lista da família e que os "agentes do censo" recorreram aos vizinhos para obter as informações.

A população também foi mobilizada quando o professor Pardal foi convocado para auxiliar em outra atividade, de caráter cívico e festivo: a organização dos festejos adotados pela Câmara Municipal para comemorar a "vitória decisiva dos exércitos aliados na República do Paraguai" (Câmara Municipal, 1868). A Câmara convocou os moradores a iluminarem a frente de suas casas por três dias

e nomeou comissões para enviarem esforços para a montagem de arcos triunfais, artefatos e iluminação nos locais públicos durante os dias festivos.

A vizinhança também poderia se reunir para dar apoio ou reconhecimento a alguém pela prestação de um serviço de interesse na localidade, como no caso de um empresário de barcas na freguesia de São Cristóvão (*Correio Mercantil*, 18 jul. 1852; *Diário do Rio de Janeiro*, 20 jul. 1852). Os moradores, entre eles os professores Joaquim Sabino Pinto Ribeiro e João Ferreira Moscoso, fizeram um abaixo-assinado dirigido ao governo imperial em que narram que um "empreendedor montou a expensas suas uma carreira regular de barcas", havia mais de três anos, com saídas de São Cristóvão e da Prainha, no centro de cidade, com horas certas e preços módicos. Para "bem servir ao público", construiu também com suas expensas uma ponte de embarque. No entanto, os moradores alegavam que os outros donos de barcos tomados pela inveja, em vez de se reunirem para também construírem suas pontes, resolveram disputar a do empresário:

> [...] invocando o termo de concessão lavrado pela capitania do porto para a construção dessa ponte, entendendo-o no seu mais amplo sentido, determinaram essa autoridade a mandar que a todo mundo, ao gozo e ao estrago que todos quisessem causar, fosse entregue a ponte pelo empresário construída (*Correio Mercantil*, 18 jul. 1852).

Devido à concorrência e às despesas com consertos e reparos na manutenção, o empresário suspendeu o serviço e, dessa forma, segundo os signatários, a ponte ia se arruinando, perdendo a empresa e, não menos, os moradores. O documento relata que o empresário havia requerido ao governo a concessão de propriedade de ponte, comprometendo-se "a conservá-la em perfeito estado de asseio, e a manter pelo ínfimo preço de estilo a carreira regular estabelecida, concedendo todavia aos botes de ganhos o gozo de desembarque na lingueta de pedra em que começa a ponte."

Diante disso, os moradores fizeram um abaixo-assinado de apoio ao pedido do empresário para que lhe fosse concedida a propriedade. A lista de assinaturas é bastante extensa e mostra que houve uma grande mobilização dos moradores em favor do empresário. Não foi possível saber como se deu a iniciativa, mas ela demonstra a organização da população e a agência coletiva que contava com professores em suas fileiras, a elaboração de estratégia que requeria uma participação de maior número de pessoas possíveis – o abaixo-assinado –, e sua divulgação na imprensa.

Outra ação de reconhecimento, mas de caráter individual, envolveu três professores públicos primários, em épocas distintas, a respeito do tratamento oferecido pelo médico Ricardo Kirk. O reconhecimento funcionava como demonstração de agradecimento público, mas também como propaganda do médico e do produto na sociedade carioca. Francisco Joaquim Nogueira Neves foi o primeiro localizado em agradecimento ao médico que curou doença do seu filho que há nove anos sofria de grande inflamação nas duas pernas. O tratamento se deu por meio de chapas medicinais em espaço de um ano: "Com quanto o dito Sr. fosse satisfeito com o diminuto estipêndio que recebeu do seu trabalho; eu seria falto de reconhecimento, se não conhecesse o grande benefício de que lhe sou devedor" (*Diário do Rio de Janeiro*, 04 jul. 1843).

O mesmo reconhecimento da eficácia no tratamento com as "chapas medicinais" de Ricardo Kirk pode ser visto nos casos de Joaquim Sabino Pinto Ribeiro, que atesta que sua esposa, depois de longo tratamento alopático sem resultados, achava-se plenamente restabelecida (*Correio Mercantil*, 04 nov. 1858); e de Joaquim José Cardoso de Siqueira Amazonas, que publicou nota em dois momentos distintos (*Diário do Rio de Janeiro*, 19 mar. 1857, e *Correio Mercantil*, 21 out. 1865). No primeiro anúncio, datado de 1857, o professor Joaquim, "abaixo-assinado, facultativo pela imperial Academia de medicina, médico-cirúrgica desta Corte", alerta para o cuidado de não confundi-la com outras chapas preconizadas por ocasião da epidemia de cólera. Na segunda nota, o professor que, também era médico, apontava as vantagens obtidas no tratamento da própria saúde, mais especificamente nas "inflamações no estômago, fígado, baço, etc, ainda que sua eficácia se estenda às lesões de outros órgãos". Apesar do reconhecimento, cabe destacar que o professor faleceu menos de um ano depois, em 26 de abril de 1866. Observa-se que o professor tinha agências de caráter profissional de dois tipos bastante diferentes, a docência e a médica.

Outra atividade que tinha relação com a localidade e da qual também fizeram parte professores primários ocorreu em associações locais que, pelas fontes encontradas, também sugeriam ter um caráter político, como a Associação Parochiana da freguesia de Santana, da qual Pardal foi conselheiro em 1857 (*O Correio da Tarde*, 31 mar. 1857). A reunião prevista para sua inauguração se daria em 14 de abril de 1857, nos salões do Museu Nacional (*Diário do Rio de Janeiro*, 14 abr. 1857). O lugar da reunião evidencia que a associação parecia ser de grande porte e reuniria muitas pessoas.

O professor Francisco Alves da Silva Castilho também era membro de uma associação que chama bastante atenção pelo nome: "Sociedade Beneficente e Propagadora dos direitos dos cidadãos da freguesia de Campo Grande". A nota de jornal, ao tratar de suas primeiras realizações, já aponta as intrigas entre tais tipos de associações e a política local. Parecia ter a intenção de provar a veracidade dos objetivos da sociedade e da atuação do grupo, "tapar a boca da maledicência ou fazer emudecer aos incrédulos", frente à descrença em torno de tais instituições que estariam ligadas às desgraças dos "desfavorecidos da fortuna", ocasionadas pelo "inocente exercício do mais importante dos seus direitos constitucionais, isto é, o de votar nas eleições primárias" (*Correio da Tarde*, 28 jan. 1860). O texto atrela os direitos dos cidadãos ao direito de votar nas eleições, aspecto destacado por Mattos quando discute que a Constituição de 1824, ao reconhecer os direitos civis dos cidadãos brasileiros, diferenciou-os em função de suas posses por meio do voto censitário em três gradações: "o cidadão passivo (sem renda suficiente para ter direito a voto), o cidadão ativo votante (com renda suficiente para escolher, através do voto, o colégio de eleitores), e o cidadão ativo eleitor e elegível" (2000, p. 20-21). A palavra "propagadora" trazida no nome da sociedade poderia sugerir a ideia de ajudar aos "cidadãos passivos" a se tornarem ativos por meio dos auxílios fornecidos pela instituição. As críticas dirigidas a esse tipo de associação poderia sugerir igualmente que tal auxílio seria movido por interesses eleitoreiros.

No entanto, entre os exemplos usados para comprovação de que seguia seus estatutos, situam-se a ajuda aos enfermos e a entrega de esmolas. Para ilustrar que a sociedade estava "ocupando-se com negócios importantes em benefício da freguesia", o artigo menciona a proposta do professor Castilho acerca da necessidade de escolas particulares nos pontos da freguesia que estavam fora do alcance da escola pública:

> Esta proposta, que foi acolhida com geral aplauso, tem por objetivo uma representação promovida pela sociedade, pedindo ao governo medidas que facilitem o ensino particular nos pontos afastados da escola pública a todos que puderem dar à mocidade os elementos mais indispensáveis da instrução pública.

Embora o texto não informe quais eram as medidas que reivindicavam ao governo, é possível inferir que ela se desse por meio da subvenção de escolas particulares para o ensino de crianças pobres. O professor também ofereceu à

sociedade seus serviços em benefício da instrução de adultos. A presença de um professor como sócio da instituição, que fazia propostas para melhorar o ensino na localidade, corroborava a legitimação das atividades da sociedade – que poderia ser também usar a instrução como meio para "propagar direitos dos cidadãos" da freguesia –, bem como fortalecer o nome de Castilho como eleitor, como coincidentemente ocorreu em 1861, no ano seguinte ao da fundação da sociedade.

O conjunto de casos levantados mostram as agências de professores na vida local no sentido de conseguir melhorias urbanas para a região, dar apoio a atividades de determinados sujeitos e lançar mão de sua imagem de professor para ajudar a legitimar agências coletivas. As ações de instituições como a Sociedade Beneficente e Propagadora dos Direitos dos Cidadãos da freguesia de Campo Grande mostram que as atuações locais também poderiam estar ligadas aos processos eleitorais, analisados a seguir.

Política: "Não são esses cidadãos a atividade e o centro do partido nas suas localidades?"

> ... mandai ao parlamento quem, em vossa consciência, possa, pelos seus comprovados talentos, ilustração, probidade e elevadíssimo caráter, promover a resolução do magno problema de nossa vida social.
>
> Carta dos professores aos eleitores do 1.º Distrito da Corte (1881)

A Carta de 1881 era um texto de campanha para eleição de Carlos Leôncio de Carvalho que, dois anos antes, havia promovido a reforma da instrução na Corte e do ensino superior em todo o Império. Assinavam a carta 58 professores, de nível superior, como os da Faculdade de Medicina; do ensino secundário, como os do Colégio Pedro II; e do ensino primário: Frazão, Sabino, Lisboa, Cony, Póvoas Pinheiro, Carneiro, Augusto Amazonas, Gustavo Alberto e Gomes da Silva (*Gazeta de notícias*, 30 out. 1881). A carta foi publicada durante vários dias e demonstrava o empenho de uma categoria profissional, de diferentes níveis de ensino, na eleição de um sujeito do Partido Liberal em torno do qual nutriam esperanças de melhorias na área educacional. Interessante destacar que Leôncio de Carvalho, anos antes, enquanto Ministro do Império, havia afirmado em seu relatório que os professores públicos não deveriam se envolver "nas lutas de que é arena a política" (Relatório do Ministro do Império de 1877, p. 24), o que serve para ilustrar que as posições políticas poderiam ser mais provisórias, de acordo

com os jogos e disputas em cena, do que constituir arranjos rígidos ou inegociáveis nas tramas eleitorais.

A atuação dos professores na política não ficava restrita aos discursos e abaixo-assinados de apoio. Também havia uma atuação ativa como votante, eleitor, candidato ou membro partidário, conforme podemos observar no quadro a seguir.

Quadro 23 – Professores no cenário político-eleitoral

N.	Professor	1ª aparição	Condição
1	Venancio José da Costa	1847	Votante de Paquetá (Gazeta Oficial do Império do Brasil, 25 jan. 1847).
2	Candido Matheus de Faria Pardal	1850	Suplente de eleitor; eleitor; e vereador (?)
3	Marcos Bernardino da Costa Passos	1850	Suplente de eleitor do Engenho Velho (Diário do Rio de Janeiro, 21 jan. 1850).
4	Joaquim Sabino Pinto Ribeiro	1860	Votante, nota pedindo voto para o cargo de eleitor (Correio Mercantil, 29 out. 1856); eleitor de São Cristóvão (Correio Mercantil, 29 dez; 1860); candidato a eleitor pela chapa governista (Diário do Rio de Janeiro, 05 jan. 1861).
5	Luiz Thomaz de Oliveira	1856	Candidato a eleitor no engenho velho (Correio Mercantil, 25 out. 1856); suplente de eleitor (Diário do Rio de Janeiro, 10 nov. 1856).
6	Antonio Cypriano de Figueiredo Carvalho	1856	Candidato a eleitor da freguesia de Santana, com discurso político (Correio mercantil, 20 out. 1856); Votante (Diário do Rio de Janeiro, 26 jan. 1877).
7	Antonio Pinto da Costa de Souza Brandão	1859	Escrutador da mesa eleitoral de Inhaúma (Correio Mercantil, 19 jan 1859).
8	Joaquim José Cardoso de Siqueira Amazonas	1860	Eleitor da freguesia de São Cristóvão (Diário do Rio de Janeiro, 10 ago. 1860).
9	José Bernardes Moreira	1860	Votante da freguesia de Santana (Correio da Tarde, 11 maio 1860).
10	Francisco Alves da Silva Castilho	1861	Eleitor pela freguesia de Campo Grande (Diário do Rio de Janeiro, 12 jan. 1861).
11	João Marciano de Carvalho	1863	Eleitor pela chapa progressista da freguesia de Santa Cruz (Diário do Rio de Janeiro, 12 ago. 1863).
12	Joaquim Antonio da Silva Bastos -	1863	Eleitor do partido progressista da freguesia de Guaratiba (Diário do Rio de Janeiro, 14 ago. 1863).

13	Manoel José Pereira Frazão	1868	Suplente de eleitor da freguesia da Glória (Correio Mercantil, 24 jul. 1868).
14	Jose Joaquim Pereira de Azurara	1869	Eleitor da freguesia de Guaratiba (AL, 1869).
15	Gustavo José Alberto	1876	Lista de qualificação de votantes, 38 anos, casado (Diário do Rio de Janeiro, 15 jul. 1876).
16	Carlos Augusto Soares Brazil	1876	Lista de qualificação de votantes, 37 anos, casado (Diário do Rio de Janeiro, 15 jul. 1876).
17	Augusto Candido Xavier Cony	1876	Lista de qualificação de votantes, 33 anos, casado, filho de Diego José Cony (Diário do Rio de Janeiro, 14 jul. 1876); eleitor da freguesia de Santana (AL, 1878).
18	José Alves da Visitação	1877	Lista de qualificação de votantes, 24 anos, solteiro, filho de Joaquim Alves da Visitação (Diário do Rio de Janeiro, 22 jan. 1877).
19	Januário dos Santos Sabino	1877	Lista de qualificação de votantes, 39 anos, casado (Diário do Rio de Janeiro, 09 fev. 1877); eleitor da freguesia de Santana (AL, 1880).
20	José Theodoro Burlamaque	1877	Lista de qualificação de votantes, 44 anos, solteiro (Diário do Rio de Janeiro, 19 fev. 1877).
21	Joaquim José de Souza Ribeiro	1877	Votante (Diário do Rio de Janeiro, 28 jun. 1877).
22	João Pedro dos Santos Cruz	1877	Lista de qualificação de votantes, 35 anos, casado (Diário do Rio de Janeiro, 18 jan. 1877).
23	Amando de Araújo Cintra Vidal	1877	Lista de qualificação de votantes, 36 anos, casado (Diário do Rio de Janeiro, 16 jan. 1877).
24	Carlos Antonio Coimbra de Gouvea	1877	Lista de qualificação de votantes, 28 anos, casado (Diário do Rio de Janeiro, 21 jan. 1877).
25	José João de Povoas Pinheiro	1877	Lista de qualificação de votantes, 26 anos, solteiro (Diário do Rio de Janeiro, 21 jan. 1877).
26	Olympio Catão Viriato Montez	1877	Lista de qualificação de votantes, 36 anos, casado (Diário do Rio de Janeiro, 03 mar.1877); Presidente da mesa paroquial das eleições para vereador (O Cruzeiro, 23 fev. 1878).
27	João Ferreira Moscoso	1878	Eleitor da chapa liberal (Diário do Rio de Janeiro, 09 ago. 1878); Constava na lista da chapa liberal da freguesia do Espírito Santo (A Reforma, 03 ago. 1878); eleitor da freguesia do espírito Santo (Diário do Rio de Janeiro, 09 ago. 1878).

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas informações levantadas nos jornais da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e no *Almanak Laemmert*.

O quadro 22 não representa uma pesquisa exaustiva dos nomes dos professores nos periódicos em razão dela estar centralizada na investigação do professor

Pardal. Portanto, outros professores que não estão citados no quadro também poderiam estar envolvidos com as eleições.

Conforme mencionado, o "votante" era aquele que, participando das eleições primárias, elegia o chamado "eleitor". Deveria possuir uma renda de 200 mil réis (fato que tecnicamente permitiria a todos os professores homens serem votantes) e não havia exigência de saber ler e escrever até 1881. A lista de qualificação de votantes publicada nos jornais é um documento muito rico, pois apresenta uma espécie de currículo pessoal sucinto, informando nome, filiação, idade, "estado civil", instrução, renda e profissão. Vários professores foram encontrados em tais listas, demonstrando que eles se interessavam por questões políticas ou que eram cooptados para participarem das eleições. De uma forma ou de outra, o envolvimento, ainda que no âmbito das eleições primárias, torna-se evidente.

No caso dos eleitores, era exigida renda de 400 mil réis e precisavam ser eleitos pelos votantes. Pardal e Marcos Bernardino (que ainda não era professor público à época) são os professores mais antigos encontrados como eleitores, ambos na condição de suplentes, em 1850. Observa-se que os professores eleitores identificados no quadro eram de diferentes freguesias, entre urbanas e rurais, e ao atuarem nos processos eleitorais, ajudavam a configurar o cenário político da época.

Havia professores ligados ao Partido Progressista, ao Liberal e ao Conservador, o que demonstra que não existia somente uma posição política no interior da categoria e nem que isso impedisse os professores de grupos políticos diferentes de agirem juntos em prol da classe. Apesar das rivalidades no interior do magistério público primário, evidenciados pela imprensa pedagógica (Villela, 2002b), havia uma tentativa de passar uma imagem de união do grupo, aspecto que fica evidente em artigo da folha *A verdadeira Instrução Pública* – presidida por Manoel Frazão e dirigida por comissão composta por Pardal e mais alguns professores –, que rebatia as suspeitas de dissidência.

> Por outro lado blasonam de ter ao seu lado os distintos professores Costa e Cunha, e Castilho, dos quais fazem apologia.
> Mas, que querem inferir do fato de escreverem esses ilustres professores de preferência na *Instrução Pública*? Que são nossos inimigos, ou que estão em dissidência? Forte ingenuidade! Pois nós interpretamos a coisa de outro modo. Esses dignos cavalheiros não querem que suas asserções sejam apreciadas como são as nossas; lá nisso eles fazem justiça ao caráter de nossos adversários.

> E depois, se o ter escrito na *Instrução Pública* significasse dissidência, então nosso companheiro de lide, o ilustre professor Marques, seria também dissidente!
> Ora, meus amigos, outro ofício! Estamos mais unidos do que nunca o estivemos! (*A verdadeira Instrução Pública,* 15 jul. 1872)

O recado dirigido à folha *A Instrução Pública*, embora não trate de questões partidárias, aponta as tensões políticas existentes entre os membros dos jornais. No entanto, a redação de *A Verdadeira Instrução Pública* parecia cuidar para não serem interpretadas como enfraquecimento da categoria, em um momento em que estavam ganhando terreno e mais visibilidade nos debates da época. Os professores admitiam a existência de discordâncias, mas não de dissidências. E alfinetavam: não eram "políticos" que falavam de educação, eram do ofício docente; por isso, mais unidos do que nunca. Mas, se não admitiam a existência de intrigas internas na categoria, o mesmo não se dá no caso dos grupos políticos nos quais os professores também circulavam e cujas tramas surtiam efeitos no exercício docente. Nesse sentido, cabe lembrar a exoneração de Polycarpo José Dias da Cruz do cargo de professor público primário e a de Pardal do cargo do diretor das escolas municipais por motivos políticos.

Para se inserirem na política via eleição de segundo grau, alguns professores apelavam para algumas estratégias como publicar nota nos jornais para votar, ser votado e agradecer votos. O professor da escola pública de Inhaúma em 1856, Joaquim Sabino Pinto Ribeiro, pode servir de exemplo para os dois primeiros. A estratégia discursiva do professor é bastante interessante e pode ser vista na nota publicada em 29 de outubro 1856, intitulada "Candidatura ao honroso e popular encargo de eleitor!". Os adjetivos chamam a atenção: "honroso" e "popular", dando a ver as representações em torno do cargo. O professor informa que ainda havia vaga na sua lista para votar em eleitor e pede, a fim de que os candidatos não fiquem lhe devendo favores, para que também votem nele, usando como argumento de valorização e legitimidade da candidatura o fato de morar há dezoito anos na freguesia. Apelava para a tradição de se confiar em quem não era "forasteiro".

Figura 27 – Nota sobre a candidatura de Joaquim Sabino

Candidatura ao honroso e popular encargo de eleitor!

O abaixo assignado tem a honra de lembrar a seus amigos candidatos ao eleitorado da freguezia do Engenho Velho, e que até agora lhe não communicárão o seu desejo a respeito, que ainda ha logar na sua lista para admissão de alguns nomes; portanto podem mandar até sabbado. 1º de nobembro, os seus endereços. E para lhe não ficarem em obrigação, pede-lhes em seu favor o seu voto para o referido encargo desta mesma freguezia, onde o abaixo assignado é domiciliario ha 18 annos.

Joaquim Sabino Pinto Ribeiro.

S. Christovão, 28 de outubro de 1856.

Fonte: *Correio Mercantil*, 29 out. 1856, Biblioteca Nacional.

No caso de Francisco Alves da Silva Castilho, da freguesia de Campo Grande, o professor publica nota agradecendo aos "comparoquianos" e aos amigos que se empenharam na sua candidatura a eleitor (*Correio Mercantil*, 27 jan. 1861), demonstrando que havia uma rede de relações que o permitiu sustentar uma candidatura a eleitor na freguesia rural onde residia e trabalhava como professor. Agradece também aos adversários da chapa pela bondade, delicadeza e cavalheirismo com que foi tratado. O tom de agradecimento pode sugerir a existência de tensões produzidas por disputas no interior da própria chapa que poderiam ter sido amenizadas no caso de Castilho.

Figura 28 – Agradecimentos de Castilho

O professor da freguezia do Campo-Grande aos seus comparochianos.

Não só por me não ser possivel dirigir-me pessoalmente a todos os meus comparochianos que me honrárão com o seu voto para eleitor da freguezia do Campo-Grande, como porque desejo dar um publico testemunho do meu agradecimento para com os amigos que favoravelmente tomárão o empenho de sustentarem minha candidatura, declaro que tenho na mais subida consideração a honra e favor que de todos recebi nesta eleição; e ainda mesmo aos adversarios da chapa por que fui apresentado cumpre-me agradecer toda a bondade, delicadeza e cavalheirismo com que fui tratado durante o curso da eleição.

FRANCISCO ALVES DA SILVA CASTILHO.

Este artigo, datado do dia 9 do corrente, não tendo sido até hoje publicado por esquecimento de quem me tinha feito o favor de leva-lo á typographia, é de novo enviado em 21 de janeiro de 1861.

Fonte: *Correio Mercantil*, 27 jan. 1861, Biblioteca Nacional.

Por outro lado, notas de jornais acerca de fraudes eleitorais também poderiam trazer nomes de professores. Em uma delas, menciona-se que o professor Joaquim Antonio da Silva Bastos reclamou de irregularidade na eleição de 1878, pelo fato da mesa ter deliberado a favor de um pedido, feito no próprio dia das eleições, de dezessete votantes para votar (*O Cruzeiro*, 1878). O problema veio à tona com o sumiço de duas folhas de votantes que não haviam comparecido, cuja culpa recaía em torno de quatro ou cinco dissidentes “despeitados pelo malogro de suas pretensões”. Embora o artigo não acuse o professor pelo sumiço, o fato de Joaquim Bastos ter reclamado, mas não ter apresentado o “protesto” formalmente, como havia declarado, poderia tê-lo colocado no rol dos suspeitos ou ao menos ter favorecido o evento ao repassar informações.

Pardal era eleitor pela freguesia de Santana, mesma freguesia onde mais tarde outro professor, Augusto Candido Xavier Cony, aparecerá nas listagens de eleitores. Nas eleições de 1872, a apuração dos votos pôde ser acompanhada diariamente pelos jornais e o resultado final apontou Pardal em 6.° lugar com 736 votos, sendo que o primeiro colocado obteve 751, diferença muito pequena, deixando para trás um Visconde (de Itamaraty) e o Conselheiro Antonio Félix Martins (seu "chefe" no Conselho Diretor da Inspetoria Geral de Instrução). Dias depois, o jornal publica a "ultima e definitivamente [*lista*] adotada pelos conservadores da mesma freguesia" em que Pardal aparece em 10.° lugar (*Correio do Brazil*, 09 nov. 1872). Muitos dos votos que o professor primário recebeu podem ter sido conquistados por transitar e ganhar visibilidade em diferentes organizações sociais. Essa pode ter sido a última eleição em que Pardal foi candidato a eleitor pela freguesia de Santana.

A informação de que Cony era eleitor pela freguesia de Santana foi localizada no *Almanak Laemmert* de 1878, período em que Pardal já havia alterado seu domicílio eleitoral, por ter mudado sua residência para o Engenho Novo. No entanto, a filiação partidária de Cony era outra. A *Gazeta da Tarde* (20 abr. 1882) noticiou que o eleitorado liberal da paróquia de Santana, sob a presidência do médico, político, ex-presidente da Câmara Municipal, Adolpho Bezerra de Menezes, elegeu para o diretório do Partido Liberal cinco indivíduos, sendo um deles Augusto Candido Xavier Cony. Cony dividia a responsabilidade com o médico Pedro Borges Leitão, o tenente Joaquim Duarte do Nascimento (AL, 1880), o médico e vereador Amaro Manoel de Moraes (AL, 1880) e Antonio Joaquim Lázaro Ferreira, amanuense da Junta Central de Higiene Pública (AL, 1880) – os dois últimos, juízes de paz da freguesia de Santana (AL, 1880). Um professor público primário, um militar, um empregado público e dois médicos agindo juntos em nome do Partido Liberal na localidade, na qual Pardal atuou por vários anos pelo Partido Conservador. Tal fato sinaliza a agência de professores em atividades partidárias locais também como representantes de partidos.

Cony igualmente atuou vários anos junto ao Partido Liberal. Podemos ver seu nome ainda como membro do diretório local em 1889, em um texto que comenta disputas e divergências no interior do Partido. O artigo escrito por Henrique Alves de Carvalho - que se defendia da intenção de um correligionário de retirá-lo da disputa nas eleições -, faz uma lista dos membros dos diretórios paroquiais do Partido Liberal, na qual consta o nome de Cony, que teriam apoiado sua candidatura. Uma observação que Henrique faz ao final da listagem

chama atenção: "Não são esses cidadãos a atividade e o centro do partido nas suas localidades?" (*Gazeta da Tarde*, 10 jul. 1889). A observação data do último ano do Império e pode evidenciar um longo processo de atuações diversas – e até controversas – junto às localidades, contando com professores em suas fileiras.

A mesma freguesia de Santana teve ao longo de três décadas sempre um professor público primário na condição de eleitor, contribuindo para a configuração política das instâncias de governo e das disputas locais. Embora Pardal e Cony fossem ligados a partidos opostos, a rivalidade política não se traduzia em desavenças pessoais. Cony e Pardal, por exemplo, adotaram experiências pedagógicas similares, como a apropriação do sistema Rapet, e notas na imprensa registram elogios de Cony ao trabalho de Pardal.

Na década de 1880, quando residia no Engenho Novo, Pardal apareceu em uma lista publicada em jornal na condição de vereador (*O Paiz*, 02 set. 1885). A nota informava que os vereadores haviam entregado ao tesouro da Câmara Municipal uma quantia "agenciada" na freguesia do Engenho Novo. Essa foi a única menção encontrada ao posto de vereador ocupado por Pardal durante a pesquisa, não sendo possível obter mais informações acerca do fato ou verificar se a nota havia incorrido em erro ao incluir o nome de Pardal. A lista de vereadores publicada pelo *Almanak Laemmert* nesse período não traz o nome de Pardal, por exemplo. Todavia, a possibilidade de eleição de um professor jubilado para um cargo mais alto nos processos eleitorais poderia sugerir a conquista/construção de uma importância e imagem pública ao longo da sua trajetória no cenário carioca.

Outro cargo que estava relacionado às eleições era o de juiz de paz, eleito nas eleições de segundo grau, juntamente com os vereadores. A reforma do Código do Processo Criminal em 1841 limitou os seus poderes, mas sua figura continuou representando uma autoridade local de controle social. Os incisos do artigo 91 do Código que se referem ao papel do juiz de paz eram:

> § 4º Fazer por em custodia o bêbedo, durante a bebedice.
> § 5º Evitar as rixas, procurando conciliar as partes; fazer que não haja vadios, nem mendigos, obrigando-os a viver de honesto trabalho, e corrigir os bêbedos por vicio, turbulentos, e meretriz escandalosas, que perturbam o sossego público, obrigando-os a assignar termo de bem viver, com cominação de pena; e vigiando sobre seu procedimento ulterior.
> § 6º Fazer destruir os quilombos, e providenciar a que se não formem.
> § 7º Fazer auto de corpo de delito nos casos, e pelo modo marcados na lei.

> § 9º Ter uma relação dos criminosos para fazer prende-lo, quando se acharem no seu distrito [...].
> § 14º Procurar a composição de todas as contendas, e dúvidas, que se suscitarem entre moradores do seu distrito, acerca de caminhos particulares, atravessadouros, e passagens de rios ou ribeiros; acerca do uso das aguas empregadas na agricultura ou mineração; dos pastos, pescas, e caçadas; dos limites, tapagens, e cercados das fazendas e campos; e acerca finalmente dos danos feitos por escravos, familiares, ou animais domésticos.

Pardal exerceu o cargo na freguesia do Engenho Novo quando já tinha se aposentado. Outros professores também exerceram a função ou, ao menos, se candidataram a ela: Simão Bernardino Costa Passos – Juiz de direito do Engenho Velho (*Correio Mercantil*, 15 maio 1848); Joaquim Sabino Pinto Ribeiro – agradece a indicação para juiz de paz, mas por achar "voto perdido" indica outros três nomes para o cargo (*Correio Mercantil*, 27 jun. 1856); Joaquim José Cardoso de Siqueira Amazonas – em uma lista para concorrer ao cargo de juiz de paz foi apresentado como médico e professor público (*Correio Mercantil*, 09 maio 1858); Joaquim José Cardoso de Siqueira Amazonas – anúncio de onde atenderá na função de juiz de paz, que era mesmo endereço da escola (*Diário do Rio de Janeiro*, 25 jan. 1861), juiz de paz da freguesia de São Cristóvão no período de 1861 a 1864 (AL, 1861); João Ferreira Moscoso – candidato monarquista a juiz de paz (*Gazeta da Tarde*, 03 ago. 1886); Olympio Catão Viriato Montez – suplente de juiz de paz (*Gazeta de Notícias*, 18 fev. 1878) e juiz de paz de Paquetá (AL, 1881). A presença de professores primários na função de juiz de paz também foi identificada por Munhoz (2012) na 5ª Comarca de São Paulo, incluindo os postos de júri e vereador, servindo de exemplo para demonstrar que o envolvimento docente em tais atividades também se dava em outras regiões do país.

Flory (1986) ressalta a importância local e informal do juiz de paz. Em sua paróquia "era uma personalidade de carne e osso cujos poderes estavam definidos em igual medida pelas pressões individuais e comunitárias que pelos estatutos e decretos" (p. 109, tradução nossa).[2] Um professor público primário era uma pessoa de carne e osso conhecida também por sua atuação profissional. Ao ocupar o posto de juiz de paz, poderia mesclar funções diferentes, mas correlatas: educar

[2] No original: "era una personalidad de carne y hueso cuyos poderes estaban definidos en igual medida por las presiones individuales y comunitarias que por los estatutos y decretos".

e ajudar a manter a ordem, encarnando assim duas "missões". O mesmo indivíduo era, pelo menos, ao mesmo tempo, eleitor, juiz e professor público: "como era uma figura tão básica e um produto de seu ambiente, descrever o juiz de paz imperial é, em grande parte, descrever a vida política e social da comunidade paroquial brasileira" (p. 109, tradução nossa).[3] Dessa forma, no caso das freguesias em que havia a atuação mais intensa dos professores públicos primários, pode-se pensar que descrever o juiz de paz também pode ser descrever a vida política, social e escolar daquele espaço.

O interesse dos professores públicos primários em ocupar o posto de juiz de paz também chama atenção, bem como o fato de exercerem o ensino e o juizado no mesmo lugar, o prédio da escola pública. Era sinal de que a escola, mais do que um espaço de ensinar as primeiras letras, poderia representar um lugar político, concentrando a política de instrução e a política de resolução de problemas locais. De tal forma, a presença de uma escola na localidade poderia gerar mais efeitos do que os esperados pela escolarização primária, dependendo do envolvimento do professor com as agências sociais. Efeitos eleitoreiros, ordenadores, punitivos, conciliadores. Nesse sentido, a importância do papel da escola na paróquia poderia extrapolar as intenções almejadas com o processo de escolarização, visto que poderia estar intensamente envolvida com outros processos políticos e sociais.

O juizado de paz era visto como um instrumento para garantir a "independência judicial" juntamente com outro mecanismo, o de jurado (Flory, 1986). Ser convocado para compor o júri da Corte também tinha relação com as eleições, pois seus membros eram designados a partir do quesito de probidade e do critério de elegibilidade nas eleições de segundo grau. Pardal foi selecionado para o júri várias vezes em sessões em que o promotor público foi seu ex-aluno Antonio Ferreira Vianna – que viria a se tornar inspetor das escolas municipais em 1872 –, que ocupava um posto que participava diretamente da qualificação de jurados.

Além de Pardal, havia uma quantidade significativa de professores convocados para compor o júri da corte: Luis José de Mello (*Correio Mercantil*, 07 nov. 1848); João José Pereira Sarmento (*Diário do Rio de Janeiro*, 18 jan. 1834); Felizardo Joaquim da Silva Moraes (*Diário do Rio de Janeiro*, 18 mar. 1830); João Ferreira Moscoso (*Gazeta de Notícias*, 07 abr. 1880); Joaquim José de Souza Ribeiro (*Gazeta de Notícias*, 10 jun. 1888); Antonio Pinto da Costa de Souza Brandão (*Correio*

[3] No original: "como era una figura tan básica y un producto de su ambiente, describir al juez de paz imperial es, en gran parte, describir la vida política y social de la comunidad parroquial brasileña".

Mercantil, 21 jul. 1868); José Bernardes Moreira (*Diário do Rio de Janeiro*, 13 nov. 1873); João da Matta Araujo (*Gazeta de Notícias*, 05 ago. 1885); Antonio Cypriano de Figueiredo Carvalho (*Correio Mercantil*, 17 abr. 1858); José Joaquim Xavier (*Diário do Rio de Janeiro*, 30/05/1871); Gustavo José Alberto (*Diário do Rio de Janeiro*, 10 jul. 1877); Olympio Catão Viriato Montez (*Gazeta de Notícias*, 09 ago. 1881); Antonio Candido Rodrigues Carneiro (*Gazeta de Notícias*, 04 nov. 1885); e João Pedro dos Santos Cruz (*Gazeta de Notícias*, 08 nov. 1883).

Flory (1986) afirma que as elites se evadiam do dever de jurado porque era um cargo que tomava tempo e porque a presença de pessoas humildes tornava-os mal dispostos a servirem no papel. No entanto, nos conselhos de júri formados e divulgados na imprensa é possível ver a presença de pessoas consideradas de importância, da chamada "boa sociedade".

No Rio de Janeiro, a lei prescrevia seis sessões do júri ao longo do ano. O processo de julgamento possuía várias etapas. Em uma delas, o juiz lia um resumo dos depoimentos e fazia perguntas aos jurados a respeito da existência do delito, da culpabilidade, do grau de culpabilidade e se requeria indenização. Se os jurados declarassem o réu culpado, o juiz de direito ditava a sentença "sendo este virtualmente seu único papel direto em todo o processo" (Flory, 1986, p. 187, tradução nossa).[4]

A primeira aparição de Pardal como membro do júri, no material pesquisado, ocorre em O *Correio da Tarde* de 25 de fevereiro 1860, numa lista que incluía também Justiniano José da Rocha no corpo de jurados sorteados para sessão de 14 de fevereiro de 1860; e a última no jornal *Brazil* – Órgão do Partido Conservador de 03 de dezembro de 1884. Em tais notas, não havia a descrição dos casos a serem julgados. Mas na sessão tratada no *Correio Mercantil* de 08 de agosto de 1861, em que Pardal estava listado como jurado e o promotor também era Antonio Ferreira Vianna, os tipos de casos apresentados foram de homicídio, furto, estelionato e resistência. Crimes de diversas categorias, acerca dos quais o professor Pardal emitiria mais um tipo de parecer, entre vários que sua profissão lhe outorgava.

Cabe ressaltar que professores também ocuparam outros postos que demandavam contato muito próximo com a população, como de suplente ou subdelegado de polícia. Desse modo, observa-se que a atuação do professor público primário estava comprometida com a escolarização da população, mas

[4] No original: "siendo éste virtualmente su único papel directo en todo el procedimiento".

igualmente, por meio de outros tipos de relações oficiais, com ações direcionadas aos habitantes do entorno da escola.

Associações beneficentes e auxiliadoras

Em 1847, Pardal aparecia na lista dos convidados para serem sócios efetivos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (*O Auxiliador da Indústria Nacional*, 15 set. 1847), cujo aceite foi registrado no periódico da Sociedade no mês seguinte (27 out. 1847). Ele foi indicado pelo secretário perpétuo da Sociedade, Emilio Joaquim da Silva Maia, que também era professor no Imperial Colégio de D. Pedro II de história natural, geologia e ciências físicas.

Inspirada na *Société d'encouragement pour l'Industrie Nationale*, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), segundo Carvalho (2007) foi criada em 1827 e não se referia à indústria no sentido atual, mas à atividade produtiva em geral que na época era a agrícola. Ressalta que também não se tratava de "um organismo de natureza política, capaz de pressionar o governo em favor de medidas de defesa da indústria, agrícola ou não" (p. 52). Em primeiro lugar, porque recebia dinheiro do governo e, em segundo, porque os secretários-gerais que davam o "tom das posições" da SAIN o faziam em um sentido mais técnico-científico do que político.

Assim, Carvalho assinala que a SAIN era mais próxima de um centro de estudos ou sociedade literária, sendo a participação dos políticos "mais simbólica e honorífica do que instrumental" (p. 52). Ela servia de "fórum no qual os elementos mais progressistas defendiam seus pontos de vista", como a substituição da mão de obra escrava, clamor que não obteve muito êxito. No entanto, elementos do governo usavam os estudos da sociedade para defender certas reformas. Em vista disso, Carvalho defende que outra instituição, a Associação Comercial, teria tido peso maior na política por tentar influenciar eleições e pressionar o congresso.

A SAIN possuía um periódico, *O Auxiliador da Indústria Nacional*, publicado a partir de 1833: "uma atividade de difusão do conhecimento científico e tecnológico produzido no interior de uma comunidade específica, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional" (Barreto, 2009, p. 270). Cabe assinalar que a SAIN também teve participação na fundação de outras sociedades como a Sociedade de Colonização, em 1835, o Instituto Histórico e Geográfico Brasi-

leiro, em 1838, e o Instituto Fluminense de Agricultura, em 1860 (Schueler e Gondra, 2008).

Barreto (2009) assinala ainda a iniciativa da SAIN de obtenção de tecnologia. Seu primeiro estatuto oficial registra a disposição de "comprar máquinas, modelos e inventos que pudessem concorrer para o aumento da prosperidade, e manter um 'Deposito e Conservatorio das Machinas, e Modellos', onde os instrumentos adquiridos seriam mantidos em bom estado e asseio" (2009, p. 199). A obtenção de tecnologia também se dava por meio de outras estratégias, como a dos concursos:

> A associação funcionaria, portanto, como um órgão consultivo, destinado a promover concursos que estimulassem novos inventores e cientistas a desenvolver máquinas e conhecimentos úteis ao progresso do Império. Para tal função, teria associados qualificados, instruídos em Ciências, que tivessem a capacidade de julgá-los não só pela sua originalidade, mas pela sua funcionalidade (p. 204).

A autora destaca a organização de comissões avaliadoras de acordo com as áreas, das quais fez parte outro professor público primário da Corte, Manoel José Pereira Frazão, que foi, segundo registro do *Almanak Laemmert* de 1868, membro da "Comissão de comércio e meios de transportes" da SAIN. *O Auxiliador* registra seu nome como sócio na lista de 1867 (*O Auxiliador da Indústria Nacional*, 1866). Frazão possuía formação eclesiástica, que abandonou dois anos antes de ser ordenado. Foi estudar na Escola Militar na qual fez o curso de matemática pura, cálculo diferencial e integral e ciências naturais (Blake, 1899). A passagem pela Escola Militar pode ter dado a Frazão uma formação que o permitia participar do trabalho de avaliação requerido pela comissão na SAIN.

Todos os sócios que estivessem devidamente diplomados poderiam assistir a qualquer sessão, propor memórias e escritos que contribuíssem para o melhoramento da indústria ou andamento da sociedade, bem como utilizar a biblioteca, examinar as máquinas, consultar arquivos, atas e registros do Conselho (Barreto, 2009). Tais espaços no interior da SAIN poderiam favorecer o contato de seus membros com as inovações e teorias estrangeiras, propiciando a circulação internacional de ideias. Torna-se importante ressaltar esta possibilidade tendo em vista que neste estudo se pretende também compreender as formas de acesso dos professores públicos primários às teorias pedagógicas estrangeiras no século XIX.

Iniciativas de caráter pedagógico igualmente faziam parte da SAIN. Em 1848, houve uma reforma dos estatutos, um ano após a entrada de Pardal como sócio efetivo, o que pode ter permitido Pardal participar das discussões que pretendiam alterar o documento. Barreto aponta que os novos estatutos estabeleceram "a institucionalidade da associação como um espaço de caráter educacional" (2009, p. 224). Assim, a Sociedade visava colocar à disposição do público máquinas, biblioteca especializada, coleção de produtos naturais, um periódico e aulas para desenvolver as doutrinas industriais.

Porém, apesar da intencionalidade educativa ter sido institucionalizada na reforma de 1848, Barreto (2009) alerta que discussões sobre a implantação de uma escola normal agrícola iniciaram-se, anteriormente, em 1836:

> A Escola funcionaria como um estabelecimento técnico, cujo objetivo central seria o de capacitar jovens e adultos a melhorar a produção agrícola através do conhecimento das novas técnicas, assim como do uso de novas ferramentas e máquinas que dinamizassem esse processo. Funcionaria também como um laboratório, no qual seriam testadas as experiências nacionais e estrangeiras no setor, e máquinas e modelos aprovados ou comprados pela Sociedade (p. 238).

No entanto, somente após 35 anos de discussão, a Escola Normal Agrícola foi inaugurada, em 1871, no mesmo ano da escola noturna para adultos. Na escola noturna podemos observar a presença de outro professor público primário da Corte, João Rodrigues da Fonseca Jordão (*O Auxiliador da Indústria Nacional*, 1869). O nome foi proposto pelo sócio Joaquim Antonio de Azevedo, conforme registrado em *O Auxiliador da Indústria Nacional* de 1868. A edição de 1869 relata que o Conselho havia aprovado o funcionamento da escola noturna no mesmo prédio onde estava instalada a escola pública primária da freguesia de Sacramento, em que lecionava Jordão. O professor passaria a receber 600$000 pela função. Em 1872, no entanto, Jordão alegou que não poderia exercer o cargo nem se responsabilizar pelos estragos dos móveis da escola pública. Assim, outro professor foi nomeado para o posto e iniciou-se a procura por outro prédio. A questão era que a autorização concedida pelo governo imperial para que a escola noturna funcionasse na escola pública da freguesia de Sacramento estava condicionada à exigência do professor se responsabilizar pela guarda e conservação dos móveis e utensílios. Risco que Jordão talvez tenha decidido não correr, diante do baixo salário que recebia como professor público.

Segundo Barreto, a escola noturna deveria "preparar os alunos para cursarem a Escola Industrial, onde seriam aplicados os estudos técnico-profissionalizantes concernentes aos 'diversos ramos da indústria artística e manufactureira'." (p. 245-246, aspas da autora). A Escola Industrial foi inaugurada em 1872 e, na lista de seus professores, podemos identificar outro professor público primário, Antonio Estevão Costa e Cunha, responsável por ensinar gramática, filologia e composição portuguesa (AL, 1875).

Também fizeram parte da SAIN outros sujeitos que possuíam conexões com os professores primários em geral, como o político liberal Adolpho Bezerra de Menezes; o inspetor da instrução Eusébio de Queiroz; vários delegados da instrução, como, por exemplo, José Agostinho Moreira Guimarães (freguesia de Santa Rita), Roberto Jorge Haddock Lobo (Engenho Velho), Manoel Pacheco da Silva (Santana/Santo Antônio) e Lopo Diniz Cordeiro (São José/Candelária); bem como pais ou encarregados de alunos de Pardal, como o Visconde de Baependy e Theodoro Jansen Muller e o ex-aluno José Antonio Ferreira Leal.

Outra sociedade auxiliadora da qual os professores fizeram parte, mas de caráter distinto da SAIN, foi a Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes Mecânicas e Liberais e Beneficente. O professor José Alves da Visitação foi suplente de secretário (AL, 1874), secretário (Gazeta de notícias, 14 fev. 1882) e vice-presidente (AL, 1884); José Bernardes Moreira foi vice-presidente (AL, 1864), presidente (AL, 1866) e secretário da administração da caixa do estabelecimento Pio da sociedade (AL, 1870); e Augusto Candido Xavier Cony foi conselheiro (*Diário do Rio de Janeiro*, 13 mar. 1877).

Segundo o Dicionário do Movimento Operário (Batalha, 2009), a sociedade foi fundada em 1835, com estatutos aprovados em 1837, e tinha como objetivo a beneficência e o melhoramento e progresso das artes. Em torno de 1877, divergências durante a reforma do estatuto alteraram sua composição original e a sociedade passou a aceitar comerciantes, capitalistas e "negreiros". No entanto, conforme já indicado, antes da reforma, já faziam parte dela pelo menos três professores primários que ocupavam cargos diretivos.

A Sociedade Propagadora das Belas Artes constitui outra instituição na qual observamos professores públicos primários. João Rodrigues da Fonseca Jordão foi suplente da comissão econômica (AL, 1858) no período em que atuava na escola pública da freguesia da Lagoa. Segundo o estatuto de 1862, a finalidade da sociedade era promover "a propagação, desenvolvimento e perfeição das artes em todo o Império", bem como "elevar os artistas, fazendo nascer

em todas as classes do povo o gosto pelo belo, necessário não só como meio de educação, mas também como acessório essencial a todos os ofícios e indústrias manufatureiras". Para atingir tais fins, a sociedade pretendia, de acordo com seus recursos: fundar um liceu de artes e ofícios, publicar uma revista artística, criar uma biblioteca, realizar sessões públicas para leitura de escritos sobre as artes e indústrias e exposição dos trabalhos dos alunos do liceu, com concessão de prêmios por meio de concursos públicos e de viagem aos mais distintos alunos do liceu à Europa, correspondência com as sociedades nacionais e estrangeiras de igual fim e cooperação para o estabelecimento de outras sociedades semelhantes nas demais províncias do Império.

Segundo Gondra e Schueler (2008), a Sociedade foi responsável pela criação do Liceu de Artes e Ofícios da Corte, que começou suas atividades em 1858, instituição na qual estudou Augusto Candido Xavier Cony (*Correio Mercantil*, 19 mar. 1858) e na qual foi lecionar um ex-aluno de Pardal, conforme assinalado no capítulo II.

O movimento de criação desses liceus por sociedades beneficentes, na segunda metade do século XIX, segundo Castanho (2007), ocorreu em diversas províncias do país. Desse modo, vale ressaltar que outros professores públicos, como José João de Póvoas Pinheiro e Antonio José Marques, fizeram parte da Associação Protetora do Liceu Artístico Industrial. O primeiro, como membro do conselho (*Diário de Notícias*, 26 ago. 1883) e o segundo, inicialmente, como secretário. Em 1884, o professor Marques aparece como presidente do referido Liceu (AL, 1884).

Em estudo sobre as escolas noturnas, Costa (2007, p. 49) afirma que o Liceu "seria um espaço de formação de mão-de-obra para indústria nascente e para os demais setores da vida urbana, mas não simplesmente pelo inculcamento de saberes técnicos". A autora assinala que

> Esta instituição funcionava em prédios das escolas públicas da freguesia de Santa Rita concedidos pelo governo imperial ao seu iniciador, professor Antônio José Marques. Seu programa de estudos era dividido entre "matérias preparatórias" e além destas, em mais três cursos diferentes: o artístico, o comercial e o industrial (p. 113, aspas da autora).

Antonio José Marques havia lecionado nas escolas públicas da freguesia da Candelária (1871-1875) e da Lagoa (1875-1880), sendo removido para 1ª

Escola Pública da freguesia de Santa Rita em 1880, anos antes da fundação do Liceu e de assumir a presidência da Associação. Apesar da atuação mais intensa na década de 1880, segundo documento localizado por Costa (2007), o professor Marques havia tentado abrir um curso noturno quando atuava na escola pública da Lagoa, mas não obteve autorização do governo para abertura oficial. No entanto, o professor conseguiu fazer funcionar a aula como "ensaio", sem receber remuneração pelo serviço. Talvez configurasse uma estratégia para provar, por meio da procura e da quantidade de alunos que frequentavam o "ensaio", a necessidade da classe na localidade.

A atuação desses professores mostra que estavam engajados com as questões concernentes ao desenvolvimento industrial e tecnológico do país e à formação de trabalhadores. Não obstante, Costa (2007) assinala que a prioridade de tais escolas não consistia apenas em ensinar os saberes primários, "mas ensiná-los para usos determinados", como forma de controle social, contrastando com as iniciativas educativas promovidas no interior das próprias classes trabalhadoras. Nesse sentido, a atuação de Póvoas Pinheiro nos dois lados, no da ação de grupos das elites e no das classes trabalhadoras, chama atenção. Ao mesmo tempo em que estava empenhado no funcionamento de um Liceu pertencente à Sociedade Propagadora das Belas Artes, também estava atuando no interior de uma instituição organizada pela classe trabalhadora, como secretário da Associação Operária Emancipadora Vicente de Souza (AL, 1885). O fato denota a complexidade das relações e inserções em diferentes tipos de grupos sociais.

Uma forma diferente de envolvimento institucional tem a ver com o outro tipo de formação e, possivelmente, de ocupação, dos professores Antonio Joaquim Teixeira de Azevedo (AL, 1874) e Antonio Estevão da Costa e Cunha (AL, 1875). Ambos foram membros do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro. O Instituto foi criado em 1858, mesma década em que foi fundada outra sociedade da área (Sociedade Farmacêutica Brasileira) e, de acordo com Edler (2006), ambos visavam regulamentar o exercício do oficio, por meio da melhoria do ensino, do combate ao exercício ilegal e da elaboração de um código farmacêutico para padronizar a preparação e uso de medicamentos. Em 1874, segundo Edler, o Instituto criou uma escola preparatória (Escola de Humanidades e Ciências Farmacêuticas) para ingresso no curso de Farmácia na Faculdade de Medicina. Tanto Azevedo quanto Costa e Cunha fizeram parte do corpo docente do curso de ciências farmacêuticas da escola preparatória (*A Escola*, 1877, p. 77-78).

A presença de tantos professores primários da Corte no ensino de adultos, no ensino profissional e, até mesmo, atuando em sociedades de trabalhadores, denota que professores primários exerciam uma agência junto às classes trabalhadoras ensinando as primeiras letras, mas também participando da formação profissional e da organização de associações de trabalhadores. Igualmente se insere, nesse caso, a participação de professores em sociedades abolicionistas, em que pese o fato de que vários foram proprietários de escravos ao longo de suas vidas como Frazão, José Bernardes Moreira, Polucena Maria da Conceição Cruz (*Correio Oficial*, 23 maio 1836) e Pardal.

Socorros mútuos, previdência, seguro

Os professores igualmente recorriam a instituições de socorros mútuos, previdência, caixas econômicas, entre outras, como meio de garantir alguma assistência em situações mais complicadas. Havia aquelas fundadas e direcionadas à classe docente, mas vários professores também eram membros de outras instituições que não tinham caráter corporativista.

Quadro 24 – Instituições de socorro mútuos e similares

N.	Professor	Condição
1	Felizardo Joaquim da Silva Moraes	Contribuía para o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado (Diário do Rio de Janeiro, 22 set. 1835).
2	Francisco Joaquim Nogueira Neves	Contribuía para o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado (Correio Oficial, 11 jan. 1836).
3	Francisco Antonio Augusto de Sá	Instituidor de Montepio Geral (AL, 1852).
4	Joaquim Sabino Pinto Ribeiro	Instituidor de Montepio Geral (AL, 1852).
5	Francisco Alves da Silva Castilho	Membro da associação de benefícios mútuo para criação de capitais e renda (Diário do Rio de Janeiro, 14 ago. 1873).
6	José Bernardes Moreira	Secretário da Sociedade Brasileira de Beneficência (AL, 1860) e conselheiro (AL, 1862).
7	João Marciano de Carvalho	Contribuinte da associação brasileira de seguro mútuo sobre a vida (A Nação, 31 maio 1873).
8	João da Matta Araujo	Secretario da Associação Baiana de beneficência (Gazeta de Notícias, 29 jun. 1888); contribuía para o montepio dos funcionários públicos conforme assinala viúva (O Paiz, 29 set. 1896).

9	Joaquim Antonio da Silva Bastos	Membro da associação de benefícios mútuo para criação de capitais e renda (Diário do Rio de Janeiro, 14 ago. 1873).
10	Manoel José Pereira Frazão	Membro do Conselho Fiscal da Sociedade de socorros à invalidez (AL, 1878).
11	Gustavo José Alberto	Associado da Associação de benefícios mútuos e Caixa econômica auxiliar perseverança brasileira (O Globo, 01 jan. 1875); membro da diretoria da Associação Baiana de beneficência (Diário do Brasil, 19 jun. 1883).
12	Antonio Candido Rodrigues Carneiro	Conselheiro da Imperial Sociedade União beneficente 29 de julho (Gazeta de Notícias, 1880).
13	João Pedro dos Santos Cruz	Membro da diretoria da Caixa escolar Beneficente da Lagoa (Gazeta de Notícias, 28 out. 1884).
14	José João de Povoas Pinheiro	Associado da Associação de benefícios mútuos e Caixa econômica auxiliar perseverança brasileira (O Globo, 03 fev. 1875); conselheiro do Congresso beneficente Martins de Pinho (Diário de Notícias, 16 ago. 1886); Conselheiro da Associação beneficente de seguro de vida "A humanitária" (O Paiz, 03 dez. 1896).

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas informações levantadas nos jornais da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e no *Almanak Laemmert*.

Pardal participou do conselho de administração, como secretário e conselheiro, de uma associação de seguro bastante diferente: "Imperial Companhia de Seguro Mútuo Contra Fogo". Segundo o estatuto de 1877, a companhia foi fundada em 1854, com objetivo "principal e único garantir mutuamente aos seus associados, quaisquer riscos e danos, provenientes de incêndios, causados às propriedades que na mesma estiverem seguras." No entanto, ficavam excluídos do seguro de prédios "os teatros públicos ou particulares, os circos ou praças, a Alfândega, a estiva, o Consulado e os trapiches com as mercadorias aí depositadas". Segundo Saes e Gambi (2009, p. 2), "a expansão dessa atividade esteve intimamente associada às crescentes necessidades impostas a uma sociedade em transformação". Para os autores, a formação e a consolidação do setor no Brasil ocorreu ao longo do século XIX:

> Apesar de algumas semelhanças com a pioneira experiência inglesa, por exemplo, a origem do setor com os seguros marítimos e a subsequente formação das Companhias de Seguros de Vida e "Contra Fogo", a história das Companhias de Seguros no Brasil apresenta características próprias: país escravista e periférico, sem passar por um processo de industrialização durante o século XIX, e cuja

> interferência estrangeira foi determinante na constituição do capitalismo local (p. 5, aspas dos autores).

Os autores destacam que somente em 1850 o governo aprovou um Código Comercial que viria favorecer as companhias de seguros, juntamente com a extinção do tráfico de escravos e a Lei de terras. Havia dois tipos de companhias de seguro, as sociedades anônimas e as mútuas. As primeiras eram sociedades com grande investimento de capital e constituíam a maioria das empresas, e as segundas "eram empresas em que todos os sócios dispunham, como proprietários, do mesmo tipo de objeto segurado: fossem embarcações, escravos, prédios ou outras mercadorias" (p. 15). Dessa forma, chama atenção outra companhia de seguro da qual Pardal fez parte, a Companhia Mútua de Seguro de Vida de Escravos. De acordo com Saes e Gambi (2009), o seguro de escravos transportados por navios não era permitido pelo Código Comercial Brasileiro, em razão da proibição do tráfico negreiro, mas como o escravo tinha alto valor nas fazendas e propriedades urbanas, "seu seguro tornou-se uma peculiaridade do mercado nacional, enquanto a escravidão já havia sido abolida em quase todo o mundo" (Saes e Gambi, 2009, p.16).

Os professores João Marciano de Carvalho e José João de Povoas Pinheiro também eram ligados a instituições de seguro de vida. Segundo Saes e Gambi (2009, p. 15), "tal modalidade foi pouco propagada pelo receio de que pudesse incentivar mortes encomendadas". Povoas Pinheiro e Gustavo José Alberto eram membros da Associação de Benefícios Mútuos e Caixa Econômica Auxiliar Perseverança Brasileira (*O Globo*, 01 jan. 1875). Apesar do nome, também era de seguro de vida. O estatuto de 1874 a define como uma sociedade anônima, portanto tratava-se de uma grande empresa. Seu primeiro artigo definia que "sob a denominação de Perseverança Brasileira estabelece-se no Rio de Janeiro uma Associação mútua de seguros sobre vidas e Caixa Econômica de depósitos parciais" (Decreto n.º 5.767, 14 out. 1874). A diferença entre as duas finalidades fica explicitada no quinto artigo:

> Art. 5º Os fins a que se propõe a Associação são:
> 1º Nas operações de seguro sobre vida: Facilitar a todas as pessoas de diferentes classes da sociedade, ainda mesmo as menos favorecidas da fortuna, a acumulação parcial de suas economias para criação de capitais e benefícios futuros, por meio de prestações feitas por ano, semestre, trimestre ou de uma só vez.

> 2º Nas operações da Caixa Econômica: Receber em depósito qualquer quantia de um mil réis para cima em conta corrente ou a prazo fixo, conforme a sua tabela, com o fim especial de facilitar à classe pobre e previdente a inscrição do seguro sobre vida.

O artigo chama atenção por evidenciar que as pessoas "menos favorecidas da fortuna" ou a "classe pobre" poderiam fazer parte da instituição, por meio de estratégias que visavam favorecer sua inscrição na sociedade, via "operações da Caixa Econômica". A lista em que constavam os nomes dos dois professores também se destaca por outro aspecto: a presença significativa de mulheres associadas. Se eram elas mesmas que requeriam inscrição ou se eram seus parentes, não foi possível saber pelos limites da pesquisa, bem como as pretensões. Contudo, a preocupação em fazer seguro de vida para a mulher existia, aspecto interessante para compreender a posição feminina no que diz respeito a práticas econômicas e de seguro.

No caso dos montepios, entre os professores pesquisados cinco tiveram inscrição em tais instituições. O Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, de caráter previdenciário, contou com pelo menos três professores. Foi criado, em 1835, pelo Ministro Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, com o intuito de beneficiar "sem gravame do Tesouro Público Nacional, as famílias dos empregados públicos, que falecerem sem lhes deixar meios de honesta subsistência" (Decreto de 10 jan. 1835). O Montepio Geral dos Servidores é considerado por pesquisadores da área previdenciária (Martinez, 2007) como "marco" do nascimento da previdência privada no Brasil, sendo uma instituição que continua em funcionamento até os dias atuais.[5]

Gustavo José Alberto e João da Matta Araújo eram da diretoria da Sociedade Bahiana de Beneficência. Essa associação se insere nos moldes de socorros mútuos, embora não traga no título a expressão. Sua criação se deu em 1881 e seu estatuto definia que sua finalidade era socorrer os sócios, nos casos de moléstia, invalidez e prisão; fazer-lhes o funeral; estabelecer uma pensão por morte a suas famílias; protegê-los em qualquer ocasião fora dos casos acima especificados. Havia dois tipos de sócios. Os efetivos eram "os filhos da Província da Bahia que se acharem no perfeito gozo de saúde quando propostos, forem de bons costumes e tenham meio de vida honesta" e os honorários aqueles "de qualquer

---

[5] Cf. Mongeral Aegon. Disponível em: https://www.mongeralaegon.com.br/mongeral-aegon/sala-de-imprensa/releases/detalhe-de-releases-20.htm. Acesso em maio de 2014.

nacionalidade que prestarem serviços importantes à associação ou protegerem os sócios efetivos" (Decreto n.º 8.007, 26 fev. 1881).

O investimento de professores em seguros de escravos, de vida e contra fogo, sugere que possuíam algo que consideravam de valor e que temiam perder, por isso, os seguros possibilitariam uma forma de compensar para eles ou para as famílias perdas e danos de bens. Quanto à subsistência, as sociedades de socorros mútuos e os montepios eram instituições que poderiam conferir auxílio em situações difíceis. A inscrição dos professores em tais instituições pode ter a ver com o fato de não receberem salários condizentes com as suas necessidades e de não haver pensão levando-os a temer as condições em que deixariam suas famílias, após sua morte.

Irmandades e ritos religiosos

Pardal ocupou cargos na administração de três irmandades/devoção: escrivão e secretário da Irmandade do Apóstolo Evangelista São Matheus; protetor da Devoção da Nossa Senhora da Madre de Deus; e definidor da Irmandade Nossa Senhora da Luz. Nos casos da Irmandade de São Matheus e da Devoção, a atuação de Pardal foi marcada pela autoria e publicação de notas com diversos fins nos jornais.

Enquanto protetor da "Devoção", em 1860, Pardal convocava os devotos a mandarem suas esmolas para o endereço da botica no Largo da Imperatriz, n. 121 (*Correio Mercantil*, 04 out. 1860). O anúncio coloca "botica" entre parênteses, para dar destaque, pois como já mencionado, esse endereço era o mesmo da Escola Pública de Santa Rita.

O processo de formação de um grupo de "devoção" tinha uma trajetória simples, segundo Cavalcanti (2004). Bastava atingir certo nível de organização, registrar direitos e deveres em um "compromisso", espécie de estatuto que definia regras disciplinas sem necessidade de oficialização formal: "Poderiam estruturar-se em torno de um oratório de rua, de casa particular, de altar de uma igreja com a permissão da Irmandade proprietária ou de seu pároco" (p. 206). A organização simples permite compreender o local combinado para entrega de esmolas dos devotos, a botica. Lugar conveniente para o "protetor" Pardal, pois era próximo do professor e não atrapalhava as aulas na escola.

Enquanto escrivão e secretário da Irmandade de São Matheus, Pardal colocava anúncios nos jornais de grande circulação, *Diário do Rio de Janeiro* e

O Mercantil, para divulgar festas em homenagem ao apóstolo, no período entre 1845 e 1850. Nos anúncios se informava que São Matheus estava "ereto" ou se "venera" na Igreja de Nossa Senhora de Lampadosa, local onde era realizada a festa. Tal igreja, localizada na freguesia de Sacramento, aparece na historiografia como um espaço frequentado por negros. Lopes assinala que a Igreja, na primeira metade do século XIX, pertencia a uma irmandade de mulatos, servida por clero negro e abrigava um "cemitério dos africanos abastados" (Lopes, 2006).

Figura 29 – "Enterro de uma mulher negra" de Jean-Baptiste Debret

Fonte: Biblioteca Nacional.

Uma pintura de Jean-Baptiste Debret, chamada "Enterro de uma mulher negra", tem como fundo a Igreja (Leenhardt, 2006). A cena, de acordo com Leenhardt, retrata um espaço com forte conotação simbólica:

> [...] a igreja aqui representada, Nossa Senhora da Lampadosa, com seus signos religiosos inscritos no pórtico principal e os sinos em uma espécie de campaná-

> rio erguido sobre um dos lados; a casa do senhor, um sobrado imponente, cujas janelas talhadas em ogivas góticas reforçam o clima eclesiástico para além do seu uso familiar (p. 123).

A imagem, segundo Leenhardt, é tratada como um documento no estudo dos rituais da vida da população africana no Brasil. Por meio da pintura, ele ressalta, por exemplo, o fato das mulheres africanas estarem familiarizadas com a experiência religiosa católica, por serem obrigadas a seguir com suas patroas os rituais da religião. Tal análise é feita em contraposição à pintura "O enterro do filho de um rei negro", também de Debret, em que a cena não denota a mesma perspectiva de ordem da pintura "Enterro de uma mulher negra" (Leenhardt, 2006).

Outra informação a respeito dos frequentadores da Igreja aproxima, novamente, Pardal de um personagem já mencionado. Facioli (2008) afirma que a madrasta de Machado de Assis, após a morte do pai dele em 1851, passou a fabricar e vender doces como meio de sustento. Para ajudar, Machado se tornou auxiliar do sacristão da Igreja de Nossa Senhora de Lampadosa, que Facioli ressalta ser uma das mais importantes irmandades de escravizados, libertos e negros livres. Os caminhos na cidade de Pardal e Machado de Assis mais uma vez se cruzavam.

As características da sociedade brasileira nos Oitocentos tornam bastante complexa a análise das relações travadas no período, como o modo que Pardal lidou com a questão da escravidão e do abolicionismo. Era membro da diretoria de uma irmandade ereta numa igreja de negros, num momento em que ele possuía escravizado, pois foi nessa época, mais precisamente no final do ano de 1848, que seu escravizado, João Congo, atentou contra sua vida, sendo preso por isto (*Correio Mercantil*, 31 dez. 1848). Foi membro de uma associação de seguro de escravos e, posteriormente, de uma sociedade abolicionista. Tais fatos ocorreram em fases diferentes de sua vida. O incidente com João Congo se deu quando Pardal tinha 30 anos de idade e a participação na sociedade abolicionista se deu aos 65 anos. Ao transitar por posições distintas, torna complexa a compreensão dos processos e das maneiras do professor se posicionar e agir quanto ao assunto, ao longo do tempo.

Outros professores também compunham a mesa diretora de irmandades, como Francisco Antonio Augusto de Sá, mesário da Irmandade Santo Antônio dos Pobres e Nossa Senhora dos Prazeres (AL, 1861); José Theodoro Burlamaque, tesoureiro (AL, 1873) e definidor da Irmandade Nossa Senhora da Apresentação do SS. Sacramento da freguesia de Irajá (AL, 1876); Antonio Ignácio Mesquita, devoto da Irmandade do Senhor do Bonfim (*Diário do Rio de Janeiro*, 27 out. 1868);

e José Bernardes Moreira que constava na lista de irmãos e devotos da Irmandade de Nosso Senhor do Bonfim que contribuíram para o translado da imagem do Nosso Senhor do Bonfim para Igreja de Santo Inácio (*Correio Mercantil*, 11 dez. 1857), era irmão de capela da Irmandade do Nosso Senhor Santo Cristo dos milagres (*Diário de Notícias*, 21 jun. 1871), secretário da Irmandade do Divino Espírito Santo da freguesia de Santa Rita (AL, 1885) e juiz jubilado da Irmandade do Glorioso Mártir São Braz (*Gazeta de Notícias*, 08 fev. 1881).

A atuação ligada à religião poderia se dar de outras formas, como a de Francisco Joaquim Nogueira Neves, que foi padrinho de um "chim" convertido (*Diário do Rio de Janeiro*, 11 maio 1856). Pardal também foi padrinho de casamento do seu ex-adjunto e professor primário Antonio Ignacio de Mesquita Júnior (*Correio Mercantil*, 27 abr. 1857). Jose Joaquim Pereira de Azurara foi testemunha de casamento evangélico (*A Imprensa Evangélica*, 19 dez. 1874). Acerca do caso de Azurara, não foi possível saber se havia sido convidado para ser padrinho por relações de amizade ou parentesco, se o professor frequentava algum espaço de caráter protestante ou se havia se convertido ao protestantismo. Cabe destacar que no período de 1850 a 1900, ocorreu o chamado "protestantismo de missão", no qual a vinda de protestantes se revestia de um caráter missionário, proselitista, em contraposição à primeira metade do século, em que no chamado "protestantismo de capela" os imigrantes viviam sua religião, mas não faziam proselitismo de sua igreja e escola (Hilsdorf, 1977).

O dito casamento foi celebrado pelo Reverendo Alexander Lastimer Blackford. Americano, Blackford era pastor missionário da Igreja Evangélica Presbiteriana, na Travessa da Barreira. A Igreja foi fundada em 1862 pelo pastor A. G. Simonton, que havia chegado ao Brasil em 1859, e estava ligada à ação missionária da Igreja Presbiteriana do Norte dos Estados Unidos, que, numa linha de análise que desconsidera o trabalho de Robert Kalley como pastor e missionário, teria sido a primeira a retomar os trabalhos no Brasil de forma permanente. Em 1864, Simonton fundou o jornal *A Imprensa Evangélica* (Hilsdorf, 1977), periódico em que foi divulgado o casamento do qual Azurara foi padrinho.

Atividades recreativas

Pardal foi membro de diversas sociedades recreativas e musicais, como a Sociedade de Baile Guanabara, Sociedade Campestre, Club Fluminense, Club Mozart e Sociedade Recreio Dramático Riachuelense. Segundo Silva (2007),

várias entidades promotoras de concertos foram criadas na segunda metade do século XIX, como o Club Mozart que teve importante atuação no cenário musical carioca. Apoiada nas pesquisas de Cristina Magaldi, Silva (2007, p. 22) assinala que

> [...] os clubes de música também fazem parte do processo de modernização urbano da cidade que teve entre suas principais influências a Inglaterra e França. Os clubes de música propiciaram também um ar cosmopolita para a vida musical na corte tornando-se importantes agentes na promoção de concertos na cidade.

No Club Mozart, Pardal foi secretário (*Correio do Brazil*, 28 dez. 1872). Era uma instituição recreativa, fundada em 1867, voltada para o desenvolvimento da música vocal e instrumental. Magaldi (2004) coloca o clube como um espaço frequentado pela elite, que também contou como membro, ocupando o cargo de tesoureiro da instituição, outro professor primário (AL, 1884), Gustavo José Alberto, baiano e negro, segundo Schueler (2008a). Nesse sentido, Silva também destaca o fato de Machado de Assis ter trabalhado como bibliotecário do Club Beethoven por representar a inserção de uma parcela da população em instituições entendidas como elitistas: "apesar do caráter segmentário, essas instituições recreativas possibilitavam uma convivência de diferentes socialmente, mas que estavam ligados em torno de um tipo de divertimento" (p. 24).

Cabe atentar para o fato de que o Club Mozart também teve sua parcela de contribuição na organização da categoria, pois seu espaço seria usado para reunião de professores em 1884 (*Gazeta da Tarde*, 26 abr. 1884). A convocatória era seguida de uma numerosa lista de professores, entre os quais quatro mulheres. O professor Gustavo, que era tesoureiro do Club nesse período, não consta na lista, mas pode ter facilitado a autorização para a realização do evento. Tal fato denota o trânsito, a agência e o intercâmbio existentes entre os espaços, sujeitos e atividades que, a princípio, não eram correlatos, mas acabavam se conectando por conta dos sujeitos que os colocavam em funcionamento. As atividades musicais poderiam ser exercidas por professores de maneira autônoma como no caso de Antonio Ignácio de Mesquita Júnior que apresentou no Teatro São Pedro de Alcântara uma sinfonia composta para João Caetano (*Diário do Rio de Janeiro*, 22 set. 1860). O professor também compôs uma música para o funeral do ex-inspetor Eusébio de Queiroz, em 1868 (*Correio Mercantil*, 09 jul. 1868).

Figura 30 – Nota de convocatória dos professores

Instrucção publica

Os abaixo assignados, professores publicos primarios, convidam ao magisterio primario para uma reunião amanhã, domingo, 27 do corrente, ás 11 horas da manhã, no Club Mozart, á rua da Constituição n. 47.

Januario dos Santos Sabino, Augusto Cony, José da Silva Santos, Domingos José Lisboa, Adolpho dos Santos, Francisco das Chagas Pereira de Oliveira, Francisco Antonio Castorino de Faria, Anna Alexandrina de Vasconcellos Medina, Luiza Ferreira Sampaio, Leopoldo Ribeiro Peres Machado, Antonio Teixeira da Cunha Junior, Januario dos Santos Sabino Junior, Gustavo da P. Reis, José Antonio de Campos Lima, Antonio C. de Figueiredo Carvalho, Luiz Claudio V. Paulino, J. F. da Silva, Marianna A. de Loureiro Fernandes, Guilherme Joaquim da Rocha, José João de Povoas Pinheiro e Adelina A. Lopes Vieira.

Fonte: *Gazeta da Tarde*, 26 abr. 1884, Biblioteca Nacional.

Outra instituição administrada por Pardal, enquanto secretário, foi a Sociedade Campestre. Ele também contou com um colega docente como parte da equipe diretiva no mesmo período, o professor da Escola Pública da freguesia da Candelária, Luiz Thomaz de Oliveira, na condição de procurador (*Correio Mercantil*, 15 abr. 1860). A parceria com colegas também se deu em outra instituição, a Sociedade Particular Recreio Dramático Riachuelense. Segundo o estatuto de 1877, tinha "por fim promover entre seus associados o recreio e instrução por meio de representações de dramas, tragédias, comedias, etc.". A sociedade era proprietária de um terreno registrado no próprio estatuto:

> Art. 7º Constituem fundo da Sociedade: vinte e dois metros de terreno à rua D. Anna Nery na Estação do Riachuelo e o teatro que se está edificando no mesmo terreno, tudo no valor de vinte contos de réis, representado por duzentas ações de cem mil réis cada uma.

Coincidentemente ou não, o terreno ficava na mesma rua em que Pardal foi residir na freguesia do Engenho Novo, provavelmente em 1874, ano em que foi exonerado do cargo de subdelegado por motivo de mudança (*Diário do Rio de Janeiro*, 05 set. 1874). A proximidade geográfica entre residência e sociedade facilitava a presença do professor nos vários cargos que ocupou na diretoria da sociedade.

De acordo com o estatuto de 1877, a administração da sociedade era composta por uma diretoria de sete membros e de um conselho de dez, todos acionistas. A diretoria era formada pelo presidente, vice-presidente, diretor de cena, 1.º Secretário, 2.º Secretário, tesoureiro e procurador. O professor Pardal ocupou vários cargos. Fez parte do conselho, foi secretário, vice-presidente e presidente. No mesmo período em que era vice-presidente, o professor Augusto Candido Xavier Cony - que nesse momento também se tornava eleitor na freguesia de Santana pelo Partido Liberal -, assumia a comissão de contas da entidade (*O Cruzeiro*, 13 jun. 1878).

A família de ambos os professores esteve envolvida em diversas atividades teatrais da Sociedade Riachuelense. A segunda esposa de Pardal, Elysa, participou de várias encenações e recebeu diversos elogios nos jornais por seu talento. A primeira menção localizada foi em um artigo intitulado "Palcos, salões e circos" no jornal *Gazeta da Noite* (21 jan. 1880). O artigo destaca o brilhantismo da apresentação do drama "Os íntimos", de Victorien Sardou, na Sociedade Riachuelense e faz a ressalva de que

> Não costumamos trazer para estas colunas os nomes dos que, amando a arte, fazem, quase que em família, as oblações aquela imortal Deusa, já porque não é estilo, já porque não devemos ofender as modéstias de quem tão modestamente se oculta. Porém, hoje tomamos a responsabilidade grave de darmos os nomes daqueles que, nos entusiasmando tanto, obrigando-nos a lhes ofender a modéstia dizendo que:
> A Exma Sra. D. Elysa Pardal no papel de Cecília revelou mais uma vez seus altos talentos e principalmente no terceiro ato quando, com Maurício, luta para deixar sua honra ilesa. Toda a ação, toda a vida, todo o jogo necessários àquela cena foram perfeitamente compreendidos pela Sra. D. Elysa.
> A personagem Cecília mesclada à atuação de Elysa foi assunto de outro artigo em edição posterior do jornal. Apesar dos elogios, Elysa fazia parte de um grupo considerado amador, como pode ser visto nas observações dos jornais. A esposa de Pardal atuou em atividades de outras instituições, como, por exemplo, ao recitar uma poesia na

> cerimônia de posse da nova administração da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária (*A Folha Nova*, 02 ago. 1883).

Também fazia teatro amador o filho do professor Augusto Candido Xavier Cony, de mesmo nome. Cony Júnior estudou na Escola Pública de Santana, onde o pai lecionava e onde ganhou uma medalha prateada, nos prêmios distribuídos aos alunos no ano de 1875 (*O Globo*, 21 dez. 1875). Cony Júnior fundou um grupo de teatro amador, um ano antes do pai morrer, chamado Grupo Dramático de Ouro, com sede na chácara de sua residência. Era "diretor de cena" e os membros do grupo, com pelo menos quatro da família de Cony, foram fotografados para compor um artigo da *Gazeta de Notícias* (29 jul. 1905).

Figura 31 – Artigo sobre o Grupo Dramático de Ouro, com sede na chácara da família Cony

GAZETA DE NOTICIAS — Domingo 29 de Julho de 1

Questão do Barotze

MODAS

Theatros particulares

OS NOSSOS AMADORES

Grupo Dramatico de Ouro

ROMA

SANTO ANTONIO EM LISBOA

Julio Ferreira — Lindolpho Souza — D. Ernestina Cony — Augusto Cony — Ernesto Cony — D. Albertina Cony — Pedro Gomes — F. Cardoso de Menezes — Senhorita Ambrosina Silva — D. Juventina Menezes — D. Christina Gomes — Senhorita Aurora Pimenta — Jorge, Didú e Nestor Gomes.

Fonte: *Gazeta de Notícias,* 29 jul. 1905, Biblioteca Nacional.

O envolvimento do professor Augusto Cony com as atividades teatrais pode ter motivado o filho a se inserir no meio. Durante sua participação no Recreio Riachuelense, Cony teve participação direta na definição das encenações (*Gazeta de Notícias*, 30 nov. 1881): "A distinta sociedade particular Recreio Dramático Riachuelense dá, na noite de 3 de dezembro, uma recita, na qual se representará o drama *Uma Paixão*, extraído pelo Sr. Augusto Cony do romance do mesmo título". O que significaria "extraído"? Uma possibilidade seria a realização de adaptação da obra pelo professor para o formato do gênero teatral.

A Sociedade igualmente serve de exemplo de que as questões políticas também aparecem sobremaneira nos espaços de lazer. Enquanto Cony, ligado ao Partido Liberal, atuava na parte teatral da Sociedade, o mesmo espaço foi lugar da reunião de eleitores da freguesia do Engenho Novo, em 1882 (AL, 1882), grupo do qual Pardal fazia parte. Também no teatro, tomou posse a diretoria da Associação Libertadora Visconde do Rio Branco da qual Pardal se tornou presidente e que, em discurso, propôs a mudança do nome para Sociedade Abolicionista Visconde do Rio Branco (*Gazeta da Tarde*, 04 jun. 1883; 07 jun. 1883), como dissemos. Assim como no caso do Club Mozart o lugar era usado para reuniões de outros tipos que não as recreativas.

Tais aspectos não devem ser encarados como mera coincidência. Não dispomos de mais informações que assinalem o processo que levou à instalação de reuniões de professores em espaços pertencentes a uma instituição de atividade distinta como as recreativas e literárias. No entanto, os sujeitos que transitam por tais lugares devem ser considerados nos processos de agência e articulação social, política e profissional que demandam a mobilização de espaços, pessoas e instituições. Desse modo, cabe demonstrar a lista de instituições, levantada de forma não exaustiva, das quais os professores fizeram parte:

Quadro 25 – Instituições recreativas e literárias

N.	Nome	Posição
1	Luiz Thomaz de Oliveira	Procurador da Sociedade Campestre (Correio Mercantil, 15 abr. 1860).
2	José Alves da Visitação	Reunião da Sociedade Alfa Literária (O Globo, 19 out. 1874).
3	Carlos Antonio Coimbra de Gouvea	Presidente da Sociedade Alfa literária (O Globo, 12 out. 1874).
4	José Bernardes Moreira	Sociedade Alfa Literária (O Globo, 29 nov. 1875).

5	Luiz Augusto dos Reis	Sociedade Alfa Literária (O Globo, 29 nov. 1875).
6	Francisco Alves da Silva Castilho	Discurso na inauguração da Sociedade – Instituto Filarmônico (O Apóstolo, 27 fev. 1870).
7	Antonio Cypriano de Figueiredo Carvalho	Primeiro secretário do Instituto Filológico Brasileiro (Jornal da Tarde, 27 abr. 1877); .
8	Manoel José Pereira Frazão	Presidente da Sociedade Brasileira Ensaios literários (AL, 1868).
9	Jose Joaquim Pereira de Azurara	Secretário da Sociedade Musical Rio-Pretana (AL, 1866).
10	Augusto Candido Xavier Cony	Comissão de contas do Recreio Dramático Riachuelense (O Cruzeiro, 13 jun. 1878); sócio da Associação Literária Gonçalves Dias (O Paiz, 04 nov. 1884); sócio benemérito do Congresso Juvenil Literário (O Paiz, 18 dez. 1885).
11	Januário dos Santos Sabino	Membro efetivo da Academia filosófica (AL, 1856); redator de jornal literário chamado Cysne (Constitucional, 19 maio 1864).
12	Gustavo José Alberto	Tesoureiro do Club Mozart (AL, 1884).

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas informações levantadas nos jornais da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e no *Almanak Laemmert*.

A Sociedade Alpha Literária, por exemplo, havia sido fundada por professores, quatro dos quais listados no quadro acima – Carlos Antonio Coimbra de Gouvea, José Alves da Visitação, José Bernardes Moreira, Luiz Augusto dos Reis –, com o fim, segundo o estatuto de 1871, de "desenvolver e cultivar a inteligência dos sócios".

Silva (2007, p. 10) afirma que "o desenvolvimento desses clubes se dá em paralelo ao declínio das reuniões dentro do lar, já que se cria um ambiente próprio à discussão, à audição, aos jogos e à leitura". Podemos observar igualmente que emergiram como espaços onde professores buscavam um momento para recreação e que, ao mesmo tempo, poderiam funcionar como lugar importante de desenvolvimento de sociabilidades e experiências diversas. Nesse sentido, música, teatro, literatura e demais atividades de caráter recreativo poderiam ser espaços para o lazer como também para fazer política, movimentos sociais e reuniões profissionais, aparentemente alheias ao espaço de diversão, mas com várias conexões.

Os dados mostram que os professores públicos primários, longe de viverem na obscuridade, como acreditava Almeida de Oliveira em 1873 (2003), possuíam uma inserção variada e bastante ativa na sociedade. Nota-se que tanto o governo quanto a população reconheciam no professor uma figura importante

nos processos sociais, podendo auxiliar tanto o governo na tarefa de administrar a sociedade quanto nas associações de iniciativa popular ou elitizada. Cabe assinalar que, nas notas e publicidade das sociedades nos jornais, era comum, ao mencionarem os nomes de seus membros, indicar antes do nome completo a condição de professor. Isso aponta que o processo de profissionalização docente também pode passar pelo reconhecimento da sociedade. Contar com professores públicos primários em seus quadros, poderia conferir mais legitimidade às instituições, auxiliar sua organização e o cumprimento de seus objetivos.

De uma maneira bastante heterogênea, observamos professores envolvidos em abaixo-assinados tanto para resolução de problemas locais, quanto de maior alcance geográfico, em favor da eleição de políticos; na organização de comissões contra a supressão de trens do subúrbio, quanto em comissões da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. A atuação e a experiência de professores como sócios, conselheiros e administradores mostram um protagonismo docente na cidade, exercido em diferentes níveis de atuação, instituições e intensidade diversas. De uma forma geral, os professores estavam envolvidos com a ordem, a política, economia, a beneficência, a religiosidade e o lazer na cidade. Apesar dos baixos salários, os professores usavam estratégias variadas e fugiam da representação de um professor passivo, recatado, que teria como única dedicação o ensino.

Capítulo IV
Experiências conectadas: relações e mediações docentes entre sociedades

As nações mais adiantadas aprendem todos os dias umas com as outras...
Professor Costa e Cunha (1873)

A circulação de objetos culturais, modelos pedagógicos e pessoas entre mundos tem sido uma problemática que vem recebendo enfoque significativo na História da Educação brasileira. Vidal (2006) considera que a categoria "circulação" torna-se fértil em razão de poder deslocar "a ênfase de um ponto original de partida (ou de difusão) para vários centros difusores", como também por considerar "as *mestiçagens* operadas no movimento mesmo de passagem das ideias, pessoas e objetos pelas sociedades e culturas" (p. 245, grifo da autora). A proposta deste capítulo, nesse sentido, tem como objetivo realizar uma reflexão a partir da perspectiva de "histórias conectadas", buscando apreender a interlocução dos professores públicos primários da Corte com saberes, sujeitos ou experiências advindos de outros lugares, mais especificamente, em conexão com a França, por meio do professor Candido Matheus de Faria Pardal. Para tanto, apresento um abordagem da circulação das ideias francesas entre os professores, seguida de uma análise acerca da criação e do funcionamento das escolas municipais dirigidas por Pardal, nas quais implementou um programa baseado no sistema de Jean-Jacques Rapet, a fim de compreender as condições de aparecimento dos pensamentos desse inspetor francês no círculo docente, bem como a forma como foram apropriados por Pardal.

Os conceitos de "história comparada" e de "história conectada" podem emergir como possibilidade fértil de análise das trajetórias docentes. No debate em torno desses conceitos importa destacar a reflexão de Detienne (2004) de

"construir comparáveis" a partir de um conjunto de precauções metodológicas, em que não se torna necessário atribuir semelhanças para fazer comparação, mas sim buscar um território em comum para observar a adesão dos sujeitos a uma geografia. Vale também atentar para Gruzinski (2001 e 2003) quando opera com o conceito de "connected histories" assinalando que o "historiador tem de converter-se em uma espécie de eletricista encarregado de restabelecer as conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais desligaram ou esconderam" (2001, p. 176).

No caso da Corte, dois espaços, entre outros, destacam-se em relação aos registros de troca e de circulação de ideias, modelos e referências a materiais pedagógicos entre os professores: a imprensa pedagógica e as Conferências Pedagógicas, organizadas pelo governo imperial nas décadas de 1870 e 1880.

Teixeira (2016), ao tratar da imprensa pedagógica no período de 1870 a 1919, entende os jornais e as revistas como agentes construtores da escola, sendo, portanto, lugares privilegiados para circulação de ideias. A autora assinala que a imprensa pedagógica se constituiu no interior de um campo de lutas, usada por professores, alunos e autoridades governamentais para intervir no funcionamento da escola e nas questões educacionais. Por meio dela "faziam circular informações, expunham e debatiam ideias e se esforçavam para persuadir seus pares" (2016, p. 293).

Nos documentos existentes acerca das Conferências, podemos ver os próprios professores públicos primários fazendo um exercício de comparação ao expor seus trabalhos, previamente elaborados com base numa pauta de discussão estabelecida pelo governo. O exercício remete ao estado da educação em diversos países, como Portugal, Estados Unidos, Suíça, França, entre outros. Professores comparavam práticas escolares, formas de organização do ensino, usos de materiais e livros. Colocavam as ideias em circulação abordando tanto a produção estrangeira quanto a nacional e, em vários casos, ressaltando a qualidade da produção dos próprios colegas professores da Corte: uma produção nacional, mas conectada com os países estrangeiros.

Nesses documentos encontra-se uma espécie de parecer em torno dos trabalhos apresentados durante a primeira edição das Conferências Pedagógicas (1873). O professor do Imperial Colégio de Pedro II e membro do Conselho Diretor da Instrução, Philippe da Motta Azevedo Corrêa, foi encarregado da tarefa de elaborar os "pareceres". Preocupado com a necessidade do professor "gravar na alma infantil o amor do bem e a prática da virtude", sugere que o

governo mande traduzir e distribuir gratuitamente pelas escolas alguns tratados de pedagogia. Menciona, como exemplo, os autores Rendu, Barrau, Braun, Dunn, Zweiler, Fröebel, Rapet, Daligault, Naville e Théry – a maior parte deles citada pelos próprios professores nas conferências, conforme sinalizam as atas do evento. Também apresenta uma pauta de nove medidas que deveriam ser tomadas pelo governo imperial, entre elas, a criação de uma escola normal. Porém, alerta para a necessidade de se enviar antes uma comissão para estudar a organização das melhores escolas normais na Europa e nos Estados Unidos e para ir à Exposição Internacional de Viena com o objetivo de

> [...] estudar todos os progressos na arte de ensino e na ciência pedagógica, apresentando relatório circunstanciado sobre os assuntos compreendidos no grupo 26 da classificação da dita Exposição; e que represente o Brasil nas conferências pedagógicas as quais todos os países enviam uma comissão dos seus professores (*Relatório dos trabalhos que foram lidos e do debate oral que teve lugar nas conferências pedagógicas*, 1873, p. 29-30. In: Relatório da IGIPSC 1872-2A).

Anos depois, o próprio professor Philippe da Motta foi encarregado, por Decreto de 29 de fevereiro de 1876, de estudar a seção de instrução pública da Exposição da Filadélfia, bem como percorrer os Estados Unidos, Alemanha, Holanda, Suíça, França, Suécia, Itália e Portugal para conhecer uma série de aspectos relativos ao ensino, listados nas instruções que recebeu para a viagem (Relatório da IGIPSC do ano de 1877, p. 5-6). Na Exposição da Filadélfia, segundo Ferreira Vianna, uma escola municipal dirigida por Pardal teria ganho um prêmio (*O Cruzeiro*, 15 nov. 1878).

Os professores faziam diferentes usos das ideias advindas do estrangeiro em solo carioca, mas também almejavam a apropriação das mesmas a partir de uma imersão cultural *in loco*, ao demonstrarem interesse em viajar para o exterior. Segundo Schueler (2007a), as viagens pedagógicas funcionavam como uma formação em serviço, uma experiência de conhecimento, aprendizagem e de produção de um discurso de mediação cultural. Esse era o caso, por exemplo, do professor primário Olympio Catão Viriato Montez, na época regente da escola pública da freguesia de Guaratiba, que, em um livro de sua autoria, "Modo de reger uma escola de Instrução Pública" (1871), relatou seu desejo de viajar para Europa a fim de conhecer escolas (AGCRJ, códice 10.4.2, f. 70). Embora não constasse que Montez tivesse conseguido realizar seu desejo, alguns professores

primários iriam fazer viagens pedagógicas, como no caso de Luiz Augusto dos Reis, conforme o estudo de Garcia (2011) e o de Manoel Frazão (Schueler, 2007).

As ideias francesas em pauta nas Conferências e na imprensa

Nas atas das conferências, um dos aspectos que se destaca nas menções às ideias estrangeiras é o significativo contato dos professores da Corte com diversas obras e materiais franceses. Bastos (2000), em estudo sobre as ideias pedagógicas de Ferdinand Buisson no Brasil, afirma que o século XIX brasileiro poderia ser considerado um século de "francofonia por excelência" em razão da cultura ter "absorvido" quase tudo o que se produziu na França. A autora, contudo, restringe, de certa forma, a sua apropriação à "elite intelectual" brasileira. Portanto, também cabe ressaltar que tanto ideias vindas de outros países, como dos Estados Unidos, faziam-se bastante presentes quanto eram apropriadas de variadas formas por outros grupos da sociedade, como os professores públicos primários.

Em um momento em que a formação docente se dava de diferentes maneiras, de que modo eles tinham acesso a essa variedade de ideias e materiais? As explanações dos professores primários durante as conferências e também na imprensa confirmam que o acesso ocorria de múltiplas formas. Diferentes espaços de sociabilidade que contavam com bibliotecas, periódicos nacionais e estrangeiros em seus acervos (SAIN, Sociedade Propagadora das Belas Artes, Colégio de Pedro II), bem como reuniões de estudo como, por exemplo, na Academia Pedagógica e no Atheneu Pedagógico (*Diário do Rio de Janeiro*, 03 jun. 1877), constituem ambientes nos quais professores poderiam acessar e compartilhar ideias pedagógicas.

Mas as bibliotecas não eram restritas a tais ambientes. Vários professores públicos primários tiveram a iniciativa de montar bibliotecas nas escolas em que atuavam, como os professores Costa e Cunha e Guilhermina de Azambuja Neves, noticiada na *Gazeta de Notícias* (22 ago. 1877). Ambos os professores mobilizavam pessoas em busca de donativos para o empreendimento. No caso de Guilhermina, a nota anunciava sua pretensão de "organizar uma biblioteca de trabalhos didáticos de instrução primária", para a qual esperava "contar com seus colegas e todas as pessoas que a queiram coadjuvar" (*Gazeta de Notícias*, 22 ago. 1877).

Um artigo publicado pelo professor Augusto Cony, no periódico *A Instrucção Pública* (04 maio 1873), sobre as Conferências Pedagógicas, assinala a atividade de estudo e de reflexão em torno da própria prática: "Os mentores encontrei-os nos

livros que consultei; as inspirações bebi-as na mesa do estudo e do trabalho, onde sempre me achei a sós com as reflexões que me sugeria a própria prática do ensino" (p. 137). O depoimento nos remete a dois aspectos importantes. O primeiro é a confirmação de que o professor acessava obras pedagógicas, entre elas as estrangeiras, como pode ser notado nas suas exposições durante as conferências. O segundo, o de que não era uma leitura passiva, mas em diálogo com a sua própria experiência, demonstrando o exercício de uma "apropriação criativa" (Vidal, 2005 e Certeau, 1994) ou até mesmo de uma atividade intelectual mais elaborada.

No conjunto de artigos publicados em torno da polêmica da reprovação da gramática de Vergueiro e Pertence pela comissão formada por Pardal e mais três professores, podemos observar também o conhecimento de obras francesas e uma postura crítica em relação a elas.

> Aí ver-se-á que a gramática dos Srs. Vergueiro e Pertence é uma compilação sem critério de trechos de diversas obras, às vezes em contradição uns com os outros; que nela leem-se regras textualmente extraídas de Noël e Chapsal que não têm aplicação à língua portuguesa; que há regras tão inconsideradamente apresentadas, que são destruídas pelos próprios exemplos; que há em certos pontos tal anfibologia que ninguém os pode entender; que finalmente em outras quer a linguagem, quer a doutrina estão fora de alcance dos meninos. (*Diário do Rio de Janeiro*, 11 out. 1862).

A quantidade de obras mencionadas e de trechos citados, até mesmo na língua original, trazidas para sustentar o debate, indica que os professores tinham acesso a livros considerados de referência. O caso dos gramáticos franceses François-Joseph-Michel Noël e Charles-Pierre Chapsal, que os professores identificaram na obra de Vergueiro e Pertence, é um exemplo. Os professores tanto conheciam a obra desses pensadores como trouxeram trechos do original em francês para criticar a forma como eles foram apropriados por Vergueiro e Pertence, como na definição de "adjetivos determinativos" e "adjetivos indefinidos":

> E esta definição, também extraída de Noël e Chapsal, é pior do que a destes autores, que assim se exprimem: « *Les adjectifs indefinis determinent la signification du substantif en y ajoutant pour la plus part une idée de generalité* ». Os Srs. Vergueiro e Pertence traduzindo quase literalmente este trecho, infelizmente truncam-no suprimindo – *pour la plus part* –; e por isso a uma definição que já

> não era boa tornaram péssima, convertendo-a em completa falsidade (*Diário do Rio de Janeiro*, 13 out. 1862, grifos no original).

Ao longo do texto, os professores fizeram vários contrapontos entre as afirmações de Vergueiro e Pertence e as ideias dos gramáticos Noël e Chapsal, querendo, sobretudo, ressaltar que algumas regras só faziam sentido para língua francesa e não para a portuguesa, argumento que visava igualmente justificar o motivo da preferência pela gramática do professor Polycarpo Dias da Cruz, já mencionada.

Nas Conferências de 1873, diversos exemplos foram mencionados em defesa do uso de ideias, métodos e materiais franceses. Phillipe de Barros era favorável ao uso do aparelho inventado por Mr. Level, professor do Baixo-Reno, na França, para o ensino do sistema métrico. O método Sarrazin foi defendido pelo professor Gustavo José Alberto e, segundo ele, era adotado na Escola Normal de Paris (França) e também na Escola Normal da Bahia (Brasil), na qual se formou. Olympio Montez observou que: "já em 1838 em Paris se procurava ensinar a leitura conjuntamente com a caligrafia. Assim diz um membro da Universidade em seu Manual das escolas primárias" (*Trabalho do professor Olympio Catão Viriato Montez*, p. 7, Relatório... 1872-2A, A-B12-7). A ponderação demonstrava o conhecimento do professor sobre o assunto e igualmente funcionava como um alerta às autoridades para o fato de que a questão já parecia superada em outros países, que tinham adotado o "novo" formato havia bastante tempo.

Phillippe da Motta também elaborou comentário em torno de algumas práticas e objetos usados nas escolas francesas, provavelmente, baseado no conjunto de trabalhos apresentados pelos professores.

> Nas escolas da França não se passa para o cálculo escrito sem que o menino esteja habilitado a fazer as 4 operações fundamentais verbal e mentalmente, assim como a calcular praticamente pelo sistema métrico; para um e outro fim há em cada escola aparelhos apropriados como o *boulier-compteur*, o aparelho *Level*, os quadros *Boniface,* etc. além de uma série de modelos e padrões dos pesos e medidas do novo sistema; o estudo é feito sobre problemas com relação aos usos da vida e de que existem coleções apropriadas em diversos tratados especiais, particularmente na pequena aritmética de *Guilmin*, na coleção de *Salgey*, nos pequenos tratados de *Dumouchel*. Para esse fim existe também o engenhoso método usado nas salas de asilo e publicado por sua autora Mme. Pape Carpantier no seu curso de educação

> e de instrução primária; citarei também o método de Jorge Ritte e o engenhosíssimo método de João Macé, o mais apropriado possível aos meninos, ainda os de mais tenra idade, e a que ele deu o nome de *Aritmética do Vovô* (Arithmetique du grand papa). E por um processo análogo a este último método que nos Estados Unidos se ensina a aritmética elementar e o sistema métrico (Relatório..., p. 26 / 1872-2A, A-B7-26, grifos do autor).

Em que pese as várias referências à França, havia igualmente um posicionamento crítico em relação ao seu modelo pedagógico, conforme podemos observar na imprensa. O professor primário Antonio Estevão da Costa e Cunha assinalou, nesse sentido, que

> Já que tocamos neste ponto permita-nos S.S. que lhe digamos que não é a França mais própria para dela recebermos inspirações em matéria de instrução, pois ela mesma para consertar e remendar a sua vai buscá-las na Inglaterra, nos Estados-Unidos e até na Prússia sua mortal inimiga (*A Instrucção Pública*, 14 jul. 1872).

No entanto, o número de referências aos franceses é considerável no próprio jornal *A Instrucção Pública*, de onde foi extraída a fala do professor. A folha pedagógica apresenta desde divulgação de decisões oficiais tomadas pelo governo francês no campo da educação até comentários de livros publicados recentemente na França, passando por dados estatísticos, discussão em torno do ensino obrigatório, o ensino de filosofia, a aprendizagem agrícola, a questão da higiene, a menção a pensadores da educação como Charbonneau, Théry, Rendu, Daligault, Dumouchel, Carpantier, Macé, Hippeau, entre vários outros assuntos.

A publicação de tradução de obras ou de trechos também fazia parte das colunas do jornal, como no caso do Conde Roselly de Lorgues, um dos fundadores do *Journal des Instituteurs Primaires*, em 1833 (D'Hauterive, 1963). O trecho publicado chamava-se "O mestre-escola", extraído da obra "Le livre des communes, ou Régénération de la France par le presbytère, l'école et la mairie". A tradução impressa na folha era de uma edição portuguesa, sinalizando que as ideias francesas poderiam chegar ao Brasil via outros países, principalmente, por meio de Portugal.

Entre os autores referenciados, está o inspetor francês Jean-Jacques Rapet, que aparece em 16 edições de *A Instrucção Pública*. Contribui para esta estatística o professor Candido Matheus de Faria Pardal, que obteve destaque no periódico

em 1872 e 1873, ao apresentar seu programa baseado no sistema de Rapet. Tal destaque emerge em um momento em que os relatórios oficiais afirmavam que a maior parte das escolas públicas primárias do Rio de Janeiro não tinha programa, nem tabela de distribuição do tempo ou não seguia o programa existente. Outra problemática era a dificuldade em classificar e dividir os alunos em classes, já que, nesse período, uma escola pública primária na Corte tinha apenas um professor. Outro fator que favorece o destaque obtido por Pardal é o uso de um conhecimento pedagógico advindo do "mundo civilizado", o que serviria para legitimar e adornar a obra realizada, tendo em vista que nesse mesmo ano outros professores também apresentaram programas que elaboraram para uso nas escolas em que atuavam.

Compreender como se deu a presença das ideias de Rapet e de outros franceses na trajetória do professor Pardal, nos debates pedagógicos da Corte e nas escolas públicas da cidade pode tornar possível esmiuçar e compreender também importantes aspectos tanto das relações travadas entre os professores, governo e sujeitos escolares quanto da constituição do ofício de professor e do próprio processo de escolarização.

As apropriações que Pardal, um professor conhecido e respeitado na Corte, fez das ideias de Rapet e a considerável divulgação desse fato na imprensa pedagógica também nos colocam outras questões como: quais os seus efeitos no funcionamento das escolas municipais criadas (e construídas) na década de 1870 e no debate entre os professores da Corte sobre organização do ensino nas escolas públicas? As ideias de Rapet também teriam contribuído na elaboração do livro de gramática escrito juntamente com José Ortiz e na larga adoção do mesmo nas escolas da Corte, assim como em outras províncias do país?

Embora em posição distinta e sem a mesma frequência, as questões pedagógicas brasileiras também estavam em pauta nos periódicos pedagógicos na França. O *Manuel Generale de l'Instruction Primaire* traz algumas menções sobre o Brasil, como o estado da instrução no país e a introdução das Caixas econômicas escolares. Também cabe lembrar que o Dicionário Buisson faz menção às "trocas internacionais". Buisson assinala que "a ideia de uma troca de documentos, de publicações administrativas ou científicas, de livros raros, obras ou reprodução de obras de arte, etc., entre os governos, as sociedades sábias, as bibliotecas de

diversos países, é já antiga" (1888, v.1, p. 752, tradução nossa).[1] O Dicionário Buisson registra que a França instalou um serviço voltado para essa atividade no interior do Ministério da Instrução Pública e que

> A França mantém hoje relações de trocas com a Bélgica, Suíça, Áustria-Hungria, Rússia, Portugal, Estados Unidos, Itália, China, Japão, Países Baixos, Brasil, etc. O movimento de volumes trocados em 1879 entre a França e seus correspondentes foi de 40.000 (1888, v. 1, p. 752, tradução nossa).[2]

Nesse sentido, Bastos (2002) também destaca a atuação de Célestin Hippeau, que pretendia tornar conhecida na França o funcionamento da instrução pública de outros países. A autora assinala o exercício feito por Hippeau e Ferdinand Buisson de realizarem uma espécie de educação comparada, cujas obras fariam parte das leituras de uma chamada "elite ilustrada" brasileira. No entanto, como pudemos observar pelas exposições feitas nas Conferências Pedagógicas, tais leituras também circulavam entre os docentes públicos primários. Cabe assinalar que, de acordo com Bastos (2002), uma das obras de Hippeau, *L'instruction publique aux États-Unis*, foi traduzida por ordem do governo imperial e publicada no Diário Oficial do Império do Brasil, em 1871. Esse procedimento poderia ter facilitado o acesso à obra por um maior número de pessoas.

"Dar ao magistério público uma consideração": a direção das escolas municipais

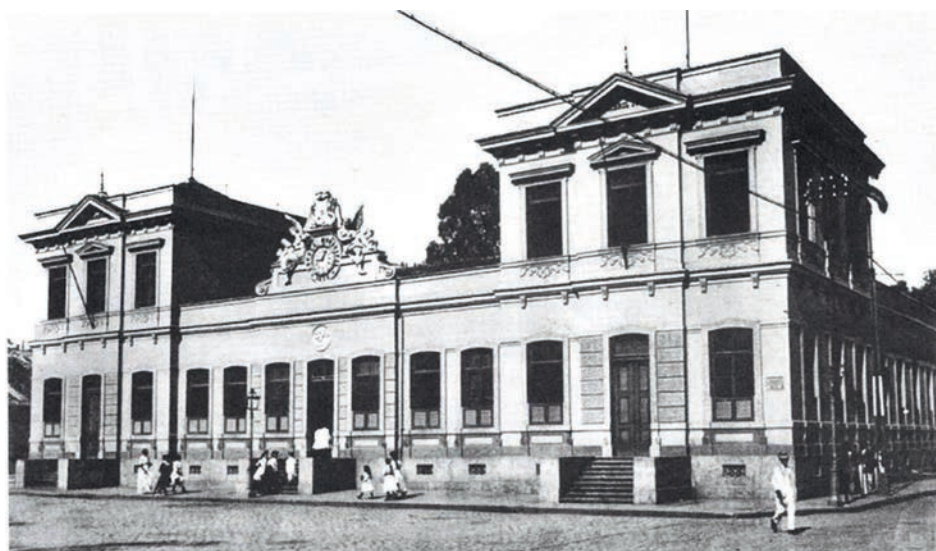
A Escola Municipal de São Sebastião, inaugurada em 4 de agosto de 1872 (*Diário do Rio de Janeiro*, 05 ago. 1872), e a de São José, em 7 de setembro de 1874 (*A Instrução Pública*, 13 set. 1874), eram as escolas dirigidas por Pardal que teriam recebido um prêmio na Exposição da Filadélfia. Ambas são geralmente mencionadas pela historiografia da educação como sendo parte do conjunto de escolas denominadas "do Imperador" em razão de D. Pedro II ter preterido a

[1] No original: "L'idée d'un échange de documents, de publications administratives ou scientifiques; de livres rares, ou d'objets de reproductions d'objets d'art, etc., entre les gouvernements, les sociétés savantes, les bibliothèques des divers pays, est déjà ancienne".

[2] No original: "La France entretient aujourd'hui des relations d'échanges avec la Belgique, la Suisse, l'Autriche-Hongrie, la Russie, le Portugal, les États-Unis, l'Italie, la Chine, le Japon, les Pays-Bas, le Brésil, etc. Le mouvement des volumes échangés en 1879 entre la France et ses correspondants a été de 40.000".

estátua, que seria feita em sua homenagem, em favor de usar os recursos para abrir escolas. No entanto, as fontes também mostram várias despesas no orçamento da Câmara Municipal com a construção dos prédios, como por exemplo, o Decreto n.º 4662 de 31 de dezembro de 1870 que orça as receitas e fixas as despesas da Câmara para o ano de 1871, o que assinala que os prédios foram erguidos com dinheiro arrecadado de mais de uma fonte, inserindo-se também as listas de subscrição de donativos.

A cerimônia de inauguração da Escola Municipal de São Sebastião contou com a presença de várias autoridades, como o presidente da Câmara Municipal, Antonio Ferreira Vianna - que também passara a ocupar o posto de inspetor das escolas municipais -, o secretário da Associação Municipal Protetora da Instrução da Infância Desvalida, Costa Ferraz e o Imperador. O *Diário do Rio de Janeiro* registrou que o prédio foi aberto para visitação pública e "a festa teve um caráter popular".

Figura 32 – Escola Municipal de São Sebastião

Fonte: Schueler e Gondra (2008).

A escola teria dois cursos abertos. O diurno, para as crianças de ambos os sexos (com entradas separadas, como é possível observar pela foto), e o noturno, para adultos. Outra atividade era a realização de conferências "por cidadãos habilitados". A primeira estava marcada para o dia 12 de setembro e seria proferida

pelo próprio Antonio Ferreira Vianna no salão da biblioteca da escola que faria: "a primeira preleção de educação moral, à qual Sua majestade o Imperador se dignou prometer de assistir" (*Diário do Rio de Janeiro*, 05 ago. 1872).

"O edifício está acabado: mas quanto falta para se realizar a escola?", pergunta Ferreira Vianna em seu discurso de inauguração. Assinala que "quem inicia tão difícil serviço deve ter longa resignação para suportar as desconsolações da inexperiência". O diretor nomeado por Ferreira Vianna, Candido Matheus de Faria Pardal, parecia se enquadrar no quesito mencionado por ele:

> O ilustrado e provecto professor Candido Matheus de Faria Pardal tomou a si o encargo de designar o pessoal docente, de organizar e dirigir o ensino. Seus trabalhos estão em últimos retoques; o sistema é fácil e principalmente prático, resultado da longa e esclarecida experiência.

A nomeação do professor Pardal para o cargo de diretor, "sem prejuízo do magistério público, que o mesmo exerce", foi bem recebida por colegas professores que registraram a satisfação no periódico *A Verdadeira Instrução Pública* (15 ago. 1872). A folha, ao assinalar a gratidão à Sociedade da Infância Protetora pela distribuição de vestuário às crianças pobres para frequentarem a escola, agradece também à Câmara Municipal "pela consideração que nos dá incumbindo da direção de suas escolas a um dos nossos mais estimados colegas, o prestimoso professor C.M. de Faria Pardal".

Os redatores ressaltam que, naquele momento, a escolha de Pardal era muito significativa. Fato que tem a ver com a agitação inerente da época e da qual Pardal também teve sua parcela de participação ao ser, por exemplo, signatário do Manifesto dos Professores Públicos Primários da Corte. Agradecem à Câmara pela sensatez de não acompanhar a opinião daqueles que "pensam que é desautorando o professorado que se há de conseguir reformar a instrução pública", uma alusão aos debates e tensões que estavam ocorrendo naquele período, entre os quais aqueles que diziam respeito à outra folha *A Instrução Pública* dirigida por Alambary Luz.

> Com efeito, não era difícil encontrar entre tantos cavaleiros ilustrados no magistério particular, algum especialista que viesse com todo o prazer dar direção aos trabalhos das escolas municipais. Nem se poderia com justiça censurar a escolha por ser fora do magistério público. Porém vir escolher o diretor no nosso grêmio, foi manifestar

> ao público o desejo sincero de dar ao magistério público uma consideração que os poderes do Estado não lhe teriam por certo concedido (*A Verdadeira Instrução Pública*, 15 ago. 1872).

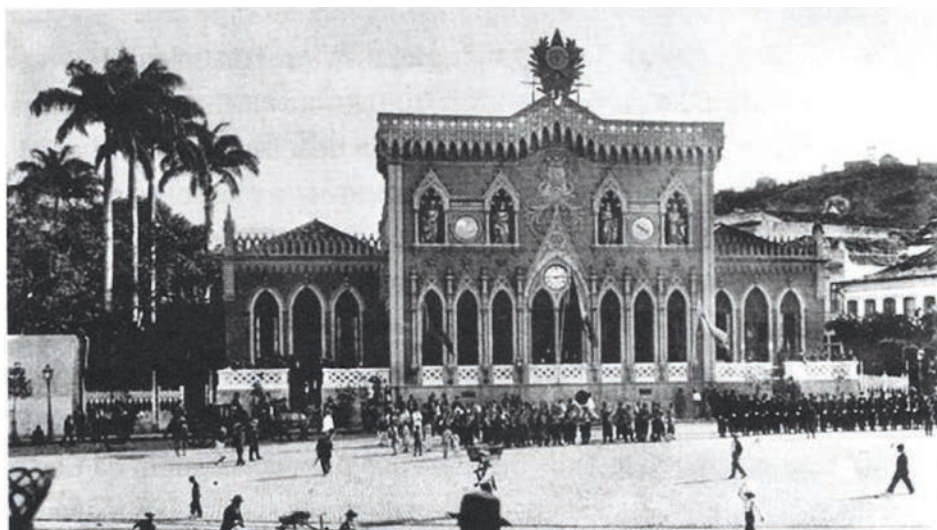
Os redatores procuravam tornar a nomeação de Pardal um reconhecimento ao magistério público e, sobretudo, àqueles que se mobilizavam e se organizavam. Ao assinalarem sua competência no ensino e o domínio de saberes pedagógicos também destacavam que Pardal fazia parte da categoria que estaria sendo ludibriada pelos governantes. Nesse aspecto, a última frase também emerge em tom provocativo. Os professores alegavam que os "poderes do Estado" não teriam concedido tal honra e apontavam de tal forma os embates entre os poderes do Estado e os da Câmara Municipal. As tensões ficam evidentes no discurso proferido pelo presidente da Câmara Municipal, Adolpho Bezerra de Menezes, por ocasião da inauguração da Escola Municipal São José, em 1874 (*A Instrução Pública*, 13 set. 1874 e *Diário do Rio de Janeiro*, 09 out. 1874):

> Vossa Majestade, que já tem, certamente, pesado a necessidade e grandíssima vantagem de confiar ao elemento municipal a honrosa coparticipação em sua elevadíssima missão, não se tem por momento demorado ante o dizer pouco pensado de que as municipalidades estão decaídas, desmoralizadas por si mesmas .

Bezerra de Menezes atribui a imagem decaída da municipalidade à pouca reflexão e que, se ela assim fosse, seria motivo ainda maior para os poderes públicos elevá-las e moralizá-las:

> Deem-lhe o que lhes tiraram, e o que lhes falta; deem-lhes a ação e o poder, independência e responsabilidade moral, e tenhamos por certo que, Lázaro ressuscitado, ostentará o vigor de suas forças.
>
> A inação voluntária e forçada é como o trabalho material – absorve e gasta a energia vital; e as faculdades da alma, sopesadas pela indiferença, dormem em sono profundo, deixando apenas perceber, por algumas raras e inúteis manifestações, suas secretas virtudes.
>
> Só a regeneração do elemento municipal, constituindo centros múltiplos de atividade, terá o poder de quebrar a inação – de apagar a indiferença e de plantar o estímulo no coração do povo brasileiro.

O discurso, por meio de um evento bastante propício, a inauguração de uma escola com presença de D. Pedro II, buscava o reconhecimento da Câmara Municipal como órgão indispensável no progresso do país pela promoção da marcha do povo brasileiro, estagnado pela inércia e indiferença. A Câmara Municipal advogava para si outra imagem, a de ser o "melhor auxiliar de Vossa Majestade" na difícil tarefa de dirigir a sociedade brasileira.

Figura 33 – Escola Municipal de São José

Fonte: Schueler e Gondra (2008).

A nomeação de Pardal, portanto, teria sido por reconhecimento de sua atuação no magistério público, mas também possui forte relação com as disputas de poder entre Estado e Câmara. O Estado poderia não conceder a Pardal tamanha honra, em razão da desvalorização da competência do magistério público ou de seu envolvimento com as manifestações docentes, mas essa mesma postura não procederia quanto aos poderes da Câmara, com os quais Pardal estaria envolvido por questões político-partidárias. Desse modo, apesar da experiência e sabedoria sempre ressaltadas do professor, é possível adicionar mais alguns critérios no que diz respeito às condições de nomeação, que podem ser inferidas nos artigos que tratam da sua exoneração em 1878 e 1879. Ambas teriam sido políticas. Cabe ressaltar que no mesmo mês de inauguração da Escola de São Sebastião tiveram lugar as eleições primárias, na qual Pardal foi candidato a eleitor. Na apuração

final, conforme já mencionado, Pardal ficou em 6.º lugar entre os eleitos, com 736 votos. O primeiro colocado teve 751 votos, o que mostra uma pequena diferença de votos (*Correio do Brasil*, 03 set. 1872).

No discurso de inauguração, Ferreira Vianna assinalou que, no âmbito pedagógico, os saberes a serem ensinados na Escola de São Sebastião compreendiam: instrução elementar, religião, desenho linear, noções de geografia e música vocal. A inserção de desenho linear no programa condiz com a prática de Pardal de lecionar a matéria na escola primária de Santa Rita, mesmo sem fazer parte do programa oficial.

A "instrução elementar" referida por Ferreira Vianna pode ser vista no programa, baseado no sistema de Rapet, enviado por Pardal para o inspetor geral da instrução na Corte. Ao analisar o relato do inspetor pernambucano Uchoa Cavalcanti, Schueler e Gondra (2008) afirmam que as escolas municipais visitadas por ele

> [...] foram positivamente destacadas não apenas pelo aspecto moderno e grandioso da arquitetura (os "palácios escolares"), mas pela adoção de novos métodos e programas de ensino, nos quais surgiam alguns elementos da modernidade pedagógica (Nunes, 2000): a adoção do ensino seriado e graduado em três anos ou séries, das classes simultâneas e da forma escolar organizada sob um novo modelo com novos espaços tempos e modos de funcionamento escolar. Modernidade que também implicava em um único prédio escolar, específico para a instrução de crianças de ambos os sexos; vários professores, homens e mulheres inclusive um especialmente destinado ao ensino de música; a presença de uma hierarquia na gestão do ensino e de novas funções no espaço escolar (diretor, inspetor, professor, bedéis, servente, jardineiro) (p. 441-442).

Para colocar em prática o programa, Pardal contava com uma equipe que incluía, segundo edições do *Almanak Laemmert*: primeiros professores, segundos professores, professor de música, professor de curso noturno, bedéis, servente e até um jardineiro. A seleção de professores também estava sob os cuidados de Pardal que divulgava, em jornal de grande circulação, a realização de concurso, seguindo o mesmo processo usado pela "instrução pública". O programa do concurso contava com dez itens entre os quais, desenho linear, cosmografia, geografia e pedagogia. Os candidatos também deveriam apresentar título de capacidade profissional expedido pela Inspetoria.

Um artigo de Augusto Cony em *A Instrução Pública* de 5 de janeiro de 1873, acerca dos exames da Escola de São Sebastião, relata que "O corpo profissional está superior às necessidades do ensino, mas não é só isso que tem feito medrar o trabalho, é o estímulo, o incentivo, a distribuição igual de favores com que sabe animá-lo o seu diretor". Relata também que a professora Joanna Margarida da Silva subiu à tribuna e

> [...] em bem delineado discurso, expôs que ao diretor desta escola se devia o resultado favorável que o auditório tinha presenciado, que nas lutas da inteligência suas companheiras muito a tinham auxiliado na execução do plano de ensino, posto em prática, e que a dedicação do Sr. inspetor geral era o ponto de onde tinham dimanado todos os esforços empregados ao bom êxito de tão justa causa.

Cony expõe que várias professoras a sucederam na tribuna e "nada deixaram a desejar". Depois, subiram os professores, entre os quais Dr. Navarro que "em elegante frase e bem formulados pensamentos mostrou-se igualmente acima do cargo que ocupa". O diretor Pardal também fez seu discurso, após a execução do hino nacional.

> [...] subiu à tribuna o diretor deste estabelecimento, e em um discurso cheio de animação, expôs o que se tinha passado nas aulas no espaço de quatro meses; depois dirigindo-se ao distinto inspetor geral das escolas municipais, o Sr. Dr. Antonio Ferreira Vianna, fez a justiça aos merecimentos desse senhor, que não tem poupado sacrifícios em levar a efeito a obra da educação da mocidade.

Cony, nesse momento, assinala que Pardal, com "experiência de 35 anos de serviço público", sabia "que mais vale a quem se preza uma palavra de louvor publicamente dita, do que sórdido interesse pecuniário". O comentário de Cony soava bastante político, colocando em evidência as estratégias do discurso que poderiam ser lançadas em situações públicas para estabelecimento ou fortalecimento de relações.

No entanto, Pardal também possuía críticas ao modelo das escolas municipais. Quanto aos prédios, um ofício assinala que Pardal havia se reunido com o Inspetor Geral da Instrução na Corte (que não era o mesmo Inspetor das Escolas Municipais), ocasião na qual manifestou as suas ideias "conforme o pensamento" daquela autoridade, "a respeito da necessidade de multiplicar-se o número de

escolas públicas de instrução primária em ordem a satisfazer às exigências deste Município". No documento, o professor não poupou críticas aos prédios das escolas que dirigia:

> O sistema inaugurado de grandes edifícios, além de ser sobremodo dispendioso apresenta alguns inconvenientes que seria de grande vantagem remediarem-se. Entre eles sobressaem: 1.º A falta de acomodações nas próprias escolas para os professores respectivos; 2.º A existência de duas escolas que se estão prontificando, embora de custosa construção e ainda mesmo quando seja construída uma dessas em cada Freguesia, não comporta o grande número de alunos que nelas tenham de se matricular; 3.º A grande distância em que ficam estas escolas dos pontos mais afastados das respectivas Freguesias (AGCRJ, códice 10.4.19, 22 nov. 1872, f. 119).

O professor defendia que, em vez de se construir uma grande escola, seria mais proveitoso construir três ou quatro menores em pontos equidistantes da freguesia, com moradia para o professor. Dessa forma, "ter-se-ia aliado a economia pública com a comodidade e facilidade do ensino, fiscalização e muitas outras vantagens que resultam do sistema de divisão do trabalho". Assim, Pardal enviou ao Inspetor Geral um plano de construção de modelos de escolas menores, com orçamento, feito pelo engenheiro Rocha Fragozo, a seu pedido. O professor alegava que o trabalho projetado satisfazia "a necessidade desejada, além de oferecer uma bela fachada, em harmonia com o fim a que se destina e o embelezamento desta cidade". A agência do professor – que também ocupava uma posição de autoridade destacada, em razão da direção das escolas municipais – no sentido de aumentar o número de escolas primárias, demonstra que, mesmo após ter alcançado um posto maior, em outra esfera da administração pública, Pardal continuava a preocupar-se com a disseminação da instrução por meio das escolas públicas da Corte geridas pelo Estado Imperial. Embora já ocupasse o cargo de diretor das escolas municipais, o ofício foi assinado de sua antiga posição:

> Persuadido de que, na qualidade de Professor da 1ª Escola pública da Freguesia de Santa Rita cumpro um dever apresentando esse trabalho, tomo a liberdade de pedir a V. Ex.a a sua poderosa intervenção, certo de que V. Ex.a prestará um grande serviço a Instrução pública deste Município concorrendo para a realização dessa ideia (AGCRJ, códice 10.4.19, 22 nov. 1872, f. 121).

O fato de criticar os prédios das escolas municipais, muito elogiados pela sua modernidade e grandeza, em um momento em que era diretor das mesmas, denota que Pardal, apesar de ligado politicamente à instância responsável por elas, mantinha sua autonomia intelectual nas questões educacionais. A mesma postura se dava a respeito das carteiras escolares que poderia ter relação com a emergência e constituição de uma indústria escolar. Vidal (2005) assinala que o paulatino processo de incorporação de vários objetos ao fazer escolar estimulou tanto a importação de objetos da Europa e dos Estados Unidos da América quanto a produção nacional. Nesse sentido, foi possível observar o próprio professor Pardal fazer uma espécie de "propaganda" indireta acerca das escrivaninhas e bancos de Roberts dos Estados Unidos que ele mesmo havia examinado na "casa de Generoso Estrella" onde estavam expostos (AGCRJ, códice 10.4.19, 1872, f. 57). A casa de Generoso Estrela, situada na Rua do Ourives, n.º 61, constava no *Almanak Laemmert* de 1872 na lista de Armazéns de gêneros norte-americanos e informava que o Sr. Generoso possuía longa prática no ramo, viajando com frequência para Europa e Estados Unidos, assim como no Brasil, para "garantir o bom sortimento" da casa.

Segundo Alcântara (2014) a escola obrigatória e de massa movimentou o mercado e a economia, acionando mediadores e tradutores culturais e diferentes indústrias:

> A quantidade expressiva de catálogos de mobiliário escolar e solicitação de patentes dá uma dimensão da relevância que as indústrias e fábricas de mobiliário escolar tiveram para o suprimento material da escola e, como corolário, para sua expansão. Também, elucida o quanto a escola foi um consumidor importante para a expansão desta atividade econômica (p. 163).

Em defesa da aquisição dos bancos de Roberts, Pardal critica até mesmo os bancos adotados na Escola Municipal de São Sebastião, que eram para seis ou sete meninos e ainda com o tampo fixo, impedindo a passagem durante o processo de escrita. Pardal alegava que "muito ganharia a boa disciplina, higiene e mesmo o ensino com o isolamento dos meninos, ou quando muito, que não fossem tais escrivaninhas e bancos para mais de 2 meninos" (AGCRJ, códice 10.4.19, 1872, f. 57).

O professor anexou ao ofício um prospecto intitulado "Novas carteiras ou escrivaninhas de Roberts para Colégios", o qual fornecia sete razões para a superioridade das carteiras: eram muito elegantes na aparência; fortes e dura-

douras, trazendo grande economia de espaço; possibilidade de entrar e sair delas com a maior facilidade; promoviam a saúde e o conforto; davam espaço para ler de pé, recitar e fazer exercícios ginásticos; tornavam as salas de aula belos salões espaçosos e cômodos para preleções e uso de adultos.

A propaganda eloquente e atraente pode ter provocado o interesse de Pardal em interceder pela aquisição de novas carteiras, em razão das condições da mobília da escola de Santa Rita que foram relatadas pela Comissão Visitadora das escolas e que constam no capítulo I. Os argumentos do prospecto eram bastante convidativos pela promessa de elegância, durabilidade, higiene e praticidade. Tal publicidade se articula com as reflexões de Alcântara, que assinala que o mercado cria objetos de desejos para a escola, tendo as Exposições Universais como importante espaço de exibição e o "Estado como comprador privilegiado" (2014, p. 81).

Durante a gestão de Pardal, a equipe da Escola São Sebastião, listada pelo *Almanak* em 1873, manteve-se nas escolas municipais, com exceção de um professor, Manoel dos Santos Marques. Com a inauguração da Escola Municipal de São José, alguns professores foram transferidos, como o 2.º professor da de São Sebastião, Antônio Francisco de Castro Leal Júnior, que era "tenente honorário do exército", que passou a ocupar o cargo de 1º professor na Escola de São José. Eram professores que já tinham experiência na Escola Municipal e poderiam ajudar ao diretor Pardal a manter o tipo de trabalho pedagógico defendido por ele. Cabe ressaltar que Pardal pretendia, segundo jornal *A Instrucção Pública*, introduzir um novo método de ensino na Escola de São José

> [...] que consiste em dividir os alunos na ocasião dos trabalhos em três turmas, para o que se acham as linhas de bancos convenientemente colocadas: a turma do centro ocupar-se-á em trabalhos de caligrafia, enquanto que a da direita se ocupará em leitura, e a da esquerda em matérias de cálculo, para o que existe a necessária pedra (*A instrução pública*, 13 set. 1874).

No entanto, no relatório do ano de 1874, o Ministro do Império João Alfredo Correa de Oliveira assinala que o regime seguido na Escola de São José era o mesmo da de São Sebastião, onde o ensino era simultâneo. O artigo assinala também que em 1874 estavam matriculados na Escola de São Sebastião, nas aulas diurnas, 340 meninos e 212 meninas, mas efetivamente haviam frequentado cerca de 200 e 130, respectivamente. Nas aulas noturnas, a matrícula era de 141

alunos com frequência entre 40 e 45. No caso da Escola de São José foram matriculados 308 meninos e 246 meninas. Quem eram os alunos da escola? "Todas aquelas crianças que representam verdadeiramente o elemento das classes mais necessitadas e que ainda não há muito tempo se viam privadas de receber o pão do espírito por falta de meios" (*Diário do Rio de Janeiro*, 10 dez. 1873).

Os resultados dos trabalhos realizados eram cuidadosamente exibidos em sessões públicas de exames, sendo vários registrados pelos jornais da época como o *Diário do Rio de Janeiro* (10 dez. 1873), que relata:

> Parece-nos poder assegurar que poucas ocasiões se terão apresentado em que o ensino primário tenha entre nós exibido provas de uma tão variada distribuição de conhecimentos, ao mesmo tempo úteis e recreativos, como os que observamos nos discípulos da escola municipal de S. Sebastião.
> Além da leitura, escrita e contabilidade, incluindo o sistema métrico, em que tanto os meninos com as meninas se mostraram sobremodo instruídos, notamos a sua aplicação no desenho linear, na etimologia e sintaxe gramatical, declaração e princípios de música e canto.

Segundo Antonio Ferreira Vianna, o trabalho realizado era de uma autoridade profissional "consolidada por mais de 40 anos de magistério, laureados por galardões e recompensas do governo imperial". O trabalho configurava uma espécie de "escola-exposição", como uma vitrine pedagógica, em razão das visitas que a escola recebia e do destaque na Exposição Universal de 1876:

> Os louvores que as escolas municipais de S. Sebastião e de S. José hão merecido no país, dos inspetores da instrução pública da corte, de visitantes os mais ilustres, assim nacionais como estrangeiros, e o glorioso prêmio que alcançaram na Exposição Universal de Filadélfia, são devidos só a dedicação e perícia de seu diretor (*O Cruzeiro*, 15 nov. 1878).

As escolas municipais também ganharam uma menção honrosa na Exposição Nacional de 1875, segundo *Almanak Laemmert* de 1876. O bom funcionamento da escola rendeu aos seus empregados uma bonificação pelos serviços prestados, como fica evidenciado no ofício do jardineiro que, excluído do grupo recompensado, também alegava merecer o prêmio:

> Illmo exmo sr presidente e mais membros da I. C.M. da Corte
> Diz Antônio João Christovão, jardineiro das duas escolas municipais, que tendo sido contemplados todos os empregados das referidas escolas municipais com uma remuneração pelos serviços prestados as mesmas escolas; acontece que, o sup.[e], foi excluído dessa prova significativa de bons serviços e como o sup.[e] tem consciência de que os seus, embora de natureza diversa, tem todavia merecimento pela perseverança com que trata e conserva em perfeito estado essa parte tão importante dos dois estabelecimentos, que tanto concorre para o seu aformoseamento; e tornando-se além disso odioso aos olhos de todos esta exclusão; vim, portanto, respeitosamente reclamar com a maior consideração de V. Exs. mais esta prova de justiça que a I.C.M. costuma distribuir a todos os seus empregados honestos que cumprem seus deveres; e por isso
> P.e espera que a I.C.M., tomando na devida consideração este seu apelo, se dignara mandar que ao sup.[e] seja concedida uma gratificação igual aos demais empregados (AGCRJ, 15.4.35, f. 524/1/1877).

O pedido do jardineiro foi indeferido, desconsiderando seu apelo de "empregado honesto" que cumpria seus deveres e que contribuía para o "perfeito estado" e aformoseamento dos estabelecimentos. Algo parecido se deu com a exoneração de Pardal, destituído do cargo apesar de ser considerado um professor ilustre que também cumpria seus deveres.

As observações proferidas por Ferreira Vianna, publicadas em *O Cruzeiro*, ocorreram diante da exoneração de Pardal do cargo de diretor, o que provocou grande indignação ao inspetor e certa agitação na imprensa. O periódico *A Reforma* – Órgão Democrático (16 nov. 1878) publicou uma crônica sobre o modo como os conservadores "governam a sua família política" e afirmou que a exoneração se deu porque os vereadores da Câmara Municipal queriam "sangue novo". Acusavam de demitir o diretor das escolas "por ser velho e ter-se recolhido à reserva, embora continue como conservador e leve à urna o voto no dia da eleição". O jornal assevera que os vereadores conservadores estavam "aplicando um sistema de demissões dos próprios amigos que não deixa de ter interesse de ser conhecido." E que o fato "é útil para a história apreciar-se nos atos a índole e as tendências desse partido". Para o lugar de Pardal foi nomeado um jovem pertencente à milícia ativa que trabalhava na porta da igreja e nas juntas municipais, tendo sido também subdelegado. Assim "despediram o correligionário velho, e entregaram ao moço com a direção da escola os 2$000 de ordenado".

O inspetor das escolas municipais, Ferreira Viana, criticou a decisão e também pediu exoneração, segundo ofício publicado no jornal *O Cruzeiro* (15 nov. 1878). Nesse documento, ficamos sabemos quão antiga é a relação dos dois, pois nele Ferreira Vianna conta a "honra de ter sido discípulo" do professor Pardal e afirma que suprimir a diretoria "seria privar organismo escolar do espírito que o anima".

O ofício aparece publicado no interior da ata de uma sessão da Câmara Municipal de 14 de novembro de 1878 e as poucas opiniões que estavam registradas mostram que não havia unanimidade no procedimento. Um dos vereadores, Amaro de Moraes, asseverou que se estivesse presente na sessão que aprovou a exoneração teria sido contrário "tanto mais que resolveu-se esta matéria sem ouvir-se o inspetor geral das escolas". Outros vereadores propuseram não aceitar a exoneração de Ferreira Vianna, sugestão que foi aprovada. Meses depois, o periódico *O Repórter* (09 fev. 1879) informava a reintegração de Pardal ao cargo de diretor das escolas municipais, sem apontar os motivos. Talvez a pressão de Ferreira Vianna e as discordâncias no interior da Câmara tenham feito os vereadores reverem a decisão. No entanto, logo em seguida, em 16 de fevereiro de 1879 (*O Repórter*), era Pardal quem pedia exoneração.

"Outros tempos, outras necessidades": as circunstâncias de aparecimento das ideias de Rapet no Brasil

> Lembrando-nos do antigo adágio – outros tempos, outros costumes, o qual tomamos a liberdade de substituir por – outros tempos, outras necessidades; interpretando que os maus resultados, que dizem existirem, estavam na organização do ensino, e não em seus executores; instado ainda pela força das circunstâncias; metemos mãos à obra na feitura de um programa que mudasse a face do ensino elementar, arriscando-nos a animadversão dos que não pensassem como nós.
> Professor Augusto Candido Xavier Cony (*A Instrucção Pública*, 17 nov. 1872)

Em meio à recente nomeação para diretor, o debate em torno da circular expedida pela Inspetoria Geral, a convocação das Conferências Pedagógicas, as críticas em torno da falta de programa e quadro de horários, Pardal aparece com seu programa adotado nas escolas municipais. A primeira versão consta no relatório da Inspetoria referente ao ano de 1871, mas assinado em 31 de outubro de 1872. O relator inspetor geral dizia que havia "acabado de receber", o que

significa que o programa havia sido provavelmente enviado no próprio mês de outubro de 1872.

Trata-se do mesmo relatório que traz as respostas dos professores à circular datada de 13 de julho de 1872. Tal circular ordenava que "cada professor remetesse um programa para o ensino das matérias que constituem o ensino primário do primeiro grau, a fim de se regularizar o mais possível o serviço diário das escolas respectivas" (*Resposta coletiva dos professores e professoras à circular da Inspetoria Geral*, 1872). As respostas foram enviadas individualmente por vários docentes e coletivamente por um grupo de 35 professores e professoras. O professor Frazão foi o relator da resposta, cujo texto possuía um tom reivindicatório. A introdução marcava que o texto era um prova dos esforços para atender ao inspetor geral e que para tal "celebraram muitas conferências, nas quais foram sempre animados do melhor desejo de acertar". Assim, estudaram "coletivamente as variadas questões que se prendem ao assunto, a fim de que as luzes e experiência de uns suprissem o que por ventura pudesse faltar aos outros".

Do grupo igualmente fazia parte o professor Pardal, que pode ter contribuído para disseminar o conhecimento em torno de Rapet entre os colegas. No entanto, na resposta elaborada coletivamente, Pardal tinha uma restrição quanto ao aspecto da "distribuição dos trabalhos e do tempo" e por isso, nesse ponto, apresentou uma resposta separada.

O programa das escolas municipais foi publicado em *A Instrucção Pública* (03 nov. 1872), com uma introdução explicativa redigida pelo professor Augusto Cony:

> Trouxe-nos à imprensa o trabalho do nosso ilustre colega, diretor geral da Escola de São Sebastião, o Sr. Candido Matheus de Faria Pardal.
> A instâncias nossas concedeu-nos esse senhor o seu importante trabalho, já adoptado naquele estabelecimento de instrução, permitindo-nos a sua publicação neste hebdomadário.

Cony ressalta que a bem "delineada obra" era uma honra que cabia a Pardal, que estava às portas de sua aposentadoria, pois já tinha 35 anos de magistério, e que "revertendo sobre a classe dos professores públicos, fazia encher de orgulho aos seus membros". Ao dizer que deveria partir da "nossa pena" e não na do "robusto escritor", o artigo conclamava os professores a se engajarem na "reforma do ensino" traduzida na elaboração de um programa para as escolas

da Corte. Argumentava que, pelo fato do Império ter os olhos voltados para os professores da capital, "as províncias deste nobre e rico Império contam conosco; devemos-nos mostrar dignos por mais este motivo de apreço que merecemos e devemos ter". O professor também redigiu uma frase no decorrer do artigo que ilustra bastante o modo como a categoria se reconhecia: "Contamos com nossos colegas, os valorosos lidadores nas lutas intelectuais; eles não abandonarão tão justa e nobre causa".

O trabalho nas escolas municipais também fez parte do relato publicado em *A Instrucção Pública* (05 jan. 1873) acerca da festa de encerramento das atividades do ano de 1872 na Escola Municipal de São Sebastião. Quem assina o relato é o próprio professor Cony, que não deixa de proferir elogios e de enfatizar que o sistema utilizado na escola era o de Rapet: "trabalho de 8 anos consecutivos de 1863 a 1871, e apreciado pelos maiores pedagogistas modernos, como, entre outros, o diretor da escola normal de Melun, o ex-diretor da escola normal de Versailles, o inspetor da academia de Douai em Laon" (p. 4). As informações trazidas sobre o assunto por Cony, em mais um de artigo na folha, demonstram que o professor tinha conhecimento dos debates em torno da circulação das ideias de Rapet na própria França.

Quais eram as questões existentes na época em torno do assunto na Corte, no que concerne às normas, aos relatórios oficiais e aos debates, que forneceram a Pardal o destaque dado a seu trabalho? No âmbito jurídico, as normas que estavam em vigor e que de algum modo também diziam respeito aos conteúdos a serem ensinados e à carga horária escolar remetem a três tipos de distintos alcances: o nacional, o municipal e o institucional. Em 1827, a Lei Geral de Ensino estabeleceu os saberes a serem ensinados em dois artigos:

> Art. 6. Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.
> [...]
> Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; [...].

O Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Corte de 1854 apresentava um regime de saberes um pouco mais detalhado.

> Art. 47. O ensino primário nas escolas públicas compreende:
> A instrução moral e religiosa,
> A leitura e escrita,
> As noções essenciais de gramática,
> Os princípios elementares da Aritmética,
> O sistema de pesos e medidas do município.
> Pode compreender também:
> O desenvolvimento da Aritmética e suas aplicações práticas,
> A leitura explicada dos Evangelhos e notícia da história sagrada,
> Os elementos da historia e geografia, principalmente do Brasil,
> Os princípios das ciências físicas e da história natural aplicáveis aos usos da vida,
> A geometria elementar, agrimensura, desenho linear, noções de música e exercício de canto, ginástica, e um estudo mais desenvolvido do sistema de pesos e medidas, não só do município da Corte, como das províncias do Império, e das Nações com que o Brasil tem mais relações comerciais.
> Art. 48. As escolas públicas primárias serão divididas em duas classes:
> A uma pertencerão as de instrução elementar, com a denominação de escolas de primeiro grau.
> As outras de instrução primária superior com a denominação de escolas de segundo grau.
> Art. 49. O ensino nas de primeiro grau será restritamente o que se acha marcado na primeira parte do Art. 47: nas do segundo grau compreenderá demais as matérias da segunda parte do mesmo Artigo, que por deliberação do Governo, sobre proposta do Inspetor Geral, e ouvido o Conselho Diretor se mandarem adoptar.
> Art. 50. Nas escolas para o sexo feminino, além dos objetos da primeira parte do Art. 47, se ensinarão bordados e trabalho de agulha mais necessários.
> Poder-se-ão também ensinar as matérias da segunda parte do citado Artigo, que o Governo designar, sobre proposta do Inspetor Geral com audiência do Conselho Diretor, conforme as diversas localidades em que forem situadas a sua importância.

No caso do Regimento Interno das escolas públicas de 1855, o documento ratifica os conteúdos estabelecidos no Regulamento de 1854 e normatiza o "horário dos trabalhos", já citado no capítulo I.

Tais instruções definiam os saberes e os horários de funcionamento da escola, mas não quanto tempo o curso primário deveria durar, nem a repartição dos conteúdos ao longo do curso, a carga horária de cada um e a distribuição dos tempos de aula em cada dia. Por outro lado, o inspetor geral da instrução Eusebio de Queiroz afirma que havia sido feito um programa para uso nas escolas com base nas discussões de uma conferência convocada por ele (Relatório relativo ao ano de 1856). Mas, apesar das normas regulando saberes, horários e o programa formulado na gestão de Eusébio (1855-1863), o que se observa nos relatórios, na imprensa e na fala dos professores é que cada escola organizava os saberes de forma diferente e dava mais ênfase a um saber e pouco ou nada aos outros, fazendo com que não houvesse uniformidade no ensino, fato que era motivo de preocupação tanto para o governo quanto para os próprios professores.

O relatório apresentado à Inspetoria pela "Comissão visitadora das escolas públicas e estabelecimentos particulares", formada pelos professores Philippe da Motta Azevedo Correa, José Manuel Garcia e João Rodrigues da Fonseca Jordão, acerca do trabalho realizado em 1873, registra que:

> Em geral os professores dão a umas matérias amplidão, que elas não devem ter, a outras quase que não contemplam o ensino; todas enfim, parece a comissão que deveriam ser ensinadas de outro modo e com mais proveito para o aluno. Os *métodos não são uniformes*, os processos parciais também diferem, enfim *não há homogeneidade no ensino das diversas matérias*, contra o preceito legal, de sorte que um aluno que passar de uma para outra escola encontra diferente método de ensino, o que se torna para ele um embaraço, e vai aumentar a dificuldade com que naturalmente luta.
>
> [...]
>
> A tabela da distribuição do tempo e das matérias pelas diversas classes não é observada nem mesmo existe ela na maior parte das escolas; também do modo por que ela está organizada entende a comissão que serve antes de embaraço do que de proveito para o andamento regular dos exercícios escolares; nem mesmo está em dia com os compêndios em uso atualmente, pelo que carece de pronta e radical reforma (1873, A-B7-40, grifos nossos).

O relato da comissão sinaliza que, passados vários anos, o problema persistia, mas não é claro quanto à existência de um programa oficial, embora afirme que a "tabela" não era observada e que carece de reforma, indicando, portanto a possibilidade de haver alguma orientação. Entretanto são enfáticos ao comentarem a falta de homogeneidade do ensino.

Uma questão importante para compreender o problema da relação entre tempo e distribuição dos conteúdos trata-se do tipo de método usado que, segundo a comissão, também não era uniforme. O método geral de ensino deveria ser o método simultâneo, mas segundo a mesma comissão:

> O método simultâneo, que é designado pelo artigo 73 do regulamento para ser seguido nas escolas públicas, *está substituído em muitas delas pelo método misto, que é uma combinação do simultâneo e do mútuo*, e que na verdade melhor se presta para as exigências e condições da generalidade de nossas escolas; não pareceu a comissão que ele fosse executado sempre com toda perfeição, nem tampouco o simultâneo [...] (1873, A-B7-53, grifos nossos).

> [...] mas decretando isso *não se forneceu às escolas públicas os meios indispensáveis* para por em execução o referido método, que exige, além de quadros e modelos próprios, um número conveniente de adjuntos com os quais o professor divida o trabalho, de sorte que haja para cada uma turma de 20 alunos 1 professor ou adjunto (1873, A-B7-40, grifos nossos).

Pelo fato do Regulamento determinar que nas escolas públicas primárias o ensino deveria ser o simultâneo, o governo parecia esperar que a tabela de horário ou programa fosse elaborado com base nessa norma. No entanto, segundo os professores, esse tipo de ensino – e em decorrência, a tabela de horário – demandava materiais adequados para colocá-lo em execução, bem como um quantitativo de adjuntos. Como tais condições não existiam, o ensino simultâneo também não ocorreria como o esperado, assim como dificultava a tarefa de estabelecer um "programa-horário", não obstante as tentativas já realizadas.

Apesar dos documentos discutirem a elaboração de um programa com tabela de horário como se fosse algo de conhecimento geral, o procedimento parecia não ser tão difundido assim, como fica explícito na fala do professor primário Antonio Estevão da Costa e Cunha. A confecção de um "programa-horário" minucioso, como nomeou o professor Costa e Cunha nas conferências, em que

o professor soubesse de antemão pelas tabelas o que ensinar -–"a tarefa de cada dia útil" –, consistiria em uma "novidade pedagógica" que poderia uniformizar o ensino primário nacional: "Bem se pode ver, por aqui, quanto é grande a importância que eu ligo a essa, para nós, novidade pedagógica" (1872-2A, A-B8-8).

O professor apresentou uma reflexão em torno de como a confecção de um programa deveria se dar para cumprir bem a tarefa e ressaltou o tempo necessário para elaborar um trabalho bem feito:

> Senhor, tenho muita satisfação em servir cumprindo as determinações dos superiores, mas em servir bem. Queira V. Ex. conceder-me *um ano* para eu organizar e ensaiar o trabalho segundo a letra da circular, findo esse ano eu hei de voltar e dizer: eis o programa, agora respondo por ele (Relatório IGIPSC, 1872-2A).

Para corroborar a necessidade de tempo de reflexão, Costa e Cunha recorre ao próprio Rapet, ressaltando as condições de produção da obra do francês, o que sinaliza certo conhecimento em torno do assunto e as leituras às quais o professor tinha acesso:

> O melhor trabalho que se conhece sobre o assunto é o do Sr. Rapet, que para completá-lo, empregou oito anos; note-se que foram precisos nada menos de oito compridos anos para levar a efeito a sua obra, e atenda-se mais que, além de muito prático na matéria, ele é ou era inspetor geral da instrução pública de Paris, e dispunha de todos os elementos que necessitasse, de quantos conselhos e professores quisesse ouvir, de quantas escolas houvesse mister para ensaios e experiência.
> Repito pois: - E poderemos nós resolver tão importante questão sem tempo para detido exame e acurado estudo? (1872-2A, A-B8-8).

No entanto, para contestar possíveis argumentos a favor da adoção de um programa estrangeiro, o professor se posicionou energicamente:

> E não se nos venha dizer que o trabalho já está feito pelo Sr. Rapet, que com algumas modificações o podemos adotar, isto é matéria que também demanda muita atenção e escrúpulo, para que não nos aconteça o que até agora temos visto com os regulamentos adotados, senão copiados (1872-2A, A-B8-8).

O professor propôs a elaboração de um programa que pudesse ser usado em todas as escolas e que levasse em consideração vários aspectos, como os alunos, os professores, as peculiaridades do calendário brasileiro, sexo, localização da escola, entre outros.

> Cumpre nesse programa atender a tanta cousa, tanta! Tais como a desigualdade da inteligência, aplicação e frequência dos alunos; tais como instabilidade dos dias feriados e festivos (festas móveis), os impedimentos inesperados do professor que não tem ajudante; tais como a necessidade que há nas escolas urbanas de certas matérias e nas suburbanas ou rurais de outras, diferença esta que vai também de escolas do sexo masculino às do outro sexo; tais como a falta de uma época determinada para matrícula, as exigências de pais ignorantes, a deficiência de auxiliares na altura de seu mister, etc. – que suponho não andar desacertado, lembrando o alvitre que constitui este parecer, que emito depois de muita reflexão e que submeto, respeitoso, ao juízo esclarecido de V. Ex. e do Ex.º Conselho.

Embora criticasse a adoção do trabalho feito no exterior, o professor era favorável ao intercâmbio de ideias entre países e afirmava que "as nações mais adiantadas aprendem todos os dias umas com as outras" e, nesse sentido, enfatiza: "não censuro, pois, que tomemos ao estrangeiro o que for bom; mas só o que for e puder acomodar-se, depois de modificado, aos nossos usos e necessidades: - condeno, sim, a adoção de preceitos estranhos, inaclimáveis na nossa terra" (Relatório da IGIPSC, 1872-2A, anexo 8, A-B8-9).

O professor sugere aproveitar os programas existentes como os de Pardal, Cony e Alberto para serem examinados por uma comissão que deveria escolher "o que melhor se adaptar às necessidades do ensino primário":

> Depois de aprovado pela inspetoria geral e o Conselho Diretor, será esse programa ensaiado nas escolas por espaço de um ano, findo o qual será discutido em outras conferências, e depois de se lhe fazerem as modificações que a prática aconselhar, se aconselhar, seja então definitivamente adoptado (Relatório da IGIPSC, 1872-2A, anexo 8).

O programa do professor Pardal, que aparece na resposta a circular de 13 de julho de 1872 para o ensino das primeiras letras nas escolas públicas, consistia no "método ou antes *Cours d'études des écoles primaires publiques sous la direction*

de Mr. J.J. Rapet".[3] Essa informação vai emergir com destaque e ser comentada durante as conferências. Phillippe da Motta assinala no parecer que o plano de estudos de Pardal também era adotado por outros professores que seriam "os melhores juízes nesse assunto".

Método ou sistema? Afinal, do que trata Rapet? O uso de termos diferentes pelos professores nos leva a fazer algumas interrogações. Seria uma apropriação do uso da palavra pelos próprios pedagogistas e autores de manuais franceses ou uma estratégia dos professores da Corte de legitimação de suas práticas? Ou como sinalizado no capítulo I, a falta de um *limite de significação* reclamada por Costa e Cunha em torno de vocábulos como "sistema" e "método"?

Anne-Marie Chartier (2007), ao discutir quais categorias adotar para ordenar o conjunto de livros de aprendizagem que compunham a coleção de Jean-Jacques Rapet, chama atenção para o problema do uso do termo "método" na França no século XIX. A autora alerta que "Vauclin designava todos os manuais como 'métodos'." A palavra, entre 1830 e 1840, aparecia somente em um terço dos títulos; no Segundo Império (1852-1870), na metade; e em dois terços entre 1870 e as leis Ferry.

> Vê-se, assim, nesse momento, instalar-se um termo genérico que, na França, permanece em vigor. Um método é um conjunto de princípios e escolhas teóricas para guiar a ação, tal como expostos em um discurso (quer se trate do Método cartesiano, do Método experimental de Claude Bernard, ou do Método natural de Freinet); na escola, um método é um guia pedagógico, redigido para o professor. [...] Mas no uso que se impôs, a palavra "método" designa qualquer livro para o iniciante. Nos anos 1870, o uso oral relatado por Vauclin (o método *Villemereux*) apareceu na publicação: o método se apresenta com o nome de seu autor (*Méthode Néel, Méthode Menet, Méthode Gédé, Méthode Cuissard*). (Chartier, 2007, p. 96-97, grifos da autora).

Dessa forma, a autora assinala que se encontravam confundidos os princípios e o livro de aprendizagem em que eles eram colocados em prática e que, em razão disso, a "guerra entre os métodos" na França ocorreu por meio dos manuais. Segundo Chartier (2007, p. 106, grifo da autora), para Rapet, "os avanços metodológicos dos manuais só poderiam produzir seu efeito pela organização

[3] Resposta datada de 26 de dezembro de 1872. O documento encontra-se anexado ao Relatório da IGIPSC de 1872.

estruturada do currículo, um 'plano de estudo que fará com que os pais adquiram o hábito de trazer suas crianças na data certa'." Assim, conforme se "instalava essa rotina de ensino coletivo, mais os manuais definiam a duração ideal para repartir a carga de trabalho no tempo" (p. 108), aspecto do caso francês que pode ter chamado atenção dos professores primários brasileiros.

O sistema escolar, de acordo com Chervel (1990), desempenha na sociedade um papel de formar "não somente os indivíduos, mas também uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global" (p. 184). As disciplinas escolares e o modo como são operadas atuam nessa direção. São elas que, segundo Chervel, determinaram a divisão do grupo de alunos e sua repartição em classes por níveis. Divisão e repartição que também estavam presentes no plano de ensino das primeiras letras do professor Pardal.

Jean-Jacques Rapet, suas obras e concepções atraentes

> Nós chegamos mesmo a pretender que o professor nasça, e não que ele se torne. Heresia manifesta. Repudiamos uma teoria que tenda a fazer crer que torna-se um mestre sem trabalho e sem esforço e que faça crer na inutilidade dos estudos para se aperfeiçoar e adquirir mais habilidade na arte que exerce.
> Jean-Jacques Rapet
> (Introdução ao livro de Charbonneau, *Cours théorique et pratique de pédagogie*)

O francês Jean-Jacques Rapet nasceu em Miribel, em 1805, e faleceu em 1882, em Paris. Sua trajetória foi marcada por diversas atividades na área educacional. Realizou viagem ao estrangeiro, onde esteve em contato com pedagogos alemães e suíços. No âmbito da formação docente foi nomeado por Guizot para o cargo de diretor da Escola Normal de Périgueux em 1833 e participou da comissão ministerial encarregada de reformar a formação de professores primários entre 1845 e 1848. Nomeado subinspetor primário em Paris, em 1847, depois inspetor, em 1850, tornou-se inspetor geral da instrução primária em 1861. Em 1872, aposentou-se com o título de inspetor geral honorário da instrução primária. Rapet atuou em três periódicos pedagógicos – *Education, Bulletin de l'Instruction Primaire e Journal des Instituteurs* – e constituiu uma coleção de livros de mais de cinco mil volumes que foram comprados pelo Estado em 1880 e colocados no fundo da biblioteca do Museu Pedagógico. Atualmente fazem parte do fundo da biblioteca do extinto INRP (*Institut National de Recherche Pédagogique*), que foi transferida para a Universidade de Lyon (Havelange et al., 1986; DuBois e Bruter, 2002).

Quadro 26 – Algumas obras de Rapet e ano das edições localizadas durante o estágio de pesquisa na França

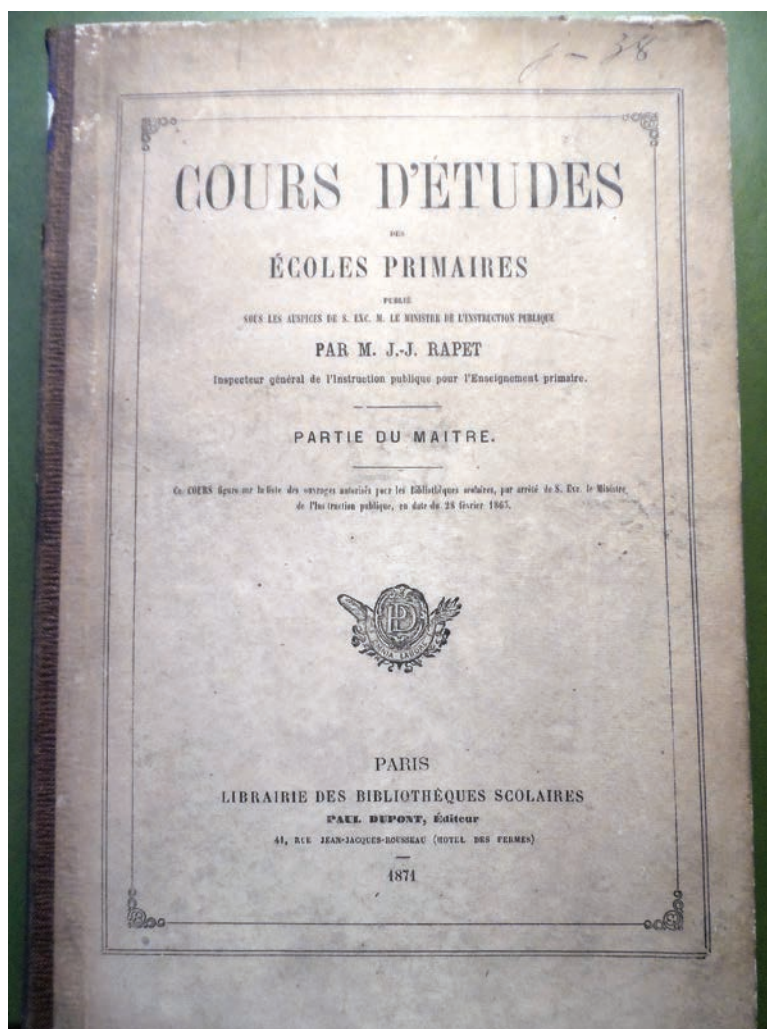
N.	Título	Ano
1	Considérations sur l'éducation, suivies de l'exposé d'un plan propre a réunir les avantages des éducations publique et particulière, sans en avoir les inconvénients	1831
2	De l'Influence de la suppression des tours dans les hospices d'enfants trouvés sur le nombre des infanticides, par M. J.-J. Rapet; mémoire lu à l'Académie des sciences morales et politiques, dans la séance du 11 octobre 1845 Rapet, Jean-Jacques (1805-1882)	1845
3	Notice sur la vie et les travaux de F. M. L. Naville	1847
4	Des conditions du bien-être pour les classes laborieuses et de l'influence qu'il exerce sur la moralité	1851
5	Principes de grammaire française	1852
6	Cours élémentaire de langue française (livro do professor e do aluno)	1852
7	Manuel Populaire de Morale et d'économie politique à l'usage des classes ouvrières	1858
8	Manuel de législation et d'administration de l'instruction primaire, ou Recueil des lois, décrets, arrêtés, règlements, circulaires et instructions concernant l'instruction primaire	1862
9	Cours superieure de langue française (livro do professor e do aluno)	1864
10	Plan d'études pour les écoles primaires. Repartition de l'enseigment et emploi du temps	1868
11	Cours d'études des écoles primaires	1871/1876

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no levantamento realizado durante a pesquisa.

Os professores da Corte conheciam o *Cours d'études des écoles primaires* e o *Manuel Populaire de Morale et d'économie politique à l'usage des classes ouvrières,* como mostram os jornais e menções às obras durante as Conferências Pedagógicas de 1873. Mas é o *Cours d'études*, obra que também havia sido publicada no *Journal des Instituteurs*, que vai ficar em evidência durante o período das conferências. O *Cours* estava na lista de obras autorizadas para compor bibliotecas escolares francesas por um decreto de 1863 do Ministro da Instrução Pública, na época Gustave Rouland,[4] no período do Segundo Império na França, que durou até 1870, quando teve início a Terceira República.

[4] Extraído da lista de ministros da instrução organizada pelo antigo INRP (Institut National de Recherche Pédagogique), atualmente disponível em http://rhe.ish-lyon.cnrs.fr/?q=ministres-list. Acesso em: 14 fev. 2020.

Na introdução do *Cours d'études des écoles primaires*, Rapet faz a apresentação da obra e explica o funcionamento do curso, atribuindo a ele a capacidade de resolver alguns problemas recorrentes nas escolas francesas. Embora tratasse de realidades distintas e de um quantitativo de escolas diferentes, alguns problemas eram semelhantes aos relatados pelos professores primários do Rio de Janeiro e de outras regiões do país.

Figura 34 – Capa do Cours d'Études (1871) – exemplar localizado na Bibliothèque Historique de la Ville de Paris

Fonte: Foto da autora.

Uma das primeiras observações feitas era que o curso se destinava a escolas de um mestre: "Concebido especialmente em vista das escolas mais numerosas, ou seja, daquelas que são dirigidas por um único mestre, sem ajuda de um adjunto" (1871, p. 3, tradução nossa).[5] O professor adjunto mencionado por Rapet não era o mesmo existente na Corte. No caso francês, o adjunto era um professor formado que auxiliava o professor regente da escola e na Corte, oficialmente, um aprendiz do ofício.

As estratégias discursivas de Rapet teriam chamado a atenção dos professores brasileiros que poderiam se identificar com o público alvo da obra, em que pesem as diferenças de realidade, com o argumento das experiências bem sucedidas de vários professores franceses: "Aqueles que ainda poderiam duvidar da possibilidade de colocar esse sistema em prática podem contar com a experiência dos milhares de bons mestres que já o seguem com tanto sucesso" (p. 3, tradução nossa).[6] A experiência foi mencionada pelo professor Costa e Cunha, conforme levantado. Outra vantagem elencada por Rapet era a de que o sistema dava liberdade para os professores escolherem os livros, os métodos, a maneira de fazer as lições e explicar os assuntos, pois o *Cours* se limitava a dar a direção e mostrar a ordem que convinha seguir em cada ramo da instrução, tendo como objeto principal fornecer aos professores os exercícios e deveres a serem dados aos alunos durante e após as lições.

Nesse sentido, cabe destacar que em artigo sobre Rapet publicado em *A Instrucção Pública* (03 ago. 1872), intitulado "Cursos de estudos do Sr. Rapet" – uma tradução do título da obra francesa –, o professor Augusto Cony afirma que, quando na França o ensino primário era motivo de opiniões controversas e as pessoas mais ou menos "autorizadas" tentavam dar ao povo uma instrução "mais sólida", "o inspetor geral da instrução pública deste país trabalhava no intuito de fazer extinguir as discórdias e apresentar uma obra que honrasse ao corpo profissional no ensino público, como se faz hoje entre nós". A obra "retribui exuberantemente os sacrifícios empregados" por Rapet que "deu à luz da publicidade" um "utilíssimo livro – intitulado – o livro do mestre". Interessante observar como o professor lidou com a tradução da expressão "Partie du maître"

[5] No original: "Conçu spécialement en vue des écoles les plus nombreuses, c'est-à-dire de celles qui sont dirigées par un maître seul, sans le secours d'un adjoint".

[6] No original: "Ceux qui pourraient douter encore de la possibilité de mettre ce système en pratique peuvent s'en rapporter à l'expérience des milliers de bons maîtres qui le suivent déjà avec tant de succès".

que aparecia no livro original em francês ao final das explicações da titulação da obra, como pode ser visto na imagem anterior. Talvez, o "livro do mestre" trouxesse maior significação do que a "parte do mestre".

Os saberes que compunham o curso seguiam a norma oficial e Rapet os distribuiu por três anos: "Todos os ramos da instrução primária compreendidos no programa atual de ensino obrigatório são divididos, como acabou de ser dito, em três anos aos quais damos o nome de curso" (p. 3, tradução nossa).[7] Rapet ofertava um modelo de distribuição dos conteúdos pelos três cursos, bem como das lições pelos meses, semanas, dias e horas.

Por meio do *Cours*, pretendia fornecer a tão almejada uniformidade do ensino reclamada pelo governo e pelos professores e também se apresentava como uma solução para um grande problema existente tanto no Brasil quanto na França: a irregularidade de frequência e a entrada dos alunos em qualquer época do ano. Para tanto, o uso do curso de Rapet levaria os pais a entenderem a dinâmica escolar:

> Os pais, por sua vez, que não têm ideia da sucessão de lições em uma escola onde o ensino deve ser dado a toda uma divisão por vez, e que imaginam frequentemente que o que a criança não aprendeu em um dia, uma semana, ou um mês, ela poderá aprender no dia, na semana, no mês seguinte, os pais [...] verão eles mesmos que isto não é possível em um ensino metódico, que se dirige a todo um grupo de alunos; sua educação, nesta relação, se faz ao mesmo tempo que a de seus filhos (p. 10, tradução nossa).[8]

Embora os professores não mencionem a outra obra de Rapet chamada *Plan d'études pour les écoles primaires. Repartition de l'enseignement et emploi du temps*, sua leitura é referida no *Cours d'études* e traz importantes elementos para

---

[7] No original: "Toutes les branches d'instruction primaire comprises dans le programme actuel de l'enseignement obligatoire sont divisées, comme il vient d'être dit, en trois années auxquelles on donne le nom de cours".

[8] No original: "Les parents, à leur tour, qui n'ont aucune idée de la succession des leçons dans une école où l'enseignement doit être donné à toute une division à la fois, et qui s'imaginent souvent que ce que l'enfant n'a pas appris un jour, une semaine, où un mois, il pourra l'apprendre le jour, la semaine, le mois suivant, les parents, […], voient eux-mêmes que cela n'est pas possible dans un enseignement méthodique, qui s'adresse à tout un groupe d'élèves; leur éducation, sous ce rapport, se fait en même temps que celle de leurs enfants".

pensar o modo como o inspetor francês construiu seu *Cours* com lições para cada dia do ano. Enquanto que o *Cours d'études* traz somente uma introdução antes do programa propriamente dito, o *Plan d'études* possui vários capítulos para fundamentar a forma como Rapet pensou a divisão das matérias e o programa de ensino para as escolas primárias, considerando suas peculiaridades. Na introdução, Rapet apresenta argumentos acerca da importância do trabalho elaborado e afirma que o plano havia sido reimpresso para atender ao desejo dos professores. Assinala igualmente, em tom de progresso, que a necessidade de cada escola ter um plano de estudos que atendesse aos imperativos do ensino começava a ser sentida: "Um plano de estudos é um guia que nos mostra cada dia a rota a seguir, e que, marcando o ponto aonde nós chegamos, nos lembra sem cessar o espaço a percorrer. É uma espécie de mentor que prevê as lacunas e as perdas de tempo" (1868, p. 5-6, tradução nossa).[9]

O livro *Plan d'études* encontrado na Bibliothèque Nationale de France é uma edição de 1868 – mas a obra data de 1859 (Jacquet-Francillon, 1999; DuBois e Bruter, 2002) – e é dividido em duas partes. Na primeira, Rapet tece uma discussão mais geral, comparando o ensino primário ao secundário, no que diz respeito à necessidade de um plano de estudos e à condição dos professores, bem como um plano deveria atender às necessidades do ensino. Na segunda parte, discute o plano de estudo em si, em que bases ele deveria estar fundamentado, o caso das escolas de um só mestre, as lições a serem dadas, as repartições do ensino, meios de resolver as dificuldades de um plano repartido para três cursos, a determinação dos cursos e de suas matérias, explicação dos quadros que resumem o plano, o quadro de emprego do tempo e a repartição do ensino nas escolas que dispusessem de um professor adjunto.

[9] No original: "Un plan d'études est un guide qui nous montre chaque jour la route à suivre, et qui, en marcant le point où nous sommes arrivés, nous rapelle sans cesse l'espace à parcourir. C'est une espèce de mentor qui prévient les écarts et les pertes de temps [...]".

Figura 35 – Sumário do livro Plan d'Études (1868). Imagem de fotocópia digitalizada

TABLE DES MATIÈRES.

BIBLIOTHÈQUE IMPÉRIALE

Fonte: Bibliothèque Nationale de France.

Na discussão comparativa entre o ensino primário e o secundário realizada na primeira parte, ao colocar um tipo de ensino diante do outro nos dá a ver as diferenças, mas também o próprio modo como essas diferenças são constituídas a partir da referência ao outro. Para Rapet, a responsabilidade sobre os parcos resultados do ensino primário e os alunos saberem muito pouco em relação ao tempo que passavam na escola primária era atribuída aos métodos usados e aos professores. Porém, assinalava que os professores, por outro lado, alegavam muitas dificuldades:

> Às dificuldades inerentes à educação, e que são, em todo estado de coisas, a consequência das falhas naturais da criança, se somam em efeito todas aquelas relacionadas às circunstâncias particulares nas quais encontram lugar os mestres encarregados da direção das escolas. Falhas de desenvolvimento intelectual de seus alunos que permanecem quase sem cultura até o momento em que chegam, porque eles não encontram recursos na família; irregularidade da frequência, fim prematuro de estudos, e, sobretudo abandono da escola durante uma parte do ano, o que faz perder, em grande parte, o fruto das lições precedentes; condição frequentemente deplorável das escolas, privadas da maior parte dos meios necessários ao sucesso de ensino; enfim, posição excessivamente penosa do mestre, quando está sozinho para dar instrução aos alunos de todas as divisões, e para satisfazer ao mesmo tempo às exigências multiplicadas da direção de uma escola: eis as sérias dificuldades e cujo valor não é sempre compreendido pelas pessoas estrangeiras à instrução primária (p. 8, tradução nossa).[10]

[10] No original: "Aux difficultés inhérentes à l'éducation, et qui sont, dans tout état de choses, la conséquence des défauts naturels de l'enfance, s'ajoutent en effet toutes celles qui tiennent aux circonstances particulières dans lesquelles se trouvent placés les maîtres chargés de la direction des écoles. Défaut de développement intellectuel de leurs élèves qui sont restés presque sans culture jusqu'au moment où ils leur arrivent, parce qu'ils ne trouvent pas de ressources dans la famille; irregularité de la fréquentation, fin prématurée des études, et surtout désertion de l'école pendant une partie de l'année, ce qui fait perdre, en grande partie, le fruit des leçons précédents; condition souvent déplorable des écoles, où l'on est privé de la plupart des moyens nécessaires au succès de l'enseignement; enfin position excessivement pénible du maître, lorqu'ils est seul pour donner l'instruction aux élèves de toutes les divisions, et pour suffire en même temps aux exigences multipliées de la direction d'une école: voilà des difficultés sérieuse et dont la valeur n'est pas toujours suffisamment comprise par les personnes étrangères à l'instruction primaire".

Depois de enumerar as dificuldades e a gravidade do problema, Rapet apresentou o “remédio”, uma melhor direção aos esforços dos professores, os quais eram incontestáveis, mas às vezes pouco eficientes, e uma melhor organização dos estudos. Demarcava que, antes de saber como ensinar, era preciso saber o que ensinar, quando e a quem: “É preciso em uma palavra ter um plano de estudos e um programa detalhado de ensino” (p. 9, tradução nossa).[11] O sucesso da escola dependia de uma organização dos estudos e esta era a diferença entre o ensino secundário e o ensino primário. Mas Rapet advertia que estabelecer um paralelo entre os dois seria injusto, pois o ensino secundário tinha séculos de existência, enquanto que o primário ainda estava tateando: “O ensino secundário data de vários séculos, e ele com isso é formado de tradições que não existem na instrução primária; família, alunos, professores, todo mundo está acostumado com isso há muito tempo” (p. 27, tradução nossa).[12] Mas ressalta a diferença no que concerne ao conhecimento da duração do tempo de estudos:

> No ensino secundário, além disso, há uma duração de estudos determinada, o que não há no ensino primário. Quer que seus filhos façam estudos clássicos: ao colocar ele no colégio sabe quanto ele deve ficar e o que ele aprenderá. Coloque ao contrário seu filho em uma escola: você não sabe nada. Pode dizer que o deixaria aí tantos anos ou até certa idade; mas não sabe exatamente nem o que ele aprenderá, nem quantos anos deverá deixá-lo aí para que ele aprenda tal ou tal coisa (p. 11-12, tradução nossa).[13]

O controle do que era ensinado no secundário permitia saber quanto tempo durariam os estudos nesse grau, o que se contrapunha ao que ocorria no

[11] No original: “Il faut en un mot avoir un plan d’études et un programme detaillé d’enseignement”.

[12] No original: “L’enseignement secondaire date de plusiers siècles, et il s’y est formé des tradictions qui n’existent pas dans l’instruction primaire; familles, élèves, maîtres, tout le monde y est accoutumé depuis longtemps”.

[13] No original: “Dans l’enseignement secondaire, en outre, il y a une durée determinée des études, il n’y en a pas dans l’enseignement primaire. Voulez-vous faire faire à votre fils des études classiques: en le plaçant au collége, vous savez combien il doit y rester et ce qu’il y apprendra. Mettez-vous au contraire votre enfant dans une école: vous ne savez rien. Vous pouvez vous dire que vous l’y laisserez tant d’années ou jusqu’à tel âge; mais vous ne savez pas exactement ni ce qu’il y apprendra, ni combien d’annés vous devrez l’y laisser pour qu’il apprenne telle ou telle chose.”.

ensino primário. Nesse sentido, o número de divisões dentro da escola contribuía para agravar o problema.

> Diz-se talvez que este aluno está na segunda ou terceira divisão, mas isso não lhe diz nada. O número de divisões está longe de ser o mesmo em todas escolas: a maior parte, é verdade, são em três, mas muitas são em quatro ou cinco; há até escolas onde se conta seis, sete, oito divisões ou até mais [...] (p. 13-14, tradução nossa).[14]

O número de divisões aumentava pela irregularidade de entrada de crianças durante todo o ano, problema também vivido pelos professores da Corte e de outras regiões do país: "Até hoje, nas escolas primárias, as crianças entram em qualquer época do ano, e essas chegadas sucessivas desorganizam a escola; é preciso criar para eles divisões particulares, de onde resulta um problema em todas as lições" (p. 15, tradução nossa).[15]

O fato de o professor ser o único responsável por todas as tarefas do ensino, igualmente, dificultava o trabalho escolar:

> Na maior parte de nossas escolas, o professor está só para instruir os alunos de todas as idades e a todo grau de instrução, desde a criança que não sabe nada, que jamais viu um livro, que não conhece mesmo uma letra, a aquela que é preciso tudo ensinar, e às vezes mesmo aprender a falar, até o aluno que completou seus estudos e que está no ponto de abraçar uma carreira, até o adulto mesmo que já tem um estado, e que vem procurar com ele os meios de ser melhor sucedido na sua profissão. E não é uma só coisa, como nos colégios, que eles devem ensinar a seus alunos de idades tão diversas, é em todos os ramos da instrução primária que ele tem a missão de os instruir. Ele é só para tudo ensinar, a leitura e a escrita, o catecismo, a história santa, a gramática e a aritmética e a história e a geografia,

---

[14] No original: "On vous dira peut-être que cet élève est dans la deuxième ou la troisième division, mais cela ne vous apprend rien. Le nombre des divisions est loin d'être le même dans toutes les écoles: la plupart, il est vrai, en ont trois, mais beaucoup en ont quatre ou cinq; il y a même des écoles où l'on compte six, sept, huit divisions, et même plus [...]".

[15] No original: "Jusqu'à ce jour, dans les écoles primaires, les enfants entrent à toute époque de l'année, et par ces arrivées successives ils désorganisent l'école; il faut créer pour eux des divisions particulières, d'où résulte un trouble dan toutes les leçons".

> o desenho linear e o canto, as ciências e a agricultura. Compreende bem as dificuldades de semelhante tarefa? (p. 19, tradução nossa).[16]

Se a utilização de um plano e programa de estudos resolveria muitos problemas, Rapet indaga o motivo da administração não estabelecer um uniforme para todas as escolas. A resposta seria simples, ele diz: "porque ela não quis submeter os professores primários a um grande incômodo, impondo-lhes um plano uniforme, que não corresponderia às habilidades diferentes de uns ou de outros, cada um pode fazê-lo hoje por si mesmo" (p. 32, tradução nossa).[17] O fato dos próprios professores fazerem os programas de suas escolas também se assemelhava às práticas dos professores brasileiros. Observa-se também o cuidado de Rapet em elaborar um discurso de respeito em relação aos mestres, de não lhes impor regras.

A segunda parte do livro destina-se a discutir a elaboração de um plano de estudos, o que era, "sem dúvida", uma tarefa árdua: "organizar um bom curso de ensino primário, estabelecer uma classificação judiciosa dos alunos, repartir todo o ensino entre as diferentes divisões, segundo o tempo que as crianças passem em geral na escola, e de maneira a manter todos sempre utilmente ocupados" (p. 35, tradução nossa).[18]

A classificação e a divisão dos alunos eram colocadas como questões primordiais na organização da escola e Rapet alegava que "Estabelecer três divisões

---

[16] No original: "Dans la plupart de nos écoles, l'instituteur est seul pour instruire des élèves de tout âge et à tout degré d'instruction, depuis l'enfant qui ne sait rien, qui n'a jamais vu un livre, qui ne connaît pas même une lettre, à qui il faut tout enseigner, et quelquefois même apprendre à parler, jusqu'à l'élève qui achève ses études et qui est sur le point d'embrasser une carrière, jusqu'à l'adulte même qui a déjà un état, et qui vient chercher auprès de lui les moyens de mieux réussir dans sa profession. Et ce n'est point une seule chose, comme dans les colléges, qu'ils doit enseigner à ces élèves d'âges si divers, c'est dans toutes les branches de l'instruction primaire qu'il a mission de les instruire. Il est seul pour tout leur enseigner, la lecture et l'écriture, le catéchisme, l'histoire sainte, la grammaire et l'arithmétique et l'histoire et la géographie, le dessin linéaire et le chant, les sciences et l'agriculture. Comprend-on bien les difficultés d'une pareille tâche?"

[17] No original: "[…] parce qu'elle n'a pas voulu soumettre les instituteurs à une trop grande gêne, en leur imposant un plan uniforme, qui ne correspondrait pas avec les aptitudes différentes des uns ou des autres, chacun peut le faire dès aujourd'hui pour soi-même."

[18] No original: "Organiser un bon cours de l'enseignement primaire, établir une classification judicieuse des élèves, répartir tout l'enseignement entre les différents divisions, selon le temps que les enfants passent en général dans l'école, et de manière à les tenir tous e toujours utilement occupés […]".

na sua classe é tudo o que é rigorosamente possível a um mestre só; para bem fazer, não se pode estabelecer nem mais nem menos" (p. 37, tradução nossa).[19] Argumentava que, nas escolas com duas divisões, os alunos ficavam mais bem ocupados, mas muitos não aproveitariam as lições, pois se encontrariam em nível diferente dos demais. Naquelas com mais do que três divisões, os alunos ficavam mais bem classificados e fariam lições com mais aproveitamento, mas não se poderia fazer isso sem sacrifício dos demais. No caso de quatro divisões, cada classe teria 15 minutos com o mestre, ficando os outros três grupos 45 minutos sem assistência dele, o que poderia causar perturbações. No *Plan d'études*, Rapet usa o termo "divisões" para se referir à repartição dos alunos em três grupos, mas no *Cours* ele usa a expressão "curso" e cita como exemplo, "primeiro curso ou curso de primeiro ano".[20] A organização dos alunos em três divisões era prescrita na França, segundo Jacquet-Francillon (1999), desde a implementação dos Estatutos das Escolas Primárias Comunais de 1834 e fazia parte do esquema do método simultâneo da pedagogia dos irmãos das escolas cristãs.

No entanto, Rapet argumenta que, mesmo nas escolas com três divisões, seria difícil manter os alunos ocupados e que existiam professores que se valiam da ajuda das crianças. Rapet então se preocupa em definir o que significa essa "ajuda", já que não se tratava de um professor adjunto francês, nem do monitor do ensino mútuo. A ênfase na distinção em relação aos monitores pode ter a ver com a observação de Jacquet-Francillon (1999) acerca da "irritação" de Rapet com a sobrevivência do método mútuo em Reims. Assim, a ajuda não constituiria em

> [...] um monitor como aqueles aos quais se dava esse nome nas escolas onde o ensino mútuo estava em uso. Os antigos monitores das escolas mútuas eram simples alunos escolhidos entre as próprias crianças, e tinham um pouco mais de instrução que aqueles que deviam ensinar. Era sobre eles que repousava o cuidado de ensino dado a todas as divisões, o diretor da escola não se ocupava mais que dar uma lição a seus monitores na manhã ou à tarde, antes ou após a classe. Voltamos ao erro que tinha

[19] No original: "Établir trois divisions dans sa classe est tout ce qui est rigoureusement possible à un maître seul; pour bien faire, on peut en établir ni plus ni moins."

[20] Anne-Marie Chartier alerta que o curso poderia corresponder a mais de um ano de estudo, mas que tal prática não era explicitada oficialmente. Informação obtida em reunião de pesquisa em 9 de dezembro de 2013.

> feito supor durante um certo tempo que as crianças poderiam, a não ser por exceção, ser capazes de instruir outras crianças de mesma idade [...] (p. 45, tradução nossa).[21]

Rapet advoga uma ajuda intermediária entre os antigos monitores e os professores adjuntos propriamente ditos: "alguma coisa enfim de análoga aos aprendizes-mestres (*pupils-teachers*) cuja adoção trouxe uma tão feliz melhora ao ensino nas escolas de nossos vizinhos" (p. 46, tradução nossa).[22] Interessante observar que a proposta da ajuda intermediária por alunos da escola muito se assemelhava à instituição do professor adjunto brasileiro, usada como meio de formar novos professores. Embora Rapet não informe a qual vizinho se referia, poderia ter sido o mesmo que inspirou o caso brasileiro, a Prússia, que o professor Costa e Cunha assinala como sendo a inimiga na qual a França também buscava inspirações.

Uma última observação que importa destacar para compreender a distribuição dos saberes consta no capítulo que discute as lições e exercícios a serem dados às crianças. Ao defender que as crianças que acabassem de chegar à escola fizessem quase tudo que os alunos mais velhos e que a escrita era, com a leitura, o que mais importava no ensino – porque eles não poderiam aprender uma lição sem saber ler, nem fazer nenhum dever sem saber escrever –, afirma que:

> Durante muito tempo, acreditou-se que as crianças não podiam começar a escrever assim que soubessem ler: é mesmo, nós dissemos, sobre esta suposição que estava fundada no antigo costume de se pagar um preço diferente para os alunos que lessem somente e por aqueles que começassem a escrever. Mas este costume

[21] No original: "[…] n'est point un moniteur comme ceux auxquels on donnait ce nom dans les écoles où l'enseignement mutuel était en usage. Les anciens moniteurs des écoles mutuelles n'étaient que de simples élèves choisis parmi les enfants eux-mêmes, et ayant à peine un peu plus d'instruction que ceux qu'ils devaient instruire. C'était sur eux que reposait le soin de l'enseignement donné à toutes les divisions, le directeur de l'école ne s'occupait lui-même de cet enseignement que pour faire une leçon à ses moniteurs le matin ou le soir, avant ou après la classe. On est revenu de l'erreur qui avait fait supposer pendant un certain temp que les enfants pouvaient, autrement que par exception, être capables d'instruire d'autres enfants du même âge. […]".

[22] No original: "[…] quelque chose enfin d'analogue aux apprentis-maîtres (pupils--teachers) dont l'addoption a apporté une si heureuse amélioration à l'enseignement dans les écoles de nos voisins".

> começou felizmente a desaparecer diante de um conhecimento mais exato dos princípios de ensino (p. 53, tradução nossa).[23]

A relação que Rapet faz entre a prática de ensinar a ler e a escrever separadamente e o pagamento diferenciado por tais habilidades mostra as conexões possivelmente existentes entre a pedagogia e a economia, aspecto que também se traduzia em outra prática mencionada por ele:

> [...] em muitas escolas, quando o professor primário é casado, o que é quase sempre o caso, sua esposa preenchia com ele as funções de ajuda, com grande vantagem para a disciplina e o ensino. Este costume, excelente em relação às escolas que reúnem os dois sexos, pode ser muito utilmente introduzido naquelas onde só há meninos. As mulheres têm, para dirigir as jovens crianças, uma doçura e uma paciência que as fazem frequentemente mais bem sucedidas que os homens na instrução destes pequenos seres tão sensíveis e tão impressionáveis (p. 57, tradução nossa).[24]

Cabe destacar que a ideia de elaboração de um "programa-horário" não foi uma invenção de Jean-Jacques Rapet. Outros franceses já haviam se debruçado sobre o assunto e publicado obras, como o trabalho pedagógico dos "irmãos das escolas cristãs" e o sistema das escolas de ensino mútuo (Jacquet-Francillon, 1995). A intensa atividade de Rapet na elaboração e divulgação de um programa de ensino possivelmente tem a ver com a sua atividade de inspetor da instrução, que o levaria a observar, com maior proximidade com o cotidiano das escolas, a falta de uniformidade no ensino primário francês. O problema incomodava as

[23] No original: "Pendant longtemps, on a cru que les enfants ne pouvaient commencer à écrire que lorsqu'ils savaient lire: c'est même, avons-nous dit, sur cette supposition qu'était fondé l'ancien usage de faire payer un prix différent pour les élèves qui lisent seulement et pour ceux qui commencent à écrire. Mais cet usage a heureusement commencénè disparaître devant une connaissance plus exacte des principes de l'enseignement."

[24] No original: "[…] dans beaucoup d'écoles, lorsque l'instituteurs est marié, ce qui est presque toujours le cas, sa femme remplit auprès de lui les fonctions d'aide, au grand avantage de la discipline et de l'enseignement. Cet usage, excellent sous tant de rapport dans les écoles qui réunissent les deux sexes, peut être très-utilement introduit dans celle où il n'y a que des garçons. Les femmes ont, pour diriger les jeunes enfants, une douceur et une patience qui les font souvent mieux réussir que les hommes dans l'instruction de ces petits êtres si sensibles et si impressionnables."

autoridades de uma forma geral e talvez compelisse o responsável mais imediato, no caso o inspetor geral, a buscar soluções.

Entre a notoriedade e a insatisfação: o programa elaborado por Pardal

O programa das escolas municipais que foi anexado em resposta à circular de 13 de julho de 1872 traz uma breve explicação que permite compreender alguns aspectos da forma como Pardal se apropriou de Rapet.

> Faço consistir o curso, ou tempo de ensino, em 3 anos e cada um destes divido nos seus doze meses; sendo o 6.º e o 12.º para recapitulação, isto é, para adiantar aqueles alunos que se achem retardados por falta de frequência ou de aplicação, vindo por isso a haver 10 classes; distribuindo por elas o trabalho de cada ano, de modo que o professor não pode, a bem do sistema de ensino e fiscalização das escolas, ir além nem ficar aquém do que se acha determinado, para o aproveitamento mensal de seus alunos.
>
> Parece-me que deste modo se obterá mais do que distribuído o trabalho do ano pelos dias letivos.

O curso de três anos, divididos por doze meses, sendo o 6.º e o 12.º para recapitulação, era o que também propunha Rapet. No caso francês, tais meses correspondiam aos períodos de férias escolares, enquanto no caso da Corte o recesso correspondia somente ao período de festividades do fim de ano. Esse fato era motivo de reclamação dos professores, que alegavam que a exiguidade das mesmas parecia "revelar um juízo muito desfavorável aos professores quanto à sua aplicação ao trabalho durante o ano letivo" (*Resposta coletiva de professores e professoras à circular da Inspetoria Geral*, 1873). Dessa forma, destacavam ser "incrível" que os professores da Província tivessem um mês de férias enquanto que "os pobres professores da Corte fechem suas escolas no dia 20 de dezembro para reabri-las a 7 de janeiro".

Por manter as recapitulações, Pardal assinala que o programa de cada ano compreendia dez classes e não doze. Cabe lembrar que a tabela apresentada em 1855 sob o título "Chave do sistema de ensino" para a Escola Pública da freguesia de Santa Rita também compreendia dez classes, o que demonstra quanto a esse aspecto uma continuidade de parte de sua prática.

No entanto, Pardal definia apenas os saberes de cada classe, ou seja, de cada mês, que era o tempo que cada uma correspondia, e não diariamente como no programa de Rapet. Ressalta que o professor não poderia ir além nem ficar aquém da programação para o "aproveitamento mensal de seus alunos", mesmo procedimento assinalado pelo inspetor francês. Tal organização dos conteúdos, sem incorrer nas "miudezas" de cada dia, demonstra que o professor usou de sua autonomia e experiência para decidir até que ponto seguiria o "sistema de Rapet". O sistema, se seguido à risca, constituiria um trabalho "enfadonho" nas palavras de Pardal.

> Este método, ou antes *Cours d'études des écoles primaires públique sous la direction de Mr. J.J. Rapet*, tem grandes inconvenientes: o 1º é reduzir o professor a uma verdadeira máquina de trabalho enfadonho; 2º, é a desordem que traz a esse método os feriados imprevistos, sejam eles ocasionados por circunstâncias alheias ao professor, *verbi-gralia* um luto nacional, seja enfermidade repentina do professor ou seja, finalmente, pelas faltas dos alunos, e deste modo as lições que se deveriam dar nesses dias ficarão perdidas e não será isso pequeno prejuízo, atendendo-se à ligação e dependência dessas lições com as subsequentes.

Não obstante, alguns aspectos do programa de Pardal se assemelhavam à forma de distribuição das matérias sintetizadas em um quadro do livro de Rapet. O inspetor francês inclui na grade história e canto, disciplinas que não constavam no programa feito por Pardal (embora a "música vocal" fizesse parte das atividades da escola, como assinalou Ferreira Vianna em seu discurso de inauguração), mas no caso das demais, é possível observar similaridades e adaptações, como no ensino de geografia. A disciplina, em Rapet, estava destinada aos 2.º e 3.º anos e nas escolas municipais, apenas ao terceiro ano. Ao observarmos o conteúdo do programa, verificamos que a geografia do 3.º ano aparenta ser um resumo do conteúdo previsto para o 2.º e 3.º ano de Rapet. A geografia, segundo Rapet, havia se tornado obrigatória nas escolas primárias francesas apenas alguns anos antes por uma lei de 10 de abril 1867.

Figura 36 – Quadro de repartição das matérias do Cours d'études de Rapet

— 11 —

TABLEAU I.

Répartition des matières de chaque branche d'instruction entre les trois années ou trois divisions du cours triennal.

Page 98.

BRANCHES D'INSTRUCTION.	1re ANNÉE. — 1er COURS.	2e ANNÉE. — 2e COURS.	3e ANNÉE. — 3e COURS.
Instruction religieuse.	Prières. — Petit Catéchisme du diocèse. — Premières notions d'histoire sainte.	Grand Catéchisme du diocèse en entier. — Evangiles des dimanches et des fêtes. — Histoire sainte (Ancien Testament).	Revoir le Catéchisme. — Continuer la récitation de l'Evangile. — Histoire sainte (Nouveau Testament). — Histoire de l'Eglise pendant les premiers siècles du christianisme.
Lecture.	Éléments. — Commencement de la lecture courante.	Suite de la lecture courante, et explication des morceaux. — Commencement de la lecture des manuscrits et du latin.	Lecture courante expressive. — Les élèves sont exercés à rendre compte de ce qu'ils ont lu. — Suite de la lecture des manuscrits et du latin.
Écriture.	Écriture sur l'ardoise; lettres et mots (en rapport avec la lecture) et tracé des chiffres. — Commencement de l'écriture sur le papier.	Écriture en gros, en moyen, en demi-fin et en fin. — Démonstration des principes.	Suite de l'écriture; expédiée. — Ronde, bâtarde ou gothique. — Rédaction de tableaux divers.
Langue française.	Exercices d'intelligence et leçons de choses. — Epellation et exercices oraux d'orthographe. — Conjugaison orale. (Habituer les élèves, dans tous les exercices, à une prononciation correcte.)	Langue française. Notions préliminaires, nom, article, adjectif, pronom. — Etude parallèle du verbe et exercices de conjugaison. — Exercices d'orthographe et autres.	Fin du cours : mots invariables et, parallèlement, suite du verbe et des exercices de conjugaison. — Proportions. — Règles essentielles d'accord. — Suite des exercices d'orthographe. — Exercices et devoirs de composition.
Arithmétique.	Notions préliminaires, calcul mental (apprendre pratiquement à compter.) — Connaissance pratique des mesures légales.	Numération (nombres entiers et décimaux, addition, soustraction, multiplication, et commencement de la division. — Suite du système métrique et du calcul mental.	Suite et fin de la division; complément du système métrique; propriété fondamentale des fractions; réduction à l'unité et règles de trois. — Continuation des exercices de calcul mental.
Dessin linéaire.	Dessin à vue : la ligne droite et ses applications.	Dessin à vue : lignes courbes et lignes mixtes, avec leurs applications; élévations, plans et coupes. (Dessins d'objets divers.)	Dessin à l'aide des instruments : reprise des principaux dessins précédents; continuation des dessins d'objets divers, en élévation, plan et coupe; compléments divers.
Géographie.	»	Notions préliminaires, et géographie locale (école, commune, canton); connaissance des cartes en général. Grandes divisions de la terre et de l'Océan. Division de l'Europe en contrées; commencement de la géographie de la France (y compris l'arrondissement et le département).	Fin de la géographie de la France. Géographie physique de l'Europe; contrées de l'Europe. — Notions succinctes des quatre autres parties du monde. — Complément de la géographie.
Histoire.	»	Histoire sainte. (Voir l'Instruction religieuse.)	Histoire de France. Notions préliminaires (manière de compter les temps et notions chronologiques). — Principales époques et principaux faits de l'histoire de France.
Chant.	Pratique du chant et du plain-chant, d'abord en écoutant, puis en suivant les élèves des deux autres cours.	Continuation de la pratique du chant et du plain-chant.	Lecture musicale; chant ordinaire et plain-chant. — Suite des exercices.

Fonte: BHVP. Foto da autora.

Cabe destacar que, nas fontes pesquisadas há duas versões do programa de Pardal. Uma delas foi apresentada junto à circular de 13 de julho de 1872 e a outra foi enviada ao inspetor geral que a colocou em anexo ao seu relatório (anexos 1 e 2). A versão do programa anexada ao relatório do inspetor compreendia um conjunto de disciplinas que mudavam a cada ano. No primeiro ano, abarcava o ensino de leitura, escrita, aritmética, sistema métrico, desenho linear sem instrumentos e instrução religiosa. Nota-se que a leitura e a escrita eram ensinadas desde a primeira classe e possuíam quase a mesma carga horária, segundo a tabela que definia o tempo semanal de cada disciplina e sua distribuição de segunda a sábado.

Figura 37 – Quadro de horário do 1.º ano enviado ao inspetor geral

PRIMEIRO ANNO

HORARIO PARA A ESCOLA DE S. SEBASTIÃO PARA MENINOS

TEMPO DE TRABALHO	2ª FEIRA	3ª FEIRA	4ª FEIRA	5ª FEIRA	6ª FEIRA	SABBADO
10 horas	Revista de asseio e oração.					
10 horas e 15 minutos	Leitura....	Leitura....	Leitura....	Leitura....	Leitura....	Leitura.
11 horas e 15 minutos	Arithmetica	Arithmetica	Religião ...	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica
12 horas e 15 minutos	Religião ...	Escripta ...	Escripta ...	Escripta ...	Escripta ...	Escripta.
1 hora e 15 minutos	Desenho ...	Metrologia .	Desenho...	Metrologia .	Desenho...	Religião.
2 horas e 15 minutos	Ponto e oração.					
2 horas e 30 minutos	Sahida					

Fonte: Relatório da IGIPSC, 1872.

Interessante notar na figura 37 que o ensino da religião não era previsto todos os dias, mas apenas em três deles (segundas, quartas e sábados), ou seja, possuía a mesma carga horária de desenho, embora a religião também se fizesse presente diariamente por meio da oração que precedia às aulas e provavelmente por livros escolares. A aritmética estava programada para ocorrer cinco vezes por semana e metrologia, duas. Cada tempo da disciplina correspondia a uma hora de atividades. Nesse sentido, pelo fato da escola funcionar de 10h às 14h30, cada dia era formado pelo ensino de quatro disciplinas diferentes, somando a isso o tempo para "revista de asseio e oração" no início e "ponto e oração" ao final, perfazendo teoricamente uma carga horária total de 24 horas semanais,

divididas por seis horas de leitura, cinco de escrita, cinco de aritmética, três de desenho, três de instrução religiosa e duas de metrologia.

No caso da leitura, da primeira à quarta classe eram ensinados letras e dígrafos; na quinta, ditongos e sílabas; a partir da sétima, leitura silábica e leitura corrente com uso de manuais didáticos de Abílio Borges, Fábulas de Justiniano José da Rocha e Elementos de Civilidade. Segundo Teixeira (2008), entre os livros usados nas classes de leitura, havia os de história do Brasil, religião e ensino de moral, consistindo em um modo de ensinar os demais conhecimentos e de transmitir normas de comportamento e de moralidade.

Na parte da escrita, nas duas primeiras classes eram planejados exercícios de traçar linhas e círculos em ardósia; na terceira e quarta, as letras; na quinta e sexta, o alfabeto minúsculo e o maiúsculo; da sétima a nona, traçar as letras, agora em outro suporte, o papel, usando o "método caligráfico de Adler"; e, em seguida, traçar em formato "bastardo". Nas classes de aritmética as atividades começavam com contar e traçar números, contagem mental, tabuada mental da adição, depois da subtração e multiplicação. O sistema métrico, ao contrário das outras disciplinas, começava na sétima classe. Cabe observar que em todas as disciplinas, a 12ª classe era para recapitulação e também para exames.

O segundo ano era composto pelas mesmas disciplinas, com a diferença de que o sistema métrico começava já na primeira classe. No caso do terceiro ano, eram acrescidas as disciplinas de gramática, geografia e desenho linear com instrumentos. Os conteúdos e a ordem seguida no ensino de gramática se assemelhavam à organização da estrutura do compêndio que Pardal escreveu juntamente com José Ortiz, mas de maneira resumida e, aparentemente, com alguns cortes. O compêndio chamado *Gramática Analítica e explicativa da língua portuguesa* foi aprovado pelo Conselho Diretor da instrução para uso nas escolas públicas da Corte em dezembro de 1872 (Relatório da IGIPSC de 1873), após terem sido feitas alterações recomendadas pela "comissão revisora". A gramática substituiu a de Cyrillo Dilermando da Silveira que era usada nas escolas. Um relatório da Inspetoria de 1874 registra, a partir de uma listagem de fornecimento de livros, que, nesse período, um total de 382 exemplares da gramática de Pardal e Ortiz foram distribuídos nas escolas.

José Ortiz, segundo Sacramento Blake (1899), era nascido no Rio Grande do Sul, doutor em medicina pela Universidade de Paris e membro do Instituto Histórico da França. Optou por se dedicar à carreira do magistério, primeiro fundando um colégio em Itapemirim, no Espírito Santo, e depois no Liceu em Vitória,

também Espírito Santo, sendo posteriormente professor em um liceu de Niterói, no Rio de Janeiro. Já havia publicado um livro sobre gramática portuguesa, em 1862, com um título extenso: "*Novo sistema* para estudar a gramática portuguesa por meio de memória, inteligência e análise, ajudando-se mutuamente".

Após ser aprovada pelo Conselho Diretor, a gramática não ficou restrita ao município da Corte. O compêndio circulou nas propagandas de livrarias pelo país, como no caso dos jornais *A Constituição* (CE), em 1876, *O Leopoldinense – Folha comercial, agrícola e noticiosa* (MG), em 1882 e *A Província de Matto-Grosso*, em 1882. Também recebeu comentários críticos durante três semanas no periódico recifense *A Província* – órgão do Partido Liberal (1874), o que pode ter uma conotação política, já que Pardal era associado ao grupo conservador. No *Correio Oficial* (Goyaz), de 3/05/1884, se observa que a obra fazia parte do programa da Escola Normal de Goiás que foi publicado no jornal. Já o *Jornal do Aracaju* (SE) publicou trechos de pareceres de Alambary Luz e Augusto Cony, com apresentação de um programa em que também consta a gramática (22 nov. 1873). E o *Correio Paulistano* (11 jun. 1878) ao dar notícias sobre o Colégio de Nossa senhora Mãe dos Homens e o Externato dos Aprendizes de São João de Ypanema, a pedido da Fábrica de Ferro Ypanema, afirma que em tais escolas era adotada a gramática.[25] Em 1887 a Livraria Clássica, na Corte, vendia a 5ª edição do livro (*O Apóstolo*, 26 jan. 1887). Essa livraria ainda fazia propaganda da obra em janeiro de 1889, após a morte de Pardal.

Segundo Sacramento Blake (1899), a obra teve seis edições. O exemplar que se encontra sob a guarda do LIVRES-USP (Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros da USP), datado de 1888, corresponde à última edição. Ela está dividida em quatro partes: etimologia, sintaxe, ortografia e prosódia. Cada informação abordada pelos autores foi numerada, somando um total de 506 itens.

Embora durante a pesquisa não tenha sido feita uma comparação com outras gramáticas escolares brasileiras, para observar semelhanças e diferenças no texto e na estrutura, chama a atenção o fato de ser bastante similar à estrutura e à sequência de tópicos da gramática escrita por Jean-Jacques Rapet, em coautoria com L.C. Michel, *Cours Élémentaire de langue française: Principes de Grammaire Française* (1853). Vale ressaltar que a primeira frase de ambos os livros, que visa conceituar o que é gramática, é bastante parecida: "Gramática

[25] Cabe destacar o envolvimento da Fábrica de Ferro Ypanema com a escolarização. Segundo Alcântara (2014), a Fábrica passou a produzir carteiras escolares para fornecer às escolas paulistas na década de 1870.

é a arte de falar e escrever corretamente"/ "La grammaire apprend à parler et à écrire correctement".

Essa frase foi severamente criticada por Albino de Meira, que escreveu alguns artigos sobre a gramática de Pardal e Ortiz no jornal recifense *A Província* – órgão do Partido Liberal, nos meses de julho e agosto de 1874. Albino era professor de "língua nacional", colocado pelo governo em um "dos primeiros estabelecimentos de instrução pública" de Recife. O professor declara que ainda não havia adotado a gramática na escola, apesar dela estar ganhando "na classe estudiosa desta cidade rápido prestígio". Albino acusa a gramática de possuir vários defeitos e, ao começar "pelo princípio", usa como exemplo justamente a primeira frase.

> Gramática, dizem Ss. Ss. é a arte de falar e escrever corretamente. Essa definição é má, porque restringe sobremodo o objeto definido, reduzindo a gramática a sua prática, a uma grosseira materialidade, despojando-se de seu lado filosófico e científico. Falar e escrever corretamente, a prática desacompanhada da especulação e só auxiliada por uma atenção acurada pode conseguir, e há exemplos disto. Um analfabeto inteligente e observador pode falar não com tantos floreios (que pertencem à retórica), não com tanta ciência (que depende da instrução) mas com tanta correção como um letrado (*A Província*, 16 jul. 1874).

Essa primeira frase foi suficiente para render assunto para todo o primeiro artigo de Albino de Meira que ocupou três colunas do periódico. O professor também proferiu severas críticas ao método usado para abordar os temas e as definições apresentadas, comentando cada discordância minuciosamente, bem como fazendo condenações indiretas à inspetoria que aprovou a gramática. Albino apresenta, sobretudo, questões relativas à forma de conceituar que considera imprecisa, superficial ou incompleta. No entanto, também cabe lembrar que era uma gramática destinada às escolas primárias. Talvez, o maior rebuscamento dos conceitos exigido por Albino não correspondesse às necessidades desse tipo de ensino.

O trabalho nas escolas municipais parece ter proporcionado a produção de outra obra de autoria de Pardal e do professor L. de Vasconcellos que, provavelmente, se tratava de Luiz Antonio Vieira de Barros e Vasconcellos, primeiro professor da Escola Municipal de São José, na época. O livro chamava-se *Novo silabário* e o jornal *Gazeta de Notícias* (23 dez. 1876), ao agradecer o exemplar

enviado pelos autores, assinalava que havia sido organizado "em conformidade com o programa de estudos das escolas municipais da Corte". O *Novo silabário* foi bem recebido pela crítica de alguns jornais, como *O Globo* (27 jan. 1877) que ressaltava a vantagem "incontestável" para o ensino primário do livro escrito pelos "provectos" professores: "Afastando-se dos métodos até hoje seguidos, procuraram os inteligentes professores, facilitar o mais possível a leitura e para isso dividiram as letras do alfabeto em quatro grupos". Não foi possível localizar um exemplar durante a pesquisa, o que seria imprescindível para contrastar a obra com o programa das escolas municipais e assim examinar a presença ou não das ideias de Rapet.

De modo geral, no interior da distribuição dos saberes no programa, podemos observar a adoção de livros dos professores Manoel Frazão, Matta Araujo, Ignacio Mesquita (que havia sido adjunto de Pardal quase duas décadas antes), Abílio Borges, Justiniano José da Rocha, Joaquim Manoel de Macedo, Philipe da Motta Azevedo, bem como o sistema caligráfico de Adler. Pardal ao elaborar o programa das escolas municipais adotou manuais de figuras conhecidas (como Macedo e Justiniano, seus colegas no Colégio de D. Pedro II), mas também tornou presentes as experiências pedagógicas das escolas públicas da Corte por meio dos livros produzidos por seus professores Frazão, Araújo e Mesquita.

O programa entregue ao inspetor geral, em virtude da solicitação feita para cumprir a fiscalização das escolas municipais, e o programa entregue em resposta à circular de 13 de julho 1872 e apresentado nas Conferências Pedagógicas diferem em alguns aspectos. O primeiro era uma cópia do adotado nas escolas municipais, enviado por razões burocráticas. Já o segundo consistia não no que exatamente os professores faziam, mas como Pardal achava que deveria ser nas escolas públicas da Corte. Com isso, foram retiradas do programa as disciplinas de desenho e geografia, o que talvez sinalizasse que o professor acreditava que, em se tratando de adotar um mesmo programa em toda a Corte, as escolas públicas poderiam não ter condições de ensinar tais saberes.

Segundo Pardal, o programa fundava-se "na exequibilidade do sistema simultâneo no aproveitamento de todo o tempo consagrado ao ensino, e na facilidade de uma boa fiscalização" (Resposta à circular, Relatório da IGIPSC referente ao ano de 1871, assinado em 1872). Entretanto, o programa parecia que não estava dando bons resultados:

> Pelo modo porque se tem até agora ministrado é além de lento, pouco satisfatório em seus resultados; o professor deve por sua parte ter uma tarefa a desempenhar, isto é, dar conta de um curso, em certo tempo.
> Subdividindo os alunos em 3 anos e em horas diferentes, tenho por fim a boa disciplina e o maior aproveitamento dos mesmos alunos; aumento deste modo o trabalho do professor, mas a questão cifrar-se-á numa boa remuneração de nenhum modo comparável com a atual (Resposta à circular, Relatório da IGIPSC referente ao ano de 1871, assinado em 1872).

Apesar de usar ideias de Rapet, fato que ficou associado à sua imagem no meio docente, na imprensa e no governo, o professor demonstrou certa insatisfação com os resultados e reclamou de lentidão. A lentidão era prevista por Rapet, conforme consta nas explicações da introdução do *Cours,* e era considerada um benefício e não uma desvantagem, o que demonstra uma divergência na maneira de analisar o ritmo de ensino por parte dos dois personagens e que poderia apontar as urgências educacionais diferenciadas em cada país. Pardal também afirmou, imbuído de certa astúcia, que havia um aumento do trabalho do professor, o que não constituiria um problema em si, se o governo pagasse um salário correspondente ao esforço docente, alertando que tal remuneração não deveria ser "de nenhum modo comparável com a atual".

Ao apresentar críticas ao sistema de Rapet, Pardal se insere na perspectiva de que as traduções, como traduções culturais, funcionam como atualização dos repertórios culturais, em que os modelos não são transferíveis, mas podem ser apropriados de forma crítica e criativa (Vidal, 2005). A partir da premissa que "descrê na mera transposição de uma prática pedagógica de um país ao outro", Vidal (2005, p. 132) ressalta a importância de um movimento de análise que consiste em:

> [...] compreender a circulação de modelos culturais como fruto da passagem de pessoas e objetos entre mundos, recorrendo aos aportes da história conectada; e conceber as escolas e suas culturas como realidades sócio-históricas singulares, constituídas pela composição de saberes e prescrição de práticas e por sua apropriação criativa efetuadas pelos diferentes sujeitos da escolarização.

Dessa forma, vale destacar o "método particular" inventado pelo professor para a classe de leitura, do qual fazia propaganda e que poderia ser visto e examinado na Escola Municipal São Sebastião, ou seja, pela vitrine a ser admirada e avaliada.

> Não trato aqui dos meios práticos, ou do meu método em particular, para levar a efeito este plano, mormente as primeiras cinco classes de leitura, porque temo não me fazer compreender numa ligeira exposição, compatível como o espaço de que devo aqui dispor, porém ele acha-se em execução nas aulas primárias da escola municipal de S. Sebastião onde poderá ser visto e examinado.

Ao dar relevo ao método de sua invenção atrelado a um programa baseado em um trabalho francês, o professor lançava mão de duas estratégias: ao mesmo tempo em que demonstrava competência para apropriar-se de ideias estrangeiras, demonstrava que também tinha competência criar seus próprios "métodos". Os efeitos da divulgação do seu trabalho desenvolvido nas escolas municipais conferiram a ele autoridade no assunto e propiciaram o aparecimento de programas inspirados em Rapet, como um elaborado pela folha *A Instrucção Pública*. Pretendendo ser divulgada como um trabalho coletivo, evidenciado pelo título do artigo "O nosso trabalho", a proposta era de autoria de Augusto Cony, publicada após uma introdução explicativa em torno do trabalho de Rapet (17 nov. 1872).

Nesse sentido, cabe assinalar a reflexão de Vidal (2005, p. 68) que, apoiada em Gruzinski, entende a "apropriação não como distorções do original, mas como reconstruções de significados que mesclam duas semânticas culturais, produzindo uma nova originalidade", o que pode situar o professor Pardal na condição de mediador cultural, conceito que

> [...] positiva as sínteses ou apropriações efetuadas aos modelos pedagógicos e materiais escolares e coloca em destaque as singularidades sócio-históricas das comunidades nacionais, regionais ou mesmo institucionais, o que incide novamente sobre as propriedades da cultura escolar, concebida como original e produto/produtora da cultura social (Vidal, 2005, p.68).

O uso das ideias do inspetor francês por Augusto Cony e os elogios que faz ao trabalho de Pardal constituem uma forma de valorizar ou de chamar a atenção para sua própria prática, conforme pode ser percebido no parecer de Phillipe da Motta:

> A dissertação do professor Cony revela conhecimentos teóricos e práticos, que o honram tanto mais, quanto há muito pouco tempo que se consagra no magistério publico. O seu estudo sobre a organização da escola, que ele aliás já tem

> ensaiado, parece satisfazer as necessidades do nosso ensino escolar elementar: o seu sistema já tem a favor o juízo esclarecido de notáveis pedagogistas franceses e depois de muitas de experiências foi definitivamente adotado nas escolas da França. Apropriando-a as escolas elementares primárias do município da corte, só resta que os professores nacionais digam a sua última palavra sobre ela. Já lhe serve de recomendação o fato de ter o decano do professorado público primário [Pardal] adotado um sistema análogo na organização das escolas municipais de cuja direção está encarregado (Relatório..., p. 7/1872-2A, A-B7-7).

No documento, o uso do sistema de Rapet por Cony é ratificado a partir da legitimação dada aos pareceres dos "pedagogistas franceses", das experiências nas escolas francesas e da sua adoção pelo professor Pardal, "decano do professorado público". Três elementos são acionados: a *expertise*, a experiência e o exemplo local, que pareciam revestir o chamado "sistema de Rapet" de uma confiabilidade que permitiria lançar mão de sua adoção com garantias de sucesso, mesmo tendo Pardal feito ressalvas quanto a isso.

Contudo, assim como Pardal, Cony igualmente tinha reservas às ideias de Rapet. Segundo Phillipe da Motta, no debate oral, Cony criticou a organização das tabelas feitas por alguns professores – inclusive a do próprio Pardal – por achar impraticável a distribuição mais minuciosa do plano de estudos, "tendo-se apartado também nesse ponto do Sr. Rapet, não obstante ser a sua tabela baseada sobre o sistema daquele Sr." (Relatório de 1872-2A, p. 8, A-B7-8).

O programa de Pardal circulou na Corte e teve alguma circulação pelo país. *A Instrucção Pública* (04 maio 1873) relata, por exemplo, que o programa foi publicado na *Revista Pedagógica* de Pernambuco. O nome de Rapet também se tornou familiar, como podemos ver na Revista *A Escola*, ao tratar da Exposição Universal de Paris de 1878, cujo segundo grupo era intitulado "Educação e ensino, material e processo das artes liberais", sendo a sexta classe exclusiva para o ensino primário. A revista relata que júri da respectiva "classe" era composto por diversos profissionais, professores primários de Paris e por Rapet "nome já conhecido entre nós" (1877, p. 277).

Alguns aspectos gerais em torno da adoção de programas remetem às condições de aparecimento e aos seus efeitos. Na época em que Rapet trabalhou na elaboração de seu *Cours d'études,* houve um processo de grande mudança na França no que diz respeito ao material escolar, que permitiu a viabilidade do *Cours*: a adoção de cadernos para todos os alunos, o que não existia antes de 1855. Outra questão

é o fato do programa que se pretendia implementar com tempo pré-determinado de execução começar a produzir uma condição até então inexistente na época, o "fracasso escolar". O programa tal como pensado iria obrigar os alunos da mesma classe a executarem a mesma tarefa ao mesmo tempo, diferentemente do que ocorria antes. Até então, o aluno que não tinha prazo para terminar os estudos (a não ser o da idade) poderia demorar vários anos para concluir o ensino primário e ficar pronto para prestar os exames necessários para obtenção de certificação, sem ser estigmatizado. Na medida em que se estabelece um tempo limite para conclusão da aprendizagem, por exemplo, de três anos, o aluno que levasse seis anos para concluir passaria a ser classificado na condição de fracasso escolar.[26] Assim, como discorrem Chapoulie e Briand (2001), decisões de amplitude limitada como uma nova regulamentação de concurso ou de definição de idades podem gerar, a longo prazo, modificações consideráveis nas situações escolares.

Embora a discussão e os problemas acerca da adoção de programas não tenham se encerrado na Corte com os debates na década de 1870, nem que a questão do "fracasso escolar" tivesse emergido como tal no período estudado, torna-se importante atentar para a geração de efeitos considerados negativos por medidas tomadas com intuito de melhorar o ensino.

"Textos sem fronteiras": o acesso às obras de Rapet

Como os professores públicos primários acessavam as obras de Rapet? Não foi possível localizar dados que registrassem explicitamente a forma como se deu o acesso. No entanto, elementos e vestígios presentes nas fontes indicam alguns caminhos possíveis. Também cabe considerar que não existiam traduções das obras de Rapet, o que, portanto, exigiria o conhecimento da língua francesa por parte dos professores. Nesse sentido, Roger Chartier, em seminário intitulado *Textes sans frontières*,[27] ao tratar da geografia da circulação das obras e da existência de um mundo do leitor e um mundo do texto, assinala o papel importante que as tipografias assumiam em tais mundos na difusão dos textos, bem como determinadas atividades de diferentes sujeitos ligados aos impressos de diversas formas. Em que pesem as divisões políticas e geográficas dos territórios, a circulação de textos não tinha fronteiras.

[26] Reflexões sugeridas em reunião de pesquisa pela professora Anne-Marie Chartier em 9 de dezembro de 2013.

[27] Curso proferido no Collège de France entre outubro e dezembro de 2013.

Na segunda metade do século XIX, ocorre um intenso movimento de introdução de inovações pedagógicas, alargada pelas notícias trazidas das Exposições Universais e por outros mecanismos, como alguns elencados por Hilsdorf: publicação dos relatórios de Célestin Hippeau; compra de literatura pedagógica internacional "por intermédio de catálogos de obras que os livreiros nacionais e do exterior remetiam pelos correios para todas as províncias do Império"; "dos novos materiais pedagógicos, que os agentes comerciais das grandes firmas importadoras exibiam nos seus catálogos de mercadorias" (Hilsdorf, 2003, p. 52), entre outros.

Tal movimento fazia parte de um processo de invenção da modernidade educativa, como assevera Vidal (2009), em que a circulação de sujeitos, modelos e objetos pedagógicos se associava também a um crescente mercado alimentado pela obrigatoriedade escolar, bem como às traduções culturais e apropriações "dos sujeitos diante dos repertórios colocados à sua disposição" (p. 37) e que remetem aos "circuitos culturais".

No caso desta investigação, entre algumas possibilidades, duas podem ser destacadas por se fazerem presentes com mais intensidade no material pesquisado: imprensa e bibliotecas. Segundo Caparelli, os franceses "animaram o panorama da imprensa brasileira do século XIX" e de certa maneira constituíram os mais importantes impressores e livreiros do Brasil na época. Ressalta que os "intelectuais brasileiros" não foram os únicos mediadores culturais do mundo da imprensa oitocentista: "Livreiros, tipógrafos e impressores, brasileiros e franceses, também foram essenciais para a configuração da imprensa brasileira" (2012, p. 34). Elencando ainda os colaboradores da imprensa, o autor demarca, dessa forma, que a "própria experiência de imprensa é uma experiência coletiva".

Vasconcelos (2012), em estudo sobre a *Revue des deux mondes,* criada em 1829 para "fazer uma ponte entre o velho e o novo continentes", também afirma que esta e outras revistas francesas contribuíram "de forma decisiva para a difusão de diferentes autores e para a disseminação de juízos críticos sobre suas realizações" (p. 107).

Tais observações constituem elementos importantes para refletir sobre o ambiente jornalístico carioca, no qual os professores também estavam imersos e por meio do qual poderiam acessar os mais variados tipos de autores e textos. No entanto, tal acesso poderia não se dar de maneira contínua, criando situações em que os professores deixassem de acompanhar certas leituras em alguns momentos e retomassem de outro ponto. A interrupção e dificuldade de acesso às informações completas poderiam explicar a confusão dos professores em torno

das datas de produção da obra de Rapet em discussão no período. Os professores atestam, como se repetissem a informação do primeiro que a afirmou, que Rapet levou quase oito anos para concluir o *Cours d'études*, de 1863 a 1871. O fato coloca ao menos duas questões. A primeira é que desconheciam que em 1863 a obra já existia e que foi o ano em que o Ministro da Instrução Pública francesa a incluiu na lista de obras autorizadas para biblioteca escolar. A segunda questão é que isso nos fornece a pista de que, talvez, o acesso à obra tenha se dado a partir de 1871, sendo provável que o exemplar consultado pelos professores fosse o da edição apresentada na figura 37.

Cabe assinalar que *A Instrucção Pública* menciona jornais pedagógicos franceses, o que demonstra que possuíam algum tipo de contato com os mesmos, como o *Bulletin Administratif du Ministère de l'Instruction Publique, L'Instruction Publique* e o *Journal des Instituteurs*. Este último contava com intensa participação de Jean-Jacques Rapet e foi onde também publicou seu *Cours d'études*. De acordo com Villela, na segunda metade do século XIX:

> Havia igualmente um grande interesse pela importação de periódicos estrangeiros, muitos deles abordando assuntos educacionais como A "Revue de Deux Mondes", "L'Ilustraction", "Journal des Savants", a "Quartely Review" e jornais pedagógicos como o "Journal des Instituteurs" e "L'Echo des Instituteurs" (2002c, p. 3).

Um dos possíveis espaços frequentados por professores e que poderiam constituir um importante modo de formação e circulação de ideias relacionadas ao ofício de ensinar aparece sinalizado nos estudos de Tânia Bessone. A autora afirma que o maior número de leitores do Brasil estava concentrado na capital do Império e, do mesmo modo, "o maior número de livrarias, muitas bibliotecas públicas, colégios, alguns cursos superiores, publicações variadas como jornais e almanaques, um razoável número de bibliotecas particulares" (2005, p. 1). Em um trabalho sobre a formação de leitores e a influência exercida pela criação de bibliotecas e núcleos de estudo vinculados a associações luso-brasileiras, Bessone atesta que os cariocas

> [...] tinham algumas opções de adquirir livros nas livrarias e sebos que representavam uma especialização dos armazéns de secos e molhados ou por meio de leilões divulgados pelos jornais. O número de bibliotecas públicas foi se ampliando tornando-as mais acessíveis para aqueles que sabiam e precisavam ler mas não dispunham de

> recursos suficientes para adquirir obras e formar pequenos acervos ou bibliotecas particulares (p. 5).

Em uma pesquisa sobre o Real Gabinete Português de Leitura, a autora apresentou uma lista de livros do catálogo do ano de 1858, em que podemos observar a existência de 105 obras sobre educação. Um acervo considerável para época e que levanta a questão de quem o acessava e como se dava a consulta. Bessone afirma que tanto o gabinete quanto outras bibliotecas "divulgavam no *Jornal do Commercio* estatísticas acerca do número de leitores, volumes, idiomas das obras consultadas e assuntos da predileção dos usuários" (2001, p. 5). Este é um dado interessante que pode nos fornecer pistas sobre a presença ou não de professores, ou pelo menos de pessoas interessadas na temática da educação. Bessone também chama atenção para o fato de que "como espaço de sociabilidade, o Gabinete teria sido responsável pela intensificação de laços afetivos, políticos e profissionais entre seus frequentadores" (2001, p. 3).

No catálogo de livros de 1868 do Real Gabinete consta o livro de Rapet intitulado *Manuel Populaire de Morale et d'économie politique à l'usage des classes ouvrières*. Apesar do título não fazer menção a questões escolares, ele foi usado para discussão sobre as caixas econômicas escolares em artigo publicado no *Diário do Rio de Janeiro* de 13 de janeiro de 1878. Também se encontrava no catálogo um livro de Michel Charbonneau, *Cours théorique et pratique de pédagogie*, cuja introdução foi escrita por Rapet. Charbonneau havia sido discípulo de Rapet na Escola Normal de Périgueux e foi mencionado pelos professores nas Conferências de 1873.

As bibliotecas constituíam, portanto, espaços férteis com acervos compostos por livros e periódicos estrangeiros. Algumas estavam inseridas no interior de diversos tipos de instituições, como associações, institutos, colégios e faculdades. Os professores faziam parte de várias delas, como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, em cujas atas consta o interesse em adquirir obras pedagógicas. O Colégio de Pedro II era outro lugar com biblioteca, assim como a própria Inspetoria Geral de Instrução. No entanto, é preciso não esquecer igualmente a iniciativa entre os próprios professores públicos primários de montar bibliotecas, conforme assinalado anteriormente.

***

A partir das reflexões de Detienne (2004), podemos observar que o "território em comum" entre Pardal e Rapet – em pequena escala – e entre parte da instrução pública brasileira e a francesa, em maior escala, girava em torno do modo de organizar um programa de ensino. Tendo os saberes previamente estabelecidos pelas legislações em vigor, tratava-se da maneira de distribuir e escalonar os saberes pelo tempo disponível do horário escolar.

O "curso" concebido por Rapet procurava dar solução para uma série de problemas existentes nas escolas públicas francesas com similaridades com alguns problemas da realidade brasileira. Entre uma e outra realidade, Pardal, a partir de sua experiência, opera certa mediação, ainda que por meio da exposição de um trabalho de "apropriação criativa", favorecendo o acesso e o uso das ideias de Rapet por outros professores da Corte, divulgação que não se restringiu ao Rio de Janeiro.

A divulgação de ideias francesas – e mais especificamente de Rapet – nos jornais possibilitou o estabelecimento de conexões dos professores brasileiros com um certo tipo de discussão da França. Mas também observamos a possibilidade dos franceses acompanharem algumas questões brasileiras. Tais fatos demonstram que a circulação internacional de ideias, como afirma Vidal (2006), envolvia vários centros difusores, sujeitos, trabalhos e instituições de uma geografia expandida.

Considerações finais

O homem Pardal até poderia ser galhofeiro, como registra Visconde de Taunay, e ter vivido bastante para a expectativa da época, mas era mortal, e o mesmo professor que nos parece popular a ponto de fazer parte de uma cançoneta, também foi destaque em uma nota de falecimento no jornal (*O Paiz*, 16 jun. 1888, p. 2).

Figura 38 – Nota de falecimento de Pardal no jornal *O Paiz*

O PAIZ — SABBADO, 16 DE

NECROLOGIA

Após longos padecimentos succumbiu hontem, á 1 hora da tarde, o antigo educador Candido Matheus de Faria Pardal, professor publico jubilado e um dos mais respeitados pelos seus serviços e pela sua illustração.

O finado era condecorado com o habito da Rosa, deixa publicada uma grammatica bastante conhecida, e no professorado publico ficam varios discipulos que saberão prantear o mestre e honrar a sua memoria saudosa.

—— Falleceu hontem D. Umbolina C. de Oliveira, que será sepultada hoje, sahindo o corpo, ás 4 horas da tarde, da

Fonte: *O Paiz*, 16 jun. 1888, Biblioteca Nacional.

Em 15 de junho de 1888, Pardal deixou esposa, dois filhos e netos, mas também vários discípulos, e afilhados e afilhadas de batismo. Segundo nota do jornal *O Paiz*, de 21 de junho de 1888, Pardal morreu de "Cachexia cancerosa". A morte e as missas em homenagem ao professor foram noticiadas em jornais de publicação diária da época, alguns de grande circulação como *O Paiz*, cuja tiragem era de 25 mil exemplares. O Colégio de D. Pedro II suspendeu as aulas em sinal de luto (*Diário de Notícias*, 17 jun. 1888).

Jornais noticiaram que a "Comissão executiva permanente do professorado público" havia mandado fazer uma "riquíssima grinalda", exposta na Casa de Notre Dame de Paris, na Rua do Ouvidor, com uma fita preta de gorgorão lavrado com rica franja de ouro, onde se lia o dístico: "O professorado público primário da Corte ao professor público Candido Matheus de Faria Pardal" (*Diário de Notícias* e *Gazeta da Tarde*). A mesma comissão providenciou a missa de 30º dia, na Igreja São Francisco de Paula, que foi bastante concorrida, com a presença de familiares, "muitos professores" e "muitas pessoas distintas". As alunas da escola pública da freguesia de Sacramento, dirigida por Adelina Doyle e Silva, entoaram cânticos sacros, acompanhadas pelo "harmonium" tocado pela "Excma. Sra. Rita Bastos" (*Diário de Notícias*, 17 jul. 1888).

A trajetória do professor Pardal nos conduz à questão: *¿Dónde inicia y donde termina la escuela?* Onde começa e onde termina a escola pública de meninos da freguesia de Santa Rita? *A escola começa e termina nos lugares onde estiverem seus sujeitos* poderia ser uma das respostas possíveis à pergunta, parafraseada de Elsie Rockwell. São eles que conferem movimento e elasticidade aos poderes e alcances da escola, avançando e recuando conforme as regras dos jogos sociais e políticos que vão se impondo, conforme as negociações que se tornam possíveis pelas ações dos sujeitos ou de acordo com as rebeldias que se tornam imperativas no cotidiano. Ao mobilizar as experiências individuais e coletivas de muitos sujeitos, a partir da escola se estabelece uma série de relações incontáveis e incomensuráveis.

Assim, por meio de seus sujeitos, a escola termina (ou começa) no Colégio de D. Pedro II, na Escola Municipal de São Sebastião, nas escolas onde foram lecionar seus ex-adjuntos, no programa baseado em Rapet, no Arsenal da Marinha, nas urnas, na Sociedade de Baile Sylphide, na Irmandade do Divino Espírito-Santo, no júri da Corte. Nos lugares, posições e cargos em que seus sujeitos se inserem, uma parte da cultura escolar, de seus saberes, práticas e, principalmente, das relações podem estar presentes (Vincent et al., 2001).

A escola da freguesia de Santa Rita conectava muitos personagens diferentes que davam movimento ao panorama da cidade. Pardal, como fio condutor da pesquisa e da análise, serviu para fazer aparecer as ramificações e as teias que alinhavaram um cenário observado a partir da escola. Assim, pretendi operar uma análise da trajetória de Pardal no movimento da vida, da profissão, da escola, da cidade e do mundo em quatro capítulos, envolvendo relações com governantes, colegas, alunos e moradores da Corte. Portanto, gerações docentes, vizinhança escolarizada, protagonismo dos professores na cidade e experiências conectadas com o estrangeiro constituíram os eixos, alinhavados por Pardal, em torno dos quais procurei colocar em evidência os sujeitos escolares, enfocando as dimensões individual, coletiva, profissional, governamental e territorial.

O rastreamento do nome de Pardal levou ao rastreamento de outros sujeitos. As fontes e as informações levantadas permitiram compor um cenário que emerge a partir da escola e de seus atores e se projeta na freguesia, na cidade e em outros territórios. Um cenário que dá relevo à experiência da atividade de ensinar, mas também a de trabalhar em diferentes ofícios, associar-se, festejar, reivindicar, eleger, reprimir, julgar, ou seja, modos de ser e estar na cidade de acordo com as diferentes posições ocupadas pelos sujeitos investigados.

A metodologia empregada permitiu observar na cidade as famílias cujos filhos ou tutelados frequentavam a escola em 1855: o carpinteiro Leopoldino, preso injustamente; o funcionário público Domingos; a costureira Fortunata; o cabelereiro José, do Teatro São Pedro; o proprietário de armazém de secos e molhados, Manoel; o mestre de embarcação Pedro, que viajava para Angola. Também pudemos acompanhar parte do percurso daqueles que deixaram a escola: os ex-alunos que morreram como Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai, os que seguiram a carreira militar, o que se tornou músico, artista de teatro, o que se envolveu intensamente com movimentos associativistas e aqueles que, cooptados pela escola, se tornaram professores. A variedade de ocupações, as atividades exercidas na cidade demonstram uma riqueza de experiências pessoais e coletivas, reunidas de diferentes maneiras na escola de Santa Rita, que não seriam possíveis de observar sem privilegiar os sujeitos como procedimento de pesquisa.

Apesar das várias identificações realizadas, muitos ainda permaneceram anônimos neste estudo, por não terem sido localizados nas fontes ou por não ser possível confirmar sua identidade, como no caso de José Bernabé do Espírito Santo, preso na praia do Chichorro por ter sido encontrado em "trajes mitológicos" onde tomava banho com outros indivíduos, entre eles alguns escravizados

(*Correio Mercantil*, 12 jan. 1864). Não foi possível saber se este José se tratava do mesmo José Bernabé do Espírito Santo que constava como encarregado de aluno da escola de Santa Rita. Embora a identidade não tenha sido confirmada, o José Barnabé de trajes mitológicos também poderia ser uma figura representativa de uma parte dos sujeitos da escola que estava inserida numa região conhecida como "Pequena África".

Por meio do professor da freguesia de Santa Rita, também foi possível acompanhar outros professores – muitos dos quais ex-alunos, ex-adjuntos, colegas de bancas examinadoras, de associação, de reivindicação – e observar sua atuação na cidade, exercendo outras atividades, não necessariamente laboriosas ou remuneradas, mas com outras finalidades políticas, sociais, culturais. Assim, encontramos professores em irmandades, associações recreativas, em abaixo-assinado em favor de empresário de barcas ou em favor da eleição de um político, em Comissão de comércio e meios de transportes da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, testemunhando um casamento evangélico, compondo música para apresentação em teatro ou se candidatando a eleitor.

Com isso, pretendi mostrar não apenas professores, alunos, pais e encarregados, mas sujeitos da cidade: votantes, eleitores, subdelegados de polícia, comerciantes, artesãos, militares, funcionários públicos, devotos, sócios, artistas, militantes, negociadores, enfim, agentes sociais que espalhados pela cidade se encontravam na escola de Santa Rita, presencialmente ou indiretamente, em razão da escolarização ou da figura de seu professor. Nesse sentido, os fazeres da escola e da cidade se mesclam, proporcionando aprendizagens diversas e produzindo formas de agir e pensar marcadas pelos seus pertencimentos sociais e pela escolarização. Assim, entram em jogo de forma criativa as agências subalternas, coletivas, negociadas, rebeldes (Bhabha, 1998) e as agências docentes.

Na medida em que o professor recebe reconhecimento da sociedade e é cooptado para se inserir em outros espaços ou para participar de outros cargos, concomitantemente à docência, a análise de ser professor no século XIX também deve passar pela de ser jurado, juiz de paz, subdelegado de polícia, representante partidário, diretor de associação, de irmandade e de clubes recreativos, entre outros. Circulando por vários postos na sociedade, de caráter público ou em instituições privadas, o professor adquiria uma experiência e um conhecimento da cidade que poderia se refletir na organização da escola, na prática de ensinar e na constituição de "culturas de sobrevivência", bem como possibilitava diversas agências.

Candido Matheus de Faria Pardal viveu 70 anos (1818-1888), mais da metade dos quais trabalhando na docência. Estudou na Academia de Belas Artes, foi professor na escola primária, no Colégio de D. Pedro II, no Instituto Comercial da Corte, no Colégio de meninas da Baronesa de Geslin, diretor das escolas municipais, se apropriou de ideias estrangeiras, escreveu livros escolares, aprovou outros, examinou professores, adjuntos e alunos, mobilizou a categoria, e também foi eleitor, devoto, membro de irmandades, diretor de sociedades e associações beneficentes, recreativas e políticas, organizou subscrições e fez parte de diversas comissões para agência na cidade. Pardal deixou viúva, filhos e vários "afilhados e afilhadas de batismo".

Quando a viúva Elysa Pardal morreu, em 1896, Pardal Júnior ficou responsável pelo testamento e convocou os afilhados para receberem bens remanescentes da herança do professor Pardal, dos quais era usufrutuária a viúva (*Diário Oficial*, 26 nov. 1896). O texto publicado no *Diário Oficial* sugere que Pardal Júnior não conhecia tais afilhados que, seis meses depois da morte de Elysa, ainda não tinham aparecido para se habilitarem a fim de receber a herança, conforme exigia a lei. Sujeitos desconhecidos dos descendentes da família Pardal, mas que, para serem incluídos em testamento, tiveram uma importância na vida do professor público primário da Corte.

No entanto, por meio de suas relações, agências, atuações e seu "traquejo" social, Pardal deixou outros herdeiros, outras heranças, outras marcas e vestígios da sua trajetória na escolarização na Capital do Império. Estes aspectos se traduzem na materialidade e na cultura escolar, mas também nas práticas e nos sujeitos que delas se apropriam criativamente, produzindo deslocamentos e experiências, que permitem alargar ainda mais o espaço até onde a escola vai, começa ou termina, e formular uma nova pergunta: *onde começa e onde termina a docência?*

Referências

Abreu, Martha. “Corte”. In: Vainfas, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889).* Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 175-177.

______. *O Império do Divino – Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900).* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Alcântara, Wiara Rosa Rios. *Por uma história econômica da escola: a carteira escolar como vetor de relações (São Paulo, 1874-1914)* (tese). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

Alves, Cláudia Maria Costa. *Cultura e política no século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

Andrade, Vera Lúcia de Queiroz. *Colégio Pedro II: um lugar de memória* (tese). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

Barbuy, Heloisa. *A cidade-exposição*: *Comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo: EDUSP, 2006.

Barreto, Patrícia. *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*: *O templo carioca de Palas Atena* (tese). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

Barros, Surya Aaronovich Pombo de. *Negrinhos que por ahi andão: escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)* (dissertação). São Paulo: USP, 2005. 185p.

Bastos, Maria Helena Câmara. “Leituras da Ilustração Brasileira: Célestin Hippeau (1803-1883)”. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 2, n. 1 [3] jan./jun.2002, p. 67-112.

______. “Ferdinand Buisson no Brasil: pistas, vestígios e sinais de suas idéias pedagógicas (1870-1900)”. *Revista de História da Educação*, v. 4, n. 8, 2000, p. 79-109.

______. “O ensino mútuo no Brasil (1808-1827)”. In: _____ e Faria Filho, Luciano Mendes de (Org.). *A escola elementar no século XIX*: *o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 95-118.

Batalha, Claudio. *Dicionário do movimento operário*: *Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

Berger, Paulo. “Introdução”. In: Santos, Noronha. *As freguesias do Rio antigo*. *Vistas por Noronha Santos*. Rio de Janeiro: O cruzeiro, 1965.

Bessone, Tânia. “O que liam os cariocas no século XIX?” *XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 2005.

______. “As bibliotecas públicas cariocas no século XIX”, *XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação*. Campo Grande /MS: set. 2001.

______. “Livros e sociedade: a formação de leitores no século XIX”. *Revista Teias*, v. 1, n. 1, jan.-jun. 2000.

Bhabha, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

Blake, Augusto. “Sacramento”. *Dicionário bibliographico brazileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1899.

Bobbio, Norberto. *Intelectuais e o poder*. São Paulo: UNESP, 1997.

Borges, Angélica. *Ordem no ensino*: *a inspeção de professores primários na Capital do Império Brasileiro (1854-1865)* (dissertação). Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

_____. *Governo dos professores primários na Corte Imperial*: *um estudo acerca de dispositivos de inspeção docente* (trabalho de conclusão de curso). Rio de Janeiro: UERJ, 2005a.

_____ e Gondra, José Gonçalves. "Política e arte de superar-se: um estudo acerca das Conferências Pedagógicas na Corte Imperial". *Revista de Educação Pública*. Cuiabá: EdUFMT, 2005b, v. 14, n. 15, p. 203-220.

_____ e Lemos, Daniel. "O 'sangue quente' que anima a classe: a luta dos professores públicos primários da Corte imperial". In: Rosso, Sadi Dal (Org.). *Associativismo e sindicalismo em educação*. Brasília: Paralelo 15, 2011, p. 209-228.

_____ e Teixeira, Giselle. "Notícias de uma guerra surda: o embate entre autores de um compêndio de gramática, os professores primários e a imprensa na Corte Imperial". In: XI Congresso Brasileiro de História da Educação. *Anais*... Cuiabá: UFMT/SBHE, 2013.

_____ e Vidal, Diana. *Racionalização da oferta e estratégias de distinção social: relações entre escola, cidade e família no Oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo)*. In: XI Congresso Iberoamericano de História da Educação Latinoamericana. *Anais*... Toluca, México: El Colegio Mexiquense, SOMEHIDE, 2014.

Boto, Carlota. "O professor primário português como intelectual: Eu ensino, logo existo". *Revista da História das Idéias*, Coimbra, Faculdade de Letras de Coimbra, v. 24, p. 85-134, 2003.

Buisson, Ferdinand. *Dictionnaire de pédagogie et d'instruction primaire*. Paris: Librairie Hachette et Cie, 1888, v. 1.

Burke, Peter. "Cultura, tradição e educação". In: Gatti Jr, Décio e Pintassilgo, Joaquim (Org.). *Percursos e desafios da pesquisa e do ensino em História da Educação*. Uberlândia: UDUFU, 2007.

Caldeira, Sandra. *Os serviços estatísticos em Minas Gerais na produção, classificação e consolidação da instrução pública primária (1871-1931)* (dissertação). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

Câmara Municipal. *Programa dos festejos adotados pela Ilustríssima Câmara Municipal da Corte por terem lugar a chegada da faustosa notícia da vitória decisiva do exército dos aliados na República do Paraguai*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1868.

Caparelli, André. "Identidade e alteridade nacionais: transferências culturais na imprensa brasileira do século XIX". In: GUIMARÃES, Valéria (Org.). *Transferências culturais*: o exemplo da imprensa na França e no Brasil. São Paulo: Edusp/Mercado de letras, 2012, p. 25-38.

Cardoso, Tereza Maria Fachada. *As luzes da educação*: *fundamentos, raízes históricas e prática das aulas régias no Rio de Janeiro (1759-1834)*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

______. Abrindo um novo caminho: o ensino mútuo na escola pública do Rio de Janeiro (1823-1840). In: Bastos, Maria Helena Câmara e Faria Filho, Luciano Mendes de (Org.). *A escola elementar no século XIX*: o método monitorial/mútuo. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 119-143.

Carvalho, José Murilo. *A construção da ordem*: *a elite política imperial* e *Teatro das sombras: a política imperial*. 3ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

Castanho, Sérgio. "Institucionalização das instituições escolares: final do Império e Primeira República no Brasil". In: Nascimento, Maria Isabel Moura et al. (orgs.). *Instituições escolares no Brasil*: *conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores associados, 2007, p. 39-57.

Cavalcanti, Nireu. *O Rio de Janeiro setencentista*: *a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

Certeau, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

Chalhoub, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

______. *Cidade febril*: *cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

Chamon, Carla. *Escolas em reforma, saberes em trânsito*: *a trajetória de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1869-1913)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Chapoulie, Jean-Michel e Briand, Jean-Pierre. "A instituição escolar e a escolarização: uma visão de conjunto". *Educação e sociedade*, n. 47, abr. 1994, p. 11-59.

Chartier, Anne-Marie. *Práticas de leitura e escrita: história e atualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Chartier, Roger. "Micro-história e globalidade". In: _____. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 53-57.

Chervel, André. "História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa". *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 2, 1990, p. 177-229.

Costa, Ana Luiza Jesus da. À Luz das Lamparinas. *As escolas noturnas para trabalhadores no Município da Corte (1860-1889)* (dissertação).Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

______.*O educar-se das classes populares oitocentistas no Rio de Janeiro entre a escolarização e a experiência* (tese). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

Costa, Rafael Maul de Carvalho. *A "escravidão livre" na Corte*: *escravizados moralmente lutam contra a escravidão de fato (Rio de Janeiro no processo de abolição)* (tese).Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012.

Cunha, Beatriz Rietmann da Costa. *Assistência e profissionalização no exército: elementos para uma história do Imperial Colégio Militar* (dissertação). Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

Debret, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil. Tome troisième*. Paris, França: Firmin Didot Frères, 1839. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon393054/icon393054.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

Detienne, Marcel. "Construir comparáveis". In: _____. *Comparar o incomparável*. São Paulo: Ideias e Letras, 2004, p. 45-68.

Dias, Elaine. *Paisagem e Academia*: *Félix-Émile Taunay e o Brasil (1824-1851)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

Dias, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

______. "Sociabilidades sem história: votantes pobres no império, 1824-1881". In: Freitas, Marcos (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 57-72.

D'Hauterive, Borel. *Annuaire de la noblesse de France et des maisons souveraines de l'Europe*. Paris: Typographie de Henry Plon, 1963.

DuBois, Patrick e Bruter, Annie. *Le Dictionnaire de pédagogie et d'instruction primaire de Ferdinand Buisson*. *Repertoire biographique des auteurs*. Paris: INRP (Service d'histoire de l'éducation), 2002.

Ecar, Ariadne e Uekane, Marina. "Lutas pela formação científica dos professores primários no Rio de Janeiro (1880-1890)". *Revista História da Educação*, v. 16, n. 38, 2012, ASPHE, p. 63-78.

Elias, Norbert. *O processo civilizador*: *formação do estado e civilização*. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, v. 2.

______. *O processo civilizador*: *uma história dos costumes*. Tradução Ruy Jungmann. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, v. 1.

Engemann, Carlos. "Corriqueiro como Nascer e Morrer: Práticas sociais e parentesco em Santa Cruz, Rio de Janeiro (1791-1817)". *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 87-100, jul.-dez. 2002, p. 87-100.

Escolano Benito, Augustín. "Arte y oficio de enseñar". In: Celada Perandones, Pablo (Ed.). *Arte y oficio de enseñar. Dos siglos de perspectiva histórica*. El Burgo de Osma: Universidad de Valladolid – Ceince, 2011, p. 17-26.

Facioli, Valentim. *Um defunto estrambótico*: *análise e interpretação das Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Edusp, 2008.

Faria Filho, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios*: *cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.

______ e Bertucci, Liane Maria. "Experiência e cultura: contribuições de E. P. Thompson para uma história social da escolarização". *Currículo sem Fronteiras*, v. 9, n. 1, p. 10-24, jan.–jun. 2009.

Flory, Thomas. "Justicia, polícia y patrocínio". In: _____. *El juez de paz y el jurado en el Brasil Imperial, 1808-1871. Control social y estabilidad política en el nuevo Estado*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1986.

Fonseca, Thaïs Nivia de Lima e. "Professores régios na América Portuguesa: representações e práticas de obtenção de posições e privilégios na sociedade colonial". In: _____. (Org.). *As reformas pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011, p. 99-116.

______. *O ensino régio na Capitania de Minas Gerais (1772-1814)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

______. "Professores régios na capitania de Minas Gerais: trabalho e sociabilidades". In: V Congresso Brasileiro de História da Educação, Recife. *Anais*... São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe e Aracaju: Universidade Tiradentes, 2008.

Foucault, Michel. *Microfísica do poder*.Trad. Roberto Machado. 22 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

_____. *Em defesa da sociedade*. Trad. Maria Ermantina Galvão. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2005.

_____. *Vigiar e punir*: *nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. *As palavras e as coisas*: *uma arqueologia das ciências humanas*. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Fragoso, Hugo et al. *História Geral da Igreja na América Latina*. *História da igreja no Brasil. Segunda Época – A igreja no Brasil no século XIX*. 3 ed. Petrópolis: Editora Vozes/Edições Paulinas, 1992.

Gallego, Rita de Cássia. *Tempo, temporalidades e ritmos nas escolas públicas primárias em São Paulo (1846-1890) - heranças e negociações* (tese).São Paulo: USP, 2008.

Garcia (Pinto), Inára. *Um professor em dois mundos*: *A viagem de Luiz Augusto dos Reis à Europa (1890)* (tese). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

______. *Certame de atletas vigorosos/as*: *uma análise dos processos de seleção de professores/as no século XIX (1855-1863)* (dissertação). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

Giddens, Antony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Ginzburg, Carlo. "O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico". In: Ginzburg, Carlo et al. (Org.). *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro e Lisboa: Bertrand Brasil /Difel, 1991, p. 169-178.

Gondra, José Gonçalves. *Artes de civilizar*: *medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

_____. "A Educação Conciliada: Tensões na elaboração, redação e implantação de reformas educacionais". *Educação em questão*, Natal, v. 12-13, 2001.

_____. "O dia do professor – A ordem, a lei e as regras". *Caminhando em Educação* – Coletânea VI, Rio de Janeiro, Faculdade de Educação da UERJ, 1997, p. 55-61.

______ e Schueler, Alessandra F. Martinez de. *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro.* São Paulo: Cortez, 2008.

Gouvea, Maria Cristina Soares de. "Os fios de Penélope: a mulher e a educação feminina no século XIX". In: *26ª Reunião anual da ANPEd*. Poços de Caldas: ANPEd, 2003, CD-ROM.

______. "Mestre: Profissão Professor(a) processo de profissionalização docente na Província Mineira no Período Imperial". *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, Autores Associados, n. 2, jul./dez. 2001, p. 109-138; p. 39-57.

Graham, Richard. "Formando un gobierno central: las elecciones y el ordem monárquico en el Brasil del siglo XIX". In: Anino, Antonio (coord.). *Historia de las elecciones en Iberoamericana, siglo XIX*: *de la formación del espacio político nacional*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1995.

Gruzinski, Serge. "O historiador, o macaco e a centaura: a 'história cultural' no novo milênio". *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, dez. 2003, p. 321-342.

______. "Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*". *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2001, p. 175-195.

Guimarães, Roberta. *Mulheres precursoras na Educação*: *Histórias de professoras e professores primários na capital do Império*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.

Havelange, Isabelle et al. *Les inspecteur généraux de l'instruction publique. Dictionnaire Biographique 1802-1914*. Paris: INRP, 1986.

Hilsdorf, Maria Lucia Spedo. *Curso de Pós-graduação: São Paulo na Transição Império-República: Escolas Americanas de Confissão Protestante*. USP, 2010, v. 1-12, mimeo.

______. "Da circulação para circularidade: propagação e recepção de ideais educacionais e pedagógicos no Oitocentos brasileiro". In: Pintassilgo, Joaquim et al. *História da escola em Portugal e no Brasil*: *circulação e apropriação de modelos culturais*. Edições Colibri: Lisboa, 2006, p. 65-89.

______. *História da Educação Brasileira*: Leituras. São Paulo: Thomson, 2003.

______. "O ensino mútuo na Província de São Paulo: primeiros apontamentos". In: Bastos, Maria Helena Câmara e Faria Filho, Luciano Mendes de (Org.). *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 197-216.

______. *Escolas americanas de confissão protestante na Província de São Paulo*: *um estudo de suas origens* (dissertação). São Paulo: USP, 1977.

Hobsbawm, Eric e Ranger, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

Holloway, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro*: *Repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Trad. Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

Honorato, Claudio de Paula. *Valongo*: *o mercado de escravos do Rio de Janeiro (1758-1831)* (dissertação). Niterói: UFF, 2008.

Jacquet-Francillon, François. *Instituteurs avant la République*: *la profession d'instituteurs et ses représentations, de la Monarchie de Juillet au Second Empire*. Villeneuve d'Ascq (Nord): Presses Universitaires du Septentrion, 1999.

_______. *Naissances de l'école du peuple* (1815-1870). Paris: L'Éditions de l'Atelier/Éditions Ouvrières, 1995.

Jesus, Ronaldo Pereira de. "Cultura Associativa no século XIX: atualização do repertório crítico dos registros de sociedades na cidade do Rio de Janeiro (1841-1889)". In: Simpósio Nacional da ANPUH, 27, 2013, Natal. *Anais*...

Leenhardt, Jacques. "Imagem e história em *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* de Jean-Baptiste Debret: O enterro do filho de um rei negro". In: Lopes, Antonio Herculano et al. (Org.). *História e linguagens*: *texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

Lemos, Daniel Cavalcanti de A. *O Discurso da Ordem: A constituição do campo docente na Corte Imperial* (dissertação). São Gonçalo: UERJ, 2006.

Lesage, Pierre. "A pedagogia nas escolas mútuas no século XIX". In: Bastos, Maria Helena Câmara e Faria Filho, Luciano Mendes de (Org.). *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo.* Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 9-24.

Lima, Henrique Espada. *A micro-história italiana*: *escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2006.

Lima, Tania Andrade et al. "Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX". *Anais do Museu Paulista*: *História e Cultura Material*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 299-391, abr. 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101--47142016000100299&lng=en&nrm=iso. Acesso em 07 fev. 2020.

Limeira, Aline de Morais. "Espaços mistos: o público e o privado na educação do século XIX. Subvenções". In: *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 11, p. 99-129, 2011.

_______. *O Comércio da Instrução: um exame das propagandas do Almanak Laemmert (1844/1859)* (monografia). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

Lopes, Nei. *Dicionário escolar afro-brasileiro*. São Paulo: Selo Negro edições, 2006.

Magaldi, Christina. *Music in Imperial Rio de Janeiro*: *European Culture in a Tropical Milieu*. Maryland (USA): The Scarecrow Press Inc., 2004.

Martinez, Wladimir Novaes. *Curso de Direito Previdenciário – Tomo III – Direito Previdenciário Procedimental*. São Paulo: LTR – Edição, 2007.

Martinho, Lenira Menezes. "Caixeiros e pés-descalços: conflitos e tensões em um meio urbano em desenvolvimento". In: Martinho, Lenira Menezes e Gorenstein, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da independência*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992, p. 21-124.

Mattos, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

Mattos, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1994.

Mattos, Marcelo Badaró. "Experiências comuns: escravizados e livres no processo de formação da classe trabalhadora no Brasil". In: Simpósio Nacional da ANPUH, 24, 2007, São Leopoldo. *Anais*...

_______. "Trabalhadores escravizados e livres na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX". In: *Revista do Rio de Janeiro*, n.12, abr-mai 2004, p. 229-251.

Monteiro, Nuno Gonçalo. "Os nomes de família em Portugal: uma breve perspectiva histórica". In: *Etnográfica – Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social*, n. 12 (1), maio 2008, p. 45-58.

Munhoz, Fabiana Garcia. *Experiência docente no século XIX. Trajetórias de professores de primeiras letras da 5ª comarca da Província de São Paulo e da Província do Paraná* (dissertação). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

Neves, Dimas Santana Souza. *Razões de Estado*: *As reformas da instrução pública em Mato Grosso, Minas Gerais e na Corte Imperial (1851-1859)* (tese). Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

Nóvoa, Antonio. "O passado e o presente dos professores". In: ______ (Org.). *Profissão professor*. Porto: Porto Editora, 1991, p. 9-32.

Oliveira, Anderson José Machado de. "Devoção e Caridade: o cotidiano das irmandades na Corte - século XIX". In: Encontro Regional de história da ANPUH, 8, 1998, Vassouras. *Anais*...

Oliveira, Antonio de A. *O Ensino público*. Brasília: Senado Federal, 2003.

Ortner, Sherry. "Poder e Projetos: reflexões sobre a agência". In: Grossi, Miriam Pilar (Org.). *Conferências e diálogos*: *saberes e práticas antropológicas*. Brasília e Blumenau: ABA e Nova Letra, 2007, p. 45-80.

Pardal, Paulo José. "Joaquim Manoel de Macedo". *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 151, n. 367, p. 160-166, jan.-mar. 1990.

Passos, Laurizete e Pavan, Diva. "Marcas da relação da escola com a cidade na construção de uma escola 'exemplar': a origem social e escolar das professoras primárias (1920-1950)". In: V Congresso Brasileiro de História da Educação, , Recife. *Anais*... São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Universidade Tiradentes, 2008.

Pintassilgo, Joaquim. *História da formação de professores. Relatório da disciplina*... Lisboa, 2011, mimeo.

Reis, João José. "Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão Tempo". In: *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1996, p. 7-33.

Resende, Fernanda Mendes e Faria Filho, Luciano Mendes. "História da política educacional em Minas Gerais no século XIX". In: *Revista Brasileira de História da Educação: SBHE*, n. 2, jul.–dez. 2001, p. 79 -115.

Revel, Judith. *Michel Foucault*: *conceitos essenciais*. São Carlos: Clara Luz, 2005.

Revel, Jacques. *Jogos de escalas*: *a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998.

Rios Filho, Adolfo Morales de los. *O Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks / UniverCidade Editora, 2000.

Rockwell, Elsie. "Metáforas para encontrar histórias inesperadas". In: Nepomuceno, Maria de Araújo e Tiballi, Elianda Figueiredo Arantes. *A educação e seus sujeitos na história*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007, p.15-33.

Rodrigues, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos*: *tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, secretaria Municipal de Cultura, Divisão de Editoração, 1997.

Rowland, Robert. "Práticas de nomeação em Portugal durante a Época Moderna: ensaio de aproximação". In: *Etnográfica – Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social*, n. 12 (1), maio 2008, p.17-43.

Saes, Alexandre Macchione e Gambi, Thiago Fontelas Rosado. "A formação das companhias de seguros na economia brasileira (1808-1864)". *História econômica & história de empresas*, v. 12. n. 2 jul.-dez. 2009.

Santos, Kairo et al. "Evolução da paisagem da cidade do Rio de Janeiro, uma visão cartográfica: aspectos socioespaciais das freguesias a partir do século XIX". In: *V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, Petrópolis, Sociedade Brasileira de Cartografia, Geodésia, Fotogrametria e Sensoriamento Remoto, 2013.

Santos, Noronha. *As freguesias do Rio antigo. Vistas por Noronha Santos*. Rio de Janeiro: O cruzeiro, 1965.

Schueler, Alessandra Frota Martinez de. "Professores primários como intelectuais da cidade: um estudo sobre produção escrita e sociabilidade intelectual (Corte Imperial, 1860-1889)". *Revista de Educação Pública.* Universidade Federal do Mato Grosso, n. 17, 2008a.

_____. "Escolas primárias e professores na Corte Imperial: educação escolar como objeto da história social." In: *Revista Momento*, UFRGS, 2008b.

_____. "Práticas de escrita e sociabilidades intelectuais: professores-autores na Corte imperial (1860-1890)". In: V Congresso Brasileiro de História da Educação, Recife. *Anais...* São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Universidade Tiradentes, 2008c.

_____. "A longa peregrinação de um professor da roça na Europa". In: Mignot, Ana e Gondra, José Gonçalves. (orgs.). *Viagens pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 90-113.

_____. *Culturas escolares e experiências docentes na cidade do Rio de Janeiro (1854-1889)* (tese). Niterói: UFF, 2002.

_____ e Gondra, José. "Reformas educativas, viagem e comparação no Brasil oitocentista: o caso de Uchoa Cavalcanti (1879)". *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 437-448, set.-dez. 2008.

Silva, Janaina Girotto. *Profusão de Luzes*: *os concertos nos clubes musicais e no Conservatório de Música do Império*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, 2007.

Sirinelli, Jean-François. "Os intelectuais". In: Rémond, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 231-269.

_____. "As elites culturais". In: Rioux, Jean-Pierre e Sirinelli, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 255-279.

Sodré, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994.

Souza, Juliana Teixeira. *A autoridade municipal na Corte imperial*: *enfrentamentos e negociações na regulação do comércio de gêneros (1840-1889)* (tese). Campinas: UNICAMP, 2007.

Tambara, Elomar. "Estado, Igreja e educação – Urbi et orbe". In: *Anais da 28ª Reunião anual da ANPEd*, 2005.

Taunay, Visconde de. *Memórias*. São Paulo: Iluminuras, 2004.

Teixeira, Giselle B. *A imprensa pedagógica no Rio de Janeiro*: *os jornais e as revistas como agentes construtores da escola (1870-1919)* (tese). Niterói: UFF, 2016.

______. *O Grande Mestre da Escola*: *Os livros de leitura para a Escola Primária da Capital do Império Brasileiro* (dissertação). São Gonçalo: UERJ, Rio de Janeiro, 2008.

Thompsom, Edward. "Introdução: costume e cultura". In: ____. *Costumes em comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 2005, p. 13-24.

Uekane, Marina Natsume. *"Com o bom professor tudo está feito, sem elle nada se faz" – A Escola Normal e a conformação do magistério primário no Distrito Federal (1892-1912)* (tese). Niterói: UFF, 2016.

______. "*Instrutores da Milícia cidadã": A Escola Normal da Corte e a formação de professores primários (1854-1889)* (dissertação). Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

Vasconcelos, Sandra Guardini Teixeira. "Uma revista entre três mundos". In: Guimarães, Valéria (Org.). *Transferências culturais*: *o exemplo da imprensa na França e no Brasil*. São Paulo: Edusp/Mercado de letras, 2012, p. 101-114.

Vicentini, Paula e Lugli, Rosario. "Associativismo docente no Brasil: configurações e estratégias de legitimação do final do século XIX à década de 1970". In: Rosso, Sadi Dal (Org.). *Associativismo e sindicalismo em educação*: *organização e lutas*. Brasília, Paralelo 15, 2011, p. 171-190.

Vidal, Diana Gonçalves. "A docência como uma experiência coletiva: questões para debate". In: Dalben, Ângela et al. (Org.). *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: didática, formação de professores e trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 711-731.

______. "A invenção da modernidade educativa: circulação internacional de modelos pedagógicos, sujeitos e objetos no Oitocentos". In: Cury, Cláudia Engler e Mariano, Serioja (Org.). *Múltiplas visões*: *cultura histórica no Oitocentos*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009, p. 39-58.

______. "Mapas de freqüência a escola de primeiras letras: fontes para uma história da escolarização e do trabalho docente em São Paulo na primeira metade do século XIX". In: *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, Autores Associados, n. 17, maio–ago. 2008a, p. 41-67.

______. "Galicía e Brasil, tecendo histórias da educação (1871-1936)". In: *Sarmiento* (Vigo), v. 12, p. 111-126, 2008b.

______. "O museu escolar brasileiro: Brasil, Portugal e França no âmbito de uma história conectada (final do século XIX)". In: Lopes, Alberto et al. (Org.). *Para a compreensão histórica da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 199-220.

______. *Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)*. Campinas: Autores Associados, 2005.

Villela, Heloísa. *Da Palmatória a Lanterna Mágica*: *A Escola Normal da Província do Rio de Janeiro entre o artesanato e a formação Profissional (1868-1876)* (tese). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002a.

______. "Imprensa pedagógica e constituição da profissão docente no século XIX: alguns embates". In: Gondra, José (Org.). *Dos arquivos à escrita da história*: *a educação brasileira entre o Império e a República*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002b, p. 97-108.

______. "Práticas discursivas do olhar: aprendendo a Ensinar Através de Imagens na Escola Normal do Século XIX". In: II Congresso Brasileiro de História da Educação, Natal. *Anais*..., UFRN/SBHE, 2002c.

______. O mestre-escola e a professora. In: Lopes, Eliane et al. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 95-134.

Vincent, Guy et al. "Sobre a história e a teoria da forma escolar". In: *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 33, jun. 2001, p. 7-47.

Viscardi, Claudia. "Mutualismo e filantropia". In: *Locus*, *Revista de História*, UFJF, v.10, n.1, 2004.

Fontes em suporte eletrônico:

"Relatórios da Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte". In: University Of Chicago – Center for Research Libraries – Brazilian Government Document Digitization Project. *Ministerial Reports - Império, 1832-1888*. Disponível em http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/imperio.html.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil):

Coleção de Periódicos Oitocentistas da Hemeroteca Digital brasileira.

Planta da Muito Leal e Heróica Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/Paris: Garnier, 1852. Escala 1:8. 400.

BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE:

Rapet, Jean-Jacques e Michel, L. C. *Principes de grammaire française*. Paris: Dezobry et E. Magdeleine, Rue des Maçons-Sorbonne, 1852.

______. *Cours élémentaire de langue française. Livre du Maître. Partie 1er. Syntaxe*. Paris: Dezobry et E. Magdeleine, rue des Maçons-Sorbonne, 1852.

Rapet, Jean-Jacques. *Journal des Instituteurs.* Cours d'études des écoles primaires pour l'année scolaire 1861-1862. publié sous la direction de Jean-Jacques Rapet, Inspecteur Général de la Instruction publique pour l'enseignement primaire. Partie du Maître. Paris: Paul Dupont, éditeur, 41, Rue de Grenelle Saint Honoré, 1861.

______. *Cours d'études des écoles primaires. Exercices et devoirs pour chaque jour de l'année. Troisième cours. 1er et 2e mois de l'année scolaire.* Paris: Dupont, rue Grenelle Saint-Honoré, 1860. [Livre de l'Élève]

______. *Plan d'études pour les écoles primaires. Repartition de l'enseigment et emploi du temps par M. J.-J. Rapet, Inspecteur Générel de l'enseignement primaire, Nouvelle édtition entièrement refondue. Librairie des bibliothèques scolaires.* Paris: Paul Dupont, Rue de Grenelle – Saint--Honoré, 1868.

______. *Cours d'études des écoles primaires publié sous les auspices de S. Ex. M. le Ministre de l'instruction publique par M. J.-J. Rapet, inspecteur général de l'enseignement primaire. Partie du Maître*. Paris: Librairie des bibliothèques scolaires, Paul Dupont, éditeur, 41, rue Jean--Jacques-Rousseau (Hôtel des fermes), 1876.

BIBLIOTHÈQUE HISTÓRIQUE DE LA VILLE DE PARIS:

Rapet, Jean-Jacques. *Cours d'études des écoles primaires publié sous les auspices de S. Ex. M. le Ministre de l'instruction publique par M. J.-J. Rapet, inspecteur général de l'enseignement primaire. Partie du Maitre. Ce cours figure sur la liste des ouvrages autorisé pour les Bibliothèques scolaires, par arrêté de S. Exc. Le Ministre de l'Instruction Publique, en date du 28 février 1863.* Paris, Librairie des bibliothèques scolaires, Paul Dupont, éditeur, 41, rue Jean-Jacques-Rousseau (Hôtel des fermes), 1871.

BIBLIOTHÈQUE DIDEROT DE LYON

Rapet, Jean-Jacques e Michel, L. C. *Cours élémentaire de langue française*. Livre de l'Élève. Partie II, Conjugaison. Paris, Dezobry et E. Magdeleine, rue du Cloîte de St-Benoit, 1852.

Rapet, Jean-Jacques. *Cours d'études des écoles primaires*. Exercices et devoirs pour chaque jour de l'année. Deuxième cours. Livre de l'Élève. Paris, Dupont, rue Jean-Jacques Rousseau, 1879. [Curso completo para 12 meses]

BIBLIOTHÈQUE DE L'UNIVERSITÉ DE CERGY-PONTOISE - SAINT-GERMAIN--EN-LAYE

Rapet, Jean-Jacques. "Introduction: utilité et but des études pédagogiques". In: Charbonneau, Michel. *Cours théorique et pratique de pédagogie*. Paris, CH Delagrave, 1885.

BIBLIOTECA DO LIVRO DIDÁTICO – USP (São Paulo):

Pardal, Candido Matheus de Faria e Ortiz, José. *Grammatica analytica e explicativa da lingua portugueza*. 6 ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves, 1888.

REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA (Rio de Janeiro):

Gabinete Português De Leitura. *Catálogo suplementar dos livros do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1868.

Vergueiro e Pertence. *Compendio da grammatica portugueza accommodado ao uso das escolas*. Lisboa: Imprensa nacional, 1861.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro:

Série instrução pública, códices 10.4.2, 10.4.4, 10.4.9, 10.4.19, 10.4.25, 10.4.30, 10.4.31, 10.4.36, 10.4.37, 10.4.38, 11.1.4, 11.1.17, 11.2.7, 11.2.9, 11.2.10, 11.2.12, 11.1.17, 11.2.25, 11.2.26, 11.2.28, 11.3.6, 11.3.27, 11.3.28, 14.3.8, 14.3.18, 15.3.8, 15.3.9, 15.3.10, 15.3.11, 15.3.12, 15.3.13, 15.2.14.

Arquivo do Museu D. João VI - EBA - UFRJ

Livro de assentamentos de matrícula e concursos para professores (1833-1844)

Atas da Reforma dos Estatutos da Academia de Belas Artes (1831/1841)

Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II - NUDOM

Livro de matrícula dos empregados do Imperial Colégio de Pedro II

Apêndice 1

Quadro de professoras públicas primárias da Corte com base nos Relatórios dos Ministros do Império e da IGIPSC, Almanak Laemmert e Correio Oficial

N.	Ano nomeação	Nome	Freguesia	Movimentação
1	1834	Joaquina Maria da Conceição	Sacramento	Tomou posse em 17/10/1834 (Correio Oficial, 28/10/1834).
2	1835	Maria Joaquina de Lorena	Candelária	Obteve licença de 6 meses em 22 de dezembro de 1837 sendo substituída por Catharina Lopes Coruja (Correio Oficial, 19/01/1838).
3	1835	Polucena Maria da Conceição Cruz	Santana (1ªcad)	Posse (Correio oficial, 23/06/1835).
4	1835?	Maria Filadelfia de Bustamente Fernandes Pinheiro	São Jose	Professora em 1835 (Correio Oficial, 5/08/1835); Faleceu em 1836 (Correio Oficial, 11/11/1836).
5	1835	Anna Joaquina de Oliveira e Silva	Sacramento (1ªcad)	Relatório da IGIPSC e Correio Oficial (ela entrou depois das três primeiras nomeado no mesmo ano, em dezembro de 1835); falecida em 20/08/1861.
6	1837	Francisca de Paula Moraes e Lima	Santa Rita (1ªcad)	Jubilada em 15/04/1871.
7	1837	Delfina Joaquina de Gouvea	Glória (1ªcad)	Nomeado por decreto de 20/04/1837 (Correio Oficial, 10/05/1837); licença de seis meses para tratar saúde (Correio Oficial, 20/08/1839); Rachel do Espirito Santo Lira e Freitas foi aprovada para substituir Delfina durante sua licença (Correio Oficial, 9/11/1839).
8	1837	Thereza Fortunata da Silva	Gloria Removida para S. José (1ªcad)	Nomeada em 1837 para cadeira da Glória (Correio Oficial, 18/02/1837); Jubilada em 28/12/1863.
9	1841	Clara Maria da Gloria Ribeiro	S. Cristóvão (1ªcad)	Jubilada em 1868.

10	1843	Catharina Lopes Coruja	Candelária	Jubilada em 17/01/1874.
11	1854 ? (AL)	Umbelina Maria da Cruz e Almeida (Conceição Cruz? AL)	Santana (1ªcad)	Interina em 1854 e regente em 1855.
12	1851? (AL)	Marianna Joaquina da Fonseca	Paquetá	-
13	1853	Anna Euqueria Lopes Alvares	Lagoa	-
14	1855	Francisca Albina Ferreira	Gloria	Regeu interinamente a cadeira da Glória antes de ser nomeada (AL, 1855); Removida em 1858 para Paquetá; Removida em 1862 para Sacramento; Jubilada em 27/07/1866.
15	1855	Elisa Tanner	Sant'Anna	Removida em 1872 para Santo Antonio (1ª cad); Jubilada em 14/01/1888.
16	1855	Eulália Emilia Nervi	S. Antonio	Pediu demissão em 1856 ou 1857.
17	1855	Maria Thomazia de Oliveira e Silva	Paquetá	Declarou que não poderia ficar na freguesia de Paquetá por razões de família; Nomeada em 6/11/1855 para o Engenho Velho (2ª cad.).
18	1855	Amália Justa dos Passos Coelho Amália Justa dos Passos Coelho e Silva (1890)	Paquetá	Removida em 1857 para S. Antonio; Permuta em 1872 para Sant'Anna (1ª cad.); Permuta em 1879 para Engenho Velho (3ª cad.); Jubilada em 15/12/1890 (Relatório da Instrução Pública, correios e telégrafos de 1891).
19	1856	Anna Joaquina da Costa Passos	Ilha do Governador	Removida em 1858 para Sant'Anna (2ªcad); Falecida em 12/01/1869.
20	1857	Joanna Amalia de Andrade	Paquetá	Nomeada professora adjunta em 12/11/1855; Removida em 1858 para Gloria (1ª cad.); Sofre processo disciplinar em 1862/1863 e durante o período em que esteve impedida de lecionar foi substituída por Angelica de Athayde Jordão.
21	1858	Luiza Candida de Mendonça Cardoso	Sacramento (2ªcad)	-

22	1858	Delphina Rosa da Silva Vasconcellos	Santa Rita (2ªcad)	Nomeada adjunta em 27/03/1858; Removida em 1866 para 1ª cad. da freguesia do Divino Espírito Santo; Jubilada em 23/03/1884.
23	1858	Maria Antonia da Luz Franco ou, em 1859, Maria Antonia Martins Franco	Ilha do Governador	Removida em 1858 para Ponta do Caju (ou 2ª cad de S. Christovão); Demitida em 1860.
24	1858	Theresa de Jesus Araujo Sampaio	Ilha do Governador	Pediu demissão em 1858.
25	1858	Luiza Ferreira Sampaio	Sacramento (2ªcad)	-
26	1859	Angelica de Athayde Jordão	Ilha do Governador	Nomeada adjunta em 31/01/1859; Exonerada em 1860 pelo seu "estado valetudinário" (era adjunta); Nomeada em 1862 para S. Cristóvão (3ªcad); Esteve em 1862 e 1863 lecionando na Gloria; Removida em 1866 para Sacramento (1ªcad); O AL de 1880 registra regência na 2ª cad. da Lagoa.
27	1861	Deolinda Maria da Cruz e Almeida Araujo	S. Cristóvão (2ªcad), também chamada Ponta do Caju.	Removida em 1877 para Engenho Velho (1ª cad.); Jubilada em 14/01/1888.
28	1862	Maria da Gloria de Almeida Feijó Em 1871 registra mudança de nome para Maria da Gloria Lacé de Alvarenga	Paquetá	Removida em 1866 para S. Cristóvão (3ªcad.); Removida em 1871 para Engenho Velho (1ª cad.); Removida em 1877 para Cristóvão (2ªcad.); Jubilada em 26/10/1878.
29	1863	Alcida Brandelina da Costa Seixas	S. José	Nomeada adjunta em 10/11/1855; O AL de 1862 registra que quando adjunta regeu interinamente a 1ª cad. de Sacramento; Removida em 1866 para Santa Rita (2ª cad.); Exonerada, a pedido, em 20/09/1870 (por motivo de moléstia).

30	1864	Maria José dos Santos Lara	Ilha do Governador	Nomeada adjunta em 28/05/1863; O AL de 1864 registra que quando adjunta regeu interinamente a cadeira da Ilha do Governador; Removida em 1869 para S. Cristóvão (1ªcad); Removida em 1871 para Santa Rita (1ªcad). Jubilada em 23/09/1890 (Relatório da Instrução Pública, correios e telégrafos de 1891).
31	1865	Mathilde Carolina da Silveira Em 1866, por motivo de casamento (com José Joaquim da Costa Ferreira em 24/05/1866), passa a se chamar Mathilde Carolina Ferreira.	Divino Espírito Santo	Nomeada adjunta em 25/06/1858; Removida em 1866 para S. José; Removida em 1875 para Campo Grande; Exonerada em 1875.
32	1866	Flavia Domitilla de Carvalho/ Flavia Maciel	Paquetá	Nomeada adjunta em 18/06/1863; Removida em 1871 para Sant'Anna (3ª cad.);
33	1869	Thereza Leopoldina de Araújo Em 1881 consta Thereza Leopoldina de Araújo Jacobina	Jacarepaguá	Nomeada adjunta em 1865; Removida em 1871 para Santa Rita (2ª cad.); Removida em 1881 para Gloria (2ª cad.); Falecida em 31/03/1884.
34	1870	Maria Leopoldina Ferreira	Ilha do Governador	Era professora particular segundo consta no Relatório da IGIPSC de 1869.
35	1870	Anna Alexandrina de Vasconcellos Medina	Guaratiba	Era adjunta (1866 ou 1867?); Não tomou posse e foi removida em 1870 para Campo Grande; Removida em 1871 para S. Cristóvão (1ª cad.); O AL de 1878 registra regência na 3ª cad. do Espírito Santo.
36	1870	Maria Nazareth dos Santos Garrocho	Guaratiba	Nomeada adjunta em 8/11/1862; Removida em 1871 para S. Cristóvão (3ª cad.); Falecida em 06/08/1873.
37	1871	Josepha Thomazia da Costa Passos	Santa Rita (3ª cad)	Nomeada adjunta em 3/06/1864 (chamava-se Josepha Thomazia Gomes); Removida em 1872 para Engenho Velho (3ª cad.); Removida em 1879 para Sant'Anna (1ª cad.).

38	1871	Amália Emilia da Silva Santos	Gloria (2ªcad.)	Nomeada adjunta em 1/06/1866; Removida em 1881 para Santa Rita (2ª cad). Sofreu processo disciplinar e foi punida com suspensão de 3 meses (Relatório da IGIPSC de 1883).
39	1871	Zulmira Elizabeth da Costa Cirne	Sant'Anna (2ªcad.)	Nomeada adjunta em 3/06/1864 (chamava-se Zulmira Elizabeth da Costa Passos); Jubilada em 15/12/1890 (Relatório da Instrução Pública, correios e telégrafos de 1891).
40	1871	Gertrudes Mathilde da Silveira Em 1879 consta como Gertrudes da Silveira Cardoso	Campo Grande	Nomeada adjunta em 1867; Removida em 1875 para São José; Falecida em 1879.
41	1871	Maria Benedita Lacé Brandão	Santo Antonio (2ªcad.)	Removida para Engenho Velho (5ª cad.) (1884?); Removida em 1888 para Santo Antonio (1ªcadeira de meninos).
42	1871	Maria Gomes Santarém	Inhaúma	Removida em 1874 para 1ª cad. do Engenho Novo.
43	1871	Luiza Joaquina de Queiroz Paiva Mendes	Engenho Velho (2ªcad.)	Removida em 1872 para Santa Rita (3ª cad).
44	1871	Luiza Celestina Velloso	Paquetá	Nomeada adjunta em 30/06/1865 (chamava-se Luiza Celestina Canut); Por motivo de doença sua escola foi regida pela adjunta Candida Antonia Martins em 1872 (relatório de 1871 datado de 1872); Removida em 1874 para Lagoa (1ªcad.); Removida para Gávea (1876?); Jubilada em 25/09/1886.
45	1871	Francisca da Gloria Dias O AL de 1873 registra Francisca da Gloria Dias Major. O AL registra outro sobrenome a partir de 1880: Francisca Dias de Alvarenga Cunha.	Irajá	-

46	1872	Adelina Amelia Lopes Vieira	Espírito Santo (2ªcad.)	-
47	1872	Claudina de Paula Menezes	São José (2ªcad.)	-
48	1872	Eudoxia Brasília da Costa	Jacarepaguá	Ficou doente em 1872 e a escola ficou regida pela professora adjunta Maria Fortunata C. S. Amazonas e pela professora particular Eduviges Carolina da Silva (relatório de 1871 datado de 1872); Removida em 1874 para S. Cristóvão (3ªcad.); Removida para São José (3ª cad.) (1878?); Falecida em 06/05/1884.
49	1872	Thereza Maria de Jesus Bastos	Guaratiba	-
50	1872	Polycena de Menezes Dias da Cruz Araujo	Santa Cruz	Removida em 1874 para Lagoa (3ªcad.); O AL de 1880 registra regência na 1ª cad. de Sacramento; Falecida em 1882.
51	1874	Guilhermina Emilia da Rocha, posteriormente passou a se chamar Guilhermina Azambuja Neves	Candelária	Nomeada adjunta em 1/06/1866; Removida em 1882 S. Cristóvão (4ªcad.); Falecida em 18/06/1883.
52	1874	Maria Fortunata Siqueira Amazonas Gomes da Silva	Jacarepaguá (1ªcad.)	Nomeada adjunta em 31/01/1863 (se chamava Maria Fortunata Cardoso de Siqueira Amazonas).
53	1874	Augusta Castelloes O AL registra o nome Augusta Castellões Fernandes da Costa	Paquetá	Nomeada adjunta em 11/03/1868; O AL de 1878 registra regência na 4ª cad. de Santana.
54	1874	Thereza de Alcântara da Costa Pereira Seria Thereza de Alcantara Lobo quando solteira, aluna da escola da gloria em 1866?	Inhaúma	Thereza de Alcantara Lobo foi nomeada adjunta em 1/06/1866; Removida em 1884 para Sant'Anna (2ª cadeira de meninos); Removida em 1886 para Lagoa (1ª cadeira de meninos); Removida em 1888 para Gloria (2ª cadeira de meninos).

55	1874	Eudoxia dos Santos Marques Dias	Jacarepaguá (2ªcad.)	Foi aluna de Amália Justa dos Passos Coelho como consta no relatório de 1869. Foi aprovada com distinção no exame desse ano; Nomeada adjunta em 1/07/1870; Removida para Santo Antonio (3ª cad.) (1878?); O AL de 1885 registra regência na 2ª cad. de Santo Antonio.
56	1875 (AL)	Theresa Carolina Mirandella	Guaratiba (1ª cad. de meninos)	AL de 1881 registra na cadeira de meninas de Guaratiba; AL de 1888 registra na Candelária (meninos ou meninas?)
57	1875	Mathilde Carolina da Rocha	Santa Cruz	Removida em 1876 para S. Cristóvão (4ªcad.); Removida em 1878 para Paquetá; Exonerada em 12/10/1878.
58	1876	Maria Arabella Fortes Guimarães	Campo Grande	Nomeada adjunta em 1/06/1866 (chamava-se Maria Arabella de Castro Tostes).
59	1877	Anna Camilla Alves Nogueira	Guaratiba	Falecida antes de tomar posse.
61	1877	Adelaide Augusta da Costa AL registra Adelaide Augusta da Costa e Silva a partir de 1884	Paquetá	Nomeada adjunta em 31/07/1873; Removida em 1878 para S. Cristóvão (4ªcad.); Removida em 1882 para Candelária; Faleceu em 1884/1885 (Relatório da IGIPSC de 1884).
62	1877	Maria Magdalena da Silveira Faria Posteriormente passou a se chamar Maria Magdalena da Silveira Carmo	Jacarepaguá (3ªcad.) AL registra como 2ª cadeira e não remete a existência de uma 3ª cad.	Removida para Engenho Velho (4ªcad.) (1880?); Exonerada em 29/09/1886.
63	1878 (AL)	Anna Jacintha da Conceição Dias	Sacramento (3ª cad.)	Nomeada adjunta em 5/08/1871.
64	1878 (AL)	Elvira Cesar Elvira Cesar Piragiba (AL, 1879)	Engenho Novo (2ª cad.)	-
65	Entre 1877 e 1879	Anna América da Rocha e Souza	S. Cristóvão (1ª cad.)	Foi aluna de Amalia Justa dos Passos Coelho como consta no relatório de 1869; Nomeada adjunta em 1/07/1870; Removida em 31/05/1879 para São José (1ªcad.).

66	Entre 1877 e 1879	Marianna Angélica Loureiro Fernandes	Santa Cruz	Removida em 31/05/1879 para S. Cristóvão (2ªcad.).
67	1879	Eduviges Carolina da Silva	Paquetá	Nomeada adjunta em 31/07/1874.
68	1879	Leobina Cardoso Rodrigues Lima	Santa Cruz	Nomeada adjunta em 1878; Falecida em 08/06/1883.
69	1881	Felisdora America da Rocha e Souza	São Cristóvão (2ªcad.)	Foi aluna de Amalia Justa dos Passos Coelho como consta no relatório de 1869; Nomeada adjunta em 6/10/1871; Removida para S. Cristóvão (1ªcad.) entre 1881 e 1884; Removida em 1884 para Gloria (2ª cad.).
70	1881	Carolina Gabriela de Paula Dias Carolina Dias da Silva Braga – 5ª cad Santana (1885, AL)	Sant'Anna (5ªcad.)	Nomeada adjunta em 12/08/1869.
71	1881	Josephina de Medina Coeli Barboza	Guaratiba (2ªcad.)	Nomeada adjunta em 5/08/1871; Removida em 22/09/1883 para Santa Cruz e procedeu a exame em 1883 para ser removida para Guaratiba; Removida em 1885 para Santa Cruz (cadeira de meninos). (prestou exame exigido pelo art 19 do decreto de 11/08/1883 – relatório do Ministro do Império de 1885).
72	1881	Florisbella Moratório de Azambuja Neves	Lagoa (1ªcad.)	Nomeada adjunta em 5/08/1871 (chamava-se Florisbella Galdina Moratorio); Removida em 1888 para Lagoa (1ª cadeira de meninos). O AL de 1889 registra regência na 1ª cad. de meninos de Santana.
73	Entre 1877 e 1881	Rozalina Frazão O AL registra nessa data o nome de Rosalina Cardoso da Silva Campos	Gloria (3ª cad.)	-
74	1883	Thereza de Jesus Pimentel AL depois passa a registrar o nome Thereza Pimentel do Amaral	Ilha do Governador (1ªcad. do sexo masculino)	Aprovada plenamente no exame de instrução religiosa da Escola Normal (Relatório de 1881); Nomeada adjunta em 16/03/1883; Removida em 1884 para Santo Antonio (3ª cad.); O Relatório de 1887 registra que apresentou diploma da escola normal de acordo com o decreto 8985 de 11/08/1883, art. 20.

75	1883	Amélia Augusta Fernandes Amélia Fernan-des da Costa	Guaratiba (1ªcad. do sexo mascu-lino)	Nomeada adjunta em 31/07/1873; Removida em 1884 para S. Cristóvão (1ª cad.); Removida em 1884 para Candelária; Em 6/06/1888 foi exonerada do cargo de professora da escola da Candelária por não se enquadrar no decreto n. 8985, sendo no dia seguinte nomeada adjunta efetiva. Obteve a habilitação na Escola nor-mal e foi reintegrada a cadeira em 2/05/1889.
76	1883	Adelina Doyle Silva	Sacramento (1ªcad.)	Adjunta interina nomeada em13/03/1883; Apresentou habilitação pela Escola Normal e por isso foi considerada professora efetiva (Relatório do Ministro do Império de 1888).
77	1883	Maria Elvira de Figueiredo Tei-xeira da Fonseca	Guaratiba (2ªcad.)	Nomeada adjunta em 11/05/1883; Removida em 1884 para São José (3ª cad.); O Relatório de 1887 registra que apresentou diploma da escola normal de acordo com o decreto 8985 de 11/08/1883, art. 20.
78	1884 (AL)	Ana Dias Vieira	Sacramento (3ª cad.)	-
79	1884	Josephina Carlota Paulina Castagnier Em 31/12/1884, Josephina Cas-tagnier Ferreira	S. Cristóvão (4ªcad.)	Faleceu em 1884/1885 (Relatório de 1884).
80	1885	Amélia Frazão de Araújo Cabrita	S. Cristóvão (4ªcad.)	Exonerada em 25/01/1889.
81	1885	Maria Dias França	S. Cristóvão (4ªcad.)	Nomeada adjunta em 1883? O AL de 1888 registra regência na 1ª cad. de Santana; Apresentou habilitação pela Escola Normal e por isso foi considerada professora efetiva (Relatório do Ministro do Império de 1888).
82	1885	Stella Nahon Registro em 1888 da mudança de nome para Stella Lindheimer	Engenho Novo (3ªcad.)	Aprovada plenamente no exame de aritmética da Escola Normal (Relatório de 1881); nomeada adjunta em 13/03/1883; Removida em 1888 para Santo Antonio (1ª cad.); O Relatório de 1887 registra que apresentou diploma da escola normal de acordo com o decreto 8985 de 11/08/1883, art. 20.
83	1885	Maria Amélia Fernandes	Inhaúma	Nomeada adjunta em 1879; Removida para São José (3ª cad.); O Relatório de 1887 registra que apresentou diploma da escola normal de acordo com o decreto 8985 de 11/08/1883, art. 20.

84	1885	Angelina Sandoval Castrioto Pereira	Guaratiba (2ªcad.)	Nomeada adjunta em 10/03/1885; O Relatório de 1887 registra que apresentou diploma da escola normal de acordo com o decreto 8985 de 11/08/1883, art. 20.
85	1885	Maria José de Medina Coeli Ribeiro	Guaratiba (1ªcadeira de meninos)	Nomeada adjunta em 31/07/1873; Removida em 1886 para Santa Cruz; O Relatório de 1887 registra que apresentou diploma da escola normal de acordo com o decreto 8985 de 11/08/1883, art. 20.
86	1885	Catharina Mattoso Forte da Silva	Paquetá (meninos)	Nomeada adjunta em 1878; O Relatório de 1887 registra que apresentou diploma da escola normal de acordo com o decreto 8985 de 11/08/1883, art. 20.
87	1885	Olympia Francisca Proença	Santa Cruz	Nomeada adjunta em 20/05/1884; Exonerada em 17/07/1886.
88	1886 (AL)	Virginia Pinto Cidade	Engenho Velho (4ª cad.)	Nomeada adjunta em 1880.
89	1889 (AL)	Theodora de Souza Teixeira Mendes	Gloria (2ª cad.)	-

Apêndice 2

Quadro de professores públicos primários da Corte com base nos Relatórios dos Ministros do Império e da IGIPSC, Almanak Laemmert e Correio Oficial

N.	Ano de nomeação	Nome	Freguesia	Movimentação
1	1818 1837	Venancio José da Costa	Santa Rita (Correio Oficial) Paquetá	Nomeação em 9/07/1818 (Cardoso, 2002); Transferência para Paquetá em 19/12/1837 (Correio Oficial, 19/01/1838); suspensão de pagamento por "não tomar conta de sua cadeira" e ordem para o diretor procurar um substituto (Correio Oficial, 16/06/1838); jubilado em 05/12/1856.
2	1823	Luis Antonio da Silva Barata	São José	Decreto de 24/02/1823 (CARDOSO, 2002); falecido segundo Correio Oficial de 15/02/1837.
3	1824	Simão Bernardino Costa Passos	São José Engenho Velho	Era professor substituto da cadeira de São José para a qual foi indicado pelo professor regente (Diário do Rio de Janeiro, 22/06/1824); o Correio Oficial registra Simão como professor do Engenho Velho (Correio Oficial, 31/03/1835).
4	1833	Manoel Joaquim Soares Miranda	Campo Grande	Aula criada em 28/06/1833 (CARDOSO, 2002); pede demissão em 1836 (CO 19/12/1836).
5	1832? (ou antes)	João José Pereira Sarmento	Santana	Nota que registra a docência em 1832 no Diário do Rio de Janeiro de 14/06/1832; Morreu em 1852(Diário do Rio de Janeiro, 21/05/1852).
6	1833	Luis José de Mello	Lagoa	Nomeação citada por Cardoso (2002); Morte em 1855 (Correio Mercantil, 9/02/1855).
7	1833? (ou antes)	Padre Francisco José Alves da Silva	Paquetá	Exonerado do cargo de professor por não poder conciliar com o de vigário (Correio Oficial, 3/10/1833); decreto que conde demissão do cargo de professor (Correio Oficial, 27/01/1837).
8	1834 1837 (relatório)	Francisco Joaquim Nogueira Neves	Sacramento Gloria	Professor da Escola do Ensino Mútuo criada por decreto de 13 de abril de 1823 (Almanach do Rio de Janeiro, 1824); Prestou juramento o professor da Escola Nacional de Ensino Mutuo da Freguesia de Sacramento, em 5/12/1834 (Correio Oficial, 18/12/1834); mudança de escola para Glória (Correio Oficial, 14/06/1837); Jubilado em 5/10/1861.

9	1834	José de Moraes	Ilha do Gov. (1ª cad.)	Falecido em 28/10/1859.
10	31/01/1835	José Gonçalves Rodrigues	Irajá	Suspenso em 1838 e Severo Francisco Ramalho o substituiu durante a suspensão (Correio Oficial de 1838, ed. 61); um juiz de paz considera a situação como abandono de emprego (Correio Oficial, 17/03/1838); ordem para ser substituído por Fernandes Rodrigues da Silva (Correio Oficial de 1838, ed. 133); José Antonio de Castro consta como substituto (Correio Oficial de 1841 ed. 46).
11	1835?	Felizardo Joaquim da Silva Moraes	Candelária	Consta em lista de professores de documento de 1835 (AGCRJ, códice 10.4.4, f.2, 1835); morte em 1854 (Correio Mercantil, 8/04/1854).
12	17/04/1837	José Maria Mafra	São José	Era professor público da Vila de Paraty e pediu remoção para freguesia de São José ou Glória na Corte (Correio Oficial, 12/06/1835; 7/03/1837); decreto de remoção para São José (Correio Oficial, 25/04/1837).
13	1837	Joaquim Sabino Pinto Ribeiro	Glória	Nomeação para cadeira da Glória em 17/04/1837 (Correio Oficial, 25/04/1837); Professor da Escola Normal de Ensino Mútuo de Sacramento (Correio Oficial, 16/10/1837); Removido em 1855 de Sacramento para Inhaúma; Removido em 1857 de Inhaúma para Ponta do Caju (também chamada de 2ª cadeira de S. Cristóvão); Jubilado em 28/03/1863.
14	1837	Francisco Antonio Augusto de Sá	Inhaúma	Provido na cadeira de Inhaúma por portaria de 19/12/1837 (Correio Oficial, 19/01/1838); Removido em 1855 de S. José para S. Antonio; Falecido em 28/11/1866.
15	1837	Candido Matheus de Faria Pardal	Santa Rita	Foi professor de desenho do colégio Pedro II e professor de caligrafia do Instituto Comercial da Corte (AL); Jubilado em 8/7/1874.
16	1837	Bernardino Jose de Sena	Campo Grande	Provido na cadeira de Campo Grande por portaria de 19/12/1837 (Correio Oficial, 19/01/1838); prestou juramento e tomou posse em 119/01/1838 (Correio Oficial, 27/01/1838).
17	1837	Estevão José Pires	Guaratiba (1ªcad.)	Falecido em 1/07/1863.
18	1838	Reverendo João Soares de Lima e Mota	São Cristóvão	Nomeado interinamente (Correio Oficial de 1838, ed. 133).

19	1842	Manoel Joaquim da Silveira	Jacarepaguá	Jubilado em 8/10/1864.
20	1842	João Antunes da Costa e Silva	Santa Cruz	Removido em 1858 para Sant'Anna; Removido em 1861 para Gloria; Falecido em 06/03/1863.
21	1848	Joaquim José Cardoso de Siqueira Amazonas	S. Christovão (1ªcad)	Falecido em 26/04/1866.
22	1849	Francisco Alves da Silva Castilho	Campo Grande	Jubilado em 12/02/1887.
23	1849	João José Moreira	Inhaúma (AL, 1851).	Removido em 1855 de Inhaúma para Sant'Anna; Falecido em 16/08/1873.
24	1849	João Rodrigues da Fonseca Jordão	Irajá	Cadeira provida por decreto de 20/09/1849 (Correio Mercantil, 14/10/1849); removido em 1855 de Irajá para S. José; removido em 1856 para Lagoa; removido em 1864 para Sacramento (1ªcad.); recebeu titulo de capacidade para ensinar língua latina em 21/06/1872; jubilado em 14/02/1879.
25	1850 AL	Antonio Gonçalves Teixeira e Souza	Engenho Velho	Aparece como professor público no AL até 1855.
26	19/08/1852	Ermelindo José Exposto	Santana	Fez concurso e substituiu a cadeira vaga por morte do professor Sarmento, sendo nomeado em 1852 (Diário do Rio de Janeiro 9/09/1852); falecido em 1855 (Diário do Rio de Janeiro, 17/01/1855).
27	1855	Joaquim Fernandes da Silva	Lagoa	Removido em 1856 para S. José; Removido em 1867 para S. Antonio; em aviso de 1/04/1867 o governo autorizou o professor a abrir uma aula de musica vocal para seus alunos as suas custas; Jubilado em 14/01/1888.
28	1855	Luiz Thomaz de Oliveira	Candelária	Removido em 1863 para Gloria; Falecido em 03/08/1864.
29	1855	João Ferreira Moscoso	Engenho Velho	Jubilado em 15/04/1871.
30	1855	Polycarpo José Dias da Cruz	Sacramento	Demitido em 18/03/1858.
31	1856	José Theodoro Burlamaque	Irajá	-

32	1856	Marcos Bernardino da Costa Passos	Ilha do Governador	Segundo AL de 1855, regeu interinamente a cadeira da Candelária; Removido em 1858 para Sacramento; Removido em 1863 para S. Christovão (2ªcad.); falecido em 31/08/1865.
33	1857 1865	Antonio Joaquim de Miranda	Guaratiba (2ªcad.) Guaratiba (1ªcad.)	Foi Aluno da Academia de Belas Artes (Correio Mercantil, 21/12/1852); Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1855, 1863); falecido em 29/10/1866.
34	1857	Joaquim José de Souza Ribeiro	Paquetá	Nomeado em 1864 para Jacarepaguá; Removido em 1871 para Campo Grande (2ª cad.) ; Removido para Sant'Anna (3ª cad.) por decreto de 25/10/1876 (AL de 1877); jubilado em 30/09/1884.
35	1858	Antonio Pinto da Costa de Souza Brandão	Inhaúma	Falecido em 1868.
36	1858	Antonio Ignácio de Mesquita Júnior	Sacramento (2ªcad.)	Professor adjunto nomeado em 24/01/1856 (Relatório da IGIPSC de 1856); falecido em 18/07/1873.
37	1858	José Bernardes Moreira	Santa Rita (2ªcad.)	Jubilado em 14/01/1888.
38	1858	João Marciano de Carvalho	Ilha do Gov. (2ªcad.)	Estudou na Escola Normal da Província (Diário do Rio de Janeiro, 9/02/1846); Removido em 1862 para Santa Cruz; Jubilado em 10/02/1884.
39	1858 1863	João da Matta Araujo	Santa Cruz Candelária	- Permutou em 1861 com Antonio Cypriano para Ilha do Gov. (1ªcad.); Removido em 1863 para Candelária; Removido em 1871 para Gloria (2ªcad.); Jubilado em 19/06/1886.
40	1859 1863	Antonio Cypriano de Figueiredo Carvalho	Guaratiba (2ª cad.) Ilha do Gov. (2ªcad.)	Removido em 1860 para Ilha do Gov. (1ªcad.); Permutou com João da Matta em 1861 para Santa Cruz, tendo pedido demissão desta cadeira em 5/07/1862; Nomeado em 1863 para Ilha do Gov. (2ªcad.); Removido em 1865 para Lagoa; Removido em 1874 para Gloria(1ª cad); Removido da 1ª para 2ª cadeira da Gloria (AL); Permuta com Frazão em 1884 da Gloria (3ª cad.) para Lagoa (1ª cad.); Jubilado em 13/03/1886.
41	1860	Joaquim Antonio da Silva Bastos	Guaratiba (2ªcad.)	Jubilado pela prefeitura em 1897 (Cidade do Rio, 25/11/1897).

42	1861	José Joaquim Xavier	Sant'Anna (2ªcad.)	Foi professor adjunto (1856-1861, Relatório IGIPSC); Jubilado em 19/07/1884.
43	1863	Manoel José Pereira Frazão	Sacramento (1ªcad.)	Aluno da Escola Central (Correio Mercantil, 6/11/1860); Removido em 1864 para Gloria; Removido em 1874 para Lagoa; Permuta com Cypriano em 1884 para Gloria (3ª cad.).
44	1863	Gustavo José Alberto	Engenho Velho (2ªcad.)	Removido para Espirito Santo (1ªcad.) entre 1865 e 1869 (Registro no AL de 1867); aposentando em 1896 (A notícia, 16 e 17/06/1896).
45	1865	João Pedro de Medina Coeli Mariz Sarmento	Ilha do Gov. (1ªcad.)	Removido em 1865 para S. Christovão (2ªcad.); Removido em 11/05/1866 para S. Christovão (1ªcad.); Falecido em 17/10/1866.
46	1865	Olympio Catão Viriato Montez	Ilha do Gov. (2ªcad.)	Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1863-1865); Removido em 1866 para Lagoa (2ªcad.); Removido em 1868 para Paquetá ; Removido em 1870 para Guaratiba; Removido em 1874 para Paquetá; Removido em 1881 para Jacarepaguá (2ª cad.); faleceu em 1886 (Gazeta de notícias, 9/12/1886).
47	1865	Antonio Candido Rodrigues Carneiro	Paquetá	Removido em 1866 para S. Christovão (2ªcad.); Removido em 1872 para São José (2ªcad.) Jubilado em 30/09/1890.
48	1865	José Gonçalves Paim	Ilha do Gov. (1ªcad.)	Aluno da escola pública de São Cristovão aprovado com distinção em 1856 (Correio mercantil, 30/12/1856); Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1859-1864); Removido em 11/05/1866 para S. Christovão (2ªcad.); Removido em 31/10/1866 para S. Christovão (1ªcad.).
49	1866	João Pedro dos Santos Cruz	Ilha do Gov. (2ªcad.)	Estudou na Academia de Belas Artes (O Correio da Tarde, 20/12/1861; (Diário do Rio de Janeiro, 10/06/1863)); Removido em 1866 para S. Antonio; Removido em 1867 para S. Jose; Nomeado em 1884 para Ilha do Gov. (1ªcad.); morte em 1901 (Gazeta da tarde, 8/07/1901).
50	1867	Antonio Estevão da Costa e Cunha	Ilha do Gov. (2ªcad.)	Aluno do curso de farmácia da Faculdade de medicina (Correio da Tarde, 21/11/1859); Em 1872 regeu interinamente a cadeira de Sant'Anna; O AL de 1878 registra em Sacramento; Removido em 1879 de Sacramento (3ª cad.) para Engenho Velho (1ªcad.); Removido em 1881 para Ilha do Governador (3ª cad.). Jubilado em 30/09/1890.

51	1867	José Antonio de Campos Lima	Paquetá	Professor adjunto da escola de Santa Rita (Relatório IGIPSC 1860-1866); Removido para (2ªcad.) Lagoa entre 1867 e 1869; Removido em 1875 para Candelária. A escola da Candelária foi fechada em 1880 por ter somente 4 alunos e o professor removido para Sacramento (1ªcad.); Jubilado em 18/05/1886. No AL de 1865 aparece registro de que regeu enquanto adjunto a cadeira de S. José.
52	1867	João Correa dos Santos	Ilha do Gov. (1ªcad.)	Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1860-1867); Falecido em 30/06/1883.
53	1867	Jose Joaquim Pereira de Azurara	Guaratiba	Removido em 05/1870 para Paquetá; Demitido em 02/07/1872.
54	1867	Amando de Araújo Cintra Vidal	Inhaúma	Professor adjunto (Relatório da IGIPSC 1861-1867).
55	1868	Francisco Fernandes Machado	Sacramento (1ª cad.)	-
56	1871	José João de Povoas Pinheiro	Engenho Velho (1ªcad.)	Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1864-1869); Removido em 1879 para Sacramento (3ª cad.).
57	1871	Carlos Antonio Coimbra de Gouvea	Engenho Velho (2ªcad.)	Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1866-1870); jubilado em 1896 (Gazeta de noticias, 8/02/1903).
58	1871	Antonio José Marques	Candelária	Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1862-1869); Removido em 1875 para Lagoa (2ª cad.); Removido em 1880 para Santa Rita (1ª cad.); Jubilado em 14/01/1888.
59	1871	David José Lopes	Paquetá	Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1867-1870); Removido para Jacarepaguá (2ª cad.) entre 1871 e 1872; Removido em 1874 para Jacarepaguá (1ª cad.); Jubilado da 1ª cadeira de Jacarepaguá em 25/05/1886.
60	1872	Carlos Augusto Soares Brazil	Espírito Santo (2ªcad.)	Morte em 1879 (Gazeta de Notícias, 7/11/1879).

61	1872	Augusto Candido Xavier Cony	Jacarepaguá (1ª cad.)	Aluno da aula de desenho do Liceu de Artes e Ofícios liceu (Correio Mercantil, 19/03/1858); estudou no Instituto Comercial da Corte (Diário do Rio de Janeiro, 20/12/1863); Removido em 1873 para Sant'Anna (1ª cad.); jubilado pela prefeitura em 1897 (Cidade do Rio, 25/11/1897).
62	1872	Philippe de Barros Vasconcellos	Jacarepaguá (3ª cad.)	Removido em 1873 para Lagoa (2ª cad.), mas por falta de prédio estava provido na de S. Christovão (2ª cad.); Em 1874 consta na (2ª cad.) Engenho Novo; Removido para 3ª cadeira do Engenho Velho (AL, 1884); Nomeado em 1885 para Engenho Velho (1ª cad.).
63	1872	Januário dos Santos Sabino	Paquetá	Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1862); Removido em 1874 para Santa Rita (1ª cad.); Regeu interinamente a 3ª cad. de S. Christovão segundo AL, 1879; Removido em 1880 para Lagoa (2ª cad.); morte em 1900 (O Paiz, 23/10/1900).
64	1873	Candido Baptista Antunes	Santo Antonio (2ª cad.)	Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1866-1873); aluno do Instituto Comercial (Diário do Rio de Janeiro, 14/12/1874; O Globo, 15/12/1874); Lotado na 1ª cadeira de Jacarepaguá segundo AL (1874), mas regendo interinamente a 2ª escola de Sacramento; jubilado em 1897 (Gazeta de Notícias, 8/02/1903).
65	1874	José Alves da Vizitação	Engenho Novo (2ªcad.)	Aluno da escola de freguesia da Glória examinado em 1865 (Correio Mercantil, 24/12/1865); Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1866-1873); Consta como 1ª cadeira no AL, 1875; morreu em 1919 (Jornal do Brasil, 26/02/1919).
66	1875	Antonio Pinheiro do Aguiar	Santana (3ª cad.)	Informação do Almanak Laemmert (1875).
67	1875	Luiz Augusto dos Reis	Gávea	Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1870-1875); Removido em 1880 para S. Christovão (2ª cad.); Removido em 1886 para Sant'Anna (2ª cad.); jubilado em 1897 (Gazeta de Notícias, 8/02/1903).
68	1875	Augusto José Ribeiro	Guaratiba (3ª cad.)	Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1871-1875).

69	1875	Jorge Roberto da Costa	Jacarepaguá (3ª cad.)	Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1871-1875); Removido em 1883 para S. Christovão (3ª cad.); Jubilado em 15/12/1890.
70	1875	Francisco José Gomes da Silva	Jacarepaguá (1ª cad.)	Removido em 1889 para S. Christovão (2ª cad.); Jubilado em 15/12/1890.
71	1875	Agostinho José Soares Brazil	Guaratiba (1ª cad.)	Regendo a 1ª cadeira de Santa Rita no AL de 1878.
72	1875	Antonio Joaquim Teixeira de Azevedo	Ilha do Governador (2ª cad.)	Regendo a 3ª cad. de São Christovão no AL de 1878.
73	1877 AL	José Joaquim de Amorim Carvalho	Gloria (3ª cad)	Removido da Gloria (3ª cad.) em 1882 para Paquetá; Exonerado em 27/01/1883.
74	Não localizado	José da Silva Santos	Não localizada	Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1869-1874); AL de 1878 registra sua regência na 2ª de Campo Grande. Removido em 1880 de Campo Grande (2ª cad.) para Sacramento (2ª cad.); jubilado em 1897 (Gazeta de Notícias, 8/02/1903).
75	Não localizado	Domingos José Lisboa	Não localizada	Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1868-1874); AL de 1878 registra sua regência na 2ª da Ilha do Governador. AL de 1880 registra que regeu interinamente a 2ª cad. do Espírito Santo. Removido em 1880 da Ilha do Governador (2ª cad.) para Lagoa (3ª cad.); jubilado em 1897 (Gazeta de Notícias, 8/02/1903).
76	1880	Lino dos Santos Rangel	S. Christovão (3ª cad.)	Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1870-1878); Removido em 1883 para Jacarepaguá (3ª cad.).
77	1880	Guilherme Joaquim da Rocha	Engenho Novo (3ªcad.)	Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1869-1878).
78	1880	Adolpho Pereira dos Santos	Espirito Santo (2ª cad.)	Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1870-1878).
79	1881	Januário Santos Sabino Junior	Gávea	Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1873-1879); O AL de 1880 registra que regeu interinamente a 1ª cadeira do sexo feminino de São Cristóvão; Falecido em 22/12/1887.

80	1881	Francisco Antonio Castorino de Faria	Jacarepaguá (2ª cad.)	Removido em 1881 para Paquetá; Removido em 1883 para Gloria (3ª cad.).
81	1881	Joaquim Dantas de Paiva Barbosa	Campo Grande (2ª cad.)	-
82	1881	José Antonio Gonçalves Junior	Campo Grande (3ª cad.)	Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1871-1879); Jubilado em 1897 (Gazeta de Notícias, 8/02/1903).
83	1881	Adalberto Octaviano Arthur de Siqueira Amazonas	Guaratiba (1ª cad.)	Removido em 1883 para Paquetá; Removido em 1884 para Sant'Anna (3ª cad.).
84	1881	Antonio Hilário da Rocha	Ilha do Governador (2ª cad.)	Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1874-1879); Regeu interinamente a cadeira antes de ser nomeado (AL, 1881).
85	1881	Felizardo Ildefonso Pereira Alves	Ilha do Governador (3ª cad.)	Removido em 1881 para Engenho Velho (1ª cad.); Falecido em 1885.

Apêndice 3

Quadro de adjuntas com base nos relatórios da IGIPSC e dos Ministros do Império

N.	Data de nomeação	Nome	Movimentação
1	12/11/1855	Joanna Amalia de Andrade	1855 - Em disponibilidade Santo Antonio (1857) Nomeada professora por concurso publico da cadeira de Paquetá em 22/08/1857.
2	10/11/1855	Anna Evangelista Pereira	1855 – nomeada adjunta para a escola da freguesia de São José. Não aparece no relatório em 1857.
3	10/11/1855	Alcida Brandelina da Costa	Gloria - 1855 Lagoa (1858) Candelária (1859) São Cristovão (1861) Art. 40 do regulamento de 1854. Candelária (1862) Instituto dos surdos-mudos 1863 Nomeada em 1863 para escola da freguesia de São José.
4	10/02/1857	Sophia Tanner	1855 - Em disponibilidade Santana (1859) Faleceu segundo relatório referente ao ano de 1859 e assinado em 1860.
5	27/03/1858	Francisca Augusta dos Passos Coelho	Santo Antonio Santana (1859) Santo Antonio (1860)
6	19/06/1857	Carlota Cândida Gomes	1857 - Em disponibilidade Não aparece no relatório em 1859.
7	19/10/1857	Delfina Rosa da Silva Vasconcellos	Sacramento Nomeada em concurso professora da 2ª cadeira da freguesia de Santa Rita em 13/10/1858.
8	25/06/1858	Mathilde Carolina da Silveira	Lagoa 1863 – sem portaria para o 3º ano 3º ano 1864 Nomeada professora em 16/12/1865.
9	5/10/1858	Barbara Julia de Oliveira	Sem exercício - 1858 Não aparece no relatório em 1859.

10	31/01/1859	Angelica de Athayde Jordão	Sem exercício -1859 Nomeada em 12/05/1859 para cadeira da Ilha do Governador.
11	03/03/1859	Ludovina Thomazia de Oliveira	Sacramento Sem exercício (1862).
12	19/03/1859	Maria Pretextata Ferreira	Paquetá Sacramento (1862) 1864 – continua no 1º ano. 1865 – continua no 1º ano. 1866 – continua no 1º ano por não comparecer ao exame. Em 13/08/1866 saiu sua exoneração pedida pelo fato da professora da cadeira de Sacramento, onde servia, ter sido jubilada.
13	23/01/1860	Amelia Joaquina Cardoso	1860 - Em disponibilidade Não aparece no relatório de 1862.
14	17/09/1860	Luiza Maria Tanner Luiza Maria Tanner de Campos - 1865	1860 -1ª escola da freguesia de Santana. 3º ano 1864 3º ano 1866 3º ano 1867 3º ano 1869 (não compareceu ao exame de triênio). 3º ano 1870 Pediu exoneração 22/08/1870.
15	8/11/1862 (interina)	Maria Nazareth dos Santos Garrocho	1862 - 3ª cadeira de São Cristovão Tornou adjunta de 1º ano em 8/11/1862. 1864 – continua no 1º Ano. 1865 – 2º ano 3º ano – 1866 3º ano 1867 3º ano 1869 (não compareceu ao exame de triênio). Foi nomeada para cadeira de Guaratiba em 3/08/1870 (art. 41).
16	31/01/1863	Maria Fortunata Cardoso de Siqueira Amazonas	Nomeada em conformidade com art. 35 do regulamento. Só apresentou título em 13/04/1867 e foi enviada para 1ª escola de Sacramento, diz o relatório "é órfã do distinto Professor Amazonas" 1º ano 1869 Não compareceu ao exame – 1869. 2º ano - 1870 3º ano - 1871 3º ano – 1872 (não fez exame por motivo justificado). Licença de três meses para tratar de saúde em 13/12/1872 e em 22/02/1873. Adjunta com triênio de habilitação terminado 1872/1873. Nomeada para 1ª escola de Jacarepaguá (art. 41) em 21/03/1874.

17	23/04/1863	Delfina Francisca de Freitas Moraes	Interina – 1º ano 1º Ano - 1864 Faleceu em 9/6/1865.
18	28/05/1863	Maria José dos Santos Lara	Interina – 1º ano Ilha do governador Nomeada professora na cadeira de da Ilha do Governador em 1864.
19	18/06/1863	Flavia Domitilla de Carvalho	Interina – 1º ano 1865 – 3º ano Foi nomeada para a cadeira de Paquetá (art. 41 do regulamento de 1854).
20	1864	Deolinda Ferreira Sampaio	1º ano 2º ano - 1866 2º ano 1867 2º ano 1869 (não compareceu ao exame). Exonerada em 1/07/1870.
21	1864	Francisca de Canto e Mello	1º ano 1866 – continua no 1º ano por não comparecer ao exame. Em 13/08/1866 saiu sua exoneração pedida pelo fato da professora da cadeira de Sacramento, onde servia, ter sido jubilada.
22	3/06/1864	Josepha Thomazia Gomes Por motivo de casamento com Eugenio Augusto da Costa Passos passa a se chamar Josepha Thomazia da Costa Passos	1º ano 2º ano - 1865 3º ano - 1866 3º ano 1867 Triênio de habilitação terminado 1869. Rege interinamente a cadeira de Santa Rita pela doença da professora titular. E aguarda nomeação definitiva em razão da exoneração de Alcida Brandelina - 1870. Foi nomeada em 1871 para a 3ª cadeira de Santa Rita (art. 41 do regulamento de 1854).
23	3/06/1864	Zulmira Elizabeth da Costa Passos Zulmira Elizabeth da Costa Cirne	1º ano 2º ano -1865 3º ano - 1866 3º ano - 1867 1869 – regia interinamente a escola onde trabalhava Ana Joaquina da Costa Passos que faleceu 12/01/1869. Triênio de habilitação terminado 1869. Foi nomeada em 1871 para a 2ª cadeira de Santana (art. 41 do regulamento de 1854).

24	30/06/1865	Luiza Celestina Canut. Por motivo de casamento com Gaspar João José Velloso passou a se chamar Luiza Celestina Velloso	1º ano 2º ano - 1866 2º ano 1867 3º ano 1869 3º ano 1870 Foi habilitada ao magistério em 5/08/1871. Foi nomeada em 1871 para a cadeira de Paquetá (art. 41 do regulamento de 1854).
25	1865	Thereza Leopoldina de Araujo	1º ano 2º ano - 1866 2º ano 1867 Em 22/09/1869 foi nomeada professora da cadeira de Jacarepaguá (art. 41, 1854).
26	1/06/1866	Amelia Emilia da Silva Santos	1º ano – Escola de São José. 2º ano 1867 Triênio de habilitação terminado 1869. Regia interinamente no Instituto dos surdos-mudos. Foi nomeada em 1871 para a 2ª cadeira da Gloria (art. 41 do regulamento de 1854).
27	1/06/1866	Guilhermina Emilia da Rocha	1º ano – escola da freguesia da Lagoa 2º ano - 1867 Adjunta com triênio de habilitação terminado 1869. Idem em 1870, 1871 e 1872. Nomeada professora (art. 41) para escola da Candelária em virtude da jubilação da professora Catharina Coruja (31/03/1874).
28	1/06/1866	Maria Arabella de Castro Tostes Maria Arabella Fortes Guimarães (mudança conta no relatório de 1874)	1º ano - Santa Rita 2º ano - 1867 Adjunta com triênio de habilitação terminado 1869. Idem em 1870, 1871, 1872, 1873, 1874. Nomeada professora (art. 41) de Campo Grande em 12/04/1876.
29	1/06/1866	Thereza de Alcantara Lobo Nascida em 31/03/1853 Mudou nome para Thereza de Alcantara da Costa Pereira.	Era aluna da escola da freguesia da Gloria e foi nomeada adjunta de 1º ano por ter passado nos exames da escola. Adjunta na mesma escola. 2º ano 1867. Adjunta com triênio de habilitação terminado 1869. Idem em 1870, 1871 e 1872. Nomeada professora (art. 41) da escola do Engenho Novo em 21/03/1874 – 9/05/1874(?).
30	11/05/1866?	Guilhermina Maria Duval	2º ano 1869 Não compareceu ao exame – 1869. 1º ano - 1870 Pediu exoneração em 10/08/1870.

31	1/06/1866?	Luiza Rodopiano da Costa Lima	1º ano 1869 Não compareceu ao exame – 1869. Exonerada 1/07/1870
32	24/02/1867	Julia Candida Pessoa	Interina Nomeada em 1867 para 1ª escola da freguesia de Sacramento. Faleceu em 1869.
33	23/05/1867 29/04/1867?	Gertrudes Mathilde da Silveira	1º ano - escola de São José 3º ano - 1869 Foi aprovada no exame final e foi considerada habilitada para o magistério em 1/07/1870. Foi nomeada em 1871 para a cadeira de Campo Grande (art. 41 do regulamento de 1854).
34	23/05/1867	Demithildes Aurora da Silva	1º ano - escola de Santa Rita 1º ano - 1869 Não compareceu ao exame – 1869. 1º ano 1870 Exonerada em 5/08/1871.
35	11/03/1868	Augusta Castellões	1º ano - 1869 3º ano - 1870 Foi habilitada ao magistério em 5/08/1871. Adjunta com triênio de habilitação terminado. Idem em 1872. Nomeada professora (art. 41) da escola da freguesia de Paquetá em 21/03/1874 – 18/04/1874 (?).
36	11/09/1868	Cândida Antonia Martins	1º ano 1869 Não compareceu ao exame – 1869. 1º ano - 1870 1º ano - 1871 2º ano - 1872 2º ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames). 3º ano – exame em junho de 1873. Foi habilitada ao magistério em 31/07/1874. Adjunta com triênio de habilitação terminado – 1874.
37	1868?	Anna alexandrina de Vasconcellos Medina	Prestou concurso para cadeira de Guaratiba e foi aprovada, mas antes de tomar posse foi transferida a seu pedido para Campo Grande.

38	12/08/1869	Carolina Gabriela de Paula Dias	1º Ano - 1869 Interina - 1º Ano - 1870 Interina - 1º Ano – 1871 Efetiva de 1º Ano - 1872 1º Ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames) 2º Ano – exame em junho de 1873 3º Ano – 1874 1878 Nomeada (art. 41) em 17/08/1880 para 3ª cadeira de Santana.
39	31/08/1869	Anna Carolina de Paiva	1º Ano 1869 Interina de 1º Ano - 1870 1º Ano - 1871 2º Ano - 1872 Licença de três meses para tratar de saúde em 13/12/1872 e 22/02/1873. 2º Ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames). 2º Ano – não compareceu ao exame em junho de 1873. Exonerada a seu pedido em 8/04/1874.
40	1/07/1870	Luiza Augusta Coelho Bastos	1º Ano 1º Ano - 1871 Exonerada a pedido do pai o Coronel João Coelho Bastos.
41	1/07/1870	Serafina Celeste Coelho Bastos	1º ano 1º ano – 1871 Exonerada a pedido do pai o Coronel João Coelho Bastos.
42	1/07/1870	Anna America da Rocha e Souza	1º Ano 1º Ano - 1871 2º Ano - 1872 2º Ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames). 3º Ano – exame em junho de 1873 Foi habilitada ao magistério em 31/07/1874. Adjunta com triênio de habilitação terminado – 1874.

43	1/07/1870	Florcinda Adelaide de Simas Eneas Florcinda Adelaide Eneas de Miranda (relatório de 1886)	1º Ano 1º Ano - 1871 2º Ano - 1872 2º Ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames) 3º Ano – exame em junho de 1873 3º Ano – 1874 (no exame não foi considerada habilitada para promoção) 1878 Exonerada em 12/02/1887.
44	1/07/1870	Eudoxia dos Santos Marques	1º Ano 1º Ano - 1871 2º Ano - 1872 2º Ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames) 3º Ano – exame em junho de 1873 Foi habilitada ao magistério em 31/07/1874 Nomeada professora (art. 41) da 2ª escola de Jacarepaguá (24/01/1874 – 9/05/1874?).
45	1/07/1870	Cândida de Cezar Lima	Interina - 1º Ano 1º Ano – 1871 1º Ano – 1872 (não fez exame por motivo justificado). Exonerada em 12/10/1871.
46	1/07/1870	Polucena Joaquina da Rocha	Interina - 1º Ano Interina - 1º Ano – 1871 Exonerada 13/06/1872.
47	5/08/1871	Anna Jacintha da Conceição Dias	1º Ano - 1871 2º Ano - 1872 2º Ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames). 3º Ano – exame em junho de 1873. Adjunta com triênio de habilitação terminado – 1874. Professora da cadeira de Sacramento em 1878 (AL).
48	5/08/1871	Florisbella Galdina Moratorio Florisbela Moratório de Azambuja Neves (1880)	1º Ano - 1871 1º Ano - 1872 Não fez exame por motivo justificado. 1º Ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames). 2º Ano – exame em junho de 1873. 2º Ano – 1874 (no exame não foi considerada habilitada para promoção). 1878 (adjunta efetiva). Nomeada (art. 41) em 17/08/1880 para 1ª escola da freguesia da Lagoa.

49	5/08/1871	Josephina Medina Coelli Josephina Medina Coelli Barbosa (1880)	1º Ano - 1871 2º Ano - 1872 2º Ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames). 3º Ano – exame em junho de 1873. 3º Ano – 1874 (no exame não foi considerada habilitada para promoção). 1878 Nomeada (art. 41) em 17/08/1880 para 2ª cadeira de Guaratiba.
50	5/08/1871	Maria Caetana Gonçalves de Souza Maria Caetana de Souza Alves (relatório de 1884)	1º Ano - 1871 1º Ano - 1872 Não fez exame por motivo justificado. 1º Ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames). 2º Ano – exame em junho de 1873 2º Ano – 1874 (não compareceu ao exame). Nomeada adjunta interina em 26/05/1879. Regeu interinamente a escola de **meninos** de Paquetá em 1884 que estava vaga pela transferência do professor. Exonerada em 12/10/1885.
51	5/08/1871	Zulmira Dionysia da Costa Pereira	1º Ano - 1871 2º Ano - 1872 2º Ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames) 3º Ano – exame em junho de 1873. Foi habilitada ao magistério em 31/07/1874. Adjunta com triênio de habilitação terminado – 1874. 1878 No ano de 1883 regeu interinamente a 2ª escola de meninas de Gloria pela professora estar doente. No ano de 1884 regeu interinamente a 2ª escola de meninas de Gloria pela professora estar doente.
52	6/10/1871	Felisdora America da Rocha e Souza	1º Ano - 1871 1º Ano - 1872 Não fez exame por motivo justificado. 1º Ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames). 2º Ano – exame em junho de 1873. 3º Ano – 1874. 1878 Nomeada (art.41) em 17/08/1880 para 1ª cadeira de São Cristóvão.

53	6/10/1871	Clementina da Silveira Gonçalves	1º Ano - 1871 1º Ano – 1872 (não fez exame por motivo justificado). 1º Ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames). 2º Ano – exame em junho de 1873. 2º Ano – 1874 (não compareceu ao exame).
54	30/11/1871	Glaphira Maria da Conceição	1º Ano - 1871 1º Ano - 1872 Não fez exame por motivo justificado. 1º Ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames). 2º Ano – exame em junho de 1873 2º Ano – 1874 (no exame não foi considerada habilitada para promoção). Exonerada em 13/08/1878
55	29/07/1872	Fernandina Umbelina da Conceição Fernandes	Interina – 1º ano Interina – 1º ano – 1873 Deixou de ser efetiva (relatório de 1873 publicado Em 1874). 3º Ano – 31/07/1874.
56	29/07/1872	Julieta Izabel da Gloria Fernandes Julieta Fernandes da Costa Obs.: As irmãs Fernandina e Julieta eram filhas do capitão Ataliba Manoel Fernandes	Interina – 1º ano Interina – 1º ano – 1873. Deixou de ser efetiva (relatório de 1873 publicado Em 1874). 3º Ano – 31/07/1874. 1878 Esteve de licença segundo relatório de 1884.
57	31/08/1872	Luiza Emilia da Silva Aquino	1º ano 1º Ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames). 2º Ano – exame em junho de 1873. 2º Ano – 1874 (no exame não foi considerada habilitada para promoção). 1878 - adjunta efetiva. No ano de 1883 regeu interinamente a 4ª escola de meninas de Santana pelo fato da professora estar doente.
58	26/11/1872	Glicerya Bibiana de Gouvea	Interina – 1º ano Interina – 1º ano - 1873 1º Ano (efetiva) – exame em junho de 1873. 2º Ano – 1874. 1879 (adjunta efetiva).
59	31/07/1873	Maria José de Campos	1º ano Faleceu em 7/12/1873.

60	31/07/1873	Maria Jose de Medina Coeli Maria Jose de Medina Coeli Ribeiro (Relatório de 1885)	1º ano 1º ano – 1874 (não compareceu ao exame). 1879 - adjunta efetiva. Prestou concurso e foi nomeada para 1ª escola de meninas de Guaratiba em 31/10/1885. O Relatório de 1887 registra que apresentou diploma da escola normal de acordo com o decreto 8985 de 11/08/1883, art. 20.
61	31/07/1873	Julia Augusta de Andrade Camisão	1º ano 1º ano – 1874 (não compareceu ao exame). 1879 - adjunta efetiva.
62	31/07/1873	Maria Melania Madeira	1º ano 2º ano – 1874 1878 - adjunta efetiva.
63	31/07/1873	Julia dos Santos Marques	1º ano 1º ano – 1874 (não compareceu ao exame). 1879 - adjunta efetiva. Esteve de licença segundo relatório de 1884.
64	31/07/1873	Leopoldina da Costa Fontella	1º ano 1º ano – 1874 (no exame não foi considerada habilitada para promoção). 1879 - adjunta efetiva.
65	31/07/1873	Ermelinda Josephina da Silva Veiga Ermelinda Veiga de Souza Bastos	1º ano 2º ano – 1874 1878 - adjunta efetiva. Exonerada (relatório de 1884).
66	31/07/1873	Adelaide Perpetua de Oliveira	1º Ano – adjunta supernumerária 1º Ano – 1874 (não compareceu ao exame).
67	31/07/1873	Idalina Vieira Lima	1º Ano – adjunta supernumerária 1º Ano – 1874 (no exame não foi considerada habilitada para promoção).
68	31/07/1873	Josephina Joana Adelaide Ribeiro	1º Ano – adjunta supernumerária 2º Ano – 1874 1878 (adjunta efetiva).
69	31/07/1873	Maria da Gloria Dias Moreira	1º Ano – adjunta supernumerária Ficou no legar da professora falecida Maria Jose de Campos. 2º Ano – 1874 1878 – adjunta efetiva. Exonerada em 15/05/1888.
70	31/07/1873	Adelaide Rosa de Morais	Interina - 1º ano 2º ano – 1874 1878 (adjunta efetiva).

71	31/07/1873	Amélia Augusta Fernandes	Interina - 1º ano 2º ano – 1874 1878 - adjunta efetiva. No ano de 1883 regeu interinamente a 1ª escola de meninas de Sacramento por estar vaga. Nomeada em 20/11/1883 para 1ª escola de **meninos** de Guaratiba.
72	31/07/1873	Leopoldina Constança de Magalhães Peçanha	Interina -1º ano 2º ano – 1874.
73	31/07/1873	Maria Magdalena dos Santos e Oliveira	Interina - 1º ano 2º ano – 1874 1878 - adjunta efetiva. Esteve de licença segundo relatório de 1884. Exonerada em 15/05/1888.
74	31/07/1873	Maria da Conceição Pereira Braga	Interina -1º Ano 2º Ano – 1874 1878 - adjunta efetiva.
75	31/07/1873	Martha Alexandrina dos Santos	Interina -1º ano 1874 (não compareceu ao exame).
76	31/07/1873	Pedrina Peregrina de Moraes Pinto	Interina -1º ano 2º ano – 1874 Exonerada em 10/05/1884.
77	31/07/1873	Adelaide Augusta da Costa	Interina -1º ano 2º ano – 1874 Professora da freguesia de Paquetá em 1877.
78	20/10/1873	Leona Flavia de Carvalho	1º ano 1879 - adjunta efetiva.
79	31/07/1874	Adelaide Thereza de Jesus carvalho	1º ano 1879 - adjunta efetiva.
80	31/07/1874	Adelaide Maria da Costa	1º ano
81	31/07/1874	America Cândida da Rocha e Souza America Cândida da Rocha Lima (Relatório de 1879) America Cândida da Rocha e Souza (1885)	1º ano Nomeada adjunta interina em 26/05/1879. Exonerada em 12/10/1885.
82	31/07/1874	Carlota Henriqueta de Azevedo	1º ano Nomeada adjunta interina em 26/05/1879. Exonerada em 12/10/1885.

83	31/07/1874	Carolina Leonor Izabel Cohendoz	1º ano.
84	31/07/1874	Carolina da Silva Passos	1º ano.
85	31/07/1874	Clara Maria da Silva Bastos	1º ano.
86	31/07/1874	Francisca Georgina Franccione de Padua	1º ano.
87	31/07/1874	Genoveva Luiza Marques Coimbra	1º ano.
88	31/07/1874	Ignez Ferreira Vasconcelllos de Drummond	1º ano 1879 - adjunta efetiva. Exonerada em 15/05/1888.
89	31/07/1874	Jovelina Simplicia do Espírito Santo	1º ano.
90	31/07/1874	Julia de Mello Cortes Julia Cortes Vieira da Costa	1º ano Nomeada adjunta interina em 26/05/1879; Nomeada adjunta efetiva por portaria de 19/08/1882; Esteve de licença segundo relatório de 1884.
91	31/07/1874	Lucia Lobo	1º ano 1879 - adjunta efetiva.
92	31/07/1874	Maria Afra Cabral de Menezes	1º ano.
93	31/07/1874	Olympia de Cleves Ribeiro	1º ano Exonerada em 26/05/1879.
94	31/07/1874	Vicência Francisca Pereira de Araujo	1º ano.
95	31/07/1874	Ângela Flavia de Carvalho	1º ano.
96	31/07/1874	Eduviges Carolina da Silva	1º ano 1878 - adjunta efetiva. Foi nomeada (art. 41) em 10/03/1880 para freguesia de Paquetá
97	31/07/1874	Maria Gomes Cardia	1º ano Nomeada adjunta interina em 26/05/1879. Exonerada em 12/10/1885.
98	1878	Leobina Cardoso Rodrigues de Lima	Adjunta efetiva. Foi nomeada (art. 41) em 10/03/1880 para Sepetiba.
99	1878	Florentina Fausta de Albuquerque Figueiredo	Adjunta efetiva. Esteve de licença segundo relatório de 1884. Exonerada em 15/03/1886.

100	1878	Constança Augusta Soares Brazil	Adjunta efetiva. No ano de 1883 regeu interinamente a 2ª escola de meninas de S. Cristovão pelo fato da professora estar licenciada.
101	1878	Catharina Mattoso Fortes da Silva	Prestou concurso e foi nomeada para a escola de meninos de Paquetá em 31/10/1885. O Relatório de 1887 registra que apresentou diploma da escola normal de acordo com o decreto 8985 de 11/08/1883, art. 20.
102	1879	Angélica Flavia de Carvalho Ou Angela (nomeada em 1874)?	1879 - adjunta efetiva.
103	1879	Balbina Luiza dos Santos	Regeu interinamente a escola da candelária em 1884 pela professora estar doente e vir a falecer.
104	1879	Cacilda Rachel da Costa Francioni Cacilda Francioni de Souza	1879 - adjunta efetiva. No ano de 1883 regeu interinamente a 2ª escola de meninas de Santana pelo fato da professora estar doente.
105	1879	Henriqueta Lucia Ricarda Henriqueta Lucia Ricarda Flores	1879 - adjunta efetiva. No ano de 1883 regeu interinamente a 2ª escola de Santa Rita. Faleceu em 10/07/1883.
106	1879	Julia Candida Desouzart	1879 - adjunta efetiva.
107	1879	Lydia Paula Gomes da Silva	1879 - adjunta efetiva. No ano de 1883 regeu interinamente a 4ª escola de meninas de S. Cristovão pela professora estar doente e ter falecido.
108	1879	Maria Amélia Fernandes	1879 - adjunta efetiva. Regeu interinamente a 3ª escola de meninas de São José em 1885 pelo fato da professora estar doente e vir a falecer. Prestou concurso e foi nomeada para escola de meninas de Inhaúma em 31/10/1885. O Relatório de 1887 registra que apresentou diploma da escola normal de acordo com o decreto 8985 de 11/08/1883, art. 20.
109	1879	Marcolina de Jesus Bueno Marques	1879 - adjunta efetiva.
110	1879	Philomena Dias	1879 - adjunta efetiva.

111	22/05/1879	Amélia Augusta de Paula Dias	Adjunta interina.
112	26/05/1879	Carolina Alexina Francioni	Nomeada adjunta interina. Exonerada em 1882.
113	26/05/1879	Elisa Niomesia dos Santos Andrade	Adjunta interina. Exonerada por não comparecimento ao exercício (relatório de 1881-1A).
114	26/05/1879	Elvira Augusta de Faria	Adjunta interina Exonerada em 12/10/1885.
115	26/05/1879	Maria Augusta Monteiro	Adjunta interina.
116	26/05/1879	Maria Carolina de Almeida Accioli	Adjunta interina Falecida (relatório de 1881-1A).
117	26/05/1879	Maria Laura dos Santos Gralha	Adjunta interina.
118	26/12/1879	Anna Eugenia da Costa Pereira	Adjunta interina.
119	26/12/1879	Leonor Ernestina da Silva Chaves	Adjunta interina.
120	26/12/1879	Leopoldina Rosa de Magalhães Bastos	Adjunta interina Regeu interinamente a escola da Gávea em 1884 pelo fato da professora estar licenciada. Exonerada em 30/05/1887.
121	26/12/1879	Maria Antonietta Chevelot Maria Antoinette Chevolot Reis Lima	Adjunta interina Esteve de licença segundo relatório de 1884. Exonerada em 12/10/1885.
122	26/12/1879	Maria Rosa Dias da Cruz	Adjunta interina
123	1879?	Jesuína Amalia Drago	Exonerada em 26/05/1879.
124	19/02/1880	Maria Adelina Cesar	Adjunta interina Exonerada por não comparecimento ao exercício (relatório de 1881-1A).
125	25/02/1880	Clara de Azurara Paiva	Adjunta interina.
126	25/02/1880	Serafina Augusta Gonzaga	Adjunta interina No ano de 1883 regeu interinamente a 4ª. de meninas de Santana pela professora estar doente.
127	25/02/1880	Virgínia Pinto cidade	Adjunta interina Regeu interinamente a 4ª escola de meninas do Engenho Velho em 1884 pelo fato da professora estar licenciada. Professora da freguesia do Engenho Velho em 1886.

128	3/03/1880	Maria Amelia Jacobina	Adjunta interina.
129	3/03/1880	Maria da Gloria de Albuquerque	Adjunta interina.
130	10/03/1880	Antonia Luiza Bueno	Adjunta interina.
131	10/03/1880	Comba Palhares de Amorim Carvalho	Adjunta interina. Exonerada em 1882.
132	10/03/1880	Rita Josephina de Campos	Adjunta interina.
133	16/03/1880	Donatilla Olympia da Costa	Adjunta interina.
134	16/03/1880	Julia Adelaide de Souza Macedo	Adjunta interina.
135	23/03/1880	Elvira dos Santos Sarahyba	Adjunta interina.
136	14/01/1882	Ludovina Thomazia de Oliveira e Silva	Adjunta interina.
137	14/01/1882	Maria Balbina Pereira da Silva	Adjunta interina.
138	14/01/1882	Lydia Ferreirinha	Adjunta interina.
139	14/01/1882	Josephina Ferreirinha	Adjunta interina.
140	14/01/1882	Izabel Maria da Silva Sobrosa	Adjunta interina.
141	14/01/1882	Maria Augusta de Melo	Adjunta interina.
142	14/01/1882	Carlota Izabel de Almeida	Adjunta interina.
143	14/01/1882	Amélia de Azevedo Pereira	Adjunta interina. Regeu interinamente a 5ª escola de meninas do Engenho Velho em 1884 pelo fato da professora estar licenciada.
144	20/01/1882	Anna da Conceição Gonzaga	Adjunta interina.
145	20/01/1882	Claudina Rosa Dias da Cruz	Adjunta interina.
146	20/01/1882	Engracia Luiza de Lamare Lessa	Adjunta interina.
147	20/01/1882	Judith Francioni de Padua	Adjunta interina. Faleceu segundo relatório de 1885.
148	20/01/1882	Maria Elisa de Souza Schutel	Adjunta interina.

149	20/01/1882	Maria Joaquina Martins Fortes	Adjunta interina.
150	13/03/1883	Rita Salomé de Azurara Pinto Rita Salomé Ferreira Goulart	Adjunta interina. Exonerada em 12/10/1885.
151	13/03/1883	Julia Maria de Brito	Adjunta interina. No ano de 1883 regeu interinamente a 4ª escola de meninas de Santana pelo fato da professora estar doente.
152	13/03/1883	Silvina Candida dos Santos Mello	Exonerada em 12/10/1885.
153	13/03/1883	Antonia Rodrigues do Valle	Adjunta interina.
154	13/03/1883	Octavia Emilia Coelho da Silva	Adjunta interina.
155	13/03/1883	Maria Adelaide de Oliveira Vallim	Adjunta interina.
156	13/03/1883	Adelina Doyle Silva	Adjunta interina.
157	13/03/1883	Josephina Proença Guimarães	Adjunta interina.
158	13/03/1883	Stella Nahon Stella Lindheimer (Relatório de 1887)	Adjunta interina. Regeu interinamente a 1ª escola de meninas do Espírito Santo em 1884 vaga pelo fato da professora ter sido jubilada. Regeu interinamente a 3ª escola de meninas do Engenho Novo em 1884 vaga pela transferência da professora. Prestou concurso e foi nomeada para 3ª escola de meninas de Engenho Novo em 31/10/1885. O Relatório de 1887 registra que apresentou diploma da escola normal de acordo com o decreto 8985 de 11/08/1883, art. 20.
159	13/03/1883	Julia Augusta da Silveira Gonçalves	Adjunta interina.
160	16/03/1883	Theresa de Jesus Pimentel	Adjunta interina. No ano de 1883 regeu interinamente a 2ª cadeira de Santa Rita pelo fato da professora estar suspensa. Nomeada para 1ª cadeira de **meninos** da Ilha do governador em 20/11/1883. O Relatório de 1887 registra que apresentou diploma da escola normal de acordo com o decreto 8985 de 11/08/1883, art. 20.
161	16/03/1883	Elvira Gomensoro Ferreira	Adjunta interina.

162	11/05/1883	Maria Francisca de Azevedo Barroso	Adjunta interina.
163	11/05/1883	Maria do Carmo Ferreira Cavalcanti	Adjunta interina.
164	16/03/1883	Amelia Augusta da Silva Coutinho	Adjunta interina.
165	11/05/1883	Deolinda Amélia de Almeida Deolinda Amália de Almeida Cabral de Mello	Adjunta interina. Exonerada em 12/10/1885.
166	11/05/1883	Josephina Francellina Gluck	Adjunta interina.
167	11/05/1883	Brazilia Antonia Pereira	Adjunta interina.
168	11/05/1883	Emilia Frazão	Adjunta interina. Exonerada em 12/10/1885.
169	11/05/1883	Maria Elvira de Figueiredo Teixeira da Fonseca	Adjunta interina. No ano de 1883 regeu interinamente a 1ª escola de meninas de Santa Cruz por estar vaga. O Relatório de 1887 registra que apresentou diploma da escola normal de acordo com o decreto 8985 de 11/08/1883, art. 20. Assim tornou-se professora efetiva da 3ª escola de meninas da freguesia de São José.
170	11/05/1883	Anna Augusta Proença Moreira	Adjunta interina.
171	11/05/1883	Maria Carolina Alves de Azevedo	Adjunta interina. Faleceu em 9/05/1883 (1884?).
172	11/05/1883	Cândida Antunes da Costa	Adjunta interina. Esteve de licença segundo relatório de 1884.
173	1883?	Maria Dias França	No ano de 1883 regeu interinamente a 1ª escola de meninas de Santana pelo fato da professora estar de licença. No ano de 1884 regeu interinamente a 2ª escola de meninas de Gloria pelo fato da professora estar doente e vir a falecer. Prestou concurso e foi nomeada para 1ª escola de meninas de são Cristóvão em 31/10/1885.

174	20/05/1884	Olympia Francisca Proença	Regeu interinamente a 1ª escola de Santo Antonio em 1884 pelo fato da professora estar doente. Prestou concurso e foi nomeada para 4ª escola de meninas de são Cristovão. Prestou concurso e foi nomeada para 1ª escola de meninas de Santa Cruz em 31/10/1885 Adjunta efetiva em 23/07/1886 (?).
175	1884?	Thereza Barreto Montebello	Exonerada (relatório de 1884).
176	1884?	Leopoldina da Motta Guimarães	Esteve de licença segundo relatório de 1884. Regeu interinamente a escola de meninas da Inhaúma em 1884 que estava vaga pela transferência da professora.
177	1884?	Maria Balbina da Silva Antunes	Esteve de licença segundo relatório de 1884. Exonerada em 12/10/1885.
178	10/02/1885	Elisa Bento da Cruz	Adjunta interina.
179	10/03/1885	Angelina Sandoval Castrioto Pereira	Adjunta interina. Prestou concurso e foi nomeada para 2ª escola de meninas de Guaratiba em 31/10/1885. O Relatório de 1887 registra que apresentou diploma da escola normal de acordo com o decreto 8985 de 11/08/1883, art. 20.
180	10/03/1885	Abigail Judith Tavares	Adjunta interina.
181	10/03/1885	Angelica de Athayde Jordão	Adjunta interina.
182	05/05/1885	Aurora Fernandes do Nascimento	Adjunta interina.
183	05/05/1885	Isabel Elisa Nabuco de Araujo	Adjunta interina.
184	05/05/1885	Maria da Conceição Peçanha	Adjunta interina.
185	05/05/1885	Rosa Elvira de Figueiredo Teixeira	Adjunta interina.
186	6/08/1885	Eugenia Sandoval de Souza Castrioto	Adjunta interina.
187	6/08/1885	Maria Ernestina Cortoppassi	Adjunta interina.
188	13/08/1885	Izabel Pinto de Campos	Adjunta interina.
189	13/08/1885	Virginia de Almeida Monte	Adjunta interina.
190	12/10/1885	Lydia de faria	Adjunta interina.

191	19/12/1885	Carolina Augusta Pimentel	Adjunta interina.
192	19/12/1885	Emilia Abraham	Adjunta interina.
193	19/12/1885	Julia de Carvalho Pereira	Adjunta interina.
194	19/12/1885	Thereza Doyle Silva	Adjunta interina.
195	19/12/1885	Clara Martins de Andrade	Adjunta interina.
196	19/12/1885	Anna Laurentina da Silva Bastos	Adjunta interina.
197	23/12/1885	Thereza de Jesus Queiroz	Adjunta interina.
198	1885?	Amélia Dias da Silva Lobo	Exonerada em 12/10/1885.
199	16/05/1887	Carlinda Panasco de Araujo	Adjunta interina.
200	16/05/1887	Maria Brandina da Trindade	Adjunta interina.
201	1887?	Lucia Pimentel	Exonerada em 15/05/1888.
202	15/05/1888	Rosa Cândida de Oliveira	Adjunta interina.
203	15/05/1888	Adélia Francisca das Chagas	Adjunta interina.
204	15/05/1888	Alina de Oliveira	Adjunta interina.
205	15/05/1888	Castorina Francisca das Chagas	Adjunta interina.
206	15/05/1888	Delphina Nunes Teixeira	Adjunta interina.
207	15/05/1888	Emilia de Albuquerque Rodrigues	Adjunta interina.
208	15/05/1888	Eulália Cruz dos Santos Filho	Adjunta interina.
209	15/05/1888	Guilhermina Augusta Bandeira Barradas	Adjunta interina.
210	15/05/1888	Hortência de Miranda Rodrigues	Adjunta interina.
211	15/05/1888	Luiza Philomena da Cunha Cruz	Adjunta interina.

212	15/05/1888	Maria Magdalena Soares Brazil	Adjunta interina.
213	7/06/1888	Amélia Fernandes da Costa ou Amelia Augusta Fernandes.	Em 6/06/1888 foi exonerada do cargo de professora da escola da Candelária por não se enquadrar no decreto n. 8985, sendo no dia seguinte nomeada adjunta efetiva. Obteve a habilitação na Escola normal e foi reintegrada a cadeira em 2/05/1889.

Apêndice 4

Quadro de adjuntos com base nos relatórios da IGIPSC e dos Ministros do Império

N.	Data de nomeação	Nome	Movimentação
1	?	Marcos Bernar-dino da Costa Passos	Santa Rita Era substituto (AL, 1854) e foi equiparado aos adjuntos de 3º ano (Relatório de 1857). Foi nomeado professor da Ilha do Governador em 29/11/1856.
2	12/11/1855	João Rodrigues da Fonseca Lessa	Inhaúma Campo Grande (1857) Santana (1859) Pediu demissão em 16/01/1860.
3	19/11/1855	Antonio Joaquim de Miranda	Santana Não aparece no relatório em 1857. Reaparece em relatório de 1863 como adjunto do 3º ano nomeado em 1/06/1863.
4	19/11/1855	Antonio Julio Gordilho da Silva Valente	Sacramento Não aparece no relatório em 1857.
5	21/01/1856	Antonio Ignacio de Mesquita	Santo Antonio Não aparece no relatório em 1857. Em relatório de 1858 diz que fez concurso e foi nomeado profes-sor da cadeira de Santa Rita em 13//10/1858.
6	11/01/1856	Jose Joaquim Xavier	Santo Antonio 1861 - Art. 40 do regulamento de 1854. Nomeado para cadeira de Santana 22/01/1862.
7	24/01/1856	Antonio Ignacio de Mesquita Junior	Santa Rita Sacramento (1859) Não aparece no relatório de 1859 assinado em 1860.
8	13/08/1856	Francisco Rodrigues da Assumpção	Santana Gloria (1858) 2ª Santana (1860) Pediu demissão em 25/08/1860.
9	13/08/1856	Jacintho Lopes de Azevedo	Santana 1ª cadeira da Ilha do Governador (1858). Pediu demissão em 7/07/1860. Obs.: Em relatório do ano de 1857, consta entre os indivíduos não estavam "cabalmente habilitados" para o cargo, mas que foram aprovados diante da necessidade de adjuntos nas escolas.

10	2/02/1857	Frederico Carlos Ferreira da Cruz	Em disponibilidade. Não aparece no relatório em 1857.
11	19/06/1857	Antonio Francisco Machado	Sacramento Pediu demissão segundo relatório de 1858. Obs.: Em relatório do ano de 1857, consta entre os indivíduos não estavam “cabalmente habilitados” para o cargo, mas que foram aprovados diante da necessidade de adjuntos nas escolas.
12	6/02/1858	Eduardo Carlos Rodrigues de Vasconcellos	Sacramento Candelária (1859) Exonerado em 3/05/1861.
13	19/06/1857	Timótheo José Luiz Alvares Antunes	Sacramento São José (1859) 1861 - Art. 40 do regulamento de 1854. Exonerado em 21/05/1861. Obs.: Em relatório do ano de 1857, consta entre os indivíduos não estavam “cabalmente habilitados” para o cargo, mas que foram aprovados diante da necessidade de adjuntos nas escolas.
14	19/06/1857	Matheus d’Oliveira Borges	Santa Rita 1ª cadeira de Santana (1859). Exonerado em 30/01/1862.
15	19/06/1857	Jose Luiz Lopes de Vasconcellos	Lagoa Pediu demissão segundo relatório de 1858.
16	19/06/1857	João de Parma Garcia	São Cristovão Pediu demissão em 29/12/1859.
17	3/02/1858	Guilherme de Souza Maia Junior	Santana Não aparece no relatório de 1858.
18	28/09/1858	Alfredo Magno da Costa Passos	1ª cadeira de Sacramento Pediu demissão em 28/04/1860.
19	15/07/1858	Felipe Theodoro dos Anjos	Lagoa Pediu demissão em 26/05/1859.
20	1/09/1859	Joaquim Herculano da Costa Brito	1ª cadeira de Santa Rita Exonerado em 19/03/1862.
21	12/11/1859	José Gonçalves Paim	São Cristovão Interino São Cristovão – 1862. 2º ano - 1864.
22	24/06/1860	Francisco Gomes dos Passos Perdigão	2ª cadeira de Santa Rita.

23	7/07/1860 6/06/1861	José Correa dos Santos ou João Correa dos Santos - 1865	1ª cadeira de Santana. 1ª cadeira de Sacramento – 1862. Regeu provisoriamente a 1ª cadeira da Ilha do Governador (relatório de 1866). 2º ano - 1864 2º ano – 1865 (João) 3º ano - 1866 (João) Foi aprovado em concurso para 1ª cadeira da ilha do Governador. Decreto de 26/10/1867.
24	1/10/1860	Antonio Jose Américo	2ª. Santana Exonerado em 17/03/1862.
25	27/10/1860 6/06/1861	João Antonio de Campos Lima José Antonio de Campos Lima - 1866	1ª. Santa Rita São Jose – interino (1862). 3º ano - 1864. 3º ano - 1865. 3º ano 1866 (José?) Nomeado para a escola de Paquetá em 24/07/1867.
26	22/06/1861	Amando de Araujo Cintra Vidal	2ª. Santana Regeu provisoriamente a 2ª cadeira da Ilha do Governador (relatório de 1866). 2º ano - 1864 3º ano - 1866 3º ano - 1867.
27	6/03/1862	Antonio Jose Marques	1ª. Santana Regeu provisoriamente a escola de Paquetá (relatório de 1866) 2º ano - 1864 2º ano - 1865 3º ano - 1866 3º ano - 1867 3º ano - 1869 Foi aprovado no exame final e foi considerado habilitado para o magistério 1/07/1870. Foi nomeado em 1871 para a cadeira da Candelária (art. 41 do regulamento de 1854).
28	Relatório datado de 26/04/1862	Alfredo Francisco de Araujo	Ainda não apresentou titulo de nomeação. Não aparece em 1864.
29	6/03/1862 interino	Francisco Jose Ferreira de Noronha Feital	Candelária Não aparece em 1864.
30	Relatório datado de 26/04/1862	João Gomes de Lima	Ainda não apresentou titulo de nomeação. Não aparece em 1864.

31	6/03/1862	Joaquim Rangel de Azeredo Coutinho	1ª. Santa Rita – interino. Pediu demissão segundo relatório de 1862.
32	8/11/1862	José Ferreira da Costa	Não aparece em 1866.
33	16/6/1862	Januario dos Santos Sabino	Interino - Ainda não apresentou titulo de nomeação. Pediu demissão segundo relatório de 1862.
34	31/01/1863	Olympio Catão Viriato Montez	Não aparece em 1866.
35	31/01/1863	Joaquim José ferreira Guimarães	2º ano 1864 Pediu exoneração 21/04/1866.
36	8/06/1863	José Maria Mafra Junior	Interino Pediu exoneração 22/7/1865.
37	23/04/1863	Affonso Augusto Rodrigues de Vasconcellos	Interino Não aparece em 1866.
38	8/06/1863 Rel de 1864	José Martiniano da Veiga Nobrega	Interino 1º ano Pediu exoneração 7/6/1865.
39	Rel de 1864	Cypriano Henrique de Almeida	1º ano 2º ano 1865 3º ano 1867 Foi demitido em 2/09/1867.
40	Rel de 1864	José João de Povoa Pinheiro	1º ano Regeu provisoriamente a 1ª cadeira de Guaratiba (relatório de 1866). 3º ano 1866 3º ano 1867 Triênio de habilitação terminado 1869. Foi nomeado em 1871 para a 1ª cadeira do Engenho Velho (art. 41 do regulamento de 1854).
41	Rel de 1864	João dos Santos Ferreira da Rocha	1º ano Pediu exoneração 27/03/1866.
42	Rel de 1864	Joaquim de Azevedo de Castro	1º ano Exonerado por moléstia em 4/10/1866.
43	Rel de 1865	Fernando de Araujo castro Vidal	2º ano Não aparece em 1867.
44	Rel de 1866	José Antonio Espinheiro	1º ano Continua 1º ano – 1867 Demitido em 16/08/1869.

45	1/06/1866	Candido Baptista Antunes Nascido em 26/05/1852	Era aluno da 1ª escola da freguesia da Lagoa e foi nomeado adjunto de 1º ano por ter passado nos exames da escola. Adjunto na mesma escola. 2º ano 1867 3º ano 1869 Triênio de habilitação terminado 1869. Adjunto com triênio de habilitação terminado em 1872. Idem – 1873. Foi nomeado (art. 41) professor da 1ª escola de Jacarepaguá (10/09/1873).
46	1/06/1866	Carlos Antonio Coimbra de Gouvêa Nascido em 5/10/1848	Era aluno da escola da freguesia da Gloria e foi nomeado adjunto de 1º ano por ter passado nos exames da escola. Adjunto na mesma escola. 2º ano - 1867 3º ano - 1869 Foi aprovado no exame final e foi considerado habilitado para o magistério 1/07/1870. Foi nomeado em 1871 para a 2ª cadeira do Engenho Velho (art. 41 do regulamento de 1854).
47	1/06/1866	Domingos Diogo Braga Junior Nascido em 28/03/1852	Era aluno da escola da freguesia do Engenho Velho e foi nomeado adjunto de 1º ano na da freguesia de Santana por ter passado nos exames da escola. 2º ano - 1867 2º ano - 1869 (não compareceu ao exame) 2º ano - 1870 Exonerado em 5/08/1871.
48	1/06/1866	Francisco Thomaz Augusto Nascido em 1850	Era aluno da escola da freguesia de Santa Rita e foi nomeado adjunto de 1º ano por ter passado nos exames da escola. Adjunto na mesma escola. 2º ano - 1867 3º ano - 1869 3º ano - 1870 Pediu exoneração 10/08/1870. Foi empregado na província do RJ como professor catedrático.
49	1/06/1866	Jose Alves da Visitação Nascido em 3/06/1851	Era aluno da escola da freguesia da Gloria e foi nomeado adjunto de 1º ano na 2ª cadeira de sacramento por ter passado nos exames da escola. 2º ano - 1867 3º ano - 1869 Foi aprovado no exame final e foi considerado habilitado para o magistério 1/07/1870 Adjunto com triênio de habilitação terminado em 1872. Idem – 1873 Nomeado professor (art. 41) da 1ª escola do Engenho Novo em 21/03/1874.

50	1/06/1866	Jose Joaquim dos Santos Nascido em 7/08/1852 Jose Joaquim dos Santos Junior -1869	Era aluno da escola da freguesia do Espírito Santo e foi nomeado adjunto de 1º ano por ter passado nos exames da escola. Adjunto na mesma escola. Continua no 1º ano – 1867 – interino Não compareceu ao exame – 1869. Faleceu em 1869.
51	10/09/1866	Narciso Gonçalves Paim	1ª escola de são Cristovão Continua no 1º ano – 1867 Continua no 1º ano – 1869 (não compareceu ao exame - 1869) Exonerado 1/07/1870.
52	8/03/1867	David José Lopes	Interino da 1ª escola de Santana Efetivo do 1º ano – 1867 3º ano 1869 Foi aprovado no exame final e foi considerado habilitado para o magistério 1/07/1870. Foi nomeado em 1871 para a 2ª cadeira da Jacarepaguá (art. 41 do regulamento de 1854).
53	8/03/1867	Jose dos Santos Villar Junior	1ª escola de Sacramento Continua no 1º ano – 1867 – interino Demitido em 16/08/1869.
54	21/02/1867	Francisco Fernandes Machado	Adjunto interino Interino – 1ª escola Sacramento – 1867 2º ano - 1869 2º ano - 1870 Pediu exoneração 11/03/1871. Foi empregado na província do RJ como professor catedrático.
55	11/03/1868	Domingos José Lisboa	2º ano - 1869 2º ano - 1870 3º ano – 1871 Adjunto com triênio de habilitação terminado em 1872. Idem – 1873 Idem - 1874.
56	11/09/1868	Bento Jose Torres	1º ano Não compareceu ao exame – 1869. Exonerado 1/07/1870.
57	16/08/1869	Francisco da Silva Saldanha	1º ano 1º ano - 1870 Exonerado em 5/08/1871.

58	16/08/1869	Guilherme Joaquim da Rocha	1º ano 1º ano 1870 2º ano - 1871 3º ano - 1872 3º ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames) 3º ano – não compareceu ao exame em julho de 1873. 3º ano – 1874 (no exame não foi considerado habilitado para promoção) 1878 - adjunto efetivo. Nomeado (art. 41) em 17/08/1880 para 3ª cadeira do Engenho Novo.
59	11/09/1868	João Ricardo Ferreira Campello	1º ano 2º ano 1870 Pediu exoneração 19/11/1870. Foi empregado na província do RJ como professor catedrático.
60	16/08/1869	Jose Carlos Coimbra de Gouvea	1º ano 1º ano - 1870 2º ano - 1871 Exonerado 13/06/1872.
61	16/08/1869	Jose Martins de Aguiar	1º ano Exonerado 1/07/1870.
62	11/03/1868	Norberto Risso de Azevedo	1º ano Não compareceu ao exame – 1869. 2º ano - 1870 3º ano – 1871 Exonerado 13/06/1872.
63	16/08/1869	Jose da Silva Santos	1º ano 1º ano - 1870 2º ano - 1871 3º ano - 1872 3º ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames) Adjunto com triênio de habilitação terminado - 1874
64	18/08/1869	João Rufino de Oliveira	1º ano (só apresentou o titulo de nomeação em 20/06/1870). Exonerado em 5/08/1871.
65	22/01/1870	Luiz Carvalho de Oliveira	1º ano Exonerado em 5/08/1871.
66	1/07/1870	Joaquim Pereira de Azevedo	1º ano 1º ano - 1871 Exonerado 13/06/1872.

67	1/07/1870	Leopoldo Ribeiro Peres Machado	1º ano 2º ano - 1871 3º ano - 1872 3º ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames). 1878 - adjunto efetivo. Nomeado (art. 41) em 17/08/1880 para o Asilo de Meninos Desvalidos.
68	1/07/1870	Lino dos Santos Rangel	1º ano 2º ano - 1871 3º ano - 1872 3º ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames) Considerado habilitado para o magistério em 31/07/1873. Adjunto com triênio de habilitação terminado – 1874. 1878 - adjunto efetivo. Nomeada (art. 41) em 17/08/1880 para 3ª cadeira de São Cristovão.
69	1/07/1870	Luiz Augusto dos Reis	1º ano 2º ano - 1871 3º ano – 1872 3º ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames) Considerado habilitado para o magistério em 31/07/1873. Adjunto com triênio de habilitação terminado – 1874 Nomeado professor (art. 41) da escola da Gávea em 24/04/1875.
70	1/07/1870	Adolpho Pereira dos Santos	Interino - 1º ano 1º ano - 1871 2º ano - 1872 2º ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames). 3º ano – exame em junho de 1873. 3º ano – 1874 (no exame não foi considerado habilitado para promoção). 1878 - adjunto efetivo. Nomeado (art. 41) em 17/08/1880 para 2ª cadeira do Espírito Santo.
71	17/09/1870	Augusto de Souza Lobo	Interino - 1º ano Pediu exoneração em 24/02/1871.

72	11/03/1871	João Batista da Fonseca Jordão (bacharel)	1º ano 1º ano - 1871 2º ano - 1872 2º ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames). 3º ano – exame em junho de 1873. 3º ano – 1874 - não compareceu ao exame. Nomeado adjunto interino em 26/05/1879. Exonerado a seu pedido em 26/02/1880.
73	5/08/1871	Augusto José Ribeiro	1º ano - 1871 2º ano - 1872 2º ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames). 3º ano – exame em junho de 1873. 3º ano – 1874 (no exame não foi considerado habilitado para promoção). Nomeado professor (art. 41) da 3ª escola da Guaratiba em 8/5/1875.
74	5/08/1871	Jorge Roberto da Costa	1º ano - 1871 2º ano - 1872 Serviu no lugar do professor da 3ª escola de Jacarepaguá durante doença de Phillipe de B. e Vasconcellos – 1872. 2º ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames). 3º ano – exame em junho de 1873. 3º ano – 1874 (no exame não foi considerado habilitado para promoção). Nomeado professor (art. 41) da 3ª escola de Jacarepaguá em 8/05/1875.
75	5/08/1871	Apollinario Luiz Ferreira Campello	1º ano - 1871 Exonerado 13/06/1872.
76	5/08/1871	Constancio José de Mattos	1º ano - 1871 1º ano – 1872 (não fez exame por motivo justificado). 1º ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames). 1º ano – não compareceu ao exame em junho de 1873. Exonerado em 31/07/1874.
77	5/08/1871	Jacintho Lopes de Azevedo Junior	1º ano - 1871 2º ano - 1872 2º ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames). 3º ano (exame em junho de 1873). Faleceu em 8/10/1873.

78	5/08/1871	Jose Antonio Gonçalves Junior	1º ano - 1871 1º ano - 1872 Não fez exame por motivo justificado. 1º ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames). 2º ano – exame em junho de 1873. 2º ano – 1874 (no exame não foi considerado habilitado para promoção). 1879 - adjunto efetivo. Nomeado (art. 41) em 11/06/1881 para 3ª cadeira de Campo Grande.
79	5/08/1871	Jose Bernardino Fernandes	1º ano - 1871 2º ano - 1872 2º ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames). 2º ano – não compareceu ao exame em junho de 1873. 2º ano – 1874 (no exame não foi considerado habilitado para promoção). 1879 - adjunto efetivo. No ano de 1883 regeu interinamente a 1ª escola de meninos de Paquetá por estar vaga.
80	5/08/1871	Vicente Aurelio da Silva e Oliveira	1º ano - 1871 Exonerado 13/06/1872.
81	13/06/1872	Carlos Augusto Moreira da Silva	1º ano 1º ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames). 1º ano – 1874 (no exame não foi considerado habilitado para promoção). Nomeado adjunto interino em 26/05/1879. No ano de 1883 regeu interinamente a 3ª de meninos de Santa Rita pelo fato do professor estar no júri. Regeu interinamente a 2ª escola da Gloria em 1884 pelo fato do professor estar licenciado e doente.
82	13/06/1872	Emilio Florentino de Freitas	1º ano 1º ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames). 1º ano – não compareceu ao exame em junho de 1873. 1º ano – 1874 (no exame não foi considerado habilitado para promoção). Exonerado a seu pedido em 15/01/1875.

83	13/06/1872	Jose Carlos da Rocha	1º ano 1º ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames). 2º ano – exame em junho de 1873. 2º ano – 1874 (no exame não foi considerado habilitado para promoção). 1879 - adjunto efetivo.
84	13/06/1872	Luiz Augusto dos Santos	1º ano 1º ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames). 1º ano – não compareceu ao exame em junho de 1873. 1º ano – 1874 (no exame não foi considerado habilitado para promoção).
85	13/06/1872	Manoel Lobo Botelho	1º ano 1º ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames). 2º ano – exame em junho de 1873. 2º ano – 1874 (no exame não foi considerado habilitado para promoção).
86	13/06/1872	Manoel Ponciano Mallio Carneiro	1º ano 1º ano – 1873 (o relatório informa que não houve tempo de fazer os exames). 1º ano – não compareceu ao exame em junho de 1873. 1º ano – 1874 (no exame não foi considerado habilitado para promoção). 1879 - adjunto efetivo. No ano de 1883 regeu interinamente a 1ª escola de meninos da Gloria pelo fato do professor estar no júri. Exonerado em 15/05/1888.
87	31/07/1873	Januario dos Santos Sabino Junior	1º ano 1º ano – 1874 (no exame não foi considerado habilitado para promoção). 1879 - adjunto efetivo. Nomeado (art. 41) em 11/06/1881 para Gávea.
88	31/07/1873	Manoel Pereira Sarmento	1º ano 1º ano – 1874 (não compareceu ao exame).
89	31/07/1873	Arthur da Costa Magalhães	1º ano 1º ano – 1874 (no exame não foi considerado habilitado para promoção).
90	31/07/1873	Vicente Octaviano Victor Paulino	1º ano 1º ano – 1874 (no exame não foi considerado habilitado para promoção).

91	31/07/1873	Gustavo de Paula Reis	1º ano 1º ano – 1874 (no exame não foi considerado habilitado para promoção). 1879 - adjunto efetivo. No ano de 1883 regeu interinamente a 3ª escola de meninos de Ilha do Governador por se achar fora do exercício o professor. Regeu interinamente a 1ª escola de meninos de Santa Rita em 1884 pelo professor estar de licença.
92	31/07/1874	Antonio Hilário da Rocha	Interino - 1º ano 1879 - adjunto efetivo. Nomeado (art. 41) em 11/06/1881 para 2ª escola da Ilha do Governador.
93	31/07/1874	João Jose Dias da Silva	Interino - 1º ano.
94	31/07/1874	Antonio Teixeira da Cunha Junior	1º ano 1879 - adjunto efetivo. No ano de 1883 regeu interinamente a 2ª escola de meninos de Sacramento por estar no júri o professor.
95	31/07/1874	Arthur Eyres Pereira de Almeida	1º ano.
96	31/07/1874	Arthur Maia de Araujo Silva	1º ano.
97	31/07/1874	Christiano Adolpho Desouzart	1º ano 1879 - adjunto efetivo.
98	31/07/1874	João Bezerra de Paula Paiva	1º ano 1879 - adjunto efetivo. Exonerado em 1882.
99	31/07/1874	Francisco Henrique de Souza Menezes	1º ano.
100	31/07/1874	Jose Antonio de Figueiredo Junior	1º ano 1879 - adjunto efetivo.
101	31/07/1874	Jose Francisco da Cruz Pimentel	1º ano.
102	31/07/1874	Manoel Pereira Junior	1º ano 1879 - adjunto efetivo. Exonerado em 15/05/1888.
103	31/07/1874	Pedro de Campos Penna	1º ano Nomeado adjunto interino em 26/05/1879. No ano de 1883 regeu interinamente a 3ª escola de meninos de Ilha do Governador por se achar fora do exercício o professor.

104	31/07/1874	Pedro Francisco da Costa	1º ano.
105	31/07/1874	Telêmaco de Castro Pedro Cercelet	1º ano.
106	31/07/1874	Luiz Claudio Victor Paulino	1º ano 1879 - adjunto efetivo. No ano de 1883 regeu interinamente a 3ª escola de meninos de Engenho Velho pelo fato do professor estar no júri. No ano de 1883 regeu interinamente a 3ª escola de meninos de Ilha do Governador por se achar fora do exercício o professor.
107	31/07/1874	Laurentino Antonio da Silva Bastos	1º ano.
108	1879	Antonio Augusto Maia Maciel	Nomeado adjunto efetivo em 11/06/1885.
109	1879	Edmundo Pereira da Costa	1879 - adjunto efetivo.
110	1879	Ernesto Frederico Francioni de Padua	1879 - adjunto efetivo.
111	1879	Francisco das Chagas Pereira de Oliveira	1879 - adjunto efetivo.
112	1879	José Eleuterio Torres Moreira	1879 - adjunto efetivo. Exonerado em 5/05/1885.
113	1879	Pedro Manoel Borges	1879 - adjunto efetivo. No ano de 1883 regeu interinamente a 1ª escola de meninos de Santana pelo professor estar no júri. No ano de 1883 regeu interinamente a 2ª escola de meninos de Engenho Velho pelo fato do professora estar no júri.
114	26/05/1879	Antonio Carvalho de Oliveira	Adjunto interino Exonerado em 12/10/1885.
115	26/05/1879	Francisco Pinto Monteiro	Adjunto interino.
116	26/12/1879	Felipe Jose Alberto	Adjunto interino.
117	10/03/1880	Ernesto Augusto da Silva Chaves	Adjunto interino.
118	10/03/1880	João Francisco da Costa Junior	Adjunto interino.

119	10/03/1880	Samuel Chaves de Souza	Adjunto interino.
120	23/03/1880	Francisco Barreto Montebello	Adjunto interino.
121	23/03/1880	Francisco Jose da Fonseca Braga Junior	Adjunto interino Exonerado segundo relatório do Ministro do Império de 1881-1.
122	23/03/1880	Francisco Jose Martins	Adjunto interino.
123	23/03/1880	Nuno Alvaro de Lossio	Adjunto interino Exonerado segundo relatório do Ministro do Império de 1881-1.
	23/07/1881	Abeilard Genes de Almeida Feijó	Adjunto interino No ano de 1883 regeu interinamente a 1ª escola de meninos de Ilha do Governador por estar vaga. No ano de 1884 regeu interinamente a 1ª escola de meninos de Ilha do Governador porque a professora esteve regendo a 3ª escola de meninos de Santo Antonio.
124	23/07/1881	Ângelo Jansen de Castro e Albuquerque Sobrinho	Adjunto interino Faleceu em junho de 1883 (era adjunto interino ainda).
125	23/07/1881	Augusto Lucio de Figueiredo Teixeira	Adjunto interino.
126	23/07/1881	Aprígio José dos Santos Junior	Adjunto interino. Pediu exoneração em 23/08/1881.
127	23/07/1881	Astério de Araujo	Adjunto interino. Esteve de licença segundo relatório de 1884. Exonerado em 12/10/1885.
128	23/07/1881	Candido da Silva Nazareth	Adjunto interino Exonerado em 12/10/1885.
129	23/07/1881	Candido Durval Pereira Garcia	Adjunto interino Exonerado em 1882.
130	23/07/1881	Carlos Pinto Ferraz	Adjunto interino.
131	23/07/1881	Francisco Alvares Camara	Adjunto interino.
132	23/07/1881	Honório de Souza Salgado de Nascimento	Adjunto interino Exonerado em 12/10/1885.

133	23/07/1881	Hortencio Maria da Gama Souza e Mello	Adjunto interino Exonerado em 1882.
134	23/07/1881	João Eligdio de Paiva	Adjunto interino.
135	23/07/1881	João Timotheo da Costa	Adjunto interino.
136	23/07/1881	Joaquim Antonio Fernandes Freire	Adjunto interino.
137	23/07/1881	Lourenço Emiliano de Almeida	Adjunto interino.
138	23/07/1881	Pedro Borges de Lemos	Adjunto interino.
139	23/07/1881	Torquato Jose Ignácio da Silva	Adjunto interino.
140	23/07/1881	Viriato Soares de Carvalho	Adjunto interino.
141	3/09/1881	Luiz Rodrigues Albuquerque Figueiredo	Interino, entrou no lugar de Aprígio.
142	14/01/1882	Alfredo Nunes de oliveira	Adjunto interino. Exonerado em 12/10/1885.
143	14/01/1882	Rogério Nunes Baptista Ferreira Tamarindo	Adjunto interino.
144	14/01/1882	João Bernardo da Cruz Junior	Adjunto interino.
145	14/01/1882	Cristovam Izaias de Moraes Pinto	Adjunto interino.
146	14/01/1882	Procópio Jovita da Silva	Adjunto interino.
147	31/03/1884	Carlos Augusto Coelho	Adjunto interino. Exonerado em 1/06/1886.
148	31/03/1884	Alfredo Antonio da Costa	Adjunto interino.
149	31/03/1884	Manuel Antonio Souza e Silva Junior	Adjunto interino.

150	31/03/1884	Francisco Dantas da Moraes Barboza	Adjunto interino.
151	31/03/1884	Manoel Jose de Lacerda	Adjunto interino. Exonerado em 22/05/1888 por ter sido nomeado amanuense do arquivo público do Império.
152	31/03/1884	Andre Gaudie Ley	Adjunto interino.
153	31/03/1884	Napoleão Ruy Paim	Adjunto interino.
154	31/03/1884	Christiano de Almeida	Adjunto interino. Exonerado em 15/03/1886.
155	31/03/1884	João Jose Rodrigues Vieira	Adjunto interino.
156	31/03/1884	Ezequiel Benigno de Vasconcellos	Adjunto interino.
157	31/03/1884	Vicente Octaviano Victor paulino (de novo?)	Adjunto interino. Exonerado em 1/03/1887.
158	10/03/1885	Jose Joaquim campos da Costa de Medeiros e Albuquerque	Adjunto interino. Exonerado em 30/04/1889.
159	10/03/1885	Antonio Carlos Barreto de Toledo	Adjunto interino.
160	13/08/1885	Artidoro augusto Xavier Pinheiro Filho	Interino Exonerado em 6/12/1888 por ter sido nomeado amanuense na secretaria da agricultura.
161	22/06/1886	Arthur Jaymes de Menezes Montenegro	Interino.
162	16/05/1887	Jose Soares Dias	Adjunto interino.
163	15/05/1888	Antônio Carlos velho da Silva	Adjunto interino.
164	15/05/1888	Augusto de Miranda	Adjunto interino.
165	15/05/1888	Eugenio Manoel Nunes	Adjunto interino.
166	15/05/1888	José Frederico Velho da Silva	Adjunto interino.

Obs.: Vários adjuntos foram mantidos nos seus graus por não passarem nos exames anuais.

Apêndice 5

Endereços das escolas (1844-1889 / exceto o ano de 1883) com base no *Almanak Laemmert*

Santa Rita

Escola do sexo masculino	Escola do sexo feminino	Professores das escolas do s.m.	Professores das escolas do s.f.
Rua da Imperatriz, 42 (AL 1844) Rua da Imperatriz, 121 (AL, 1852) Largo da Imperatriz, 121 (AL, 1856) Largo da Imperatriz, 125 (AL, 1866) Rua Nova do Príncipe, esquina com a da Imperatriz (AL, 1868) Rua Nova do Príncipe, 125 (AL, 1871) Rua Nova do Príncipe, 80 (AL, 1873) Rua Nova do Príncipe, 80 e Rua da Imperatriz 125, reside na rua do Engenho Novo, 66 E (AL, 1874) Rua do Príncipe, 80 (AL, 1875) Rua da Imperatriz, 70 (AL 1876) No edifício da Rua da Harmonia, (AL, 1878) Edifício da Rua da Harmonia, 62 (AL, 1879)	Rua dos Pescadores, 59 (AL, 1844) Rua das Violas, 121 (AL 1847) Rua das Violas 141 (AL 1850) Rua d'Alfandega, 133 (AL 1853) Rua do Fogo, 32 (AL, 1856) Rua das Violas, 95(AL 1858) Rua da Conceição, 7 (AL, 1861) Rua da Imperatriz, 88 (AL, 1862) Rua Nova do Príncipe, 80 (AL, 1863) Rua da Imperatriz, 103 (AL, 1868) Praça Municipal, 1 (AL, 1874) Rua da Imperatriz, 65 (AL, 1880)	Candido Mateus de Faria Pardal (AL, 1844) Januário dos Santos Sabino (AL, 1875) Antonio José Marques (AL, 1881) Vaga (AL, 1889)	Francisca de Paula de Moraes e Lima (AL, 1844) Maria José dos Santos Lara (AL, 1872)

2ª cadeira – 1859 AL Rua da Saúde, 170 Largo de Santa Rita, 12 (AL, 1874) Rua dos Andradas, 87 (AL, 1879) Rua da Prainha, 138 (AL, 1882) Rua S. Joaquim, 132 (AL, 1889) vaga	**2ª cadeira** – 1859 AL Rua do Propósito, 19 Rua do Livramento, 21 (AL, 1861) Rua do Livramento, 64 (AL, 1868) Preenchida, 1872 (AL) Rua do Livramento, 122 (AL, 1873) Rua do Livramento, 130 (AL, 1875) Edifício da Rua da Harmonia, 62(AL, 1878)	**2ª cadeira** José Bernardes Moreira (AL, 1859) Vaga (AL, 1889)	**2ª cadeira** Delphina Rosa da Silva Vasconcellos (AL, 1859) Alcida Brandelina da Costa Seixas (AL, 1867) Vaga (AL, 1871) Thereza Leopoldina de Araujo (AL, 1872) Thereza Leopoldina de Araujo Jacobina (AL, 1875) Amélia Emilia da Silva Santos (AL, 1882)
3ª cadeira – 1871 AL Rua Senador Pompeu, 23 (AL, 1882) Rua Imperatriz, 1 (AL, 1889)	**3ª cadeira** – 1872 AL Praça Municipal 1D (1872) Largo de Santa Rita, 14 (AL, 1874) Rua da Saúde, 109 (AL, 1878) Rua dos Ourives, 185 (AL, 1789)	**3ª cadeira** Vaga (AL, 1871) Não mencionada em (AL, 1877) Agostinho José Soares Brazil (AL, 1878)	**3ª cadeira** Josepha Thomazia da Costa Passos (AL, 1872) Luiza Joaquina de Queiroz Paiva Mendes (AL, 1873)

Candelária

Escola do sexo masculino	Escola do sexo feminino	Professores das escolas do s.m.	Professores das escolas do s.f.
Largo de santa Rita, 10 (AL 1844) Largo do Capim, 8 (AL, 1850) Rua do sabão, 155 (AL, 1851) Rua d'Alfandega, 103 (AL, 1857) Rua d'Alfandega, 106 (AL, 1859) Rua d'Alfandega, 91(AL, 1862) Rua dos Ourives, 114 (Al, 1864) Sem endereço (AL, 1865) Rua dos Ourives, (AL, 1868) Rua dos Ourives, 233 (AL, 1873) Rua de Theophilo Ottoni, 77 (AL, 1874) Rua de Theophilo Ottoni, 71 (AL, 1875) Não é mencionada em (AL, 1881)	Rua dos Latoeiros, 46 (AL, 1844) Rua da Cadêa, 88 (AL 1845) Rua d'Assemblea, 88 (AL, 1849) Não aparece mencionada em (AL, 1874) Rua do Hospício, 137 (AL, 1875) Rua do Hospício, 138 (AL, 1876) Rua Sete de Setembro, 81 (AL, 1880) Rua do Hospício, 100 (AL, 1881) Rua do General Camara, 13 (AL, 1884) Rua do General Camara, 71 (AL, 1886) Rua do General Camara, 74 (AL, 1887) Vaga (AL, 1889)	Felizardo Joaquim da Silva Moraes (AL, 1844) Vaga (AL, 1855) regida interinamente por Marcos Bernardino da Costa Passos Luiz Thomaz de Oliveira (AL, 1856) João da Matta Araújo (AL, 1864) Antonio José Marques (AL, 1872) José Antonio de Campos Lima (AL, 1876) Não Mencionada (AL, 1881)	Catharina Lopes Coruja (AL, 1844) Vaga (AL, 1874) Guilhermina Emilia da Rocha, posteriormente passou a se chamar Guilhermina Azambuja Neves (AL, 1875 / RIGIPSC) Guilhermina Azambuja Neves (AL, 1876) Adelaide Augusta da Costa e Silva (AL, 1884) Amélia Augusta Fernandes (AL, 1886) Vaga (AL, 1889)
	Rua Theophilo Ottoni, 1B (AL, 1887) Não mencionada (AL, 1888)		Theresa Carolina de Mirandella (AL, 1887) Não mencionada (AL, 1888)

São José

<table>
<tr><th>Escola do sexo masculino</th><th>Escola do sexo feminino</th><th>Professores das escolas do s.m.</th><th>Professores das escolas do s.f.</th></tr>
<tr><td>Rua da Cadêa, 81 (AL, 1844)
Rua do Lavradio, 134 (AL 1847)
Rua do Lavradio, 63 (AL, 1852)
Rua d’Ajuda, (AL, 1857)
Rua d’Ajuda, 83 (AL, 1858)
Rua d’Ajuda, 195 (Al 1859)
Rua d’Assemblea, 20 (AL, 1862)
Rua de S. José, 13, sobrado (AL, 1868)
Rua das Marrecas, 33 (AL, 1872)
Rua das Marrecas, 4 (AL, 1875)
Rua do Passeio, 9 (AL, 1877)
Rua Visconde de Maranguape, 41 (AL, 1882)
Escola suspensa de exercício (AL, 1884)</td><td>Rua dos Arcos, 62 (AL, 1844)
Rua dos Arcos, 58 (AL, 1845)
Rua da Lapa, 96 (AL, 1852)
Rua d’Ajuda, 101 (Al 1856)
Rua d’Ajuda, 195 (Al 1857)
Rua d’Ajuda, 159 (Al 1859)
Rua dos Barbonos, 6 (AL, 1862)
Rua das Marrecas, 83 (AL, 1865)
Rua de S. José, 36 (AL, 1869)
Rua das Marrecas, 36 (AL, 1872)
Rua das Marrecas, 3 (AL, 1875)
Rua das Marrecas, 6 (AL, 1877)
Praça de D. Pedro I, 1 (AL, 1880)
Rua do Evaristo da Veiga, 78 (AL, 1881)</td><td>José Maria Mafra (AL, 1844)
Francisco Antonio Augusto de Sá (AL, 1847)
Vago (AL, 1856)
Joaquim Fernandes da Silva (AL, 1857)
Regida interinamente pelo adjunto José Antonio de Campos Lima (AL, 1865)
João Pedro dos Santos Cruz (AL, 1868)
Escola suspensa de exercício (AL, 1884)</td><td>Thereza Fortunata da Silva (AL, 1844)
Alcida Brandelina da Costa (AL, 1864)
Mathilde Carolina da Silveira (AL, 1867) Ferreira.
Gertrudes Mathilde da Silveira (AL, 1876) – (Em 1879, RIGIPSC, consta como Gertrudes da Silveira Cardoso)

Anna América da Rocha e Souza (AL, 1880)</td></tr>
<tr><td rowspan="2">2ª cadeira – 1872 AL
Rua de D. Manoel, 52 (AL, 1873)
Rua de D. Manoel, 50 (AL, 1875)
Rua da Misericórdia, (AL, 1877)
Rua da Ajuda, 99 (AL, 1881) – tornou-se a primeira cadeira - 1884</td><td>2ª cadeira – 1872 AL
Rua de D. Manoel, 22 (AL, 1873)
Rua da Misericórdia, 50 (AL, 1888)</td><td rowspan="2">2ª cadeira
Antonio Candido Rodrigues Carneiro (AL, 1872)</td><td>2ª cadeira
Claudina de Paula Menezes (AL, 1872)</td></tr>
<tr><td>3ª cadeira
Funciona no edifício da escola (AL, 1878)
Rua da Ajuda, 58 (AL, 1882)
Rua da Ajuda, 26 (AL, 1884)</td><td>3ª cadeira
Eudoxia Brasília da Costa (AL, 1878)
Juntamente com adjunta Virginia Pinto Cidade (AL, 1884)
Maria Elvira de Figueiredo Teixeira da Fonseca (AL, 1885)</td></tr>
</table>

Sacramento

Escola do sexo masculino	Escola do sexo feminino	Professores das escolas do s.m.	Professores das escolas do s.f.
Rua do Sabão, 375 (AL, 1844) Rua da Imperatriz, 12 (AL 1845) Rua do Hospício, 207 (AL, 1857) Rua do Hospício, 268, loja (AL, 1860) Rua do Hospício, 264, loja (AL, 1875) Rua do General Camara, 316 (AL, 1876) Rua da Constituição, 39 (AL, 1881) Rua de São Pedro, 234 (AL, 1888) Vaga (AL, 1889)	Sem endereço (AL, 1844) Rua do Lavradio, 48 (AL, 1845) Rua dos Ciganos, 5 (AL, 1847) Rua do Sabão, 230 (AL 1848) Rua do Sabão, 236 (AL 1850) Rua dos Ciganos, 46 (AL, 1857) Rua do Hospício, 268, sobrado (AL, 1860) AL, 1862 – Vaga Rua do Hospício, 264, sobrado (AL, 1875) Rua do Hospício, 310 (AL, 1876) AL, 1880 Rua da Alfandega, 140 (AL, 1881)	Joaquim Sabino Pinto Ribeiro (AL, 1844) Polycarpo José Dias da Cruz (AL, 1856) Marcos Bernardino da Costa Passos (AL, 1859) Manoel José Pereira Frazão (AL, 1864) João Rodrigues da Fonseca Jordão (AL, 1865) José Antonio de Campos Lima (AL, 1881) Theresa Alcantara Costa Pereira Vaga (AL, 1889)	Anna Joaquina de Oliveira e Silva (AL, 1844) Regida interinamente pela ajunta Alcida Brandelina da Costa (AL, 1862) Francisca Albina Ferreira (AL, 1863) Angelica de Athayde Jordão (AL, 1867) Polycena de Menezes Dias da Cruz Araujo (AL, 1880) Adelina Doyle Silva (AL, 1884)
2ª cadeira – 1859 AL Rua d'Alfandega, 160 Rua dos Ciganos 46, (AL, 1860) Rua dos Ciganos, 32 (AL, 1862) Rua do Regente, 17 (AL, 1865) Rua d'Alfandega, 145 (AL, 1868) Rua d'Alfandega, 143 (AL, 1872) Rua d'Alfandega, 135 (AL, 1875) – vaga Preenchida (AL, 1881) Rua de São Pedro, 234 (AL, 1882) Rua da Constituição, 20 (AL, 1888)	**2ª cadeira** – 1859 – AL Praça da Constituição, 8, 2º andar AL, 1860 - mesmo edifício Rua do Espírito Santo (AL, 1861) Rua dos Ciganos, 66 (AL, 1862) Rua da Constituição, 66 (AL, 1866) Rua do Sacramento, 4 (AL, 1874) Rua do Sacramento, 6 (AL, 1875)	**2ª cadeira** Antonio Ignácio de Mesquita Junior (AL, 1859) Vaga (AL, 1874) José da Silva Santos (AL, 1881)	**2ª cadeira** Luiza Candida de Mendonça Cardoso (AL, 1859) Luiza Ferreira Sampaio (AL, 1860)

3ª cadeira – AL, 1878 Rua sete de Setembro, 135, sobrado (AL, 1880) Rua do Hospício, 160, sobrado (AL, 1882)	**3ª cadeira** – AL, 1878 Rua da Constituição, 23 (AL, 1882) Rua da Constituição, 26, aula pratica anexa a escola normal (AL, 1885)	**3ª cadeira** Antonio Estevão da Costa e Cunha (AL, 1878) José João de Povoas Pinheiro (AL, 1880)	**3ª cadeira** Anna Jacintha da Conceição Dias (AL, 1878) Ana Dias Vieira (AL, 1884)

Glória

Escola do sexo masculino	**Escola do sexo feminino**	**Professores das escolas do s.m.**	**Professores das escolas do s.f.**
Rua do Cattete, 192 (AL, 1844) Rua do Cattete, 190 (AL 1846) Rua do Cattete, 192 (AL, 1853) Largo do Machado, 31 (AL, 1856) Rua da Pedreira da Gloria, 36 (AL, 1858) Rua do Cattete, 2C (Al, 1863) Rua do Cattete, 10 (Al, 1875) Diz “no estabelecimento” (AL, 1877), talvez seja o edifício próprio. Praça Duque de Caxias, 8 (AL, 1880)	Rua da Lapa, 22 (AL, 1844) Rua da Pedreira da Candelária, 19 (AL, 1845) Rua do Cattete, 71 (AL 1847) Rua da Pedreira da Candelária, 7 (AL, 1850) Cattete, 173 (AL, 1851) Cattete, 38 (AL, 1853) Cattete 15 (AL, 1855) Rua da Pedreira da Candelária, 28 (AL, 1857) Rua do Cattete, 175 (AL, 1858) Rua da Pedreira da Gloria, 39 (AL, 1859) Rua da Pedreira da Candelária, 39 (AL, 1860) Rua da Pedreira da Candelária, 63 (AL, 1863) Rua do Cattete, 173 (AL, 1864) Rua do Cattete, 177 (AL, 1869) Rua do Cattete, 3 (AL, 1871) Diz “no estabelecimento” (AL, 1877), talvez seja o edifício próprio. Praça Duque de Caxias, 8 (AL, 1880) Rua do Marques de Abrantes, 28 (AL, 1881) Praça Duque de Caxias, 8 (AL, 1882)	Francisco Joaquim Nogueira Neves (AL, 1844) Vaga (AL, 1855) Francisco Joaquim Nogueira Neves (AL, 1856) João Antunes da Costa e Silva (AL, 1862) Joaquim Thomaz de Oliveira (AL, 1864) Manoel José Pereira Frazão (AL, 1865) Antonio Cypriano de Figueiredo Carvalho (AL, 1874) Francisco Antonio Castorino de Faria (AL, 1884)	Delfina Joaquina de Gouvea (AL, 1844) Vaga (AL, 1855) regida interinamente por Francisca Albina Ferreira Francisca Albina Ferreira (AL, 1856) Joanna Amalia de Andrade (AL, 1859)

2ª cadeira – AL 1871 Rua das Laranjeiras, 47C (AL, 1872) Rua de D. Luiza, 5 (AL, 1876) Rua do Senado, 14 (AL, 1884) Rua de Santo Amaro, 14 Vaga (AL, 1888)	**2ª cadeira** – AL 1871 Rua do Cattete, 200 (AL, 1872) Rua do Cattete, 3 (AL, 1877) Rua de Santo Amaro, 14 (AL, 1882) Rua da Gloria, 64 (AL, 1884)	**2ª cadeira** Vaga – AL 1871 João da Matta Araújo (AL, 1872) Vaga (AL, 1888) Thereza Alcantara da Costa Pereira (AL, 1889)	**2ª cadeira** Vaga – AL 1871 Amélia Emilia da Silva Santos (AL, 1872) Thereza Leopoldina de Araujo Jacobina (AL, 1882) Felisdora America da Rocha e Souza (AL, 1885) Theodora de Souza Teixeira Mendes (AL, 1889)
3ª cadeira Rua do Conselheiro Pereira da Silva, 9 (AL, 1878) Rua das laranjeiras, 1 (AL, 1879) Rua Príncipe do Cattete, 12 (AL, 1882) Rua Guanabara, 37 (AL, 1884) Rua S. Salvador, 1D (AL, 1889)	**3ª cadeira** (AL, 1878) sem endereço Em 1879, o AL diz que funciona no "edifício" Praça Duque de Caxias, 8 (AL, 1880) Rua do Marques de Abrantes, 28 (AL, 1881) Rua S. Salvador, 1D (AL, 1889)	**3ª cadeira** José Joaquim de Amorim Carvalho (AL, 1878) Antonio Cypriano de Figueiredo Carvalho (AL, 1884) Manoel José Pereira Frazão (AL, 1886)	**3ª cadeira** Rosalina Cardoso da Silva Campos (AL, 1878) Rosalina Frazão (AL, 1885)

Santana

Escola do sexo masculino	Escola do sexo feminino	Professores das escolas do s.m.	Professores das escolas do s.f.
Rua do Sabão da Cidade Nova, 82 (AL 1844) Rua Formosa, 139 (AL, 1851) Rua de Matacavallos, 210 (AL, 1853) ( ) Rua nova do Sabão, 105 (AL, 1856) Rua da Princeza, 79 - Cajueiro (AL, 1857) Rua da Princeza, 138 - Cajueiros (AL, 1873) Rua da Princeza, 130 - Cajueiros (AL, 1875) Rua da Princeza, 27 - Cajueiros (AL, 1876) Rua da Princeza, 30 - Cajueiros (AL, 1877) No edifício da Praça da Acclamação (AL, 1878) Praça da Acclamação, 56 (AL, 1884)	Rua do Areal, 7 (AL 1844) Rua do Príncipe, 118 (AL 1854) ( ) Rua Nova do Sabão, 75 (AL, 1855) Rua do Príncipe, 75 - Cajueiro (AL, 1857) Rua Nova de São Pedro, 80 (AL, 1860) Rua do Areal, 2 (AL, 1864) Rua do conde d'Eu, 124 (AL, 1867) Campo da Aclamação, 79 (AL, 1868) Campo da Aclamação, 77 (AL, 1872) Rua do Areal, C (AL, 1873) Preenchida sem endereço (AL, 1875) Rua da America, 84 (AL, 1876) Rua da America, 104 (AL, 1879) Rua General Pedra, 95 (AL, 1888) Rua da America, 98 (AL, 1889)	João José Pereira Sarmento (AL, 1844) Ermelindo José Exposto (AL, 1853) João José Moreira (AL, 1856) Augusto Candido Xavier Cony (AL, 1874) Florisbella Moratório de Azambuja Neves (AL, 1889) Luiza Cellestina Velloso (AL, 1889)	Policena Maria da Conceição Cruz (AL, 1844) Umbelina Maria da Conceição Cruz (AL 1854) Elisa Tanner (AL, 1856) Vaga (AL, 1874) Amália Justa dos Passos Coelho (AL, 1875) Josepha Thomazia da Costa Passos (AL, 1880) Professora não mencionada (AL, 1887) pressupondo a cadeira vaga Maria Dias França (AL, 1888)

2ª cadeira – 1859 – AL Praia da Gamboa, 85 Praia do Sacco (AL, 1860) Gamboa, 85 (AL, 1861) Praia da Gamboa, 79 (AL, 1864) Praia da Gamboa, 131 (AL, 1873) Praia da Gamboa, 119 (AL, 1875) Professora assume a escola (AL, 1885) Rua Senador Eusébio, 310 (AL, 1888) professor	**2ª cadeira** – 1859 – AL Praia do Sacco Praia da Gamboa, 79 (AL, 1860) Praia do Sacco 79 (AL, 1861) Praia do Sacco, 253 (AL, 1868) Sem menção 1870 Preenchida AL, 1872 Rua America, 79 (AL, 1873) Rua da Princeza, 123 A – Cajueiros (AL, 1874) Rua da Princeza, 147 – Cajueiros (AL, 1875) No edifício da Praça da Acclamação (AL, 1878) Praça da Acclamação, 54 (AL, 1884)	**2ª cadeira** João Antunes da Costa e Silva (AL, 1859) José Joaquim Xavier (AL, 1862) Thereza de Alcantara da Gloria Pereira (AL, 1885) Aparece junto Luiz Augusto dos Reis (AL, 1887) Luiz Augusto dos Reis, somente, (AL, 1888)	**2ª cadeira** Anna Joaquina da Costa Passos (AL, 1859) Vaga (AL, 1870) Zulmira Elizabeth da Costa Cirne (AL, 1872)
3ª cadeira – AL 1871 Rua Formosa, 83 (AL, 1872) Rua do General Caldwell, 83 (AL, 1874) Rua do Areal, 29 (AL, 1875) Vaga (AL, 1878) Praia do Sacco do Alferes, 153 (AL, 1881) Praia do Sacco do Alferes, 251 (AL, 1884) Não mencionada (AL, 1885) Preenchida (AL, 1886) Praia do Chichorro, palacete (AL, 1888) Praia da Gamboa, 249, palacete (AL, 1889)	**3ª cadeira** – AL 1871 Preenchida sem endereço (AL, 1872) Rua do Alcantara, 18 (AL, 1873) Rua do Conde d'Eu, 124 (AL, 1878) Rua do Alcantara, 1881 Rua do Senador Euzébio, 88 (AL, 1884) Não mencionada (AL, 1885) Rua do Conde d'Eu, 120 (AL, 1888)	**3ª cadeira** Vaga (AL 1871) Regida interinamente por Antonio Estevão da Costa e Cunha (AL, 1872) Antonio Pinheiro do Aguiar (AL, 1875) Vaga (AL, 1878) Joaquim José de Souza Ribeiro (AL, 1878) Adalberto Octaviano Arthur de Siqueira Amazonas (AL, 1886)	**3ª cadeira** Vaga (AL 1871) Flavia Domitilla de Carvalho (AL, 1872) Flavia Maciel (AL, 1874) Professora consta como 4ª cadeira (AL, 1881) Professora Consta como 3ª cadeira (AL, 1885)

4ª cadeira (AL, 1878) Rua Senador Euzébio, 172 Praia do Sacco do Alferes, 153 (AL, 1879)	**4ª cadeira** (AL, 1878) Rua do Alcantara, 18 Aparece sem endereço (AL, 1881) Rua do Conde d'Eu, 120 (AL, 1882) Rua Senador Euzébio, 88 (AL, 1888)	**4ª cadeira** Joaquim José de Souza Ribeiro (AL, 1878) Consta como 3ª cadeira (AL, 1881)	**4ª cadeira** Augusta Castellões Fernandes da Costa (AL, 1878) – nome de casada? Consta como 3ª cadeira (AL, 1881) Não consta (AL, 1885) Augusta Castellões Fernandes da Costa (AL, 1888)
(AL, 1887) Dois professores assumem escolas, mas não há indicação de quais.	**5ª cadeira** (AL, 1881) Praia Formosa, 19 (AL, 1882)		**5ª cadeira** Carolina Gabriella de Paula Dias (AL, 1881) Carolina Dias da Silva Braga (AL, 1885) como 3ª cadeira Consta como 5ª cadeira (AL, 1888)

São Cristóvão

Escola do sexo masculino	**Escola do sexo feminino**	**Prof. das escolas do s.m.**	**Professores das escolas do s.f.**
Praia dos Lázaros, 2 (AL, 1844) Barro Vermelho, 1 (AL, 1849) Casa na Rua dos Quartéis imediata a de nº 1 (AL, 1851) Rua Bella de São João (antiga dos Quartéis) – AL, 1860 Praça de D. Pedro I, 75D (AL, 1868) Prédio da Praça do Comercio (AL, 1873) Praça d. Pedro I, prédio da Praça do Comercio (AL, 1875) Praça d. Pedro I, 5, Praça do Comercio (AL, 1885)	Praça dos Lázaros, 27 (AL 1844) Campo de São Cristovão, 101 (AL, 1850) Rua dos Quartéis (AL, 1857) Idem – AL, 1861 Rua da Aurora, 23 D (AL, 1868) Rua de D. Pedro I, 102 (AL, 1871) Praça de D. Pedro I (AL, 1873) AL, 1880: vaga, serve interinamente um professor na rua da Harmonia, 62 AL, 1881: professora regente, praça de D. Pedro I Praça de D. Pedro I, 5 (AL, 1884) Não mencionada (AL, 1885)	Reverendo João Soares de Lima e Mota (AL, 1844) Vago (AL, 1848) Joaquim José Cardoso de Siqueira Amazonas (AL, 1849) João Pedro de Medina Coeli Mariz Sarmento (IGIPSC, 1866) José Gonçalves Paim (AL, 1867) Diz que está Vaga (AL, 1888) apesar de aparecer o nome de Paim	Clara Maria da Gloria Ribeiro (AL, 1844) Maria José dos Santos Lara (AL, 1869) Anna Alexandrina de Vasconcellos Medina (AL, 1872) Anna América da Rocha e Souza (AL, 1878) Vaga. Rege interinamente Januario dos Santos Sabino Junior (AL, 1880) Felisdora America da Rocha e Souza (AL, 1881) Cadeira não mencionada (AL, 1885)

Ponta do Caju (2ª cad. de S. Cristóvão)

<table>
<tr>
<td>Sem endereço (AL, 1858)
Retiro saudoso, (AL, 1859)
Paria do Caju, 13 (AL, 1868)
Vaga (AL, 1872)
Preenchida, sem endereço (AL, 1881)
Rua General Gurjão, 5,G (AL, 1882)
Rua do Pau-Ferro, 16 A São Cristovão (AL, 1886)
? (AL, 1887)
Endereço confere com professor (AL, 1888)</td>
<td>Rua de santo Amaro (AL, 1860)
Sem registro, 1860 AL
Rua do retiro saudoso, 29 A (AL, 1862)
Rua do retiro saudoso, 37 (AL, 1877)
Vaga (AL, 1879)
Preenchida, sem endereço (AL, 1881)
Rua General Gurjão, 16 (AL, 1882)
Praia do caju, 5 (AL, 1884)</td>
<td>Joaquim Sabino Pinto Ribeiro (AL, 1858)
Marcos Bernardino da Costa Passos (AL, 1864)
João Pedro de Medina Coeli Mariz Sarmento (AL, 1866)
Antonio Candido Rodrigues Carneiro (AL, 1867)
Vaga (AL, 1872)
Luiz Augusto dos Reis (AL, 1881)
Não mencionada (AL, 1887)
Vaga (AL, 1888)</td>
<td>Maria Antonia da Luz Franco (AL, 1859) ou, em 1859, Maria Antonia Martins Franco
Vaga (AL, 1861)
Deolinda Maria da Cruz e Almeida (AL, 1862) Araujo
Maria da Gloria Lacé de Alvarenga (Maria da Gloria de Almeida Feijó) (AL, 1878)
Vaga (AL, 1879)
Marianna Angélica Loureiro Fernandes (AL, 1880)</td>
</tr>
</table>

Benfica e Pedregulho (3 e 4ª cad. de S. Cristóvão)

<table>
<tr>
<td rowspan="2">**3ª cadeira** (AL, 1878) – sem endereço
Vaga (AL, 1880)
Preenchida, sem endereço (AL, 1881)
Rua Bella de São João, 48 (AL, 1882)
Rua Bella de São João, 42 (AL, 1884)
Rua General Gurjão, 6D (AL, 1888)</td>
<td>**3ª cadeira**
Largo do Pedregulho (AL, 1863)
Largo do Pedregulho, 50 (AL, 1868)
Largo do Pedregulho, 121 (AL, 1873)
Vaga (AL, 1874)
Preenchida (AL, 1875)
Largo do Pedregulho, 4 (AL, 1882)</td>
<td rowspan="2">Antonio Joaquim Teixeira de Azevedo (AL, 1878)
Januário dos Santos Sabino, interinamente, (AL, 1879)
Vaga (AL, 1880)
Lino dos Santos Rangel (AL, 1881)
Jorge Roberto da Costa (AL, 1884)</td>
<td>**3ª cadeira**
Angelica de Athayde Jordão (AL, 1863)
Maria da Gloria de Almeida Feijó (AL, 1867)
Maria Nazareth dos Santos Garrocho (AL, 1872)
Vaga (AL, 1874)
Eudoxia Brasília da Costa (AL, 1875)
Candida Antonia Martins (AL, 1878)</td>
</tr>
<tr>
<td>**4ª cadeira**
Criada? AL, 1877
Preenchida, sem endereço (AL,1878)
Travessa das Flores, 5 (AL, 1882)
Não mencionada (AL, 1884)
Rua Bella de São João, 42 (AL, 1888)
Rua Bella de São João, 48 (AL, 1889)</td>
<td>**4ª cadeira**
Mathilde Carolina da Rocha (AL, 1877)
Adelaide Augusta da Costa (AL, 1879)
Não mencionada (AL, 1884)
Amélia Frazão de Araújo Cabrita (AL, 1888)</td>
</tr>
</table>

Engenho Velho

Escola do sexo masculino	**Escola do sexo feminino**	**Professores das escolas do s.m.**	**Professores das escolas do s.f.**
Rua de S. Cristovão (AL, 1844) Mataporcos, 12 (AL, 1847) Mataporcos, 11 (AL 1848) Rua de S. Cristovão, 49 (AL, 1849) Estrada do engenho velho, 100 (AL, 1850) Passando a ponte ao aterrado a 1º casa a esquerda sem número. (AL, 1851) Rua de S. Christovão, 63 (AL, 1853) Sem endereço (Al, 1856) Rua de S. Christovão, 61 (AL, 1857) Rio Comprido, 10 (AL, 1859) Rua Nova do Imperador, 21 (AL, 1863) Travessa da Rainha, 1 (AL, 1864) Rua do Haddock Lobo, 110 – esquina com a de São Salvador (AL, 1873) Rua do Haddock Lobo, 108 – esquina com a de São Salvador (AL, 1877) Edifício "próprio nacional" na rua de São Francisco Xavier (AL, 1878) Rua Francisco Xavier, 7 (AL, 1885)	Sem menção (AL, 1844) Rua do Engenho Velho, (AL, 1857) Rua do Engenho Velho, esquina da travessa da Rainha (AL, 1859) Rua do Engenho Velho, 27 A (AL, 1863) Rua do Haddock Lobo, 27A (AL, 1871) Rua do Haddock Lobo, 90 (AL, 1874) Rua do Haddock Lobo, 123 (AL, 1881) Rua do Mattoso, 38 (AL, 1884) Rua do Mattoso, 49 (AL, 1885)	Simão Bernardino Costa Passos (AL, 1844) Antonio Gonçalves Teixeira e Souza (AL, 1850) João Ferreira Moscoso (AL, 1856) José João de Povoas Pinheiro (AL, 1872) Antonio Estevão da Costa e Cunha (AL, 1880) Felizardo Ildefonso Pereira Alves (AL, 1882) Felippe de Barros e Vasconcellos (AL, 1886)	Maria Thomazia de Oliveira e Silva (AL, 1857) Maria da Gloria Lacé de Alvarenga (Maria da Gloria de Almeida Feijó) – AL, 1872 Deolinda Maria da Cruz e Almeida Araujo (AL, 1878) Vaga (AL, 1889)

2ª cadeira ainda sem exercício – AL, 1864 Rua de são Cristovão, 18 G (AL, 1865) Em 1867 – AL – a escola passa a ser da freguesia do Espírito Santo Vago-1871 Rua desembargador Isidro, 1A (AL, 1872) Rua do Barão de Mesquita (AL, 1877) Rua do Barão de Mesquita, 6 (AL, 1882) Rua Braça de Ouro, 18 (AL, 1886)	**2ª cadeira** – 1871 Vago 1871 Preenchida sem endereço (AL, 1872) Rua do Conde de Bom-Fim, 10B (AL, 1873) Rua do Conde de Bomfim, 24 (AL, 1876) Rua do Conde de Bomfim, 22 (AL, 1877) Edifício "próprio nacional" na rua de São Francisco Xavier (AL, 1878)	**2ª cadeira** Gustavo José Alberto (ainda não está em exercício, AL, 1864) – assumiu em 1865(AL)-mudou em 1867 Vaga (1867) Carlos Antonio Coimbra de Gouvea (AL, 1872)	**2ª cadeira** Vaga – AL 1871 Maria Thomazia de Oliveira e Silva (AL, 1872)
3ª cadeira (AL, 1884) Rua do Boulevard, 98, e rua Sete de Setembro, 11 (AL, 1884) Rua do Boulevard, 10 (AL, 1885) Não é mencionada (AL, 1886)	**3ª cadeira** -1872 Preenchida sem endereço (AL, 1872) Rua do Leite C, Engenho Novo (AL, 1873) Rua do Uruguay, 2 (AL, 1876) Rua do Souza Cruz, 3 (AL, 1878) No AL de 1879, o nome da rua Souza Cruz aparece riscado e anotado a lápis o nome da rua da America, 12º 104 Rua do Patrocínio, 4 (AL, 1882)	**3ª cadeira** Felippe de Barros e Vasconcellos (AL, 1884) Não é mencionada (AL, 1886)	**3ª cadeira** Luiza Joaquina de (Oliveira?) Queiroz Paiva Mendes (AL, 1872) Josepha Thomazia da Costa Passos (AL, 1873) Amélia Justa dos Passos Coelho (AL, 1880)
	4ª cadeira -1880 Rua do Boulevard, 10 – Villa-Izabel (AL, 1881) Rua de Dona Maria, 204, Villa-Izabel (AL, 1884) Rua de Dona Maria, 2 e 4, Villa-Izabel (AL, 1885)		**4ª cadeira** Maria Magdalena da Silveira Faria (AL, 1880) Virginia Pinto Cidade (AL, 1886) Vaga (AL, 1888)
	5ª cadeira Rua Barão de Mesquita, 32 (AL, 1884) Vaga (AL, 1889)		**5ª cadeira** Maria Benedicta Lacé Brandão (AL, 1884)

Lagoa

Escola do sexo masculino	**Escola do sexo feminino**	**Professores das escolas do s.m.**	**Professores das escolas do s.f.**
Rua de São Clemente (AL, 1844) Rua de São Clemente, 62 (AL 1845) Rua de São Clemente, 105 (AL 1851) Rua de D. Marianna (AL, 1861) Rua de D. Marianna, 2 (AL, 1862) Rua de São Clemente, 41 (AL 1868) Rua de São Clemente, 69 (AL 1873) Rua de São Clemente, 50 (AL 1876) Rua de São Clemente, 97 (AL 1877) Vago (AL, 1888) Rua Matriz – vaga (AL, 1889)	Praia de Botafogo, 19 (AL, 1854) Rua de S. Clemente, 19 (AL, 1855) Praia de Botafogo, 98 B (AL, 1863) Rua são Clemente (AL, 1868) Rua de São Clemente, 56 (AL 1873) Rua de São Clemente, 110 (AL 1876) Rua de São Clemente, 108 (AL 1877) Rua de São Clemente, 39 (AL, 1882) Rua de D. Marianna, 6A (AL, 1884) Rua de São Clemente, 97 (AL, 1889)	Luiz José de Mello (AL, 1844) Vaga (AL, 1855) rege interinamente o professor de Irajá Jordão Joaquim Fernandes da Silva (AL, 1856) João Rodrigues da Fonseca Jordão (AL, 1857) Vaga (AL. 1865) Antonio Cypriano de Figueiredo Carvalho (AL, 1866) Manoel José Pereira Frazão (AL, 1874) Junto com João Pedro dos Santos Cruz? (AL, 1885) Antonio Cypriano de Figueiredo Carvalho (AL, 1886) Vaga (AL, 1888)	Anna Euqueria Lopes (AL 1854) Álvares Florisbella Moratório de Azambuja Neves (AL, 1881)
Aparece **2ª cadeira** , AL – 1867 Rua da Boa-vista, 4C (AL, 1868) Rua da Passagem, 7 (AL, 1873) Rua da Passagem, 80 (AL, 1877) Rua da Passagem, 95 (AL, 1882) Não mencionada (AL, 1887) Preenchida (AL, 1888) Rua da Passagem, 95	**2ª cadeira** Sem endereço (AL, 1874) Rua da Passagem, 40 (AL, 1875) Rua da Passagem, 86 (AL, 1877) Preenchida (AL, 1887) Rua Voluntários da Pátria, 37 B (AL, 1888)	**2ª cadeira** Olympio Catão Viriato Montez (AL, 1867) José Antonio de Campos Lima (AL, 1869) Antonio José Marques (AL, 1876) Januario dos Santos Sabino (AL, 1881) Não é mencionada (AL, 1887) Januario dos Santos Sabino (AL, 1888)	**2ª cadeira** Vaga (AL, 1874) Polycena de Menezes Dias da Cruz Araujo (AL, 1875) Angelica de Athayde Jordão (AL, 1880)

3ª cadeira – AL, 1872 Sem endereço Não é mencionada (AL, 1880) Preenchida (AL, 1881) Rua da Real-Grandeza, 80 (AL, 1882) Rua da Real-Grandeza, 32 (AL, 1886) Rua matriz, 14, Botafogo (AL, 1889)	**3ª cadeira** Sem endereço (AL, 1874) Rua da Boa-Vista, 9 (AL, 1875) Não mencionada em AL 1878	**3ª cadeira** Vaga (AL, 1872) Domingos José Lisboa (AL, 1881)	**3ª cadeira** Vaga (AL, 1874) Luiza Celestina Velloso (AL, 1875) Não mencionada em 1878

Inhaúma

Escola do sexo masculino	**Escola do sexo feminino**	**Professores das escolas do s.m.**	**Professores das escolas do s.f.**
Estrada de Santa Cruz defronte ao marco da pedra de duas léguas (AL, 1851) AL, 1858 – Vago AL, 1859 – funciona Pilares (AL, 1882) Estrada Nova da Pavuna nos Pilares (AL, 1883 – Município Neutro)	Sem endereço (AL, 1871) Preenchida sem endereço (AL, 1872) Rua Imperial, 12 (AL, 1873) Pilares (AL, 1882) Estrada de Santa Cruz, Pilares (AL, 1883 – Município Neutro) Não mencionada (AL, 1885) Preenchida (AL, 1888) Estrada Rela de Santa Cruz (AL, 1889)	João José Moreira (AL, 1851) Joaquim Sabino Pinto Ribeiro (AL, 1856) Vago (AL, 1858) Antonio Pinto da Costa de Souza Brandão (AL, 1859) Armando de Araújo Cintra Vidal (AL, 1869)	Vaga (AL, 1871) Maria Gomes Santarém (AL, 1872) Thereza de Alcântara da Costa Pereira (AL, 1875) Não mencionada (AL, 1885) Maria Amélia Fernandes (AL, 1888)

Irajá

Escola do sexo masculino	Escola do sexo feminino	Professores das escolas do s.m.	Professores das escolas do s.f.
Arraial da pedra (AL, 1851) Boa-vista, (AL, 1853) AL, 1855 vago AL, 1857 (↹) Sem endereço (**A**L, 1858) Areal (AL, 1883 – Município Neutro) Estrada da Pavuna (AL, 1888)	Sem endereço (AL, 1871) Preenchida sem endereço (AL, 1872) Penha (AL, 1883 – Município Neutro) Largo da Penha (AL, 1888)	João Rodrigues da Fonseca Jordão (AL, 1850) José Theodoro Burlamaque (AL, 1857)	Vaga (AL, 1871) Francisca da Gloria Dias (AL, 1872). Muda o nome para Francisca da Gloria Dias Major (AL, 1873) Francisca Dias de Alvarenga Cunha (AL, 1880)

Jacarepaguá

Escola do sexo masculino	Escola do sexo feminino	Professores das escolas do s.m.	Professores das escolas do s.f.
Em casa própria (AL, 1851) Vago (AL, 1872) Preenchida sem endereço (AL, 1873) Estrada da Freguesia (AL, 1883 – Município Neutro) Cachoeira da Tijuca (AL, 1885 município neutro) Alto do Picapau – vaga (AL, 1888)	Sem endereço, 1870 Vargem da Tijuca (AL, 1874) Freguesia (AL, 1882) Cachoeira da Tijuca (AL, 1883 – Município Neutro) Estrada da freguesia (AL, 1885)	Manuel Joaquim da Silveira (AL, 1851) Joaquim José de Souza Ribeiro (AL, 1865) Vaga (AL, 1872) Augusto Candido Xavier Cony (AL, 1873) – serviu interinamente na 2ª de S. Cristovão Candido Baptista Antunes (AL, 1874) – serve interinamente na 2ª escola de Sacramento David José Lopes (AL, 1875) Vaga (AL, 1888)	Thereza Leopoldina de Araújo (AL, 1870) Eudoxia Brasília da Costa (AL, 1872) Maria Fortunata Siqueira Amazonas Gomes da Silva (AL, 1878)

<table>
<tr>
<td>2ª cadeira – AL, 1872
Preenchida sem endereço (AL, 1872)
Vaga (AL, 1875)
Preenchida sem endereço (AL, 1882)
Rio-Morto (AL, 1883 – Município Neutro)
Vargem Grande – vaga (AL, 1888)</td>
<td>2ª cadeira
Serra da Tijuca (AL, 1874)
Vaga (AL, 1878)
Preenchida, (AL, 1879)
Não mencionada (AL, 1880)</td>
<td>2ª cadeira
David José Lopes (AL, 1872)
Vaga (AL, 1875)
Rege interinamente João Bezerra de Paula Paiva (AL, 1881)
Olympio Catão Viriato Montez (AL, 1882)
Vaga (AL, 1888)</td>
<td>2ª cadeira
Vaga (AL, 1874)
Eudoxia dos Santos Marques Dias (AL, 1875)
Vaga (AL, 1878)
Maria Magdalena da Silveira Faria (AL, 1879)
Posteriormente passou a se chamar Maria Magdalena da Silveira Carmo (IGIPSC)
Não mencionada (AL, 1880)</td>
</tr>
<tr>
<td>3ª cadeira – AL, 1872
Vago (AL, 1872)
Preenchida sem endereço (AL, 1873)
Vaga (AL, 1875)
Preenchida sem endereço (AL, 1876)
Rio-Grande (AL, 1883 – Município Neutro)</td>
<td rowspan="2"></td>
<td>3ª cadeira
Vaga (AL, 1872)
Philippe de Barros Vasconcellos (AL, 1873) – Serve interinamente na 2ª de S. Cristovão
Vaga (AL, 1875)
Jorge Roberto da Costa (AL, 1876)
Lino dos Santos Rangel (AL, 1884)</td>
<td rowspan="2"></td>
</tr>
<tr>
<td>4ª cadeira
Serra da Tijuca (AL, 1874)
Cascata Grande (AL, 1876)
Freguesia (AL, 1882)
Cachoeira da Tijuca (AL, 1883 – Mun. Neutro)
Estrada da Freguesia (AL, 1885)
Largo da Matriz (AL, 1888)</td>
<td>4ª cadeira
Vaga (AL, 1874)
Francisco José Gomes da Silva (AL, 1876)</td>
</tr>
</table>

Campo Grande

Escola do sexo masculino	**Escola do sexo feminino**	**Professores das escolas do s.m.**	**Professores das escolas do s.f.**
Mendanha (Al, 1851) Largo da Matriz, (AL, 1857) Vaga (AL, 1888)	Sem endereço, 1871 Realengo (AL, 1872)	Francisco Alves da Silva Castilho (AL, 1851) Vaga (AL, 1888)	Anna Alexandrina de Vasconcellos Medina (AL, 1871) Gertrudes Mathilde da Silveira (AL, 1872) – (Em 1879, RIGIPSC, consta como Gertrudes da Silveira Cardoso) Maria Arabella Tostes (Fortes) Guimarães (Al, 1877)
2ª cadeira – AL, 1872 Sem endereço, 1872 Realengo (AL, 1873)		**2ª cadeira** Joaquim José de Souza Ribeiro (AL, 1872) José da Silva Santos (AL, 1878) Interinamente Francisco das Chagas Pereira de Oliveira Joaquim Dantas de Paiva Barbosa (AL, 1882)	
3ª cadeira Vaga (AL, 1878) Preenchida, sem endereço (AL, 1882) Mendanha (AL, 1888)		**3ª cadeira** Vaga (AL, 1878) José Antonio Gonçalves Junior (AL, 1882)	

Guaratiba

Escola do sexo masculino	Escola do sexo feminino	Professores das escolas do s.m.	Professores das escolas do s.f.
Casa própria (Al, 1851) Vaga Preenchida 1868 Preenchida em 1875 (AL) por uma professora Um professor simultaneamente aparece ocupando a cadeira em 1876 (AL) Preenchida, sem endereço (AL, 1877) Vaga (AL, 1883 - Município Neutro) Preenchida por uma professora (AL, 1884) Vaga (AL, 1887) Santo Antonio da Bica – vaga (AL, 1888)	Vaga , 1870 Preenchida 1871 – sem endereço Vaga? (AL,1878) Preenchida, sem endereço (AL, 1881) Pedra (AL, 1883 - Município Neutro) Não é mencionada (AL, 1887) Cachamorra (AL, 1888)	Estevão José Pires (AL, 1851) Vaga (AL, 1864) Antonio Joaquim de Miranda (AL, 1866) Vaga (AL, 1867) José Joaquim Pereira de Azurara (AL, 1868) Olympio Catão Viriato Montez (AL, 1871) Thereza Carolina de Mirandella (AL, 1875) Agostinho José Soares Brazil (AL, 1876) – Sai em 1878 e fica Mirandella Rege interinamente Luiz Claudio Victor Paulino (AL, 1881) Adalberto Octaviano Arthur de Siqueira Amazonas (AL, 1882) Amelia Augusta Fernandes (AL, 1884) Não é mencionada em 1886 (AL, 1886) Vaga (AL, 1888)	Vaga (AL, 1870) Maria Nazareth dos Santos Garrocho (AL, 1871) Thereza Maria de Jesus Bastos (AL, 1872) Rosalina Cardoso da Silva Campos (AL, 1877) Vaga (AL, 1878) Thereza Carolina de Mirandella (AL, 1881) Não é mencionada (AL, 1887) Thereza Carolina de Mirandella (AL, 1888)

<table>
<tr>
<td>2ª cadeira
Preenchida (AL, 1858)
Preenchida, sem endereço 1868
Pedra (AL, 1883 - Município Neutro)</td>
<td rowspan="2">2ª cadeira
Sem endereço (AL, 1871)
Sem menção (AL, 1875)
Preenchida, sem endereço (AL,1878)
Barra (AL, 1888)</td>
<td>2ª cadeira
Antonio Joaquim Miranda (AL, 1858)
Antonio Cypriano de Figueiredo Carvalho (AL, 1860)
Joaquim Antonio da Silva Bastos (AL, 1861)</td>
<td>2ª cadeira
Vaga (AL, 1871)
Clara Maria da Silva Bastos, interina, (AL, 1878)
Josephina de Medina Coeli Barboza (AL, 1881)
Maria Elvira de Figueiredo Teixeira da Fonseca (AL, 1884)
Não é mencionada (AL, 1885)
Angelina Sandoval Castrioto Pereira</td>
</tr>
<tr>
<td>3ª cadeira – AL, 1874
Sem endereço (AL, 1874)
Preenchida em 1876 (AL)
Barra (AL, 1883 - Município Neutro)</td>
<td>3ª cadeira
Vaga (AL, 1874)
Augusto José Ribeiro (AL, 1876)</td>
<td></td>
</tr>
</table>

Santa Cruz

Escola do sexo masculino	**Escola do sexo feminino**	**Professores das escolas do s.m.**	**Professores das escolas do s.f.**
Casa pertencente à Fazenda Imperial (Al, 1851) AL, 1859 – mesmo edifício Não é mencionada (AL, 1886) Freguesia (AL, 1888)	Sem endereço, AL, 1872 Sem menção (AL, 1875) Preenchida sem endereço (AL, 1876) Vaga (AL, 1877) Preenchida (AL, 1878) Vaga (AL, 1880) Preenchida (AL, 1881) Sepetiba (AL, 1888)	João Antunes da Costa e Silva (AL, 1851) João da Matta Araujo (AL, 1859) Antonio Cypriano de Figueiredo Carvalho (AL, 1862) João Marciano de Carvalho (AL, 1863) Não é mencionada (AL, 1886) Maria José de Medina Coeli Ribeiro (AL, 1888)	Polycena de Menezes Dias da Cruz Araujo (AL, 1872) Vaga (AL, 1875) Maria (Mathilde) Carolina da Rocha (AL, 1876) Vaga (AL, 1877) Marianna Angélica Loureiro Fernandes (AL, 1878) Vaga (AL, 1880) Leobina Cardoso Rodrigues Lima (AL, 1881) Josephina de Medina Coeli Barboza (AL, 1884)

Ilha do Governador

Escola do sexo masculino	Escola do sexo feminino	Professores das escolas do s.m.	Professores das escolas do s.f.
Casa própria (Al, 1851) Sem registro de endereço 1861 Vaga 1864 Preenchida AL 1866 Vaga 1867 Preenchida 1868 Campo da Freguesia (AL, 1883 – Município Neutro) Preenchida por uma professora (AL, 1884) Não aparece mencionada (AL, 1885) Preenchida sem endereço (AL, 1886) Praia da Freguesia (AL, 1888)	Escola de Ana Joaquina Costa Passos – AL, 1858 Praia da freguesia, (AL, 1859) Sem registro 1861 Vaga – AL 1864 regida interinamente AL, 1865 – adjunta assume. AL, 1869- não aparece AL, 1871 – preenchida sem endereço Paria do Zumby (AL, 1883 – Município Neutro)	José de Moraes (AL, 1851) Rege interinamente Jacintho Lopes de Azevedo Antonio Cypriano de Figueiredo Carvalho (AL, 1861) João da Matta Araujo (AL, 1862) Vaga (AL, 1864) João Gonçalves Paim (AL, 1866) Vaga (AL, 1867) João Correa dos Santos (AL, 1868) Thereza de Jesus Pimentel (AL, 1884) Não aparece mencionada (AL, 1885) João Pedro dos Santos Cruz (AL, 1886)	Anna Joaquina da Costa Passos (AL, 1858) Theresa de Jesus Araujo Sampaio (AL, 1859) Angelica de Athayde Jordão (AL, 1860) Vaga (AL, 1861) Regida interinamente pela adjunta Maria José dos Santos Lara (AL, 1864) Maria José dos Santos Lara (AL, 1865) Vaga (AL, 1869) Maria Leopoldina Ferreira (AL, 1871)

2ª cadeira - em 1857 Praia de Juquiá, (AL, 1859) Vago (AL, 1863) Preenchida, 1864 Vaga 1867 Preenchida 1868 Vaga, 1872 AL, 1873 – preenchida interinamente sem endereço AL, 1876 – preenchida sem endereço (AL, 1881) preenchida interinamente Preenchida, sem endereço (AL, 1882) Praia do Zumby (AL, 1883 – Município Neutro)	**2ª cadeira** Vaga (AL, 1878) Não é mencionada, (AL, 1880) Vaga (AL, 1881) Não é mencionada, (AL, 1882)	**2ª cadeira** Marcos Bernardino da Costa Passos (AL, 1857) João Marciano de Carvalho (AL, 1859) Vaga (AL, 1863) Antonio Cypriano de Figueiredo Carvalho (AL, 1864) Olympio Catão Viriato Montez (AL, 1866) Vaga (AL, 1867) Antonio Estevão da Costa e Cunha (AL, 1868) Vaga (AL, 1872) Interino Antonio Norberto de Castro e Silva (AL, 1873) Antonio Joaquim Teixeira de Azevedo (AL, 1876) Domingos José Lisboa (AL, 1878) Rege interinamente Antonio Hilarião da Rocha (AL, 1881) Antonio Hilarião da Rocha (AL, 1882)	**2ª cadeira** Vaga (AL, 1857)
3ª cadeira Vaga (AL, 1879) Preenchida, sem endereço (AL, 1882) Campo do Galeão (AL, 1883 – Município Neutro) Praia de São Bento (AL, 1888)		Vaga (AL, 1879) Antonio Estevão da Costa e Cunha (AL, 1882)	

Paquetá

Escola do sexo masculino	Escola do sexo feminino	Professores das escolas do s.m.	Professores das escolas do s.f.
Sem endereço Não mencionada (AL, 1886) Preenchida Freguesia (AL, 1888)	Sem endereço 1863 Sem menção, 1876 Preenchida, (AL, 1877) Vaga (AL, 1878) Preenchida, sem endereço (AL, 1881) Freguesia (AL, 1888)	Venancio José da Costa (AL, 1851) Vaga (Al, 1857) Joaquim José de Souza Ribeiro (AL, 1858) Vaga (AL, 1865) Antonio Candido Rodrigues Carneiro (AL, 1866) Vaga (AL, 1867) José Antonio de Campos Lima (AL, 1868) Olympio Catão Viriato Montez (AL, 1869) José Joaquim Pereira de Azurara (AL, 1871) Januário dos Santos Sabino (AL, 1873) Olympio Catão Viriato Montez (AL, 1875) Francisco Antonio Castorino de Faria (AL, 1882) Adalberto Octaviano Arthur de Siqueira Amazonas (AL, 1884) Não é mencionada (AL, 1886) Catharina Mattoso Forte da Silva (AL, 1888)	Marianna Joaquina da Fonseca (AL, 1851) Amália Justa dos Passos Coelho (AL, 1856) Joanna Amalia de Andrade (AL, 1858) Francisca Albina Ferreira (AL, 1859) Maria da Gloria de Almeida Feijó (AL, 1863) Flavia Domitilla de Carvalho (AL, 1867) Luiza Celestina Velloso (AL, 1872) Não é mencionada em AL, 1876 Augusta Castellões (AL,1877) Vaga (AL, 1878) Eduviges Carolina da Silva (AL, 1881)

Santo Antonio

Escola do sexo masculino	**Escola do sexo feminino**	**Professores das escolas do s.m.**	**Professores das escolas do s.f.**
Rua de Rezende, 37 (AL, 1856) Rua de Rezende, 93 (AL, 1873) Rua de Rezende, 143 (AL, 1875) Rua do Lavradio (AL, 1876) Rua do Senado, 167 (AL, 1877) Rua do Senado, 196 (AL, 1888) Rua do Senado, 117, (AL, 1889) professora	Rua de Rezende, 35 (AL, 1857) Rua de Rezende, 35 – 2º andar (AL, 1858) Rua de Rezende, 35 A (AL, 1859) Rua dos Inválidos, 79 (AL, 1861) Rua do Lavradio, 99 (AL, 1871) Rua do Lavradio, 101 (AL, 1873) Rua do Lavradio, 147 (AL, 1875) Rua do Rezende, 67 (AL, 1877) Rua do Lavradio, 146 (AL, 1879) Rua do Lavradio, 75 (AL, 1882) Rua do Lavradio, 49 (AL, 1889)	Francisco Antonio Augusto de Sá (AL, 1856) João Pedro dos Santos Cruz (AL, 1867) Bacharel Joaquim Fernandes da Silva (AL, 1868) Maria Benedicta Lacé Brandão (AL, 1889)	Eulália Emilia Nervi (AL, 1856) Amália Justa dos Passos Coelho (AL, 1858) Elisa Tanner (AL, 1874) Stella Nahon (AL, 1889)
2ª cadeira AL, 1874 – sem endereço vaga Rua das Neves, 4, Paula Mattos (AL, 1875) Rua de Paula Mattos, 66 (AL, 1882) Rua de Paula Mattos, 18 (AL, 1884)	**2ª cadeira** AL, 1872 – sem endereço Rua do Monte Alegre, 3CC – Morro de Santa Theresa (AL, 1873) Rua do Monte Alegre, 24 – Morro de Santa Theresa (AL, 1877) Rua Theresina, 2, Santa Thereza Rua do Riachuelo, 159 (AL, 1884) Não mencionada (AL, 1888)	**2ª cadeira** Candido Baptista Antunes (AL, 1875)	**2ª cadeira** Maria Benedicta Lacé Brandão (AL, 1872) Eudoxia dos Santos Marques Dias (AL, 1885)

3ª cadeira (AL, 1888) Rua Riachuelo, 72, Rua do Rezende, 143 A, (AL, 1889)	**3ª cadeira** (AL, 1878) Rua Visconde de Sapucay, 138 A Rua do Riachuelo, 159 (AL, 1879) – tornou a 2ª cadeira em 1884 Rua dos inválidos, 117 (AL, 1885)	**3ª cadeira** ?	**3ª cadeira** Eudoxia dos Santos Marques Dias (AL, 1878) Tornou-se a (AL, 1884) 2ª cadeira Thereza de Jesus Pimentel (AL, 1885) Thereza Pimentel do Amaral Vaga (AL, 1889)

Divino Espírito Santo

Escola do sexo masculino	**Escola do sexo feminino**	**Professores das escolas do s.m.**	**Professores das escolas do s.f.**
Rua de São Cristovão, 18G (AL, 1867) Rua de Estácio de Sá, 78 (AL, 1868) Rua de Haddock Lobo, 10 (AL, 1875) Rua do Estácio de Sá, 16 (AL, 1882) Rua do Estácio de Sá, 13 (AL, 1889)	Sem endereço (AL, 1866) Rua do Conde d'Eu, 197 (Al, 1867) Rua do Conde d'Eu, 245 (Al, 1875) Não é mencionada (AL, 1885) Mencionada sem endereço (AL, 1886) Rua do Conde D'Eu, 236 (AL, 1888)	Gustavo José Alberto (AL, 1867)	Mathilde Carolina da Silveira (AL, 1866) Delphina Rosa da Silva Vasconcellos (AL, 1867) Não é mencionada (AL, 1885) Thomazia de Siqueira Queiroz Vasconcellos (AL, 1886)
2ª cadeira – AL 1872 Sem endereço Rua do Conde d'Eu, 179 (Al, 1873) Rua do Conde d'Eu, 225 (Al, 1875) Rua do Conde d'Eu, 209 (Al, 1877) Rua de Catumby, 10 (AL, 1879) Rua de Catumby, 28 (AL, 1884) Rua de Catumby, 54 (AL, 1888) Rua Itapiru, 65 (AL, 1889)	**2ª cadeira** – AL 1872 Preenchida sem endereço Rua de São Cristovão, 18F (AL, 1873) Rua do Estácio de Sá, 15 (AL, 1882) Rua do Haddock Lobo, 5 (AL, 1885) Rua do Haddock Lobo, 7 (AL, 1889)	**2ª cadeira** Vaga (AL, 1872) Carlos Augusto Soares Brazil (AL, 1873) Rege interinamente Domingos José Lisboa (AL, 1880) Adolpho Pereira dos Santos (AL, 1881)	**2ª cadeira** Adelina Amélia Lopes Vieira (AL, 1872)

Rua da Conciliação, 20 (criada em 1/04/1875) – AL, 1876 Em 1878 aparece como escola subvencionada dirigida por professora Não mais mencionada	**3ª cadeira** Rua de Catumby, 16 (criada em 19/04/1875) Rua Visconde de Sapucahy, 138 A (mesmo endereço da de Santo Antonio) Rua de Catumby, 4 B (AL, 1880) Largo do Pinheiro, 2 (AL, 1884) Rua Floresta, 6 (AL, 1889)		**3ª cadeira** Anna Alexandrina de Vasconcellos Medina (AL, 1878)
Criada em 3/09/1875, regida por adjunto e dirigida por Gustavo J. Alberto (1ª cad.) Não é mencionada em 1878	Criada em 3/09/1875,regida por adjunta e dirigida por Gustavo J. Alberto Rua Itapiru, 18 (AL, 1877) Não é mencionada em 1878	Adjunto João José Dias da Silva (AL, 1876)	Adjunta Elisa Aldelaide Sarmento Alberto (AL, 1876) Rua da Conciliação, 20 não mencionada em 1884
Criada em 3/09/1875, regida por adjunto e dirigida por Gustavo J. Alberto Não é mencionada em 1878		Adjunto Manoel Pereira Sarmento Junior (AL, 1876)	Maria Brasil Silvado (AL, 1878)

Conceição do Engenho Novo

Escola do sexo masculino	**Escola do sexo feminino**	**Professores das escolas do s.m.**	**Professores das escolas do s.f.**
Sem endereço (AL, 1874) Rua Barão do Bom-Retiro, 14 (AL, 1875) Rua Barão do Bom-Retiro, 17 (AL, 1877)	Sem endereço (AL, 1874) Rua Amélia, B (AL, 1875) Rua de Pedro II, B (AL, 1879) Rua de Pedro II, 22 (AL, 1882)	Vaga (AL, 1874) José Alves da Visitação (AL, 1875)	Vaga (AL, 1874) Maria Gomes Santarém (AL, 1875) Maria Gomes Santarém Leite (AL, 1884)

2ª cadeira Rua do Leite (AL, 1875) Rua Dous de Dezembro, 55 (AL, 1876) Rua Dous de Dezembro, 57 (AL, 1877) Rua Dous de Dezembro, 51 (AL, 1878) Rua Vinte e Quatro de Maio, 19 (AL, 1880) Vaga (AL, 1882) Rua D. Anna Nery, 3 (AL, 1884)	**2ª cadeira** Rua Vinte e Quatro de Maio, 85 (AL, 1878) Rua D. Anna Nery, 132 (AL, 1881) Rua Vinte e Quatro de Maio, 85 (AL, 1882) Rua Vinte e Quatro de Maio, 99 (AL, 1888) VAGA	**2ª cadeira** Philippe de Barros e Vasconcellos (AL, 1875) AL, 1876 – escola pública de meninos da irmandade?? Vaga (AL, 1882) Guilherme Joaquim da Rocha (AL, 1884)	**2ª cadeira** Elvira Cesar (AL, 1878) Elvira Cesar Piragiba (AL, 1879) Vaga (AL, 1888)
3ª cadeira Rua D. Anna Nery, 3 (AL, 1881) Torna-se a 2ª cadeira (AL, 1884)	**3ª cadeira** Rua Benfica, 9 (AL, 1878) Rua Malvina, 7 (AL, 1882) Não é mencionada (AL, 1886) Rua Malvina, 7 (AL, 1888) Rua senador Jaguaribe, 7 (AL, 1889)	**3ª cadeira** Guilherme Joaquim da Rocha (AL, 1881) Torna-se a 2ª cadeira Vaga	**3ª cadeira** Thomazia de Siqueira Queiroz Vasconcellos (AL, 1878) Não é mencionada (AL, 1886) Stella Nahon (AL, 1888) Vaga (AL, 1889)

Nossa Senhora da Conceição da Gávea

Escola do sexo masculino	**Escola do sexo feminino**	**Professores das escolas do s.m.**	**Professores das escolas do s.f.**
Edifício próprio na rua da Boa-Vista, em frente à Olaria (AL, 1875) Preenchida em 1876 (AL) Rua do Príncipe, 62, Cattete, e rua da Boa--vista, Jardim Botânico (AL, 1877) Rua do Cattete, 75, e rua da Boa-vista, Jardim Botânico (AL, 1878) Vaga (AL, 1889)	Rua da Boa-Vista, 9 (AL, 1876) – mesma professora da 3ª cad. da Lagoa Edifício próprio. Vaga (AL, 1889)	Vaga (AL, 1875) Luiz Augusto dos Reis (AL, 1876) Rege interinamente Edmundo Pereira da Costa (AL, 1881) Januario dos Santos Sabino Junior (AL, 1882) Vaga (AL, 1889)	Luiza Celestina Velloso (AL, 1876) Vaga (AL, 1889)

Apêndice 6

Alunos da Escola de Santa Rita e seus encarregados entre 10/01/1855 e 25/01/1856.

N.	Ano mat.	Nome / Idade		Pai ou encarregado	Endereço
1	1849	Amâncio Lourenço Gomes da Costa	14	Florenciana Candida Gomes da Costa	Morro do Livramento, 24
2	1849	Alfredo Candido Pereira de Souza	12	João Luis Pereira de Souza	Rua da Pedreira (novo nome, da Conceição), 24s / Julho de 1855: Rua Nova do Príncipe, 80
3	1849	Vicente Lauro Gomes da Costa	13	Florenciana Candida Gomes da Costa	Morro do Livramento, 24
4	1850	Luis Giraud	11	Giraud Henrique (Girardot? Era ourives..)	Rua dos Ourives, 225
5	1850	Pedro Guilherme Tavares Correa	10	Maria Guilhermina Tavares Correa - 2/4/1855 (mapa de 1/1855: Maria Guilhermina Vieira)	Rua Larga de S. Joaquim 14s
6	1851	José Ribeiro Peres Machado	11	José Ribeiro da Silva	Praia da Gamboa 129
7	1851	José Antonio Ferreira Leal	12	José Joaquim Ferreira Leal	Rua da Princeza, 156
8	1851	Antonio Joaquim Ferreira Leal	10	José Joaquim Ferreira Leal	Rua da Princeza, 156
9	1851	Manoel da Costa Bastos	12	José Pinto Ramos	Rua de S. Pedro - 248
10	1851	Candido Coelho da Costa	13	José Coelho da Costa	Rua das Violas, 151
11	1851	Candido Antonio de Lima	13	Rufino Antonio de Lima	Rua do Sabão (C.N.) 57
12	1852	Joaquim José Ferreira Leal	9	José Joaquim Ferreira Leal	Rua da Princeza, 156
13	1852	Alexandre Aristides Pinheiro	12	Alexandre Soares Pinheiro	Morro do Valongo, 7
14	1852	Francisco Manoel Martins	7	José Francisco Martins	Rua do Sabão, 286

15	1852	José da Motta Rebello	10	João José Rebello	Rua da Harmonia, 11
16	1852	Carlos Frederico Augusto	12	Francisco José de Mello	Rua do Principe, 80
17	1852	José Francisco (V?) Ferraço	10	José da Cª Santos (Mapa de 1/1855: Dnos. Jose da Cunha Santos)	Rua da Pedreira, 93
18	1852	Leopoldo Augusto da Câmara Lima	9	Domingos Thimoteo de Carvalho	Rua da Imperatriz 114
19	1852	Firmino José da Silva	14	Camillo José da Silva	Rua das Violas, 166
20	1852	Simeão Joaquim do Nascimento	10	Francisco Joaquim do Nascimento	Ladeira do Livramento, 11
21	1852	Luis Antunes Ferreira	12	João José Alves Ferreira	Rua da Alfandega, 299
22	1852	Manoel Joaquim Alves	8	Joaquim Alves	Morro do Valongo 7
23	1852	José da Cruz	10	Maria Joaquina	Rua de Sant'ana 3
24	1852	Sergio Neves Gonçalves	8	Gertrudes Maria da Conceição	Largo da Imperatriz, 125
25	1853	Francisco José de Andrade	12	Francisco José de Andrade	Rua de S. Diogo 103D
26	1853	Maximiniano José Rebello (Maximiano Jose Rebello)	7	João José Rebello	Rua da Harmonia, 11
27	1853	João Afonso Machado	13	Lourenço Machado	Rua N. do Livramento, 25
28	1853	Antonio Quintiliano de Castro e Silva	10	Maria Joaquina de Castro e Silva (Ceará)	Rua da Alfandega, 389
29	1853	Henrique de Oliveira Lemos	10	José Florencio de Lemos	Rua do Principe, 71
30	1853	João Miguel Salgueiro	7	Maria Alexandrina Salgueiro	Ladeira do Livramento, 2
31	1853	Manoel Antonio da Silva	8	Rita Joaquina da Silva	-
32	1853	Fernando Baptista de Sampaio	7	Thereza Joaquina de Jesus	Travessa do Mato Grosso, 8
33	1853	Bernardino Borges Pereira	11	Belmiro Borges Pereira	Rua da Alfandega 38
34	1853	Theodoro Jansen Muller	11	Theodoro Jansen Muller	Segundo AL 1854, rua do Aterrado 24
35	1853	José Maria Feliciano	9	Francisco Joaquim de Nazareth	Rua de S. Pedro (C.N.) 17

36	1853	Antonio Gonçalves do Val	12	Raphael Ribeiro do Val	Rua do Livramento, 136
37	1853	Peregrino de Lemos Menezes	10	Carolina Candida de Lemos	Pedra do Sal 6
38	1853	Leopoldo Deonildo de Barros	10	Carolina Roza da Rocha	Rua Larga de S. Joaquim, 114
39	1853	Francisco da Rocha Parn.^{os} (Paranhos)	10	Maria da Gloria de Sá Barreto	Rua da Princesa, 154
40	1853	João Silvestre da Rocha Parn.^{os} (Paranhos)	9	Maria da Gloria de Sá Barreto	Rua da Princesa, 154
41	1853	Luis Adolpho da Silva Monteiro	9	Domingos Monteiro da Silva	Rua do Saco d'Alferes 65
42	1853	José dos Santos	7	Maria Albina	Rua do Jogo da Bolla, 2 (Rua Benjamin Constant?)
43	1853	Gregório de Freitas	8	Antonia Joaquina de Ornelas	Rua do Aljube, 43
44	1853	Francisco Libaneo de lemos	9	Domingos Dionizio de Lemos	-
45	1853	José Carneiro de Mattos	9	Francisca Carneiro de Mattos	Beco das Partilhas, 20
46	1853	Manoel Carneiro de Mattos	8	Francisca Carneiro de Mattos	Beco das Partilhas, 20
47	1854	Antonio José de Andrade	11	Joaquim José de Andrade	Largo da Prahinha, 15
48	1854	Francisco d'Assis de Lima	7	Maria Luiza da conceição	Rua do S. dos Passos, 103
49	1854	Luiz de Souza Ribeiro Guimarães	14	Jacintho de Souza Ribeiro Guimarães	São Cristovão
50	1854	Jacintho de Souza Ribeiro Guimarães	10	Jacintho de Souza Ribeiro Guimarães	São Cristovão
51	1854	João de Souza Ribeiro Guimarães	8	Jacintho de Souza Ribeiro Guimarães	São Cristovão
52	1854	João José de Sá	6	José Francisco de Sá	Morro do Livramento, 3
53	1854	José Francisco de Sá	5	José Francisco de Sá	Morro do Livramento, 3
54	1854	Luiz Cavalcante de Campos Mello	6	Cons.^{o} M^{el} de Campos Mello	Rua Larga de S. Joaquim, 183
55	1854	João Antonio Ferreira Leal	6	José Joaquim Ferreira Leal	Rua da Princeza, 156
56	1854	Joaquim Manoel de Andrade	12	Luiza Maria Thereza	Gamboa 33

57	1854	Firmino de Aquino Brandão	11	Maria Joanna	Rua da Princesa, 22
58	1854	João Antonio Xavier	7	Francisco Antonio Xavier	Rua de S. Pedro (C.N.) 88
59	1854	Henrique José Serrão	10	Valeriano do Couto	Rua das Violas
60	1854	João Pereira dos Santos Figueiredo	10	Fortunata Maria do Amparo	Rua do Coito 18
61	1854	Luiz Joaquim de Azevedo Marques	12	Luiz Joaquim de Azevedo Marques	Rua de S. Diogo 19
62	1854	Francisco Roberto Pimenta	6	José Domingos Pimenta	Rua do Principe
63	1854	Antonio Cosme Monteiro	10	Joaquim Cosme Monteiro	Rua da Princesa 5
64	1854	João ferreira do Amaral	7	Zeferino José Ferreira (no de 07/1854 está João Ferreira do Amaral)	Rua do S. dos Passos, 27
65	1854	Francisco Ferraz de Macedo (Porto)	10	Antonio Ferraz de Macedo	Rua da Candelaria 42
66	1854	Antonio José Moreira	11	Maria Roza de Jesus	Rua da Prahinha 78
67	1854	Manoel Innocencio da Silva	11	Antonio da Silva Terceiro	Rua do Jogo da Bolla, 37
68	1854	Policarpo Severino da Silva	6	Antonio da Silva Terceiro	Rua do Jogo da Bolla, 37
69	1854	João Rodrigues Carrilho	5	José Rodrigues Carrilho	Largo da Prahinha
70	1854	Carlos Rodriques (Henriques) de Faria	6	Luiz Rodrigues de Faria	Largo da Imperatriz, 125
71	1854	Gentil Augusto da Silva Monteiro	13	Dom.º Monteiro da Silva	Rua do Sacco d'Alferes 65
72	1854	Manoel Francisco Pereira (Ilha da Madeira)	10	Antonio Francisco Pereira	Beco de João Ignacio 5
73	1854	Francisco Gonçalves de Oliveira	8	Francisco Gonçalves de Oliveira	Rua do Livramento 92
74	1854	Francisco Antonio Pereira (Ilha da Madeira)	8	Antonio Francisco Pereira Belmiro Borges Pereira	Beco de João Ignacio 5
75	1854	Perciliano das Chagas Oliveira	7	Leopoldino das Chagas Oliveira	Rua do SS Sacramento 4
76	1854	José de Freitas Ferraz	9	Maria Luiza	Rua do Aljube 63
77	1854	Candido Augusto Pereira da Cruz	6	João Pereira da Cruz	Rua da Alfandega 30

78	1854	Ezequiel Borges Pereira (havia um Pedro Borges Pereira no mapa de 7/1854).	8	Belmiro Borges Pereira	Rua da Alfandega 38
79	1854	Juliu Ferreira dos Santos	5	Maria Guilhermina Vieira	Rua da Alfandega 73
80	1854	Emílio Joaquim da S^a	9	Maria Joaquina de Saranto	-
81	1854	Francisco Borges de Carvalho	9	Joaquina Roza de Campos	Rua da Harmonia 30
82	1854	Joaquim Borges de Carvalho	7	Joaquina Roza de Campos	Rua da Harmonia 30
83	1854	Antonio Felix Fer. D'Amorim	10	Joanna Maria da cruz	-
84	1854	Pedro de Almeida Carvalho	8	Carlota Maria de Jesus	Rua da Providencia 24
85	1854	Eusébio de Oliveira Machado	7	Raphael de Oliveira Machado	Rua do Regente 34
86	1854	José Ramos de Siqueira	12	Fabiano José de Siqueira	Catumby Grande, 40
87	1854	Antonio Maria da Silveira (Lisboa) (havia um Antonio Judice da Silveira com mesmo encarregado no mapa de 7/1854)	10	Engracia Emilia da Silveira	Ladeira do Livramento 15
88	1854	Manoel Ribeiro de Oliveira Leão	15	Francisco José Ribeiro de Oliveira	Rua do Pedregulho 71
89	1854	Julio Ribeiro de Oliveira Leão	11	Francisco José Ribeiro de Oliveira	Rua do Pedregulho 71
90	1854	José Manoel Gonçalves Bastos	9	Fortunata Maria da Encarnação	Rua da Valla, 136
91	1854	Antonio Maria Ferreira	6	José Joaquim Ferreira	Rua da Saúde, 67
92	1854	Nicomedes Francisco das Xag^{s.} Oliveira	7	Luciana Maria da Conceição	Rua do Fogo, 38
93	1854	Joaquim José Alves	9	Francisco José Alves	Rua da Princesa, 19
94	1854	Francisco Rodrigues de Proença	9	Rita Marcelina de Souza	Rua do Regente, 48
95	1854	Antonio Joaquim Alves	12	Maria Thereza de Jesus	Morro do Livramento, 49
96	1854	Ricardo Antonio Machado	8	Rosa Maria d'Almeida	Rua do Saco, 88
97	1854	João Domingues dos Santos	10	Laurinda Maria da Conceição	Rua da Valla, 49

98	1854	Jesuíno José Pires	11	Maria Bernarda da Conceição	Rua da Imperatriz, 17
99	1854	Francisco Fernandes de Lima	8	José da Silva (?) Lima	Ilha das Cobras
100	1854	Theophilo Benedicto Ottoni	6	Delfina Roza Mathilde de Sá	Rua das Violas, 176
101	1854	Alexandre Luis da Costa Prates	7	Luis Severiano da Costa Prates	Rua do Coito, 50
102	1854	João José Barbosa	7	Claudino José Barbosa	Rua da Princesa 38
103	1854	Enoc Serafim Ramin	10	Enoc Serafim Ramin	Rua da Candelária 42
104	1854	Francisco Ramin Leite	9	Enoc Serafim Ramin	Rua da Candelária 42
105	1854	Antonio Bernardes de Monteaury	11	José Bernardes de Monteaury	Rua da Princesa 40
106	1854	Belmiro Francisco Oliveira e Silva Consta ter saído em 10/01/1855, mas continuou no mapa.	9	Joaquim Vieira da Silva	Praia da Saúde
107	1854	Felippe Gratto Theodoro dos Anjos	13	Delfino Theodoro dos Anjos	Rua da Pedreira 33
108	1854	João Evangelista Mi~z (SP)	8	Antonia Maria de Jesus	Largo da Imperatriz 34
109	1854	Anastácio José Domingos de Moraes	9	Rosa Maria da Conceição	Rua do Coito (rua do Costa?) 39
110	1854	Amador	8	Francisco José da Silva Santos	Rua do Bom-Jardim 29
111	1854	Zacharia José de Carvalho	8	Leonarda Mariana da Silva	Rua do Jogo da Bolla, 8
112	1854	Francisco Alves da Silva	10	Delfino José da Silva	Rua do Jogo da Bolla, 8
113	1854	Francisco José Ferreira Villaça	7	Francisco José Ferreira Villaça	Rua da Princesa 150
114	1854	João Ferreira Villaça	6	Francisco José Ferreira Villaça	Rua da Princesa 150
115	1854	Leopoldo Antonio José Alv^{s} Pereira	10	Anna Maria da Conceição	Rua de S. Diogo
116	1854	Antonio Marques Junior (Ilha da Madeira)	14	Anna Joaquina Marques	Rua da Prainha, 8
117	1854	Antonio Gomes Rangel	13	Francisco Gomes Rangel	Rua do Livramento 51

118	1854	Francisco Gomes Rangel (Júnior)	12	Francisco Gomes Rangel	Rua do Livramento 51
119	1854	Clarindo Gomes Rangel	10	Francisco Gomes Rangel	Rua do Livramento 51
120	1854	Francisco Lopes Ribeiro	7	Magdalena	-
121	1854	Guilherme José dos Santos	7	Maria Joanna da Conceição	Rua da Pedreira --
122	1854	Amador de Lemos Chaves Consta ter saído em 10/01/1855 apesar de ter continuado no mapa	14	Justiniano Augusto Chaves	Rua Estreita de S. Joaquim --
123	1854	João Felix	6	Mathilde Delfina Rosa	Rua das Violas 176
124	1854	Jacob José Lopes (Filho)	11	Pedro José d'Azevedo	Rua do Jogo de Bollas, 3
125	1855	José Paulo Vieira dos Reis	8	Joaquim Ayres Vieira	Praia Formosa 131
126	1855	Francisco José Coelho	8	Claudina Roza de Freitas	Rua da Harmonia --
127	1855	Pedro José Alves da Silva	8	Coriolano Joaquim Alves	Morro do Livramento 52
128	1855	Manoel Nunes Pinheiro	9	José Nunes Pinheiro	Rua da Saude, 89
129	1855	João Nunes Pinheiro	7	José Nunes Pinheiro	Rua da Saude, 89
130	1855	Euclides da Fonseca Saldanha	14	Rozario da Conceição	Rua da Imperatriz 113
131	1855	Fernando José Rebello	13	João José Rebello	Rua da Harmonia, 11
132	1855	Pedro Coelho da Costa	10	José Coelho da Costa	Rua das Violas, 151
133	1855	Leopoldo Themoteo de Carvalho	8	Dom^{os} Themoteo de Carvalho	Rua da Imperatriz 114
134	1855	João Baptista Pereira de Almeida	12	Joaquim José Pereira d'Almeida	Rua Formosa, 101A
135	1855	Luis Joaquim Pereira de Almeida	8	Joaquim José Pereira d'Almeida	Rua Formosa, 101A
136	1855	Pedro Fortunato Lamin	8	Fortunata Maria de Mendonça	Rua de S. Pedro -
137	1855	Antonio Gonçalves	12	Thomaz Gonçalves	Praia da Saude 141
138	1855	Manoel Gonçalves	9	Thomaz Gonçalves	Praia da Saude 141
139	1855	Manoel Antonio da Costa	9	Manoel Antonio da Costa	Praia Formosa 129
140	1855	Francisco de Oliveira Duarte (SP)	7	Antonio Duarte	Rua de S. Lourenço -

141	1855	José Bernarbé do Espírito Santo	6	José Rosa da Conceição	Rua da Princesa, 105
142	1855	Candido Antonio Ferreira Leal	6	José Joaquim Ferreira Leal	Rua da Princesa, 155
143	1855	Eugênio José de Serpa	12	Manoel José de Serpa	Campo de S. Cristovão, 97
144	1855	Victor José Patricio	7	Manoel José Patrício	Praia da Gamboa, 12
145	1855	Joaquim de Oliveira Mendes	8	Joaquim Mendes	Rua da Pedreira, 10
146	1855	Ezequiel Paixão de Siqueira	8	Fabeliano José de Siqueira	Catumby Grande, 40
147	1855	José Pereira da Silva Junior	5	Rita da Silva	Beco das Partilhas, 8
148	1855	Manoel Correa da Silva (Ilha de São Miguel)	11	Visconde de Baependy	Rua do Conde, 17
149	1855	Carlos Prigs (Alemanha)	9	Visconde de Baependy	Rua do Conde, 17
150	1855	Benedicto Evangelista M~iz (SP) (Muniz?)	6	Francisco Simões Martins	Praia da Saude
151	1855	João Luis da Costa Oliveira Junior	6	João Luis da Costa Oliveira	Praia do Saco, 4
152	1855	Joaquim José Moreira da Cunha	9	João Luis da Cunha	Lazaretto
153	1855	Vigessio José da Cunha	6	João Luis da Cunha	Lazaretto
154	1855	Antonio Gomes de Figueiredo	6	Antonio Fez. Gomes de Figueiredo	Largo de S. Rita, 1
155	1855	José Martins da Silva	11	José Antonio da Silva	Rua da Prahinha, 10
156	1855	Domingos José da Silva	10	José Antonio da Silva	Rua da Prahinha, 10
157	1855	Oscar Ferreira dos Santos Lima	12	Manoel Ferreira dos Santos Lima	Catumby Grande, 26
158	1855	Francisco Lopes Ribeiro	10	Francisco Lopes Ribeiro	Rua do Livramento, 51
159	1855	Joaquim Rodrigues da Silva (aparece novamente em outubro)	14	Manoel Joaquim Rodrigues Maria Joaquina Rodrigues (Out.)	Rua do Nuncio, 27
160	1855	Jorge Augusto Correa	8	José Miguel Correa	Rua do Livramento, 104
161	1855	Augusto José Correa	10	José Miguel Correa	Rua do Livramento, 104
162	1855	Francisco Xavier da Silva Moura	10	Francisco Xavier da Silva Moura	Morro da Saúde, 20

163	1855	Modesto Candido da Silva Moura	7	Francisco Xavier da Silva Moura	Morro da Saúde, 20
164	1855	Francisco Lopes Barbosa	5	Francisco Lopes Barbosa	Rua Estreita de S. Joaquim, 28
165	1855	João Francisco Coelho Pereira	12	Deolinda Rosa	Rua Estreita de S. Joaquim, 28
166	1855	André Avelino de Carvalho	5	João José de Carvalho	Rua do Jogo de Bolla, 8
167	1855	Miguel Joaquim de Oliveira	10	Geralda Maria Fortunata da Conceição	Livramento, 55
168	1855	João José de Araújo	9	José de Araújo	Morro do Livramento, 19
169	1855	Raphael Antonio de Miranda	12	Joaquim Antonio de Miranda	Mato Grosso, 25
170	1855	Bernardo Francisco de Mendonça	11	Joaquina Rosa da Boa Hora	Rua do Principe, 53
171	1855	Sisemando (ou Dilermando) Felisberto da Silva	13	Adriano José da Silva Braga	Rua do Fogo, 105
172	1855	Manoel Machado Fagundes	8	Manoel Machado Fagundes	Rua da Imperatriz, 30
173	1855	Antonio Claudino da Silva Monteiro	9	Domingos Monteiro da Silva	Rua do Saco, 65
174	1855	Manoel Balthazar Barroso	9	Antonio Jose dos Santos	Ladeira de João Homem, 37
175	1855	Antonio Maria Ferreira	9	Raphael Ferreira Fontinha	Rua da Prainha, 97
176	1855	Matheus de Oliveira Borges	12	Matheus de Oliveira Borges	Rua da Saúde, 122
177	1855	Manoel Antonio de Oliveira Borges	11	Matheus de Oliveira Borges	Rua da Saúde, 122
178	1855	Pedro Antonio de Oliveira Borges	8	Matheus de Oliveira Borges	Rua da Saúde, 122
179	1855	Domingos de Oliveira Borges	7	Matheus de Oliveira Borges	Rua da Saúde, 122
180	1855	Agostinho Borges da Cunha (Bahia)	7	Simeão Borges da Cunha (Bahia)	Rua da Imperatriz, 2
181	1855	José Dias Leite	7	Delfina Maria do Espírito Santo	Rua de S. Diogo, 104
182	1855	Alfredo da Sª Serra	6	Magdalena Angélica da Silva	Ladeira do Livramento, 13

183	1855	Sabino Gomes Braga (matrícula de 15/07/1855)	11	Comendador Bernardo Gomes Braga	Travessa das Mangueiras, 26
184	1855	Henrique Gomes Braga	9	Comendador Bernardo Gomes Braga	Travessa das Mangueiras, 26
185	1855	Rodolpho da Silveira	6	Antonio da Silveira	Rua da Pedreira
186	1855	Francisco Pereira da Sª Vidal	10	Francisco Pereira da Sª Vidal	Ilha das Cobras
187	1855	Antonio José Linhares	6	Maria Rufina José	Escadinha do Tijolo, Saúde
188	1855	João Baptista d'A. Coelho	6	João Baptista Coelho	Rua da Imperatriz
189	1855	Candido Francisco de Moraes	9	Francisco Martins de Moraes	Rua da Lampadosa, 36
190	1855	Francisco Diogo d'Oliveira Gaspar	10	Diogo Manoel Gaspar	Morro de Ptª Mattos, 12
191	1855	Isidoro Gomes de Faria	s/i	s/n	s/e
192	1855	Antonio Galdino de Jesus Mafra	8	Manoel Antonio Mafra	Matto Grosso
193	1855	Manoel Theodoro de Lima Ferreira	8	José Theodoro Bensindo Ferreira	Rua da Princesa, 24
194	1855	Candido de Faria Pardal	6	Elisa Vieira da Silva	Rua Formosa, 89
195	1855	Candido Maximiano da Silva	9	Manoel Damazo da Silva	Gamboa
196	1856	João Carlos Barroso	10	José Diniz de Souza	s/e.
197	1856	Bernardo Francisco do Espírito Santo	9	Manoel Francisco do Espírito Santo	s/e.
198	1856	Antonio Luiz da Sª Beltrão	13	Luiz Antonio da Sª Beltrão	Morro do Livramento, n. 4 (AL)
199	1856	Francisco Gomes dos Passos Perdigão	8	João Gomes dos Passos Perdigão	s/e.
200	1856	Candido Custodio da Silva	6	Marcelino Garcia Nery da Silva	s/e.
201	1856	Luiz Nicolao Varella	12	Constança Varella	s/e.
202	1856	Francisco Gomes de Miranda (do Minho)	12	Antonio Gomes de Miranda	s/e.

Apêndice 7

Notas de jornais referentes às ocupações dos alunos e encarregados e outras observações.
* Os nomes dos pais e encarregados seguem a ordem na qual aparecem nos mapas de matrícula.

N.	Pai ou encarregado	Endereço	Data mat.	Nome do aluno/ Idade	
1	Florenciana Candida Gomes da Costa Florenciana aparece como secretaria da Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres, da freguesia de Santa Rita, em edições do Correio Mercantil de 1858; sepultada em 30 de janeiro de 1874, morta por gastro-hepatite, Florenciana era fluminense, viúva e tinha 60 anos (Diário do Rio de Janeiro, 3/02/1874).	Morro do Livramento, 24	1849	Amâncio Lourenço Gomes da Costa Subscrição de lista para estátua equestre de D. Pedro I, lista do professor Pardal (Diário do Rio de Janeiro, 22/12/1855); o mapa de matrícula registra que iria seguir estudos superiores.	14
			1849	Vicente Lauro Gomes da Costa Subscrição de lista para estátua equestre de D. Pedro I, lista do professor Pardal (Diário do Rio de Janeiro, 22/12/1855); Vicente Laun Gomes da Costa consta na lista de aspirantes do ano de 1858 no Quartel da Companhia de Aspirantes a Guardas-Marinhas (AL, 1858, p.228); listado como soldado do corpo de artilharia de Mato-Grosso (Ministério da Guerra, julho de 1860, p.14); Florenciana Gomes da Costa pede baixa de seu filho soldado do corpo de artilharia de Mato--Grosso (Ministério da Guerra, julho de 1860, p.22).	13
2	João Luis Pereira de Souza João Luis Pereira de Souza era arrematante da passagem de Ubá (Diário do Rio de Janeiro, 25/09/1848); João era arrematante das taxas da barca do Porto de Ubá (Diário do Rio de Janeiro, 1/10/1851, p.2); o Diário do Rio de Janeiro de 23/01/1854 registra que João era arrematante das barreiras da Polícia (Iguassu), Carapuça, Mato-Grosso e brejo; o Diário do Rio de Janeiro de 8/09/1855 registra seu pedido de privilégio exclusivo para estabelecer uma barca no Porto de Ubá sobre o rio Parayba; anúncio de recompensa por escravo fugido da barreira da Polícia em Iguassu, pertencente a João Luis (Correio Mercantil, 3/03/1856); sepultado no dia 28 de julho morto por tuberculose, era fluminense e solteiro (Correio Mercantil, 30/07/1858); arremate do espólio de João com venda de escravos , animais e móveis na Rua Nova do Príncipe 80 (Correio Mercantil, 23/11/1858); arremate de espólio (Correio da Tarde, 25/11/1858, 9/12/1858 e outros jornais).	Rua da Pedreira (novo nome, da Conceição), 24s Julho/1855: Rua Nova do Príncipe, 80	1849	Alfredo Candido Pereira de Souza Alfredo aparece no anuncio de jornal acerca dos de alunos a serem examinados na escola publica de Santa Rita (Correio Mercantil, 13/12/1856); Alfredo coloca anúncio no jornal Correio Mercantil de 26 de julho de 1860 para informar sobre a missa de dois anos da morte de seu pai João Luis Pereira de Souza na igreja matriz de Santa Rita; guarda do corpo de cavalaria da guarda nacional (Correio Mercantil, 23/08/1865); a filha de 1 ano e meio de Alfredo foi sepultada em 1 de setembro de 1871, vítima de convulsões (Diário do Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1871, p.2); a filha de Alfredo, Maria Carlota da Gloria de 17 anos, solteira, morta por tuberculose (Diário português, 23/06/1885); Alfredo aparece como eleitor da paroquia da Glória (Diário de Notícias, 12/07/1890, p. 3).	12

3	José Joaquim Ferreira Leal José Joaquim Ferreira Leal era responsável por cinco alunos da escola: Candido Antonio Ferreira Leal, José Antonio Ferreira Leal, Antonio Joaquim Ferreira Leal, Joaquim José Ferreira Leal e João Antonio Ferreira Leal. Aparece na lista de multados por infração às posturas municipais da freguesia de Sacramento (Correio Mercantil, 14/12/1852); subscrição de lista para estátua equestre de D. Pedro I, lista do professor Pardal (Diário do Rio de Janeiro, 22/12/1855); morte do filho Carlos de 6 anos por angina (Diário do Rio de Janeiro, 9/12/1858); aparece na lista dos que derem donativos para a festa de chegada de suas majestades imperiais (Correio Mercantil, 30/04/1860); aparece em nota de agradecimento referente à missa da cunhada Candida Rosa de Jesus (Correio Mercantil, 21/09/1861); sepultado em 19/10/1863, português, 54 anos, casado morto por hipertrofia do coração (Diário do Rio de Janeiro, 31/10/1863); missa de sétimo dia (Correio Mercantil, 3/11/1863) anunciada pela esposa Anna de Jesus Leal e parentes, incluindo também o professor Faria Pardal; leilão de pertences e de 7 escravos do "súdito português" José Joaquim Ferreira Leal no Consulado de Portugal, incluindo arremate de pedreira (Diário do Rio de Janeiro, 2/04/1864); nota de chamada aos credores e devedores de José Joaquim que era morador na Rua da Princesa para comparecem ao consulado e terem com a viúva (Diário do Rio de Janeiro, 11/06/1864).	Rua da Princeza, 156	1851	José Antonio Ferreira Leal José Antonio consta na lista de credores de A.J. Alves Souto e COMP. (Correio Mercantil, 1864); casamento realizado na matriz de Santana com Maria Jose Carolina Carneiro de Campos (Correio Mercantil, 3/05/1866); José Antonio solicitou privilégio para construção de linha de ferro em várias ruas da cidade (A Nação, 9/06/1873); sócio efetivo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Correio do Brasil, 28/03/1872); teve pedido de concessão indeferido da linha férrea (Diário do Rio de Janeiro, 22/09/1873); condenação numa ação movida pelo Banco do Brasil (O Cruzeiro, 3/03/1878); membro de júri em Niterói (Diário do Rio de Janeiro, 9/05/1887)	12
			1851	Antonio Joaquim Ferreira Leal Antonio aparece no anuncio de jornal acerca dos de alunos a serem examinados na escola publica de Santa Rita (Correio Mercantil, 13/12/1856); Antonio aparece como procurador da irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Santana (Correio Mercantil, 9/12/1866); dispensado do impedimento de afinidade para contrair casamento com Maria Joaquina de Lima (O Apóstolo, 16/03/1873); aparece na lista de elegíveis da junta de qualificação com as informações de que é filho de José Joaquim Ferreira Leal, 34 anos, casado, professor, mora na Rua da Princesa, n. 14 (Diário do Rio de Janeiro, 14/07/1876); teve terreno desapropriado para construção da Estação Marítima da Gamboa, sua mãe também tem duas propriedades na área (Diário do Rio de Janeiro, 6/01/1878); sepultado em 30 de dezembro de 1878, morto por empyemia aos 35 anos, viúvo, fluminense (A Reforma, 31/12/1878).	10
			1852	Joaquim José Ferreira Leal Joaquim foi aprovado com adiantamento no exame de 21/12/1858 da escola pública de Santa Rita (Correio Mercantil, 29/12/1858); Joaquim consta como secretario de loja maçônica em 1874 (Boletim do Grande Oriente do Brasil, 1874, p. 84 e também 1876, 1877, 1878, e como orad. em 1879); recebeu carta de aforamento (Diário do Rio de Janeiro, 2/05/1874); teve um escravo preso por "capoeiragem" (Diário do Rio de Janeiro, 27/03/1874).	

4	José Pinto Ramos "Jose pinto Ramos faz tudo quanto pertence, a sua arte e encarrega--se de encomendas para fora da Corte: tem sala de cortar cabelo; rua de são Pedro, 246", nesse ano no número 248 funcionava outro cabeleireiro, Teissier (AL 1844, p.244); Cabeleireiro dos Teatros de São Pedro e de Santa Theresa, Rua de São Pedro, 248. AL, 1854; membro do júri da Corte (Actualidade, 24/01/1864); morte da esposa, Rita Candido Ramos, em 13/12/1882 (Gazeta de Notícias, 18/12/1882); mesário da administração da Devoção de Nossa Senhora da Piedade (Diário de Notícias, 14/10/1886); cobrador da Confraria dos Mártires São Gonçalo Garcia e São Jorge (Diário de Notícias, 30/08/1886); aparece na lista de eleitor da freguesia de Sacramento (Gazeta da Tarde, 24/06/1890); Cabelereiro na Rua de São Pedro 236 e 238 em 1892 (AL, 1892, p.544); missa pela alma de José Pinto Ramos convocada pela Irmandade Nossa Senhora da Piedade da qual fazia parte (Gazeta de Notícias, 25/01/1893); afilhada Albertina do Nascimento Pinheiro manda rezar missa pelo padrinho (O Paiz, 17/01/1894).	Rua de S. Pedro - 248	1851	Manoel da Costa Bastos	12
5	José Coelho da Costa Responsável por Candido Coelho da Costa e Pedro Coelho da Costa.	Rua das Violas, 151	1851	Candido Coelho da Costa O mapa de matrícula informa que iria seguir um ofício; Candido consegue ser reformado em 1884 do cargo de soldado do batalhão de engenheiros por ter mais de 30 anos de serviço (Gazeta de Notícias, 18/11/1884)	13
6	Rufino Antonio de Lima Fundidor da Casa da Moeda, Rua Nova do Sabão, 57 (AL, 1854).	Rua do Sabão (C.N.) 57	1851	Candido Antonio de Lima Candido subscrição de lista para estátua equestre de D. Pedro I, lista do professor Pardal (Diário do Rio de Janeiro, 22/12/1855)	13

7	Alexandre Soares Pinheiro Alexandre Soares Pinheiro subscritor da lista em favor das vilas de Diamantina e do Príncipe (Diário do Rio de Janeiro, 20/03/ 1834); tenente da guarda nacional (Diário do Rio de Janeiro, 14/06/1839); sofreu processo e foi inocentado quando era comandante da imperial guarda do paço (O Despertador, 7/02/1839); coloca anúncio informando que perdeu bilhete de loteria em benefício da Igreja matriz do engenho velho e pede para quem achar entregar na Rua do Valongo, n.7 (Correio Mercantil, 24/02/1848); aparece de lista do O Auxiliador do Correio da Corte de 1857 como relojeiro habitante na Rua do Valongo, 7; aparece na lista de comerciantes de "Lojas de relógio de algibeiras e da parede e de relojoeiros" (AL, 1857, p.665), com endereço no morro do Valongo, 7; sepultado em 3/08/1862, português, 64 anos, viúvo, morreu de gastro-entero-colite (Constitucional, 6/08/1862; Correio Mercantil, 3/08/1862); arremate de uma escrava e ferramenta de torneiro do espólio de Alexandre Soares (Correio Mercantil).	Morro do Valongo, 7	1852	Alexandre Aristides Pinheiro Alexandre Aristides subscrição de lista para estátua equestre de D. Pedro I, lista do professor Pardal (Diário do Rio de Janeiro, 22/12/1855); consta como inventariante dos bens do pai (Correio Mercantil, 13/04/1866); proclamas de casamento com Maria das Dores Fernandes Moura (O Apóstolo, 2/02/1869); membro do júri da corte (Diário do Rio de Janeiro, 15/02/1874); morte do filho Alexandre de 9 meses por pneumonia (O Globo, 14/09/ 1875); aparece na lista de qualificação de votantes como sendo filho de Alexandre Soares Pinheiro, 34 anos, casado, artista, elegível, sabe ler, residência praia do Saco n.75 (Diário do Rio de Janeiro , 10/02/1877); citado em inquérito sobre incêndio como testemunha (Gazeta Jurídica, 1877); membro da comissão organizadora dos festejos de São Pedro (Gazeta de Notícias, 1/07/1886); morte da filha (Gazeta de Notícias, 10/07/1887); Conselheiro da Sociedade União Funerária Primeiro de Julho (Gazeta de Notícias , 21/06/1882 e 3/07/1894); convocado para eleição de presidente e vice-presidente, senador e deputados (O Tempo, 11/02/1894); convocado para eleição de senador (O Paiz, 25/04/1896); nota de aniversário do filho "o interessante Heitorsinho" (Cidade do Rio, 31/01/1899); proprietário de imóvel na Rua Santo Cristo (Gazeta de Notícias, 3/08/1902); enterro em 13/08/1901 (Cidade do Rio, 14/08/1901); missa pela alma de Alexandre Aristides na Igreja Nossa senhora do Rosário (Cidade do Rio, 12/09/1901); Heitor Lobo aparece como genro de Alexandre na convite para missa (Correio da Manhã, 18/08/1901); missa do sogro do "nosso colega de imprensa Osmundo Pimentel" (Cidade do Rio, 19/08/1901); Maria das Dores Fernandes Pinheiro convida para missa do esposo (Correio da Manhã, 12/08/1902).	12
8	João José Rebello Responsável pelos alunos: José da Motta Rebello, Maximiano José Rebello e Fernando José Rebello. João José Rebello foi contínuo na Alfândega (Diário do Rio de Janeiro, 29/01/1848); guarda de segunda classe da Alfândega da Corte (Correio Mercantil, 5/02/1858); sócio da sociedade Alpha-literária (O Globo, 17/02/1875).	Rua da Harmonia, 11	1852	José da Motta Rebello --	10

9	Domingos Thimoteo de Carvalho Responsável pelos alunos: Leopoldo Augusto da Câmara Lima e Leopoldo Themoteo de Carvalho. Domingos tenente secretário do conselho de qualificação da guarda nacional da Ilha do Governador (Diário do Rio de Janeiro, 20/03/1851) ; aparece ao lado do professor Faria Pardal como suplente dos eleitores da freguesia de Santa Rita reconvocados para nova eleição em 12/12/1852 diante da anulação da anterior (Correio Mercantil, 1852); nomeado "fiel das obras" da Câmara Municipal (Correio Mercantil, 3/11/1853); Domingos era inspetor de quarteirão da freguesia de Santa Rita, AL, 1854); secretário da junta de qualificação da freguesia de Santa Rita (Diário do Rio de Janeiro, 25/01/1855); escrutador da mesa qualificação de votantes da freguesia de Santa Rita (Diário do Rio de Janeiro, 9/09/1856); seu endereço Rua da Imperatriz, n.114 consta na lista de O auxiliador do correio da Corte de 1857; inspetor de quarteirão (A Actualidade, 22/01/1861); escriturário da Diretoria das obras municipais (Boletim da Câmara, 1863, p.15); suplente dos eleitores da freguesia de Santa Rita (A Actualidade, 19/08/1863); tenta impedir infração à lei durante a contagem de cédulas da eleição (Constitucional, 12/08/1863); escrutador da mesa qualificação de votantes da freguesia de Santa Rita (A Actualidade, 22/01/1862, 18/01/1864); irmão vigário da irmandade do Senhor santo Cristo dos Milagres (AL, 1864); nomeado fiscal suplente da freguesia de Santa Rita (Diário do Rio de Janeiro, 6/06/1871); nomeado irmão de Capela da Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres (Diário de Notícias, 21/06/1871); "tenente Domingos Thimotheo de Carvalho" secretário da mesa qualificação de votantes da freguesia de Santa Rita (A Actualidade, 23/01/1872); Presidente da mesa qualificação de votantes da freguesia de Santa Rita (A Actualidade, 19/01/1874); oficial da Câmara Municipal (Almanak Popular do Rio de Janeiro, 1878); eleito juiz de paz da freguesia da Santa Rita (Gazeta de Notícias, 3/03/1878); participou como secretario da mesa de fundação da irmandade Santa Rita de Cassia (Gazeta de Notícias, 24/05/1878); membro do júri da corte (O Cruzeiro, 2/08/1878); nomeado escriturário da repartição de aferição da Câmara Municipal (O Cruzeiro, 2/11/1878); missa de falecimento na igreja de Sacramento (Gazeta de Notícias, 30/10/1879).	Rua da Imperatriz 114	1852	Leopoldo Augusto da Câmara Lima	9
			1855	Leopoldo Themoteo de Carvalho Leopoldo aparece em nota sobre missa de sua falecida esposa Joana Francisca de Carvalho, onde consta o nome de seu pai Domingos (O Globo, 9/01/1876).	8

10	Francisco Joaquim do Nascimento --	Ladeira do Livramento, 11	1852	Simeão Joaquim do Nascimento O mapa de matrícula informa que iria seguir um ofício; Simeão guardião extranumerário do corpo de oficiais marinheiros (A Nação, 13/03/1874)	10
11	João José Alves Ferreira João aparece na lista de "armadores" do Pequeno Almanak de 1843, p.42; enquanto administrador do primeiro distrito da cidade foi multado por não acender os lampiões à noite (Correio Mercantil, 6/07/1851); membro do conselho do júri da corte (Diário do Rio de Janeiro, 25/12/1854) João foi nomeado fiscal da freguesia de São José tendo como suplente o professor Polycarpo José Dias da Cruz (Diário do Rio de Janeiro, 8/03/1855); seu endereço, Rua da Alfândega, n.299, aparece na lista de O auxiliador do Correio da Corte de 1857; escrivão da Irmandade do Divino Espírito Santo da freguesia de Santana (AL, 1857); consultor da Irmandade de Nosso Senhor do Bonfim (AL, 1857); fiscal da freguesia de Santana (Correio da Tarde, 16/02/1857); enquanto fiscal de Santana anuncia arremate de cavalo russo pintado apreendido no Campo do Senado (Correio da Tarde, 16/11/1857); lista de pessoas que assinaram e compraram lembranças de José Antônio (A marmota, 15/12/1857); nota falando sobre a posse como fiscal da freguesia de sacramento e sobre antigo fiscal (Correio Mercantil, 27/05/1858); secretário da Irmandade do Divino Espírito Santo da freguesia de Santana anuncia festa do Divino (Diário do Rio de Janeiro, 19/04/1858); sepultado no dia 22 de novembro morto por anthraz, 50 anos, fluminense, casado (Correio Mercantil, 26/11/1858); anúncio de missa promovida pela Ordem Terceira da Imaculada Conceição pela alma de João (Diário do Rio de Janeiro, 26/11/1858) ; apresentação beneficente do Teatro São Pedro de Alcantara concedido pelo comendador João Caetano da Silva à viúva e filhos de João José Alves Ferreira (Correio Mercantil, 22/02/1859).	Rua da Alfândega, 299	1852	Luis Antunes Ferreira Luis Antunes Ferreira enterrado em 22 de setembro de 1887 (O Paiz, 22/09/1887).	12

12	Maria Joaquina de Castro e Silva --	Rua da Alfân-dega, 389	1853	Antonio Quintiliano de Castro e Silva (Ceará) Antonio foi matriculado na aula de aritmética da Sociedade Amante da Instrução (Diário do Rio de Janeiro, 24/05/1861); foi aprovado simplesmente em aritmética na escola da marinha (Correio Mercantil, 17/02/1862); nomeado aspirante na escola da marinha (Correio Mercantil, 1/03/1862); foi promovido a guarda marinha (Correio Mercantil, 2/12/1865); enquanto segundo tenente foi nomeado pelos serviços prestados na Guerra do Paraguai cavaleiro da Ordem de Cristo (Correio Mercantil, 13 e 14/04/1865); enquanto 1° tenente da armada nacional foi nomeado cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz (Gazeta de Notícias, 27/06/1878); nota de elogio a sua coragem durante o naufrágio do navio que pilotava (Gazeta da Tarde, 28/04/1883); sócio efetivo da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro (Boletim da Sociedade Geográfica do RJ, 1886).	10
13	José Florencio de Lemos José Florêncio membro do júri da corte (A Nação, 10/08/1874); na lista de qualificação de votantes 58 anos, casado, empregado público, filhos de Domingos da Fonseca Lemos, residente na Rua da Alfândega 131, elegível, sabe ler (Diário do Rio de Janeiro, 25/07/1876)	Rua do Prín-cipe, 71	1853	Henrique de Oliveira Lemos Subscrição de lista para estátua equestre de D. Pedro I, lista do pro-fessor Pardal (Diário do Rio de Janeiro, 22/12/1855); Missa da avó Isabel Maria de Oliveira Lemos na Igreja do Santíssimo Sacramento (O Globo, 12/06/1875;) Henrique de Oliveira parece na lista de qualificação de votantes, 33 anos, casado, negociante, filho de Jose Florencio, residente na Rua da Alfândega 131, elegível, sabe ler (Diário do Rio de Janeiro, 22/02/1877); mesário da irmandade do Santíssimo Sacramento (Gazeta de Notícias, 20/07/1883);assina lista de subscri-ção para conclusão do Asilo da Criança Desvalida na Candelária (O Paiz, 17/02/1885); lista de aniversariantes em 22 de janeiro de 1888 (Diário de Notícias, 22/01/1888); capelista da Igreja do Santíssimo Sacramento (Gazeta de Notícias, 9/05/1888); aparece na lista de eleitores da freguesia de Sacramento (Gazeta da Tarde, 24/06/1890); nomeado porteiro do porto marítimo (Jornal do Brasil, 20/09/1892); aparece em almanaque como funcionário público residindo na Ponta do Caju (Almanak Laemmert, 1898, p.1382); sacristão da igreja de São Joaquim (Irmandade do Patriarca São Joaquim) e reside na igreja (Almanak, 1899); morte de Henrique anunciada pela igreja na qual era sacristão, a nota afirma que tinha mais de 50 anos mas era forte e estimado (Gazeta de Notícias, 20/11/1898).	10

14	Maria Alexandrina Salgueiro Sepultamento de Maria Alexandrina, fluminense, 40 anos, viúva, morte por encefalite-mizelite (Diário do Rio de Janeiro, 25/05/1867).	Ladeira do Livramento, 2	1853	João Miguel Salgueiro Consta como subscritor da lista organizada por Pardal (Diário do Rio de Janeiro, 22/12/1855); foi aluno do externato do Colégio Pedro II aprovado plenamente em geografia, doutrina cristã e aritmética e aprovado simplesmente nas demais (Correio Mercantil, 16/11/1861); foi aluno do Seminário episcopal de São José (O Apóstolo, 2/12/1866); consta na lista de professores do Relatório da Inspetoria de Instrução da Corte de 11/04/1872 (Relatório anexo ao do Ministro do Império relativo ao ano de 1871); consta na lista do júri de Petrópolis (Mercantil, 15/12/1875); aparece na lista de qualificação de votantes de Petrópolis, 31 anos, solteiro, professor, sabe ler, elegível, filho de Bento Ferraz Salgueiro e Maria Alexandrina Salgueiro (Mercantil, 24/06/1876); deu aulas primárias no Colégio Santa Cruz em Juiz de Fora (O Apóstolo, 28/01/1877); anuncio procura onde mora a família do professor João Miguel Salgueiro que esteve lecionando em Areas, São Paulo (Gazeta de Notícias, 5/06/1878); missa para a irmã falecida Francisca Bernardina Salgueiro (Gazeta de Notícias, 17/03/1879); aparece na lista de professores da Escola Normal da Corte que estava funcionando no Externato Andrade localizado na Rua do Sacramento n.8 (Gazeta de Notícias, 18/05/1887); missa a pedido da família do "professor João Miguel Salgueiro" (Gazeta de Notícias, 3/01/1889); missa por alma de João na Igreja do Santíssimo Sacramento (Cidade do Rio, 8/01/1889), na igreja da Santa Cruz dos militares e na Igreja da Lapa dos Carmelitas (Diário de Notícias, 22/01/1889); anúncio do arremate do espólio de João para pagamento de cobranças e impostos (Gazeta de Notícias, 14/01/1890); anúncio de arremate de parte do prédio pertencente a João para pagamento de cobranças e impostos (O Paiz, 14/01/1890).	7
15	Thereza Joaquina de Jesus --	Travessa do Mato Grosso, 8	1853	Fernando Baptista de Sampaio Fernando aparece em nota em que recebeu provisão com dispensa do impedimento de consanguinidade para se casar com Fortunata Francisca Chaves (Correio do Brasil, 23/06/1872).	7

16	Belmiro Borges Pereira Responsável pelos alunos Bernardino Borges Pereira e Ezequiel Borges Pereira. O endereço fornecido era da residência de E. Volckmar, vice-presidente da Sociedade Alemã de Beneficência (AL, 1854). Também está na lista de negociantes estrangeiros (Klingelhoefer, Gries & C. – pp Ern. Volckmar). Belmiro anuncia que se o senhor que o mandou fazer uma coroa com diadema de prata há dois anos não for buscar a mesma perdera o dinheiro que deu de sinal (Diário do Rio de Janeiro, 23/09/1837); andador da Venerável Confraria da Imaculada Conceição (AL, 1853); Anuncio da missa pela morte do genro João Henrique Soares (Correio Mercantil, 31/10/1855); sepultamento de Belmiro, fluminense, 65 anos, casado, supuração pulmonar (Diário do Rio de Janeiro, 8/07/1869).	Rua da Alfândega 38	1853	Bernardino Borges Pereira Anuncio de proclamas de casamento de Bernardino com Amelia Rosa do Bonsucesso (O Apóstolo, 9/10/1869); provisão para os párocos das freguesias de Santa Rita ou São Cristóvão receberem em matrimônio Bernardino e Amelia com dispensa de impedimento de consanguinidade (O Apóstolo, 12/12/1869); Missa fúnebre de Bernardino na Ordem Terceira da Conceição (A Nação, 9/07/1873).	11
			1854	**Ezequiel Borges Pereira** (havia um Pedro Borges Pereira no mapa de 7/1854). Ezequiel aparece na lista de qualificação de votantes, 31 anos, solteiro, negociante, sabe ler, elegível, filho de Belmiro Borges Pereira, Rua da Harmonia n.34 (Diário do Rio de Janeiro, 04/07/1876); lista de qualificação de votantes, 31 anos, solteiro, comissário, sabe ler, elegível, filho de Belmiro Borges Pereira, Rua da Harmonia n.34 (Diário do Rio de Janeiro, 20/01/1877) ; lista de qualificação de votantes, 32 anos, solteiro, comercio, sabe ler, elegível, filiação ignorada, Rua da Guarda Velha n.30 (Diário do Rio de Janeiro, 8/06/1878) havia na lista um homônimo de 26 anos com filiação ignorada também; foi incluído no alistamento eleitoral da freguesia de Santa Rita (Diário de Notícias, 14/10/1887).	

17	Theodoro Jansen Muller Theodoro pai requereu o lugar de escrivão da 1ª vara cível de crime da Corte (Diário do Rio de Janeiro, 22/05/1848); coletor de Itaboraí (Diário do Rio de Janeiro, 27/05/1848); Lançador da Recebedoria do Município, vinculado ao ministério da Fazenda (AL, 1854); lista de qualificação de eleição, 41 anos, casado, empregado público (Correio da Tarde, 1/03/1860); subscritor da lista de donativos para festa de chegada de suas majestades imperiais (Correio Mercantil, 30/04/1860); credor da massa falida de Gomes & Filhos (Diário do Rio de Janeiro, 13/11/1864); agradece sua admissão como sócio efetivo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Diário do Rio de Janeiro, 4/08/1864); membro do conselho da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Correio Mercantil, 15/12/1865); lançador de imposto (A Reforma, 26/09/1869); vice-presidente do Club Guarany (Diário de Notícias, 22/06/1871); lançador da recebedoria do Rio de Janeiro (Almanak Popular, 1878); um escravo foi preso ao galgar o telhado da casa de Theodoro (Diário do Rio de Janeiro, 8/12/1875); aparece na lista de qualificação de votantes, 57 anos, casado, sabe ler, empregado público, filho de Agostinho Jansen Muller, residente na Rua da Gamboa (Diário do Rio de Janeiro, 15/07/1876); subscritor da lista de donativos para solenizar a chegada de suas majestades imperiais (Gazeta de Notícias, 29/08/1877); membro do júri da Corte (O Repórter, 15/03/1879); arremate dos prédios na Rua da Gamboa e na da Alfândega do espólio de Theodoro (Gazeta de Notícias, 10/06/1883).	Segundo AL 1854, Rua do Aterrado 24	1853	Theodoro Jansen Muller Júnior Membro da sociedade Sete de Setembro (Correio Mercantil, 20/01/1862); foi aluno da Imperial Academia das Belas-artes e ganhou medalha de prata na categoria "estatuária" (Diário do Rio de Janeiro, 10/06/1863); secretário do Congresso Juvenil recém--criada para promover o desenvolvimento das artes (Diário do Rio de Janeiro, 22/08/1863); vice-presidente do Congresso Juvenil artístico (Correio Mercantil, 12/009/1864); secretário da Sociedade Festival de São Pedro do Saco do Alferes (Correio Mercantil, 29/06/1865); proclamas de casamento com Eufrazina de Jesus Pinheiro (O Apóstolo, 2/05/1868); membro da Imperial Sociedade de Beneficência Protetora dos guardas nacionais da Corte e da Província do Rio de Janeiro (Correio Mercantil, 11/07/1868); anúncio de que pretende aterrar o mar em frente as suas casas na praia do saco do Alferes e pede que se pronuncie quem discorde em 30 dias (Diário do Rio de Janeiro, 24/07/1869); membro do júri da Corte (A Nação, 8/07/1872); consta como alferes do 5° batalhão da Guarda Nacional pedindo ser tenente (A Nação, 19/09/1872); consta como falecido no tribunal de primeira instância (Diário do Rio de Janeiro, 31/05/1878); consta como falecido na segunda vara de órfãos (O Cruzeiro, 25/07/1878); sua viúva Eufrasina e filhos são mencionados na venda de casa (com minuciosa descrição) na praia do Saco do Alferes do espólio de Theodoro para pagamento de dívida (O Cruzeiro, 12/04/1878).	11

18	Francisco Joaquim de Nazareth Requereu à Câmara Municipal ser nomeador avaliador dos terrenos da marinha e teve seu pedido aceito (Diário do Rio de Janeiro, 1/12/1848); está na lista de eleitores do Partido Liberal da freguesia de Santana (Correio Mercantil, 2/08/1849); lista de jurados qualificados da freguesia de Santana (Diário do Rio de Janeiro, 17/12/1851); secretario da irmandade que organizou a festa da virgem santíssima Senhora da Conceição (Diário do Rio de Janeiro, 13/12/1851); aparece como procurador de homem vítima de agressão em tribunal do júri (Diário do Rio de Janeiro, 25/06/1855); escriturário da Imperial Sociedade Amante da Instrução (Diário do Rio de Janeiro, 5/08/1855); texto que critica a atitude de Porfírio José da Rocha quanto à entrega da lista de eleitores do 2° distrito da freguesia de Santana (Correio Mercantil, 11/02/1855); seu endereço, Rua Nova de São Pedro, n.16, aparece na lista de O auxiliador do correio da Corte de 1856; está na lista de procuradores, agentes de causas no foro civil e comercial, rua nova de S. Pedro 98A (AL, 1857, p.456); representação em que Francisco se defende da acusação de não ser de confiança motivo pelo qual foi exonerado do cargo de escrivão do juizado de paz da freguesia de Santana pelo juiz de paz Porfírio José da Rocha que nomeou Henrique José Cardoso da Rocha para substituí-lo (Correio Mercantil, 9/01/1857); trabalha em um hospital não identificado (Correio Mercantil, 18/12/1858); secretário da irmandade do Santíssimo Sacramento (Diário do Rio de Janeiro, 14/12/1860) ; escrivão do juizado de paz da freguesia de Santana (Correio da Tarde, 6/03/1860); nota denuncia que a demissão do escrivão do juizado de paz da freguesia de Santana Francisco é uma "injusta e acintosa vingança" (Diário do Rio de Janeiro, 19/02/1861); lista de qualificação de votantes, 48 anos, casado, escrivão (Correio da Tarde, 17/02/1860); sepultamento de Francisco, fluminense, 44 anos, casado, morte por tétano traumático (Diário do Rio de Janeiro, 11/05/1862); notícia de que os correligionários políticos do falecido Francisco vão mandar litografar seu retrato (Correio da Tarde, 14/05/1862).	Rua de S. Pedro (C.N.) 17.	1853	José Maria Feliciano Registro em oficio do presidente da província do Rio Grande do Sul de que a mãe de José Maria Feliciano, praça do 1° regimento de cavalaria ligeira, pede que ele seja considerado voluntário (Boletim do expediente do governo, Ministério da Guerra, 1860, p.7).	9

19	Carolina Candida de Lemos --	Pedra do Sal, 6	1853	Peregrino de Lemos Menezes Peregrino tornou-se artista de teatro e possui um verbete no livro de Souza Bastos "A carteira do artista: apontamentos para a historia do theatro portuguez e brazileiro. Acompanhados de notícias sobre os principaes artistas, escriptores dramaticos e compositores estrangeiros" era filho de pais pobres, tentou seguir carreira na marinha, aprendeu arte litográfica, foi marcador da capatazia da Alfândega e depois funcionário da tipografia nacional, depois entrou na companhia de teatro de Manuel Di-Giovani, faleceu em 20/01/1885 (Souza Bastos, 1898); passageiro de navio em direção a Santos (Correio Mercantil, 22/10/1860); proclamas de casamento com Jesuina Montani de Giovani (Diário do Rio de Janeiro, 5/03/1874); morte da filha Lucidia de 8 meses por pneumonia (O Globo, 21/09/1874); aparece na lista de qualificação de votantes como sendo casado, 32 anos, artista, sabe ler, elegível, filho de Justiniano Chaves de Menezes, residente na Rua do Senado, n.136 (Diário do Rio de Janeiro, 5/02/1877); Peregrino presenteia com alfinete de ouro em uma caixa de veludo o ator Xisto Bahia em sua festa (Gazeta de Notícias, 30/04/1882) ; morte da enteada, filha de sua esposa Jesuína Montani de Menezes (Gazeta da Tarde, 4/06/1883); família convida para sepultamento ao ator Peregrino (Gazeta de notícias, 21/01/1885); sepultamento de Peregrino, fluminense, 43 anos, casado, estazia aórtica (Brasil, 23/01/1885); pequeno resumo da carreira artística concluído com a afirmação de que sua morte legou à família a perspectiva da pobreza (Gazeta da Tarde, 21/01/1885); missa fúnebre na igreja matriz de Santo Antonio dos pobres (Gazeta de Notícias, 19/02/1885); espetáculo montado em benefício da viúva e filhos de Peregrino (O Expectador, 26/04/1885).	10

20	Maria da Gloria de Sá Barreto Em 1866, no batizado dos filhos Carlos de 9 anos e Alfredo de 6 anos na igreja matriz de Santa Rita consta o nome dos pais Maria da Gloria de Sá Barreto e **Manoel José da Rocha Paranhos** (Correio Mercantil, 9/02/1866); O pai Manoel foi subscritor da lista de donativos para festa de coroação de Pedro II (Diário do Rio de Janeiro, 19/07/1841); morte da filha Maria, inocente, por pneumonia, pai residente na freguesia de Santa Rita (Diário do Rio de Janeiro, 24/06/1854); morte da filha de 5 anos por tuberculose pulmonar (Correio Mercantil, 31/10/1861); Manoel foi nomeado 2° continuo do Supremo Tribunal de Justiça (Diário do Rio de Janeiro, 10/04/1871); pede gratificação pelos serviços prestados de porteiro no Supremo Tribunal de Justiça (A Nação, 7/04/1873); sepultamento de Manoel (Diário do Rio de Janeiro, 17/11/1876); lista de qualificação de votantes, 66 anos, viúvo, empregado publico, elegível, sabe ler, filho de João José da Rocha Paranhos, residente na Rua do Conde d'Eu, n.36 (Diário do Rio de Janeiro, 5/02/1877).	Rua da Princesa, 154	1853	Francisco da Rocha Parn.os (Paranhos) Lista de qualificação de votantes, 29 anos, solteiro, oficial de maquinista, filho de Manoel José da Rocha Paranhos, elegível, sabe ler, residente na Rua do Conde d'Eu, n.36 (Diário do Rio de Janeiro, 21/01/1877); Francisco, engenheiro, membro do Club de engenharia (Almanak Laemmert, 1909).	10
			1853	João Silvestre da Rocha Parn.os (Paranhos) Aparece na relação de processos de dívidas liquidadas (Relatório do Ministério da Guerra, 1871, p.18).	9
21	Domingos Monteiro da Silva Arremate de um "chale de toquim bordado" apreendido pelo guarda da Alfândega Domingos (Diário do Rio de Janeiro, 18/04/1846); Arremate de bote apreendido pelo guarda da Alfândega Domingos (Correio Mercantil, 15/01/1849); Domingos foi convocado para sessão do tribunal do júri pela freguesia de Santa Rita (Correio da Tarde, 19/11/1858); foi dispensando do júri por estar com febre intermitente (Correio da Tarde, 7/12/1858); aparece em oficio ao fiscal da freguesia de Santana constando que foi aprovado para vigia (Boletim da Ilustríssima Câmara Municipal, 1862, p.15); proposto para o cargo de guarda vigia da freguesia de Santana (Correio Mercantil, 14/05/1863).	Rua do Saco d'Alferes 65	1853	Luis Adolpho da Silva Monteiro Consta que sua mãe Rosa Isabel Monteiro recebeu pensão pelos filhos falecidos voluntários da pátria Antonio Claudino da Silva Monteiro e Luis Adolpho da Silva Monteiro (Gazeta de Notícias, 13/03/1890).	9
			1854	Gentil Augusto da Silva Monteiro Gentil foi excluído da lista de qualificação de votantes por falta de domicílio na paróquia (Diário do Rio de Janeiro, 3/02/1877).	13
			1855	Antonio Claudino da Silva Monteiro Antonio consta na lista oficiais feridos do 24° Corpo de Voluntários da Guerra do Paraguai (Correio Mercantil, 27/03/1865).	9
22	Francisca Carneiro de Mattos Responsável por José Carneiro de Mattos e Manoel Carneiro de Mattos.	Beco das Partilhas, 20	1853	Manoel Carneiro de Mattos Manoel aparece na lista de alunos do depósito de aprendizes artilheiros como anspeçada de 1ª classe (Diário do Rio de Janeiro, 28/12/1873).	8
23	Joaquim José de Andrade Ajudante do Correio da Capital do império (AL, 1858, p. 88)	Largo da Prahinha, 15	1854	Antonio José de Andrade	11

24	Jacintho de Souza Ribeiro Guimarães Responsável por Luiz de Souza Ribeiro Guimarães, Jacintho de Souza Ribeiro Guimarães e João de Souza Ribeiro Guimarães. Escrivão da Primeira Pagadoria da Tesouraria da Fazenda do Império; Consta como amanuense da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda (AL, 1850); Endereço de Jacintho Campo de São Cristóvão, 1ª, aparece no Auxiliador da Administração do Correio da Corte de 1857, consta que ele é empregado público; Jacintho membro do júri da corte (Correio Mercantil, 17/09/1859); irmão de capela da Irmandade de Santo Antonio dos Pobres e Nossa Senhora dos Prazeres (AL, 1860); assinou um abaixo assinado de moradores contra a calha de despejos construída em frente às suas residências na Rua de Santa Luzia (Correio Mercantil, 11/11/1863); sepultamento de Jacintho, 48 anos, fluminense, viúvo, morte por febre perniciosa (Diário do Rio de Janeiro, 9/10/1863); missa fúnebre na igreja de Sacramento (Diário do Rio de Janeiro, 13/10/1863).	São Cristóvão	1854	Luiz de Souza Ribeiro Guimarães Luiz nomeado segundo comandante da companhia de guardas da Alfândega (A Reforma, 5/12/1877); morte do filho João de 10 meses por gastroenterite (Diário do Rio de Janeiro, 3/06/1878); consta em nota sobre a Imperial Sociedade Amante da Instrução a matricula da irmã de Luiz na aula de Santa Teresa (Correio Mercantil, 24/12/1862); aparece na lista de qualificação de votantes, 38 anos, viúvo, empregado público, filhos de Jacintho de Souza Ribeiro Guimarães, sabe ler, elegível, residente na Rua do Senador Eusébio, n.218 (Diário do Rio de Janeiro, 9/02/1877) ; nota sobre apreensão de contrabando de seda e cabelo no navio francês feita por Luiz e seus colegas (Gazeta de Notícias, 6/09/1881); nota sobre estar doente o segundo comandante dos guardas da Alfândega (Gazeta da Tarde, 20/09/1881); membro do júri da Corte (O Paiz, 23/11/1884); foi aposentado a seu pedido do cargo de segundo comandante da guarda da Alfândega (Diário do Comércio, 23/08/1890).	14
			1854	Jacintho de Souza Ribeiro Guimarães Proclama de casamento com Maria Leopoldina Waldemar (O Após-tolo 18/07/1875); guarda da Alfândega da Corte (AL, 1871, p.190); demitido do cargo de guarda da Alfândega da Corte (O Repórter, 17/08/1879).	10
25	Cons.º M^{el} de Campos Mello (Manoel) Conselheiro presidente da província de Alagoas (Anuário político 1846); lista de eleitores da freguesia de Santana (Correio Mercantil, 4/08/1849); membro do instituto dos advogados (Correio Mercantil, 28/02/1849); crítica a nomeação que fez de um subdelegado para freguesia do Engenho Velho onde reside o monarca por este renegar sua pátria (Correio Mercantil, 20/11/1852); esteve doente (A Reforma, 11/04/1876); lista de qualificação de votantes, 63 anos, casado, filiação ignorada, magistrado, sabe ler, elegível (Diário do Rio de Janeiro, 21/01/1877); morte por "cachexia" reumática, era paulistano, casado, 69 anos (O Cruzeiro, 3/09/1878); venda da casa do seu espólio (Gazeta de Notícias, 23/09/1879).	Rua Larga de S. Joaquim, 183	1854	Luiz Cavalcante de Campos Mello Aprovado no exame feito na Escola Central (Correio Mercantil, 30/10/1862); casamento com Ana Cavalcanti de Albuquerque Livramento (O Apóstolo, 6/05/1874); Secretário do escritório do engenheiro chefe da estrada de ferro D. Pedro II (O Globo, 13/09/1876); o engenheiro pediu exoneração do cargo de ajudante do 1ª classe da estrada de ferro (O Repórter, 12/01/1879); casamento com Julia Cavalcanti do Livramento (O Apóstolo, 25/10/1889)	6

26	Maria Joanna --	Rua da Princesa, 22	1854	Firmino de Aquino Brandão Firmino morreu aos 15 anos de tisica mesentérica, era solteiro, fluminense (Correio Mercantil, 3/03/1857).	11
27	José Domingos Pimenta	Rua do Príncipe	1854	Francisco Roberto Pimenta Francisco lista de qualificação de votantes, 30 anos, casado, marmorista, filho de José Domingos Pimenta, Ponta do Caju 161, renda 1200, sabe ler, elegível (Diário do Rio de Janeiro, 10/01/1877); casamento com Carlota Barbosa de Carvalho (Diário do Rio de Janeiro, 23/12/1873); propaganda da oficina de mármore (Gazeta de Notícias, 4/09/1881); negou-se recurso eleitoral de Francisco por falta de prova legal de renda (Gazeta de Notícias, 14/05/1881); abaixo-assinado em que atesta a limpeza da praia das Palmeiras em São Cristóvão a cargo de Alfredo Rodrigues Vieira (A Folha Nova, 15/12/1883); abaixo-assinado testemunhado a regularidade do serviço prestado pela Empresa Gary na limpeza da praia de São Cristóvão (O Paiz, 10/02/1886); propaganda da oficina de mármores (O Programa Avisador, 25/08/1886); segundo procurador do Club de Regatas Cajuense (Diário de Notícias, 25/01/1887); comissão de sindicância do Sport-Club (Diário de Notícias, 27/12/1888); processo de aforamento da marinha solicitado por Francisco (Jornal do Brasil, 16/09/1891); lista de marmoristas (AL, 1891); subscrição de lista para asiladas da misericórdia (Gazeta de Notícias, 9/03/1890); mesário da eleição no Caju (Jornal do Brasil, 12/1896); júri (Gazeta de Notícias, 9/10/1897); missa fúnebre (Correio da manhã, 29/12/1902).	6
28	Joaquim Cosme Monteiro Joaquim, licença para tirar carta de naturalização (Correio da Tarde, 27/07/1858); procurador, mudou de residência (Correio Mercantil, 28/12/1861); cessionário do barão de Moreira, Consul de Portugal (O português, 19/05/1861); curador fiscal (Diário do Rio de Janeiro, 3/07/1872); membro da Imperial Sociedade Auxiliadora da Artes mecânicas e liberais beneficentes (Diário do Rio de Janeiro, 13/03/1877); missa fúnebre de um ano (Gazeta de Notícias, 27/04/1884).	Rua da Princesa, 5	1854	Antonio Cosme Monteiro Antonio - subscrição de lista para estátua equestre de D. Pedro I, lista do professor Pardal (Diário do Rio de Janeiro, 22/12/1855).	10

29	Antonio Ferraz de Macedo Dono de armarinho e de loja de fazenda e roupa (AL, 1859); agradecimento ao Barão de Moreira, cônsul de Portugal, pelos serviços prestados (O Portuguez, 22/06/1862); um homem chamado Francisco de Queiroz Lemos e Napole agrade as pessoas, entre elas, Antônio por ter ajudado na sua transportação (24/04/1865); falência dos negócios (Diário do Rio de Janeiro, 1/07/1871); missa fúnebre (Diário do Rio de Janeiro, 16/06/1871); convocação dos credores da massa falida de Antonio (Diário do Rio de Janeiro, 24/10/1871); venda de escrava da massa falida (Diário do Rio de Janeiro, 26/09/1871).	Rua da Candelaria 42	1854	Francisco Ferraz de Macedo (Porto) Aprovado nos exames para matrícula nos cursos superiores (Correio Mercantil, 8/01/1864); aprovado em filosofia racional e moral pelo Colégio do Mosteiro de São Bento (Correio Mercantil, 14/01/1865); aprovado nos exames do 1° ano farmacêutico da faculdade de medicina (Correio Mercantil, 8/11/1865); decreto mandando matricular em qualquer faculdade de medicina do império (Correio Mercantil, 14/05/1866); aprovado nos exames do 3° ano farmacêutico da faculdade de medicina (Correio Mercantil, 19/11/1867); formou-se farmacêutico em 1867 (Relatório do Ministro do Império, 1867); escreve por sua mãe convocação de credores da massa falida de seu pai (Diário do Rio de Janeiro, 19/09/1871); natural de Portugal, recebeu o grau de doutor pela Faculdade de Medicina (A Instrução Pública, 5/01/1873); títulos das teses que defendeu (Relatório do Ministro de Império, 1873); representante do Liceu Literário Português na sessão magna do Instituto de Bacharéis em Letras (A Reforma, 16/07/1871); orador da Sociedade Literária Liceu Literário Português (AL, 1873); consultório médico (AL, 1874); ratifica eficácia de xarope em propaganda (Gazeta de Notícias, 4/02/1879); diretor geral do montepio agrícola (AL, 1880); publicação "Desabafo patriótico e o tricentenário de Camões no Rio de Janeiro" (O Apóstolo, 20/06/1880); sócio fundador do Liceu literário português (Gazeta de Notícias, 11/06/1884); propaganda do livro "Vários ensinamentos, o método cientifico natural para uma monografia" (O Paiz, 25/12/1884); subscrição de lista para erguer monumento ao maestro português Sá Noronha (Diário de Notícias, 7/11/1885); em artigo intitulado Museu Nacional do Rio de Janeiro Francisco acusa Ladislau Neto de plágio (Gazeta de Notícias, 19/01/1888); artigo "Importante descoberta arqueológica" menciona Francisco por ter examinado as ruínas do sítio de Laranjeiras em Portugal (Jornal do Brasil, 21/04/1893); proprietário de prédio na Rua Primeiro de Março (O Paiz, 27/08/1894); vai representar Portugal no Congresso de antropologia criminal (Jornal do Brasil, 25/06/1896); nomeado pelo governo para ir ao congresso de antropologia criminal em Genebra, nota faz pequeno resumo da vida de Francisco, ele é médico cirurgião e farmacêutico, membro da Sociedade de Antropologia de Paris e da de Florença (Gazeta da Tarde, 29/06/1896); oferece livros à Sociedade de Jurisprudência médica e antropologia (O Paiz, 2/02/1898); divulgação de publicação com artigo de Francisco sobre degeneração da sociedade (Revista Moderna, 02/1899); missa fúnebre, morte em Lisboa (Jornal do Brasil, 6/02/1907).	10

30	Luiz Rodrigues de Faria Eleitor da freguesia de Santana (Diário do Rio de Janeiro, 4/11/1844); amanuense da mesa do Consulado da Corte (AL, 1845, 1854...); capitão da segunda companhia da Guarda Nacional, com insígnia (AL, 1848); demissão da Guarda Nacional (Diário do Rio de Janeiro, 20/09/1848); júri da corte (27/03/1850); secretário adjunto da Sociedade de Baile Sylphide (AL, 1854); consta na relação de irmãos e devotos que contribuíram para o traslado da imagem do Senhor de Bonfim (Correio Mercantil, 11/12/1857); júri da corte (Correio Mercantil, 7/11/1858); morte da mãe que era sogra do conselheiro Jose Maria da Silva Paranhos (Correio Mercantil, 20/05/1862); escrivão da casa de depósito do almoxarifado da Marinha (Al, 1857, 1867); concessão de licença para tratar de saúde (Boletim do Expediente do Governo, 1861); aposentado da marinha pelo mau estado de saúde (Diário do Povo, 27/10/1867); subscrição de lista (O Apóstolo, 25/06/1871); missa fúnebre (Jornal do Brasil, 24/04/1899); possui insígnia (cavaleiro da ordem da rosa).	Largo da Imperatriz, 125	1854	Carlos Rodrigues de Faria Lista de qualificação de votantes, Carlos Rodrigues de Souza Faria, filho de Luiz Rodrigues de Faria, 28 anos, casado, comerciante (Diário do Rio de Janeiro, 11/07/1876); mesário da Irmandade do Glorioso Patriarca de São José (Jornal do Brasil, 24/04/1893)	6
31	Leopoldino das Chagas Oliveira Endereço fornecido era o mesmo de Eusebio de Queiroz (R. do Sacramento, 4); subscrição de lista promovida pela Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes mecânicas e Liberais e Beneficente para Estátua Equestre de D. Pedro I (Correio Mercantil, 14/03/1855); subscrição de lista promovida por Francisco José de Barros (Diário do Rio de Janeiro, 13/02/1856); para Estátua Equestre de D. Pedro I (Correio Mercantil, 14/03/1855) carpinteiro, sofre processo judicial por estelionato (Correio Mercantil, 24/09/1857); mandado de prisão (Diário do Rio de Janeiro, 7/09/1857); lista de qualificação de votantes, 48 anos, casado, artista, filho de Antonio Januário de Oliveira, São Paulo, elegível, sabe ler (Diário do Rio de Janeiro, 16/02/1877).	Rua do SS Sacramento 4	1854	Perciliano das Chagas Oliveira Presciliano, lista de qualificação de votantes, 30 anos, solteiro, sabe ler, maquinista, filho de Leopoldino das Chagas Oliveira (Diário do Rio de Janeiro, 14/07/1876).	7

32	João Pereira da Cruz --	Rua da Alfândega 30	1854	Candido Augusto Pereira da Cruz Aluno do método Castilho em teste pelo professor Martiniano Antonio Pereira (Diário do Rio de Janeiro, 7/01/1856)	6
33	Maria Guilhermina Vieira Nesse endereço, segundo AL, 1854 funcionava um armazém de móveis (mobílias e trastes) pertencente a João Cassou.	Rua da Alfândega 73	1854	Juliu Ferreira dos Santos --	5
34	Fabiano José de Siqueira Fabiano, júri da corte (Diário do Rio de Janeiro, 6/11/1871); lista de pagamento do governo (Diário do Rio de Janeiro, 15/02/1871); tinha dois outros, o carpinteiro Joaquim José de Siqueira, o maquinista Luiz Justiniano de Siqueira (A Reforma, 11/06/1878), o aluno do Liceu de Artes e Ofícios Fabiano José de Siqueira Filho (Correio Mercantil, 1/02/1859)	Catumby Grande, 40	1854	José Ramos de Siqueira Lista de qualificação de votantes, 35 anos, solteiro, correeiro, elegível, sabe ler (A Reforma, 11/06/1878)	12
			1855	Ezequiel Paixão de Siqueira Ezequiel, cobrador da Santa Casa de Misericórdia (Diário do Rio de Janeiro, 10/03/1876); lista de qualificação de votantes, 33 anos, solteiro, ferreiro, elegível, sabe ler (A Reforma, 11/06/1878)	8

35	Francisco José Ribeiro de Oliveira Reposteiro honorário da seção "Porteiro da canna" (AL, 1848); juiz de fato da freguesia da Santana (Correio Mercantil, 11/02/1848); Figura na lista de varredores da seção "Porteiros da Canna" da Casa imperial como "Reposteiro honorário" (AL, 1851, 1854); adido da secretaria de estado dos negócios da Justiça (AL, 1855); júri (Correio Mercantil, 26/04/1862)	Rua do Pedregulho 71	1854	Manoel Ribeiro de Oliveira Leão Professor habilitado em 1862 (Relatório do Ministério do Império, 1862); propaganda no jornal sobre aula de instrução primária (Correio Mercantil, 8/06/1862); propaganda com promoção no jornal sobre aula de instrução primária (Correio Mercantil, 25/05/1863); dá aula de instrução primária (AL, 1864); sua residência consta como lugar onde se pode pegar o livro Voz da amizade (Correio Mercantil, 11/04/1865); casamento com Emilia Rosa Ferreira (O Apóstolo, 7/06/1868) ; nomeado professor em Campos (Diário do Rio de Janeiro, 22/10/1870); passageiro de navio para Campos (Diário do Rio de Janeiro, 4/01/1871); removido de Natividade em Campos para Mato Grosso em Saquarema (Diário do Rio de Janeiro, 10/01/1871); professor público de Campos (AL, 1871); permuta com outro professor para freguesia de São Gonçalo em Campos (Diário do Rio de Janeiro, 23/03/1871); professor público de Campos, na freguesia de São Gonçalo (AL, 1872); aparece na lista de inscritos no Instituto Pedagógico (A Instrução Pública, 1/09/1873); remoção para Friburgo (Diário do Rio de Janeiro, 16/06/1875); professor que pediu remoção de escola para Vila da Estrela (A Reforma, 11/12/1877); pede para admitir em sua escola em Nova Friburgo seis alunos internos (Diário do Rio de Janeiro, 10/01/1877) ; O sr Jose Victorino da Costa é convidado a fazer exame de sanidade em Manoel (Diário do Rio de Janeiro, 24/07/1877); ordem para ser submetido a exame de sanidade (Diário do Rio de Janeiro, 13/08/1877); o exame de sanidade concluiu que ele pode continuar a exercer o magistério (Diário do Rio de Janeiro, 24/08/1877; agradecimento ao professor pelo donativo as vítimas da seca do norte (O Cruzeiro, 24/02/1878); professor publico de Petrópolis (AL, 1879); ordem para ser submetido a exame de sanidade (Diário de Notícias, 9/08/1885); removido para escola de Guapimirim, Magé (Diário de Notícias, 3/09/1886).	15
			1854	Julio Ribeiro de Oliveira Leão Lista de qualificação de votantes, 33 anos, casado, empregado público sabe ler, filho de Francisco José Ribeiro de Oliveira, elegível (Diário do Rio de Janeiro, 22/07/1876).	11

36	Laurinda Maria da Conceição --	Rua da Valla, 49	1854	João Domingues dos Santos Lista de qualificação de votantes, 32 anos, casado, sabe ler, pedreiro, filho de Joaquim Domingues dos Santos, 200$, não elegível (Diário do Rio de Janeiro, 23/07/1976).	10
37	Luis Severiano da Costa Prates --	Rua do Coito, 50	1854	Alexandre Luis da Costa Prates Lista de qualificação de votantes, 30 anos, solteiro, empregado no foro, filho de Luis Severiano da Costa Prates, residente na Rua do Regente, sabe ler, elegível (Diário do Rio de Janeiro, 25/07/1876 e 6/02/1877).	7
38	Francisco José Ferreira Villaça Responsável pelos alunos Francisco José Ferreira Villaça e João Ferreira Villaça. Nomeado 1° sargento do 4° batalhão da guarda nacional (Diário do Rio de Janeiro, 16/11/1844); pede para ser nomeado alferes da guarda nacional da Corte (Diário do Rio de Janeiro, 15/11/1847); Caixeiro despachante da casa comercial de Schmidt Kohfahl, (AL, 1850, p.185); morreu no dia 25 de maio de1855 de tuberculose pulmonar, tinha 42 anos, casado, despachante, morador na Rua Princesa dos Cajueiros (Diário do Rio de Janeiro, 26/05/1855).	Rua da Princesa 150	1854	Francisco José Ferreira Villaça Francisco filho teve exame de geometria anulado (Diário do Rio de Janeiro, 12/02/1868); entrou como noviço na ordem beneditina e viajou para Roma com Frei João de Santa Gertrudes custeados pelo mosteiro, mas o ministro do império declarou que por causa da circular de 10 de maio de 1855 os noviços não poderão voltar ao Brasil como parte da ordem beneditina (O Apóstolo, 6/11/1870); em 12/02/1871 o jornal *O Apóstolo* publica artigo criticando a "violação da liberdade católica".	7
39	Anna Joaquina Marques Endereço de um padre, José de Araujo Saragoça, da Venerável Irmandade de São Pedro, AL, 1854; e também de João Ferreira da Cruz & C.(loja de fazenda e de roupa); de Manoel Joaquim dos Reis, armazém de fazendas; e de armazéns de materiais para obra de Antonio Teixeira de Barros, Al, 1854.	Rua da Prainha, 8	1854	Antonio Marques Junior (Ilha da Madeira). --	14

40	Francisco Gomes Rangel Francisco era mestre de embarcação (Correio Mercantil, 10/08/1848); em viagem marítima de1856 levou sua família (Correio da Tarde, 30/01/1856); O Almanak Laemmert de 1847 mostra um Manoel Gomes Rangel proprietário de uma embarcação, Sumaca, de nome "Brilhante"; missa fúnebre (A Nação, 4/04/1873).	Rua do Livra-mento 51	1854	Antonio Gomes Rangel Antonio também se tornou mestre de embarcação (Diário do Rio de Janeiro, 26/11/1876).	13
			1854	Francisco Gomes Rangel (Júnior) O mapa de matrícula informa que iria seguir o comércio. Viúva faz petição à maçonaria, mas é negado pelo fato de Francisco Junior ter se desligado da loja a qual pertencia (Boletim do Grande Oriente do Brasil, 1881).	12
			1854	Clarindo Gomes Rangel Passageiro de embarcação para Campos tripulada pelo mestre Francisco Gomes Rangel (Diário do Rio de Janeiro, 28/04/1871); Lista de qualificação de votantes, 33 anos, solteiro, sabe ler, negociante, filho de Clarindo Gomes Rangel, Rua Larga de São Joaquim, 2000$, elegível (Diário do Rio de Janeiro, 14/07/1876).	10
41	Justiniano Augusto Chaves Nessa mesma rua, n°12, o AL, 1854, o endereço figura na lista de oficina de carpinteiro e mestre de obra, de José Antonio da Silva Chaves.	Rua Estreita de S. Joaquim	1854	Amador de Lemos Chaves. --	14
42	Pedro José d'Azevedo Pedro José de Azevedo era inventariante do pai de Jacob José Lopes Filho que tinha o mesmo nome (Correio Mercantil, 25/03/1866); Pedro também era mestre condutor de embarcação, entre as viagens fez uma para Angola (Diário do Rio de Janeiro, 5/12/1839; Diário do Rio de Janeiro, 2/10/1847); seu escravo remador quase morreu afogado em um acidente com bote (Diário do Rio de Janeiro, 4/10/1864) Jacob José Lopes, o pai, era mestre condutor de embarcação (O despertador, 6/12/1839; Diário do Rio de Janeiro, 8/01/1844); consta na lista de proprietários de embarcação do Almanak Laemmert, era dono de um "brigue" chamado São Lourenço (AL, 1846, p.296); foi multado por faltar sessão do júri (Diário do Rio de Janeiro, 14/02/1854).	Rua do Jogo de Bolla, 3	1854	Jacob José Lopes (Filho). --	11

43	José Nunes Pinheiro Endereço Rua da Saúde, n.89, consta em O auxiliador do Correio da Corte de 1856; missa fúnebre (Brasil, 1885); José aparece na lista de “Fábrica de calçados e lojas de sapateiro” para homens no Almanak Laemmert com o endereço da rua da saúde, n.89 (AL, 1853, p.527; 1854, p.563, 1855, p.627...); no AL de 1857 seu endereço muda para Rua da Saúde, n.231 (AL, 1857, p.672).	Rua da Saúde, 89	1855	Manoel Nunes Pinheiro Manoel foi conselheiro do Grêmio Musical (AL, 1874, p.480); tesoureiro interino da Associação de Socorros Mutuo Liga Operária (Gazeta de Notícias, 16/06/1878); tesoureiro da Associação de S.M. Liga Operária (Gazeta de Notícias, 14/01/1880); bilhete de loteria (Gazeta de Notícias, 25/07/1881); conselheiro da Sociedade Beneficente dos marceneiros, carpinteiros e artes correlativas (Gazeta de Notícias, 17/01/1882); agradecimentos aos que assistiram ao espetáculo no Teatro São Pedro de Alcântara em benefício da associação de S.M. Liga Operária (Gazeta de Notícias, 24/09/1882); membro da comissão de sindicância da Sociedade de Beneficência Perfeita Amizade (Gazeta de Notícias, 1/08/1882); membro do conselho da Associação de Socorros Mútuos Memória à Restauração de Portugal (Gazeta de Notícias, 16/08/1882); conselheiro da S.B. dos Marceneiros, Carpinteiros e Artes Correlativas (Gazeta de Notícias, 9/01/1883) ; secretário da Associação Real de Socorros Mútuo D. Luiz I (AL, 1883, p.1172); sócio benemérito da Associação de Socorros Mútuo Liga Operária (A Folha Nova, 14/05/1883); secretário da Associação de S.M. Liga Operária (Gazeta de Notícias, 15/05/1882); conselheiro membro fundador da Associação da Providência Doméstica (A Folha Nova, 15/07/1883).	9
			1855	João Nunes Pinheiro João lista de qualificação de votantes, 32 anos, solteiro, artista, filho de José Nunes, sabe ler, 700$, elegível (Diário do Rio de Janeiro, 30/01/1877); casamento com Isabel Francisca de Medeiros (O Globo, 30/08/1877); ficou ferido em acidente enquanto trabalhava na descarga de carvão no trapiche da Gamboa (A Reforma, 18/10/1878, e O Cruzeiro, 18/10/1878); recolhido em tratamento no Hospital da Venerável Ordem Terceira do Carmo (Gazeta de Notícias, 28/05/1881).	7

<table>
<tr><td rowspan="2">44</td><td rowspan="2">Joaquim José Pereira d'Almeida
Joaquim era alferes do corpo de cavalaria da guarda nacional (Diário do Rio de Janeiro, 5/12/1839); publica artigo se defendendo de acusações de extravio enquanto despachante (Diário do Rio de Janeiro, 13/03/1843); Subscrição de lista de oficiais da guarda nacional para a construção de um arco luminoso para chegada do imperador (Diário do Rio de Janeiro, 17/04/1846); escrutador da mesa eleitoral na freguesia de Santana (Diário do Rio de Janeiro, 14/12/1852); aparece no Almanak Laemmert como despachante da Alfândega residente na Rua Formosa (AL, 1853, p.152); subscritor da lista para estatua equestre de D. Pedro I (Diário do Rio de Janeiro, 15/03/1856); Consta na lista da chapa dos "genuínos liberais" da freguesia de Santana (Diário do Rio de Janeiro, 1/11/1856); Jurado do júri da Corte (Correio da Tarde, 16/06/1860); lista de votantes qualificados, casado, 54 anos, despachante (Correio da Tarde, 27/02/1860); juiz de paz da freguesia de Santana (Boletim da Ilustríssima Câmara Municipal, 1865, p.15); irregularidade na pena d'água da casa de Joaquim na Rua Formosa, n.101A (Boletim do Expediente do governo, 1862, p.11); lista da chapa do partido progressista (Diário do Rio de Janeiro, 5/08/1863); membro de loja maçônica (Boletim do Grande Oriente do Brasil, 1878, p.418); juiz de paz da freguesia da Santana (Diário do Rio de Janeiro, 10/01/1867); dispensado do cargo de despachante da alfândega (Diário do Rio de Janeiro, 10/05/1867); consta na lista de qualificação de votantes, casado, 70 anos, comerciante, sabe ler, elegível (Diário do Rio de Janeiro, 21/01/1877); missa fúnebre (Gazeta de Notícias, 4/06/1891).</td><td rowspan="2">Rua Formosa, 101A</td><td>1855</td><td>João Baptista Pereira de Almeida
João está na lista do anúncio do exame da escola pública da freguesia de Santa Rita (Diário do Rio de Janeiro, 15/12/1856); foi inspetor de quarteirão da freguesia de Santana (AL, 1865); empregado (escriturário do pessoal de trafego) da administração da Estrada de Ferro D. Pedro II (AL, 1867); lista do júri da Corte (Diário do Rio de Janeiro, 27/09/1870); missa fúnebre da irmã cujo anúncio lista os nomes das pessoas da família (Diário do Rio de Janeiro, 7/05/1871); nomeado agente da Estrada de ferro D. Pedro II (Diário de notícias, 19/04/1872); pede exoneração do lugar de agente da estação da Conceição da Estrada de Ferro D. Pedro II (A Nação, 17/01/1874).</td><td>12</td></tr>
<tr><td>1855</td><td>Luis Joaquim Pereira de Almeida
Luis morreu aos 18 anos de tisica pulmonar (Diário do Rio de Janeiro, 12/10/1864).</td><td>8</td></tr>
<tr><td>45</td><td>Fortunata Maria de Mendonça
Fortunata aparece com mesmo endereço em O auxiliador do Correio da Corte de 1857 com a ocupação de modista; também aparece na lista de "modistas e costureiras" do Almanak Laemmert de 1856 com o mesmo endereço (AL, 1856, p.658); juíza da Sagrada família da irmandade do Divino Espírito Santo da freguesia de Santana (AL, 1857, p.193); zeladora da irmandade do Divino Espírito Santo da freguesia de Santana (AL, 1858).</td><td>Rua de S. Pedro -</td><td>1855</td><td>Pedro Fortunato Lamin.
--</td><td>8</td></tr>
</table>

46	Manoel José de Serpa Manoel morador de São Cristóvão que subscreveu lista para "encanamento do Maracanã" (Diário do Rio de Janeiro, 23/09/1830); era arruador da freguesia do Engenho Velho já morador de São Cristóvão (AL, 1844); avaliador de prédios urbanos, seu endereço São Cristóvão, n.97 (AL, 1853); ajudante de Arruador da comissão das obras da Câmara Municipal (AL, 1854); Figura na lista de "Avaliadores juramentados perante os juízes comerciais, nomeados pelo Tribunal de comércio" (está na Seção Prédios Urbanos), endereço Campo de São Cristóvão, 97 (AL, 1854); missa fúnebre da filha cujo anuncio traz o nome do filho Eugênio (Correio Mercantil, 1/05/1860); arruador e avaliador de terrenos (AL, 1857); em 1862, o Almanak traz outro endereço (AL, 1862); subscrição de lista de doação de 5% do salário para defesa dos portos (Diário do Rio de Janeiro, 20/01/1863); júri da corte (Diário do Rio de Janeiro, 21/06/1865); substituição do finado arruador (Diário do Rio de Janeiro, 11/10/1870); missa fúnebre (Diário de Notícias, 18/08/1870).	Campo de S. Cristóvão, 97	1855	Eugênio José de Serpa Eugênio aparece no anúncio de jornal acerca dos de alunos a serem examinados na Escola Pública de Santa Rita (Diário do Rio de Janeiro, 15/12/1856); lista de qualificação de votantes, 33 anos, solteiro, negociante, elegível, sabe ler, filiação ignorada (Diário do Rio de Janeiro, 23/01/1877); missa fúnebre (Correio da manhã, 16/08/1905).	12

<table>
<tr>
<td rowspan="2">47</td>
<td rowspan="2">Visconde de Baependy
Braz Carneiro Nogueira da Costa Gama, 2º visconde de Baependi, depois Conde de Baependi, nasceu na Província do Rio de Janeiro no dia 22 de maio de 1812, filho de Manuel Jacinto Nogueira da Gama, marquês de Baependi, e Francisca Mônica Carneiro da Costa. Era militar e alistou-se na Cavalaria em 1826. Casou-se com Rosa Mônica Nogueira Vale da Gama. Exerceu os cargos de tenente-coronel da Guarda Nacional (1832); coronel (1833); presidente da Câmara Municipal da Província do Rio de Janeiro, presidente da Província de Pernambuco (1886); Deputado à Assembleia Geral Legislativa, 1842 a 1844, 1850 a 1863, 1869 a 1872; senador (1872 a 1887); presidente da Câmara dos Senadores de 1885 a 1887, representando a Província do Rio de Janeiro (posse em 21 de maio de 1872). Dedicou-se ao ramo da agricultura em Valença, Província do Rio de Janeiro. Como coronel da Guarda Nacional, chefiou a Legião de Valença, Vassouras e Paraíba do Sul, no Estado do Rio. Deputado por sete legislaturas, auxiliou as autoridades nos movimentos revolucionários nas províncias de Minas Gerais e São Paulo (1842). Prestou valiosos serviços para a extinção de epidemia de cólera, que se manifestou na Província do Rio de Janeiro em 1855. Recebeu os títulos de Gentil-Homem da Imperial Câmara; Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial; Visconde com Grandeza, pelo decreto de 12 de outubro de 1828; Conde de Baependi, pelo decreto de 2 de dezembro de 1858. Faleceu na Província do Rio de Janeiro no dia 12 de maio de 1887. Fonte: http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/braz_gama1.html</td>
<td rowspan="2">Rua do Conde, 17</td>
<td>1855</td>
<td>Manoel Correa da Silva (Ilha de São Miguel).
--</td>
<td>11</td>
</tr>
<tr>
<td>1855</td>
<td>Carlos Prigs (Alemanha).
--</td>
<td>9</td>
</tr>
</table>

48	João Luis da Costa Oliveira Sobre o pai João: segundo Correio Mercantil João foi nomeado guarda da Alfândega de primeira classe em 1858 (Correio Mercantil, 5/02/1858), mas há uma nota em que ele enquanto guarda da alfândega fez uma apreensão de dez carneiros na Praia do Peixe (Diário do Rio de Janeiro, 5/09/1851).	Praia do Saco, 4	1855	João Luis da Costa Oliveira Junior João Junior era guarda da Alfândega (AL, 1870); nomeado praticante da recebedoria do Rio de Janeiro (Gazeta de Notícias, 11/09/1880); secretario da Sociedade Teatral Obreiros do Porvir (O Paiz, 28/09/1886); recebeu diploma de professor de aritmética pelo Liceu de Artes e Ofícios em 1889 – tem pessoas mais velhas também como Domingos Jacy Monteiro (Diário do comércio, 2/12/1889); tornou-se professor do Liceu de Artes e ofícios (Diário do comércio, 21/12/1889); lista de eleitores de Inhaúma (Diário de Notícias, 1/09/1890); fiscal de imposto do fumo da freguesia de Inhaúma (Diário de Notícias, 23/08/1892).	6
49	Manoel Ferreira dos Santos Lima Manoel definidor da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência (AL, 1873); mordomo da Sociedade portuguesa de beneficência (Diário do Rio de Janeiro, 3/09/1874); sócio da Comissão Central Portuguesa de Socorros (Diário do Rio de Janeiro, 28/04/1874); mesário da confraria Nossa Senhora das Dores da Candelária (AL, 1874); membro de loja maçônica (Boletim do Grande oriente do Brasil, 1875); sócio da Associação promotora da instrução de meninos (Diário do Rio de Janeiro, 9/06/1875); libertou três escravos (Mercantil, 19/04/1884); conselheiro da Imperial Companhia de Seguro Mutuo contra fogo junto com Pardal (AL, 1885); missa fúnebre do comendador (Gazeta de Notícias, 5/10/1888). O endereço fornecido também era do inspetor de quarteirão da freguesia de Santana, Francisco Ferreira da Costa.	Catumby Grande, 26	1855	Oscar Ferreira dos Santos Lima Praça reformado em 1869, era sargento ajudante do 51° Corpo de voluntários da Pátria (Opinião liberal, 25/06/1869); recebeu pensão enquanto sargento ajudante do 51° Corpo de voluntários da Pátria por ter ficado inutilizado por ferimentos (AL, 1870, suplemento); foi excluído da lista de qualificação de votantes por ter profissão excetuada por lei ou não ter profissão conhecida (Diário do Rio de Janeiro, 8/02/1877); convidado e exibir seu título de eleitor com averbação de mudança (Gazeta da Tarde, 30/09/1887); missa fúnebre a pedido do pai Comendador Manoel Ferreira dos Santos Lima e família (Gazeta de Notícias, 19/01/1888); missa fúnebre a pedido dos colegas subdelegados e inspetores de quarteirão (Gazeta de Notícias, 8/02/1888).	12

50	José Miguel Correa Rua do Livramento, n.104, era o endereço de José Antonio Pereira Leal, adido da Contadoria geral do Ministério da Marinha (AL, 1854, 1855, 1856...). Pereira Leal era padrinho de Emília Correa que era irmã de Jorge e Augusto (Diário do Rio de Janeiro, 11/09/1871). José Miguel Correa morreu aos 47 anos de febre perniciosa , casado (Diário do Rio de Janeiro, 4/10/1869).	Rua do Livramento, 104	1855	Jorge Augusto Correa Jorge fez um requerimento a Marinha que foi encaminhado ao inspetor de arsenal (Diário do Rio de Janeiro, 13/03/1876); casamento com Elvira Candida (O Apóstolo, 7/07/1876); Jorge morreu em 1907 e o capitão do mar e da guerra, chefe do corpo de maquinas da marinha de guerra recebe uma nota de jornal que cita sua trajetória militar como maquinista, começou sendo nomeado maquinista de 3ª classe em 1869 e fez campanha no Paraguai onde conquistou a medalha de Aviz (O Século, 16/05/1907).	8
			1855	Augusto José Correa Augusto, 24 anos, maquinista do Arsenal da Marinha, foi submetido a procedimento médico para tratar de sequelas da sífilis relatado nos Anais Brasilienses de Medicina de 1868, p.320 a 326; morreu aos 27 anos de acesso pernicioso (A Nação, 9/01/1873).	10
51	Francisco Xavier da Silva Moura Praça do corpo de artilharia da Marinha (O Despertador, 30/11/1840); Empregado do Quartel General da Marinha no Arsenal, residente no morro da Saúde, n.20 (AL, 1847); oficial inspetor de quarteirão (AL, 1850); Juiz de paz da freguesia de Santa Rita, Morro da Saúde, 20 (AL, 1854); consta na lisa de eleitores governistas de Santa Rita (Diário do Rio de Janeiro, 15/12/1860); secretario da junta de qualificação de votantes (Diário do Rio de Janeiro, 21/01/1861); nomeado cavalheiro da Ordem da Rosa (Gazeta da Tarde, 20/01/1861); secretaria da mesa de qualificação de votante de Santa Rita tendo como suplente Domingos Thimoteo de Carvalho (Diário do Rio de Janeiro, 16/01/1871); foi denunciado nas eleições de 1872 por ser morador da Rua de Todos os Santos, n.20, na freguesia de Inhaúma e estar na presidência da mesa paroquial de Santa Rita (A Reforma, 12/09/1872); suplente do subdelegado da freguesia de Santa Rita (AL, 1874); missa fúnebre (O Globo, 24/05/1874).	Morro da Saúde, 20	1855	Francisco Xavier da Silva Moura Francisco, o filho, lista de qualificação de votantes, 31 anos, solteiro, empregado público, filho de Francisco Xavier da Silva Moura, elegível, sabe ler, Rua Todos os Santos (Diário do Rio de Janeiro, 24/07/1876); casamento com Rosa Pereira do Nascimento Varguinha (O Apóstolo, 13/11/1878); missa fúnebre a pedido da família, onde consta o nome do irmão Júlio que também aparece nas listas de votantes de 1877 (Gazeta de Notícias, 25/12/1890); missa fúnebre a pedido dos colegas empregados do Colégio Militar (Gazeta de Notícias, 18/03/1891).	10
			1855	Modesto Candido da Silva Moura Lista de qualificação de votantes, 29 anos, casado, agencias, filho de Francisco Xavier da Silva Moura, elegível, sabe ler, Rua Todos os Santos (Diário do Rio de Janeiro, 24/07/1876).	7

52	Francisco Lopes Barbosa Francisco Lopes Barbosa era padre vigário na Vila de Iguassu (Correio Mercantil, 1/12/1852) e tinha um sobrado na Rua Estreita de São Joaquim, n.28, que foi a arremate judicial por conta da execução que uma pessoa promoveu contra a herança do dito padre (Correio Mercantil, 6/07/1856); ele comprou este sobrado de Thomaz Alves de Souza Bastos em 1842 (Diário do Rio de Janeiro, 19/11/1842); era eleitor da freguesia de Vila de Iguassu (Diário do Rio de Janeiro, 23/07/1847).	Rua Estreita de S. Joaquim, 28	1855	Francisco Lopes Barbosa O menino Francisco parece ter se tornado aluno do Depósito de Aprendizes artilheiros, anúncios de exames da escola realizados na Fortaleza de São João listam o nome dele como cabo (Diário do Rio de Janeiro, 20/11/1867, 2/12/1867; Correio Mercantil, 26/11/1867).	5
53	João José de Carvalho --	Rua do Jogo de Bolla, 8	1855	André Avelino de Carvalho André preso na freguesia de Santa Rita por “vagabundo e desordem” (Diário do Rio de Janeiro, 11/06/1871).	5
54	Joaquim Antonio de Miranda --	Mato Grosso, 25	1855	Raphael Antonio de Miranda Raphael Lista de qualificação de votantes, 33 anos, casado, artista, filho de Joaquim Antonio de Miranda e Rosa Maria de Miranda, Rua do Mato Grosso, n.1, sabe ler, elegível (Diário do Rio de Janeiro, 20/01/1877); morreu aos 40 anos de acesso pernicioso (Gazeta de Notícias, 31/07/1884).	12
55	Joaquina Rosa da Boa Hora --	Rua do Príncipe, 53	1855	Bernardo Francisco de Mendonça Cabo voluntário da pátria adido ao 14° Batalhão de infantaria (Diário do Rio de Janeiro, 5/02/1867).	11

56	Adriano José da Silva Braga Adriano colocou anuncio de leilão de toda mobília da casa na Rua do Fogo, n.105 (Correio Mercantil, 15/02/1856); consta na lista de boticários do Almanak Laemmert (1850, 1866...); e também na lista de despachantes da Alfândega (AL, 1859, 1869...); mesário da Irmandade do Santíssimo Coração de Jesus na igreja matriz de S. José (AL, 1869); pede autorização para vender medicamento contra queimadura (Gazeta da Tarde, 19/12/1882); convocado pelo procurador doa feitos da Fazenda Nacional para apresentar suas duas escravas para serem alforriadas pelo fundo de emancipação (Gazeta da Tarde, 11/02/1885).	Rua do Fogo, 105	1855	Sisemando (ou Dilermando) Felisberto da Silva.	13
57	Manoel Machado Fagundes Consta na lista de negociante com armazém de secos e molhados do Almanak Laemmert de 1854 com endereço na Rua da Imperatriz, n. 30; foi autuado e recebeu multa (Correio Mercantil, 6/06/1850); subscreve abaixo-assinado contra fechamento do cemitério de São Francisco de Paula no Catumby (Correio Mercantil, 22/08/1851); leilão de mercadorias (vinho, cerveja, utensílios, secos e molhados) da massa falida de Manoel nas casas de negócios situadas nas ruas Estreita de S. Joaquim, Imperatriz e Nova do Livramento (Correio Mercantil, 22/09/1863); leilão do prédio na Rua da Imperatriz, n. 30, pertencente à massa falida de Manoel (Correio Mercantil, 17/04/1864).	Rua da Imperatriz, 30	1855	Manoel Machado Fagundes Manoel Junior consta na lista de comerciante de secos e molhados do Almanak Laemmert de 1865 na Rua Estreita de S. Joaquim, n.97.	8
58	Raphael Ferreira Fontinha Consta como endereço de uma oficina de ferreiros e serralheiros chamada Pinto & Ferreira, AL, 1854; também é o endereço do serralheiro Joaquim Alves Ferreira do Almanak Laemmert de 1859.	Rua da Prainha, 97	1855	Antonio Maria Ferreira. --	9

59	Matheus de Oliveira Borges Responsável pelos alunos Matheus de Oliveira Borges, Manoel Antonio de Oliveira Borges, Pedro Antonio de Oliveira Borges e Domingos de Oliveira Borges. Eleitor, proprietário e negociante (Diário do Rio de Janeiro, 4/09/1840); eleito juiz de paz (Diário do Rio de Janeiro, 15/09/1840); Desonera João Caetano, dono do teatro, da responsabilidade de dívida (Diário do Rio de Janeiro, 14/02/1844); nome citado em artigo sobre as eleições em Santa Rita (O Brasil, 12/11/1844); o AL de 1846 registra Matheus como proprietário de armazém de materiais; júri da corte (Gazeta dos tribunais, 18/08/1846); venda de botes e escravos (Diário do Rio de Janeiro, 11/01/1853); agradecimento público a Costa Bastos (Diário do Rio de Janeiro, 14/06/1855); subscrição de lista de Felicíssimo Durval para Estátua Equestre de Pedro I (Diário do Rio de Janeiro, 21/1/1856); multado por não comparecer à convocação do júri da corte (Correio Mercantil, 16/07/1857); júri da corte (Correio Mercantil, 25/06/1857); Negociante de armazém de materiais para obra na Rua da Saúde, 122 (AL, 1858); petição de convocação de credores (Correio Mercantil, 2/10/1860); curador da massa falido do finado Domingos Villar (Correio Mercantil, 14/10/1860); júri da corte (Diário do Rio de Janeiro, 9/04/1861); dono de armazém de materiais para obra (AL, 1861); sacristão da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora da Conceição e Boa morte (AL, 1863); solicita demarcação de terreno em Valongo (Correio Mercantil, 10/03/1864; 22/10/1864); venda do grande prédio na Rua da Saúde, 122 do finado com vista para o mar, estalagem para caixeiros e escravos, etc. (Diário do Rio de Janeiro, 4/11/1870; 19/11/1870; 2/05/1871; 26/06/1871); arrematação dos bens do finado Matheus de Oliveira Borges (Diário do Rio de Janeiro, 6/06/1871; 14/07/1871; 30/07/1871); venda de escravos do espólio do finado (Diário do Rio de Janeiro, 21/06/1871).	Rua da Saúde, 122	1855	Matheus de Oliveira Borges Listado entre os alunos que prestaram exames na escola de Santa Rita (Correio Mercantil, 14/12/1856); nomeado adjunto por portaria de 19/06/1857 (Relatório IGIPSC do ano de 1858); enquanto professor adjunto depõe em defesa do professor Jordão (Correio Mercantil, 5/10/1858); adjunto da escola da freguesia de Santana em 1859 (Relatório IGIPSC, 1859 e 1860); exonerado da função de adjunto em 1862 (Relatório da IGIPSC de 1862); casamento com Maria Antonia Cantarina (O Apóstolo, 19/07/1868); Matheus de Oliveira Borges Filho, inventariante do pai (Diário do Rio de Janeiro, 20/05/1870; 21/05/1871); Matheus publica nota para explicar o problema com a hipoteca da casa (Diário do Rio de Janeiro, 5/12/1870); negociante de armazém de materiais para obra (AL, 1874); júri da corte (Gazeta de Notícias, 13/11/1875); lista de qualificação de votantes, negociante, casado, elegível (Diário do Rio de Janeiro, 18/01/1877); praticante da Diretoria Geral da Tomada de Contas (AL, 1880); nomeado escriturário da Caixa de Amortização (AL, 1882; Gazeta de Notícias, 12/01/1882); morte da mãe (Gazeta de Notícias, 27/07/1885); júri da corte (Gazeta de Notícias, 6/05/1886); missa fúnebre para Matheus Filho (O Paiz, 1/03/1887).	12
			1855	Manoel Antonio de Oliveira Borges Contínuo da Fortaleza da Conceição (AL, 1878).	11
			1855	Domingos de Oliveira Borges Nomeado curado do irmão Matheus, em razão de demência, no inventário do pai (Diário do Rio de Janeiro, 16/02/1877); identificado como empregado da alfândega em abaixo-assinado de moradores da Rua de Santa Teresa (Gazeta de Notícias, 26/01/1889).	7
60	Simeão Borges da Cunha (Bahia) Nota informando que informa que o individuo que faleceu de chamava Simeão Borges da Craz, era natural da Bahia, oficial de ferreiro, trabalhador no arsenal de guerra, morador na Rua do Cano, n. 143, presume-se que tinha um filho chamado Agostinho Borges da Cunha filho de Maria Luiza Joanna de Castro (Diário do Rio de Janeiro, 5/12/1855).	Rua da Imperatriz, 2	1855	Agostinho Borges da Cunha (Bahia). --	7

61	Comendador Bernardo Gomes Braga Exonerado do cargo de subdelegado em Macaé (Diário do Rio de Janeiro, 9/05/1848); apresenta representação contra validade das eleições na freguesia de Neves em Macaé (Correio Mercantil, 24/12/1848); Subdelegado em Macaé (AL, 1849); cavaleiro da Ordem da Rosa (Diário do Rio de Janeiro, 3/12/1849); eleito juiz de paz em Macaé (Correio da Tarde, 18/06/1849); nome citado em artigo sobre Macaé (Correio da Tarde, 20/11/1849); vereador de Macaé e presidente da Câmara Municipal (AL, 1851); juiz de paz mais votado em Neves (Diário do Rio de Janeiro, 7/07/1851); eleitor em Macaé (AL, 1853); registro no porto de chegada à Corte com mulher, seis filhos, dois agregados e oito escravos (Correio Mercantil, 5/0/1853); capitão da Guarda Nacional em Macaé (AL, 1854); Fazendeiro de Café do município de Macaé (AL, 1854); um de seus escravos morreu asfixiado trabalhando numa fábrica de gás (Correio Mercantil, 16/07/1858); lista de eleitores da Rua do Aterrado na Corte, 48 anos, casado, proprietário (Correio da Tarde, 25/02/1860); escravo de Bernardo atropelado por um tilburi (Correio Mercantil, 8/04/1860); falecimento em 1860 (AL, 1860); sepultado em 8/01/1861(Diário do Rio de Janeiro, 30/01/1861); missa fúnebre (Correio Mercantil, 12/02/1861).	Travessa das Mangueiras, 26	1855	Sabino Gomes Braga O mapa de matrícula de 1855 informa que iria seguir estudos superiores; aluno da quinta classe do Colégio São Pedro de Alcântara (Correio Mercantil, 18/12/1853); casamento (Correio Mercantil, 18/02/1867); inspetor de quarteirão da freguesia de Santana (AL, 1872, 1875); lista de qualificação de votantes, 31 anos, casado, negociante, filho de Bernardo Gomes Braga (Diário do Rio de Janeiro, 22/01/1877); excluído da lista de votante por ter se mudado (A Reforma, 4/07/1878).	11
			1855	Henrique Gomes Braga Aluno da quinta classe do Colégio São Pedro de Alcântara (Correio Mercantil, 18/12/1853); anúncio de vende modinha sentimental para piano e canto (Correio Mercantil, 14/10/1862); ganhou medalha de prata na aula de rudimentos e solfejos da Academia de Belas Artes (Correio Mercantil, 7/12/1863); aprovado no exame de francês (Correio Mercantil, 20/12/1863); divulgação da composição de quadrilha história de Henrique (Correio Mercantil, 30/05/1865); ganhou menção honrosa na seção de música da Academia de Belas Artes (Correio Mercantil, 13/12/1866); ganha medalha de prata em canto na Academia de Belas Artes (Correio Mercantil, 24/12/1867); aluno do Imperial Conservatório de Música da Corte (Correio Mercantil, 19/12/1867); organista da Capela Imperial (AL, 1870); apresentação do pianista Henrique no Club Fluminense (A Reforma, 19/07/1871); demitido do cargo de organista da capela imperial (Diário do Rio de Janeiro, 6/09/1871); membro da comissão de redação da Sociedade Brasileira de Ensaios Literários (A República, 10/03/1872); lista de qualificação, 31 anos, elegível, professor, filho de José Gonçalves Braga (Diário do Rio de Janeiro, 24/02/1877); estando em Paris, envia romance para o Brasil (Revista Musical e de Belas Artes, 26/07/1879); oferece obra para canto e piano à Revista Musical e de Belas Artes (12/07/1879); concerto no Salão Bevilacqua (Revista Musical e de Belas Artes, 13/11/1880); concerto no Club Mozart (20/11/1880); consta como passageiro em navio com destino a França (Gazeta de Notícias, 30/06/1880).	9

62	Francisco Pereira da Silva Vidal Aparece na lista de "Fieis dos Armazéns" da Alfândega – trapiche da Ilha das Cobras (AL, 1850, 1854, 1855, 1861); alferes da 7ª companhia da Guarda Nacional (Correio Mercantil, 16/09/1853); tenente do 2º Batalhão de Caçadores (Correio da Tarde, 24/04/1857); júri da corte (Correio Mercantil, 26/01/1859); secretário da Junta de Corretores (AL, 1869); cavaleiro da Guarda Nacional da Corte (AL, 1871); comandante da 1ª Companhia (AL, 1872); major honorário na Europa, em licença (AL, 1875); membro da diretoria da Companhia de Resgate Militar (Gazeta de Notícias, 11/07/1876); denúncia do corretor de fundos públicos Francisco Pereira da Silva Vidal (Gazeta de Notícias, 8/12/1886); pede licença da função de corretor para tratar da saúde (Diário de Notícias, 3/04/1888) ; morte do corretor em 9/05/1888 (A época, 10/05/1888); anúncio de missa fúnebre para o major onde consta o nome do filho (Gazeta de Notícias, 13/05/1888).	Ilha das Cobras	1855	Francisco Pereira da Silva Vidal Nomeado terceiro escriturário do Tesouro Nacional (Gazeta da Tarde, 17/11/1883); Assalto à casa de Vidal Filho (Diário de Notícias, 30/01/1887); missa fúnebre (Jornal do Brasil, 20/08/1891).	10
63	João Baptista Coelho Negociante de armazém de mantimentos secos, Rua da Imperatriz, 107 (AL, 1854).	Rua da Imperatriz	1855	João Baptista d'A. Coelho. --	6
64	Diogo Manoel Gaspar Tenente do 2° batalhão do Estado Maior, Rua da Saúde (AL, 1854); Promovido a Capitão do 2° batalhão do Estado Maior Morro de Paula Mattos (AL, 1857); está na lista de procuradores, agentes de causas no foro civil e comercial, Rua do Paraíso no Morro de Paula Mattos, (AL, 1857, p.456:); capitão advogado e solicitador de audiência (AL, 1859, 1863); júri da corte (A Nação, 18/10/1874); lista de qualificação de votantes, 63 anos, casado, proprietário (Diário do Rio de Janeiro, 5/02/1877); missa fúnebre, era sogro de um redator do jornal (Cidade do Rio, 24/08/1901); missa de 30º dia (O Paiz, 17/11/1901).	Morro de Ptª Mattos, 12	1855	Francisco Diogo d'Oliveira Gaspar Casamento com Adelaide Buchet Fontes (O Apóstolo, 4/07/1868).	10

65	Manoel Antonio Mafra Manoel era adido efetivo de praticante do correio da Corte (AL, 1857); tesoureiro da Devoção Nossa Senhora da Conceição em São Francisco na Prainha (Correio Mercantil, 24/09/1857); inspetor de quarteirão freguesia de Santa Rita (AL, 1862); secretário da Sociedade Patriótica Sete de Setembro com reunião na Rua de Mato-Grosso (Correio Mercantil, 4/7/1863); tesoureiro da Sociedade Patriótica Sete de Setembro com reunião na Rua de Mato-Grosso (Diário do Rio de Janeiro, 11/10/1863); praticante do correio (AL, 1864); demissão do cargo de praticante do correio (Diário do Rio de Janeiro, 1/04/1865); terceiro oficial da Diretoria Geral dos Correios (1866); morte do 3° oficial (AL, 1876, p.280 alterações e emendas); tinha um filho com mesmo nome, Júnior, que era do Corpo de maquinistas da marinha (AL, 1878, 1880...).	Mato Grosso	1855	Antonio Galdino de Jesus Mafra Casamento com Antônia Henriqueta Antunes Guimarães (O Após-tolo, 9/04/1871); subscrição para monumento aos bravos falecido na batalha de Riachuelo (O Globo, 11/06/1875); foi aluno Alferes de Infantaria da Escola Geral de tiro de Campo Grande (AL, 1876); Lista de qualificação de votantes da freguesia de Campo Grande, 29 anos, casado, sabe ler, militar, escola de tiro, filho de Manuel Antonio Mafra, elegível (Diário do Rio de Janeiro, 24/07/1876); aprovado plenamente no exame de tiros da Escola de Tiros de Campo Grande (O Globo, 14/11/1876).	8
66	Elisa Vieira da Silva Elisa era mãe do professor Pardal, foi sepultada em 1881 (Gazeta de Notícias, 12/03/1881).	Rua Formosa, 89	1855	Candido de Faria Pardal. --	6
67	Luiz Antonio da Sª Beltrão "Chefe da divisão de graduados" da Comissão de exame do pessoal e material da armada (Marinha) tem várias comendas. Endereço morro do Livramento, n. 4 (AL, 1857).	Morro do Livramento, n. 4	1856	Antonio Luiz da Sª Beltrão Ambos, subscrição de lista para estátua equestre de D. Pedro I, lista do professor Pardal (Diário do Rio de Janeiro, 22/12/1855).	13
68	João Gomes dos Passos Perdigão --		1856	Francisco Gomes dos Passos Perdigão Foi nomeado professor adjunto.	8

Apêndice 8

Quadro de vizinhança dos alunos

Região do Morro do Livramento

<table>
<tr><th colspan="4">Morro do Livramento</th></tr>
<tr><th>Aluno</th><th>Id.</th><th>Pais ou encarregados</th><th>Número da residência</th></tr>
<tr><td>João José de Sá</td><td>6</td><td rowspan="2">José Francisco de Sá</td><td rowspan="2">Morro do Livramento, 3</td></tr>
<tr><td>José Francisco de Sá</td><td>5</td></tr>
<tr><td>Antonio Luiz da Sª Beltrão</td><td>13</td><td>Luiz Antonio da Sª Beltrão</td><td>Morro do Livramento 4</td></tr>
<tr><td>João José de Araújo</td><td>9</td><td>José de Araújo</td><td>Morro do Livramento, 19</td></tr>
<tr><td>Amâncio Lourenço Gomes da Costa</td><td>14</td><td rowspan="2">Florenciana Candida Gomes da Costa</td><td rowspan="2">Morro do Livramento, 24</td></tr>
<tr><td>Vicente Lauro Gomes da Costa</td><td>13</td></tr>
<tr><td>Antonio Joaquim Alves</td><td>12</td><td>Maria Thereza de Jesus</td><td>Morro do Livramento, 49</td></tr>
<tr><td>Pedro José Alves da Silva</td><td>8</td><td>Coriolano Joaquim Alves</td><td>Morro do Livramento 52</td></tr>
<tr><td>Miguel Joaquim de Oliveira</td><td>10</td><td>Geralda Maria Fortunata da Conceição</td><td>Livramento, 55</td></tr>
<tr><td>Henrique Gomes Braga</td><td>9</td><td rowspan="2">Comendador Bernardo Gomes Braga</td><td rowspan="2">Travessa das Mangueiras, 26</td></tr>
<tr><td>Sabino Gomes Braga</td><td>11</td></tr>
</table>

<table>
<tr><th colspan="4">Ladeira do Livramento</th></tr>
<tr><th>Aluno</th><th>Id.</th><th>Pais ou encarregados</th><th>Número da residência</th></tr>
<tr><td>João Miguel Salgueiro</td><td>7</td><td>Maria Alexandrina Salgueiro</td><td>Ladeira do Livramento, 2</td></tr>
<tr><td>Simeão Joaquim do Nascimento</td><td>10</td><td>Francisco Joaquim do Nascimento</td><td>Ladeira do Livramento, 11</td></tr>
<tr><td>Alfredo da Sª Serra</td><td>6</td><td>Magdalena Angélica da Silva</td><td>Ladeira do Livramento, 13</td></tr>
<tr><td>Antonio Maria da Silveira (Lisboa)</td><td>10</td><td>Engracia Emilia da Silveira</td><td>Ladeira do Livramento 15</td></tr>
</table>

Rua do Livramento			
Aluno	**Id.**	**Pais ou encarregados**	**Número da residência**
Antonio Gomes Rangel	13	Francisco Gomes Rangel	Rua do Livramento 51
Francisco Gomes Rangel	12		
Clarindo Gomes Rangel	10		
Francisco Lopes Ribeiro	10	Francisco Lopes Ribeiro	
Francisco Gonçalves de Oliveira	8	Francisco Gonçalves de Oliveira	Rua do Livramento 92
Jorge Augusto Correa	8	José Miguel Correa	Rua do Livramento, 104
Augusto José Correa	10		
Antonio Gonçalves do Val	12	Raphael Thibério do Val	Rua do Livramento, 136
João Afonso Machado	13	Lourenço Machado	Rua N. do Livramento, 25

Imediações do Largo da Imperatriz

Largo e Rua da Imperatriz			
Aluno	**Id.**	**Pais ou encarregados**	**Número da residência**
João Baptista d'Av. Coelho	6	João Baptista Coelho	Rua da Imperatriz
Agostinho Borges da Cunha (Bahia)	7	Simeão Borges da Cunha (Bahia)	Rua da Imperatriz, 2
Jesuíno José Pires	11	Maria Bernarda da Conceição	Rua da Imperatriz, 17
Manoel Machado Fagundes	8	Manoel Machado Fagundes	Rua da Imperatriz, 30
Euclides da Fonseca Saldanha	14	Rozario da Conceição	Rua da Imperatriz, 113
Leopoldo Augusto da Câmara Lima	9	Domingos Thimoteo de Carvalho	Rua da Imperatriz, 114
Leopoldo Themoteo de Carvalho	8		
João Evangelista Mi~z (SP)	8	Antonia Maria de Jesus	Largo da Imperatriz, 34
Sergio Neves Gonçalves	8	Gertrudes Maria da Conceição	Largo da Imperatriz, 125
Carlos Rodriques (Henriques) de Faria	6	Luiz Rodrigues de Faria	
Rua da Princesa e adjacências			
Aluno	**Id.**	**Pais ou encarregados**	**Número da residência**
Antonio Cosme e Monteiro	10	Joaquim Cosme e Monteiro	Rua da Princesa, 5
Joaquim José Alves	9	Francisco José Alves	Rua da Princesa, 19
Firmino de Aquino Brandão	11	Maria Joanna	Rua da Princesa, 22

Manoel Theodoro de Lima Ferreira	8	José Theodoro Bensindo Ferreira	Rua da Princesa, 24
João José Barbosa	7	Claudino José Barbosa	Rua da Princesa, 38
Antonio Bernardes de Monteaury	11	José Bernardes de Monteaury	Rua da Princesa, 40
José Bernarbé do Espírito Santo	6	José Rosa da Conceição	Rua da Princesa, 105
Francisco José Ferreira Villaça	7	Francisco José Ferreira Villaça	Rua da Princesa 150
João Ferreira Villaça	6		
Francisco da Rocha Paranhos	10	Maria da Gloria de Sá Barreto	Rua da Princesa, 154
João Silvestre da Rocha Paranhos	9		
Candido Antonio Ferreira Leal	6	José Joaquim Ferreira Leal	Rua da Princesa, 156
José Antonio Ferreira Leal	12		
Antonio Joaquim Ferreira Leal	10		
Joaquim José Ferreira Leal	9		
João Antonio Ferreira Leal	6		
Francisco de Oliveira Duarte (SP)	7	Antonio Duarte	Rua de S. Lourenço – (transv.)
José da Cruz	10	Maria Joaquina	Rua de Sant'ana 3 – (transv.)

Beco das Partilhas (transversal à Rua da Princesa)			
Aluno	**Id.**	**Pais ou encarregados**	**Número da residência**
José Carneiro de Mattos	9	Francisca Carneiro de Mattos	Beco das Partilhas, 20
Manoel Carneiro de Mattos	8		
José Pereira da Silva Junior	5	Rita da Silva	Beco das Partilhas, 8

Rua do Príncipe			
Aluno	**Id.**	**Pais ou encarregados**	**Número da residência**
Francisco Roberto Pimenta	6	José Domingos Pimenta	Rua do Príncipe
Bernardo Francisco de Mendonça	11	Joaquina Rosa da Boa Hora	Rua do Príncipe, 53
Henrique de Oliveira Lemos	10	José Florencio de Lemos	Rua do Príncipe, 71
Carlos Frederico Augusto	12	Francisco José de Mello	Rua do Príncipe, 80

Zona Portuária à esquerda (em frente ao Morro do Livramento)

Gamboa			
Aluno	**Id.**	**Pais ou encarregados**	**Número da residência**
Candido Maximiano da Silva	9	Manoel Damazo da Silva	Gamboa
Joaquim Manoel de Andrade	12	Luiza Maria Thereza	Gamboa, 33
José Ribeiro Peres Machado	11	José Ribeiro da Silva	Praia da Gamboa, 129
Victor José Patricio	7	Manoel José Patrício	Praia da Gamboa, 12

Rua da Harmonia (antiga do Cemitério) e adjacências			
Aluno	**Id.**	**Pais ou encarregados**	**Número da residência**
Francisco José Coelho (morreu)	8	Claudina Roza de Freitas	Rua da Harmonia --
José da Motta Rebello	10	João José Rebello	Rua da Harmonia, 11
Maximiano José Rebello	7		
Fernando José Rebello	13		
Francisco Borges de Carvalho	9	Joaquina Roza de Campos	Rua da Harmonia, 30
Joaquim Borges de Carvalho	7		
Joaquim José Moreira da Cunha	9	João Luis da Cunha	Lazaretto
Vigessio José da Cunha			

Morro da Saúde e adjacências **A rua da Saúde começa na rua da Boa Vista na praia da Saúde e se estende até o Largo da Prainha no Valongo**			
Aluno	**Id.**	**Pais ou encarregados**	**Número da residência**
Matheus de Oliveira Borges (se tornará adjunto)	12	Matheus de Oliveira Borges	Rua da Saúde, 122
Manoel Antonio de Oliveira Borges	11		
Pedro Antonio de Oliveira Borges	8		
Domingos de Oliveira Borges	7		
Antonio Maria Ferreira	6	José Joaquim Ferreira	Rua da Saúde, 67
Manoel Nunes Pinheiro	9	José Nunes Pinheiro	Rua da Saúde, 89
João Nunes Pinheiro	7		
Francisco Xavier da Silva Moura	10	Francisco Xavier da Silva Moura	Morro da Saúde, 20
Modesto Candido da Silva Moura	7		
Benedicto Evangelista M~iz (SP) (Muniz?)	6	Francisco Simões Martins	Praia da Saúde

Belmiro Francisco Oliveira e Silva	9	Joaquim Vieira da Silva	Praia da Saúde
Antonio Gonçalves	12	Thomaz Gonçalves	Praia da Saúde, 141
Manoel Gonçalves	9		
Antonio José Linhares	6	Maria Rufina José	Escadinha do Tijolo, Saúde

Imediações em torno do Morro da Conceição

Rua da Pedreira			
Aluno	**Id.**	**Pais ou encarregados**	**Número da residência**
Rodolpho da Silveira	6	Antonio da Silveira	Rua da Pedreira
Guilherme José dos Santos	7	Maria Joanna da Conceição	Rua da Pedreira --
Joaquim de Oliveira Mendes	8	Joaquim Mendes	Rua da Pedreira, 10
Alfredo Candido Pereira de Souza	12	João Luis Pereira de Souza	Rua da Pedreira Conceição (?), 24s
Felippe Gratto Theodoro dos Anjos	13	Delfino Theodoro dos Anjos	Rua da Pedreira 33
José Francisco Ferraço	10	José da Cª Santos (Mapa de 1/1855: Dnos. Jose da Cunha Santos)	Rua da Pedreira, 93

Largo e Rua da Prainha			
Aluno	**Id.**	**Pais ou encarregados**	**Número da residência**
Antonio Marques Junior(Ilha da Madeira)	14	Anna Joaquina Marques	Rua da Prainha, 8
José Martins da Silva	11	José Antonio da Silva	Rua da Prainha, 10
Domingos José da Silva	10		
Antonio José Moreira	11	Maria Roza de Jesus	Rua da Prainha 78
Antonio Maria Ferreira	9	Raphael Ferreira Fontinha	Rua da Prainha, 97
João Rodrigues Carrilho	5	José Rodrigues Carrilho	Largo da Prainha
Antonio José de Andrade	11	Joaquim José de Andrade	Largo da Prainha, 15
Manoel Balthazar Barroso	9	Antonio Jose dos Santos	Ladeira de João Homem, 37 (paralela a Rua da Prainha)

Rua do Jogo da Bolla			
Aluno	**Id.**	**Pais ou encarregados**	**Número da residência**
José dos Santos	7	Maria Albina	Rua do Jogo da Bolla, 2
Manoel Innocencio da Silva	11	Antonio da Silva Terceiro	Rua do Jogo da Bolla, 37
Policarpo Severino da Silva	6		

Zacharia José de Carvalho	8	Leonarda Mariana da Silva Delfino José da Silva João José de Carvalho	Rua do Jogo da Bolla, 8
Francisco Alves da Silva	10		
André Avelino de Carvalho	5		
Jacob José Lopes	11	Pedro José d'Azevedo	Rua do Jogo da Bolla, 3

Mato Grosso			
Aluno	**Id.**	**Pais ou encarregados**	**Número da residência**
Fernando Baptista de Sampaio	7	Thereza Joaquina de Jesus	Travessa do Mato Grosso, 8
Raphael Antonio de Miranda	12	Joaquim Antonio de Miranda	Mato Grosso, 25
Antonio Galdino de Jesus Mafra	8	Manoel Antonio Mafra	Matto Grosso

Zona Portuária à direita (em frente ao Morro da Conceição)

Beco de João Ignacio / Pedra do Sal (transversais à Rua da Saúde, antiga S. Francisco da Prainha)			
Aluno	**Id.**	**Pais ou encarregados**	**Número da residência**
Manoel Francisco Pereira(Ilha da Madeira)	10	Antonio Francisco Pereira	Beco de João Ignacio, 5
Francisco Antonio Pereira	8	Antonio Francisco Pereira Belmiro Borges Pereira (Ilha da Madeira)	
Peregrino de Lemos Menezes	10	Carolina Candida de Lemos	Pedra do Sal, 6 (Paralela)

Morro do Valongo			
Aluno	**Id.**	**Pais ou encarregados**	**Número da residência**
Manoel Joaquim Alves	8	Joaquim Alves	Morro do Valongo, 7
Alexandre Aristides Pinheiro	12	Alexandre Soares Pinheiro	

Região entre as ruas de São Joaquim e o Morro de Santo Antonio

Rua Estreita de S. Joaquim/ Rua Larga de S. Joaquim **São a mesma rua, mas na sua parte mais larga se chama Larga, e na parte mais estreita, Estreita.**			
Aluno	**Id.**	**Pais ou encarregados**	**Número da residência**
Amador de Lemos Chaves	14	Justiniano Augusto Chaves	Rua Estreita de S. Joaquim --
Francisco Lopes Barbosa	5	Francisco Lopes Barbosa	Rua Estreita de S. Joaquim, 28
João Francisco Coelho Pereira	12	Deolinda Rosa	
Pedro Guilherme Tavares Correa	10	Maria Guilhermina Tavares Correa (2/4/1855) ou (mapa de 1/1855: Maria Guilhermina Vieira)	Rua Larga de S. Joaquim, 14s

Leopoldo Deonildo de Barros	10	Carolina Roza da Rocha	Rua Larga de S. Joaquim, 114
Luiz Cavalcante de Campos Mello	6	Cons.º Mel de Campos Mello	Rua Larga de S. Joaquim, 183

Rua do Aljube / paralela à Rua Estreita de São Joaquim			
Aluno	**Id.**	**Pais ou encarregados**	**Número da residência**
José de Freitas Ferraz	9	Maria Luiza	Rua do Aljube, 63
Gregório de Freitas	8	Antonia Joaquina de Ornelas	Rua do Aljube, 43

Rua do Nuncio e Rua do Regente São paralelas e também são transversais a Rua Larga de São Joaquim			
Aluno	**Id.**	**Pais ou encarregados**	**Número da residência**
Joaquim Rodrigues da Silva (Porto Alegre)	14	Manoel Joaquim Rodrigues Maria Joaquina Rodrigues	Rua do Núncio, 27
Eusébio de Oliveira Machado	7	Raphael de Oliveira Machado	Rua do Regente, 34
Francisco Rodrigues de Proença	9	Rita Marcelina de Souza	Rua do Regente, 48

Rua do Fogo / Transversal à Rua Estreita de São Joaquim			
Aluno	**Id.**	**Pais ou encarregados**	**Número da residência**
Sisemando (ou Dilermando?) Felisberto da Silva	13	Adriano José da Silva Braga	Rua do Fogo, 105
Nicomedes Francisco das Xags. Oliveira	7	Luciana Maria da Conceição	Rua do Fogo, 38

Rua das Violas / Largo de S. Rita / Rua dos Ourives A Rua das Violas (não diretamente) e a Rua dos Ourives desembocavam no Largo de Santa Rita			
Aluno	**Id.**	**Pais ou encarregados**	**Número da residência**
Henrique José Serrão	10	Valeriano do Couto	Rua das Violas
João Felix	6	Mathilde Delfina Rosa Delfina Roza Mathilde de Sá	Rua das Violas 176
Theophilo Benedicto Ottoni	6		
Candido Coelho da Costa	13	José Coelho da Costa	Rua das Violas, 151
Pedro Coelho da Costa	10		
Firmino José da Silva	14	Camillo José da Silva	Rua das Violas, 166
Antonio Gomes de Figueiredo	6	Antonio Fez. Gomes de Figueiredo	Largo de S. Rita, 1
Luis Giraud	11	Giraud Henrique	Rua dos Ourives, 225

Rua da Candelária

Aluno	Id.	Pais ou encarregados	Número da residência
Francisco Ferraz de Macedo(Porto)	10	Antonio Ferraz de Macedo	Rua da Candelária 42
Enoc Serafim Ramin	10	Enoc Serafim Ramin	
Francisco Ramin Leite	9		

Rua da Alfândega

Aluno	Id.	Pais ou encarregados	Número da residência
Candido Augusto Pereira da Cruz	6	João Pereira da Cruz	Rua da Alfândega 30
Bernardino Borges Pereira	11	Belmiro Borges Pereira	Rua da Alfândega 38
Ezequiel Borges Pereira	8		
Juliu Ferreira dos Santos	5	Maria Guilhermina Vieira	Rua da Alfândega 73
Luis Antunes Ferreira	12	João José Alves Ferreira	Rua da Alfândega, 299
Antonio Quintiliano de Castro e Silva	10	Maria Joaquina de Castro e Silva (Ceará)	Rua da Alfândega, 389

Rua do SS Sacramento / Rua do Senhor dos Passos / Rua da Lampadosa
Sacramento é uma rua que corta a Lampadosa e a Senhor dos Passos

Aluno	Id.	Pais ou encarregados	Número da residência
Perciliano das Xag^{s} (?) Oliveira	7	Leopoldino das Xag^{s} (?) Oliveira	Rua do SS Sacramento 4
Francisco d'Assis de Lima	7	Maria Luiza da conceição	Rua do S. dos Passos, 103
João ferreira do Amaral	7	Zeferino José Ferreira	Rua do S. dos Passos, 27
Candido Francisco de Moraes	9	Francisco Martins de Moraes	Rua da Lampadosa, 36
Manoel Correa da Silva (Ilha de São Miguel)	11	Visconde de Baependy	Rua do Conde, 17 (paralela duas ruas depois da Lampadosa)
Carlos Prigs (Alemanha)			

Rua da Valla

Aluno	Id.	Pais ou encarregados	Número da residência
José Manoel Gonçalves Bastos	9	Fortunata Maria da Encarnação	Rua da Valla, 136
João Domingues dos Santos	10	Laurinda Maria da Conceição	Rua da Valla, 49

Região da Cidade Nova

Rua de São Pedro (C.N.) e Rua de São Pedro **São a mesma rua, sendo que a primeira fica na altura da Cidade Nova (C.N.)**			
Aluno	**Id.**	**Pais ou encarregados**	**Número da residência**
José Maria Feliciano	9	Francisco Joaquim de Nazareth	Rua de S. Pedro (C.N.) 17
João Antonio Xavier	7	Francisco Antonio Xavier	Rua de S. Pedro (C.N.) 88
Pedro Fortunato Lamin	8	Fortunata Maria de Mendonça	Rua de S. Pedro -
Manoel da Costa Bastos	12	José Pinto Ramos	Rua de S. Pedro- 248

Rua do Sabão (C.N.) e Rua do Sabão (paralelas às de São Pedro, respectivamente) **São a mesma rua, sendo que a primeira fica na altura da Cidade Nova (C.N.).**			
Aluno	**Id.**	**Pais ou encarregados**	**Número da residência**
Candido Antonio de Lima	13	Rufino Antonio de Lima	Rua do Sabão (C.N.) 57
Francisco Manoel Martins	7	José Francisco Martins	Rua do Sabão, 286

Rua Formosa / Transversal às ruas de São Pedro (C.N.) e do Sabão (C.N.)			
Aluno	**Id.**	**Pais ou encarregados**	**Número da residência**
João Baptista Pereira de Almeida	12	Joaquim José Pereira d'Almeida	Rua Formosa, 101A
Luis Joaquim Pereira de Almeida	8		
Candido de Faria Pardal	6	Elisa Vieira da Silva	Rua Formosa, 89

Rua de S. Diogo			
Aluno	**Id.**	**Pais ou encarregados**	**Número da residência**
Leopoldo Antonio José Alv^s Pereira	10	Anna Maria da Conceição	Rua de S. Diogo
Francisco José de Andrade	12	Francisco José de Andrade	Rua de S. Diogo 103D
Luiz Joaquim de Azevedo Marques	12	Luiz Joaquim de Azevedo Marques	Rua de S. Diogo 19
José Dias Leite	7	Delfina Maria do Espírito Santo	Rua de S. Diogo, 104

Rua do Bom Jardim e Rua do Aterrado (Transversais)			
Aluno	**Id.**	**Pais ou encarregados**	**Número da residência**
Amador	8	Francisco José da Silva Santos	Rua do Bom-Jardim 29
Theodoro Jansen Muller	11	Theodoro Jansen Muller	Rua do Aterrado 24 (AL, 1854)

Região do Saco do Alferes (entre a Cidade Nova e Morro do Livramento)

Rua do Saco do Alferes e adjacências			
Aluno	**Id.**	**Pais ou encarregados**	**Número da residência**
Gentil Augusto da Silva Monteiro	13	Domingos Monteiro da Silva	Rua do Sacco d'Alferes 65 Rua do Saco, 65
Luis Adolpho da Silva Monteiro	9		
Antonio Claudino da Silva Monteiro	9		
Ricardo Antonio Machado	8	Rosa Maria d'Almeida	Rua do Saco, 88
Pedro de Almeida Carvalho	8	Carlota Maria de Jesus	Rua da Providencia 24 (paralela/transversal)
João Luis da Costa Oliveira *Junior*(?)	6	João Luis da Costa Oliveira	Praia do Saco, 4 – A rua do saco desemboca na praia, mas é distante.

Regiões mais isoladas e distantes da escola

Morro de Paula Mattos			
Aluno	**Id.**	**Pais ou encarregados**	**Residência**
Francisco Diogo d'Oliveira Gaspar	10	Diogo Manoel Gaspar	Morro de Paula Mattos, 12

Praia Formosa			
Aluno	**Id.**	**Pais ou encarregados**	**Número da residência**
Manoel Antonio da Costa	9	Manoel Antonio da Costa	Praia Formosa 129
José Paulo Vieira dos Reis	8	Joaquim Ayres Vieira	Praia Formosa 131

São Cristovão e adjacências			
Aluno	**Id.**	**Pais ou encarregados**	**Número da residência**
Luiz de Souza Ribeiro Guimarães	14	Jacintho de Souza Ribeiro Guimarães	São Cristovão
Jacintho de Souza Ribeiro Guimarães	10		
João de Souza Ribeiro Guimarães	8		
Eugênio José de Serpa	12	Manoel José de Serpa	Campo de S. Cristovão, 97
Manoel Ribeiro de Oliveira Leão	15	Francisco José Ribeiro de Oliveira	Rua do Pedregulho 71
Juliu Ribeiro de Oliveira Leão	11		

Catumby Grande			
Aluno	**Id.**	**Pais ou encarregados**	**Número da residência**
Oscar Ferreira dos Santos Lima	12	Manoel Ferreira dos Santos Lima	Catumby Grande, 26
José Ramos de Siqueira	12	Fabiano José de Siqueira	Catumby Grande, 40
Ezequiel Paixão de Siqueira	8		

Ilha das Cobras			
Aluno	**Id.**	**Pais ou encarregados**	**Número da residência**
Francisco Fernandes de Lima	8	José da Silva (?) Lima	Ilha das Cobras
Francisco Pereira da Sª Vidal	10	Francisco Pereira da Sª Vidal	Ilha das Cobras

Lugares não localizados

Rua do Coito (rua do Costa?)			
Aluno	**Id.**	**Pais ou encarregados**	**Número da residência**
Anastácio José Domingos de Moraes	9	Rosa Maria da Conceição	Rua do Coito 39
João Pereira dos Santos Figueiredo	10	Fortunata Maria do Amparo	Rua do Coito 18
Alexandre Luis da Costa Prates	7	Luis Severiano da Costa Prates	Rua do Coito, 50

Apêndice 9

Notas de jornais referentes ao professor Pardal por ordem cronológica

N.	Data	Periódico	Pág.	Assunto
1	22/10/1836	Correio Oficial	2 / 374	Pardal pede lugar de mestre na Escola de Aprendizes do Arsenal. Resposta: "Por ora não tem lugar".
2	17/01/1837	Diário do Rio de Janeiro	4	Pardal está na lista de passageiros de embarcação (Angra X São Sebastião), juntamente com um escravo (seria dele?).
3	25/08/1837	Correio Oficial	1	Pardal pede para ser admitido no concurso para cadeira de primeiras letras de Inhaúma.
4	05/09/1837	Correio Oficial	1	Encaminhamento feito ao diretor das escolas sobre dúvida acerca da folha corrida que acompanhava o requerimento de Pardal.
5	19/01/1838	Correio Oficial	1	Notícia do provimento da cadeira de Santa Rita pelo professor Pardal. O mesmo noticia que prestou juramento e tomou posse da cadeira.
6	1840	Correio Oficial		Autorização para o reitor do Colégio Pedro II pagar o abono de que trata o artigo 144 do Estatuto do colégio aos professores que deram aula durante as férias, entre eles Pardal.
7	16/10/1840	Correio Oficial		Ordem para continuar a abonar mensalmente Pardal pelo aluguel do prédio da escola por um ano.
8	24/10/1840	Correio Oficial	1-2	Carta de felicitação ao imperador Pedro II em razão de sua maioridade redigida pelo diretor das escolas e assinada por Pardal.
9	1843	Pequeno Almanak	92	Pardal professor de desenho caligráfico, linear e figurado no Imperial Colégio de Pedro II. Seu endereço é Rua do Vallongo, n. 42.
10	14/09/1845	O mercantil	3	Pardal enquanto escrivão assina nota de convocação de fiéis para participarem da Festa do Evangelista São Matheus na Igreja Senhora de Lampadosa.
11	15/09/1845	Diário do Rio de Janeiro	3	Pardal assina, na condição de escrivão, convocação de fiéis para participarem da Festa do Evangelista São Matheus na Igreja Senhora de Lampadosa.
12	18/09/1845	Diário do Rio de Janeiro	2	(Repetição da nota) Pardal assina, na condição de escrivão, convocação de fiéis para participarem da Festa do Evangelista São Matheus na Igreja Senhora de Lampadosa.

13	18/09/1845	O mercantil	4	(Repetição da nota) Pardal enquanto escrivão assina nota de convocação de fiéis para participarem da Festa do Evangelista São Matheus na Igreja Senhora de Lampadosa.
14	20/09/1845	Diário do Rio de Janeiro	2	(Repetição da nota) Pardal assina, na condição de escrivão, convocação de fiéis para participarem da Festa do Evangelista São Matheus na Igreja Senhora de Lampadosa.
15	15/09/1847	O auxiliador da Indústria Nacional	200	Pardal consta na lista dos que foram convidados para serem sócios efetivos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.
16	27/10/1847	O auxiliador da Indústria Nacional	289	Pardal consta na lista dos que aceitaram o convite para serem sócios efetivos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.
17	4/10/1847	Diário do Rio de Janeiro	3	Pardal conselheiro eleito da Imperial Sociedade Amante da Instrução.
18	1/03/1848	Diário do Rio de Janeiro	1	Pardal nomeado examinador de gramática de língua nacional da aula de comércio.
19	19/05/1848	Diário do Rio de Janeiro	1	Nota de licença para obras concedida a Pardal.
20	29/09/1848	Correio Mercantil[28]	4	Pardal aparece na lista de consultores da Sociedade Amante da Instrução que foram eleitos para administração da sociedade.
21	31/12/1848	Correio Mercantil	3	Preso o escravo João Congo por ter atentado contra a vida de seu senhor, Candido Matheus de Faria Pardal, fazendo-lhe diversos ferimentos.
22	2/01/1849	Diário do Rio de Janeiro	3	No dia 29 de dezembro foi preso o escravo João Congo por ter atentado contra a vida de seu senhor, Candido Matheus de Faria Pardal, fazendo-lhe diversos ferimentos.
23	3/01/1849	Diário do Rio de Janeiro	2	Nota da repartição de policia. Oficio ao subdelegado da freguesia de santa Rita dirija a casa de Pardal e proceda nos termos da lei no caso do escravo João Congo que está preso na cadeia do Aljube.
24	14/09/1849	Diário do Rio de Janeiro	1	Pardal recebe quantia para pagar as despesas feitas para montagem da escola da freguesia de Santa Rita pelo sistema de ensino mutuo.

[28] Título registrado na BN: Correio Mercantil, Instrutivo, Político, Universal.

25	19/09/1849	Correio Mercantil	1	Pardal recebe uma quantia para pagar a despesa feita na montagem de escola pelo sistema de ensino mútuo.
26	1/10/1849	Diário do Rio de Janeiro	3	Pardal aparece na lista de Conselheiros eleitos da Sociedade Amante da Instrução.
27	1/10/1849	Correio Mercantil	3	Pardal aparece na lista de Conselheiros eleitos da Sociedade Amante da Instrução.
28	3/01/1850	Correio Mercantil	3	Pardal aparece na lista de suplentes de eleitores de Santa Rita convocados para reunião de revisão da qualificação dos votantes.
29	24/09/1850	Diário do Rio de Janeiro	3	Pardal aparece na lista de Conselheiros eleitos da Sociedade Amante da Instrução.
30	29/11/1850	Diário do Rio de Janeiro	3	Pardal secretário da Irmandade do apostolo evangelista S. Matheus, convoca os devotos para festejar na Igreja Nossa Senhora de Lampadosa.
31	30/11/1850	Diário do Rio de Janeiro	3	Repetição da nota. Pardal secretário da Irmandade do apostolo evangelista S. Matheus, convoca os devotos para festejar na Igreja Nossa Senhora de Lampadosa.
32	24/12/1850	Correio Mercantil	3	Pardal aparece na lista de suplentes de eleitores de Santa Rita convocados para reunião de revisão da qualificação dos votantes.
33	22/03/1851	Correio Mercantil	3	Parecer da comissão de contas da Sociedade Amante da Instrução assinado por três membros, incluindo Pardal.
34	22/03/1851	Diário do Rio de Janeiro	2	Parecer da comissão de contas da Sociedade Amante da Instrução assinado por três membros, incluindo Pardal.
35	24/03/1851	Diário do Rio de Janeiro	2	Repetição do parecer da comissão de contas da Sociedade Amante da Instrução assinado por três membros, incluindo Pardal.
36	22/09/1851	Diário do Rio de Janeiro	4	Pardal eleito consultor da Imperial Sociedade amante da Instrução pelo período de 1851 a 1852.
37	15/01/1852	Diário do Rio de Janeiro	3	Candido Manoel de Faria Pardal sócio do Ginásio Brasileiro, classificado na seção de literatura.
38	5/03/1852	Diário do Rio de Janeiro	1	Pardal consta como examinador de preparatórios da aula de comércio.
39	10/03/1852	Correio Mercantil	2	Pardal faz parte da diretoria provisória da recém-criada Sociedade de Baile Guanabara.

40	11/08/1852	Correio Mercantil	3	Pardal aparece como suplente na lista do edital de convocação dos eleitores para eleição de juízes de paz e de vereadores.
41	17/11/1852	Diário do Rio de Janeiro	2	Convocação de eleitores e suplentes, entre eles Pardal, para assembleia provincial e para darem seus votos.
42	19/12/1852	Diário do Rio de Janeiro	3	Convocação de eleitores e suplentes, entre eles Pardal, para reunião de junta de revisão e qualificação de votantes.
43	8/03/1853	Correio Mercantil	1	Pardal consta na lista das pessoas que "tiveram a honra" de visitar o imperador D. Pedro II no Paço de São Cristovão.
44	6/04/1853	Correio Mercantil	2	Pardal fez parte de comissão que foi até o Imperador Pedro II no mês passado solicitar um terreno para construção de um colégio para meninas órfãs e meninos indigentes.
45	11/02/1854	Correio Mercantil	1	Pardal nomeado examinador de preparatórios da aula de comércio.
46	3/07/1855	Correio Mercantil	1	Pardal aparece na lista de acionistas da Estrada de Ferro D. Pedro II.
47	3/07/1855	Diário do Rio de Janeiro	1	Pardal está entre as pessoas "contempladas com ações da estrada de Ferro de D. Pedro II".
48	22/12/1855	Diário do Rio de Janeiro	4	Nota em que Pardal aparece como responsável por ter apresentado uma lista de pessoas com respectivos valores doados para estátua eqüestre do Sr. D.I.
49	31/03/1856	Diário do Rio de Janeiro	2	Pardal nomeado examinador de preparatórios da aula de comércio.
50	31/03/1856	O Correio da Tarde	3	Pardal nomeado examinador da aula de comércio.
51	19/05/1856	Correio Mercantil	3	Pardal aparece como tutor de dois irmãos que requerem "prezas".
52	2/06/1856	O grito nacional	4	Comentário satírico sobre a convivência de três pessoas no Valongo, um deles parece se referir a Pardal (Lobo, Mosquito e Pardal).
53	18/06/1856	Correio Mercantil	1	Pardal na lista de subscritores do *Curso Familiar de Literatura* de Lamartine.
54	8/08/1856	Correio Mercantil	2	Pardal e seu endereço aparecem na lista de acionistas da Estrada de Ferro Pedro II.
55	30/08/1856	O grito nacional	4	Outro comentário satírico sobre a convivência de três pessoas no Valongo, um deles parece se referir a Pardal (Lobo, Mosquito e Pardal).
56	13/10/1856	Correio Mercantil	3	Pardal aparece numa lista de pessoas que responderam a provocação.

57	26/10/1856	Correio Mercantil	2	Pardal aparece numa lista de candidatos a eleitores de Santa Rita.
58	29/10/1856	Correio Mercantil	2	Pardal aparece na lista aprovada de candidatos ao eleitorado de Santana.
59	31/10/1856	Correio Mercantil	2	Divulgação de várias chapas para concorrer ao eleitorado de Santana. Pardal está em uma das listas.
60	1/11/1856	Correio Mercantil	2	Divulgação de várias chapas para concorrer ao eleitorado de Santana. Pardal está em uma das listas.
61	9/11/1856	Diário do Rio de Janeiro	1	Apuração das eleições primárias na freguesia de Santana. Pardal aparece na lista com 72 votos.
62	10/11/1856	Diário do Rio de Janeiro	1	Apuração das eleições primárias na freguesia de Santana. Pardal aparece na lista com 102 votos.
63	11/11/1856	Diário do Rio de Janeiro	1	Apuração das eleições primárias na freguesia de Santana. Pardal aparece na lista com 129 votos.
64	12/11/1856	Diário do Rio de Janeiro	1	Apuração das eleições primárias na freguesia de Santana. Pardal aparece na lista com 172 votos.
65	13/11/1856	Diário do Rio de Janeiro	1	Apuração das eleições primárias na freguesia de Santana. Pardal aparece na lista com 225 votos.
66	14/11/1856	Diário do Rio de Janeiro	1	Apuração das eleições primárias na freguesia de Santana. Pardal aparece na lista com 254 votos.
67	16/11/1856	Diário do Rio de Janeiro	1	Apuração das eleições primárias na freguesia de Santana. Pardal aparece na lista com 321 votos.
68	20/11/1856	Diário do Rio de Janeiro	1	Apuração das eleições primárias na freguesia de Santana. Pardal aparece na lista com 478 votos.
69	21/11/1856	Diário do Rio de Janeiro	1	Apuração das eleições primárias na freguesia de Santana. Pardal aparece na lista com 522 votos.
70	22/11/1856	Diário do Rio de Janeiro	1	Apuração das eleições primárias na freguesia de Santana. Pardal aparece na lista com 562 votos.
71	24/11/1856	Diário do Rio de Janeiro	1	Apuração final das eleições primárias na freguesia de Santana. Pardal aparece na lista de eleitores com 623 votos.

72	24/11/1856	Correio Mercantil	1	Resultado final das eleições. Pardal aparece em 37° lugar com 623 votos.
73	25/11/1856	O Correio da Tarde	3	Pardal aparece na lista de eleitores do 2° distrito da freguesia de Santana.
74	1856	O auxiliador da administração do Correio da Tarde	64	Endereço de Pardal, Largo da Imperatriz.
75	16/02/1857	O Correio da Tarde	2	Pardal é nomeado professor de Caligrafia do Instituto Comercial da Corte.
76	14/03/1857	O observador	2	Pardal nomeado professor de Caligrafia do Instituto Comercial da Corte.
77	31/03/1857	O Correio da Tarde	2	Pardal está listado entre os conselheiros da Associação Paroquial da Freguesia de Santana.
78	1/04/1857	Correio Mercantil	1	Pardal é eleito conselheiro da Associação Paroquiana da Freguesia de Santana.
79	27/04/1857	Correio Mercantil	1	Pardal foi padrinho de casamento de Antonio Ignacio de Mesquita Junior e Deolinda Rosa Maia.
80	29/04/1857	Correio Mercantil	1	Reunião da Associação Paroquiana de Santana. Pardal está entre os Conselheiros.
81	5/06/1857	O Correio da Tarde	2	Noticia sobre reunião entre professores primários e secundários, ocorrida no Imperial Colégio de Pedro II, em que Pardal ficou na comissão responsável por apresentar as bases para o estatuto de uma associação de professores com fim de melhorar o ensino primário e secundário.
82	17/12/1857	Correio Mercantil	3	Convocação dos eleitores e suplentes da freguesia de Santana para reunião de qualificação de votantes. Pardal está listado como eleitor.
83	1857	O auxiliador da administração do Correio da Tarde	111	Endereço de Pardal, Rua da Imperatriz, 121.
84	20/12/1858	Correio Mercantil	2	Nota sobre a data do exame dos alunos de Pardal "dados por pronto", assinada pelo delegado José Agostinho Moreira Guimarães.
85	21/12/1858	Correio Mercantil	2	Repetição da nota sobre a data do exame dos alunos de Pardal "dados por pronto", assinada pelo delegado José Agostinho Moreira Guimarães.

86	18/08/1859	Correio Mercantil	1	Pardal foi eleito em assembleia geral para comissão de estatutos da Companhia mutua de seguro de vida de escravos.
87	25/10/1859	Correio Mercantil	2	Pardal participa de comissão julgadora dos exames dos candidatos ao magistério particular.
88	23/12/1859	Correio Mercantil	1	Nota de elogio ao professor Pardal feita por pessoas que haviam assistido aos exames de seus alunos no dia 20/12/1859, mas assinada pelo codinome *Imparcialidade*.
89	23/12/1859	Correio Mercantil	2	Convocação dos eleitores e suplentes da freguesia de Santana, entre eles Pardal (suplente), para reunião de organização da junta de qualificação e revisão dos votantes.
90	25/02/1860	O Correio da Tarde	3	Pardal faz parte da lista do Júri da Corte em sessão de 24/02/1860; também consta na lista de eleitores como tendo 40 anos, viúvo e empregado público.
91	25/02/1860	Correio Mercantil	1	Pardal no Júri da Corte.
92	4/03/1860	Correio Mercantil	1	Pardal na lista do Júri da Corte.
93	16/04/1860	Correio Mercantil	3	Nota assinada por "Faria Pardal" sobre reunião para organização da Sociedade campestre e eleição da diretoria.
94	18/04/1860	Correio Mercantil	1	Pardal torna-se secretário da Sociedade Campestre, que na verdade é a reorganização da antiga Sociedade de Recreação Campestre.
95	30/04/1860	Correio Mercantil	2	Candido Matheus de Souza Pardal.
96	13/05/1860	Correio Mercantil	2	Anuncio do 1º baile da sociedade campestre no Pavilhão fluminense, assinado por Pardal.
97	17/05/1860	Correio Mercantil	3	Nota de transferência da data do baile da sociedade campestre, assinada por Pardal.
98	24/05/1860	Correio Mercantil	3	Nota com anúncio da nova data do Baile da Sociedade Campestre, assinada por Pardal.
99	26/05/1860	Correio Mercantil	3	Mesma nota com anúncio da nova data do Baile da Sociedade Campestre, assinada por Pardal.
100	30/05/1860	Correio Mercantil	3	Mesma nota com anúncio da nova data do Baile da Sociedade Campestre, assinada por Pardal.
101	31/05/1860	Correio Mercantil	3	Mesma nota com anúncio da nova data do Baile da Sociedade Campestre, assinada por Pardal.
102	01/06/1860	Correio Mercantil	3	Mesma nota com anúncio da nova data do Baile da Sociedade Campestre, assinada por Pardal.
103	26/06/1860	Correio Mercantil	3	Nota sobre o baile de julho da Sociedade Campestre, assinada por Pardal.

104	7/07/1860	Correio Mercantil	3	Nota sobre o baile de julho da Sociedade Campestre, assinada por Pardal.
105	26/07/1860	Correio Mercantil	1	Na coluna "Notícias diversas", nota sobre criação de associação de professores chamada Academia Pedagógica, na qual Pardal é secretário.
106	26/07/1860	O Correio da Tarde	3	Noticia de instalação de associação de professores públicos de instrução primária: Academia Pedagógica. A eleição foi no dia 21 e Pardal consta como tesoureiro e faz parte da comissão de estudos da teoria do ensino.
107	27/07/1860	Correio Mercantil	3	Nota sobre o baile da Sociedade Campestre, assinada por Pardal.
108	2/08/1860	Correio Mercantil	3	Nota convocando os sócios da sociedade campestre para assembléia no Pavilhão Fluminense, assinada por Pardal.
109	8/08/1860	Correio Mercantil	2	Nota convocando os sócios da sociedade campestre para assembléia no Pavilhão Fluminense, assinada por Pardal.
110	10/08/1860	Correio Mercantil	3	Nota convocando os sócios da sociedade campestre para assembléia no Pavilhão Fluminense, assinada por Pardal. Também tem uma nota anunciando reunião da Academia pedagógica assinada pelo professor Bernardes Moreira.
111	8-9/09/ 1860	Diário do Rio de Janeiro	1	Pardal aparece como membro, no cargo de escrutador, da mesa da freguesia de Santana.
112	22/09/1860	Correio Mercantil	2	Pardal é listado entre os membros da "Chapa Policial" do 2° distrito de Santana. A nota é assinada por "O fedegoso".
113	4/10/1860	Correio Mercantil	3	Pardal é protetor da Devoção da Nossa Senhora da Madre de Deus. O protetor e comissão pedem aos devotos a entrega de esmolas para realização de orçamento.
114	2/12/1860	Correio Mercantil	2	Pardal está entre os eleitores convocados para reunião de instalação de mesa eleitoral na freguesia de Santana.
115	23/12/1860	Correio Mercantil	3	Pardal está entre os eleitores convocados para reunião de revisão de qualificação de eleitores.
116	22/01/1861	A actualidade	2	Pardal consta na lista dos suplentes de eleitores que foram eleitos na freguesia de Santana.
117	23/01/1861	Correio Mercantil	1	Pardal consta na lista dos suplentes de eleitores que foram eleitos na freguesia de Santana.
118	23/01/1861	Diário do Rio de Janeiro	1	Pardal aparece na lista de suplentes eleitos na freguesia de Santana. Liberais comemoram vitória.
119	5/06/1861	Correio Mercantil	3	Pardal aparece como tutor de irmãos na ação de reclamação pelo direito de preza.
120	20/07/1861	Correio Mercantil	3	Convocação dos jurados, entre eles Pardal, para participar de sessão do Júri da Corte na cadeia do Aljube.

121	2/08/1861	Correio Mercantil	2	Na coluna *Crônica Judiciária*, nota sobre os jurados presentes na sessão do Júri, entre Pardal, e lista daqueles que foram multados por não comparecimento.
122	8/08/0861	Correio Mercantil	2	Pardal entre os Jurados presentes na sessão do Júri.
123	24/09/1861	Diário do Rio de Janeiro	1	Pardal nomeado suplente do subdelegado do 2° distrito da freguesia de Santana.
124	24/09/1861	O Correio da Tarde	3	Pardal nomeado suplente do subdelegado do 2° distrito da freguesia de Santana, Luiz Bartolomeu da Silva Oliveira.
125	30/12/1861	Correio Mercantil	3	Convocação de eleitores e suplentes para reunião de organização de junta de qualificação e revisão de eleitores. Pardal está na lista como suplente.
126	16/09/1862	Correio Mercantil	1	Pardal em exercício no cargo subdelegado do 2° distrito da freguesia de Santana.
127	16/09/1862	Correio Mercantil	3	Nota sobre local, dia e horário em que Pardal atende na condição de subdelegado suplente do 2° distrito da freguesia de Santana.
128	10/10/1862	Diário do Rio de Janeiro	1	Nota do jornal noticiando que dará espaço para os professores Pardal, J.J. Moreira e J.B. Moreira a publicarem artigos e o parecer relativo a gramática de Vergueiro e Pertence.
129	11/10/1862	Correio Mercantil	2	Texto assinado por Pardal, José Bernardes Moreira, João José Moreira e Luiz Thomaz de Oliveira respondendo às críticas que foram feitas a eles no Jornal Correio Mercantil e Diário do Rio por terem reprovado a gramática dos senhores Vergueiro e Pertence para uso nas escolas.
130	11/10/1862	Diário do Rio de Janeiro	2	Texto assinado por Pardal, José Bernardes Moreira, João José Moreira e Luiz Thomaz de Oliveira respondendo às críticas que foram feitas a eles no Jornal Correio Mercantil e Diário do Rio por terem reprovado a gramática dos senhores Vergueiro e Pertence para uso nas escolas.
131	12/10/1862	Diário do Rio de Janeiro	2	Trecho do parecer que reprovou a gramática dos senhores Vergueiro e Pertence e crítica à postura do Correio Mercantil e Diário do Rio.
132	13/10/1862	Diário do Rio de Janeiro	1	Nota de Vergueiro e Pertence respondendo e atacando os “adversários” professores públicos.
133	13/10/1862	Diário do Rio de Janeiro	3	Trecho do parecer que reprovou a gramática dos senhores Vergueiro e Pertence.
134	13/10/1862	Correio Mercantil		Trecho do parecer que reprovou a gramática dos senhores Vergueiro e Pertence e crítica à postura do Correio Mercantil e Diário do Rio.

135	14/10/1862	Correio Mercantil	3	Pardal e colegas pedem tempo para enviar os pareceres com as correções feitas.
136	14/10/1862	Diário do Rio de Janeiro	3	Pardal e colegas pedem tempo para enviar os pareceres com as correções feitas, tendo em vista os erros que aparecem nos jornais Correio Mercantil e Diário do Rio.
137	15/10/1862	Correio Mercantil	2	Entre os doadores da Caixa Municipal de Beneficência da Freguesia de Santa Rita consta "Pardal & Figueiró".
138	18/10/1862	Diário do Rio de Janeiro	2	Continuação do parecer que reprovou a gramática dos senhores Vergueiro e Pertence.
139	18/10/1862	Correio Mercantil	2-3	Continuação do parecer que reprovou a gramática dos senhores Vergueiro e Pertence.
140	21/10/1862	Diário do Rio de Janeiro	1-2	Conclusão do parecer que reprovou a gramática dos senhores Vergueiro e Pertence. Comentários sobre o Correio Mercantil e Diário do Rio.
141	21/10/1862	Correio Mercantil	2	Continuação do parecer que reprovou a gramática dos senhores Vergueiro e Pertence.
142	22/10/1862	Diário do Rio de Janeiro	1-2	Respostas de Vergueiro e Pertence quanto ao parecer com outros comentários e provocações.
143	23/10/1862	Diário do Rio de Janeiro	1	Continuação da respostas de Vergueiro e Pertence quanto ao parecer com outros comentários e provocações.
144	24/10/1862	Diário do Rio de Janeiro	1	Continuação da respostas de Vergueiro e Pertence quanto ao parecer com outros comentários e provocações.
145	25/10/1862	Diário do Rio de Janeiro	1	Continuação da respostas de Vergueiro e Pertence quanto ao parecer com outros comentários e provocações.
146	26/10/1862	Diário do Rio de Janeiro	1-2-3	Continuação da respostas de Vergueiro e Pertence quanto ao parecer com outros comentários e provocações. Há também um trecho de um parecer do Conselheiro Alencar a respeito assinado por vários "ilustres" da época (p.2-3).
147	28/10/1862	Diário do Rio de Janeiro	1-2	Continuação da respostas de Vergueiro e Pertence quanto ao parecer com outros comentários e provocações.
148	31/10/1862	Correio Mercantil	2	Resposta de Pardal e seus colegas quanto aos comentários dos senhores Vergueiro e Pertence.
149	31/10/1862	Diário do Rio de Janeiro	2	Continuação do parecer que reprovou a gramática dos senhores Vergueiro e Pertence com tréplica.

150	28/11/1862	Constitucional	2	Ao criticar erros de português cometidos pelo Ministério da Agricultura, artigo cita Pardal.
151	6/02/1863	Correio Mercantil	2	Pardal em comissão de professores (Pardal, J. S. Pinto Ribeiro, J.J. Moreira e J.B. Moreira) conclamam os professores a consignarem 5% de seus ordenados para acudir o governo imperial.
152	9/02/1863	Correio Mercantil	2	Repetição da nota do dia 6/02. Pardal em comissão de professores (Pardal, J. S. Pinto Ribeiro, J. J. Moreira e J. B. Moreira) conclamam os professores a consignarem 5% de seus ordenados para acudir o governo imperial.
153	23/04/1863	Diário do Rio de Janeiro	3	Pardal e outra pessoa são encarregados da Caixa Municipal de Beneficência na rua do Costa.
154	10/07/1863	Diário do Rio de Janeiro	2	Convocação de eleitores e suplentes para organização de mesa paroquial para eleição de eleitores. Pardal é suplente.
155	27/08/1863	Diário do Rio de Janeiro	1	Resultado final das eleições. Pardal é suplente com 250 votos. O primeiro colocado teve 756 votos.
156	3/11/1863	Diário do Rio de Janeiro	4	Comunicado de missa de sétimo dia de José Joaquim Ferreira Leal, cuja família é conhecida de Pardal (que foi professor de alguns deles).
157	4/11/1863	Correio Mercantil	4	Comunicado de missa de sétimo dia de José Joaquim Ferreira Leal, cuja família é conhecida de Pardal (que foi professor de alguns deles).
158	7/01/1864	Diário do Rio de Janeiro	2	Convocação de eleitores e suplentes para reunião de junta de qualificação. Pardal está listado como suplente.
159	9/08/1864	Constitucional	3	Carta de Frazão, explicando nota de luto pela morte de um professor, na qual menciona Pardal, seu *digno colega e amigo*.
160	29/10/1864	Correio Mercantil	1	Nomeação de Pardal para o cargo que ocupa interinamente de professor de desenho do externato e do internato do Imperial Colégio de Pedro II.
161	29/10/1864	Diário do Rio de Janeiro	1	Nomeação de Pardal para o cargo que ocupa interinamente de professor de desenho do externato e do internato do Imperial Colégio de Pedro II.

162	1864	O Brasil Histórico: Jornal histórico, político, literário, cientifico e de propaganda homeopática.	4	Na lista de assinantes, segundo o jornal encontra-se "ilustrados membros da sociedade", entre eles Pardal.
163	24/01/1865	Correio Mercantil	3	Convocação dos eleitores e suplentes da freguesia de Santana, entre eles Pardal, para reunião de organização da mesa paroquial tendo em vista a proximidade da eleição para senador.
164	18/3/1865	Correio Mercantil	3	Convocação dos eleitores e suplentes da freguesia de Santana, entre eles Pardal, para reunião de junta de revisão dos votantes.
165	24/12/1865	Correio Mercantil	1	Nota de data de enterro de João José Ferreira Leal. Pardal aparece na lista de amigos (foi professor dele).
166	28/12/1865	Correio Mercantil	4	Nota de agradecimento aos que compareceram e informação sobre a missa de sétimo dia de J. J. Ferreira Leal.
167	29/12/1865	Correio Mercantil		Repetição da nota de agradecimento aos que compareceram e informação sobre a missa de sétimo dia de J. J. Ferreira Leal.
168	5/02/1866	Correio Mercantil	2	Pardal consta como autor de um processo de "Força Nova", sendo réu José Fernandes Cardoso Guimarães.
169	8/2/1866	Correio Mercantil	2	Ação de "Força Nova" movida por Pardal.
170	1/06/1866	Correio Mercantil	3	Execução da ação de "Força Nova" de Pardal.
171	26/09/1866	Correio Mercantil	2	Pardal no Júri da Corte.
172	31/12/1866	O publicador	1	Filho de Pardal, sargento-ajudante C.M. de F. Pardal Junior, está na lista dos feridos em combate no Curupaity.
173	7/01/1867	Correio Mercantil	1	Filho de Pardal, Candido Matheus de Faria Pardal Junior, na condição de sargento ajudante do Asilo dos Inválidos da Corte, é reformado por achar-se impossibilitado de exercer suas funções por ferimento em combate.
174	9/01/1867	Diário do Rio de Janeiro	2	Filho de Pardal, Candido Matheus de Faria Pardal Junior, na condição de sargento ajudante do Asilo dos Inválidos da Corte, é reformado por achar-se impossibilitado de exercer suas funções por ferimento em combate.

175	10/01/1867	Diário do Rio de Janeiro	1	Elegeram-se em assembleia do Club Fluminense os membros da diretoria, entre os quais Pardal.
176	13/01/1867	Correio Mercantil	3	Convocação de eleitores e suplentes da freguesia de Santana para organização da mesa eleitoral.
177	20/02/1867	Correio Mercantil		Resultado da apuração dos votos na freguesia de Santana. Pardal ficou em 31° lugar com 432 votos. O primeiro obteve 458 votos.
178	20/02/1867	Correio Mercantil	3	Nota de convocação dos sócios do Club Fluminense para realização de assembleia, assinada pelo secretário, Pardal.
179	21/02/1867	Correio Mercantil	3	Repetição da nota de convocação dos sócios do Club Fluminense para realização de assembleia, assinada pelo secretário, Pardal.
180	22/02/1867	Correio Mercantil	2	O Imperador concede ao filho de Pardal, C. M. de F. Pardal Junior, pelos serviços relevantes prestados na guerra do Paraguai, a honra do posto de Alferes do 12° Corpo de Voluntários da Pátria.
181	23/01/1867	Diário do Rio de Janeiro	1	A diretoria do Club Fluminense elegeu os cargos, ficando Pardal com o de Secretário. O club está passando por reformas e espera ser credor da "boa sociedade".
182	20/02/1867	Diário do Rio de Janeiro	1	Resultados das eleições primárias na freguesia de Santana. Pardal em 31° lugar com 432 votos.
183	22/02/1867	Diário do Rio de Janeiro	1	O filho de Pardal foi nomeado alferes do 12° corpo de Voluntários da Pátria.
184	26/02/1867	Correio Mercantil	1	O filho de Pardal foi exonerado a pedido, por meio da junta militar de saúde, do serviço do exército, sendo atualmente alferes honorário.
185	30/03/1867	Correio Mercantil	1	O filho de Pardal foi nomeado alferes do corpo provisório.
186	6/06/1867	Correio Mercantil	3	Abaixo-assinado em defesa do comandante do corpo policial da província do Rio de Janeiro assinado pelo filho de Pardal, C.M. de F. Pardal Junior.
187	20/06/1867	Diário do Rio de Janeiro	3	Nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes do clube a 1ª partida, "rogando-se às senhoras maior simplicidade no traje", assinada pelo secretário, Pardal.
188	20/06/1867	Correio Mercantil	4	Nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes do clube a 1ª partida, "rogando-se às senhoras maior simplicidade no traje", assinada pelo secretário, Pardal.

189	21/06/1867	Diário do Rio de Janeiro	3	Repetição da nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes do clube a 1ª partida, “rogando-se às senhoras maior simplicidade no traje”, assinada pelo secretário, Pardal.
190	13/07/1867	Diário do Rio de Janeiro	2	Nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes do clube a data da partida familiar de julho, assinada pelo secretário, Pardal.
191	16/07/1867	Diário do Rio de Janeiro	3	Repetição da nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes a data da partida familiar, assinada pelo secretário, Pardal.
192	16/07/1867	Correio Mercantil	3	Nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes do clube a data da partida familiar, assinada pelo secretário, Pardal.
193	19/07/1867	Correio Mercantil	3	Repetição da nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes a data da partida familiar, assinada pelo secretário, Pardal.
194	11/10/1867	Diário do Rio de Janeiro	3	Nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes do clube a data da partida familiar de outubro, assinada pelo secretário, Pardal.
195	15/10/1867	Correio Mercantil	4	Nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes a data da partida familiar do mês de outubro, assinada pelo secretário, Pardal.
196	17/10/1867	Correio Mercantil	3	Artigo enaltecendo os bravos da guerra do Paraguai, entre eles o filho de Pardal, C.M. de F. Pardal Junior, ferido em combate, um dos heróis em Curupaity.
197	19/10/1867	Opinião LIberal	3	Elogio a três combatentes, entre eles o filho de Pardal, pelo ato de patriotismo.
198	13/11/1867	Correio Mercantil	3	Nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes a data da partida familiar do mês de novembro, assinada pelo secretário, Pardal.
199	23/11/1867	Correio Mercantil	3	Repetição da nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes a data da partida familiar do mês de novembro, assinada pelo secretário, Pardal.
200	7/11/1867	Correio Mercantil	4	Nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes a data da partida familiar do mês de dezembro, assinada pelo secretário, Pardal.
201	7/11/1867	Diário do Rio de Janeiro	3	Nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes a data da partida familiar do mês de dezembro, assinada pelo secretário, Pardal.
202	10/12/1867	Correio Mercantil	2	Repetição da nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes a data da partida familiar do mês de dezembro, assinada pelo secretário, Pardal.

203	11/12/1867	Correio Mercantil	4	Repetição da nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes a data da partida familiar do mês de dezembro, assinada pelo secretário, Pardal.
204	23/12/1867	Correio Mercantil	3	Convocação dos eleitores e suplentes, entre eles Pardal, para reunião de junta de qualificação.
205	15/01/1868	Correio Mercantil	4	Nota do Club Fluminense convocando os acionistas para assembleia geral, assinada pelo secretário, Pardal.
206	16/01/1868	Correio Mercantil	3	Repetição da nota do Club Fluminense convocando os acionistas para assembleia geral, assinada pelo secretário, Pardal.
207	18/01/1868	Diário do Rio de Janeiro	3	Nota do Club Fluminense convocando os acionistas para assembleia geral, assinada pelo secretário, Pardal.
208	18/01/1868	Correio Mercantil	3	Repetição da nota do Club Fluminense convocando os acionistas para assembleia geral, assinada pelo secretário, Pardal.
209	21/01/1868	Correio Mercantil	3	Repetição da nota do Club Fluminense convocando os acionistas para assembleia geral, assinada pelo secretário, Pardal.
210	26/01/1868	Correio Mercantil	1	Pardal eleito para diretoria do Club Fluminense na condição de secretário.
211	26/01/1868	Diário do Rio de Janeiro	2	Pardal eleito para diretoria do Club Fluminense na condição de secretário.
212	12/02/1868	Diário do Rio de Janeiro	3	Nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes sobre a partida familiar com sociedades carnavalescas, assinada pelo secretário, Pardal.
213	13/02/1868	Correio Mercantil	4	Nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes sobre a partida familiar com sociedades carnavalescas, assinada pelo secretário, Pardal.
214	15/02/1868	Correio Mercantil	4	Repetição da nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes sobre a partida familiar com sociedades carnavalescas, assinada pelo secretário, Pardal.
215	17/02/1868	Diário do Rio de Janeiro	3	Repetição da nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes sobre a partida familiar com sociedades carnavalescas, assinada pelo secretário, Pardal.
216	15/03/1868	Correio Mercantil	3	Pardal faz parte de comissão de sua rua para organizar os festejos da vitória da guerra no Paraguai.
217	17/03/1868	Diário do Rio de Janeiro	2	Nota do Club Fluminense convocando os acionistas para assembleia geral, assinada pelo secretário, Pardal.
218	17/03/1868	Correio Mercantil	3	Nota do Club Fluminense convocando os acionistas para assembleia geral, assinada pelo secretário, Pardal.

219	18/03/1868	Diário do Rio de Janeiro	2	Repetição da nota do Club Fluminense convocando os acionistas para assembleia geral, assinada pelo secretário, Pardal.
220	11/05/1868	Correio Mercantil	4	Nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes sobre a partida familiar do mês de maio, assinada pelo secretário, Pardal.
221	13/05/1868	Correio Mercantil	3	Repetição da nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes sobre a partida familiar, assinada pelo secretário, Pardal.
222	16/05/1868	Correio Mercantil	4	Repetição da nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes sobre a partida familiar, assinada pelo secretário, Pardal.
223	6/06/1868	Correio Mercantil	4	Nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes sobre a partida familiar do mês de junho, assinada pelo secretário, Pardal.
224	12/06/1868	Correio Mercantil	3	Repetição da nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes sobre a partida familiar do mês de junho, assinada pelo secretário, Pardal.
225	20/06/1868	Correio Mercantil	4	Repetição da nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes sobre a partida familiar do mês de junho, assinada pelo secretário, Pardal.
226	10/07/1868	Correio Mercantil	4	Nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes sobre a partida familiar do mês de julho, assinada pelo secretário, Pardal.
227	12/07/1868	Diário do Rio de Janeiro	3	Nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes sobre a partida familiar do mês de julho, assinada pelo secretário, Pardal.
228	13/07/1868	Diário do Rio de Janeiro	3	Repetição da nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes sobre a partida familiar do mês de julho, assinada pelo secretário, Pardal.
229	13/07/1868	Correio Mercantil	4	Repetição da nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes sobre a partida familiar do mês de julho, assinada pelo secretário, Pardal.
230	15/07/1868	Correio Mercantil	4	Repetição da nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes sobre a partida familiar do mês de julho, assinada pelo secretário, Pardal.
231	11/08/1868	Correio Mercantil	1	Pardal na lista de suplentes do Júri da Corte.
232	13/08/1868	Correio Mercantil	1	Por decreto do ministério da Justiça, Pardal é nomeado 3° suplente do subdelegado do 2° distrito da freguesia de Santana.
233	14/08/1868	Diário do Povo	2	Pardal é nomeado 3° suplente do subdelegado do 2° distrito da freguesia de Santana.

234	14/08/1868	Correio Mercantil	4	Nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes sobre a partida familiar do mês de agosto, assinada pelo secretário, Pardal.
235	16/08/1868	Correio Mercantil	4	Repetição da nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes sobre a partida familiar do mês de agosto, assinada pelo secretário, Pardal.
236	20/08/1868	Diário do Rio de Janeiro	1	Pardal presta juramento como 2° suplente do subdelegado do 2° distrito da freguesia de Santana.
237	21/08/1868	Correio Mercantil	4	Repetição da nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes sobre a partida familiar do mês de agosto, assinada pelo secretário, Pardal.
238	11/09/1868	Correio Mercantil	4	Nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes sobre a partida familiar do mês de setembro, assinada pelo secretário, Pardal.
239	11/09/1868	Diário do Rio de Janeiro	3	Nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes sobre a partida familiar do mês de setembro, assinada pelo secretário, Pardal.
240	14/09/1868	Correio Mercantil	3	Repetição da nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes sobre a partida familiar do mês de setembro, assinada pelo secretário, Pardal.
241	14/09/1868	Diário do Rio de Janeiro	3	Repetição da nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes sobre a partida familiar do mês de setembro, assinada pelo secretário, Pardal.
242	15/09/1868	Correio Mercantil	4	Repetição da nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes sobre a partida familiar do mês de setembro, assinada pelo secretário, Pardal.
243	19/09/1868	Correio Mercantil	4	Repetição da nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes sobre a partida familiar do mês de setembro, assinada pelo secretário, Pardal.
244	19/09/1868	Diário do Rio de Janeiro	3	Repetição da nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes sobre a partida familiar do mês de setembro, assinada pelo secretário, Pardal.
245	20/09/1868	Diário do Rio de Janeiro	3	Repetição da nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes sobre a partida familiar do mês de setembro, assinada pelo secretário, Pardal.
246	24/09/1868	Diário do Povo	3	Artigo critica o modo violento como os “eleitores conservadores”, entre os quais Pardal, agiram no dia da eleição, coagindo em favor de seus candidatos para eleição de deputado.
247	17/10/1868	Correio Mercantil	4	Nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes sobre a partida familiar do mês de outubro, assinada pelo secretário, Pardal.

248	21/10/1868	Diário do Rio de Janeiro	3	Nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes sobre a partida familiar do mês de outubro, assinada pelo secretário, Pardal.
249	21/10/1868	Correio Mercantil	4	Repetição da nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes sobre a partida familiar do mês de outubro, assinada pelo secretário, Pardal.
250	24/10/1868	Diário do Rio de Janeiro	3	Repetição da nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes sobre a partida familiar do mês de outubro, assinada pelo secretário, Pardal.
251	23/11/1868	Diário do Rio de Janeiro	3	Nota do Club Fluminense comunicando aos acionistas e assinantes sobre a partida familiar do mês de novembro, assinada pelo secretário, Pardal.
252	28/11/1868	A Vida Fluminense – Folha Ilustrada (satírico)	6	Poema "A esmo" (publicado em partes, sendo iniciado em 14/11/1868) que menciona Pardal.
253	5/01/1869	Diário do Rio de Janeiro	3	Convocação de eleitores e suplentes para assembleia paroquial. Pardal está listado como eleitor.
254	25/01/1869	Diário do Rio de Janeiro	3	Nota do Club Fluminense convocando os acionistas para assembleia de eleição de diretoria, assinado por Pardal.
255	12/08/1869	Diário do Rio de Janeiro	1	Quadro dos oficiais em campanha no Paraguai, entre eles, o filho de Pardal, Tenente Candido Matheus de faria Pardal Junior.
256	21/09/1869	Diário do Rio de Janeiro	1	Por decreto de 18/19/1869, permitiu-se que o professor de desenho do Imperial Colégio de Pedro II, Pardal, continue no magistério com aumento de vencimento a contar do dia em que completou 25 anos de serviço.
257	18/12/1869	Jornal da Tarde (RJ)	1	Visita do Ministro do Império às escolas de Sacramento e de Santa Rita, esta última dirigida por Pardal.
258	5/04/1870	Diário do Rio de Janeiro	1	Pardal faz parte da comissão de arrolamento da Corte, no 2° distrito da freguesia de Santana. Nessa página também fala criação das escolas municipais com o término da guerra no Paraguai.
259	10/04/1870	Diário do Rio de Janeiro	1	O endereço onde foi realizada a primeira reunião da comissão (da qual faz parte Pardal) de arrolamento da freguesia de Santana é Largo da Imperatriz 125. Endereço da escola de Santa Rita.

260	10/05/1870	Diário do Rio de Janeiro	1	Foi concedida a honra de capitão ao filho de Pardal, pelos serviços prestados na Guerra do Paraguai.
261	8/06/1870	Diário do Rio de Janeiro	2	O filho de Pardal pede para ser agregado à 1ª Companhia de Infantaria do Corpo Policial.
262	11/09/1870	Diário de Notícias	1	Reunião entre os sócios da companhia de Seguro de Vida de Escravos para eleger os membros da primeira administração, entre os quais se encontra Pardal.
263	6/12/1870	Diário do Rio de Janeiro	2	Concessão de gratificação ao professor de desenho do Imperial Colégio de Pedro II, Pardal, por ter mais de 15 anos de exercício no magistério (artigo 28 do regulamento de 1854).
264	6/12/1870	Jornal da Tarde (RJ)	1	Concessão de gratificação ao professor do Imperial Colégio de Pedro II, Pardal.
265	8/12/1870	A República - Propriedade do Club Republicano	4	Concessão de gratificação ao professor do Imperial Colégio de Pedro II, Pardal.
266	21/02/1871	Diário do Rio de Janeiro	2	Concessão de gratificação ao professor público Pardal de acordo com o artigo 10 da lei de 1827.
267	23/02/1871	A Reforma – Órgão Democrático	1	Concessão de aumento de gratificação, de acordo com lei de 1827, aos professores, entre eles, Pardal.
268	28/02/1871	Diário de Notícias	1	Aumento da gratificação de professores, entre eles Pardal, referente ao disposto no artigo 10 da lei de 1827.
269	2-3/11/1871	Diário do Rio de Janeiro	1	Missa de proclamas de casamento do filho de Pardal e Josephina Belmira de Araújo Netto.
270	22/12/1871	Diário do Rio de Janeiro	3	Convocação de eleitores e suplentes para reunião de junta de qualificação. Pardal está listado entre os eleitores.
271	5/08/1872	Diário do Rio de Janeiro	1	Artigo sobre a inauguração da Escola São Sebastião. Relata e elogia o trabalho do “ilustrado e provecto” professor Pardal.
272	11/08/1872	O apóstolo	3	Artigo que se refere a texto do Diário do Rio de Janeiro para abordar a inauguração da Escola S. Sebastião, mas possuindo um relato mais minucioso.

273	12/08/1872	Diário do Rio de Janeiro	2	Nota sobre o inicio das aulas na Escola São Sebastião, em que Pardal convida a todos os matriculados a comparecem.
274	14/08/1872	Diário do Rio de Janeiro	4	Convocação dos eleitores (entre eles Pardal) e suplentes para organização da mesa eleitoral, diante da proximidade das eleições para vereadores.
275	20/08/1872	A Nação – Jornal Político, comercial e literário	2	Nomeação de Pardal para o cargo de diretor das escolas municipais.
276	21/08/1872	Diário do Rio de Janeiro	1	Antonio ferreira Vianna envia oficio comunicando a nomeação do professor Pardal para o cargo de diretor das escolas municipais, sem prejuízo do magistério público que ele exerce.
277	21/08/1872	Diário do Rio de Janeiro	4	Nota de Pardal comunicando a abertura de matricula para adultos no curso noturno da escola São Sebastião.
278	24/08/1872	Correio do Brazil	1	Pardal aparece listado em 8° lugar entre os eleitos com 45 votos na freguesia de Santana (resultado parcial).
279	25/08/1872	Correio do Brazil	1	Pardal aparece listado em 5° lugar entre os eleitos com 155 votos na freguesia de Santana (resultado parcial).
280	26/08/1872	Correio do Brazil	1	Pardal aparece listado em 4° lugar entre os eleitos com 191 votos na freguesia de Santana (resultado parcial).
281	27/08/1872	Correio do Brazil	1	Pardal aparece listado em 4° lugar entre os eleitos com 249 votos na freguesia de Santana (resultado parcial).
282	28/08/1872	Correio do Brazil	1	Pardal aparece listado em 6° lugar entre os eleitos com 315 votos na freguesia de Santana (resultado parcial).
283	29/08/1872	Correio do Brazil	1	Pardal aparece listado em 5° lugar entre os eleitos com 391 votos na freguesia de Santana (resultado parcial).
284	30/08/1872	Correio do Brazil	1	Pardal aparece listado em 7° lugar entre os eleitos com 475 votos das "830" cédulas apuradas na freguesia de Santana (resultado parcial).
285	30/08/1872	A Nação – Jornal Político, comercial e literário	1	Reprodução do aviso de 27 de agosto expedido pelo Ministro do Império acerca do funcionamento e inspeção nas escolas municipais.
286	31/08/1872	A Reforma – Órgão Democrático	1	Reprodução do aviso de 27 de agosto expedido pelo Ministro do Império acerca do funcionamento e inspeção nas escolas municipais.

287	31/08/1872	Correio do Brazil	2	Pardal aparece listado em 5° lugar entre os eleitos com 561 votos das "975" cédulas apuradas na freguesia de Santana (resultado parcial). Na mesma página consta a reprodução do aviso de 27 de agosto expedido pelo Ministro do Império acerca do funcionamento e inspeção nas escolas municipais.
288	1/09/1872	Correio do Brazil	1	Pardal aparece listado em 5° lugar entre os eleitos com 652 votos das na freguesia de Santana (resultado parcial). O primeiro colocado tem 655 votos.
289	3/09/1872	Correio do Brazil	1	Resultado final do processo eleitoral. Pardal aparece listado em 6° lugar entre os eleitos, com 736 votos das na freguesia de Santana. O primeiro colocado teve 751 votos.
290	3/09/1872	Diário do Rio de Janeiro	2	Resultado final das eleições. Pardal aparece em 6° lugar entre os eleitores eleitos na freguesia de Santana.
291	9/11/1872	Correio do Brazil	3	Relação de eleitores oficiais "ultima e definitivamente adotada pelos conservadores da mesma freguesia". Pardal aparece em 10° lugar.
292	10/11/1872	Correio do Brazil	2	Idem (9/11/1872).
293	19/11/1872	A Nação – Jornal Político, comercial e literário	2	Pardal recebeu votos para ser eleitor especial na freguesia de Santana.
294	19/11/1872	Correio do Brazil	1	Pardal encontra em 21° lugar na lista de eleitores da freguesia de Santana para eleição senatorial com 520 votos. O primeiro colocado teve 529 votos.
295	1/12/1872	A Reforma – Órgão Democrático	2	Aprovação da Gramática de Ortiz e Pardal para uso nas escolas públicas em substituição a do falecido Cyrillo Dilermando da Silveira.
296	11/12/1872	Correio do Brazil	2	Nota assinada por Pardal, enquanto diretor das escolas municipais, informando a realização de provas de aproveitamento das alunas da escola de São Sebastião no dia 13/12/1872.
297	15/12/1872	A Reforma – Órgão Democrático	3	Conferências semanais de professores organizadas por Pardal para estudarem os pontos das Conferencias Pedagógicas da Corte.
298	28/12/1872	Correio do Brazil	2	Pardal assina nota como secretário do Club Mozart convocando os sócios a comparecem a uma reunião.

299	29/12/1872	Correio do Brazil	2	Pardal assina nota como secretário do Club Mozart convocando os sócios a comparecem a uma reunião.
300	31/12/1872	A Nação - Jornal Político, comercial e literário	1	Entre outros, Pardal é condecorado com a insígnia de Oficial da Ordem da Rosa.
301	1872	O auxiliador da Indústria Nacional	451-452	Pardal consta na lista dos que visitaram a escola da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.
302	4/01/1873	Diário de S. Paulo	1	Nota dos que foram condecorados oficiais da Ordem da Rosa, em 28 de dezembro de 1872, entre eles Pardal.
303	18/09/1873	Diário do Rio de Janeiro	3	Pardal entre os passageiros do Vapor Angrense, trajeto Paraty por Angra.
304	23/09/1873	Diário do Rio de Janeiro	3	Pardal entre os passageiros do Vapor Paratyense, trajeto Paraty e escalas.
305	22/11/1873	Jornal do Aracaju (SE)	3	Trechos de pareceres de Alambary Luz e Augusto Cony. Cony apresenta um programa no qual consta a gramática de Ortiz e Pardal.
306	10/12/1873	Diário do Rio de Janeiro	2	Artigo "A verdadeira Instrução" sobre a escola São Sebastião, elogiando o trabalho de Pardal e dos professores.
307	14/12/1873	Diário do Rio de Janeiro	1	Nota de elogio ao trabalho da escola S. Sebastião e ao Pardal.
308	15/02/1874	Diário do Rio de Janeiro	1	Nota sobre o Júri da Corte, do qual fez parte Pardal.
309	11/05/1874	Diário do Rio de Janeiro	3	Há uma nota que indica que Pardal Júnior era dono de um cartório e também era o escrivão.
310	16/07/1874	A Província – órgão do Partido Liberal (Recife)	2-3	Extenso comentário crítico sobre a Gramática de Ortiz e Pardal feita por Albino de Meira.

311	18/07/1874	A Província – órgão do Partido Liberal (Recife)	2-3	Continuação das críticas à Gramática de Ortiz e Pardal feitas por Albino de Meira.
312	25/07/1874	A Província – órgão do Partido Liberal (Recife)	2-3	Continuação das críticas à Gramática de Ortiz e Pardal feitas por Albino de Meira.
313	28/07/1874	A Província – órgão do Partido Liberal (Recife)	2	Jubilação de Pardal da cadeira da Escola da freguesia de Santa Rita.
314	5/08/1874	A Província – órgão do Partido Liberal (Recife)	3-4	Continuação das críticas à Gramática de Ortiz e Pardal feitas por Albino de Meira.
315	5/09/1874	Diário do Rio de Janeiro	2	Pardal é exonerado do cargo de 2° suplente do subdelegado do 2° distrito da freg. de Santana por ter mudado de residência.
316	5/09/1874	A Nação – Jornal Político, comercial e literário	2	Pardal é exonerado do cargo de 2° suplente do subdelegado do 2° distrito da freg. de Santana por ter mudado de residência.
317	8/09/1874	O Globo	3	Inauguração da Escola São José, da qual Pardal também é diretor, com discurso do presidente da Câmara Bezerra de Menezes.
318	9/09/1874	O Globo	3	Artigo sobre a Escola São José com descrição do prédio.
319	5/10/1874	Diário do Rio de Janeiro	3	Nota assinada por Pardal sobre abertura de inscrição de candidatos no concurso para cadeiras de ambos os sexos na Escola São José. Contém um programa com os conteúdos.
320	6/10/1874	Diário do Rio de Janeiro	3	Repetição da nota assinada por Pardal sobre abertura de concurso para cadeiras de ambos os sexos na Escola São José.
321	8/10/1874	Diário do Rio de Janeiro	4	Repetição da nota assinada por Pardal sobre abertura de concurso para cadeiras de ambos os sexos na Escola São José.
322	9/10/1874	Diário do Rio de Janeiro	2	Artigo relatando a inauguração da Escola Municipal São José com a presença de Pardal, Bezerra de Menezes, que leu um discurso, Imperador e outras pessoas.

323	9/10/1874	Diário do Rio de Janeiro	3	Repetição da nota assinada por Pardal sobre abertura de concurso para cadeiras de ambos os sexos na Escola São José.
324	9/12/1874	Diário do Rio de Janeiro	3	Nota assinada por Pardal informando a exibição publica dos exames dos alunos da Escola São Sebastião.
325	18/06/1875	A Nação – Jornal Político, comercial e literário	2	Resumo do relatório do ministro sobre instrução, jubilação de Pardal em 8/7/1874 e notícias das escolas municipais a seu cargo.
326	17/07/1875	O Globo	1	Notícia sobre a assembleia da Associação Econômica Auxiliar, da qual Pardal faz parte, sobre a nomeação de um novo membro.
327	9/08/1875	Diário do Rio de Janeiro	2	Nota da Associação Municipal Protetora da instrução da Infância Desvalida informando a "cerimônia" de entrega de roupas a 80 crianças da escola São Sebastião com a presença de Pardal, Ferreiras Viana e outros.
328	1/12/1875	O Globo	3	Nota assinada por Pardal sobre a exibição pública das provas dos alunos das escolas municipais.
329	26/02/1876	Revista Ilustrada	2	Texto satírico sobre o desenganado Octaviano Hudson que teria criado um método de leitura, mas que não consegue ensinar a ler o Sr. Pardal.
330	11/03/1876	O mosquito	3	Texto escrito por Alfredo Riancho cujos personagens são Hudson e Pardal, ambos autores de obras de língua.
331	15/03/1876	O mosquito	2	Texto fazendo comentário jocoso de que não se sabe se os alunos das escolas municipais que cantaram para o imperador foram ensaiados pelo Pardal, mas cantaram como sabiás.
332	18/03/1876	Revista Ilustrada	2	Texto satírico sobre a participação de Pardal nas conferências da Gloria.
333	21/04/1876	O Globo	3	Manumissão – batismo de neta, filha de Pardal Jr.
334	29/04/1876	Revista Ilustrada	2	Texto satírico em torno da ideia de maio ser o mês das flores em que se cita Pardal.
335	18/05/1876	O Globo	1	Jubilação de Pardal da cadeira de desenho no Imperial Colégio de Pedro II.
336	19/05/1876	A Reforma – Órgão Democrático	2	Jubilação de Pardal da cadeira de desenho no Imperial Colégio de Pedro II.
337	20/05/1876	Revista Ilustrada	2	Texto satírico que faz alusão ao olhar de Pardal para Ferreira Vianna quando faz discurso nas escolas municipais.

338	27/05/1876	Revista Ilustrada	6	Texto fictício em que personagem fala para o outro não perder-se em futilidade, pois teria sido assim que Pardal tornou-se o que é nas letras.
339	13/06/1876	O Globo	2	Sociedade Recreio Dramático Riachuelense elege nova diretoria. Pardal faz parte do Conselho.
340	24/06/1876	Revista Ilustrada	5	Texto “A felicidade de Félix” que estava tão feliz e inchado como Pardal quando aperta a mão de Ferreira Viana.
341	17/07/1876	Diário do Rio de Janeiro	5	Lista de votantes qualificados com nome, profissão, estado civil, vencimentos, etc. Pardal foi considerado elegível (57 anos, casado, sabe ler, professor, com 2.000$ de rendimentos).
342	04/08/1876	A constituição (Ceará)	3	Livraria divulga catálogo com livro de Pardal e Ortiz.
343	16/09/1876	Revista Ilustrada	2	Referências a pessoas conhecidas, entre elas Pardal que o texto satírico diz que vai ser lente da cadeira de manipulação teórica da pomada.
344	30/09/1876	Revista Ilustrada	5	Texto em que ao falar de um médico, disse que era um Pardal da medicina.
345	7/10/1876	Revista Ilustrada	2	Ao hesitar em escrever uma palavra, autor se justifica dizendo que ainda não perguntou Pardal como se adjetiva a mesma.
346	7/10/1876	Revista Ilustrada	2	Ao ironizar a entonação de um personagem, o texto diz que ele falava com a ênfase de Pardal ao tratar de sua gramática.
347	8/10/1876	Diário do Rio de Janeiro	2	Permissão de Pardal acumular duas jubilações, concedida pela vossa Alteza Imperial. Pardal havia sido jubilado em maior de 1876 do cargo de professor de desenho do ICPII.
348	8/10/1876	O Globo	1	Permissão de Pardal acumular duas jubilações, concedida pela vossa Alteza Imperial.
349	14/10/1876	O monitor (BA)	2	Permissão de Pardal acumular duas jubilações, concedida pela vossa Alteza Imperial.
350	20/10/1876	O Globo	1	Assembleia para fundação da Associação de Saneamento da Capital do Império, realizada na escola São José. Pardal estava entre os presentes.
351	28/10/1876	Revista Ilustrada	7	Texto sobre questionando a justeza do ditado “quem pode o mais pode o menos”. Usa vários exemplos, entre eles Pardal. Diz que pode haver qualquer professor menos ilustrado, porém mais ainda “está se ninando”.
352	11/11/1876	Revista Ilustrada	2	Texto em que de almeja um instituto que pudesse conter os rapazes e que o diretor fosse o Pardal.
353	3/12/1876	O apostolo	3	O apostolo recebe convite de Pardal para assistir aos exames dos alunos das escolas municipais.
354	3/12/1876	O apostolo	4	Nota assinada por Pardal sobre a realização dos exames dos alunos das escolas municipais.

355	5/11/1876	Jornal do Pará	1	Permissão de Pardal acumular duas jubilações, concedida pela vossa Alteza Imperial.
356	15/12/1876	O Globo	3	Poesia feita por J.L. da Costa Sobrinho oferecida a Pardal Junior e sua esposa pela morte da filha Olivia.
357	24/12/1876	A Reforma – Órgão Democrático	2	O jornal noticia o recebimento de um exemplar do "Novo Silabário" organizado pelos professores Pardal e Vasconcelos.
358	30/12/1876	O Fígaro: Folha ilustrada	423	Escritor compara o adestrador de cavalos a Pardal.
359	17/01/1877	O Globo	3	Pardal está entre os jurados convocados para o Júri da Corte.
360	20/01/1877	Revista Ilustrada	3	Texto satírico que diz para fechar todas as academias e institutos, mas que conserve o Pardal para se ter uma relíquia ao menos.
361	22/01/1877	Diário do Rio de Janeiro	2	Na lista de qualificação dos votantes, consta que Pardal é casado proprietário e filho de Matheus Henriques de Faria. Reside na Rua Anna Nery, 130.
362	27/01/1877	O Globo	2	Nota sobre o *Novo Silabário* de Pardal e Vasconcelos.
363	27/01/1877	Revista Ilustrada	2	Entre as publicações que a Revista Ilustrada recebeu está o *Novo silabário* de Pardal e Vasconcelos. A revista alega ser excesso de modéstia ter produzido o trabalho em coautoria a fim de não receber os aplausos sozinho.
364	28/01/1877	O apostolo	3	Nota do periódico informando que recebeu um exemplar do *Novo Silabário* de Pardal e Vasconcelos.
365	2/02/1877	O apostolo	4	Propaganda de venda do *Novo Silabário* de Pardal e Vasconcelos.
366	3/02/1877	O Globo		Nota sobre o *Novo Silabário* de Pardal e Vasconcelos e Pardal no Júri da Corte.
367	6/02/1877	Diário do Rio de Janeiro	6	Pardal na lista de qualificação dos votantes.
368	7/02/1877	O apostolo	4	Propaganda de venda do *Novo Silabário* de Pardal e Vasconcelos.
369	9/02/1877	O apostolo	4	Propaganda de venda do *Novo Silabário* de Pardal e Vasconcelos.
370	11/02/1877	O apostolo	4	Propaganda de venda do *Novo Silabário* de Pardal e Vasconcelos.

371	21/02/1877	Diário do Rio de Janeiro	6	Pardal na lista de qualificação dos votantes.
372	24/02/1877	O Fígaro: Folha ilustrada	486	Texto fictício em que se compara a postura do personagem presidente com a do Pardal quando rege escola de gramática.
373	3/03/1877	O Globo	2	Filho de Pardal visitou a Sua Alteza no Palácio Isabel.
374	8/03/1877	Diário do Rio de Janeiro	6	Pardal na lista de qualificação dos votantes.
375	27/03/1877	O Globo	2	Pardal responde a uma critica feita no jornal dizendo que o relógio da escola São José está parado porque está em conserto.
376	6/05/1877	O apos-tolo	4	Propaganda de venda do *Novo Silabário* de Pardal e Vascon-celos.
377	9/05/1877	O apos-tolo	4	Propaganda de venda do *Novo Silabário* de Pardal e Vascon-celos.
378	13/06/1877	Diário do Rio de Janeiro	3	Pardal faz parte da diretoria eleita do Recreio Dramático Riachuelense como secretário. A nota resume os fins desta sociedade.
379	13/06/1877	O Globo	2	Pardal faz parte da diretoria eleita do Recreio Dramático Riachuelense como 2° secretário.
380	18/08/1877	O Fígaro: Folha ilustrada	683	Nesta página, o periódico refere-se três vezes satiricamente a Pardal, onde o que se está em questão é a gramática e ortografia.
381	13/10/1877	O Fígaro: Folha ilustrada	747	Outra referência a Pardal onde se levanta satiricamente a questão da gramática.
382	3/12/1877	Diário do Rio de Janeiro	3	Nota assinada por Pardal sobre a exibição pública das provas dos alunos, distribuição de prêmios e encerramento dos traba-lhos nas escolas municipais.
383	18/02/1878	O Cru-zeiro	1	Distribuição de roupas a 300 alunos das escolas municipais dirigidas por Pardal.
384	28/03/1878	Gazeta de Notícias	1	Polêmica sobre Escola Mista Imperial (tem relação com artigo do Jornal do Comercio de 26 e 27). O sr. Vicente de Souza pede que se quiserem desmenti-lo que apelem para certas pessoas, nas quais se inclui Pardal.
385	3/06/1878	O Cru-zeiro	1	Na sessão de atos da Câmara Municipal noticia-se que se mandou publicar copias dos pareceres que estão no registro de visitantes das escolas municipais, enviados por Pardal.
386	9/06/1878	Diário do Rio de Janeiro	2	Nota de José Bento da Cunha Figueiredo, que visitou a escola municipal São José, citando um trecho do livro de visitas e elogiando o trabalho dos professores e de Pardal.

387	9/06/1878	O Monitor (BA)	2	Notícia sobre uma comissão para promover donativos para organização da Escola Normal ou uma escola primária de 2° grau. Na comissão está Pardal e outros como Bezerra de Menezes.
388	11/06/1878	Correio Paulistano	2	A Gramática de Ortiz e Pardal é usada no Colégio de Nossa senhora Mãe dos Homens e no Externato dos Aprendizes de São João de Ypanema. O anúncio foi colocado a pedido da Fábrica de Ferro Ypanema.
389	13/06/1878	O Cruzeiro	1	No 3° aniversario da Sociedade Recreio Dramático Riachuelense houve eleição e Pardal tornou-se vice-presidente.
390	10/08/1878	O Cruzeiro	1	Filho de Pardal, Pardal Junior, também é eleitor em Santana do Macacu.
391	14/08/1878	O Cruzeiro	1	Filho de Pardal, Pardal Junior, faz parte do grupo conservador eleitor em Santana do Macacu.
392	15/08/1878	Diário do Rio de Janeiro	2	Deferido requerimento de pardal. Comunicado ao inspetor de obras públicas.
393	31/08/1878	O Cruzeiro	2	Notícia sobre assembleia em que Pardal foi eleito 2° secretário da Imperial Companhia de Seguro Mutuo Contra Fogo.
394	1/09/1878	O Cruzeiro	2	Deferido pedido de concessão de "Penna d'água" feito por Pardal.
395	15/11/1878	O Cruzeiro	2	Oficio de Ferreira Viana, inspetor das escolas municipais, pedindo exoneração e criticando exoneração de Pardal e a supressão da diretoria das escolas municipais.
396	16/11/1878	A Reforma – Órgão Democrático	1	Crônica política falando sobre a exoneração de Pardal do cargo de diretor das escolas pelo fato da Câmara querer "sangue novo".
397	2/12/1878	O Cruzeiro	2	Artigo sobre o Colégio de Geslin que tem 41 anos. Faz muitos elogios incluindo o exame de língua, cujo ensino é confiado a Pardal.
398	10/12/1878	O Cruzeiro	3	Artigo assinado por J.J. Teixeira sobre o Colégio de Geslin, elogiando os trabalhos e o ensino de língua pelo professor Pardal.
399	1878	Almanak Popular do Rio de Janeiro	77	Pardal diretor das escolas municipais.
400	1878	Indicador Comercial do Almanak Popular	61	Pardal na relação nominal de "Casa comerciais, advogados, médicos e mais habitantes d'esta Corte" (rua D. Anna Nery, 180).

401	1878	Boletim do Grande Oriente do Brasil	515	Filho de Pardal membro do Grande Oriente do Brasil (consta neste Boletim até o ano de 1894)
402	6/01/1879	O repórter	1	Pardal no Júri da Corte pela freguesia do Engenho Novo.
403	12/01/1879	O repórter	1	A gramática de Ortiz e Pardal foi adotada no curso noturno da Rua da Harmonia.
404	9/02/1879	O repórter	1	Pardal foi reintegrado ao cargo de diretor das escolas municipais.
405	16/02/1879	O repórter	2	Pardal que havia sido reintegrado em 8/02, pede exoneração do cargo de diretor das escolas municipais.
406	22/03/1879	O Espírito-santense: jornal político, científico, literário e noticioso (ES)	4	Artigo de B.C. Damon sobre os exames gerais, destacando o fato de poucos se dedicarem a instrução publica, citando como exemplos alguns sujeitos, entre eles Pardal.
407	3/04/1879	O repórter	2	Pardal no Júri da Corte.
408	10/05/1879	Revista Ilustrada	2	Texto diz que Victor Meireles é o Pardal da Pintura.
409	15/05/1879	Revista Ilustrada	7	Texto jocoso acerca do imposto sobre solteiros, em que um dos personagens, ao fazer uma correção com tom gramatical, é acusado de ter sido aluno de Pardal.
410	13/06/1879	O repórter	2	Eleição da Sociedade Particular Recreio Dramático Riachuelense para o período de 1879-1880. Pardal está no conselho.
411	19/07/1879	Revista Ilustrada	5	Ironizando e questionando uma palavra que apareceu em outro jornal da época, o texto joga a dúvida para o professor Pardal.
412	30/1/1879	O Monitor (BA)	1	Artigo sobre a *Carta de ABC* do Sr. Nazareth que, segundo o artigo, conhece a obra de Pardal.
413	21/01/1880	Gazeta da noite	2	Esposa de Pardal, Elisa, elogiada na sua representação em uma peça encenada na Sociedade Dramática Recreio Riachuelo.
414	22/01/1880	Gazeta da noite	2	Explicação da personagem Cecília interpretada pela Esposa de Pardal, Elisa, em uma peça encenada na Sociedade Dramática Recreio Riachuelo.
415	8/02/1881	Gazetinha	1	Esposa de Pardal, Elisa, se destaca, entre outros amadores, em peça encenada na Sociedade Dramática Recreio Riachuelense.
416	25/03/1881	Jornal da Tarde (SP)	2	Filho de Pardal, Pardal Junior, é proprietário do periódico *Friburguense*, órgão destinado aos interesses da lavoura e do comércio.

417	13/04/1882	O Leopoldinense - Folha comercial, agrícola e noticiosa (MG)	4	Propaganda de venda de livros, entre eles a Gramática de Ortiz e Pardal.
418	16/04/1882	O Leopoldinense - Folha comercial, agrícola e noticiosa (MG)	4	Propaganda de venda de livros, entre eles a Gramática de Ortiz e Pardal.
419	5/03/1882	A Província de Matto-Grosso	4	Gramática de Pardal e Ortiz consta no catálogo de livraria.
420	20/09/1882	Gazeta da Tarde	1	Pardal, em comissão, agradece José do Patrocínio pelo apoio dado a causa de impedir a supressão dos trens do subúrbio.
421	21/05/1883	A Folha Nova	1	Presença de Pardal na Festa da Santíssima Trindade no Imperial Hospital dos Lázaros
422	28/05/1883	Gazeta da Tarde	3	Eleição da diretoria da Associação Libertadora Visconde do Rio Branco. Pardal é eleito presidente.
423	7/06/1883	Gazeta da Tarde	2	Posse da diretoria da Associação Libertadora Visconde do Rio Branco. Pardal antes de aceitar a presidência fez considerações sobre o título e os fins da associação e propôs a mudança do nome para Sociedade abolicionista Visconde do Rio Branco.
424	2/08/1883	A Folha Nova	2	A Excma. Sra. Elisa Pardal recitou a poesia "Caridade" na Cerimônia de posse da nova administração e inauguração de retrato do primeiro provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária.
425	19/12/1883	O mercantil (Petrópolis)	4	Pardal encontra-se na lista de viajantes que chegaram à cidade. Está entre os hospedes do Hotel de Bragança.
426	17/01/1884	Brazil – Órgão do Partido Conservador	3	Comendador Pardal no cargo de Juiz de Paz do 1° distrito do Engenho Novo.

427	7/02/1884	Brazil – Órgão do Partido Conserva-dor	1	Comendador Pardal assume cargo de Juiz de paz do 2° Distrito do Engenho Novo, dando audiência na sua residência todas as quintas as 5 horas da tarde.
428	7/04/1884	A Folha Nova	1	A Excma. Sra. Elisa Pardal estava entre os amadores que tomaram parte no drama em três atos "Tempestades do coração" no Recreio Dramático Riachuelo no dia 5/4/1884
429	8/04/1884	Brazil – Órgão do Partido Conserva-dor	1	Elisa Pardal participa da recita no Recreio Riachuelo, juntamente a outras senhoras, a quem coube a gloria da noite.
430	3/05/1884	Correio Oficial de Goyaz	3	A gramática de Pardal e Ortiz consta no programa da Escola Normal de Goiás.
431	7/08/1884	Gazeta da Tarde	3	Apuração da eleição senatorial. Pardal aparece com um voto na freguesia de Santa Rita.
432	17/08/1884	Brazil – Órgão do Partido Conserva-dor	2	Pardal listado como mesário das eleições.
433	17/08/1884	A Folha Nova	1	Pardal como mesário do 2° distrito da mesa eleitoral do Engenho Novo, na Escola Pública da Rua Vinte e Quatro de Maio, n° 85.
434	8/11/1884	Brazil – Órgão do Partido Conserva-dor	2	Pardal listado como um dos jurados convocados do Engenho Novo.
435	12/11/1884	Brazil – Órgão do Partido Conserva-dor	1-2	Pardal participa, com emissão de opinião, de reunião do Partido conservador para indicar candidato para próximas eleições.
436	3/12/1884	Brazil – Órgão do Partido Conserva-dor	2	Pardal sorteado para a 12ª sessão do Juri.

437	2/03/1885	A Folha Nova	1	Houve uma mobilização e reunião de várias associações e Pardal faz parte da comissão para agenciar donativos na região de São Francisco Xavier para as vitimas do terremoto na Espanha. Essa preocupação com o terremoto começa na folha de 10/2/1885, aparece um empresário membro do Recreio Dramático organizando uma recita para arrecadação (também aparece nas folhas de 17/2, 14/03, 15/03, 20/03, 27/03, 25/5).
438	3/03/1885	O Paiz	1	Reunião entre "comissão central" e presidentes de associações para organizar um "Bando Precatório". Pardal está na comissão parcial de São Francisco Xavier.
439	14/07/1885	Diário de Notícias		Pardal faz parte de Comissão no Engenho Novo para arrecadar donativos para a Câmara Municipal realizar festejo em 7 de setembro.
440	29/08/1885	Diário de Notícias	1	Pardal é eleito presidente da Sociedade Teatral Riachuelense.
441	29/08/1885	O Paiz	2	Pardal é eleito presidente da Sociedade Teatral Riachuelense.
442	2/09/1885	O Paiz	1	Pardal aparece listado como vereador.
443	10/01/1886	Diário de Notícias	1	Pardal aparece na lista de aniversariantes do dia.
444	15/01/1886	Diário de Notícias	1	Na organização das mesas eleitorais, Pardal aparece como mesário do 2° distrito do Engenho Novo.
445	15/01/1886	O Paiz	2	Pardal aparece como mesário do 2° distrito do Engenho Novo.
446	8/10/1886	Diário de Notícias	1	Aniversário do filho de Pardal, Capitão C. M. de Faria Pardal Junior.
447	20/11/1886	O Espírito--santense: jornal político, científico, literário e noticioso (ES)	3	Artigo de Rodrigues Junior sobre os exames gerais, criticando um professor, em que se diz que para ensinar é preciso mais do que conhecer Coruja e Pardal.
448	9/12/1886	Diário de Notícias	1	Filho de Pardal (C.M. de F. Pardal Junior) é nomeado 1° suplente do subdelegado de polícia de Nova Friburgo.
449	10/01/1887	Diário de Notícias	1	Pardal aparece na lista de aniversariantes do dia.
450	26/01/1887	O apostolo	4	Propaganda da Livraria Clássica vendendo a 5ª edição da Gramática de Ortiz e Pardal.
451	10/01/1888	O Paiz	1	Nota de aniversário de 70 anos de Pardal.

452	4/06/1888	Gazeta da tarde	3	Em nota, Pardal avisa aos amigos que se mudou provisoriamente para Rua Silva Manoel, 51.
453	16/06/1888	Diário de Notícias	2	Nota de falecimento de Pardal.
454	16/06/1888	Gazeta de Notícias	1/5	Nota de falecimento de Pardal.
455	16/06/1888	O Paiz	2	Nota de falecimento de Pardal
456	16/06/1888	O Paiz	4	Nota sobre funeral.
457	17/06/1888	Diário de Notícias	1	Em sinal de pesar pelo falecimento de Pardal, foram suspensas as aulas no Imperial Colégio de Pedro II.
458	21/06/1888	O Paiz		Nota sobre sepultamento e causa da morte de várias pessoas, entre elas Pardal.
459	21/06/1888	Gazeta da tarde	2	Nota sobre a concorrida missa de sétimo dia do "antigo e acreditado professor" Comendador C. M. de F. Pardal, com presença de professores e alunos.
460	10/07/1888	Diário de Belem	2	Nota de falecimento de várias pessoas, entre elas Pardal.
461	13/07/1888	Gazeta da tarde	1	Nota sobre a coroa que a comissão executiva permanente do professorado público encomendou e que está em exposição na Casa de Notre Dame. A comissão mandará celebra missa de trigésimo dia.
462	14/07/1888	Diário de Notícias	1	Missa na Igreja Matriz do Curato de Santa Cruz para Pardal. Comissão do professorado público mandou fazer uma grinalda para colocar no tumulo de Pardal que está exposta na casa Notre Dame de Paris (na rua do Ouvidor).
463	16/07/1888	Gazeta da tarde	1	Nossa sobre missa realizada a pedido da comissão executiva do professorado público.
464	16/07/1888	Diário de Notícias	1	Missa na Igreja São Francisco de Paula para Pardal.
465	17/07/1888	Diário de Notícias	1	Notícia da missa realizada no dia anterior para Pardal, com presença das alunas de Adelina Doyle e Silva, de muitos professores e "pessoas distintas".
466	27/07/1888	O Paiz	4	Mudança de residência da viúva.
467	14/01/1889	Diário de Minas	1	Apresenta lista das pessoas que receberam condecoração, entre elas Candido Matheus de Faria Pardal com o oficialato da Ordem da Rosa.

468	23/01/1889	O Espírito--santense: jornal político, científico, literário e noticioso (ES)	3	Apresenta lista das pessoas que receberam condecoração, entre elas Candido Matheus de Faria Pardal com o oficialato da Ordem da Rosa.
469	6/02/1889	Diário de Belem	3	Apresenta lista das pessoas que receberam condecoração, entre elas Candido Matheus de Faria Pardal com o oficialato da Ordem da Rosa.
470	9/01/1889	Cidade do Rio	1	Missa para Pardal.
471	10/01/1889	Diário de Notícias	2	Missa na Igreja São Francisco de Paula para Pardal
472	13/01/1889	Diário de Notícias	1	Candido Matheus de Faria Pardal (Junior?) é agraciado com o oficialato da Ordem da Rosa.
473	19/01/1889	Diário do Comercio	1	Jornal corrige informação errada. Diz que o cidadão agraciado com o oficialato da Ordem da Rosa é Candido Matheus da Silva Pardal e não Candido Matheus de Faria Pardal como foi anunciado.
474	19/01/1889	Tribuna Liberal	4	Gramática de Ortiz e Pardal à venda na Livraria Clássica.
475	14/06/1889	Cidade do Rio	1	Missa para Pardal.
476	14/06/1889	O Paiz	5	Missa de um ano de falecimento.
477	15/06/1889	Diário de Notícias	2	Missa para Pardal.
478	8/10/1891	Diário de Notícias	2	Aniversário de Candido Matheus de Faria Pardal, "um dos bravos da campanha do Paraguai".
479	10/01/1893	Diário de Notícias	2	Missa na Igreja de São Francisco de Paula para Pardal.
480	15/06/1893	Diário de Notícias	1	Missa na Igreja Matriz de Sacramento para Pardal.
481	26/11/1896	Diário oficial	4991	Testamento - afilhados

Apêndice 10

Notas de jornais referentes aos professores que atuaram nas escolas públicas no mesmo período de Pardal (1837-1874)

Nomea-ção	**Nome**	**Notas de jornais**
1824	Simão Bernardino Costa Passos	Era professor substituto da cadeira de São José para a qual foi indicado pelo professor regente (Diário do Rio de Janeiro, 22/06/1824); o Correio Oficial registra Simão como professor do Engenho Velho (Correio Oficial, 31/03/1835); Juiz de direito do Engenho Velho (Correio Mercantil, 15/05/1848); seu afilhado e futuro professor público Marcos Bernardino da Costa Passos publica nota de missa fúnebre de Simão em 1849 (Correio Mercantil, 7/03/1849).
1832? (ou antes)	João José Pereira Sarmento	Nome mencionado em queixa do fiscal da freguesia sobre o professor (Diário do Rio de Janeiro, 14/06/1832); membro do júri da Corte (Diário do Rio de Janeiro, 18/01/1834); morreu em 1852 (Diário do Rio de Janeiro, 21/05/1852); pedido da viúva Mathildes Joaquina da Conceição Sarmento das quantias devidas ao professor (Diário do Rio de Janeiro, 17/08/1852).
1833? (ou antes)	Padre Francisco José Alves da Silva	Decreto decide "desonerar" do cargo de professor por não poder conciliar com o de vigário (Correio Oficial, 3/10/1833); decreto que concede demissão do cargo de professor (Correio Oficial, 27/01/1837); Vigário da freguesia de Paquetá e cavaleiro da Ordem de Cristo (Diário do Rio de Janeiro, 1/04/1845); eleitor da freguesia de Paquetá (Correio Mercantil, 23/12/1848).
1823	Luis Antonio da Silva Barata	Membro de comissão da Sociedade de Instrução Elementar (Correio Oficial, 1833); o "público mestre de primeiras letras" explica gratuitamente os "Elementos de Euclides" e convida os pais a assistirem (Diário do Rio de Janeiro, 10/05/1834); membro do júri da Corte (Diário do Rio de Janeiro, 6/04/1836); falecido segundo Correio Oficial de 15/02/1837.

1834 1837 (relató- rio da IGPSC)	Francisco Joaquim Nogueira Neves	Professor da Escola do Ensino Mútuo criada por decreto de 13 de abril de 1823 (Almanach do Rio de Janeiro, 1824); membro da comissão encarregada de organizar um projeto de regulamento para as escolas de primeiras letras (Decreto de 19/11/1829); prestou juramento o professor da Escola Nacional de Ensino Mútuo da Freguesia de Sacramento, em 5/12/1834 (Correio Oficial, 18/12/1834); assina nota que alerta sobre a proibição de restringir matricula por freguesia (Correio Oficial, 1835); reforma e concerto de mobília da Escola Normal de Ensino Mútuo da freguesia de Sacramento (Correio Oficial, 14/04/1835); Contribuía para o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado (Correio Oficial, 11/01/1836); professor da Aula Pública de Ensino Mútuo (18/02/1837); mudança de escola para Glória (Correio Oficial, 14/06/1837); agradecimento ao médico que curou doença do filho (Diário do Rio de Janeiro, 4/07/1843); membro de banca examinadora dos candidatos a substitutos (Diário do Rio de Janeiro, 19/06/1849); membro do júri da Corte (Diário do Rio de Janeiro, 12/07/1855); consta na lista de subscrição de Pardal para estátua equestre (Diário do Rio de Janeiro, 22/12/1855); foi padrinho de um "chim" convertido (Diário do Rio de Janeiro, 11/05/1856); aparece na lista de qualificação de votantes de 1876, aos 86 anos, aposentado, elegível (Diário do Rio de Janeiro, 17/07/1876); faleceu em 5 de abril de 1878 aos 88 anos de catarro pulmonar (8/04/1878).
1818 1837	Venancio José da Costa	Professor pelo método de ensino mútuo – Correio Oficial (1835); lista de votantes de Paquetá (Gazeta Oficial do Império do Brasil, 25/01/1847); problema com comprovação de casamento (Correio Mercantil, 29/11/1848); jubilado em 05/12/1856.
1833	Luis José de Mello	Membro do júri da corte (Correio Mercantil, 7/11/1848); morte em 1855 aos 46 anos de febre perniciosa (Correio Mercantil, 9/02/1855); missa fúnebre de 30° dia feita a pedido dos professores (Correio Mercantil, 23/02/1855).

1835?	Felizardo Joaquim da Silva Moraes	Administrador da Tipografia de Silva Porto (Almanach do Rio de Janeiro, 1824); membro do júri da Corte (Diário do Rio de Janeiro, 18/03/1830); Contribuía para o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado (Diário do Rio de Janeiro, 22/09/1835); designado para ensinar órfãos do ex-seminário São Joaquim e avaliar se poderiam ser admitidos no Colégio de Pedro II (Correio Oficial, 19/06/1838); nomeado examinador de francês e de latim (Diário do Rio de Janeiro, 31/12/1849); responsável pela "herança" do falecido professor Antonio Barker (Diário do Rio de Janeiro, 2/10/1852); professor de meninos, de latim e francês (AL, 1854); morte aos 69 anos por hidropisia (Correio Mercantil, 8/04/1854); arremate de escravos do falecido (Correio Mercantil, 20/05/1854).
1837	José Maria Mafra	Professor de ensino mútuo da Vila de Paraty (Correio Oficial, 12/06/1835); pedido de transferência para freguesia da Glória ou de São José (Correio Oficial, 7/03/1837); decreto de remoção para São José (Correio Oficial, 25/04/1837); assina junto com Pardal e outros a carta do diretor das escolas parabenizando a maioridade de Pedro II (Correio Oficial 24/10/1840); subscrição de lista para festa de coroação de Pedro II (Diário do Rio de Janeiro, 17/07/1841); sócio da companhia Paquetense (Diário do Rio de Janeiro, 22/08/1844); carta fúnebre para Zeferino da Silva Nazareth (Correio Mercantil, 24/05/1849); morte da mãe (Diário do Rio de Janeiro, 27/03/1850); José Maria Mafra Junior será nomeado adjunto em 1863 (Relatório da IGIPSC de 1863).

1837	Joaquim Sabino Pinto Ribeiro	Professor da Escola Normal de Ensino Mútuo de Sacramento (Correio Oficial, 16/10/1837); abaixo-assinado em favor da concessão de ponte a empresário de barcas (Correio Mercantil, 18/07/1852); conta na lista de "Instituidores de Montepio Geral (AL, 1852); publica nota de convite para missa do falecido professor público Luis José de Mello (Correio Mercantil, 23/02/1855); organização de subscrição de lista para atos religiosos pela morte de Luis José de Mello (Correio Mercantil, 15/03/1855); Joaquim agradece Pardal e Moreira pela indulgência que tiveram com seus discípulos candidatos a adjuntos (Correio Mercantil, 26/10/1855); nota de jornal elogiando o trabalho do professor Joaquim e informando que aprendeu o ofício em Itaguaí (Correio Mercantil, 16/11/1855); nota em que agradece os elogios e menciona os professores da Gloria e Paquetá (Correio Mercantil, 18/11/1855); agradece a indicação para juiz de paz, mas por achar ser "voto perdido" indica outros três nomes para o cargo (Correio Mercantil, 27/06/1856); nota pedindo voto para o cargo de eleitor (Correio Mercantil, 29/10/1856); mencionado em texto sobre Colégio de meninas Nossa Senhora da Piedade e publicado seu discurso (Correio Mercantil, 28/12/1856); mencionado em texto sobre Colégio de meninas Santa Rita, onde leciona, e publicado seu discurso (Correio Mercantil, 5/01/1857); em conferência coloca proposta de que os professores sejam exonerados de pagarem parte do aluguel da escola (Correio Mercantil, 4/02/1857); discurso de encerramento das aulas na escola pública de Inhaúma (Correio Mercantil, 18/01/1858); membro adjunto da comissão econômica e da comissão de estudos de teoria do ensino da Academia pedagógica junto com Pardal (Correio da Tarde, 26/07/1860); eleitor de São Cristóvão (Correio Mercantil, 29/12/1860); candidato a eleitor pela chapa governista (Diário do Rio de Janeiro, 5/01/1861); relator da carta de felicitação a Antônio Felix Martins pela nomeação ao cargo de inspetor interino (Correio Mercantil, 16/05/1861); autor do livro A voz da amizade (Correio Mercantil, 31/01/1862); nomeado professor do Instituto Niteroiense (AL, 1863); professor do Colégio da Imperial Irmandade do Espírito Santo da Lapa (AL, 1866); autorização para dirigir escola primária por decreto de 17/03/1865 (Relatório da IGIPSC de 1864); diretor da Escola da Imperial Quinta da Boa vista e mordomo da casa imperial (Relatório da IGIPSC de 1871); cumprimentou as majestades imperiais (Diário de Notícias, 11/01/1871); diretor da Casa de correção da Corte (Gazeta de Notícias, 14/09/1881); alunos fazem homenagem ao professor que se aposentou da escola da Quinta da Boa Vista (Gazeta de Notícias, 3/10/1882); morte em 1/04/1884 (Gazeta de Notícias 2/04/1884).

1837	Francisco Antonio Augusto de Sá	Consta na lista de "Instituidores" de Montepio Geral (AL, 1852); membro do júri da corte (Gazeta Oficial do Império do Brasil, 19/09/1846); morte e missa da esposa (Correio Mercantil, 25/09/1857; 19/10/1857; 18/10/1858; 19/09/1859; 19/09/1861); subscrição de lista organizada por Pardal em prol da estatua equestre de Pedro I (Diário do Rio de Janeiro, 22/12/1855); membro de comissão examinadora de concurso público junto com Pardal (Relatório da IGIPSC de 1858); mesário da Irmandade Santo Antônio dos Pobres e Nossa Senhora dos Prazeres (AL, 1861); assina carta de felicitação a Antônio Felix Martins pela nomeação ao cargo de inspetor interino (Correio Mercantil, 16/05/1861); Vice-presidente da Academia Pedagógica (AL, 1862); lista de assinantes "protetores desta empresa" (AL, 1863); doação de 5% do ordenado para o governo (Correio Mercantil, 26/03/1863); morre em 1866 aos 56 anos de ascite (Correio Mercantil, 30/11/1866).
1837	Candido Matheus de Faria Pardal	Ver apêndice 9
1837	Bernardino Jose de Sena	Fazendeiro de café e comerciante de secos e molhados em Campo Grande (AL, 1859); arremate de escravos do finado (Correio Mercantil, 16/06/1862).

1848	Joaquim José Cardoso de Siqueira Amazonas	Professor de francês (Pharol do Império, 6/05/1837); membro de banca de concurso público (Correio Mercantil, 9/04/1856); foi examinador junto com Joaquim Sabino das alunas do Colégio Santa Rita (Correio Mercantil, 5/01/1857); depoimento da eficiência das chapas medicinais do médico Ricardo Kirk (Diário do Rio de Janeiro, 19/03/1857); em uma lista para concorrer ao cargo de juiz de paz foi apresentado como médico e professor público (Correio Mercantil, 9/05/1858); suplente de eleitor (Correio Mercantil, 28/12/1859); eleitor da freguesia de São Cristóvão (Diário do Rio de Janeiro, 10/08/1860); candidato da "verdadeira e única" chapa liberal de São Cristóvão a juiz paz (Correio da Tarde, 3/09/1860); comissão para avaliar compêndios (Relatório da IGIPSC de 1860); membro da comissão de estudos de prática de ensino da Academia Pedagógica (Correio Mercantil, 26/07/1860); anúncio de onde atenderá na função de juiz de paz, mesmo endereço da escola (Diário do Rio de Janeiro, 25/01/1861); juiz de paz da freguesia de São Cristóvão no período de 1861 a 1864 (AL, 1861); examinador junto com Pardal de concurso público (Relatório da IGIPSC de 1862); depoimento da eficiência das chapas medicinais do médico Ricardo Kirk (Correio Mercantil, 21/10/1865); suplente de eleitor (Diário do Rio de Janeiro, 27/01/1865); falecido em 26/04/1866 aos 50 anos de congestão pulmonar (Correio Mercantil, 29/04/1866); missa fúnebre (Correio Mercantil, 31/03/1866).
1849	Francisco Alves da Silva Castilho	Lista de assinante do Almanak Laemmert (AL, 1851); o AL de 1858 registra que o professor está de licença na Corte para pôr em prática um método de sua invenção; membro da comissão de estudos de teoria do ensino da Academia Pedagógica (Correio Mercantil, 26/07/1860); membro da Sociedade Beneficente e Propagadora dos direitos dos cidadãos da freguesia de Campo Grande (Correio da Tarde, 28/01/1860); eleitor de Campo Grande (Diário do Rio de Janeiro, 12/01/1861); publica nota agradecendo as pessoas que se empenharam na sua candidatura a eleitor (Correio Mercantil, 27/01/1861); assina lista chamada de "subscrição nacional" (Correio Mercantil, 12/02/1863); método de leitura "Escola brasileira" para meninos e adultos (Diário do Rio de Janeiro, 23/01/1864); discurso na inauguração da Sociedade – Instituto Filarmônico (O Apóstolo, 27/02/1870); Redator da Revista A escola (1877 e 1878); membro da comissão de recenseamento da freguesia de Campo Grande (Diário de Notícias, 12/06/1872); membro da Associação de benefícios mútuo para criação de capitais e renda (Diário do Rio de Janeiro, 14/08/1873); membro do júri da Corte (Diário do Rio de Janeiro, 5/02/1875); cumprimentou o imperador no Paço (Diário do Rio de Janeiro, 14/02/1876); subscreveu lista em razão da seca no nordeste (O Apóstolo, 5/09/1877); artigo sobre a imprensa e a escola na Revista *A escola* de 1877.

1849	João José Moreira	Tem vários homônimos, por isso a pesquisa foi restrita. Professor de primeiras letras da aula de meninos da Imperial Sociedade Amante da Instrução (AL, 1844); em 1849 constava na lista de professores línguas portuguesa, francesa, aritmética e geometria do Almanak Laemmert; primeiro secretário da Academia Pedagógica (Correio Mercantil, 26/07/1860); parecerista que junto com Pardal reprovou uma gramática que causou polêmica nos jornais (Diário do Rio de Janeiro, 11/10/1862); um dos signatários com Pardal do Manifesto dos professores públicos da Corte de 1871; membro do Instituto dos professores públicos junto com Pardal e outros (A Instrução Pública, 28/07/1872); falecido em 16/08/1873; artigo fúnebre na folha *A Instrução Pública* escrito pelo professor Costa e Cunha (1/09/1873).
1849	João Rodrigues da Fonseca Jordão	Subscrição de lista para missa de professora pública falecida (Diário do Rio de Janeiro, 25/01/1855); membro de comissão julgadora de concurso público junto com Pardal (Relatório da IGIPSC de 1859); suplente da comissão econômica da Sociedade Propagadora das Belas Artes (AL, 1858); comissão de avaliação de compêndios (Relatório da IGIPSC de 1860); membro da comissão de estudos de prática de ensino da Academia Pedagógica (Correio Mercantil, 26/07/1860); consta na lista daqueles que cumprimentaram as majestades imperiais (Correio Mercantil, 2/06/1862); professor da escola noturna da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (O auxiliador da indústria Nacional, 1869); membro do júri da corte (Diário do Rio de Janeiro, 27/06/1871); obteve licença para ensinar latim (Diário do Rio de Janeiro, 21/06/1871); nomeado para comissão encarregada de inspecionar escolas, juntamente com Philippe Correa e José Manoel Garcia (A Reforma, 31/10/1872); publicação de parecer sobre guia para instrução de surdos (A Instrução Pública, 24/05/1874); seu filho Polydoro é admitido no Colégio de D. Pedro II (A Nação, 7/02/1876); sepultamento, ele era filho do general Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão, Visconde de Santa Teresa (Gazeta de Notícias, 6/07/1883).
1850	Antonio Gonçalves Teixeira e Souza	Membro da comissão de poesia da Sociedade de Literatura Brasileira (AL, 1844); presidente do Ginnasyo Brasileiro (AL, 1852); aparece como professor público no AL até 1855; anúncio da publicação do romance de autoria de Antonio no jornal A Marmota (Correio da Tarde, 2/09/1857).
1852	Ermelindo José Exposto	Nomeado professor substituto (Correio Mercantil, 6/07/1849); fez concurso e substituiu a cadeira vaga por morte do professor Sarmento; consta na lista de professores de francês, latim, aritmética do AL de 1852; morre aos 31 anos de hepatite, era baiano e casado (Diário do Rio de Janeiro, 17/01/1855).

1855	Joaquim Fernandes da Silva	Muitos homônimos ou homônimos incompletos. Era bacharel. Membro de comissão examinadora de habilitação junto com Pardal (Relatório da IGIPSC de 1858); comissão de avaliação de compêndios (Relatório da IGIPSC de 1860); membro do Conselho Diretor da Instrução (AL, 1861); diretor do Colégio Santa Cruz (AL, 1861); procurador da Academia Pedagógica e membro da comissão de estudos de prática de ensino da Academia Pedagógica (Correio Mercantil, 26/07/1860); em aviso de 1/04/1867 o governo autorizou o professor a abrir uma aula de música vocal para seus alunos às suas custas (Relatório da IGIPSC).
1855	Luiz Thomaz de Oliveira	Prestou exame de habilitação para lecionar matemática (Correio Mercantil, 12/05/1856); candidato a eleitor no Engenho Velho (Correio Mercantil, 25/10/1856); suplente de eleitor (Diário do Rio de Janeiro, 10/11/1856); comissão de avaliação de compêndios (Relatório da IGIPSC de 1860); procurador da Sociedade Campestre da qual Pardal era vice-presidente (Correio Mercantil, 15/04/1860); juntamente com professor Policarpo dias da Cruz anunciam lecionarem matérias para concursos públicos (Correio Mercantil, 6/04/1862); fez parte da comissão que reprovou a gramática de Vergueiro e Pertence (Correio Mercantil, 11/10/1862); recebeu homenagem fúnebre (Correio Mercantil, 9/08/1864).
1855	João Ferreira Moscoso	Abaixo-assinado em favor da concessão de ponte a empresário de barcas (Diário do Rio de Janeiro, 20/07/1852); constava na chapa liberal da freguesia do Espírito Santo (A Reforma, 3/08/1878); eleitor da freguesia do espírito Santo (Diário do Rio de Janeiro, 9/08/1878); membro do júri da Corte (Gazeta de Notícias, 7/04/1880); dirigia Colégio do Senhor de Matosinhos (AL, 1877); candidato monarquista a juiz de paz (Gazeta da Tarde, 3/08/1886); membro da Associação Paroquial da Instrução e Beneficência (Gazeta da Tarde, 6/07/1888).
1855	Polycarpo José Dias da Cruz	Amanuense da Casa de correção (Correio Mercantil, 20/12/1850 e AL de 1851); suplente de fiscal da freguesia de São José (Diário do Rio de Janeiro, 8/03/1855); acusa que sua demissão foi política (Correio Mercantil, 28/03/1858) e publica mais de uma defesa nos jornais; cumprimentou as majestades imperiais (Correio Mercantil, 19/04/1858); passou a lecionar para "aspirantes de empregos públicos" (Correio Mercantil, 28/08/1862); teve sua gramática adotada no lugar da de Vergueiro e Pertence que foi reprovada pela comissão de Pardal (Diário do Rio de Janeiro, 11/10/ 1862).

1856	José Theodoro Burlamaque	Júri da Corte (Correio Mercantil, 17/07/1859); Tesoureiro da Irmandade do SS. Sacramento da Apresentação (AL, 1873); subscreveu lista em prol da viúva de Antonio Ignácio Mesquita (A Instrução Pública, 14/09/1873); definidor da Irmandade Nossa Senhora da Apresentação do SS. Sacramento da freguesia de Irajá (AL, 1876); lista de qualificação de votantes, 44 anos, solteiro (Diário do Rio de Janeiro, 19/02/1877); definidor da Irmandade Nossa Senhora da Apresentação do SS. Sacramento da freguesia de Irajá (Gazeta de Notícias, 23/02/1893).
1856	Marcos Bernardino da Costa Passos	Afilhado do professor Simão Bernardino da Costa Passos (Correio Mercantil, 7/03/1849); professor de dança do Colégio da Estrela (O americano, 12/01/1850); suplente de eleitor (Diário do Rio de Janeiro, 21/01/1850); professor substituto (AL, 1854); subscrição de lista para missa de professora pública falecida (Diário do Rio de Janeiro, 25/01/1855); foi equiparado aos adjuntos de 3° ano e com base no art. 41 do regulamento de 1854 foi provido sem concurso numa cadeira (Relatório da IGIPSC, de 1857); teve nome mencionado em artigo sobre a polêmica demissão do professor Policarpo Dias da Cruz (Correio Mercantil, 5/07/1858); morte do filho o ex-adjunto Alfredo Magno da Costa Passos (Correio Mercantil, 22/01/1861); missa fúnebre de Marcos (Correio Mercantil, 6/09/1865).
1857 1865	Antonio Joaquim de Miranda	Aluno da Academia de Belas Artes (Correio Mercantil. 21/12/1852); Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1855, 1863); morreu aos 25 anos de hepatite (Correio Mercantil, 1/11/1866); arremate de espólio com descrição de casa e lojas a venda no pregão para pagamento de dívida (Correio Mercantil, 29/11/1867).
1857	Joaquim José de Souza Ribeiro	Anuncia mudança de endereço do Colégio Ribeiro (Correio Mercantil, 10/01/1854); anuncia que Colégio aceita pensionistas e externos (Correio Mercantil, 13/01/1856); um escravo o acompanha em viagem de barco para Macaé (Correio Mercantil, 6/08/1857); missa fúnebre da esposa (Correio Mercantil, 1/02/1859); convida para missa fúnebre de Ana Rosa de Souza Ribeiro (O Globo, 24/05/1875); recomenda a Casa de Saúde de Santa Teresa (Diário do Rio de Janeiro, 24/02/1871); lista de qualificação de votantes, 51 anos, viúvo (Diário do Rio de Janeiro, 28/06/1877); membro do júri (Gazeta de Notícias, 10/06/1888).
1858	Antonio Pinto da Costa de Souza Brandão	Inspetor de quarteirão do Engenho Velho (AL, 1852); escrutador da mesa eleitoral de Inhaúma (Correio Mercantil, 19/01/1859); júri da corte (Correio Mercantil, 21/07/1868); falecido em 1868; consta nos Anais da BN de 1881 como autor do livro *Noções preliminares de geografia em forma de diálogo com especial aplicação ao Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Tipografia Parisiense, 2ª edição de 1852.

1858	Antonio Ignácio de Mesquita Júnior	Professor adjunto nomeado em 24/01/1856 (Relatório da IGIPSC de 1856); em 1857 estava em exercício na escola de Santa Rita (Relatório da IGIPSC de 1857); Pardal foi padrinho de casamento de Mesquita (Correio Mercantil, 27/04/1857); apresentação no Teatro São Pedro de Alcântara de sinfonia composta para João Caetano (Diário do Rio de Janeiro, 22/09/1860); devoto da Irmandade do Senhor do Bonfim (Diário do Rio de Janeiro, 27/10/1868); compôs música para funeral do ex-inspetor Eusébio de Queiroz (Correio Mercantil, 9/07/1868); se ofereceu para dar aula de piano gratuitamente para órfãs do Colégio da Imperial Sociedade Amante da Instrução (Diário do Rio de Janeiro, 29/04/1870); professor de piano do Colégio Educação Familiar (Relatório da IGIPSC de 1871); avaliador de compêndio (Relatório da IGIPSC de 1872); jornal *A Instrução Nacional* elogia trabalho de Mesquita nas Conferências (1873); morre aos 40 anos de varíola (Diário do Rio de Janeiro, 22/07/1873); Conselho de instrução concede habilitação para viúva lecionar e dirigir escola (A Nação, 27/08/1873).
1858	José Bernardes Moreira	Está na lista de irmãos e devotos da Irmandade de Nosso Senhor do Bonfim que contribuíram para o translado da imagem do Nosso Senhor do Bonfim para Igreja de Santo Inácio (Correio Mercantil, 11/12/1857); Secretário da Sociedade Brasileira de Beneficência (AL, 1860) e conselheiro (AL, 1862); segundo secretário da Academia Pedagógica (Correio Mercantil, 26/07/1860); lista de qualificação de votante (Correio da Tarde, 11/05/1860); fez parte da comissão que reprovou a gramática de Vergueiro e Pertence (Correio Mercantil, 11/10/1862); sua escrava saltou da janela (Diário do Rio de Janeiro, 28/03/1863); vice-presidente da Imperial Sociedade Auxiliadora artes mecânicas, liberais e beneficente (AL, 1864) e presidente em 1866 (AL, 1866); o professor e seus alunos deram esmolas para o Papa Pio IX (O Apóstolo, 19/09/1869); secretário da administração da caixa do estabelecimento Pio da Imperial Sociedade Auxiliadora artes mecânicas, liberais e beneficente (AL, 1870); irmão de capela da Irmandade do Nosso Senhor Santo Cristo dos Milagres (Diário de Notícias, 21/06/1871) ; Professor do colégio de meninas Nossa Senhora da Piedade (Relatório da IGIPSC de 1871); júri da Corte (Diário do Rio de Janeiro, 13/11/1873); subscreveu lista em prol da viúva de Antonio Ignácio Mesquita (A instrução Pública, 14/09/1873); sócio benemérito do Alpha Literário (O Globo, 29/11/1875); secretário da Irmandade do Divino Espírito Santo da freguesia de Santa Rita (AL, 1885); juiz jubilado da irmandade do Glorioso mártir São Braz (Gazeta de Notícias, 8/02/1881); ganhou menção honrosa da Associação mantenedora do Museu Escolar (Diário de Notícias, 30/07/1888); conselheiro do Grêmio dos professores públicos da Corte (Gazeta de Notícias, 8/08/1882); faleceu em 1897 (Cidade do Rio, 3/11/1897).

1858	João Marciano de Carvalho	Estudou na Escola Normal da Província (Diário do Rio de Janeiro, 9/02/1846); foi aluno da Escola Homeopática do Brasil (Sciencia, 1848); tinha Colégio particular em Niterói (AL, 1850); consta na lista de subscritores para estátua equestre de Pedro I (Correio Mercantil, 9/10/1861); eleitor pela chapa progressista da freguesia de Santa Cruz (Diário do Rio de Janeiro, 12/08/1863); lista de eleitores de Santa Cruz (AL, 1864); suplente de subdelegado de polícia de Santa Cruz (AL, 1867); contribuinte da Associação Brasileira de seguro mútuo sobre a vida (A Nação, 31/05/1873); lista de qualificação de votantes, 60 anos, solteiro (A Reforma, 16/06/1878); morreu aos 92 anos, sem assistência médica, de marasmo senil (O Paiz, 26/04/1894).
1858 1863	João da Matta Araujo	Em comissão com Antônio Cypriano e Fonseca Jordão, elaboram trabalho para melhorar plano e programa do exame dos adjuntos do 3º ano (Relatório da IGIPSC de 1872); membro fundador de uma Escola Normal na Corte (A Nação, 5/03/1874); professor da Escola Normal da Corte (A Instrução Publica, 20/12/1874); no encerramento das aulas na Escola Pública da Glória foi homenageado com uma "rica caneta de ouro" (Gazeta da Tarde, 1/12/1882); júri da corte (Gazeta de Notícias, 5/08/1885); secretario da Associação Baiana de Beneficência (Gazeta de Notícias, 29/06/1888); contribuía para o montepio dos funcionários públicos conforme assinala viúva (O Paiz, 29/09/1896).
1859 1863	Antonio Cypriano de Figueiredo Carvalho	Aluno voluntário matriculado na Escola de Guerra (Diário do Rio de Janeiro, 27/12/1849); Diretor do Colégio Figueiredo que atende gratuitamente meninos desvalidos filhos de membros da Associação Tipográfica Fluminense (Diário do Rio de Janeiro, 8/02/1856); lista de candidatos a eleitor com discurso político (Correio Mercantil, 20/10/1856); júri (Correio Mercantil, 17/04/1858); missa fúnebre do tenente José Feliciano de Figueiredo Carvalho (Diário do Rio de Janeiro, 12/11/1860); em comissão com João da Matta e Fonseca Jordão elaboram trabalho para melhorar plano e programa do exame dos adjuntos do 3º ano (Relatório da IGIPSC de 1872); sócio fundador da Associação propagadora da Instrução de meninos (A Nação, 5/03/1874); diretor dos cursos noturnos da Associação Propagadora da Instrução de Meninos (O Globo, 6/06/1875); alunos e adjuntos vão oferecer um retrato a óleo ao professor Antonio pelo seu aniversário e estaria exposto na Casa Moncada (Diário do Rio de Janeiro, 15/09/1876; lista de qualificação de votantes, 44 anos, casado (Diário do Rio de Janeiro, 26/01/1877); primeiro secretário do Instituto Filológico Brasileiro (Jornal da Tarde, 27/04/1877); reunião para organização de associação filológica (Gazeta de Notícias, 11/04/1877); curso noturno para adultos na freguesia da Glória em 1878; constava na lista de professores que convidavam o magistério para reunião do professorado no Club Mozart (Gazeta da Tarde, 26/04/1884).

1860	Joaquim Antonio da Silva Bastos	Eleitor do Partido Progressista da freguesia de Guaratiba (Diário do Rio de Janeiro, 14/08/1863); membro do júri (Correio Mercantil, 21/07/1868); membro da associação de benefícios mútuo para criação de capitais e renda (Diário do Rio de Janeiro, 14/08/1873); reclama de fraude em eleição (O Cruzeiro, 1878); lista de qualificação, 39 anos, casado (A Reforma, 16/06/1878); pequeno artigo questionando o processo de formação de chapa republicana (Gazeta de Notícias, 6/02/1890); jubilado pela prefeitura em 1897 (Cidade do Rio, 25/11/1897); missa fúnebre (O Paiz, 27/9/1911).
1861	José Joaquim Xavier	Foi professor adjunto (1856-1861, Relatório IGIPSC); procurador da Academia Pedagógica (AL, 1864); suplente no júri da corte (Diário do Rio de Janeiro, 30/05/1871); lista de qualificação de votantes, 37 anos, solteiro, professor (Diário do Rio de Janeiro, 8/02/1877).
1863	Manoel José Pereira Frazão	Aprovado nos exames orais da Escola Central (Correio Mercantil, 6/11/1860); Professor de aritmética e língua nacional no Colégio da Sra. Hoffmann (Correio Mercantil, 22/12/1860); professor de matemática do Colégio de Humanidades (Correio Mercantil, 1862); propaganda do seu livro "Postilas de Aritmética" (Diário do Rio de Janeiro, 1863); Membro da sessão de comércio e meios de transporte da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (AL, 1868); presidente da Sociedade Brasileira Ensaios literários (AL, 1868), a sociedade possuía uma Revista Mensal; prisão de escrava de Manoel Frazão (Correio Mercantil, 23/01/1866); sócio efetivo da SAIN (Correio Mercantil 15/07/1867); publica artigo em defesa do Colégio de Madame Taniere (Diário do Rio de Janeiro, 1870); visitou as majestades imperiais (Diário do Rio de Janeiro, 24/05/1871); sócio fundador da Associação Promotora da Instrução (A Nação, 5/03/1874); membro do Conselho Fiscal da Sociedade de socorros à invalidez (AL, 1878); suplente de eleitor na freguesia da Glória (Correio Mercantil, 24/07/1868); casamento com Rosalina Cardoso da Silva Campos (O Apóstolo, 9/08/1882); ensina matérias do ensino secundário (AL, 1885).

1863	Gustavo José Alberto	Professor de primeiras letras do Arsenal de Guerra da Corte (AL, 1863); donativo para casamento da princesa (Diário do Rio de Janeiro, 18/10/1864); se oferece para dar aula na escola municipal (Diário do Rio de Janeiro, 28/03/1872); nomeado cavaleiro da Ordem da Rosa (Diário do Rio de Janeiro, 25/07/1873); associado da Associação de benefícios mútuos perseverança brasileira (O Globo, 1/01/1875); primeira palestra nas Conferências Populares da Glória (Diário do Rio de Janeiro, 30/10/1875); o governo autoriza o professor da freguesia de Espírito Santo a abrir três outras escolas gratuitas ali sob sua direção (O Globo, 11/09/1875); cumprimentou as majestades e foi aplaudido em Conferências Populares (O Globo, 3/11/1875); muito criticado por sua fala nas Conferências (O Globo, 6/11/1875); pede desculpas pelos erros cometidos nas Conferências e diz que não subirá mais à tribuna (O Globo, 7/11/1875); ameniza crítica à Gustavo (O Globo, 10/11/1875); Diário do Rio de Janeiro, 16/11/1875); aparece na lista de qualificação de votantes, 38 anos, casado (Diário do Rio de Janeiro, 15/07/1876); júri da corte (Diário do Rio de Janeiro, 10/07/1877); vice-presidente do Grêmio dos Professores Públicos Primários da Corte (AL, 1881); governo concede privilégio de 8 anos para banco escolar de sua invenção para sistema misto (Diário do Brasil, 23/04/1882); tesoureiro do Club Mozart (AL, 1884); membro da diretoria da Associação Baiana de Beneficência (Diário do Brasil, 19/06/1883); punido com suspensão por ter "o arrojo de escrever uns artigos relativos às Conferências Pedagógicas" (Diário do Brasil, 1884); abaixo-assinado de muitos professores em defesa de Gustavo (Gazeta de Notícias, 9/11/1884); o professor e seus alunos mandam celebrar missa para recuperação da saúde do Imperador (O Apóstolo, 1/04/1887); aposentando em 1896 (A Notícia, 16 e 17/06/1896).
1865	João Pedro de Medina Coeli Mariz Sarmento	Professor público de primeiras letras em Vassouras, freguesia de Paty do Alferes (AL, 1861); Alferes do exército professor público em Paty de Alferes (AL, 1863); falecido em 17/10/1866.

1865	Olympio Catão Viriato Montez	Foi aluno aprovado em exame da Escola Pública da Lagoa (Correio Mercantil, 28/12/1856); aprovado com distinção em exame da Escola Pública da Lagoa (Correio Mercantil, 29/12/1857); Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1863-1865); cumprimentou o imperador (A Nação, 18/05/1874); lista de qualificação de votantes, 36 anos, casado (Diário do Rio de Janeiro, 3/03/1877); ofereceu seus serviços à Associação Promotora da Instrução (Diário do Rio de Janeiro, 1/01/1874); presidente da mesa paroquial das eleições para vereador (O cruzeiro, 23/02/1878); suplente de juiz de paz (Gazeta de Notícias, 18/02/1878); membro do júri (Gazeta de Notícias, 9/08/1881); morte da esposa (Gazeta de Notícias, 5/10/1884); assinou abaixo-assinado de muitos professores em defesa de Gustavo Alberto (Gazeta de Notícias, 9/11/1884); juiz de paz de Paquetá (AL, 1881); faleceu em 1886 (Gazeta de Notícias, 9/12/1886).
1865	Antonio Candido Rodrigues Carneiro	Professor na freguesia de Marapicu no município de Iguassu (AL, 1854); professor no município de Pirahy (AL, 1856, 1857); professor de piano, canto e vários instrumentos em Barra de São João (AL, 1862); consta, com mulher e filhos, na lista de passageiros de embarcação vinda de Rio de São João com entrada na Corte (Diário do Rio de Janeiro, 1862); a esposa, Teresa Malio Carneiro, dirige Colégio de São João Batista, particular de meninas em Barra de São João (AL, 1863); solicita lugar de guarda nas galerias da Câmara de deputados (Correio Mercantil, 14/01/1864); sócio fundador da Associação Promotora de instrução (A Nação, 5/03/1874); membro fundador de uma Escola Normal na Corte (A Nação, 5/03/1874); ofereceu um retrato do Imperador pintado por Vicente Malio para Escola Normal (Diário do Rio de Janeiro, 2/05/1874); Conselheiro da Imperial Sociedade União Beneficente 29 de julho (Gazeta de Notícias, 1880); abaixo-assinado pela eleição de Leôncio de Carvalho (Gazeta de Notícias, 30/11/1881); júri da corte (Gazeta de Notícias, 4/11/1885); faz uma queixa ao subdelegado da freguesia acerca dos distúrbios causados pelos alunos da Escola Municipal São José (Cidade do Rio, 23/08/1889); jubilado a seu pedido em 1890 (Gazeta de Notícias, 9/10/1890); era sogro do professor Agostinho Soares Brazil que escreve um poema pela morte de Benjamin Constant, cujos sentimentos o sogro compartilha (Gazeta de Notícias, 29/01/1891); lista de aniversariantes (Correio da Manhã, 3/10/1905); morte da esposa em 1917 (Jornal do Brasil, 23/04/1917); faleceu meses depois em 22 de agosto (Jornal do Brasil, 23/08/1917).

1865	José Gonçalves Paim	Aluno da Escola Pública de São Cristóvão aprovado com distinção em 1856 (Correio Mercantil, 30/12/1856); Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1859-1864); Diretor do curso noturno de adultos da Associação Promotora da Instrução e diz que trabalha até mais tarde porque os trabalhadores não conseguem chegar às 19h (Gazeta de Notícias, 14/02/1883); seu filho foi admitido no Colégio de Pedro II (Gazeta de Notícias, 13/02/1884).
1866	João Pedro dos Santos Cruz	Ganhou pequena medalha de ouro em desenho de ornato e figura na Academia de Belas Artes em 1861 (O Correio da Tarde, 20/12/1861); ganhou menção honrosa em desenho de ornato e figura na Academia de Belas Artes em 1863 (Diário do Rio de Janeiro, 10/06/1863); lista de qualificação de votantes, 35 anos, casado (Diário do Rio de Janeiro, 18/01/1877); Júri da Corte (Gazeta de Notícias, 8/11/1883); recebeu dois meses de licença para tratar da saúde (Gazeta de Notícias, 21/06/1883); membro da diretoria da Caixa escolar Beneficente da Lagoa (Gazeta de Notícias, 28/10/1884); aposentando em 1896 (A notícia, 16 e 17/06/1896); morte em 1901 (Gazeta da Tarde, 8/07/1901).

1867	Antonio Estevão da Costa e Cunha	Aspirante a guarda-marinha (AL, 1855); aprovado no primeiro ano de farmácia da Faculdade de medicina (Correio da Tarde, 21/11/1859); aprendiz de 2ª classe da botica do Hospital Geral (AL,1860); inspetor de quarteirão da freguesia de Santana (AL, 1863, 1864); registrou sociedade do comércio de farmácia (Correio Mercantil, 1/04/1864); ajudante do chefe de farmácia do Hospital Geral da Santa Casa de Misericórdia (AL, 1867); possui colégio de meninos (AL, 1872); nomeado cavaleiro da Ordem da Rosa (Diário do Rio de Janeiro, 25/07/1873); redigiu junto com Cony o periódico *A Instrução Nacional* (1873); sócio fundador da Associação Promotora da Instrução (A Nação, 5/03/1874); ofereceu espaço na revista A Instrução Nacional para a Associação Promotora da Instrução (A Nação, 9/02/1874); secretário da Escola Normal (AL, 1874); professor de gramática da Escola industrial de adultos da SAIN (AL, 1875); membro do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro (AL, 1875); comissão para avaliar método Hudson (O Globo, 14/03/1876); pede autorização para fundar uma biblioteca escolar (Gazeta de Notícias, 22/08/1877); punido com perda de vencimento por três devido a não cumprir a determinação de dar aula à tarde (A Reforma, 3/10/1878); professor de zoologia e mineralogia da Escola de Humanidades e Ciências farmacêutica (AL, 1879); membro do júri da Corte (Gazeta de Notícias, 04/1881); nomeado delegado para o Congresso Pedagógico (Gazeta de Notícias, 29/12/1882); prestou concurso para a cadeira de português do Colégio Pedro II, mas desistiu em uma das fases (Gazeta de Notícias, 25/08/1883); convoca junto com outro professor e outros moradores reunião política para organizar diretório (Gazeta de Notícias, 15/01/1890); jubilado em 30/09/1890; o Ministro da Fazenda mandou pagar à filha de Costa e Cunha o funeral do professor (O Paiz, 14/01/1912).
1867	José Antonio de Campos Lima	Professor adjunto da escola de Santa Rita (Relatório IGIPSC 1860-1866); membro do júri da Corte (O Globo, 8/01/1875); excluído da lista de votantes por falta de moradia na freguesia da Lagoa (Diário do Rio de Janeiro, 2/2/1877); constava na lista de professores que convidavam o magistério para reunião do professorado no Club Mozart (Gazeta da Tarde, 26/04/1884).
1867	João Correa dos Santos	Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1860-1867); membro da comissão de recenseamento da freguesia da Ilha do Governador (Diário de Notícias, 12/06/1872); falecido em 30/06/1883.

1867	Jose Joaquim Pereira de Azurara	Secretário da Sociedade Musical Rio-Pretana (AL, 1866); eleitor freguesia de Guaratiba (AL, 1869); acusa sua demissão ter ocorrido pelo fato de se recusar a adular e ser espião do delegado da instrução (A Reforma, 28/07/1872); lista de qualificação de votantes, 35 anos, professor, casado (Diário do Rio de Janeiro, 26/01/1877); testemunha de casamento evangélico (A Imprensa Evangélica, 19/12/1874); proprietário do jornal Diário de Campos (Gazeta de Notícias, 19/02/1879); professor público em Macaé (AL, 1882).
1867	Amando de Araújo Cintra Vidal	Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1861-1867); comissão de recenseamento da Corte da freguesia de Inhaúma (Diário do Rio de Janeiro, 12/06/1872); proclamas de casamento (Diário do Rio de Janeiro, 6/12/1875); lista de qualificação de votantes, 36 anos, casado (Diário do Rio de Janeiro, 16/01/1877); dispensado do júri da corte por justa causa (Gazeta de Notícias, 8/03/1887).
1868	Francisco Fernandes Machado	Nomeado para freguesia de Carangola em Campos (Diário do Rio de Janeiro, 10/01/1871); solicita averbação do tempo em que foi adjunto na Corte (1867 a 1871) ao tempo de serviço como professor público (Annaes da Assembleia de 1881, p. 371); o pedido de averbação foi indeferido (Annaes da Assembleia de 1882, p. 94); foi autorizada a averbação do tempo de adjunto (Annaes da Assembleia de 1888, p. 25 e 487).
1871	José João de Povoas Pinheiro	Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1864-1869); tradução de texto em *A verdadeira Instrução pública* (30/11/1872); sócio fundador da Associação Promotora da Instrução (A Nação, 5/03/1874); Oferece seus serviços à Associação Promotora da Instrução (Diário do Rio de Janeiro, 1/01/1874); associado da Associação de Benefícios Mútuos Perseverança Brasileira (O Globo, 3/02/1875); lista de qualificação de votantes, 26 anos, solteiro (Diário do Rio de Janeiro, 21/01/1877); casamento (O Globo, 22/02/1877); Tesoureiro do Grêmio dos Professores Públicos Primários da Corte (AL, 1881); conselho da Associação protetora do Liceu Artístico Industrial (Diário de Notícias, 26/08/1883); constava na lista de professores que convidavam o magistério para reunião do professorado no Club Mozart (Gazeta da Tarde, 26/04/1884); secretário da Associação Emancipadora Vicente de Souza (AL, 1885); júri da Corte (Diário de Notícias, 11/08/1886); conselheiro do Congresso Beneficente Martins de Pinho (Diário de Notícias, 16/08/1886); Conselheiro da Associação Beneficente de seguro de vida "A humanitária" (O Paiz, 3/12/1896).

1871	Carlos Antonio Coimbra de Gouvea	Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1866-1870); casamento (O Apóstolo, 9/02/1873); presidente da Sociedade Alfa literária (O Globo, 12/10/1874); lista de qualificação de votantes, 28 anos, casado (Diário do Rio de Janeiro, 21/01/1877); júri da corte (Gazeta de Notícias, 15/03/1881); jubilado em 1896 (Gazeta de Notícias, 8/02/1903).
1871	Antonio José Marques	Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1862-1869); era bacharel (relatório da IGIPSC de 1872-2A, p. a-b3-n15); nomeado cavaleiro da ordem da Rosa (Diário do Rio de Janeiro, 25/07/1873); ofereceu seus serviços à Associação Promotora da Instrução (Diário do Rio de Janeiro, 1/01/1874); secretário da Associação protetora do Liceu Artístico Industrial (Diário de Notícias, 26/08/1883); jubilado em 14/01/1888.
1871	David José Lopes	Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1867-1870); casamento com Deolinda Rosa (O Apóstolo, 1872).
1872	Carlos Augusto Soares Brazil	Professor particular de letras em Cantagalo (AL, 1866); professor público primário em Suruí, Macaé (AL, 1867); nomeação para Suruí (Diário do Rio de Janeiro, 23/01/1867); demitido da escola da freguesia de Paraíba do Sul por abandono (A Pátria, 4/09/1872); lista de qualificação de votantes, 37 anos, casado (Diário do Rio de Janeiro, 15/07/1876); esteve presente na reunião sobre saneamento (O Globo, 20/10/1876); suplente de subdelegado da freguesia do Espírito Santo (AL, 1877); morte em 1879 (Gazeta de Notícias, 7/11/1879).

1872	Augusto Candido Xavier Cony	Aluno da aula de desenho do Liceu de Artes e Ofícios liceu (Correio Mercantil, 19/03/1858); estudou no Instituto Comercial da Corte e foi aprovado nos exames do 1ºano (Diário do Rio de Janeiro, 20/12/1863); casamento com Leonor Augusta da Cruz (Correio Mercantil, 30/07/1866); dá aulas particulares de instrução primária (AL, 1868); redigiu junto com Costa e Cunha periódico A Instrução nacional (1873); nomeado cavaleiro da Ordem da Rosa (Diário do Rio de Janeiro, 25/07/1873); membro fundador de uma Escola Normal na Corte (A Nação, 5/03/1874); tesoureiro e bibliotecário da Escola Normal (Diário do Rio de Janeiro, 14/03/1874); sócio fundador da Associação Promotora da Instrução (A Nação, 5/03/1874); agradecimento de amigo por ter transformado em compêndio uma gramática (Diário do Rio de Janeiro, 5/07/1875) ; lista de qualificação de votantes, 33 anos, casado, filho de Diego José Cony (Diário do Rio de Janeiro, 14/07/1876); fez parte de comissão para avaliar método Hudson (O Globo, 14/03/1876); júri da Corte (Gazeta de Notícias, 24/03/1876); conselheiro da Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes mecânicas e liberais e beneficente (Diário do Rio de Janeiro, 13/03/1877); Cony faz uma conferência na Escola Pública de Santana pelo Atheneu pedagógico (Diário do Rio de Janeiro, 3/06/1877); eleitor da freguesia de Santana (AL, 1878);comissão de contas do Recreio Dramático Riachuelense (O cruzeiro, 13/06/1878); professor particular de língua francesa (AL, 1881-1885);eleito membro do diretório do Partido Liberal em reunião do eleitorado de Santana (Gazeta da Tarde, 20/04/1882); eleito delegado para o Congresso Pedagógico (O Globo, 29/12/1882); sócio da Associação literária Gonçalves Dias (O Paiz, 4/11/1884); constava na lista de professores que convidavam o magistério para reunião do professorado no Club Mozart (Gazeta da Tarde, 26/04/1884); sócio benemérito do Congresso Juvenil Literário (O Paiz, 18/12/1885); nomeado para o conselho diretor da instrução (O Brasil, 25/11/1890); representação dos professores contra Reforma na instrução (Gazeta da Tarde, 8/06/1891) ;jubilado pela prefeitura em 1897 (Cidade do Rio, 25/11/1897); missa fúnebre em 1904 (A Notícia, 25/08/1904); festa na casa de Cony (Gazeta de Notícias, 14/05/1905); foto da família Cony (Gazeta de Notícias, 29/07/1905).

1872	Januário dos Santos Sabino	Morte do pai médico Dr. Januário dos Santos Sabino (Diário do Rio de Janeiro, 30/05/1838); Membro efetivo da Academia filosófica (AL, 1856); redator de jornal literário chamado Cysne (Constitucional, 19/05/1864); Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1862); diretor de colégio de meninos em Vassouras (AL, 1866); professor particular em Guia de Pacoaíba, município de Estrela (AL, 1869); eleitor da freguesia de Santana (Gazeta de Notícias, 14/08/1876); lista de qualificação de votantes, 39 anos, casado (Diário do Rio de Janeiro, 9/02/1877); consta na lista de membros das oficinas do círculo colados durante o ano de 1877 pela loja maçônica Amigos Reunidos (Boletim do Grande Oriente do Brasil, 1877); presidente do Grêmio dos Professores Públicos Primários da Corte (AL, 1881); nomeado delegado para o Congresso Pedagógico (Gazeta de Notícias, 29/12/1882); membro da banca de concurso para amanuense do arquivo público (Gazeta de Notícias, 2/01/1883); constava na lista de professores que convidavam o magistério para reunião do professorado no Club Mozart (Gazeta da Tarde, 26/04/1884); júri da corte (Gazeta de Notícias, 14/03/1886); morte do filho professor Januário dos Santos Sabino Junior (Gazeta de Notícias, 20/05/1887); fundação de um clube pedagógico no qual Sabino foi eleito presidente composto por um professor e uma professora de cada distrito e tendo mulheres na direção (Gazeta de Notícias, 26/05/1891); morte em 1900 (O Paiz, 23/10/1900).
1873	Candido Baptista Antunes	Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1866-1873); alunos do Instituto Comercial (Diário do Rio de Janeiro, 14/12/1874; O Globo, 15/12/1874); conseguiu dispensa do alistamento militar por ser professor (O Globo, 19/05/1876); professor de desenho linear caligrafia da Escola Normal, dispensado por falta de recursos (O Globo, 20/11/1882); membro do júri (O Paiz, 23/04/1887); jubilado em 1897 (Gazeta de Notícias, 8/02/1903).

1874	José Alves da Vizitação	Aluno da escola de freguesia da Glória examinado em 1865 (Correio Mercantil, 24/12/1865); Professor adjunto (Relatório da IGIPSC, 1866-1873); suplente de secretário da Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes mecânicas e liberais e beneficente (AL, 1874); esteve em reunião da Sociedade Alfa Literária (O Globo, 19/10/1874); excluído da lista de qualificação de votantes (Diário do Rio de Janeiro, 24/07/1876); diretor da escola noturna da Irmandade da Nossa Senhora da Conceição do Engenho Novo (Diário do Rio de Janeiro, 13/09/1876); lista de qualificação de votantes, 24 anos, solteiro, filho de Joaquim Alves da Visitação (Diário do Rio de Janeiro, 22/01/1877); júri da Corte (Diário do Rio de Janeiro, 19/04/1877); secretário da Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes mecânicas e liberais e beneficente (Gazeta de Notícias, 14/02/1882); vice-presidente da Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes mecânicas e liberais e beneficente (AL, 1884); em 1913 foi inauguração uma escola com nome em homenagem ao professor "Escola Visitação" (A época, 27/09/1913); morreu em 1919 (Jornal do Brasil, 26/02/1919)

Anexo 1

Programa das escolas municipais elaborado por Candido Matheus de Faria Pardal e entregue ao Inspetor Geral da Instrução.

Extraído do Relatório da Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte referente ao ano de 1871.

ANNEXO N. 11

Programma de estudos para as escolas municipaes da côrte feito pelo seu director Candido Matheus de Faria Pardal

PRIMEIRO ANNO

INSTRUCÇÃO RELIGIOSA

1.ª Signal da cruz, oração dominical e saudação angelica.
2.ª Bemdicto e oração ao deitar-se.
3.ª Salve rainha e oração ao levantar-se.
4.ª Symbolo dos apostolos.
5.ª Artigos da fé.
6.ª Recapitulação das cinco classes precedentes.
7.ª Mandamentos da lei de Deus.
8.ª Mandamentos da santa madre igreja.
9.ª Sacramentos da santa madre igreja.
10.ª Obras de misericordia, virtudes theologaes, moraes e cardeaes.
11.ª Confissão, peccados capitaes etc.
12.ª Recapitulação geral.—Exames.

LEITURA.

1.ª As letras A, E, I, O, U, Y, B, M, P, exercicios dellas em quadros formando syllabas. Composição mental da palavra, dadas as syllabas.
2.ª As letras T, V, Q, C, e G com o som de *gue*, exercicios dellas como acima.
3.ª As letras D, T, Th, S, C, Z e exercicios dellas como acima.
4.ª As letras X, G, Ch, J, L, Lh, Ph, R, Rh, R, R, N, Nh, e exercicios dellas como acima.
5.ª Os diphthongos nasaes; syllabas simples ou de duas letras, sendo a vogal anteposta á consoante; syllabas complexas compostas de tres letras; ditas de quatro letras, porèm não havendo na decomposição de seus elementos phonicos mais de duas articulações etc. Exercicios como acima.
6.ª Recapitulação das cinco classes precedentes.
7.ª Leitura syllabica (professor Matta Araujo, interinamente).
8.ª Leitura corrente (2º livro do Dr. Abilio) recapitulação oral da lição.
9.ª Leitura corrente. (Fabulas de J. J. da Rocha) e exercicios de memoria.
10.ª Leitura corrente de manuscripto (de Duarte Ventura, interinamente).
11.ª Leitura corrente (Elementos de civilidade).
12.ª Recapitulação das cinco classes precedentes.—Exames.

ESCRIPTA.

1.ª Traçar sobre ardozias linhas obliquas da direita para a esquerda.
2.ª Traçar sobre ardozias idem ou *oo* directa e inversamente.
3.ª Traçar sobre ardozias as letras a, c, e, i, m, n, o, r, s, u, v, x, z.
4.ª Traçar sobre ardozias as letras b, d, f, g, h, j, k, l, p, q, t, y.
5.ª Traçar sobre ardozias o alphabeto minusculo alternadamente.
6.ª Traçar sobre ardozias o alphabeto maiusculo.

7.ª Traçar sobre papel as letras a, c, e, i, m, n, o, r, s, u, v, x, z. (*)
8.ª Traçar sobre papel as letras b, d, f, g, h, j, k, l, p, q, t, y.
9.ª Traçar sobre papel o alphabeto maiusculo.
10.ª Bastardo.
11.ª Bastardinho.
12.ª Bastardinho menor. — Exames.

ARITHMETICA.

Calculo mental e escripto.

1.ª Contar de 1 até 10 e traçar os mesmos numeros dictados alternadamente.
2.ª Contar de 10 até 100 e traçar os mesmos numeros.
3.ª Contar mentalmente por 2 até 200, por 3 até 300, por 4 até 400 etc.
4.ª Taboada mental abstracta da addição de numeros simples e traçar os mesmos numeros.
5.ª Addição concreta de numeros simples.
6.ª Recapitulação das cinco classes precedentes.
7.ª Taboada de subtracção mental abstracta de numeros simples.
8.ª Subtracção concreta de numeros simples.
9.ª Taboada simples da multiplicação de numeros abstractos.
10.ª Taboada mental da multiplicação de numeros simples e compostos.
11.ª Multiplicação concreta sendo o multiplicando composto.
12.ª Recapitulação geral. — Exames.

SYSTEMA METRICO (**)

7.ª Conhecimento dos pesos e medidas.
8.ª Conhecimento do metro e suas subdivisões.
9.ª Conhecimento do litro e suas subdivisões.
10.ª Conhecimento do kilometro e suas subdivisões até o metro.
11.ª Conhecimento do kilogrammo e suas subdivisões até o grammo.
12.ª Recapitulação geral. — Exames.

DESENHO LINEAR (SEM INSTRUMENTO).

1.ª Traçar linhas horisontaes.
2.ª Traçar linhas verticaes.
3.ª Traçar linhas obliquas da direita para a esquerda.
4.ª Traçar linhas obliquas da esquerda para a direita.
5.ª Traçar linhas horisontaes, verticaes, obliquas e parallelas.
6.ª Recapitulação das cinco classes precedentes.
7.ª Uso do metro, medida e avaliação da extensão; divisão das linhas horisontaes em 2, 4, 6, 8 e em 3, 5, 7 e 9 partes iguaes.
8.ª Continuação das medidas de extensão, metro, decametro, etc; divisão das linhas verticaes e obliquas como se praticou nas horisontaes.

(*) O systema calligraphico é o de Adler.
(**) Os alumnos das seis primeiras classes repetirão durante este tempo as lições de leitura.

9.ª Traçar as linhas precedentes com um determinado tamanho e fazer os angulos agudo, recto e obtuso com abertura determinada.

10.ª Traçar os triangulos, acutangulos, rectangulos e obtusangulos.

11.ª Traçar figuras compostas de linhas rectas.

12.ª Recapitulação geral.

O director, *Candido Matheus de Faria Pardal.*

SEGUNDO ANNO

INSTRUCÇÃO RELIGIOSA, VELHO TESTAMENTO

1.ª Da creação, do peccado do primeiro homem.

2.ª Caim e Abel, corrupção geral, diluvio.

3.ª Torre de Babel, dispersão dos povos, vocação de Abrahão.

4.ª Ismael, Izaac, Esaú e Jacob.

5.ª José no Egypto, Moysés.

6.ª Recapitulação das 5 classes precedentes.

7.ª Viagem pelo deserto, entrada na terra de Chanaan.

8.ª Governo dos Anciões e dos Juizes, realeza em Israel.

9.ª Schisma Samaritano, Captiveiro de Babylonia.

10.ª Os prophetas, volta do captiveiro.

11.ª Os Machabeos.

12.ª Recapitulação geral.—Exames.

LEITURA.

1.ª Leitura explicada (3.º livro do Dr. Abilio) até a pagina 70, manuscripto (Duarte Ventura), conjugação mental do indicativo do verbo amar.

2.ª Leitura explicada (3.º livro do Dr. Abilio) até a pagina 207, idem manuscripto (Duarte Ventura) e conjugação mental dos modos condicional, imperativo e conjunctivo do verbo amar.

3.ª Leitura explicada (3.º livro do Dr. Abilio) até o fim, idem de manuscripto (Duarte Ventura) e conjugação de todo o verbo amar.

4.ª Leitura corrente (Historia do Brasil do Dr. Macedo) e conjugação mental de outros verbos regulares da 1.ª conjugação.

5.ª Leitura corrente (Historia do Brasil do Dr. Macedo) e conjugação idem.

6.ª Leitura corrente (Historia do Brasil do Dr. Macedo) e conjugação idem.

7.ª Chronologia da Historia do Brasil (decorada) e conjugação mental dos verbos regulares da 2.ª conjugação.

8.ª Chronologia da Historia do Brasil (decorada) e conjugação idem.

9.ª Chronologia da Historia do Brasil (decorada) e conjugação idem.

10.ª Leitura expressiva ou emphatica (Selecta classica do Dr. Philippe da Motta Azevedo) conjugação mental dos verbos regulares da 3.ª conjugação.

11.ª Leitura expressiva ou emphatica de improviso de qualquer livro classico (á vontade do professor) conjugação mental.

12.ª Continuação de dito, quando poetico, conjugação idem.—Exames.

ESCRIPTA.

1.ª Bastardo e cursivo grande em papel.
2.ª Bastardo e cursivo grande em papel.
3.ª Bastardo e cursivo grande em papel.
4.ª Cursivo corrente copiado.
5.ª Cursivo corrente copiado.
6.ª Cursivo corrente copiado.
7.ª Cursivo corrente dictado (exercicios de orthographia do professor Matta Araujo).
8.ª Cursivo corrente dictado (exercicios de orthographia do professor Matta Araujo).
9.ª Cursivo corrente dictado (exercicios de orthographia do professor Matta Araujo).
10.ª Cursivo corrente dictado (á vontade do professor).
11.ª Cursivo corrente dictado (á vontade do professor).
12.ª Cursivo corrente dictado (á vontade do professor).—Exames.

ARITHMETICA.

1.ª Numeração fallada, definições, da unidade, quantidade etc.; numeros concretos e abstractos; ordens, classes de ditas, numeração escripta, principio fundamental, valor absoluto e dicto relativo dos algarismos; ler e escrever numeros compostos.

2.ª Addição e subtracção concreta de numeros compostos e suas provas dos nove e real.

3.ª Numeração decimal, addição (exercicios em cadernos).

4.ª Subtracção decimal (exercicios em cadernos).

5.ª Multiplicação concreta de numeros inteiros compostos, prova dos nove (exercicios em cadernos).

6.ª Recapitulação das 5 classes precedentes.

7.ª Definições do que se tratou nas lições precedentes.

8.ª Divisão concreta de numeros inteiros sem resto, sendo o dividendo composto de dous algarismos e o divisor simples.

9.ª Divisão concreta de numeros inteiros com ou sem resto, sendo o dividendo e o divisor composto de varios algarismos.

10.ª Multiplicação concreta de numeros decimaes.

11.ª Divisão concreta de numeros decimaes, prova real da multiplicação e da divisão.

12.ª Recapitulação geral.—Exames.

SYSTEMA METRICO.

1.ª Significação e applicação do metro, grammo, litro, areo e stereo das palavras *deca*, *hecto*, *kilo* e *myria*.

2.ª Medidas fundamentaes e seus multiplos em relação aos numeros decimaes, applicação da addição ás unidades fundamentaes e seus multiplos.

3.ª Continuação da lição precedente e exercicios em cadernos.

4.ª Significação e applicação do metro, grammo, litro, areo, stereo das palavras *deci*, *centi* e *milli*, applicação da addição ao systema metrico e seus submultiplos (exercicios em cadernos).

5.ª Applicação da addição ao systema metrico a respeito dos multiplos e submultiplos (exercicios em cadernos).

6.ª Recapitulação das 5 classes precedentes.

7.ª Applicação da subtracção ao systema metrico, a respeito dos multiplos (exercicios em caderno).

8.ª Applicação da multiplicação ao systema metrico a respeito dos multiplos e submultiplos (exercicios em caderno).

9.ª Continuação da lição precedente.

10.ª Applicação da divisão ao systema metrico a respeito dos multiplos e submultiplos (exercicios em caderno).

11.ª Continuação da lição precedente.

12.ª Recapitulação geral. — Exames.

DESENHO LINEAR

1.ª Traçar linhas curvas, circumferencias, arcos, cordas, raios, diametros e circumferencias concentricas.

2.ª Traçar linhas curvas, circumferencias, tangentes e seccantes, desenhos compostos de linhas rectas.

3.ª Traçar ellipse, oval.

4.ª Construir, com instrumentos, as figuras rectilineas.

5.ª Construir, com instrumento, as figuras curvilineas.

6.ª Construir desenhos compostos de linhas rectas.

7.ª Construir desenhos compostos de linhas rectas e curvas.

8.ª Continuação.

9.ª Desenho de solidos geometricos, desenho variado de objectos usuaes, relativos á economia domestica e á agricultura.

10.ª Continuação.

11.ª Desenhos variados applicados aos edificios, taes como molduras, vidraças, portas, cimalhas, fachadas e ornatos, tudo simples.

12.ª Continuação. — Exames.

O director, *Candido Matheus de Faria Pardal.*

TERCEIRO ANNO

INSTRUCÇÃO RELIGIOSA. NOVO TESTAMENTO.—DOGMA.

1.ª Tradição da escriptura.

2.ª Existencia e attributos de Deus, mysterio da encarnação.

3.ª Vida de Jesus Christo.

4.ª Mysterio da redempção.

5.ª Resurreição de Jesus Christo.

6.ª Recapitulação das cinco classes precedentes.

7.ª Ascensão e juizo final.

8.ª Espirito Santo.

9.ª Igreja.

10.ª Communhão dos santos.

11.ª Remissão dos peccados, resurreição da carne e vida eterna.

12.ª Recapitulação geral e preparos para a primeira communhão.—Exames.

GRAMMATICA

1.ª Etymologia, substantivos ou nomes, suas propriedades, gráos, generos, numeros e affixos; conjugação do verbo auxiliar *ter*.

2.ª Artigo, adjectivos, seus gráos de significação, conjugação do verbo auxiliar *haver*.

3.ª Pronomes, conjugar verbos irregulares da primeira conjugação, notando quaes os tempos ou pessoas irregulares.

4.ª Verbo, seu sugeito grammatical, attributo, complemento e suas divisões; conjugar verbos irregulares da primeira conjugação, notando etc.

5.ª Participios, adverbios, preposições, conjuncções e interjeições; conjugar verbos irregulares da primeira conjugação, notando etc.

6.ª Recapitulação das cinco classes precedentes.

7.ª Analyse grammatical, exercicios em cadernos; conjugar verbos irregulares da segunda conjugação, notando etc.

8.ª Analyse grammatical, exercicios em cadernos, conjugar verbos irregulares da segunda conjugação, notando etc.

9.ª Syntaxe e suas divisões; conjugar verbos irregulares da terceira conjugação, notando quaes os tempos ou pessoas irregulares.

10.ª Analyse syntaxica, exercicios em cadernos, conjugar verbos irregulares da terceira conjugação, notando etc.

11.ª Analyse syntaxica em classicos, orthographia, conjugar verbos irregulares da terceira conjugação, notando etc.

12.ª Recapitulação geral.—Exames.

ARITHMETICA

1.ª Fracções ordinarias, divisibilidade dos numeros.

2.ª Transformações das fracções, reducção de fracções ao mesmo denominador, menor denominador commum que podem ter duas ou mais fracções.

3.ª Simplificação das fracções, maximo commum divisor.

4.ª Addição, subtracção, multiplicação e divisão das fracções ordinarias, exercicios em cadernos.

5.ª Conversão das fracções ordinarias em fracções decimaes e *vice-versa*.

6.ª Recapitulação das cinco classes precedentes.

7.ª Fracções decimaes periodicas e como ellas se originam; quando uma fracção ordinaria dará uma fracção decimal finita, e quando infinita; converter uma fracção periodica simples na fracção ordinaria d'onde ella proveio, e o mesmo sobre uma fracção periodica composta, caracteres das fracções periodicas.

8.ª Numeros complexos, addição, subtracção, multiplicação e divisão dos mesmos numeros, exercicios em cadernos.

9.ª Razões e proporções; applicação da theoria das proporções, regra de tres simples e composta, exercicios em cadernos.

10.ª Regra de juros, regra de sociedade, exercicios em cadernos.

11.ª Continuação da lição precedente e regra de desconto por dentro e por fóra, formação das taboas dos numeros logarithmos.

12.ª Recapitulação geral.—Exames.

GEOGRAPHIA

Thomaz Pompeo de Souza Brazil.

1.ª Cosmographia e definições geraes, principios geraes de geographia astronomica.

2.ª Da esphera, circulos, linhas e pontos, das longitudes e latitudes, dos habitantes da terra em suas tres diversas relações.

3.ª Descripção physica do globo.

4.ª Dos grandes continentes, divisão do mundo; os oceanos.

5.ª Da sociedade civil, fórmas de governo, leis e industria.

6.ª Recapitulação das cinco classes precedentes.

7.ª Fundação, posição, dimensões, limites, climas e salubridade do Brazil.

8.ª Provincias do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauhy, Ceará, Rio Grande do Norte e Parahyba.

9.ª Provincias de Pernambuco, Alagôas, Sergipe, Bahia e Espirito Santo.

10.ª Provincias do Rio de Janeiro, (municipio da côrte), S. Paulo, Paraná, Santa Catharina e S. Pedro do Rio Grande do Sul.

11.ª Provincias de Minas Geraes, Goyaz e Matto Grosso.

12.ª Recapitulação geral.—Exames.

SYSTEMA METRICO

1.ª Medidas de superficie; metro quadrado, decimetro quadrado, centimetro quadrado. Medidas agrarias; hectareo, areo, e centiareo. Noções sobre medidas de terrenos. Medidas dos rectangulos, trapezios, triangulos e parallelogrammos.

2.ª Continuação das medidas de superficies, medidas de volumes, metro cubico, decimetro cubico, centimetro cubico e stereo cubico.

3.ª Medidas de superficies e de volumes.

4.ª Relação das medidas metricas entre si; relação das medidas de superficie. Medidas de solidos e de capacidade. Relação do volume da agua com seu peso. Densidade dos corpos.

5.ª Relação das medidas entre si e densidade dos corpos.

6.ª Recapitulação das cinco classes precedentes.

7.ª Medidas e pesos do Brazil e suas subdivisões.

8.ª Relação das medidas metricas com as do Brazil e *vice-versa.* Coefficientes das principaes reducções.

9.ª Conversão das medidas antigas do systema metrico, exercicios em cadernos.

10.ª Dado o preço de qualquer unidade de extensão usual do Brazil achar o da unidade metrica relativa e *vice-versa.* Dado o preço de qualquer unidade de capacidade usual do Brazil achar o da unidade metrica relativa e *vice-versa*; exercicios em cadernos.

11.ª Dado o preço de qualquer unidade de peso usual do Brazil achar o da unidade metrica relativa e *vice-versa.* Outros problemas relativos, exercicios em cadernos.

12.ª Recapitulação geral.—Exames.

DESENHO LINEAR (COM INSTRUMENTOS)

1.ª Cópia de desenhos applicados ao uso de officios, artes e industria.

2.ª Idem.

3.ª Idem.

— 38 —

4.ª Desenho em elevações, planos e córtes.
5.ª Idem.
6.ª Idem.
7.ª Desenhos e regras da perspectiva e aquarella.
8.ª Idem.
9.ª Idem.
10.ª Desenhos e regras da architectura nas suas diversas ordens.
11.ª Idem.
12.ª Idem.

O director, *Candido Matheus de Faria Pardal.*

PRIMEIRO ANNO

HORARIO PARA A ESCOLA DE S. SEBASTIÃO PARA MENINOS

TEMPO DE TRABALHO	2ª FEIRA	3ª FEIRA	4ª FEIRA	5ª FEIRA	6ª FEIRA	SABBADO
10 horas	Revista de asseio e oração.					
10 horas e 15 minutos	Leitura....	Leitura....	Leitura....	Leitura....	Leitura....	Leitura.
11 horas e 15 minutos	Arithmetica	Arithmetica	Religião ...	Arithmetica	Arithmetica	Arithmetica
12 horas e 15 minutos	Religião ...	Escripta ...	Escripta ...	Escripta ...	Escripta ...	Escripta.
1 hora e 15 minutos	Desenho ...	Metrologia .	Desenho...	Metrologia .	Desenho...	Religião.
2 horas e 15 minutos	Ponto e oração.					
2 horas e 30 minutos	Sahida					

Anexo 2

Programa apresentado por Candido Matheus de Faria Pardal em resposta à Circular de 13 de julho de 1872.

Extraído do Relatório da Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte referente ao ano de 1871 e assinado em 31 de outubro de 1872.

Resposta do professor Candido Matheus de Faria Pardal

A' circular de 13 de julho de 1872

Illm. Exm. Sr.

Em cumprimento á circular de 13 de julho proximo findo passo ás mãos de V. Ex. um plano : para o ensino das primeiras letras nas escolas publicas.

Funda-se elle na exiquibilidade do systema simultaneo no aproveitamento de todo o tempo consagrado ao ensino, e na facilidade de uma bôa fiscalisação.

Faço consistir o curso, ou tempo de ensino, em 3 annos e cada um destes divido nos seus doze mezes; sendo o 6° e o 12° para recapitulação, isto é, para adiantar aquelles alumnos que se achem retardados por falta de frequencia ou de applicação, vindo por isso a haver 10 classes ; distribuindo por ellas o trabalho de cada anno, de modo que o professor não póde, a bem do systema de ensino e fiscalisação das escólas, ir além nem ficar aquem do que se acha determinado, para o aproveitamento mensal de seus alumnos.

Parece-me que deste modo se obterá mais do que distribuindo o trabalho do anno pelos dias lectivos.

Este methodo, ou antes *Cours d'études des écoles primaires publiques sous la direction de Mr. J. J. Rapet*, tem grandes inconvenientes ; o 1° é reduzir o professor a uma verdadeira machina de trabalho enfadonho; o 2°, é a desordem que traz a esse methodo os feriados imprevistos, sejam elles occasionados por circumstancias alheias ao professor, *verbi-gratia* um lucto nacional, seja por enfermidade repentina do professor ou seja, finalmente, pelas faltas dos alumnos, e deste modo as lições que se deveriam dar nesses dias ficarão perdidas e não será isso pequeno prejuizo, attendendo-se á ligação e dependencia d'essas lições com as subsequentes.

Não trato aqui dos meios praticos, ou do meu methodo particular, para levar a effeito este plano, mórmente ás primeiras cinco classes de leitura, porque temo não me fazer comprehender n'uma ligeira exposição, compativel com o espaço de que devo aqui dispôr, porém elle acha-se em execução nas aulas primarias da escola municipal de S. Sebastião onde poderá ser visto e examinado.

Pelo modo porque se tem até agora ministrado a instrucção é além de lento, pouco satisfatorio em seus resultados ; o professor deve por sua parte ter uma tarefa a desempenhar, isto é, dar conta de um curso, em certo tempo.

Subdividindo os alumnos em 3 annos e em horas differentes, tenho por fim a bôa disciplina e o maior aproveitamento dos mesmos alumnos ; augmento deste modo o trabalho do professor, mas a questão cifrar-se-ha n'uma bôa remuneração de nenhum modo comparavel com a actual.

PRIMEIRO ANNO

INSTRUCÇÃO RELIGIOSA

1.ª classe.—Signal da cruz, Oração Dominical e Saudação Angelica.
2.ª classe.—Bemdicto e Oração ao deitar-se.
3.ª classe.—Salve Rainha e Oração ao levantar-se.
4.ª classe.—Symbolo dos Apostolos.
5.ª classe.—Artigos da Fé.
6.ª classe.—Recapitulação das cinco classes precedentes.
7.ª classe.—Mandamentos da Lei de Deus.
8.ª classe.—Mandamentos da Santa Madre Igreja.
9.ª classe.—Sacramentos da Santa Madre Igreja.
10.ª classe.—Obras de Misericordia.
11.ª classe.—Confissão.
12.ª classe.—Recapitulação geral.—Exames.

LEITURA

1.ª classe.—As letras A, E, I, O, U, B, M, P, e exercicios d'ellas; composição mental da palavra por syllabas.

2.ª classe.—As letras V, F, Gu, C, G e exercicios d'ellas como nas precedentes. Composição mental da palavra por syllabas.

3.ª classe.—As letras D, F, S, C, Z e exercicios como acima.

4.ª classe.—As letras H, J, G, Ch, L, Lh, R, RR, N, Nh e exercicios como acima.

5.ª classe.—Os diphthongos oraes e nasaes, syllabas simples ou de duas letras sendo a vogal anteposta á consoante, syllabas complexas, compostas de tres letras, ditas de quatro letras, porém não havendo na decomposição de seus elementos phonicos mais de duas articulações, etc.

6.ª classe.—Recapitulação das cinco classes precedentes.

7.ª classe.—Leitura syllabica. (Professor Matta Araujo).

8.ª classe.—Leitura corrente (2.º Livro do Dr. Abilio), recapitulação oral da lição.

9.ª classe.—Leitura corrente (Fabula de J. J. da Rocha), exercicios de memoria.

10.ª classe.—Leitura corrente de manuscripto de Duarte Ventura.

11.ª classe.—Leitura corrente. (Elementos de civilidade do Professor Mesquita.)

12.ª classe.—Recapitulação das cinco classes precedentes.—Exames.

ESCRIPTA

1.ª classe.—Traçar sobre ardosias linhas obliquas da direita para esquerda.
2.ª classe.—Traçar ellipses ou *oo*, direita e inversamente.
3.ª classe.—Traçar as letras a, c, e, i, m, n, o, r, s, u, v, x, z.
4.ª classe.—Traçar as letras b, d, f, g, h, j, k, l, p, q, t, y.
5.ª classe.—Traçar o alphabeto alternadamente.
6.ª classe.—Traçar o alphabeto maiusculo.

7.ª classe.—Traçar sobre papel as letras a, c, e, i, m, n, o, r, s, u, v, x, z, (1)
8.ª classe.—Traçar sobre papel as letras b, d, f, g, h, j, k, p, q, t, y.
9.ª classe.—Traçar sobre papel o alphabeto maiusculo.
10.ª classe.—Bastardo.
11.ª classe.—Bastardinho.
12.ª classe.—Bastardinho menor.—Exames.

ARITHMETICA

Calculo mental e escripto

1.ª classe.—Contar de 1 até 10 e traçar os numeros digitos, dictados alternamente.
2.ª classe.—Contar de 10 até 100 e traçar os mesmos numeros.
3.ª classe.—Contar mentalmente por 2 até 200, por 3 até 300, por 4 até 400, etc.
4.ª classe.—Taboada mental abstracta d'addição de numeros digitos, traçar os mesmos numeros.
5.ª classe.—Addição concreta de numeros digitos.
6.ª classe.—Recapitulação das cinco classes precedentes.
7.ª classe.—Taboada de subtracção mental abstracta de numeros digitos.
8.ª classe.—Subtracção concreta de numeros digitos e próva dos nóves da addição.
9.ª classe.—Subtracção concreta composta e próva real d'addição.
1.0ª classe.—Taboada da multiplicação mental e abstracta simples.
11.ª classe.—Multiplicação concreta de numeros simples.
12.ª classe.—Recapitulação geral.—Exames.

SYSTEMA METRICO. (2)

Repetição das lições de leitura nas 1.ª 2.ª 3.ª 4.ª 5.ª e 6.ª classes.
7.ª classe.—Conhecimento dos pesos e medidas.
8.ª classe.—Do metro e suas subdivisões.
9 ª classe.—Do litro e sudbivisões.
10.ª classe.—Do kilometro e suas subdivisões até o metro.
11.ª classe.—Do kilogrammo e suas subdivisões até o grammo.
12.ª classe.—Recapitulação geral.—Exames.

O professor, *Candido Matheus de Faria Pardal.*

---

(1) O systema calligraphico é o de Adler's.
(2) Os alumnos das seis primeiras classes repetirão durante este tempo as lições de leitura.

SEGUNDO ANNO

INSTRUCÇÃO RELIGIOSA, VELHO TESTAMENTO

1.ª classe—.Da creação, do peccado do primeiro homem.
2.ª classe.—Caim e Abel, corrupção geral, diluvio.
3.ª classe.—Torre de Babel, dispersão dos povos, vocação de Abrahão.
4.ª classe.—Ismael, Isaac, e Jacob.
5.ª classe.—José no Egypto, Moysés.
6.ª classe.—Recapitulação das cinco classes precedentes.
7.ª classe.—Viagem pelo dezerto, entrada na terra de Chanaan.
8.ª classe.—Governo dos anciões, dos juizes, realeza em Israel.
9.ª classe.—Schisma samaritano, captiveiro de Babylonia.
10.ª classe.—Os prophetas, volta do captiveiro.
11.ª classe.—Os Machabeos.
12.ª classe.—Recapitulação geral.—Exames.

LEITURA

1.ª classe.—Leitura explicada, (3º Livro do Dr. Abilio) até a pagina 70, manuscripto, (Duarte Ventura) conjugação mental do modo indicativo do verbo.

2.ª classe.—Leitura explicada, (3º Livro do Dr. Abilio) até a pagina 203, idem manuscripto (Duarte Ventura) e conjugação mental dos modos condicional, imperativo e subjunctivo.

3.ª classe.—Leitura explicada, (3º Livro do Dr. Abilio) até o fim, idem e conjugação mental do modo infinito.

4.ª classe.—Leitura corrente, (Historia do Brazil do Dr. Macedo) conjugação mental de verbos regulares da 1.ª conjugação.

5.ª classe.—Leitura corrente, (Historia do Brazil do Dr. Macedo) conjugação, etc.

6.ª classe.—Leitura corrente, (Historia do Brazil do Dr. Macedo) conjugação, etc.

7.ª classe.—Chronologia da historia do Brazil (decorada), conjugação mental de verbos regulares da 2ª conjugação.

8.ª classe.—Chronologia da historia do Brazil, (decorada) conjugação mental, etc.

9.ª classe.—Chronologia da historia do Brazil, (decorada) conjugação mental, etc.

10.ª classe.—Leitura expressiva ou emphatica, (Selecta classica do Dr. Philippe da Motta Azevedo) conjugação mental de verbos regulares da 3ª conjugação.

11.ª classe.—Leitura expressiva ou emphatica de improviso de qualquer livro classico á vontade do professor, conjugação mental, etc.

12.ª classe.—Continuação do dito quando poetico.—Exames.

ESCRIPTA

1.ª classe.—Bastardo e cursivo grande em papel.
2.ª classe.—Bastardo e cursivo grande em papel.
3.ª classe.—Bastardo e cursivo grande em papel.
4.ª classe —Cursivo corrente copiado.

5.ª classe.—Cursivo corrente copiado.
6.ª classe.—Cursivo corrente copiado.
7.ª classe.—Cursivo corrente dictado (Exercicios d'orthographia do professor Matta Araujo).
8.ª classe—.Cursivo corrente dictado (Exercicios d'orthographia do professor Matta Araujo).
9.ª classe.—Cursivo corrente dictado (Exercicios d'orthographia do professor Matta Araujo).
10.ª classe.—Cursivo corrente dictado (á vontade do professor).
11.ª classe.—Cursivo corrente dictado (á vontade do professor).
12.ª classe.—Cursivo corrente dictado (á vontade do professor).—Exames.

ARITHMÉTICA DE M. J. P. FRAZÃO

1.ª classe.—Numeração fallada, definições, numeros concretos e abstractos, ordens, classes de ditas, numeração escripta, principio fundamental; valor absoluto e dito relativo dos algarismos; lêr e escrever numeros compostos.
2.ª classe.—Numeração escripta, lêr e escrever numeros, addição concreta de numeros compostos.
3.ª classe.—Numeração decimal, addição (exercicios em cadernos).
4.ª classe.—Subtracção decimal, prova dos noves (exercicios em cadernos).
5.ª classe.—Multiplicação concreta de numeros inteiros compostos, prova dos noves, (exercicios em cadernos).
6.ª classe.—Recapitulação das cinco classes precedentes.
7.ª classe.—Definições do que se tratou nas lições precedentes.
8.ª classe.—Divisão concreta sem resto de numeros inteiros, sendo o dividendo composto de dous algarismos e o divisor simples.
9.ª classe.—Divisão concreta sem resto de numeros inteiros, sendo o dividendo e o divisor composto de varios algarismos.
10.ª classe.—Multiplicação concreta de numeros decimaes, prova real da multiplicação.
11.ª classe.—Divisão concreta de numeros decimaes, prova real da multiplicação e divisão.
12.ª classe.—Recapitulação geral.—Exames.

SYSTEMA METRICO

1.ª classe.—Significação e applicação do metro, grammo, litro, areo, stero, das palavras deca, hecto, kilo e myria.
2.ª classe.—Medidas fundamentaes e seus multiplos em relação aos numeros decimaes, applicação da addição, as unidades fundamentaes e seus multiplos.
3.ª classe.—Continuação da lição precedente e exercicios em cadernos.
4.ª classe.—Significação e applicação ao metro, grammo, litro, areo e stero, das palavras deci, centi e milli; applicação da addição ao systema metrico, seus submultiplos, (exercicios em cadernos).

5.ª classe.—Applicação da addição do systema metrico a respeito dos multiplos e submultiplos conjunctamente, (exercicios).

6.ª classe.—Recapitulação das cinco classes precedentes.

7.ª classe.—Applicação da subtracção ao systemo metrico a respeito dos multiplos e submultiplos, (exercicios em cadernos).

8.ª classe.—Applicação da multiplicação ao systema metrico a respeito dos multiplos e submultiplos, (exercicios em cadernos).

9.ª classe.—Continuação da lição precedente.

10. classe.—Applicação da divisão ao systema metrico a respeito dos multiplos e submultiplos, (exercicios em cadernos).

11.ª classe.—Continuação da lição precedente.

12.ª classe.—Recapitulação geral.—Exames.

O professor, *Candido Matheus de Faria Pardal.*

TERCEIRO ANNO

INSTRUCÇÃO RELIGIOSA, NOVO TESTAMENTO, DOGMA E DEFINIÇÕES

1.ª classe.—Tradição da escriptura.

2.ª classe.—Existencia e attributos de Deus, mysterio da encarnação.

3.ª classe.—Vida de Jesus Christo.

4.ª classe.—Mysterio da redempção.

5.ª classe.—Resurreição de Jesus Christo.

6.ª classe.—Recapitulação das cinco classes precedentes.

7.ª classe.—Assenção e juizo final.

8.ª classe.—Espirito-Santo.

9.ª classe.—Igreja.

10.ª classe.—Communhão dos Santos.

11.ª classe.—Remissão dos peccados, resurreição da carne e vida eterna.

12.ª classe.—Recapitulação geral.—Exames.

GRAMMATICA

1.ª classe.—Etymologia, substantivos ou nomes, suas propriedades, gráos, generos, numeros e affixos; conjugação dos verbos auxiliares.

2.ª classe.—Artigo, adjectivos, seus gráos de significação, 1ª conjugação de verbos auxiliares.

3.ª classe.—Pronomes, 2ª conjugação de verbos auxiliares, conjugação de verbos irregulares da 1ª conjugação, notando quaes os tempos e pessoas irregulares.

4.ª classe.—Verbo, seu sujeito grammatical, attributo, complemento e suas divisões, 1ª conjugação de verbos irregulares.

5.ª classe.—Participios, adverbios, preposições, conjunções e interjeições, 1ª conjugação de verbos irregulares, notando quaes os tempos e pessoas irregulares.

6.ª classe.—Recapitulação das cinco classes precedentes.

7.ª classe.—Analyse grammatical, exercicio em cadernos, 2ª conjugação de verbos irregulares, notando quaes os tempos e pessoas irregulares.

8.ª classe.—Analyse grammatical, exercicios em cadernos, 2ª conjugação de verbos irregulares.

9.ª classe.—Syntaxe e suas divisões; conjugações de verbos irregulares da 3ª conjugação.

10.ª classe.—Analyse syntaxica, exercicios em cadernos, conjugação de verbos irregulares da 3ª conjugação.

11.ª classe.—Analyse syntaxica em classicos, orthographia, conjugação dos verbos irregulares da 1ª conjugação.

12.ª classe.—Recapitulação geral.—Exames.

ARITHMETICA

1.ª classe.—Fracções ordinarias, divisibilidade dos numeros.

2.ª classe.—Transformações das fracções, reducção de fracções ao mesmo denominador, menor denominador commum que podem ter duas ou mais fracções.

3.ª classe.—Simplificação das fracções, maximo commum divisor.

4.ª classe.—Addição, subtracção, multiplicação e divisão das fracções ordinarias, exercicios em cadernos.

5.ª classe.—Conversão de fracções ordinarias em fracções decimaes e *vice-versa*.

6.ª classe.—Recapitulação das cinco classes precedentes.

7.ª classe.—Fracções decimaes periodicas e como ellas se originam; quando uma fracção ordinaria dará uma fracção decimal finita e quando infinita; converter uma fracção periodica simples na fracção ordinaria de onde ella proveio, e o mesmo sobre uma fracção periodica composta, caracteres das fracções periodicas.

8.ª classe.—Numeros complexos, addição, subtracção, multiplicação e divisão dos mesmos numeros, exercicios em cadernos.

9.ª classe.—Razões e proporções, applicação da theoria das proporções, regra de tres simples e composta, exercicios em cadernos.

10.ª classe.—Regra de juros, regra de sociedade, exercicios em cadernos.

11.ª classe.—Continuação da lição precedente e regra de desconto por dentro e por fóra, formação das taboas dos numeros logarithmos.

12.ª classe.—Recapitulação geral.—Exames.

SYSTEMA METRICO

1.ª classe.—Medidas de superficie; metro quadrado, decimetro quadrado, centimetro quadrado. Medidas agrarias; hectareo, areo e centiareo. Noções sobre medidas de terrenos. Medidas dos retangulos, trapezios, triangulos e parallelogrammo.

2.ª classe.—Continuação das medidas de superficie, medidas de volume, metro cubico, decimetro cubico, centimetro cubico e stero cubico.

3.ª classe.—Medida de superficie e de volume.

4.ª classe.—Relação das medidas metricas entre si, relação das medidas de superficie. Medidas de solidos e de capacidade. Relação do volume d'agua com seu peso. Densidade dos corpos.

5.ª classe.—Relação das medidas entre si e densidade dos corpos.

6.ª classe.—Recapitulação das cinco classes precedentes.

7.ª classe.—Medidas e pesos do Brazil e suas subdivisões.

8.ª classe.—Relação das medidas metricas com as do Brazil e *vice-versa*, cœfficientes das principaes reducções.

9.ª classe.—Conversão das medidas antigas nas do systema metrico, exercicios em cadernos.

10.ª classe.—Dado o preço de qualquer unidade de extensão usual do Brazil, achar o da unidade metrica relativa e *vice-versa*. Dado o preço de qualquer unidade de capacidade usual do Brazil, achar o da unidade metrica relativa e *vice-versa*, exercicios em cadernos.

11.ª classe.—Dado o preço de qualquer unidade de peso usual do Brazil, achar o da unidade metrica relativa e *vice-versa*.

Outros problemas relativos, exercicios em cadernos.

12.ª classe.—Recapitulação geral.—Exames.

LEITURA E ESCRIPTA

Todos os dias leitura de classicos e escripta dictadas em todas as classes, podendo tambem ser em dias alternados.

O professor, *Candido Matheus de Faria Pardal.*

E' sómente quanto se me offerece dizer em satisfação ás restricções com que assignei a exposição que os professores fizeram á V. Ex. relativamente á circular de 13 de julho do corrente anno.

Deus guarde a V. Ex., etc.—Rio, 26 de dezembro de 1872.

Illm. e Exm. Sr. José Joaquim da Fonseca Lima, dignissimo inspector da instrucção primaria e secundaria da côrte.

Candido Matheus de Faria Pardal.

Sobre a autora

Angélica Borges é professora adjunta da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da UERJ (FEBF-UERJ) e do Programa de Pós-graduação em Educação, Comunicação e Cultura em Periferias Urbanas (PPGECC-UERJ) e atua na coordenação do grupo de pesquisa Estudos de História da Educação Local (EHELO). Possui graduação em Pedagogia pela UERJ, mestrado em Educação (PROPEd– UERJ) e doutorado em Educação (FE-USP), com período de estágio de doutorado-sanduíche na Université de Cergy-Pontoise, na França, financiado pela CAPES. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: profissão docente no século XIX, instrução pública na Corte Imperial e na Província do Rio de Janeiro, inspeção e trajetórias docentes no Oitocentos.

A análise dos diferentes graus de aproximação da escola com a sociedade, mobilizados por seus sujeitos, considerando o professor como um dos mediadores primordiais nessa relação, torna-se primordial para a compreensão dos modos de se constituir a docência e a escola. Como o professor participa das interações entre a escola e os diferentes espaços sociais, culturais e políticos? Como a presença da escola passa a modificar as interações existentes entre os habitantes de uma determinada localidade e o modo como os sujeitos se relacionam com espaços de amplitudes e alcances distintos?

Nesse sentido, este estudo trata de uma reflexão acerca da constituição da profissão docente e da instituição escolar no século XIX, a partir da trajetória de um professor público primário na Capital do Império, com intuito de dar ênfase às atuações e experiências dos sujeitos escolares na escola e na cidade. Professores, alunos, famílias, agentes do governo e suas redes de relações fornecem os fios que compõem a urdidura do magistério primário, a trama de um professor da Corte e os lugares da docência na cidade.

PLANTA
da muito leal e heroica
CIDADE
DE SÃO SEBASTIÃO
DO
RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO
B.L. GARNIER 69 Rua do Ouvidor
PARIS
GARNIER Fres 1 Rue de Lille
1852

ISBN 978-65-87949-20-8